UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS

CONIMBRIGA

VOLUMES XXXII-XXXIII-1993/94

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA
ISSN 0084-9189

PUBLICAÇÃO ANUAL

DIRECTOR
JORGE DE ALARCÃO

SECRETÁRIO DE REDACÇÃO
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Toda a correspondência (envio de originais e de publicações para recensão, pedidos de permuta, etc.) deve ser dirigida directamente ao

DIRECTOR DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
PÁLACIO SUB-RIPAS
P — 3000 COIMBRA

PEDIDOS:

DIGLIVRO

Rua Ilha do Pico, 3B — Pontinha
P — 1675 Lisboa

MOVILIVRO

Rua Gomes Leal, 93, cv.
P — 4300 Porto

Solicitamos permuta. On prie de bien vouloir établir Véchange.
Sollicitiamo scambio. We would like exchange. Tauschverkerhr erwünscht.

CONIMBRIGA

Esta edição só foi possível graças ao patrocínio concedido pelas seguintes entidades:

JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUMES XXXII-XXXIII

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
1993-1994

(Página deixada propositadamente em branco)

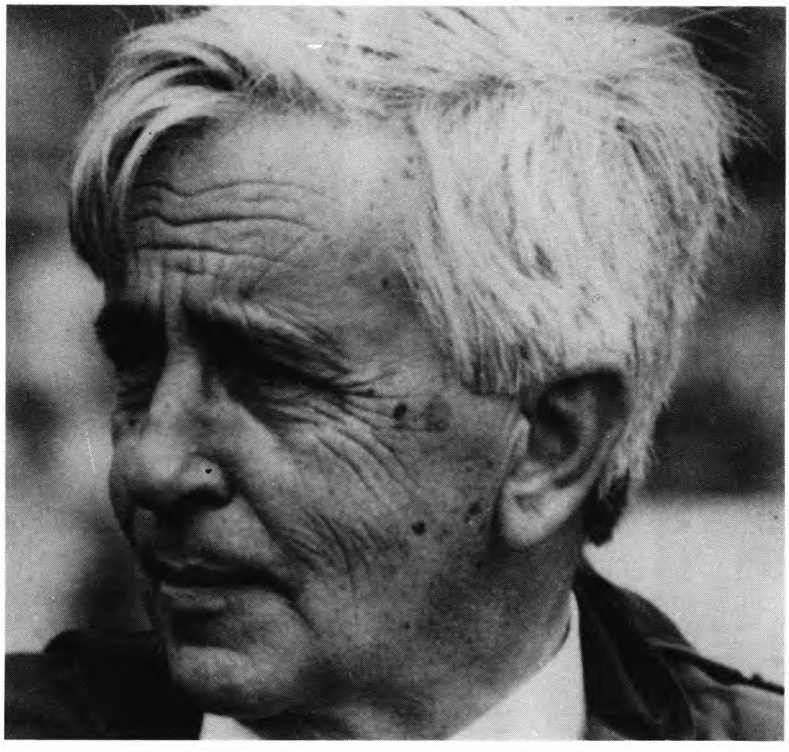


FOTO: ARTUR MAGALHÃES – 1988

Prof. J. M. BAIRRÃO OLEIRO

(Página deixada propositadamente em branco)

NOTA DA REDACÇAO

O Professor João Manuel Bairrão Oleiro foi o criador do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra e o editor da sua revista, *Conimbriga,* que viu seu primeiro dia graças ao seu entusiasmo. Foi ainda por sua iniciativa que se fundou o Museu Monográfico de Conimbriga, do qual foi primeiro director. Foi também, pela parte portuguesa, director das escavações luso-francesas que, em 1964, se iniciaram em Conimbriga. Podemos, pois, dizer que acordou uma arqueologia romana em letargo depois da morte de Vergilio Correia.

Abandonou o Instituto, a revista, o Museu e as escavações quando estes eram apenas promessas, mais que frutos sazonados; mas deixou caminho traçado e bússola com que pudessem seguir o seu rumo aqueles que ficaram na estrada; deixou exemplo aos que ficaram sós de sua partida; e as suas iniciativas não naufragaram.

Passou por um longo deserto (ou uma longa terra má) de cargos públicos antes de retomar funções docentes, agora na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. De novo se aproximou do estudo que à carreira administrativa sacrificara. E voltou à Conimbriga que nunca deixara de ser sua para lhe estudar os mosaicos com um rigor de que poucos são capazes e um amor que raros sentem. A recente edição dos mosaicos da Casa dos Repuxos, premiada pela Fundação Calouste Gulbenkian, é anúncio de outras obras que o futuro nos trará.

O volume duplo que lhe dedicamos é uma homenagem de alguns dos muitos que o admiram, reconhecendo o papel que desempenhou no desenvolvimento da arqueologia romana em Portugal; outros, que gostariam de se ter associado, não puderam, em tempo útil, escrever os textos solicitados; não se meça, pois, pelo número de colaboradores desta revista, o rol de quantos o admiram e estimam.

(Página deixada propositadamente em branco)

JORGE DE ALARCÃO
Professor da Faculdade de Letras de Coimbra

A ARQUEOLOGIA E O TEMPO

«Conimbriga» XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 9-56

RESUMO: **Os tempos são múltiplos porque a realidade social tem vários planos: as estruturas económicas e sociais evoluem mais lentamente do que as acções políticas, que se desenrolam num tempo breve. Mas, num outro sentido, os tempos são múltiplos porque as sociedades primitivas têm uma visão predominantemente cíclica do tempo, enquanto as sociedades mais avançadas tem uma visão mais linear, unidireccional.**

Estuda-se o tempo das coisas, das acções, das normas, dos aparelhos e das paisagens. Coisas e acções vêm do futuro para o passado , enquanto normas, aparelhos e paisagens vêm do passado para o presente.

Analisa-se a duração (objectiva ou subjectiva) e devir das coisas; apresenta-se uma breve teoria da acção; discute-se, a propósito das normas, o conceito de *habitus* de Bourdieu; examinam-se as condições de possibilidade do devir dos aparelhos e analisa-se a percepção do espaço como algo de construível.

Distinguem-se depois os conceitos de duração, sucessão e processo e examina-se se o tempo linear é uma intuição transcendental de que o arqueólogo não pode deixar de fazer uso, ou, como pretendem Shanks e Tilley, uma construção capitalista. Por fim, contrastam-se o tempo linear e o tempo cíclico.

SUMMARY: The subject of this paper concerns the perspective of time. Social reality has several levels, each of them with its own rhythm: economic structures move slowly, while historical actions occur in Braudel's short time-scale. Time too has several levels: primitive people conceive of a cyclical or recurrent time; more developed societies feel that time flows continuously in a single direction.

Conimbriga, 32-33 (1993-1994), 9-56

The time spectrum of artifacts, actions, rules, political institutions and landscapes are successively examined. Artifacts and actions take shape in the future, to flow into the present, and disappear into the past. Rules and political institutions on the other hand come to the present from the past.

The rise and duration (objective or subjective) of artifacts are considered; a brief theory of action is presented; Bourdieu's notion of *habitus* is reconsidered and the conditions under which a change in political institutions may be possible is discussed. The emergence of the perception that the landscape may be altered or reconstructed is dated to the Neolithic.

Concepts of duration, succession and process are explored. Linear time is considered as a transcendental intuition and not as a creation of modem capitalism, as proposed by Shanks and Tilley.

Finally, the paper contrasts cyclical against linear time.

A ARQUEOLOGIA E O TEMPO

1. Introdução

A multiplicidade dos tempos é um tema em que insistem arqueólogos, historiadores e sociólogos. "Não há um tempo único, mas, pelo contrário, muitos "tempos" diferentes que são representados de muitas maneiras distintas" (BAILLEY, 1983: 168).

A multiplicidade dos tempos tem pelo menos dois sentidos. Num primeiro, os tempos são múltiplos porque a realidade social, o facto social total, para usar a expressão de Marcel Mauss, tem várias camadas. Nesse sentido, Braudel (1983; 1984) distingue o meio, que evolui muito lentamente, das estruturas económicas e sociais, que evoluem a outro ritmo, mas ainda lentas, das acções políticas, que se sucedem num tempo breve. Distingue, assim, longa e breve duração. O conceito de longa duração foi assimilado pela Arqueologia e Hodder, por exemplo, editou uma obra intitulada *Archaeology as long-term history* (1987).

Gurvitch (1979: 83) afirma que "a realidade social apresenta-se ao olhar experimentado do sociólogo como disposta em patamares, em níveis, em planos sobrepostos, em camadas cada vez mais profundas. Estes níveis, estes planos sobrepostos, interpenetram-se e impregnam-se mutuamente. No entanto, não deixam de entrar em conflito: as suas relações são tensas, antinómicas, dialécticas". E distingue (GURVITCH, 1986: 385 s.) oito géneros de tempos sociais: "o tempo de longa duração e ao retardador, o tempo de ilusão, o tempo descompassado entre o aparecimento e o desaparecimento dos ritmos, o tempo cíclico, o tempo atrasado em relação a si próprio, o tempo de alternância entre atraso e avanço, o tempo adiantado em relação a si próprio e o tempo explosivo". Os diferentes géneros de tempo são depois equacionados com os diversos níveis em profundidade da realidade social.

Num outro sentido, afirma-se que a representação do tempo é culturalmente específica, isto é, que várias sociedades têm vários conceitos do tempo (FERRAROTTI, 1990: 9, 67) e contrastam-se a visão linear das sociedades evoluídas e a visão cíclica das sociedades primitivas e rurais, ou a visão unidireccional do Cristianismo com o eterno retomo do pensamento mítico.

Bailey (1983: 170) parece reagir contra a concepção de um tempo linear, unidireccional, representado como um espaço em que nós posicionamos os acontecimentos. Shanks e Tilley (1983: 118-136) contestam, inequivocamente, tal concepção. Mas nenhum dos autores apresenta, afinal, uma concepção alternativa do tempo que deva ser adoptada pelos arqueólogos. Bailey desvia-se para uma discussão dos ritmos evolutivos, que são diferentes consoante consideramos o plano do biológico, o do ambiental e o do social: a evolução é mais lenta no primeiro, menos lenta no segundo e mais rápida no último. Prossegue com uma análise da causalidade, mostrando que as causas actuantes no plano dos factos de longa duração não são as mesmas que determinam a evolução dos factos de duração breve, o que é óbvio. Reinterpretando, numa nomenclatura escolástica, a posição de Bailey, diríamos que as causas ambientais são *causae efficientes*, enquanto os factos sociais se explicam por *causae finales.* Em conclusão: Bailey não demonstra que o tempo linear é inapropriado ao exame da realidade histórica que o arqueólogo se propõe observar, mas simplesmente fundamenta a necessidade de distinguirmos, nessa realidade, diversos planos cuja evolução tem ritmos diferentes: uns mais lentos, outros mais rápidos.

Mais radicais, Shanks e Tilley pretendem que a concepção linear do tempo não permite entender devidamente a realidade social do passado. Influenciados por Dilthey, através de Colling wood *(The idea of history*), assumem a posição de que, para entender o passado, nos temos de colocar na perspectiva do outro, do homem do passado e de raciocinar com as concepções do tempo que tinham esses homens do passado. Ainda que não claramente afirmada, há uma ideia que subjaz ao pensamento destes autores: que a ideia do tempo é derivada da percepção fenomenologica da sucessão. “O tempo não existe numa forma abstracta e sem conteúdo” (1993: 127). O que existe é um tempo substantivo, um tempo preenchido de factos. Se os homens experimentam os factos como irrepetíveis, formam uma concepção linear; se os vivem como repetíveis a espaços regulares, uma concepção cíclica. Estas di-

ferentes concepções do tempo "conformam a propria história" (SHANKS e TILLEY, 1993: 127), isto é, a visão unilinear fomenta o progresso, e a visão cíclica, o tradicionalismo. A visão cíclica coexiste com uma memória social curta; a visão linear, com uma memória mais longa e, sobretudo, com a ideia de que o futuro é calculável, qualquer coisa que não repete o passado, que pode ser diferente do passado e que pode ser feita por nós à medida dos nossos desejos.

Apesar do valioso contributo que estas reflexões trouxeram, parece-nos necessário aprofundar certas análises. O mundo tem uma estrutura que pretendemos examinar. Se a experiência "é a presença imediata e directa do que se nos apresenta" (MÜLLER, 1959: 13), como é que o mundo se apresenta a quem vive nele? Como é que se apresentam coisas, acções, normas, aparelhos e paisagens?

Analisaremos, depois, os conceitos de sucessão e processo; discutiremos se o tempo linear é, como pretendem Shanks e Tilley, uma construção capitalista; e, finalmente, equacionaremos o tempo cíclico e o tempo linear com os ritmos da mudança.

2. O tempo das coisas

A Arqueologia, em primeiro lugar, trata de coisas: deste machado, desta foice, deste monumento megalítico, desta cabana que, para além de ser ela mesma uma coisa, é ainda lugar onde se encontram outras coisas, coisa imóvel que abrigou uma familia, a qual deixou, no chão, utensílios ou destroços de utensilios de que se serviu. A Arqueologia não se limita ao estudo da cultura material, mas parte necessariamente da cultura material.

As coisas não têm, como o homem, um passado, um presente e um futuro. É certo que esta coisa de que me sirvo neste momento (o cinzeiro onde descanso o cigarro) já aí estava, à espera de que eu me servisse dela; e vou ainda servir-me dela no futuro. Mas a coisa de que me servi, me sirvo e me servirei, parece não ter devir; ela é sempre a mesma coisa, sempre este cinzeiro, sempre esta caneta, coisa idêntica a ela mesma. Só metaforicamente posso dizer que a coisa estava ali, à espera de que eu me servisse dela, porque as coisas não podem esperar nada. As coisas não têm futuro: apenas podem estar aí ainda no meu futuro. E também não têm passado, embora possam ser coisas do passado, isto é, feitas por homens que me antecederam.

A coisa tem, todavia, uma *duração*: foi feita agora, vai ser utilizada durante algum tempo e, por fim, deixará de servir. O deixar de servir (que HEIDEGGER examinou em *Être et temps,* § 16) não é deixar de ser nem de existir: este machado de pedra polida, que foi usado até ao ponto déjà não servir, foi atirado para uma lixeira; mas não deixou por isso de existir nem de ser machado; só que deixou de servir. Este leque que eu tenho na minha colecção de antiguidades já não serve; mas não deixou de existir nem de ser leque; existe como leque, só que já sem a sua serventia original. Há uma diferença, porém, entre o objecto que já não serve mas conservo e o objecto que atiro para uma lixeira: o primeiro permanece no meu mundo, embora inútil (ou destituído da sua utilidade original); o segundo sai do meu mundo, deixa de ser objecto de percepção, podendo todavia, ainda durante algum tempo, ser recordado.

Sou eu que decreto o fim da serventia ou que decido quando é que o objecto sai do meu mundo (excepto no caso dos objectos perdidos, que saem do meu mundo contra minha vontade). Foi esta população neolítica que determinou deixar de usar este monumento megalítico para enterrar os seus mortos e deliberou construir um monumento novo. Mas o antigo monumento não deixou de existir: ele continuou ali na paisagem e só teria desaparecido se a população tivesse decidido destruí-lo, transportando os esteios para outro lugar. Mesmo assim, o monumento continuaria a existir durante algum tempo, só que sob o modo de recordação.

Se o homem decreta o fim da serventia do objecto (ou do monumento), o decreto não é gratuito: este camponês neolítico só deixava de servir-se do machado, declarando-o inútil ou sem préstimo, quando o machado estava fisicamente gasto em demasia e já não era eficiente. Quer dizer que há, afinal, e ao contrário do que acima nos parecia, um *devir* do objecto, que se vai fazendo inútil; metaforicamente podemos dizer que se vai fazendo velho.

O envelhecimento das coisas, que não é, evidentemente, um processo biológico como o dos seres vivos, não é a única forma de devir das coisas. Primeiro, porque passar de útil a inútil, que é a primeira forma do devir, não é necessariamente um resultado do envelhecimento. O objecto pode deixar de ser utilizado antes de atingir o limiar de ineficiência. Estes objectos que encontro nesta sepultura foram aí enterrados (e, portanto, subtraídos à utilização) quando ainda estavam em condições de servir, quando eram novos. Mas há, para a coisa, outra forma

de devir sem ser por envelhecimento ou pela subtracção à utilização. O monumento de Stonehenge, por exemplo, foi remodelado por diversas vezes, e não terá sido por se achar velho. Ou, para dar outro exemplo, este povoado castrejo sofreu uma evolução, estendeu-se ou contraiu-se, foi defendido por novas muralhas, construiram-se nele novas casas. Temos aqui também um devir, uma história que tem de ser reconstituída. O devir das coisas não é apenas passagem de útil a inútil, mas também alteração da forma. Alteração que pode manter a qualidade da coisa. Stonehenge e o castro não deixaram de ser o que eram. Noutros casos, porém, a alteração da forma corresponde à alteração do ser, como no caso desta peça de sílice que, partida, foi reaproveitada, retocada e transformada noutro objecto com outra utilidade.

Não é a coisa que se vai fazendo velha por si mesma ou que se vai transformando por si própria; é o homem quem, utilizando o objecto, o vai fazendo velho e finalmente o torna inútil; é o homem que vai transformando, isto é, dando nova forma à coisa. Esta não pode operar a sua própria velhice ou a sua metamorfose. A coisa não é responsável pelo seu devir. Mas será o homem o único responsável pelo devir da coisa? Se não existe processo biológico de degradação das coisas, existe um processo físico, como o desta casa que se vai degradando até ruir, ou o desta cabana que o vento pode destroçar. O homem não é, pois, o único responsável pela velhice e pelo devir das coisas. O senso comum faz, do Tempo e da Natureza, agentes do envelhecimento e do devir da coisa. Para evitar a hipóstase do Tempo, que repugnará a uma consciência filosófica, podemos recorrer ao conceito de durabilidade da coisa, durabilidade parcialmente condicionada pelo uso que é feito dessa mesma coisa, pois que uma panela muito usada dura menos que uma panela raramente utilizada. Mas a hipóstase da Natureza parece difícil de evitar: mesmo que esta cabana resista menos a um temporal por ser mais frágil, o agente da destruição não é a fragilidade da cabana, mas o temporal.

As coisas têm, pois, um tempo de vida, uma duração; e, enquanto duram, podem não se manter idênticas a elas mesmas, podem ir sendo transformadas. As coisas têm uma duração e um devir.

Que podemos deduzir desta reflexão, que seja relevante para a prática arqueológica? Podemos deduzir que se devem formular perguntas sobre a duração e o devir das coisas: quando é que foram feitas ou fabricadas? quando é que deixaram de servir ou quando é que foram

abandonadas? foram usadas durante quanto tempo? quando deixaram de servir eram novas ou velhas, isto é, no momento do abandono ou da inutilização eram coisas ainda prestáveis ou já sem serventia? sofreram, enquanto estiveram em uso, transformações?

Quando eu escavo este monumento megalítico, procuro identificar o paleossolo, isto é, o que era camada superficial do terreno na altura em que o monumento foi construído; e procuro recolher aí, ou eventualmente nalguma fogueira que possa relacionar com a fundação do megálito, alguns carvões susceptíveis de serem sujeitos à análise radiocarbónica, para determinar quando é que o megálito foi construído. Quando escavo uma *villa* romana, procuro determinar a cronologia das moedas ou das cerâmicas encontradas na camada de destruição para, através delas, determinar a cronologia do abandono. E se, relativamente a um mesmo monumento, conseguir determinar a data da fundação e a do abandono, terei a duração do monumento. Esta duração, balizada por datas de cronologia absoluta, é uma duração objectiva. Veremos já que é possível falar de uma duração subjectiva das coisas.

É, evidentemente, muito mais difícil datar o fabrico e o abandono de um utensílio do que a construção e abandono de um edifício. Por isso a pergunta não é geralmente formulada, embora, no caso dos vasos gregos, por exemplo, se consiga determinar a data de fabrico de peças individuais (quando atribuíveis a um pintor particular) e, no caso das moedas, a data da emissão. Relativamente aos utensílios, porém, o que o arqueólogo geralmente procura são as balizas cronológicas de um tipo e não a data dos objectos individuais: esta ânfora romana concreta integra-le num tipo, por exemplo, Haltern 70, e nós podemos determinar quando é que o tipo foi inventado e quando é que deixou de fabricar-se.

Independentemente da duração objectiva do monumento ou do tipo, medida em anos, podemos determinar se este objecto foi utilizado até ao limite da sua eficácia ou se foi abandonado ou enterrado sendo todavia ainda novo.

A resposta à questão sobre se o objecto foi utilizado até ao limite da sua eficácia tem profundas implicações. Primeiro, porque dela depende aquilo que poderemos pensar relativamente à natureza do objecto. Se este escudo de bronze, que se encontrou nas águas do Tamisa, tem vestígios de ter sido usado durante algum tempo, poderemos dizer que ele foi objecto útil, com que se defendeu um guerreiro ou um chefe que terá eventualmente morrido afogado. Mas se o objecto está no-

vo, sem sinais de uso, deveremos pensar que se trata de um objecto fabricado não para ser útil mas para ser votivo, isto é, para ser oferecido, logo depois de feito, a uma qualquer divindade residente nas águas do rio. Da observação dos traços de uso (ou da falta de uso) deduzimos uma função e através dela entramos, neste caso, num mundo de ideias, de crenças e de ritos.

Neste povoado neolítico ou calcolitico encontro numerosos machados de pedra polida. Estão eles usados ou novos? Se estão usados, deduziremos que serviram, que houve desflorestação intensiva e prática da agricultura. Se estão novos, posso admitir que eram acumulados como riqueza, para serem utilizados em transacções económicas ou sociais, isto é, para serem trocados por outras coisas ou para serem cedidos como preço ou dote das noivas, por exemplo.

A duração das coisas pode também ser significativa de factos económicos. Kristiansen (1984: 91-92) dividiu a Idade do Bronze dinamarquesa em seis períodos e observou que, nalguns, os objectos foram enterrados apenas quando já se encontravam gastos ou muito usados, enquanto outros foram depositados sendo ainda novos ou quase novos. Daqui deduziu que o abastecimento do bronze (que a Dinamarca não produzia e tinha de ser importado do Sul) sofreu flutuações: houve períodos de maior importação (e então os objectos eram depositados nos túmulos ou em oferendas aos deuses sendo ainda novos) e períodos de maior dificuldade no abastecimento (e nesses, os objectos foram conservados e usados durante mais tempo).

As coisas podem ter, porém, uma duração subjectiva: este filme, que durou hora e meia, pareceu-me longo, porque não gostei dele; este outro, que durou exactamente o mesmo tempo, pareceu-me breve porque me interessou profundamente. Também esta peça de cerâmica, de que gostava muito, pareceu-me ter durado pouco; e aquela, que durou o mesmo tempo antes de se partir, pareceu-me ter durado muito porque não gostava dela. A duração subjectiva da coisa não é recuperável pelo arqueólogo, porque isso implicaria o acesso àquilo que é, evidentemente, inacessível: o facto psicológico individual.

Da mesma forma, a velhice de um objecto pode ser objectiva ou subjectiva. Se o objecto está gasto de tanto uso que teve e serve já mal a sua função, está objectivamente velho. Mas se eu tenho um carro comprado há pouco, e portanto objectivamente novo, a saída de outro modelo faz-me sentir o carro como velho. Os habitantes dos castros

construíram durante muitas gerações casas redondas de pedra cobertas de colmo ou giesta. Mas veio um dia em que alguns começaram a construir casas rectangulares cobertas de telha. O proprietário de uma casa redonda sentiu-se então dono de uma casa velha.

Aqui, a apreciação não foi um juízo objectivo, baseado na degradação física da casa, mas subjectivo. Nos tempos de mudança, o objectivamente novo pode parecer velho. Mas é difícil ao arqueólogo, se não mesmo impossível, perceber se o novo pareceu velho a quem se serviu das coisas. Mais uma vez, isso entra no campo dos factos psicológicos individuais inacessíveis.

As coisas podem, pois, tornar-se velhas não por se terem degradado mas por ter surgido um modelo ou estilo novo. A emergência de um estilo novo das coisas, mesmo que torne velho o estilo até então adoptado, não significa, porém, que o velho seja abandonado e depreciado. Os períodos em que velho e novo coexistem, em que formas tradicionais, de longa duração, se acham a par de formas novas, são particularmente interessantes para o arqueólogo, porque permitem abordar relações sociais e mentalidades.

Temos, em Pompeia, quatro estilos de pintura mural que se sucedem. O advento do segundo tornou o primeiro, velho. Que significado poderá ter o facto de um proprietário ter decorado a sua casa no primeiro estilo quando outros contemporâneos adoptavam já o segundo? Conservadorismo? Desejo de representar simbolicamente a antiguidade da família? E os que adoptavam o novo faziam-no por mero gosto estético ou para demonstrar espírito aberto à novidade? Terá o segundo estilo, o novo, sido adoptado primeiramente por alguns proprietários desejosos de se distinguirem socialmente? Em que medida é que os estilos da pintura mural pompeiana serviram estratégias de poder pessoal, de uns que queriam afirmar-se pela prosápia, contra outros que procuravam impôr-se pela modernidade e pela diferença?

Tomemos, ainda como exemplo da dialéctica entre o novo e o velho (ou, talvez melhor, o tradicional, o que tem um passado), o caso da introdução do vaso campaniforme na planície de Salisbury (Inglaterra), nos inícios do segundo milénio a. C. Nesse momento, havia aí um importante monumento religioso do tipo *henge*: Durrington Walls. Neste se celebravam rituais acompanhados de banquetes largamente participados que usavam grandes vasos cerâmicos integráveis num tipo que os arqueólogos chamam *Grooved ware.* Provavelmente, os banquetes eram oferecidos por um chefe que seria o oficiante das cerimónias ri-

tuais e cujo poder se fundaria exactamente na função religiosa. Esse chefe e os seus descendentes não adoptaram a nova cerâmica campaniforme, que, só muito depois de ter sido introduzida na região, aparece em Durrington Walls. Mas a cerâmica campaniforme não era uma cerâmica comum: era uma cerâmica de prestígio, adoptada por outros chefes. O facto de ela não aparecer em Durrington Walls parece significar, não só que os chefes "titulares" do monumento não adoptaram o estilo novo, como também que excluíram os outros chefes de frequentarem o *henge* e as suas cerimónias. Talvez seja significativo o facto de, neste momento do aparecimento da cerâmica campaniforme na planície de Salisbury, o *henge* de Durrington Walls ter sido circundado por um fosso e um talude que, simbolicamente, poderão ter restringido o acesso ao monumento e às cerimónias que aí se desenrolavam. A manutenção do estilo antigo de cerâmica e a não adopção do novo estilo campaniforme poderão ainda ter sido um modo de manifestar a antiguidade de um poder que também se fundava nessa mesma antiguidade e se legitimava por ela (THOMAS, 1991: 150-151).

A duração objectiva das coisas pode assim ser, nalguns casos, analisada pelo arqueólogo; a duração subjectiva, nunca. As transformações que a coisa (muralha de castro, *villa* romana, etc.) sofreu, transformações que constituem o seu devir, podem eventualmente ser datadas. Se as transformações foram introduzidas porque a coisa estava objetivamente velha, ou apenas porque era subjectivamente percebida como velha, é mais difícil de determinar. Se a coisa foi abandonada ou subtraída à utilização sendo objectivamente velha ou nova é ainda, em muitos casos, determinável.

3. O tempo das acções

Toda a coisa, cuja duração e devir acabámos de examinar, pressupõe ou implica uma acção. Em primeiro lugar, uma acção que a fabrica ou pela qual a coisa advém à existência; em segundo lugar, uma acção que a utiliza e que, por isso, é responsável pela duração da coisa, na medida em que uma utilização intensiva abrevia o momento do abandono e uma utilização menos frequente adia o momento em que a coisa é declarada já sem préstimo e abandonada; finalmente, uma acção que transforma a coisa ou pode transformá-la e que, por isso, lhe determina o devir.

Nem toda a acção, porém, é criadora ou transformadora de coisas. Se a acção do oleiro cria o pote ou a de um ferreiro, uma lança, que coisa criaram os assassinos de Viriato? Um cadáver?

Não podemos prosseguir a nossa análise sem apresentarmos uma breve teoria da acção. Não nos interessa discutir o problema da liberdade ou do determinismo; interessa-nos, fundamentalmente, o que poderemos designar por taxinomia da acção, isto é, uma distinção dos diversos tipos de acção.

O latim distingue *facere,* de *agere.* O verbo *agere*, que se conserva no português *agir* e no francês *agir*, sofreu, no castelhano, um naufrágio, como sugestivamente lhe chama Jesus Mosterín (1987: 142): não existe em castelhano verbo que derive de *agere',* o verbo latino perdeu-se. Mas desse naufrágio salvou-se o participio passado, *actum*, que deu acto em castelhano. O desaparecimento, nesta língua, do *agere* poderia levar-nos à conclusão de que entre *facere* e *agere* existe total sinonimia: uma das formas, por redundante, teria desaparecido. Mas o castelhano criou *actuar* a par com *hacer (dt facere),* reintroduzindo a duplicidade vocabular. Se *hacer* e *actuar,* no castelhano, *faire* e *agir,* no francês, *fazer* e *agir,* no português, têm campos semânticos parcialmente coincidentes, os seus significados não se sobrepõem totalmente: a existência de dois verbos sugere que *fazer* e *agir* correspondem a dois tipos diferentes de acção.

Fazer, no sentido de fabricar (fazer uma panela, fazer uma lança), corresponde à acção que podemos designar por *técnica.* Nesta, o agente está confrontado com uma matéria à qual dá forma; matéria bruta, inanimada, destituída de intenções. O saber técnico, que é um saber como fazer as coisas, opõe-se ao saber hermenêutico, que é um saber àcerca dos homens, das suas intenções, dos seus desejos. A esse saber técnico deram os Gregos o nome de *technê* (embora o termo grego designasse simultaneamente o saber fazer dos artesãos e o dos artistas). Poderíamos também chamar-lhe saber mecânico, e acção mecânica à acção que lhe corresponde, à acção de fazer coisas. Recuperaríamos assim o sentido medieval de *mecânico:* os ofícios de oleiro, ferreiro, etc. eram ofícios mecânicos.

Nem os Gregos consideravam a actividade do lavrador como *technê* (VERNANT, 1971, II, 21), nem na Idade Média a agricultura estava incluída entre os ofícios mecânicos. Mas parece conveniente incluir a prática da agricultura entre as acções técnicas. A exploração da natureza, com vista à obtenção de meios de subsistência ou de matérias-pri-

mas para fabricar coisas, releva ainda de um saber técnico. Poderíamos talvez distinguir a acção fabril, que consiste em fazer coisas, da acção exploratoria, que consiste em obter meios de subsistência ou matérias--primas.

Mas tomemos agora um texto de Díon Cássio, 37, 52-55: "E assim, embora lhe [a César] fosse possível permanecer em paz, conforme referi, dirigiu-se ao monte Herminio e ordenou aos habitantes que descessem à planície. Isto, dizia-o, para que eles não se lançassem em pilhagens utilizando como base as suas fortificações; mas, na realidade, sabia perfeitamente que eles jamais cumpririam esta ordem e poderia encontrar aí um pretexto de guerra. Assim aconteceu de facto. E quando alguns habitantes circunvizinhos, no temor de que também os viesse a atacar, puseram a salvo as suas mulheres e filhos e demais bens de valia através do Dório, ocupou-lhes as suas cidades enquanto eles nisto se afadigavam. Atacou-os em seguida. Os habitantes puseram o gado na sua frente com o intuito de caírem sobre os Romanos quando estes se dispersassem para capturar as reses, mas ele não se prendeu com os animais e atacou os homens, vencendo-os...".

A acção ou as acções aqui envolvidas são de uma natureza totalmente diferente: já não se trata de explorar a natureza ou de fabricar coisas, mas de agir sobre homens. E essa acção pressupõe uma previsão da acção dos outros, dos seus comportamentos, das suas reacções. César ordenou o abandono dos castros; mas imaginava que os indígenas não lhe obedeceriam, o que lhe daria pretexto a uma intervenção armada; especulou, pois, sobre as reacções dos adversários. Os habitantes do Herminio dispersaram os gados, na convicção ou na esperança de que os Romanos se dispersariam também para capturarem os animais; mas enganaram-se. Temos aqui, portanto, consciências que se espiam, se prevêem, se interpretam, acertando nuns casos, enganando-se noutros. Temos um saber que classificamos de *hermenêutico* e uma acção a que chamaremos *social*, porque envolve não as coisas, mas outros homens. A acção social corresponde a uma reciprocidade entre sujeitos, uma intersubjectividade, uma relação dialógica, uma conexão interactiva, enquanto a relação com a coisa ou a natureza é uma relação monológica. (Não podemos, todavia, ignorar que a relação com o outro pode ser também monológica, quando ele é tratado como coisa, sem reconhecimento do seu direito à liberdade e da sua capacidade de palavra).

Esta distinção entre acção técnica e acção social corresponde à que o jovem Hegel de lena estabeleceu entre dialéctica do trabalho e

dialética da interacção (HABERMAS, 1993: 11-43; FERRY, 1987: 341--342).

A questão não é, talvez, tão simples: será monológica a relação dos primitivos com a Natureza, ou também dialógica, na medida em que a Natureza aparece povoada de espíritos? Se os espíritos, sobrenaturais, são dotados de intenções, teremos aqui uma outra forma de acção, afim da social, acção que podemos designar por *mântica* para a distinguirmos da acção entre os homens. Os meios que permitem agir sobre os seres sobrenaturais constituem os rituais, obedientes a normas diferentes das da acção técnica ou das normas éticas que regulamentam a acção social.

Qualquer que seja o tipo da acção (técnica, social ou mântica), esta implica uma intenção. Nada se faz sem intenção de se fazer. Poderíamos dizer que há acções involuntárias, realizadas sem intenção. Se eu acendo uma fogueira numa mata, apenas com intenção de assar castanhas, e se a fogueira pega fogo à mata, não sou eu o agente de uma acção involuntária, não intencional? O fogo da mata, assim provocado, não é, porém, uma acção, mas apenas uma consequência (não intencional) da acção, sem prejuízo da responsabilidade criminal que me poderá ser imputada. As acções (necessariamente intencionais) podem ser causa (involuntária, inadvertida, não intencional) de outros factos que todavia não são acções, mas consequências de acções.

Neste sentido de definir a intenção como característica da acção se pronuncia Mosterin (1987: 170-172). Também Isambert (1993: 118) diz que "o sentido da acção reside inteiramente no projecto, isto é, nesse *futuro anterior* que prepara a acção, a orienta e depois permite avaliar a realização" (itálicos do autor). É certo que outros autores assumem posição divergente e consideram que a intenção não é essencial à acção (v.g. WHITE, 1976: 7-31). No fundo, a divergência é talvez apenas terminológica. As acções que vulgarmente se designam por involuntárias ou não intencionais devem, numa análise filosófica da acção, ser ainda consideradas como acções, ou meramente como consequências não intencionais da acção? Assumimos aqui a posição de considerar como acções apenas as que se realizam com intenção, excluindo, por conseguinte, do campo das acções, os movimentos reflexos do nosso corpo, como digerir, respirar ou espirrar.

O conceito de intenção é todavia um conceito elíptico, isto é, envolve ou integra outros conceitos menores ou componentes. Em primeiro lugar, o conceito de fim. Quando actuó, tenho um fim em vista.

O fim é o motor da acção, essa causalidade invertida de que fala Sartre (1993: 145), porque, sendo fim, está no princípio. Os fins imediatos são meios para outros fins, e estes ainda meios para outros fins, não numa cadeia interminável, mas numa cadeia que se encerra naquilo que pode ser definido como fim último. Concebendo o fim, tenho de conceber também os meios para alcançá-lo. A concepção conjunta do fim e dos meios chamamos *ideação da acção.*

Ideada a acção, tenho de dispor-me a realizá-la; sem essa disposição não haverá acção. Há uma distância temporal entre a ideação e a realização da acção; eu posso realizar de imediato a acção ideada ou adiar a realização, ou mesmo nunca a realizar (por medo das consequências, por falta de possibilidade). Não há, por conseguinte, acção sem uma volição, sem uma decisão de realizar o fim concebido. Mas, ao contrário do que diz Prichard (1976: 95-96: a acção "é uma actividade que consiste na volição de uma mudança, volição que habitualmente causa essa mudança"), a acção não consiste na volição: esta é apenas um momento daquela. A volição pressupõe uma representação antecipada da acção. Na hesitação que podemos experimentar em realizar ou não a acção ideada temos a percepção da distância entre ideação e volição. Pressupondo uma ideação da acção, a volição tem por objecto a acção ideada e não a ideação da acção.

O uso, neste contexto, da palavra "volição" não pode entender-se no sentido de uma decisão inteiramente livre: eu posso deliberar agir por ser forçado a isso, quer o constrangimento provenha de outro(s), que me obriga(m) a agir contra meu desejo, quer provenha de mim mesmo, que me decido sem ter todavia desejo de fazê-lo.

Mas o que é o desejo? Que diferença existe entre desejo e volição? E qual é o objecto do desejo?

Platão, no *Górgias* (467d), define como objecto do desejo não a acção, mas aquilo que nós pretendemos quando realizamos a acção. Assim, faz da acção um meio para a realização de um fim último que ultrapassa a acção, que está fora dela. Nesta perspectiva, a morte de César seria o objecto do desejo de Bruto e dos conspiradores e o assassinato de César seria a acção, isto é, o meio para alcançar o fim desejado. Se bem que esta perspectiva seja defensável, preferimos abordar de outra forma o problema do objecto do desejo.

Quando realizo uma acção, nem sempre tenho garantia de que a acção se realize tal como a tinha ideado; pode sair, contra minha vontade, diferente da acção ideada. Aqui entra o desejo. O desejo é sempre

desejo de algo: desejar é um verbo transitivo. Este algo que é objecto do desejo é que a acção feita coincida com a acção ideada ou que a acção feita não produza consequências que possam corresponder, do meu ponto de vista, a insucessos: desejo que a fogueira não pegue fogo à mata, desejo que o indivíduo contra quem disparo um tiro, morra (era esse o meu objectivo) e não fique simplesmente ferido.

Nesta perspectiva, o desejo é sempre desejo de que a acção seja bem sucedida. Mas não é verdade que pode também existir desejo de que a acção se não efectúe, como, por exemplo, quando decido submeter-me a uma operação cirúrgica que todavia não desejo? Assim, o desejo seria qualquer coisa como um modo de estar perante uma acção ideada, modo esse que conheceria graus entre os polos extremos do desejar que qualquer coisa se realize e o desejar que não se efectúe: posso desejar que sim ou não com maior ou menor intensidade.

O desejar que qualquer coisa se não efectúe é, todavia, uma aversão. Se fizermos uso deste conceito, podemos manter que o desejo tem sempre por objecto a acção ideada e é uma aspiração a que ela se realize como foi ideada ou até mais facilmente ou com maior êxito. Quando a acção ideada não desperta o nosso desejo, desperta a nossa aversão.

Na ordem lógica, a ideação vem primeiro, integrando concepção de um fim e concepção dos meios; depois, o desejo ou a aversão; em terceiro lugar, a volição, mais fácil se houver desejo, mais difícil se houver aversão; finalmente vem a execução.

Apresentada uma teoria da acção, que, no âmbito deste artigo, pode ter parecido longa mas que, na realidade, foi breve (quanto se não tem escrito sobre a teoria da acção!), podemos agora pôr o problema de saber se o arqueólogo pode aceder às acções.

As acções dos homens do passado não são directamente observáveis: eu não posso ver a trabalhar o grupo que construiu este megálito, o oleiro que fez este pote. Mas posso imaginar os homens agindo, como um investigador criminalista pode imaginar os gestos do criminoso e da vítima sem ter presenciado o crime.

Se a palavra *imaginar* tem sentidos múltiplos (DUFRENNE, 1953: 432-461), um desses sentidos é exactamente o de representar-se a acção sem a ter executado ou sem a ter observado como testemunha presencial. Podemos, a partir da escavação de um dolmen, imaginar um grupo limpando o terreno da vegetação, transportando sobre rolos as

pedras que vão servir de esteios do megálito, erguendo primeiro o da cabeceira, instalando depois os outros, contrafortando os esteios, amontoando a terra da mamôa, cobrindo-a de uma couraça pétrea. A nossa representação não tem a riqueza da representação que teríamos no caso de termos sido testemunhas presenciais; é uma representação esquelética, em muitos pontos dubitativa. Mas não estamos condenados a ter apenas representação da coisa feita, do *opus operatum*; podemos representar-nos a coisa em trânsito, a coisa sendo feita, o *opus operandi.* E é exactamente esse conhecimento do *opus operandi* que nos permite repetir a acção, se estivermos interessados nisso. Normalmente não estamos; mas que é a Arqueologia experimental senão essa repetição das acções do passado?

Se "reconhecer um objecto útil consiste sobretudo em saber servir-se dele" (BERGSON, cit. por DUFRENNE, 1953: 430), imaginar a acção é poder reproduzi-la ou repeti-la tal como foi executada, é ter o saber necessário para erguer um dolmen ou fazer um pote como os homens do passado.

Para o conhecimento do *opus operandi* é importante a investigação etnoarqueológica: o estudo dos índios Yanomamo da Venezuela, que usam machados de pedra polida (CARNEIRO, 1979: 21-58), ajuda a conhecer a acção dos agricultores neolíticos, ou o estudo dos esquimós Nunamiut, o dos bandos de caçadores-recolectores do Paleolítico Superior (BINFORD, 1988). Mas não são menos importantes nem a Arqueologia experimental nem a caracterização dos materiais arqueológicos por métodos científicos, domínio de análise que se tem desenvolvido extraordinariamente desde a década de 1960.

As acções técnicas do passado, que consistiram em fabricar alguma coisa ou em explorar a natureza, não são directamente observáveis; mas, através dos vestígios materiais observáveis, que são o resultado das acções, podemos aceder às acções técnicas.

A maioria das acções sociais não deixa vestígios materiais observáveis. Que vestígios deixou a acção deste pai que, numa casa castreja, ralhou ao filho e lhe bateu? Mas há acções sociais que deixam vestígios. Não é o enterramento dos mortos uma acção social, e não deixa vestígios? Não puderam Shanks e Tilley (1982: 129-154) mostrar que os homens de Fussell's Lodge e Ramshõg não praticavam a inumação directa ou imediata? Enterravam ou expunham os cadáveres, recolhiam mais tarde alguns ossos de acordo com certas normas e empilhavam-nos na câmara funerária ainda segundo certas regras que os autores pu-

deram determinar, representando-se assim a acção. Não é o ataque a uma aldeia uma acção social que pode ter deixado vestígios numa camada de incêndio?

As acções mânticas também podem deixar vestígios materiais, como estes ossos de galináceo nas fundações de uma casa romana, prova de uma acção contra o mau-olhado.

Perguntar pelo significado das coisas (destes ossos de galináceo, por exemplo) é inquirir das acções de que as coisas são vestígios. O vestígio é rasto, é aquilo que alguém deixou, aquilo a partir do qual reconhecemos uma acção.

O arqueólogo, partindo dos vestígios materiais, pode, pois, aceder às acções, embora não tenha delas uma representação tão clara como a das testemunhas presenciais.

Mas as acções, como vimos, implicam ideações, desejos ou aversões, volições e execuções. A ideação, por seu lado, implica, como também vimos, uma definição de fins e uma definição de meios necessários à concretização desses fins. O arqueólogo constantemente pergunta pelos fins. Com que fim se enterravam, nas fundações das casas, os ossos de galináceos? Com que fim se cavavam, nos *oppida* da Idade do Ferro da Inglaterra, estas fossas? Para servirem de lixeiras? Para servirem de silos? Com que fim construíam os índios as fossas fumacentas (BINFORD, 1972: 33-58)? Para afugentar os mosquitos? Para curtirem peles? É pacífico, pois, que o arqueólogo parte das coisas feitas para a acção, do *opus operatum* para o *opus operandi*, e que procura descortinar os fins.

Os meios estão aí, observáveis, materializados na execução. Se o fim dos índios era curtir peles, que meio escolheram para fazê-lo? As fossas fumacentas. Se o fim dos construtores deste dolmen era garantir a estabilidade dos esteios, que meio escolheram para alcançar esse fim? A construção de contrafortes. Se o fim do construtor desta casa castreja era demonstrar a sua preeminência social, que meio escolheu? Decorou a verga e as ombreiras da porta.

Os desejos ou as aversões, porém, não são alcançáveis. O agente desta acção executou-a desejando-a ou avertindo-a? Como sabê-lo?

A volição, reduzida à deliberação de executar o ideado, é também um facto mental não reconstituível: reconstituímos o que foi ideado e observamos o que foi executado mas não podemos aceder ao acto de querer.

A execução, momento final da acção, essa pode reconstituir-se, como acabámos de ver: podemos imaginar como é que o artífice meta-

lúrgico fundiu o machado, como é que os construtores deste dolmen o ergueram, etc.

A acção tem uma duração que, tal como a da coisa, pode ser objectiva ou subjectiva. Esta acção pode ser vivida por mim como breve, porque me deu prazer; e esta outra, que durou exactamente o mesmo tempo objectivo, como longa, porque me foi penosa. A duração subjectiva das acções dos homens do passado é, evidentemente, irrecuperável. A duração objectiva é também difícil de determinar: quanto tempo durou a construção deste dolmen ou destas muralhas? Através da Arqueologia experimental ou da Etnoarqueologia pode, nalguns casos (limitados), fazer-se uma ideia de quanto tempo terão durado certas acções: cobrir esta casa de colmo, abater uma árvore com um machado de pedra polida.

A acção, para além de uma duração, tem um desenvolvimento temporal. Isto significa que ela aparece primeiro ao agente como um futuro, isto é, como qualquer coisa a realizar; depois, como um presente, qualquer coisa que se realiza; finalmente, como um passado, coisa realizada. Existe também uma distância temporal entre a concepção e a realização, na medida em que eu posso realizar uma acção na sequência imediata da sua ideação, ou muito depois de a ter pensado.

A acção feita, o *opus operatum*, vai-se distanciando do meu presente: foi feita há pouco, ontem, há duas luas, no tempo em que meu pai era ainda vivo, até se afastar num passado indeterminado. Quer dizer que a acção feita vai sendo progressivamente recolocada ou recentrada; a acção vai deslizando no tempo, duma forma que Merleau-Ponty (1945: 477) examinou exemplarmente, aliás de acordo com Husserl (1964; vid. também GELL, 1992: 221-241).

Este desenvolvimento temporal da acção não pode ser imaginado, muito menos vivido pelo arqueólogo. A comunidade que concebeu este dolmen ideou-o para ser realizado de imediato? ou para ser realizado a médio prazo? e quando é que a acção caiu nesse passado indeterminado a que nos referimos? ao fim de vinte luas? de cem? A perguntas deste género não podemos responder.

Concluiremos que, podendo imaginar as acções do passado, não podemos representar-nos a sua duração subjectiva nem o seu desenvolvimento temporal e só em poucos casos podemos representar-nos, aliás sem muita segurança, a sua duração objectiva. Tudo o que nós, arqueó-

logos, podemos fazer com alguma segurança é situar a acção num tempo cronométrico, por exemplo, em 3100 a. C., tempo que não é, obviamente, o tempo vivido do agente.

A acção social, sendo uma acção entre sujeitos, implica um que a executa (o agente) e outro que a sofre (o paciente). Podemos falar de acção social colectiva quando não existe um, mas vários agentes, ou quando não há só um, mas vários pacientes. O ataque de um grupo armado a uma aldeia é uma acção social colectiva. Se, na realidade da prática, o agente pode ser, simultaneamente, paciente (como no caso de uma batalha ou refrega), não deixa de ser legítima e útil a distinção lógica entre agente e paciente.

Se, para o(s) agente(s), existe um desenvolvimento temporal da acção, o(s) paciente(s) vivem a acção sob um determinado modo temporal. A acção sofrida pode ser um facto inesperado, um facto-surpresa. O assassinato de Viriato foi, talvez, para o próprio e para os Lusitanos que ele comandava, um facto inesperado, com que não contavam. Mas a acção sofrida pode ser vivida como facto esperado, aguardado. Este modo de ser temporal da acção sofrida é susceptível de três submodos possíveis: o facto pode vir em tempo certo, atrasado ou antecipado. A população de uma aldeia pode prever o ataque de que vai ser alvo; esse ataque pode sobrevir no dia previsto, ou depois do previsto, ou antes do previsto. O facto-surpresa é apenas um caso extremo do facto esperado.

O modo de ser temporal da acção sofrida parece incognoscível: sem fontes literárias, não podemos saber se este(s) paciente(s) esperava(m), ou não, a acção, e se esta sobreveio em tempo certo, atrasada ou antecipada. As obras de refortificação observáveis em muitos castros do Sul de Inglaterra podem ser interpretadas como reacção ao avanço das tropas romanas em 43-44 d.C. (CUNLIFFE, 1991: 128); e o enorme monte de 22.000 pedras de funda encontrado junto de uma das entradas de Maiden Castle (CUNLIFFE, 1991: 118), como um municiamento preparado para a defesa do *oppidum*. Temos aqui, claramente, uma população que aguardava o ataque; mas casos como este são raramente observáveis. A população da área de Alcácer do Sal que, no séc. VII a.C., viu erguer-se a feitoria de Abul, esperava ou não a chegada dos Fenícios? É possível que sim, pois talvez os Fenícios tenham negociado a sua instalação. Mas como sabê-lo?

Assim, e em conclusão, diremos que o modo temporal de aparição da acção é incognoscível.

4. O tempo das normas

A breve análise, a que procedemos, da dinâmica da acção tem de completar-se com um exame do modo *normativo* da acção. O cumprimentar o parente, o amigo, o conhecido é uma acção universal; mas um europeu ocidental não cumprimenta o outro da mesma maneira que um russo, nem este, da mesma maneira que um japonês. E não se cumprimenta o pai do mesmo modo que se saúda um amigo da mesma idade. Dar sepultura a um morto é igualmente uma acção universal; mas quantos modos não existem de enterrar! Uns incineram, outros inumam; estes que inumam divergem uns dos outros no ritual que adoptam.

A acção obedece a normas que são culturalmente específicas e é a divergência ou a multiplicidade das normas que explica a variabilidade dos modos de acção: a norma produz o modo.

Se distinguimos acções técnicas, de acções sociais e de acções mânticas, devemos correlativamente distinguir normas técnicas, que orientam as primeiras, de normas sociais, que determinam o modo das segundas, e de normas rituais, que condicionam as acções mânticas.

O sujeito que age, concebendo a acção, ouvindo seus desejos, determinando-se a agir e, por fim, agindo, não o faz sem atender a normas: há acções que devem ser praticadas e outras que não devem sê-lo, e as primeiras devem sê-lo de determinada maneira. O sujeito é livre para conceber qualquer acção mas não é inteiramente livre para agir porque há determinadas normas técnicas, sociais ou mânticas que estruturam ou conformam a acção.

Devemos acrescentar que a acção não é condicionada só pelas normas, mas também pelas condições objectivas da existência: eu posso conceber matar alguém e não executar esse acto porque há uma norma social que me proíbe de matar o outro; posso conceber comprar um carro de luxo e não o comprar, não porque exista norma social que mo proíba, mas porque não tenho dinheiro. Poderíamos pensar que as condições objectivas da existência não determinam o modo da acção, mas apenas a acção possível e a acção impossível, ou a acção legítima e a acção ilegítima. Todavia, se pensarmos na linguagem, hoje obsoleta, dos cartões de visita, seremos forçados a concluir que as condições objectivas da existência podem determinar o modo. Os nossos avós, quando visitavam alguém, entregavam um cartão de visita à criada que vinha abrir-lhes a porta. De que modo o faziam? Se o visitado estava em casa, entregavam o cartão, sem mais, para que o visitado soubesse

quem era a visita. Se o visitado estava ausente, entregavam o cartão dobrado de acordo com um código social: no canto inferior esquerdo se se consideravam socialmente inferiores; no canto superior esquerdo, se se tinham por socialmente superiores; a meio, se se consideravam iguais. As condições objectivas da existência (neste caso, a posição social relativa) comandavam o modo como se dobrava o cartão.

A norma não existe independente de um contexto: matar alguém pode ser socialmente ilegítimo, mas acção socialmente aceitável e não punível se em legítima defesa ou, por exemplo, para salvar a honra (como, em certas sociedades, no caso do marido que mata o amante da mulher).

Assim, a acção é condicionada pelas normas, pelas condições objectivas da existência e pelo contexto.

As normas são, para alguns sociólogos e antropólogos, regras objectivas, formais e explícitas, de que o sujeito tem consciência quando age: não são meras *leges insitae,* isto é, normas tão interiorizadas que se tornam inconscientes.

A posição epistemologica que faz das normas um código objectivo de que o sujeito tem clara consciência e que pondera quando age vai a par com a concepção da acção como uma estratégia, um plano reflectido. Ora, como observa Bourdieu (1990, particularmente *book* I, *chaps.* 3 e 5), a maioria das nossas acções não é planeada, reflectida, mas espontânea. Não nos perguntamos, a cada instante: que vou fazer? como vou fazer? desejo ou não que se realize a acção pensada? está esta acção de acordo com as normas, as condições objectivas da minha existência, o contexto?

Numa leitura superficial, poderíamos pensar que Bourdieu nega a acção como cálculo consciente; na realidade, faz dessa acção calculada apenas um *modus operandi,* uma maneira de agir; mas há outro *modus operandi,* que é o modo como se realiza a maior parte das nossas acções, modo esse a que Bourdieu chama *habitus. O habitus* não pressupõe "uma intenção consciente ou um domínio expresso das operações necessárias à concretização dos fins" (1990: 53); é um modo "regulado e regular que não é de maneira nenhuma o resultado de uma obediência a regras" (1990: 53); é uma "espontaneidade sem consciência ou volição" (1990: 56). A Bourdieu não interessa a análise da acção consciente e reflectida; mas não a nega; simplesmente o que pretende é analisar o outro *modus operandi,* aquilo "que o *habitus* realiza de modo totalmente diferente" (1990: 53), modo esse espontâneo, que não ponde-

ra as regras, modo em que não intervem a razão discursiva, modo em que a norma agora é *lex insita*, imanente e inconsciente. No *habitus*, a acção aparece-nos de imediato como correcta ou incorrecta, adequada ou inadequada sem termos necessidade de suspender ou adiar a acção pensada ou ideada para verificar se está ou não de acordo com as normas antes de nos decidirmos a executá-la. A natureza da acção reside na ausência de razão ponderada; a prática, por definição, segundo Bourdieu, exclui o pensamento explícito.

Se, descendo eu uma rua, vejo que vem por ela subindo um conhecido, não me pergunto que devo fazer quando nos cruzarmos: o "bom dia" vem-me espontaneamente.

O *habitus*, porém, não exclui a norma: só que esta não é aplicada de forma consciente, discursiva, reflectida; é aplicada sem ser pensada; é *lex insita*, lei imanente, inconsciente. Para a designar, Bourdieu prefere, ao nome de norma, o de *esquema generativo da acção.*

A distinção de dois *modus operandi*, um caracterizado pela aplicação consciente de normas, outro pela aplicação irreflectida, é certamente uma distinção pertinente e útil; mas não podemos deduzir daqui que os esquemas generativos da acção, isto é, as normas insconscientemente aplicadas, não possam ser trazidas ao plano da consciência, objectificadas pelo agente.

Muitos comportamentos são miméticos: eu comporto-me desta maneira porque vejo os outros agirem desse modo. Como disse Aristóteles *{Poética,* 1448 b), o homem é o mais imitador dos animais e aprende suas primeiras lições pelo mimetismo. O mimetismo exclui a consciência das normas porque o que é objecto de percepção e de reprodução não é a norma, mas o comportamento concreto normalizado. "...Os esquemas podem passar directamente de prática a prática sem passarem pelo discurso e pela consciência" (BOURDIEU, 1990: 74): a prática pode transmitir-se no estado prático sem passar pelo plano do discurso.

A aprendizagem da língua materna é um exemplo de mimetismo: essa língua, ao contrário das línguas estrangeiras, aprende-se sem que as regras sejam discursivamente assimiladas. Mas a aprendizagem mimètica é geralmente acompanhada por aquilo que podemos chamar indoutrinação, isto é, pelo ensino discursivo das normas. Como é que a criança aprende a servir-se dos talheres senão, simultaneamente, pelo mimetismo e por assimilação de regras que os pais formulam discursivamente?

Os esquemas generativos da acção, ou muitos destes esquemas, sendo *leges insitae*, foram, na origem, também normas conscientes que depois cairam no inconsciente e que podem a qualquer momento ser de novo trazidas à consciência quando o agente se distancia da própria prática convertendo esta em objecto do conhecimento e de interrogação.

A pergunta das crianças é um mecanismo motor desse trânsito das *leges insitae* a normas conscientes. Quando a criança pergunta "porque fazes isto?" ou "porque fazes isto desta maneira?", obriga-nos a chamar à consciência as regras generativas da acção. O mesmo sucede quando o antropólogo formula o mesmo tipo de perguntas a um primitivo. Bourdieu parece esquecer que a norma está constantemente a advir à consciência para regressar ao inconsciente, ao automatismo e daí, de novo, emergir à superfície da consciência.

Admitindo que a norma, podendo funcionar como *lex insita*, pode todavia também a qualquer momento ser interrogada, objectificada, abstraída do comportamento (no sentido etimológico, *abstrahere*, arrancar, tirar de), como é que a norma nos aparece quando se transforma em objecto do conhecimento, quando, da prática, passamos à reflexão sobre a prática? Aparece-nos como permanente e necessária, como qualquer coisa que foi, é e será, como aquilo que já regulou o comportamento dos meus antepassados e continuará a regular o dos vindouros e como regra a que devo obedecer, sob pena de sanções, sejam elas a reprovação dos outros ou a ineficácia da minha acção. A permanência e a necessidade estão tão interligadas que não podemos dizer se é a necessidade que fundamenta a permanência, ou esta que funda a necessidade.

Devemos precisar: é assim que a norma aparece a um sujeito destituído da consciência da historicidade. Para esse, a norma já aí estava quando nasceu. A origem dela, não a sabe. O primitivo remete a origem da norma para um tempo mítico, o tempo da geração do mundo. O mito é um mecanismo para explicar a origem das normas, é o ópio do selvagem que não o deixa representar-se as normas como produto das condições objectivas da existência e, por conseguinte, como mutáveis. O mito pretende abolir o tempo, e com ele, o devir, pretende escorar o presente para impedir que ele se torne passado (LÉVI-STRAUSS, 1986: 542). Ou, como disse Eliade, o homem primitivo suprime o tempo "pela imitação dos arquétipos e pela repetição dos gestos paradigmáticos". Por esta repetição "há uma abolição implícita do tempo profano, da dura-

ção, da "história"; aquele que reproduz o gesto exemplar é transportado assim para a época mítica em que esse gesto exemplar foi revelado" (ELIADE, 1993: 49-50).

Se a minha vida vem do futuro para o presente e desliza deste para o passado, nessa síntese de transição de que fala Merleau-Ponty (1945: 480; vid. também HUSSERL, 1964: 43), se a vida, no seu fluir, é o futuro que se torna um agora e um agora que logo se transforma num outrora, a norma vem do passado para o presente, para se continuar (isto é, para continuar a ser aplicada) no futuro. A norma é tradicional, no sentido original de *traditio*, que é entrega, transmissão de alguma coisa que alguém traz e passa a outro, que a leva mais longe (sobre o sentido de *traditio* vid. CRUZ CRUZ, 1993, *passim).* A norma é coisa do passado que existe no presente mas não apenas sob a forma de recordação ou sob a forma de ter sido, porque permanece activa e constrangente.

A norma, observada pelo cientista (no nosso caso, pelo arqueólogo), não é permanente nem necessária, mas pelo contrário, transitória e contingente. A perspectiva que o arqueólogo tem da norma não é a perspectiva que dela tem o agente, mesmo quando este objectiva a norma. O arqueólogo temporaliza a norma, situa-a num tempo cronométrico, procura explicá-la pelas condições objectivas da existência, tornando-a contingente, histórica.

Regras do jogo jogado, para o agente, as normas são regras do jogo observado de fora, para o investigador, situado numa posição que lhe permite entender como é que as normas são determinadas pelas condições objectivas da existência que, todavia, também estruturam, num movimento de retroacção em que a causa se torna efeito e o efeito, causa, pelo menos reforçando, se não originando, essas condições da existência.

E tão evidente que a Arqueologia estuda normas, que não carecemos de dar muitos exemplos. Normas técnicas, como a maneira de os Romanos armarem um telhado. Normas estéticas, como a do "sorriso arcaico" dos *Kouroi* gregos. Normas sociais, como as que se observam nos enterramentos. Normas religiosas, como os rituais de sacrifício aos deuses.

O tempo objectivo das normas, isto é, o lapso de tempo durante o qual certas normas serviram de normas, é determinável pelo arqueólogo.

5. O tempo dos aparelhos políticos

Ñas sociedades primitivas, as relações de parentesco são suficientes para garantirem a unidade e estabilidade do grupo; mas à medida que este cresce e se acentuam nele as desigualdades económicas, criam-se antagonismos e contradições que exigem funções políticas institucionalizadas: surge um chefe e uma máquina do poder, que aqui designamos por aparelho político. O aparelho serve para manter a unidade e o equilíbrio interno da sociedade, para garantir a sua reprodutividade e para organizar as relações exteriores do grupo com outros grupos.

Os aparelhos políticos constituem, de todos os planos que o arqueólogo pretende investigar, o de acesso mais difícil: é mais fácil descobrir as ideias e as práticas religiosas de que os aparelhos políticos.

Ao contrário das coisas e das acções que, sendo pensadas antes de serem feitas ou praticadas, vêm do futuro ao presente, para deslizarem no passado que a memória recorda, os aparelhos, como as normas, vêm do passado para o presente, para se continuarem no futuro.

Os aparelhos têm uma duração que, em certa medida, depende da ideia que a sociedade se faz da origem das instituições. Esta pode ser situada num tempo mítico e as instituições podem ser atribuídas a um ser, sobrenatural ou carismático, que criou os aparelhos. Não atribuíam os Tartéssios a origem das suas instituições políticas a um rei mítico, Habis? Os aparelhos cuja origem é situada num tempo mítico exigem a fidelidade, a conformação; excluem a revolta ou o simples pensamento de que o futuro pode ser diferente do passado. Os aparelhos são assim reificados e, " através da reificação, o mundo das instituições parece fundir-se com o mundo da natureza. Torna-se necessidade e destino..." (BERGER e LUCKMANN, 1976: 125). Isto não quer dizer que sejam absolutamente imutáveis: as práticas flexibilizam os aparelhos e acabam por modificá-los na longa duração, insensivelmente.

O ocaso do tempo mítico e a aurora do tempo em que os homens se sentem responsáveis pelos aparelhos que os governam tornam possível o devir das instituições.

O devir dos aparelhos implica a consciência da sua mutabilidade: os aparelhos não evoluem por eles próprios, mas pela acção humana, e essa acção só pode ter lugar quando os aparelhos aparecem como aquilo que pode ou deve ser mudado. A consciência da possibilidade ou da imperatividade da mudança dos aparelhos fundamenta o projecto de mudá-los. Ora, o que pode ou deve ser mudado tem necessariamente de

sê-lo no tempo. O tempo é, pois, o lugar da mudança que se projecta. Mas o que se pretende mudar pode apresentar-se como aquilo que pode ou deve ser mudado no presente, não podendo ou não devendo tê-lo sido anteriormente, ou como o que podia ou devia ter sido mudado há muito tempo. Quer dizer que a mudança pode ser o que acontece em tempo certo, ou o que já devia ter acontecido há muito tempo. Não há, porém, perspectiva social unitária da mudança: o que a uns aparece como devendo ser mudado, aparece a outros como devendo ser mantido; e aqueles a quem a mudança aparece como necessária ou inevitável podem ainda concebê-la como devendo ter lugar já, ou como por enquanto inoportuna e por isso ainda adiável.

A mudança dos aparelhos processa-se geralmente de forma lenta, num tempo de longa duração: os aparelhos vão-se actualizando lentamente, respondendo aos estímulos representados pelas tensões sociais que surgem no interior do grupo, tensões que podem agora acentuar-se, e logo, distender-se. Mas os aparelhos não são um mero produto das tensões sociais, na medida em que retroagem sobre elas, agravando-as ou relaxando-as. A mudança, porém, pode dar-se subitamente, num tempo que Gurvitch chama "tempo de ilusão", o qual, "sob a aparência da longa duração e do retardador, oculta virtualidades de crises bruscas e inesperadas" (1986: 385).

6. O tempo das paisagens

O homem, se vive necessariamente com outros homens, vive com eles, não menos necessariamente, num espaço, num meio: o homem é ser no mundo (HEIDEGGER, *Être et temps*, §§ 12 e 13). Ora, este mundo suscitava certamente, nos primitivos, dois projectos: o de apropriação e o de exploração. O espaço era percebido como algo que era do grupo, que lhe pertencia, e não a outros grupos, e como algo que potenciava a subsistência.

Os caçadores-recolectores tinham já o sentido da territorialidade, isto é, o sentido de que dispunham de um espaço próprio e privativo, ao qual os outros bandos não podiam nem deviam, em princípio, ter acesso. Isto não excluía a ideia de que aos outros podia eventualmente ser facultado o acesso ao território do bando, em ocasiões de crise para eles. A condição de possibilidade de acesso seria a existência de relações de solidariedade entre bandos, relações que seriam criadas por laços matrimoniais.

O espaço natural dos bandos de caçadores-recolectores era percebido como metamorfoseável, como podendo (ou devendo) transformar-se no tempo: apresentava vários aspectos consoante as estações, cobrindo-se eventualmente de geadas ou de neves no inverno, reverdecendo na primavera. O espaço aparecia assim como sujeito a transformações cíclicas.

O espaço aparecia aos caçadores-recolectores como algo dado, mas não como algo constmído. A percepção do espaço como algo de construível, de transformável pelo trabalho, só emergiu, provavelmente, com os primeiros agricultores. Tem-se definido o Neolítico em termos técnicos (como o tempo da pedra polida e da cerâmica) ou económicos (como o tempo em que começou a praticar-se a agricultura e a domesticação dos animais), esquecendo a dimensão ideológica da revolução neolítica, sobre a qual só muito recentemente começou a reflectir-se, no âmbito da Arqueologia contextuai. A nova visão do espaço como transformável por meios humanos, como aquilo que se pode construir, é talvez um dos fenómenos a integrar nessa revolução ideológica neolítica.

A construção do espaço, para os agricultores do Neolítico, era algo que se dava no tempo, diríamos melhor, algo que se tinha dado no tempo dos antepassados, de quem haviam recebido, como herança, o espaço construído, que todavia modificavam ainda, construindo, por exemplo, outro dòlmen que ficava aí, na paisagem, para os vindouros.

O sentimento da transformabilidade do espaço no tempo seria, todavia, no Neolítico, ainda limitado, na medida em que eram pequenas as transformações introduzidas em cada geração. Se os efeitos da erosão, por virtude da desflorestação, eram demasiadamente lentos para poderem ser percebidos, o esgotamento dos solos era talvez suficientemente rápido para permitir a sua percepção e obrigava a deslocar, a intervalos, a posição das aldeias; mas o espaço abandonado ficava aí, capaz de uma regeneração que iria permitir o regresso, reforçando a visão do tempo como cíclico.

Não é o arqueólogo que, pela sua visão à distância, no tempo, introduz uma noção de transformabilidade do espaço de que os homens primitivos careceriam em absoluto. Mas é óbvio que, numa relação existencial do homem com o espaço, este aparece como transformável muito mais lentamente do que na nossa representação de arqueólogos, nessa visão que, *uno intuitu et tota simul,* abarca vários séculos ou mesmo milénios. Temos necessidade de pensar que, para o primitivo, o espaço evoluía no tempo muito lentamente, quase imperceptivelmente.

7. Duração, sucessão e processo

As coisas e as acções, como vimos, têm ou podem ter, para o utilizador e o agente, uma duração subjectiva. Porque o arqueólogo estuda o passado, digamos que as coisas e as acções tiveram ou podem ter tido uma duração subjectiva. Não podemos, nunca, reconstituir essa duração. Não é porque a vivência seja intransmissível: pode sê-lo pelo discurso ou por sinais. O outro pode dizer-me que a tarefa lhe está a parecer demasiadamente longa. Os movimentos de impaciência que faz o meu vizinho, coespectador no cinema, são sinais que me revelam que o filme lhe está a parecer lento. Mas a duração subjectiva só pode ser comunicada de sujeito a sujeito, de um ao outro, numa relação intersubjectiva que faz, de um, comunicante, e de outro, ouvinte ou interpretante, relação que, evidentemente, não podemos ter com os homens do passado.

As coisas e as acções tiveram, porém, também uma duração objectiva: o fabrico desta lança demorou tantas horas; a construção deste dólmen, tantos dias; esta casa durou tantos anos.

São poucos os casos em que a duração objectiva é determinável. Renfrew (1973: 547) calculou que a construção do *henge* de Avebury exigiu 1.500.000 horas de trabalho e a de Stonehenge, 10.000.000; mas como não sabemos quantos homens estiveram envolvidos no trabalho, não podemos determinar quantos meses ou anos demorou a construção destes monumentos. Soudskÿ (citado por RENFREW, 1973: 546) mostrou que as aldeias neolíticas dos terrenos loéssicos da Checoslováquia duravam cerca de 15 anos, ao fim dos quais a população abandonava o local porque a produtividade das terras estava esgotada, voltando ao mesmo ponto 60 anos depois (mas, para uma crítica desta tese da itinerância cíclica vid. BARKER, 1985: 141 e BOGUCKY, 1988: 81). Todorova (cit. por BAILEY, 1990: 30) mostrou que as casas do horizonte IV de Ovcarovo (Bulgária) duraram 82 anos.

Poderíamos citar muitos outros exemplos desta preocupação actual dos arqueólogos em calcular a duração objectiva de coisas e acções (pelo menos, acções técnicas), muitas vezes recorrendo à Etno-Arqueologia ou à Arqueologia experimental. Mas o que agora nos interessa é examinar como é que essa duração objectiva pode ser apreendida pelos utilizadores e agentes (neste caso, os homens pré-históricos) e por nós, arqueólogos.

Imaginemos o camponês neolítico das terras actualmente checas abandonando a aldeia em cuja fundação tinha participado sendo crian-

ça, jovem ou mesmo já adulto. Da fundação da aldeia, esse camponês tivera uma percepção, essa percepção pura bergsoniana que "por definição apreende objectos presentes" (BERGSON, 1953: 78); agora, no momento do abandono, recordava esses actos fundacionais, situando-os no seu (dele) passado. No momento do abandono, a fundação da aldeia era evocada, chamada pela memória, que é essa faculdade de alguém se representar um objecto ausente (BERGSON, 1953: 79), de o reter no presente sendo todavia já passado. A acção recordada tem necessariamente uma data (BERGSON, 1953: 84, 88), isto é, uma posição na história pessoal de quem se recorda. Eu recordo-me de isto ter sucedido antes ou depois de um outro sucesso. Chamemos, a este conhecimento, *empírico* (de *empeiría*, experiência): conhecimento por vivência.

Imaginemos agora um homem do Neolítico enterrando um familiar num dólmen ao lado de outro dólmen já abandonado. Da fundação e do abandono do primeiro dólmen, este homem não tivera vivência. Não podia situar essa fundação e esse abandono na sua história pessoal: o dólmen estava feito e abandonado, estava já aí quando aquele homem tinha tomado consciência de si, sempre o tinha visto naquele lugar desde que se recordava de si. Mas esse homem podia ter conhecimento da duração objectiva do dólmen: podia saber, por informação de algum velho do grupo, que havia sido construído no tempo do seu quarto avô e abandonado no tempo do seu pai. Temos aqui um outro tipo de conhecimento, a que chamamos *narrativo*: conhecimento da duração por informação de uma testemunha presencial ou por informação de alguém que também não foi testemunha presencial mas que recebeu a informação de uma testemunha presencial, numa cadeia que pode ter muitos elos. Os factos, agora, não são vividos, mas comunicados, contados, noticiados e a notícia transmite a data ou a duração. Na África há comunidades cujos anciãos memorizam crónicas que vão até 1300 da nossa era (TOULMIN e GOODFIELD, 1967: 27).

É de um terceiro tipo o conhecimento que o arqueólogo tem da duração objectiva. Chamemos-lhe conhecimento *epistémico* (de *episteme*, ciência). O arqueólogo não recebe a informação através da crónica oral ou escrita. Tem de descobrir a duração através de sinais que interpreta (e, neste sentido, poderíamos também chamar a este conhecimento, *hermenêutico). O* arqueólogo determina a duração desta villa romana pela data que atribui aos materiais encontrados nas valas de fundação dos muros e pela cronologia que define para aqueles outros materiais que recolhe sob as telhas da cobertura abatida.

No primeiro caso (o do camponês neolítico), temos datas conhecidas por experiência directa e integradas numa historia pessoal; no segundo (o do homem do horizonte megalítico), uma data transmitida por um narrador a um ouvinte e integrada numa história social, numa história do grupo; no terceiro, uma data reconstituída a partir de sinais, uma data que se inscreve numa escala cronométrica, num tempo vazio de factos, e não numa história: a história vem depois, quando, estabelecido um certo número de datas para um certo número de factos, se toma possível encadeá-los numa sucessão. A percepção do arqueólogo é uma percepção metódica, analítica, diferente da vivência, da retenção (na memória) e do conhecimento por ouvir dizer, nenhum das quais exige análise, método ou razão.

Qualquer um dos conhecimentos que acabámos de distinguir exige uma escala cronométrica. A do camponês neolítico ou a do utilizador do dolmen seria uma escala em luas, em estações, em gerações? A nossa é em anos, a partir do nascimento de Cristo, para um lado e o outro. O arqueólogo, usando escala diferente da dos homens pré-históricos, não atribui todavia uma duração objectiva a coisas e acções que não tenham tido duração objectiva para os utilizadores e os agentes: o homem pré-histórico sabia que este machado e este dólmen, feitos agora, iriam atingir algum dia o limiar da utensilidade. Isto não quer dizer que nós, arqueólogos, vejamos as coisas como as viram os homens do passado: estes viam as coisas de que se serviam como coisas prestáveis, coisas com uma potencialidade activa; nós vemos as coisas como potencialidades concluídas, como coisas de que não nos podemos servir, como utensílios sem utilidade. O mundo que desvendamos, e que foi um mundo em que os sujeitos estavam activos, servindo-se das coisas, é agora um mundo posto fora de acção. Mas os homens que deixavam de enterrar num dólmen por este estar cheio (ou por qualquer outra razão) e construíam outro dólmen, os homens que destruíam uma casa por estar velha e construíam outra casa, nova, não viam também o primeiro dólmen e a primeira casa como potencialidades concluídas?

No caso das normas e dos aparelhos, nós representamo-los de um modo sob o qual nunca os homens do passado os representaram. Para estes, as normas foram, como vimos, permanentes, intemporais, necessárias; nós percebemo-las como transitórias, contingentes, explicáveis por e relacionáveis com as condições objectivas da existência. A norma, para o arqueólogo, é a regra de acção que já não estrutura a acção; o aparelho é esse nível organizado coercivo (GURVITCH, 1986: 391) que já não exerce coerção.

Voltando ainda às coisas, se não é fácil determinar a duração delas (desta precisa ânfora, desta concreta peça de *terra sigillata*), é pelo menos possível determinar a duração dos tipos em que elas se integram: o tempo durante o qual foi fabricado este tipo de ânfora ou esta forma de *terra sigillata.*

A determinação da duração objectiva das coisas ou dos tipos, das acções, das normas, dos aparelhos, das paisagens, não é o único objecti vo do arqueólogo: este procura também estabelecer sucessões.

As coisas são substituídas, ou fabricam-se coisas novas enquanto outras se abandonam por se terem tornado inúteis; as acções vêm umas a seguir às outras; as normas alteram-se, revêem-se, substituem-se; os aparelhos transformam-se; as paisagens evoluem, passam de um estado a outro estado. Em qualquer plano em que nos situemos (no da cultura material, no dos factos económicos, sociais, políticos ou ideológicos), há sempre uma sucessão. Esta é uma "ordem cujo princípio ordenador é o da relação antes-depois" (SARTRE, 1993: 150).

O estabelecimento dessa relação não implica necessariamente o posicionamento prévio exacto dos factos numa escala cronológica: não é preciso sabermos que este facto se deu nesta data e este outro nesta outra para situarmos o primeiro anteriormente ao segundo. Quando escavamos, podemos verificar que uma estrutura se encontra por debaixo de uma outra: essa posição estratigráfica indica a anterioridade da primeira. Ou que um muro se adossa e não se trava num outro, o que nos permite concluir da posterioridade do primeiro, que foi acrescentado a um anteriormente existente. O estabelecimento de sucessões sem datas exactas é corrente na prática arqueológica, embora sempre procuremos, depois, estabelecer essas datas, convertendo em absoluta a cronologia relativa.

As sucessões que o arqueólogo traça ou constroi não são ficções: correspondem a sucessões reais. A evolução das casas do Neolítico danubiano de planta rectangular para planta trapezoidal, a evolução dos *tumuli* alentejanos de circulares (na Idade do Bronze) para quadrangulares (na Iª. Idade do Ferro), ou ainda a progressiva substituição da norma de incineração pela da inumação, no Império romano, a partir do séc. II d. C., foi uma evolução real.

Dada a temporalidade dos homens e dos grupos, tudo quanto acontece a uns e outros acontece necessariamente em sucessão: os factos acontecem uns depois dos outros. A vida é essa "narratividade incoativa", essa "história potencial", essa "história (ainda) não contada"

de que fala Ricoeur (1983: 113-114). A historia acontece antes que alguém a conte, ou mesmo que ninguém a conte. A acção está aí, no passado, à espera que alguém a conte ("l'action est en quête de récit", RICOEUR, 1983: 113).

Narrando, o arqueólogo, tal como o historiador, procura compreender e explicar o passado. Afastar-nos-íamos muito do nosso intento se introduzíssemos aqui uma teoria da compreensão e da explicação. Seria talvez útil tal reflexão, não obstante ter Ricoeur elaborado exemplarmente essa teoria (por exemplo, em RICOEUR, 1983 ou 1990): se o autor tem da historiografia e da filosofia critica da história um profundo conhecimento, ignora o trabalho específico do arqueólogo, a partir de cuja perspectiva poderíamos talvez refazer a teoria da compreensão e da explicação. Mas julgamos mais oportuno desviar agora a nossa atenção para outro problema: muitos trabalhos arqueológicos não estabelecem sucessões, mas estudam configurações sem movimento.

A Arqueologia, ao contrário da História (pelo menos , da "histoire événementielle"), é uma história sem personagens. Não quer isto dizer que o arqueólogo não encontre o indivíduo. Não encontramos nós o túmulo da princesa de Vix ou do príncipe de Hochdorf? Mas esse indivíduo que encontramos é alguém sem nome e sem rosto, alguém de quem não sabemos nada, senão que foi enterrado ali, em certa data, alguém de quem não podemos escrever uma biografia, por mais sumária que seja. E se, para cada artefacto, temos de postular a existência de alguém que o fez e de alguém que o usou, nada sabemos desse fabricante e desse utilizador: o quem é um referente sem conteúdo.

O sujeito da Arqueologia é o grupo social, esse grupo que construiu as muralhas de Vila Nova de S. Pedro ou a feitoria de Abul e ali viveu. O *quem* do arqueólogo é o grupo, o *on* francês, o *Mann* alemão. A Arqueologia nega o indivíduo, dissolvendo-o no anonimato do grupo, não por opção, mas por necessidade. Pelo contrário, esse interesse da historiografia contemporânea derivada dos *Annales* pelo estudo das conjunturas e das estruturas, das tendências e das crises, em prejuízo da "histoire événementielle", esse eclipse da narração ("éclipse du récit"), como lhe chamou Ricoeur (1983), é uma opção. Não é por necessidade, mas por escolha, que alguns historiadores contemporâneos preferem a história anónima, profunda e silenciosa de que fala Braudel (1983).

Se o grupo é o sujeito da Arqueologia, o que nós procuramos são os traços configuradores ou caracterizadores desse grupo, aquilo que

define a sua ecceidade, a sua personalidade própria: a sua cultura material, a sua forma de vida economica, a sua organização social, as suas instituições políticas, a sua ideologia. O esforço de Childe para catalogar o "conteúdo de urna cultura" (CHILDE, 1969: 145-148) proporciona ainda um útil inventário do que são os traços configuradores, não obstante lhe faltar a visão sistémica que a Nova Arqueologia posteriormente introduziu.

Os traços configuradores são predicados de um grupo mais ou menos vasto, consoante a perspectiva que adoptemos: podemos estudar um sítio, isto é, um grupo de co-residentes, um conjunto de sítios ou aquilo a que os arqueólogos chamam uma cultura.

Analisando os traços configuradores, temos de dar um princípio e um fim à história. Ora, "o tempo... apresenta-se-nos como uma linha de momentos, contínua e transcorrente, aberta e *aperiódica*, que vai passando numa determinada direcção desde um antes no sentido de um depois..." (ELLACURÍA, 1991: 331, sublinhado nosso). Se o tempo é aperiódico, a história dos grupos é epigenética (de *epí,* em posição superior ou ulterior e *génesis*, origem), isto é, no passado encontram-se as sementes do futuro: não há época, por revolucionária que seja, que não conserve traços do passado nem época, por muito tradicional que possa ser, que não contenha anúncios de futuro. Da continuidade da evolução deriva a extrema dificuldade de estabelecermos divisões em períodos e de marcarmos o princípio e o fim deles.

O facto, porém, é que os arqueólogos estabelecem períodos ou fases, tomando, como critério, mudanças consideradas significativas no plano da cultura material. Dada a sistematicidade da cultura (um sistema é um todo feito de partes interactuantes), a cultura material configuradora é solidária de uma forma de vida económica, de uma organização sociopolítica, de uma ideologia e a evolução de um destes planos determina ou arrasta a evolução dos outros. Não queremos tomar aqui parte no debate sobre se a evolução tecnoeconómica determina a sociopolítica e ideológica, ou o inverso: no fundo, as duas caminham a par, cada uma retroagindo sobre a outra, a causa tornada efeito, os fenómenos sociopolíticos e ideológicos condicionando a vida económica e a cultura material que, por seu turno, determinam aquelas. Não há influências unidireccionais, mas dialéctica dos subsistemas.

Se os acontecimentos ("événements") têm uma duração breve, os traços configuradores têm permanência. Por isso o arqueólogo, se não observar um lapso de tempo considerável, não vê mudança, não vê su-

cessão, mas estabilidade, estagnação: vê um tempo sem devir. A percepção da permanência ou da sucessão dependem do princípio e do fim que o arqueólogo der ao lapso de tempo cronométrico observado. Se o fim for situado muito perto do princípio, numa escala cronométrica, a cultura do grupo parece imóvel e a sucessão desaparece; um lapso de tempo maior faz emergir a sucessão.

Passemos agora ao exame do conceito de processo.

O processo, como a sucessão, desenrola-se no tempo. Para analisarmos este conceito temos de examinar previamente os de causa e explicação, difíceis de definir devido à imprecisão da linguagem de arqueólogos e historiadores, que frequentemente apelidam de causas o que, afinal, são apenas razões.

Os nexos de anterioridade-posterioridade não podem confundir-se com nexos de causalidade, porque o que vem antes não é forçosamente causa do que vem depois, nem a anterioridade de um facto relativamente a outro constitui necessariamente uma explicação deste outro.

Quer a causa quer a explicação de um facto são o porquê ou a condição desse facto. A causa necessária de um facto *b* reside no facto *a* sem o qual o facto *b* se não poderia ter produzido; a causa suficiente reside num nexo de necessidade entre os factos *a* e *b:* produzindo-se a, necessariamente se produz *b.*

A causalidade suficiente é um nexo que, pela sua necessidade, o homem não pode alterar: um incêndio foi a causa suficiente da destruição desta casa que acabámos de escavar; a tuberculose foi a causa suficiente da morte deste homem cujo esqueleto encontrámos neste túmulo. Os homens podem ter lutado contra o fogo ou contra a doença; mas, finalmente, foram vencidos por eles; e não foi preciso mais do que o fogo ou a doença para destruir a casa ou vitimar o homem.

A causalidade necessária mas não suficiente abre possibilidades: o facto *b* não se poderia ter produzido sem o facto *a*; mas este poderia ter-se verificado sem que se produzisse o facto *b.* O contacto dos Cónios do Alentejo com os Tartéssios, no séc. VII a.C., tornou possível aos Cónios começarem a usar escrita; mas poderia ter havido esses contactos sem que os Cónios assimilassem a escrita.

Uma causa necessária, ou mesmo um cúmulo de causas necessárias, não permite entender totalmente um facto. A causalidade necessária simplesmente viabiliza ou reúne as condições de possibilidade; mas o possível não é o efectivo. Temos, assim, de perguntar-nos o que mais foi preciso para se passar do facto possível ao facto verificado.

Ora, essa passagem operou-se por intervenção de alguém (indivíduo ou grupo) que agiu deste modo, com certas razões, podendo ter agido de maneira diferente. Certos autores consideram calculada essa acção. Assim, William Dray diz: explicar "é reconstruir o cálculo feito, pelo agente, dos meios que deve adoptar em vista do fim que escolheu tendo em atenção as circunstâncias em que se encontrava" (in *Laws and explanation in History*, citado por RICOEUR, 1983: 183-184). Este cálculo poderia identificar-se com a acção estratégica de Habermas, que é "aquela acção cuja racionalidade está ligada à avaliação das alternativas possíveis, tendo em vista o sucesso, sucesso que depende da compreensão das intenções de um parceiro racional" (FERRY, 1987: 338).

Convém todavia minimizar o cálculo, a estratégia, a racionalidade: a intervenção pode ser um fenómeno de ordem práxica, pode ser esse *habitus* de Bourdieu, que é "uma espontaneidade sem consciência ou vontade, tão oposta à necessidade mecânica das coisas sem história na teoria mecanicista como à liberdade reflexiva dos sujeitos "sem inércia" na teoria racionalista" (BOURDIEU, 1990: 56). Aliás, Dray reconhece que as "razões" podem ser paradoxalmente irracionais, isto é, não calculadas (ainda em RICOEUR, 1983: 185).

A intervenção tem, pois, razões mais ou menos reflectidas. Ora, as razões visam fins que não podem ser confundidos com causas (excepto no sentido em que a Escolástica falava de *causae finales)*. E a descoberta dessas razões que constitui a explicação.

Analisando a evolução das casas do Neolítico danubiano, Hodder (1990: 119s) observa uma tendência para a passagem de uma planta rectangular a um formato trapezoidal: longas, as casas vão estreitando a largura da traseira e aumentando a da fachada; ao mesmo tempo, a trave do cume, donde descia a cobertura de duas águas, poderia ter-se tornado oblíqua, mais alta na fachada, mais baixa na traseira. Ao mesmo tempo que se processa esta evolução, com enfatização da fachada, observa-se uma concentração do povoamento: a população, inicialmente dispersa, reúne-se em aldeias. Há, portanto, uma modificação das relações sociais, com a criação de laços de vizinhança mais estreitos. Nas aldeias haveria competição pelo status social. Uma maneira de afirmá-lo seria através da arquitectura da casa: aumentando a largura e a altura da fachada, uma família construiria uma casa mais imponente.

Neste exemplo, são os fins ou as intenções que explicam a evolução das casas. Mas quando apresentamos a guerra entre populações pré-históricas como um resultado da pressão demográfica, que tornava a

terra escassa e criava problemas de subsistência, estamos a definir uma causa suficiente.

Nesta perspectiva, podemos dizer que a Nova Arqueologia procura as causas suficientes e tende para uma lógica da necessidade, enquanto a Arqueologia contextuai procura as razões e se orienta para uma lógica da finalidade: a primeira procura as causas suficientes; a segunda, as intenções, que encontram, nas causas necessárias, apenas as condições de possibilidade da acção.

O caminho está agora desbravado para definirmos o que deve entender-se por *processo*: é o encadeamento de factos cuja sucessão se esclarece por causas suficientes, ou por causas necessárias acompanhadas de razões; é a demonstração de que o anterior gerou o posterior por efeito da necessidade ou da implicação, ou que o anterior continha as condições de possibilidade para uma intervenção que, por razões que têm de ser explicitadas, conduziram ao posterior. Se a sucessão estabelece um mero nexo de anterioridade-posterioridade, o processo é uma relação de um *explanandum* a um *explanans.* A sucessão implica o posicionamento numa escala temporal. Os factos assim posicionados são factos descontínuos; mas eles têm de ser relacionados em termos de causas e efeitos ou de intenções, numa síntese que esclarece porque é que uns derivam dos outros, ultrapassando a descontinuidade das sucessões para alcançar a continuidade dos processos.

Desenvolvendo-se no tempo, os processos têm um *ritmo*, que pode ser rápido ou lento: a evolução da cultura castreja do Noroeste de Portugal é mais rápida a partir dos fins do séc. II a. C. que entre os inícios do l.° milénio e aquela data. Mas, porque a cultura é um sistema que integra vários subsistemas, podemos admitir que os subsistemas não evoluam todos ao mesmo ritmo: teremos, assim, um processo sincopado. Outras vezes, o processo é lento num lapso de tempo considerável, acelera-se num determinado momento (o tempo explosivo das crises e das revoluções) e volta a tornar-se lento: diremos, então, que o processo é descompassado, interrompido, a intervalos, por surpresas.

8. O tempo do arqueólogo: uma intuição transcendental, ou uma construção capitalista?

O tempo que nós, arqueólogos, postulamos é um tempo "homogéneo que nos representamos como *lugar* das sucessões. Com efeito,...

pensamos espontaneamente que toda e qualquer mudança se passa no tempo *(dans* le temps). É nesse tempo que situamos os acontecimentos e que marcamos as suas *posições* respectivas. Ora, esse tempo indiferenciado... é figurado como uma linha contínua, medida pelo movimento periódico dos astros e o ritmo do relógio" (GRIMALDI, 1993: 11--12, itálicos do autor).

Esta linha é dividida a espaços (temporais) mais ou menos curtos. Para situarmos os acontecimentos do passado mais longínquo, dividimos a escala em milénios; para situarmos os acontecimentos de um passado proto-histórico, em séculos, em meios-séculos, mesmo em quartos de século.

Contra esta concepção espacial do tempo, insurgem-se Shanks e Tilley (1993: 118 s.), como se fosse possível escrevermos a história de outra forma.

Os mesmos autores (SHANKS e TILLEY, 1993: 125) consideram este tempo espacial como um produto do capitalismo, esquecendo que ele foi o tempo de Gregos e Romanos, que até já tinham relógios. O que pode ligar-se ao capitalismo é, talvez, a noção de que o tempo é qualquer coisa que nós temos para gastar ou poupar, qualquer coisa que usamos, uns procurando rentabilizá-lo, esforçando-se por tirar dele o máximo proveito, porque "o tempo é dinheiro", outros desperdiçando-o, esbanjando-o, como se pode esbanjar a riqueza. O que se pode, talvez, atribuir ao capitalismo, é esse "culto da rapidez" de que fala Ferrarotti (1990: 78). Mas nem sequer este culto da celeridade, do bom aproveitamento do tempo, se pode atribuir ao capitalismo, porque radica na noção calvinista da perda de tempo como um pecado, como qualquer coisa repreensível, como tão bem esclareceu Max Weber (1983). O hiperactivismo calvinista não derivou do capitalismo, mas criou as condições morais do capitalismo. A noção de que o tempo tem de ser aproveitado é mesmo muito anterior ao capitalismo. Encontramo-la nos mercadores medievais (LE GOFF, 1979; POMIAN, 1984: 260) e até na época romana. Em Conimbriga encontrou-se um tijolo com o seguinte grafito: *Ex Officin(a) Maelonis. Diarias rogatas solvi*, "Da oficina de Melão. Satisfiz a quantidade de tijolos que me são exigidos diariamente" (ETIENNE e FABRE, 1976: 159). Desta inscrição parece poder deduzir-se que o proprietário da oficina tinha uma preocupação "capitalista" de aproveitar bem o tempo dos seus escravos ou empregados, exigindo-lhes determinada quantidade de tijolos por dia.

Não podemos, pois, concordar com a afirmação de Shanks e Tilley de que "o tempo neutro e espacial... [corresponde à] cronometria capitalista" (1993: 125). Os autores fazem desta representação um conceito discursivo, historicamente situado; ora, ela não é um conceito, mas uma intuição transcendental do tempo puro. "Grandeza infinita dada, que precede e anticipa qualquer percepção possível, o tempo é, pois, esta forma vazia *à espera* dos acontecimentos que nele se podem produzir" (GRIMALDI, 1993: 29, itálico do autor). Não podemos admitir que o arqueólogo possa dispensar esta visão espacial, linear, do tempo, uma vez que ela é idealidade transcendental como afirmou Kant 0*Crítica da razão pura* § 6) ou estrutura ontológica como disse Barrett (1968: 373), identificando-a com a temporalidade ecstática heideggeriana, condição *a priori* da experiência e não ideia a *posteriori* derivada da experiência.

Temos, porém, de distinguir a intuição transcendental do tempo (concebido metaforicamente como rio de águas correntes ou como linha contínua), da experiência fenomenal do tempo, que é a experiência de uma sucessão de acontecimentos.

O tempo pode ser vivido como longo ou como breve: podemos ter a sensação de que o tempo não passa, de que passa devagar ou de que passa muito rápido. "Ao contrário do que disseram Hume e Condillac, o tempo não nos parece mais longo quando nele se passam mais coisas, mas quando nele se não passa nada; pelo contrário, é quando os acontecimentos se atropelam e se precipitam que ele nos parece mais curto..." (GRIMALDI, 1993: 20). No mesmo sentido se pronuncia Bachelard (1993: 37).

A intuição transcendental do tempo é a condição de possibilidade da experiência metafísica de um tempo vazio mas transcorrente, esse rio de que falava Heraclito, essa linha à qual o comparavam Kant e Bergson, ou ainda esse caminho deserto por onde todavia a qualquer momento podemos ver vir alguém, essa pauta vazia onde alguém pode vir a escrever as notas musicais, para usar agora as metáforas de Grimaldi (1993: 30-31). A experiência fenomenal do tempo é a de um tempo cheio, substancial, a de uma sucessão de factos. Shanks e Tilley, na tradição do empirismo inglês, atendem apenas à experiência fenomenal de devir e ignoram a experiência metafísica do tempo, que aquela mascara ou esconde, e que é todavia condição de possibilidade do fenómeno da espera: não poderíamos esperar o futuro se não tivéssemos, *a priori*, a intuição de que as coisas advêm umas atrás das outras.

Não há arqueologia possível sem essa concepção linear do tempo, que é condição necessária para o estabelecimento do antes e do depois, das relações temporais dos factos, da sintaxe dos factos. Shanks e Tilley fazem do tempo linear uma construção histórica (capitalista), quando o que é construído são apenas as unidades de medida do tempo. Nós contamos por horas, dias, meses, anos, séculos; outros, os primitivos, não tinham horas nem anos: contavam talvez por dias, luas, gerações. O tempo linear é, para Shanks e Tilley, aquilo que ele realmente não é: uma abstracção. Como se nós chegássemos à concepção do tempo vazio a partir da experiência fenomenologica da sucessão e, abstraindo da sua concretude, isto é, dos factos que o preenchem, ficássemos com apenas um resíduo lógico, uma forma sem conteúdo.

O tempo linear é um tempo que se pode medir (em horas, dias, luas, anos, etc.), mas que não se pode apressar, nem retardar nem deter (SANTO AGOSTINHO, *Confissões* XI, 23-24): o que pode decorrer mais depressa ou mais devagar, ou até deter-se, é o que se passa no tempo: esta trovoada, o arroteamento deste campo, a construção desta casa.

Para os homens da Pré-história, porém, não poderia o tempo deter-se ou ir mais devagar? Na literatura céltica ou na literatura popular mundial, que possivelmente conserva traços de um pensamento primitivo, são frequentes os exemplos em que um herói, transposto para um mundo sobrenatural em que julga ter permanecido apenas algumas horas ou alguns dias, observa, ao regressar ao mundo terreno, que se passaram anos ou séculos. Num conto russo (ORTEGA ORTEGA, 1993: 25), um herói entra no mundo encantado do fundo de um lago e aí encontra noiva; regressado ao mundo real, do qual julgava ter estado ausente apenas um dia, contente por poder apresentar a noiva aos pais, descobre que estes se tinham resignado, há três anos, a dá-lo como desaparecido: três anos haviam-lhe parecido um dia.

Deste exemplo, e de muitos outros similares, não nos parece, porém, que possa concluir-se que os primitivos admitiam a possibilidade de retardamento do tempo; simplesmente, consideravam que, "no mundo do Além, o tempo decorre num ritmo diferente do do mundo dos vivos" (ORTEGA ORTEGA, 1993: 25).

9. O tempo cíclico, o tempo linear e o ritmo da mudança cultural

O tempo representado como um caminho, agora deserto, mas onde alguém pode a certa altura surgir, e por onde esse alguém pode vir

vindo ao nosso encontro, em passo mais rápido ou mais lento, é uma metáfora que nos permite compreender que a consciência é sempre espera do que vai ocorrer. Ora, há duas maneiras de o homem se posicionar perante o que há-de vir, perante o futuro: esperando-o na passividade, na pura disponibilidade de o acolher quando ele vier (como o agricultor espera que a seara amadureça para a ceifar) ou tomando a iniciativa, projectando o futuro e decidindo-se a fazê-lo passar ao presente. Esperar o futuro, instalado no presente, sem sair do lugar onde se está (como quem aguarda o autocarro) ou caminhar ao encontro do futuro (como eu posso caminhar ao encontro desse alguém que vem pelo caminho, em vez de simplesmente aguardar que ele chegue junto de mim) são duas atitudes fundamentais da consciência, distintas mas que se alternam no quotidiano. O eu é essa unidade orgânica, instável, do esperar passivo e do agir para concretizar um futuro que projecto, que preparo, que me mobiliza, me atrai e inquieta; mas o próprio esperar passivo não é necessariamente quietude, porque o eu que aguarda pode experimentar impaciência, curiosidade, excitação, numa gama de sentimentos cujo equilíbrio instável se vai alterando à medida que o esperado se vai perfilando, cada vez mais próximo de mim, isto é, do meu presente.

Se o homem se antecipa e age, se "ele é obrigado a decidir sobre si mesmo, sobre o seu poder ser, sobre o que ele deve ser e quer ser, sobre o que tem de ser e será" (PEREIRA, 1977: 49), o sentido da liberdade e da responsabilidade não exclui a expectação do que há-de vir sem que sejamos nós a decidi-lo: não somos nós a decidir a nossa morte, não é a mulher a decidir a hora das dores do parto, não é o cristão a decidir o momento da parusia do Senhor, que chegará inesperadamente, como o ladrão na noite, impondo ao crente uma atitude expectante e vigilante (S. PAULO, *Iª. Ep. aos Tessala* 5, 2-3 e PEREIRA, 1977: 51).

A vida é feita de esperas e ofensivas, de expectações e de projectos, de previsíveis e de inesperados, de repetições, de reiterações e de inovações e mudanças. Mas pode ter uma *tonalidade* dominante, que define a personalidade. E o que dizemos de um homem (que é mais activo ou passivo) pode dizer-se de uma sociedade. Não criaram os antropólogos a expressão *cold societies* para designar as que vivem predominantemente na reiteração do passado e na espera passiva do futuro, sem progresso técnico, e *hot societies* para exprimir as que são mais activas, as que inventam, as que progridem? As primeiras repre-

sentam-se o tempo como predominantemente cíclico, reiterativo, e as segundas, como dominantemente linear, unidireccional.

Aqueles homens ou aquelas sociedades que vivem mais em contacto com a Natureza, e dependentes dela, são mais passivas, porque a Natureza, como disse Pascal C*Pensées*, 121), recomeça sempre as mesmas coisas: esses têm uma experiência fenomenal do tempo cíclico. Perto da Natureza, o homem vive sob o signo do "eterno retorno do idêntico" (FERRAROTTI, 1990: 187) e instala-se na espera, como esses caçadores esquimós Nunamiut que estabelecem seus postos de caça na rota dos caribús e esperam 8 a 12 horas até que venha um animal (BINFORD, 1988:138).

A vivência na espera, a experiência do tempo cíclico, não é única: é apenas, para algumas sociedades, dominante. O distanciamento da Natureza, que corresponde a um afastamento do que é cíclico, traz consigo, como experiência fenomenal dominante, a da linearidade unidireccional do tempo e, como tonalidade dominante, a criatividade, quer no domínio do simbólico, quer no técnico, quer no das normas.

Mas a percepção do tempo cíclico e a percepção do tempo linear não se excluem: "as sociedades divergem pela maneira como enfatizam a percepção linear e/ou cíclica da duração" (HOWE, 1981: 223; duração tem, neste passo, o sentido de sucessão). O Cristianismo combina uma concepção cíclica (o ano litúrgico) com uma concepção linear (a espera escatologica do tempo).

O distanciamento da Natureza vai a par com a convocação dos homens a grupos cada vez mais vastos. Se, mesmo próximo da Natureza, o homem vive com outros homens, porque é de sua natureza ser sociável, "ser com", o seu distanciamento da Natureza intensifica as relações sociais, primeiro no seio da aldeia, depois, na cidade. Ora, não há sociedade sem distanciamento de uns aos outros, sem essa *Abständigkeit* herdeggeriana (HEIDEGGER, *Être et temps*, § 27). Também a não há, é certo, sem aproximação de uns aos outros. Não existe distanciamento sem aproximação porque os homens se unem a outros homens para se oporem a terceiros: velhos unem-se a velhos e distanciam-se dos novos; homens unem-se a homens e distanciam-se das mulheres; guerreiros opõem-se a camponeses; sacerdotes, a leigos; tribo distancia-se de tribo. É próprio do eu procurar preservar a diferença, como é próprio do grupo procurar manifestar a ipseidade através de símbolos.

Este distanciamento conduz à diferenciação da cultura material, diferenciação que, como observam os arqueólogos contextualistas, não

se pode explicar simplesmente como consequência de diferenças ambientais. Os objectos que se criam, que se inventam, não servem apenas para cumprir funções úteis, para satisfazer necessidades técnicas, mas também para simbolizar distâncias sociais. Os brincos das mulheres do Lago Baringo (Quénia) divergem de etnia para etnia (HODDER, 1982: 79-80) e servem para identificar a filiação étnica: vendo uma mulher, é possível, pelos seus brincos, dizer a que etnia pertence.

Ora, os objectos que simbolizam um grupo podem ser assimilados por outro grupo; nesse caso, não resta ao primeiro senão criar outros objectos que reponham a distância ou encontrar outras formas simbólicas de a reintroduzir. "Se um indivíduo ou um grupo pretende subir na hierarquia, pode procurar emular o grupo que se situa socialmente acima adoptando certos objectos ou estilos associados com o grupo superior. Se este deseja manter a sua posição superior, deve, ou tentar evitar isso, ou arranjar novos símbolos da sua diferenciação para manter o contraste anterior" (MILLER, 1982: 89).

Assim, a congregação dos homens em grupos cada vez mais vastos e interactuantes intensifica, pela necessidade do distanciamento recíproco, a produção de símbolos.

Por outro lado, aquilo que, numa análise superficial, pode parecer invenção de objectos úteis, pode ser, afinal, criação do simbólico. Como Binford demonstrou (1972: 26 s.), os primeiros artefactos de cobre dos índios da região dos Grandes Lagos, embora aparentemente úteis, não eram mais funcionais que os de pedra; na realidade, trata-se apenas de objectos sociotécnicos, insígnias de chefes, objectos que simbolizavam o poder.

Se o que parece artefacto útil é, por vezes, objecto simbólico, não podemos, porém, reduzir o útil ao simbólico. Há invenções técnicas que não são simbólicas. Parece difícil, se não impossível, reduzir o arado ou o moinho de vento a símbolos.

A evolução dos meios técnicos de produção, da organização social do trabalho, dos mecanismos de circulação de bens situam o homem num mundo de cultura cada vez mais distante da Natureza. Ora o mundo da cultura material é feito de coisas que têm uma origem, uma duração e um fim: este machado com que se abate uma árvore, esta casa que se habita. Estas coisas situam-se num tempo linear e não num tempo cíclico: não têm a natureza da árvore que ciclicamente dá flores e frutos, permanecendo a mesma, renovando-se a espaços ou intervalos regulares. A transição do mundo da Natureza para o mundo da cultura contribui para

essa experiência fenomenal do tempo como linear e irreversível. Ao mesmo tempo, o homem experimenta-se como criador, como aquele por quem as coisas advêm à existência (tomando aqui "existência" no sentido pré-heideggeriano que lhe dava a ontologia tradicional).

A congregação dos homens em grupos cada vez mais vastos fá--los passar progressivamente da *ascesis,* que é submissão à ordem tradicional dos valores, que é conformidade, à *hubris*, que é insubmissão, contestação dos valores tradicionais (sobre os sentidos múltiplos de *hubris* vid. VERNANT, 1971,1: 13-41), ou à *eris* (disputa), que "faz crescer a guerra e as querelas" (HESÍODO, *Os trabalhos e os dias*, 14). Num contexto conflituoso, as normas e os aparelhos tradicionais tornam-se insuficientes ou obsoletos, incapazes já de regerem a sociedade. Faz-se sentir a necessidade de criação de outras normas, outros aparelhos, que permitam resolver os noves problemas. O homem, que até então se regia por normas cuja origem situava no tempo mítico, torna-se criador de novas normas de que são responsáveis aqueles que são escolhidos para governar. Surgem, no quadro do conflito entre a aristocracia e o povo, e para repor a *Dike* (justiça), as leis de Sólon e a Lei das Doze Tábuas. Mas as normas, não já instituídas pelos deuses, deixam de ser imutáveis, aparecem como contingentes, como passíveis de revisão. E na experiência da criatividade, é no sentido, que o homem progressivamente adquire, da sua responsabilidade na criação de normas e de aparelhos, que se deve procurar a razão por que a mudança se acentua, se acelera; mais: a razão mesma pela qual há mudança. Se a representação do tempo como cíclico favorece a passividade e o fatalismo, a representação do tempo como linear, unidireccional e irrepetível é correlato da criatividade e da esperança.

Leach distingue ainda o tempo pendular. Com efeito, nalgumas sociedades primitivas, "não existe nenhum sentido de seguir sempre e sempre na mesma direcção, ou de girar, girar em uma mesma roda. Pelo contrário, o tempo é experimentado como algo descontínuo, uma repetição de oscilações entre opostos polares: dia e noite, inverno e verão, seca e cheia, velhice e juventude, vida e morte" (LEACH, 1974: 195); "com uma visão pendular do tempo, a sequência das coisas é descontínua; o tempo é uma sucessão de alternações e paradas" (LEACH, 1974: 206); "a noção de que o tempo é uma "descontinuidade de contrastes repetidos" é provavelmente a mais elementar e primitiva de todas as maneiras de encarar o tempo" (LEACH, 1974: 206; sobre o tempo pendular, vid. ainda BURMAN, 1981).

Talvez esta visão pendular ou contrastiva do tempo se possa reduzir à visão cíclica: se o dia e a noite se alternam, o amanhecer de hoje representa a repetição do amanhecer de ontem. E talvez esta visão pendular implique ainda a visão linear: o dia, desde o amanhecer ao pôr do sol, segue irreversível desde o ponto de partida ao ponto de chegada.

O tempo cíclico, por seu lado, também não exclui o tempo linear, porque um ciclo, sendo a repetição de outro ciclo, ocorre noutro tempo. Como diz Howe (1981: 231, itálicos no original), "quando um ciclo termina, não regressa ao mesmo ponto *temporal*; regressa, e isso é muito diferente, ao mesmo ponto *lógico*". O amanhecer de hoje repete a madrugada de ontem, mas num outro ponto do tempo linear, unidireccional. Os ciclos podem representar-se como círculos desenhados ao longo de uma recta; os círculos vão-se repetindo, iguais uns aos outros, mas vão avançando na recta, da esquerda para a direita. Quer dizer: um ciclo começa naquele ponto temporal em que termina o ciclo anterior.

Como diz Adam, analisando a noção de tempo reversível ou cíclico de Giddens, "entre o inverno do ano passado e o deste ano, o recebimento do salário do mês passado e o deste mês, a lavagem da louça de ontem e a de hoje, o mundo mudou... O contexto é outro" (ADAM, 1994: 29).

10. Conclusão

"A vida social decorre em tempos *múltiplos, sempre divergentes*, com frequência *contraditórios*" (GURVITCH, 1986: 367, itálicos do autor). Vimos que há tempos objectivos, que o arqueólogo pode determinar, e tempos subjectivos, que ele não pode alcançar; um tempo da vida terrena e um tempo, mais lento, do mundo sobrenatural; um tempo das coisas e das acções, que é breve, e um tempo das normas, dos aparelhos e das paisagens, que, para quem os vive, podem ser imóveis, sendo, para quem os observa de fora e de longe, de evolução lenta; um tempo cíclico e um tempo linear unidireccional, podendo os dois tempos serem simultaneamente concebidos pelos mesmos sujeitos. E óbvio que o tempo fenomenal, o tempo substantivo, carregado de factos, não é observado pelo arqueólogo da mesma maneira que foi vivido pelos agentes: aquilo que chamámos o modo temporal de aparição dos factos aos agentes (antecipados, em tempo certo, atrasados) não pode ser apreendido, salvo, talvez, raras excepções.

Se é legítimo contestar a universalidade de qualquer cronologia (SHANKS e TILLEY, 1993: 125), não é possível dispensarmos a visão do tempo como linha contínua, unidireccional, mensurável, na qual posicionamos os acontecimentos: os factos arqueológicos não podem ser narrados senão num tempo linear.

REFERÊNCIAS

ADAM, Barbara, 1994: *Time and social theory*, Cambridge

ARISTÓTELES: *Poética,* (ed. trilingue por Valentín García Yebra), Madrid, 1974

BACHELARD, Gaston, 1993: *La dialectique de la durée*, Paris

BAILEY, Douglass W., 1990: "The Irving house: signifying continuity", in **SAMSON,** Ross (ed.); *The social archaeology of houses,* Edinburgh: 19-48

BAILEY, G., 1981: "Concepts, time - scales and explanations in Economic Prehistory", in **SHERIDAN,** Alison e **BAILEY,** Geoff (eds.), *Economic Archaeology. Towards an integration of ecological and social approaches,* Oxford

BAILEY, G.N., 1983: "Concepts of time in Quaternary pre-history", *Annual Review of Anthropology,* 12: 165-192

BARKER, Graeme, 1985: *Prehistoric farming in Europe,* Cambridge

BARRETT, William, 1968: "The flow of time" in **GALE,** Richard M. (ed), *The Philosophy of Time. A collection of essays, Londres,* 355-377

BERGER, Peter L. e **LUCKMANN,** Thomas, 1976: *A construção social da realidade,* Petrópolis

BERGSON, Henri, 1953: *Matière et mémoire,* Paris

BINFORD, Lewis R., 1972: *An archaeological perspective,* New York

BINFORD, Lewis R., 1988: *En busca del pasado,* Barcelona

BOGUCKY, Peter, 1988: *Forest farmers and stockherders,* Cambridge

BOURDIEU, Pierre, 1990: *The logic of practice,* Londres

BRAUDEL, Fernand, 1983: *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II,* 1°. volume, Lisboa

BRAUDEL, Fernand, 1984: *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II,* 2º. volume, Lisboa

BURMAN, Rickie, 1981 : "Time and socioeconomic change on Simbo, Solomon Islands", *Man,* 16(2): 251-267

CARNEIRO, Robert L., 1979: "Tree felling with the stone ax: an experiment carried out among the Yanomamö Indians of southern Venezuela", in **KRAMER,** Carol (ed.), *Ethnoarchaeology. Implications of Ethnography for Archaeology,* New York: 21-58

CHILDE, Gordon, 1969: *Para uma recuperação do passado. A interpretação dos dados arqueológicos,* Lisboa

CRUZ CRUZ, Juan, 1993: *Libertad en el tiempo. Ideas para una teoría de la historia,* Pamplona

CUNLIFFE, Barry, 1991: *Iron Age communities in Britain,* Londres

DUFRENNE, Mikel, 1953: *Phénoménologie de l'expérience esthétique, II, La perception esthétique,* Paris

ELACURÍA, Ignacio, 1991: *Filosofia de la realidad histórica*, Madrid

ELIADE, Mircea, 1993: *O mito do eterno retorno*, Lisboa

ELIAS, Norbert, 1989: *Sobre el tiempo*, México

ETIENNE, R. e **FABRE,** G. 1976: *Fouilles de Conimbriga, II, Épigraphie et sculpture,* Paris

FABIAN, Johannes, 1983: *Time and the other. How Anthropology makes its object*, New York

FERRAROTTI, Franco, 1990: *Time, memory and society,* New York

FERRY, Jean-Marc, 1987: *Habermas. L'éthique de la communication*, Paris

GELL, Alfred, 1992: *The anthropology of time. Cultural constructions of temporal maps and images,* Oxford

GOSDEN, Christopher, 1994: *Social being and time,* Oxford

GRIMALDI, Nicolas, 1993: *Ontologie du temps. L'attente et la rupture,* Paris

GURVITCH, Georges, 1979: *A vocação actual da Sociologia,* I, Lisboa

GURVITCH, Georges, 1986: *A vocação actual da Sociologia,* II, Lisboa

HABERMAS, Jürgen, 1993: *Técnica e ciência como "ideologia",* Lisboa

HEIDEGGER, Martin, 1994: *Être et temps* (trad. François **VEZIN),** Paris

HESÍODO, *Les travaux et les jours* (éd. Paul Mazon), Paris, Les Belles Lettres, 1947

HODDER, Ian, 1982: *Symbols in action. Ethnoarchaeological studies of material culture,* Cambridge

HODDER, Ian (ed.), 1987: *Archaeology as long-term history,* Cambridge

HODDER, Ian, 1990: *The domestication of Europe. Structure and contingency in Neolithic societies,* Oxford

HOWE, Leopold E.A., 1981: "The social determination of Knowledge: Maurice Bloch and Balinese time", *Man,* 16: 220-234

HUSSERL, Edmund, 1964: *Leçons pour une phénoménologie de la conscience intime du temps,* Paris

ISAMBERT, François, 1993: "Notes pour une phénoménologie de l'action", in **LADRIÈRE,** Paul; **PHARO,** Patrick; **QUÉRÉ,** Louis (eds.), *La théorie de l'action. Le sujet pratique en débat,* Paris: 113-134

KANT, Immanuel, *Crítica da razão pura* (trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão), Lisboa, 1985

KRISTIANSEN, Kristian, 1984: "Ideology and material culture: an archaeological perspective", in **SPRIGGS,** Matthew (ed.), *Marxist perspectives in archaeology,* Cambridge: 12-100

LEACH, E.R., 1974: *Repensando a Antropologia,* S. Paulo

LE GOFF, Jacques, 1979: "Na Idade Média: tempo da Igreja e tempo do mercador" **in LE GOFF,** *Para um novo conceito da Idade Média. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente,* Lisboa

LÉVI-STRAUSS, Claude, 1986: *L'homme nu,* Paris

MERLEAU-PONTY, M., 1945: *Phénoménologie de la perception,* Paris

MILLER, D., 1982: "Structures and strategies: an aspect of the relationship between social hierarchy and cultural change", in **HODDER,** Ian (ed.), *Symbolic and structural archaeology*, Cambridge: 89-98

MOSTERÍN, Jesus, 1987: *Racionalidad y acción humana*, Madrid

MÜLLER, Max, 1959: *Expérience et histoire*, Louvain

ORTEGA ORTEGA, José, 1993: "Contribución al estudio de la distorsión del tiempo en el mundo de ultratumba", *Verdolay,* 5: 25-33

PASCAL, *Pensées* (Texte de l'édition Brunschvicg), Paris, Garnier, 1995

PEREIRA, Miguel Baptista, 1977: "Originalidade e novidade em Filosofia. A propósito da experiência e da história", *Biblos*, 53: 1-113

PLATÃO, *Górgias* (trad, de Manuel de Oliveira Pulquério in Série "Clássicos Gregos e Latinos", Lisboa, Verbo, 1973)

POMIAN, Krzysztof, 1984: *L'ordre du temps,* Paris

PRICHARD, H.A., 1976: "Acto, volición y deseo", in **WHITE,** Alan R., 1976: 88-103

RENFREW, Colin, 1973: "Monuments, mobilization and social organization in Neolithic Wessex", in **RENFREW** (ed.), *The explanation of culture change. Models in Pre-history,* Londres, 539-558

RICOEUR, Paul, 1983: *Temps et récit,* I, Paris

RICOEUR, Paul, 1990: *Do texto à acção,* Lisboa

SANTO AGOSTINHO, *Confissões* (trad, de J. Oliveira Santos e A. Ambròsio de Pina), Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1952

SARTRE, Jean-Paul, 1993: *O Ser e o Nada,* Lisboa

SHANKS, Michael e **TILLEY,** Christopher, 1982: "Ideology, symbolic power **and** ritual communication: a reinterpretation of Neolithic mortuary practices", in **HODDER** (ed.), *Symbolic and structural archaeology,* Cambridge: 129-154

SHANKS, Michael e **TILLEY,** Christopher, 1993: *Social theory and archaeology,* Cambridge

THOMAS, Julien, 1991: *Rethinking the Neolithic,* Cambridge

TOULMIN, Stephen e **GOODFIELD,** 1967: *The discovery of time,* Harmondsworth

VERNANT, Jean-Pierre, 1971: *Mythe et pensée chez les Grecs,* I e II, Paris

WEBER, Max, 1983: *A ética protestante e o espírito do capitalismo,* Lisboa

WHITE, Alan R., 1976: *La filosofia de la acción,* Mexico

MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA
Professora da Faculdade de Letras de Coimbra

O PALÁCIO, DO MUNDO MINOICO AO HELÉNICO: MITO E REALIDADE

«Conimbriga» XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 57-74

RESUMO: **AS** referências dispersas dos Poemas Homéricos **à** lenda do Labirinto de Creta e, sobretudo, a esperança de decifrar algumas tabuinhas numa escrita desconhecida levou, como se sabe, Sir Arthur Evans a fazer escavações sistemáticas em Cnossos. Contudo, tardou cerca de meio século a decifrar o Linear B e mais uns anos a identificar alguns nomes que pareciam relacionados com o velho mito. À medida que avançou o conhecimento de monumentos hititas e egípcios, surgiu a questão da possível relação dessa espécie de edifícios com modelos orientais, relação que tem sido posta em dúvida pelos maiores especialistas. Por outro lado, a teoria de Evans, de que Cnossos era um palácio real e centro administrativo, foi recentemente impugnada por Castleden, que supõe que era um templo administrado pelas sacerdotisas retratadas nos frescos. A autora discute estas teses novas e apresenta argumentos em contrário. Refere também as semelhanças entre os palácios micénicos e as descrições de *megara* em Homero, que têm levado a uma infindável discussão. Refere ainda algumas ruínas do séc. VI a. C., bem como o palácio representado no Vaso François. Os dados relativos ao período arcaico tardio e **à** época clássica constam de pinturas de vasos que ilustram cenas dramáticas e de diversas referências literárias dispersas em Pindaro e nos trágicos. Quanto aos palácios helenísticos, são agora mais bem conhecidos, especialmente depois das espectaculares escavações em Vergina. As de Pérgamo, se confrontadas com a descrição de Alexandria por Estrabão, mostram que, nessa época, os palácios se tinham tornado um símbolo de prestígio e de poder.

SUMARY: The scanty references of the Homeric Poems to the legend of the labyrinth of Crete and, most of all, the hope of deciphering an unknown

writing led, as is well known, Sir Arthur Evans to excavate Cnossos in a systematic manner. Nevertheless, it took nearly half a century to decipher Linear B and still a few years more to identify some names apparently connected with the old myth. As knowledge of Hittite and Egyptian monuments progressed, the question arose whether that kind of building was related to Eastern patterns. This has been doubted by many leading scholars. On the other hand, Evans's contention that Cnossos was a royal palace and an administrative center has recently been challenged by Castleden, who thinks it was a temple under the administration of the priestesses portrayed on the frescoes. The present writer discusses these new theses and advances some arguments against them. She also refers to similarities between the Mycenaean palaces and the descriptions of the *me gara* in Homer, a subject which has led to a never ending discussion. A few ruins of the sixth century B. C. together with the palace represented in the François Vase are also mentioned. Vase-paintings showing dramatic scenes and several scattered literary references in Pindar and the tragics summarize the evidence concerning the Late Archaic and the Classical Ages. As to palaces in Hellenistic times, they have now become better known, specially after the spectacular excavations at Vergina. Excavations at Pergamon, when confronted with Strabo's description of Alexandria, show that by then palaces had become a symbol of prestige and power.

O PALÁCIO, DO MUNDO MINOICO AO HELÉNICO: MITO E REALIDADE

São bem conhecidas as figuras principais que lendas muito antigas ligavam à ilha de Creta: Minos, o rei, filho de Zeus e de Europa, raptada pelo deus supremo sob a forma de touro; sua mulher Pasífae; o Minotauro, fruto da união monstruosa desta última com um touro; Dédalo, o construtor prodigioso do Labirinto onde aquele ser teratologico estava encerrado; Teseu, um dos jovens atenienses mandados como tributo ao rei, que, graças ao novelo de fio que lhe deu Ariadna, a filha do monarca, consegue reencontrar a saída da confusa edificação, arrebata a princesa, mas depois a abandona na ilha de Naxos, onde Diónisos a vem buscar para esposa, pelo que, em castigo da sua ingratidão, se esquece de içar a vela branca que anunciaria de longe a seu pai, o rei de Atenas, a vitória, e este se atira, desesperado, ao mar. Outras figuras ainda estão ligadas a estas histórias, que conhecem variantes numerosas. Algumas dizem respeito à capacidade de inventiva de Dédalo, que, após tantos anos de exílio em Creta, ansiava por regressar com seu filho ícaro, e constrói para esse efeito asas com penas de diferente tamanho, ligando-as com linho no meio e cera em baixo. Todos sabem a conclusão da história: ícaro aproxima-se demasiado do Sol, não obstante os conselhos do pai, pelo que a cera se funde e ele cai ao mar que dele tomará o nome. Um exemplo característico da mitologia grega, pois combina uma história de insolência *(hybris)* com um *aition* que explica a origem de um nome geográfico; e, lá no fundo, a ânsia humana de auto-superação.

Mas voltemos a Creta. Homero já fala do local e de algumas destas figuras, numa das mais belas cenas da descrição do escudo de Aquiles *(Ilíada* XVIII. 590-598):

Conimbriga, 32-33 (1993-1994), 57-74

> Cinzelou ainda uma dança o ínclito Anfigieu,
> semelhante à que outrora, na imensa Cnossos,
> Dédalo organizou para Ariadna de belas tranças.
> Aí dançavam, segurando a mão uns aos outros pelo pulso,
> moços e moças tais que se ofereceriam por elas muitos bois.
> Elas usam vestes de pano fino, e eles enfiaram
> túnicas bem tecidas, que luzem brandamente,
> devido ao azeite. Elas trazem diademas formosos;
> eles, espadas de ouro, pendentes de correias de prata.

Entre os heróis da coligação aqueia que cerca Tróia, ocupa lugar de certo relevo Idomeneu, rei de Creta, que se distingue no combate pelas naus e se gloria de ser neto de Minos, descendente de Zeus (XIII. 449-454).

No decurso da *Odisseia*, o errante Ulisses recorre com frequência a histórias cretenses, sempre que precisa de disfarçar a sua identidade. Acaba por inventar mais uma, mesmo diante de Penèlope, quando esta o interroga sobre a sua origem: era irmão de Idomeneu e, como ele, descendente de Minos que reinara nove anos na grande cidade de Cnossos, naquela formosa e produtiva ilha de Creta que ficava no meio do pélago cor de vinho e tinha noventa cidades (XIX. 172-181). O passo é muito suspeito para os estudiosos, pois é o único onde, entre os diversos povos que se misturavam no local, se referem também os Dorios. Mas isto é outra história, da qual temos de nos afastar, sob pena de cairmos em plena Questão Homérica. Fixemos apenas o número convencionalmente elevado das cidades cretenses e a fertilidade da região.

Deste passado glorioso não tinha ficado mais que a memória dos mitos. Localizado o sítio de Cnossos por alguns no séc. XIX, só a partir de 1900 é que aí começam as escavações sistemáticas de Sir Arthur Evans, que vão pondo a descoberto os diversos compartimentos (cerca de 300) de uma enorme edificação (perto de 20.000 m^2 de área), que ele reconhece ser anterior aos palácios micénicos, já então reencontrados por Schliemann e Dõrpfeld, e que identifica como o palácio do rei Minos. Era uma civilização mais antiga, a que naturalmente o grande arqueólogo deu o nome de minoica, que ainda hoje se conserva. Uma planta complexa, com um sem-número de divisões em volta de um extenso pátio central rectangular (fig. 1), uma sala com um trono, pórticos sustentados por colunas de madeira a afunilar para a base de gesso (que sugerem o primitivo uso de troncos de árvore invertidos, para não tomarem a ganhar

raízes), uma altura de dois ou três pisos, ligados por uma escadaria de largos degraus, iluminação pelos chamados "poços de luz", um sistema de esgotos surpreendente, e, sobretudo, frescos, muitos frescos, com desenhos finos e cores contrastantes, com predomínio do azul e vermelho, e gemas trabalhadas, num conjunto que ajudava a reconstituir a forma do edifício e a vida dos seus habitantes. Dois motivos repetidos por toda a parte, certamente de valor emblemático: a bipene ou machado de dois gumes e os chamados "chifres da consagração".

Seria esse o palácio de Minos, com uma vasta área de aposentos do rei e, do outro lado, os da rainha, com uma sala do trono de modestas dimensões (6 x 4 m), com armazéns para guardar os tributos, talhas enormes para os receber, tudo em ligação com as funções produtivas e distributivas do local; e ainda tabuinhas com inscrições que não se conseguiam 1er - precisamente a razão primeira do empreendimento de Sir Arthur Evans.

Levou quase meio século (1953) a decifração de um dos silabários utilizados nessas placas de argila, aquele a que se convencionou chamar Linear B. É a partir de então que começam a surgir numerosas confirmações das hipóteses propostas. Assim, à surpresa de a língua assim grafada ser já uma forma muito antiga do grego, vem somar-se a da menção do nome daquele local - *ko-no-so* (Knossos) - e de outros com construções de planta semelhante, embora de proporções mais modestas, que entretanto foram sendo escavados na ilha de Creta - *a-mi-ni-so* (Amnisos), *pa-i-to* (Phaistos) -, bem como a do Labyrinthos *(da-pu-ri-to-jo),* do Daidaleion e de Teseu. Ora Labyrinthos tem manifestamente na sua composição o sufixo (que em geral se tem por minóico) - *nth* - (o mesmo que figura no nome de Radamanto, irmão de Minos) e, segundo Kretschmer (’), derivaria de *labrys,* a palavra a que Plutarco (*Moralia*302 a) atribuía origem lidia e que significava "machado de dois gumes' ou 'bipene', isto é, precisamente um dos símbolos mais repetidos em Cnossos. Esta etimologia não tem, no entanto, aceitação geral, e o autor do mais recente dicionário etimológico grego (Chantraine, 1980), não toma posição.

Sucede ainda que o contexto em que aparecem as palavras *po-ti-*

(') "Die vorgriechischen Sprach- und Volksschichten", *dotta* 28 (1939) 231--279. Sobre as dúvidas quanto à origem egeia do sufixo, vide W. Burkert, *The Orientalizing Revolution. Near Eastern Influence in Early Archaic Age* (Harvard University Press 1992) 176, nota 24.

ni-ja da-pu-ri-to-jo sugere o significado de "A Senhora do Labirinto", a qual poderia ser uma das principais divindades minóicas há tanto tempo procuradas. Porém, como adverte aquele que é actualmente considerado o melhor especialista da religião grega, o Prof. Walter Burkert, nem com respeito a essa designação, nem quanto ao Daidaleion as tabuinhas dão indícios do seu significado exacto. Por outro lado, observa ainda, tanto a bipene como os chifres da consagração parecem ligar-se a uma tradição anatólia(2). Recordemos a este propósito que o grande templo de Hattusa, capital do império hitita sediado na Ásia Menor, possuía também uma planta muito complexa e assimétrica; e que sabemos por Herodoto (II. 148), Diodoro Siculo (66.1-6), Estrabão (XVII. 1.37), Plínio (XXXVI. 13), e Pomponio Mela (I. 9) que se passava algo de semelhante com aquilo que os gregos chamavam o Labirinto do Egipto, o de Hawara.

Templo ou monumento funerário, como o segundo, - em qualquer destas aplicações, estamos longe da de Evans, que sempre defendeu a tese de que Cnossos era um palácio real e centro administrativo, posição essa que tem continuado a ser sustentada pelos melhores especialistas, como Sinclair Hood e Nicolas Platon (o arqueólogo que descobriu o palácio de Zakros). Por outro lado, as opiniões dos diversos historiadores reunidos num congresso sobre o sistema palacial antigo, realizado em Estrasburgo em 1985, inclinam-se para ver urna total independência da arquitectura de Creta em relação a modelos orientais (3).

Mas outras hipóteses têm vindo a ser propostas ultimamente, de que destacaremos duas, a de Wunderlich *(The Secret of Crete,* 1975), que defende que aquela construção colossal não era mais do que um palácio dos mortos, semelhante ao de Hawara, há pouco citado, e a de Castleden (*The Knossos Labyrinth. A new view of the Palace of Minos at Knossos*, 1990), segundo a qual estaríamos perante um grandioso templo, onde se prestava culto aos numerosos deuses da religião minoica, onde eram recebidas as múltiplas dádivas de que se conservaram vestígios, e onde a autoridade suprema era, não um rei, mas as

(2) *Griechische Religion der archaischen und klassischen Epoche* (Stuttgart 1977) 54-55, 73-75.

(3) Especialmente o artigo de O. Pelón, "Particularités et développement des palais minoens". Agradeço a possibilidade de consulta das Actas, editadas por E. Lévy em 1987 com o título *Le Système Palatial en Orient, en Grèce et à Rome* (daqui em diante citado só como *Le Système Palatial*) ao Doutor José d'Encarnação.

sacerdotisas a que os frescos atribuem um lugar proeminente.

Concentrando-nos apenas nesta segunda tese, notaremos que um dos seus pontos de apoio reside precisamente nos frescos e na escassez de representações do rei. Segundo Castleden, o célebre "Príncipe das Flores de Lis", única figura que poderia ter esse significado, teria sido arbitrariamente reconstituída por Evans quanto a um dos seus atributos identificativos - a espécie de tiara que ostenta na cabeça (fig. 2). Esse adereço pertenceria a um animal fantástico, um grifo que aquela figura masculina conduzia no cortejo. Deste modo, os atributos do "Príncipe" deslocavam-se para o animal, perdendo aquele toda a sua preeminência (fig. 3). Julgamos, porém, que a comparação com um fresco que apareceu em Micenas (fig. 4), que representa uma figura feminina com idêntico toucado, demonstra suficientemente que se tratava de um atributo da realeza (4).

A pluralidade de deusas supostas por este autor, para além das já consagradas "Senhora dos Animais Selvagens" e "Senhora do Palácio", e a atribuição de compartimentos especiais para o culto de cada uma vem contrariar a tese tradicional, retomada em anos recentes por Graham (1987) e Rutkowski (1986), segundo a qual os Minóicos não tinham templos. Para Castleden, a sua própria interpretação viria colocar os cretenses num contexto cultural semelhante aos dos egípcios e dos hititas, pois, desde que identifiquemos os palácios como templos, "rectificamos uma anomalia cultural das maiores" (p. 165). Por conseguinte, o palácio real seria, quando muito, a chamada "Mansão Inexplorada" *(Unexplored Mansion*), escavada de 1968 a 1973, e com uma sala do trono não muito menor do que a dos reis de Pilos (10 x 8, ao passo que a de Cnossos mede 6 x 4, conforme já dissemos); ou então, estaria ainda por encontrar.

Um templo de enormes dimensões, que atingiria cerca de mil divisões, contando com as dos andares superiores, construído em volta de um grande pátio central onde teria lugar o famoso "Salto do Touro" (ao invés do que conjecturou Evans, com base no excessivo número de entradas e saídas desse recinto) é, portanto, o que Castleden pretende ver em Cnossos. A tese, aliás não inteiramente nova, parece pouco provável, uma vez que se apoia quase só em conjecturas derivadas da ausência de dados seguros. Recorde-se o caso da escultura cretense, sobre a qual se repetiu durante anos consecutivos que se limitava ao

(4) Como tal o interpreta E. Karkopodini-Dimitriadi, *Der Peloponnes. Ein Reiseführer zu den historischen Stätten, Monumenten und Museen* (Athen 1990) 86-87.

trabalho miniatural, pois não se conheciam exemplos noutras dimensões, até que o achado de numerosas estátuas femininas do séc. XV a. C. em Ceos veio pôr de parte definitivamente esta restrição tirada de um *argumentum ex silentio.* Pelo que toca à religião minoica e à finalidade do palácio de Cnossos, é de crer que só a decifração do Linear A poderá esclarecer o assunto. Até lá, tudo permanecerá o "álbum sem legendas" de que falou Nilsson. Recorde-se além disso que vários outros palácios, como Phaistos, Mallia, Zakros, apresentam uma configuração semelhante ao de Cnossos, embora em cada um deles o pátio central não esteja tão próximo do centro geométrico. Por outro lado, a grandiosidade deste supera em muito a dos outros, facto que tem levado a pensar que exerceria uma certa supremacia sobre os restantes.

E hoje ponto assente para a maioria dos especialistas que durante o período geralmente designado por Minoico Recente, os Micénios são senhores de Cnossos. E este, de resto, o único palácio cretense que continua a ser habitado depois da grande erupção de Tera, cerca de 1470 a. C., que abalara toda a área em redor, tal como havia de suceder modernamente com a do Krakatoa, em 1883.

Se esse domínio compreende cerca de um século, aliás extremamente brilhante (1470-1380 a. C), ou se se estende até ao séc. XII a. C., é questão muito discutida. O certo é que no continente grego, é durante o séc. XIII a.C. que os palácios micénicos estão no auge do poder. Micenas, Tirinto, Pilos, são actualmente os lugares onde se fizeram escavações mais completas que apontam todas para os mesmos princípios gerais de construção do palácio real: muralhas ciclópicas a defendê-lo, planta claramente ordenada em volta de um aposento central, o mégaron, dotado de uma ante-câmara com uma entrada única e uma lareira ao centro, flanqueada por quatro colunas (fig. 5). A decoração pictórica conserva o estilo da dos minóicos, mas acrescenta aos pacíficos jardins e cenas de corte ou de culto episódios guerreiros que, tal como a construção dos edifícios, sugere o carácter belicoso deste povo.

Quanto à relação entre os palácios, Micenas e Tirinto, além de geograficamente muito próximos, e certamente obra do mesmo construtor, como demonstrou Mylonas, embora o segundo seja esteticamente mais elaborado do que o primeiro, admite-se que fosse subordinado hierarquicamente a este último ([5]). Pilos, por seu turno, é de

([5]) Vide Hans Lauter, "Nouveaux Aspects du Palais de Mycènes au HR IIIB" in: *Le Système Palatial*, 219-225.

longe o que tem oferecido mais rica documentação.

Mas, neste ponto, às provas arqueológicas vêm somar-se as literárias, não sem conflito, todavia. É que, de palácios reais cujo aposento central é o mégaron, local onde se passa a maior parte do tempo, e com as características há pouco descritas, falam também os Poemas Homéricos, sobretudo a *Odisseia*, como neste passo do Canto VII (84-90):

> A casa de altos tectos do magnânimo Alcinoo
> tinha um brilho semelhante ao do Sol e ao da Lua.
> De lés a lés estendiam-se as muralhas de bronze,
> do limiar ao fundo da casa. A volta, um friso de esmalte azul.
> Portas de ouro fechavam por dentro a casa maciça.
> Os lados eram de prata, sobre limiares de bronze;
> de prata era o dintel e a aldrava de ouro.

Poder-se-á objectar que o palácio do rei dos Feaces pertence às terras de sonho dos errores de Ulisses. Efectivamente, a descrição prossegue dizendo que cães de ouro e prata guardavam a entrada e "jovens de ouro, sobre pedras bem talhadas, de pé, seguravam nas mãos tochas a arder, para iluminar de noite os convivas da casa". Mas, por outro lado, um friso de esmalte azul, como o referido no texto, apareceu já no requintado palácio de Tirinto.

Temos, de resto, os paços de Menelau em Esparta, que são descritos como sendo de uma riqueza sem par pelo próprio Telémaco (IV. 71-75):

> Repara, Nestórida, a quem tanto quero,
> no brilho do bronze, do ouro e do âmbar,
> da prata e do marfim, que há neste palácio rumoroso.
> A corte de Zeus Olímpico é com certeza assim, de uma beleza acima
> das palavras; a sua vista enche-me de admiração.

Ouro, prata, bronze, marfim, de todos esses materiais se encontraram numerosos objectos nos palácios escavados. Do metal mais nobre se descobriu tal quantidade em Micenas (14 kg, mais do que em todas as restantes estações arqueológicas gregas somadas (6)), que bem se justifica o epíteto que a cidade tem em Homero: "Micenas rica em

(6) Dados colhidos em G. E. Mylonas, *Mykene. Ein Führer zu seinen Ruinen und seiner Geschichte* (Athen 1981) 29, 92-93.

ouro". Mas também nos túmulos se encontrou muito âmbar, a resina preciosa que o texto menciona, e que se julga indiciar a origem nórdica dos Micénios.

Voltando à terra dos Feaces, oiçamos a jovem Nausicaa descrever os hábitos dos pais (VI. 303-309):

> Assim que estiveres oculto no pátio do palácio,
> atravessa depressa o mégaron, para encontrares minha mãe.
> Estará sentada à lareira, à claridade do lume,
> fiando em sua roca cor de púrpura marinha - maravilha
> de se ver - encostada a uma coluna. As servas sentam-se atrás.
> Aí fica também o trono de meu pai, voltado para o clarão.
> Aí sentado é que ele bebe o seu vinho, como se fora um imortal.

Era também no mégaron do palácio de Ulisses em Itaca que se banqueteavam diariamente os pretendentes. Será aí que o herói exercerá a sua vingança, depois de fechadas as portas da única entrada. Também aí se realizara a prova do arco, para a qual era necessário dispor no chão doze machados em fila, o que tem levado a supor que o solo era de terra batida (Canto XXI). Nessa ocasião é referido ainda o lugar de depósito das armas (XXII. 139-141), bem como o pátio onde Ulisses se assegurara discretamente da lealdade de dois dos seus servidores (XX. 162-165). O palácio tem pelo menos um andar superior, onde fica o quarto de Penèlope, pois é daí que ela escuta o aedo que canta o regresso dos heróis de Tróia e "desce a alta escadaria do seu palácio" (I. 330); é também a esse lugar que sobe a velha ama de Ulisses, quase no final do poema, para lhe dar a boa nova do regresso e da vingança do senhor da casa (XXIII. 1-3; cf. XXII. 20).

Porém a descrição mais completa do aspecto exterior da habitação é a que é ironicamente posta na boca de Ulisses, quando ele se aproxima incógnito da sua própria morada, em companhia do porqueiro Eumeu, e finge admirar a riqueza que avista (XVII. 264-268):

> Eumeu, é com certeza esta a bela morada de Ulisses,
> e fácil seria reconhecê-la, ainda que se visse entre muitas.
> De uma construção sai outra, tem um pátio bem executado,
> com muros e cornijas, portas de dois batentes
> bem defendidas. Não há homem que possa forçá-las!

Muitos mais pormenores poderiam mencionar-se. Mas os que

ficam referidos chegam para nos conduzir outra vez ao âmago da Questão Homérica, pois, se há assunto, dentro desse âmbito, que tenha estado novamente em foco nos últimos anos, é o da presença ou não de elementos micénicos nos Poemas. Em breves palavras, poderá dizer-se que as opiniões se dividem entre os dois extremos de considerar micènica toda a arquitectura dos palácios e certos objectos minuciosamente descritos, como o elmo de presas de javali, a taça de Nestor, a espada de Heitor, a técnica de incrustações (Kirk) e o de afirmar que todos os motivos arquitectónicos se encontram em construções de cerca de 800 a. C. (Drerup), ou mesmo que os traços gerais são da Idade do Ferro, salvo certos pormenores, como a existência de corredores e canalizações (0'Knox)(7). O enigma resulta do desconhecimento do período chamado "Idade das Trevas", que decorre entre o colapso da civilização micènica, cerca de 1100 a. C, e a época provável de composição dos Poemas Homéricos. Achados recentes, como os do *heroon* de Lefkandi, na ilha de Eubeia, datáveis do séc. X a. C., testemunham a possibilidade de concentração de riqueza e prosperidade numa época que se supunha desprovida de tudo. Por outro lado, se Micenas deixou de ser "rica em ouro" na época do ferro, aquele epíteto prova que a memória do seu fausto só poderia ter sido preservada através da transmissão oral contínua de cantos épicos, numa altura em que não só a prática, mas até a lembrança do uso da escrita se perdera.

O mais curioso, todavia, é que, se há dúvidas quanto às recuadas épocas de que acabamos de falar, muitas mais há ainda em relação às que se lhes seguem. Do séc. VI a. C. conhecem-se apenas exemplos isolados. Um é o de um palácio da Tessália, que poderá ser o de Larissa, que foi sendo alterado ao longo de uns duzentos anos. A planta inicial comportava um aposento rectangular de 10 x 10 m e um pórtico a norte com colunas *in antis* encimadas talvez por capitéis eólicos, embora alguns arqueólogos datem estes últimos da segunda construção, efectuada em meados do século. O palácio teria sido alargado mais duas vezes, com intervalos de meio século: numa, teria recebido um pórtico com colunas *in antis*, um grande salão rectangular e mais dois quartos com a mesma configuração; na outra, um pátio exterior e vários outros arranjos. Por último, acrescentou-se-lhe um aposento de pequenas

(7) G. S. Kirk, *The Iliad: A Commentary. Vol. I: Books 1-4* (Cambridge 1985) 8-9; **H.** Drerup, *Griechische Baukunst in geometrischer Zeit* (Göttingen 1969); Mary O'Knox, "Megarons and Megra", *Classical Quarterly* 23 (1973) 1-21.

dimensões, para fins sanitários.

Mais importante do que este, mas de menor interesse, porque planeado inicialmente de acordo com as normas da arquitectura síria, é o de Vouni, em Chipre, de cerca de 500 a. C., que, na segunda metade do séc. V sofre modificações por influência grega, uma das quais resulta da deslocação da entrada para o que eram anteriormente as traseiras do palácio, e outra a introdução de banhos quentes (8).

A pintura de vasos contribui também com um exemplo famoso: o do *krater* François, de cerca de 570 a. C., que no terceiro registo mostra um palácio com quatro colunas, encimado por um friso com triglifos e um frontão. À frente do edifício, está Peleu, pronto a receber o cortejo dos deuses que vem assistir aos seus esponsais com Tétis.

Para além disto, podemos supor que o regime político da tirania, que se generaliza na época arcaica, pressupõe também a existência de palácios opulentos, de que ficaram ecos nas odes de Pindaro como, por exemplo, na *I.ª Olímpica*, quanto ao de Hierão de Siracusa.

De um modo geral, a existência ou construção de palácios está ligada a um regime político bem definido, a monarquia, que vai desaparecendo na maior parte das cidades-estados do continente e das ilhas. Houve, no entanto, como todos sabem, uma excepção - Esparta -, que manteve sempre o seu sistema de monarquia dualista. Mas dessa quase nada resta. Dela pode concluir-se que foram proféticas as palavras de Tucídides (I. 10.2):

> De facto, se a cidade dos Lacedemónios fosse devastada, e ficassem apenas os templos e os alicerces das construções, creio bem que, ao fim de bastante tempo, se suscitariam muitas desconfianças entre os vindouros quanto à sua glória; e, contudo, eles governam dois quintos do Peloponeso e têm a hegemonia sobre a sua totalidade e ainda, fora dele, sobre muitos aliados. No entanto, como a cidade deles não é um centro único e não possui templos nem construções opulentas, antes se distribui a sua população por aldeias, à maneira antiga da Grécia, pareceria muito insignificante.

Quer isto dizer que teremos de prescindir por completo da época

(8) Para mais pormenores, veja-se o tratado de A. W. Lawrence, *Greek Architecture* (revised with additions by R. A. Tomlinson) (Harmondsworth, repr. 1987) 315--316.

clássica? Não totalmente. Os palácios continuam a estar presentes, pelo menos, no imaginário dos gregos, e fizeram-no de duas maneiras: no teatro e na pintura de vasos. É a esses dados que vamos agora recorrer.

Uma parte considerável das tragédias gregas conservadas tem por cenário a frontaria de um palácio, embora esta raramente seja descrita. Duvida-se mesmo se existem ou não três portas praticáveis. Mas, por exemplo, as *Coéforas* de Ésquilo supõem uma entrada para o gineceu (v. 878) e uma para os quartos dos hóspedes (vv. 712-713). Este último tipo de aposentos é igualmente referido e desempenha papel importante na *Alceste* de Eurípides (vv. 543-546). A presença de altares na frente do palácio é repetidamente assinalada no *Agamémnon* de Esquilo, no *Rei Édipo* e *Electra* de Sófocles, no *Hipólito* de Eurípides. A existência de um terraço está documentada no já referido *Agamémnon*, pois é daí que profere o prólogo o guarda ali postado todas as noites por Clitemnestra, durante dez anos, até receber os sinais luminosos anunciadores da tomada de Tróia. Num terraço decorre a acção do êxodo do *Orestes* de Eurípides, com as figuras sinistras de Orestes, Pílades e Electra a preparar-se para sacrificar a inocente Hermione, e o príncipe micènico a dar ordem de incendiar o palácio. Esta movimentada peça é justamente uma das que contêm mais elementos descritivos, quer na cena do aparecimento do escravo frigio, quer na narrativa que ele posteriormente faz do que se passara no interior. O referido escravo aparece em cena a contar que fugira da espada argiva passando "pelas traves de cedro dos pórticos e pelos triglifos dóricos" (vv. 1369-1372), o que pressupõe a existência de aberturas nos triglifos que não sabemos explicar (a situação repete-se em *Ifigénia entre os Tauros*, v. 113, mas

(9) O texto oferece outras dificuldades ainda, pois nos versos 1366-1368 o coro anunciara estar a ouvir o ruído das chaves da porta do palácio, o que queria dizer que algum dos frigios conseguira evadir-se, e logo a seguir o escravo entra em cena da maneira referida no texto supra. O escoliasta antigo apercebeu-se da incoerência e logo anota que os três versos anteriores resultavam de uma interpolação feita por actores que receavam magoar-se ao dar um salto desses em cena. Por isso, os mais autorizados editores modernos (W. Biehl, 1975; J. Diggle, 1994) continuam a dar o passo como suspeito. A. W. Pickard-Cambridge, *The Theatre of Dionysus in Athens* (Oxford 1946) 53-55, supõe que o frigio aparece a primeira vez sobre um *paraskenion* e dai salta para o chão, a fim de falar com Orestes (v. 1507). Para outras soluções ainda menos convincentes, vide o comentário de M. L. West à sua edição (Warminster 1987) 275-276; os principais argumentos a favor e contra, bem como a respectiva bibliografia, podem ver-se no comentário de C. W. Willink (Oxford 1986) 305-306.

aqui é relativa a um templo) ([9]). Repare-se na riqueza representada pela madeira de cedro, material de que também é feita a escada pela qual Antigona sobe ao terraço do palácio, pela mão do pedagogo, na segunda parte do prólogo de *As Fenícias* de Eurípides, para ver os sitiantes de Tebas.

A narrativa do escravo frigio em *Orestes*, de que estávamos a tratar, refere-se ao aposento onde Helena se encontrava a fiar, enquanto ele abanava em sua frente um leque de plumas, e alude ainda aos muitos compartimentos - diversas salas, e ainda exedras e estábulos - em que Orestes e Pílades fecham à chave os servidores que faziam séquito à rainha de Esparta.

Da existência de estábulos ao lado do palácio e a ele pertencentes falam também *As Bacantes* do mesmo autor, mas não se limitam a essa indicação. Há um momento, cuja representação cénica é objecto de larga discussão, em que o Coro vê - ou julga ver - a arquitrave de pedra deslocar-se sobre as colunas (vv. 591-593). Depois, no êxodo, quando Agave regressa delirante com a cabeça do filho, julgando tratar-se de um leão, pretende que Penteu mande trazer uma escada para a encostar ao muro, subir os degraus e cravar nos triglifos a cabeça da suposta fera, como um troféu magnífico, por ela caçado (vv. 1211-1215). Estes passos, que pertencem ao horripilante clímax da tragédia, servem para demonstrar que a construção de um palácio real é mais ou menos visionada como a de um templo e possui aproximadamente os mesmos elementos decorativos.

É o que sucede também com outra tragédia de Eurípides, *Héraclès*, na descrição dos actos de loucura a que é levado o grande herói. Fala-se da grande sala dos banquetes (dcvôpóv, v.954), das colunas a cuja sombra se refugia um dos filhos, correndo depois ern sua volta (vv. 973-974, 976-982), e daquela a que Héraclès, finalmente adormecido por Atena, é amarrado (vv. 1003-1011). Se as colunas mencionadas em primeiro lugar faziam parte do *prothyron* ou pórtico, como julgam muitos especialistas, é duvidoso, pois é mais provável que, conforme defendeu A. W. Pickard-Cambridge, a expressão tão usada de npóOupoc ôcopiáTwv signifique apenas a entrada do palácio ([10]).

Esta semelhança geral é confirmada pelas pinturas de vasos que ilustram peças de teatro, embora talvez só uma delas, um fragmento de

([10]) *Op. cit.,* 75-76.

um *calyx-krater* de Tarento, em Würzburg (fig. 6) represente um cenário tal como ele era pintado depois de Agatarco. Os restantes servem, porém, para imaginar como os artistas viam um palácio: um pórtico com frontão e duas ou mais colunas deixa ver um número variável de figuras no seu interior, e outras fora dele, em diversos níveis. Essas cenas de interior correspondem frequentemente às partes narradas, pois são cenas de violência. Dois exemplos apenas de muitos que poderiam apresentar-se: o &rater-de-volutas de Canossa, em Munique (fig. 7) com a vingança de Medeia (na edícula está representada a morte de Creusa e do pai, devido aos venenos da feiticeira, mas no conjunto, não é exactamente a versão dada na peça homónima de Eurípides); a *situla* em Villa Giulia com Pélops e Enómao (fig. 8), onde as cabeças dos cavalos, alusivas à futura competição entre os dois, provam, como observou Pickard-Cambridge, não poder tratar-se de um cenário, ainda que a história ilustrada possa ser a que serviu de base ao *Enómao* de Sófocles ou ao de Eurípides ([u]).

Muitos destes vasos são de pintores da Itália do Sul, o que, ao contrário do que se tem afirmado, não diminui o seu valor informativo: por um lado, porque os primeiros mestres dos estilos que se desenvolveram na Magna Grécia eram de origem ateniense; e por outro, porque a recepção do teatro grego nessa região tinha atrás de si uma longa tradição (recordem-se histórias como a da libertação de prisioneiros atenienses, após a derrota da Sicília por saberem recitar tiradas de Eurípides). E também não foi por acaso que Esquilo morreu nessa mesma ilha, em Gela, ele que mais do que uma vez foi convidado de Hierão de Siracusa.

Passando à época helenística, os dados começam a ser mais numerosos, e o aparato das residências em extensão e decoração cresce com o advento das novas monarquias. O exemplo mais notável vem das espectaculares escavações de Vergina, que compreendem, para além dos túmulos reais (incluindo o que é certamente o de Filipe II), o edifício que tudo indica tenha sido o palácio dos novos reis da Macedonia, os Antigónidas (fig. 9). Dotado de um grande pátio central, com dezasseis colunas de cada lado e uma larga entrada de porta tripla ao centro da fachada oriental, dispunha de múltiplos aposentos, dos quais vários parecem ter sido salas de banquetes solenes. Entre estes distinguem-se,

([u]) *Op. cit*., 94.

pela sua riqueza decorativa, os do lado Sul que ostentam nas portas limiares de mármore maciço e, no chão, belos painéis de mosaicos. Do lado ocidental ficam três grandes aposentos que, pelas suas dimensões, pressupõem uma nova técnica de execução da respectiva cobertura, e podiam acomodar um maior número de leitos para os convivas. Do lado oposto, um pequeno quarto de planta circular, adjacente à entrada principal, tem dado lugar às mais díspares interpretações quanto ao seu uso, quer como sala do trono, quer como casa de banho, quer como lugar para jogar o *kottabos*, entretenimento favorito dos gregos. A verdade é que nenhuma destas hipóteses parece ter grande viabilidade, muito menos a última, pois as pinturas de vasos mostram que tal jogo se realizava habitualmente no lugar dos banquetes. Surpreendente no meio desta opulência geral é o facto de as paredes do palácio serem construídas, das faixas de pedra para cima, com tijolos não cozidos. Finalmente, um pátio adicional a poente terá pertencido à área de serviços. O conjunto forma, portanto, uma construção de grande aparato, ligada às recepções oferecidas pelos monarcas ([12]).

Soberbos terão sido, pelo menos na sua colocação, os palácios reais de Pérgamo, relativamente pequenos, mas totalmente rodeados de colunas com os interiores decorados com estuques coloridos nas paredes - de que se encontraram fragmentos - e mosaicos sumptuosos no solo (fig. 10).

Se da cidade rival desta nada temos, ficou pelo menos nos livros a memória dos esplendores de Alexandria. Aquele que é talvez o mais famoso dos *Idílios* de Teócrito sugere-nos em poucos versos o espanto causado em duas mulheres siracusanas que habitam na grande urbe e se dirigem ao "opulento palácio real de Ptolomeu", onde entram a custo, no meio de uma grande multidão, para assistir ao canto de Adónis (XV. 78-83):

> Gorgo - Praxínoa, vem por aqui. Olha primeiro para estas tapeçarias.
> Que finas! Que formosas! Dir-se-ia para uso dos deuses!
> Praxínoa - Atena venerável, que artistas os que as executaram!
> Que pintores os que desenharam tão perfeitas figuras!
> Que posições tão exactas, que movimentos tão certos!
> São vivas, não são tecidas. Que esperta coisa é o homem!

([12]) A maior parte destes dados é extraída do tratado de A. W. Lawrence, *The Greek Architecture,* citado na nota 8.

Esta composição é do séc. Ili a. C. Cerca de duas centúrias depois, o geógrafo Estrabão deixou uma descrição das grandezas da cidade, a que não falta a alusão aos palácios reais *(Geografia* XVII. 1.8):

> Tem esta cidade os mais belos recintos públicos e os palácios reais, que representam um quarto ou mesmo um terço do seu circuito total. Porquanto, assim como cada um dos reis tinha um amor pela beleza que o levava a enriquecer com qualquer adorno os monumentos públicos, do mesmo modo erigia, a expensas próprias, uma nova edificação em volta das já existentes, de tal forma que actualmente, como diz o Poeta,
>
> "de uma construção sai outra".
>
> Todas são, contudo, interligadas, quer entre si, quer com o porto, incluindo as que ficam fora dele. Faz parte dos palácios reais o Museu, dotado de um passeio coberto e de uma exedra e de uma grande casa, na qual fica a sala de refeições dos eruditos que pertencem ao Museu.

Refere ainda a existência de um lugar onde se encontravam os túmulos reais, entre eles o de Alexandre, como parte dos palácios acabados de descrever.

A grande importância deste passo e do que se lhe segue reside na referência ao Museu e ao modo como lá viviam os investigadores dessa grande instituição científica. Mas não deixam de ser instrutivos os dados sobre a extensão dos palácios reais em relação à cidade ("um quarto ou mesmo um terço") e ao espírito competitivo que animava a sua construção e embelezamento.

Outros dos reinos desmembrados do império de Alexandre eram famosos pelo esplendor dos seus palácios. Um dos exemplos mais célebres ficou retratado no texto do historiador Polibio, que hesita em descrevê-lo, com receio de que julguem tratar-se de um exagero retórico. Trata-se do palácio de Ecbátana, outrora residência real dos Medos. Tinha cerca de sete estádios de perímetro e era construído com madeiras todas de cedro ou de cipreste, sem que nenhuma delas estivesse a descoberto, pois as traves, caixotões e colunas dos pórticos e dos passeios cobertos eram revestidas de lâminas de prata ou de ouro, e as lajes todas de prata. Tantos eram os metais preciosos que, embora Alexandre e os Macedonios levassem a maior parte e o resto desaparecesse durante o

reinado de Antigono e Seleuco, filho de Nicanor, quando Antioco levou o que ficara no templo de Ene, deu ainda para cunhar moeda com a efígie do rei num total de quase quatrocentos talentos *(Histórias* X. 27. 3-13).

O ideal de riqueza tornara-se fonte de prestígio no mundo helenístico, e o palácio real simbolizava o seu mais alto expoente. Mas, por outro lado, há aqui a preocupação de ligar à realeza uma série de instituições que continuavam a fazer recordar as de uma antiga cidade grega. Como escreveu com grande agudeza H. Lauter, "é evidente que os santuários; o túmulo do herói *ktistes* ou seu equivalente, o *he won* da dinastia; o teatro; a ágora - no ponto em que estava próxima do palácio; e mesmo as bibliotecas derivam de uma tradição das cidades gregas livres; podiam mesmo definir-se como instituições republicanas [...] Abstraindo das moradas privadas dos príncipes, mais ou menos ricamente equipadas, os vestígios arquitectónicos de uma *regia* parecem-se com os que se poderiam encontrar no centro monumental de uma metrópole grega qualquer" (13). Porém à evidente preocupação de ostentação não será estranho, como aventou Claire Préaux, um certo modelo oriental (14).

Fechara-se, pois, o ciclo? Não podemos dizê-lo. Sabemos, por estarem arqueológicamente comprovadas, das relações comerciais de Creta e Micenas com o Egipto, o Próximo Oriente, a Babilónia. É arriscado falar de influências artísticas, a não ser, segundo julgamos, para o caso isolado do sarcófago de Hagia Triada. Estamos perante uma série de questões em aberto que aguardam resposta e que estão presentemente a ser estudadas (repare-se que a intenção principal do responsável pela nova campanha de escavações na Tróade, o Prof. Manfred Korfmann, é reconstituir as relações entre a Europa e a Asia na Idade do Bronze no principal ponto de contacto entre os dois continentes).

No meio dos dois extremos deste grande arco cronologico, que vai de cerca de 1900 a. C. a 146 a. C., ambos marcados, no que toca a palácios reais, pela ambição do espectacular, fica a moderação, a acocppoaóvp característica da época clássica, em que o cidadão é participante dos destinos da vida colectiva da *polis*, porque é ele que p£T£x£L xpiastoç xocL ocpxTQÇ, "tem parte na decisão e no comando", como escreveu Aristóteles, com a sua precisão exemplar (15).

(13) "Les Éléments de la Regia Hellénistique" in: *Le Système Palatial.* As citações são da p. 353.

C4) *Le Monde Hellénistique. La Grèce et VOrient (323-146 avant J. - C.)* (Paris 1978), Tome I, 208-209.

(15) *Política* III, 1275 a.

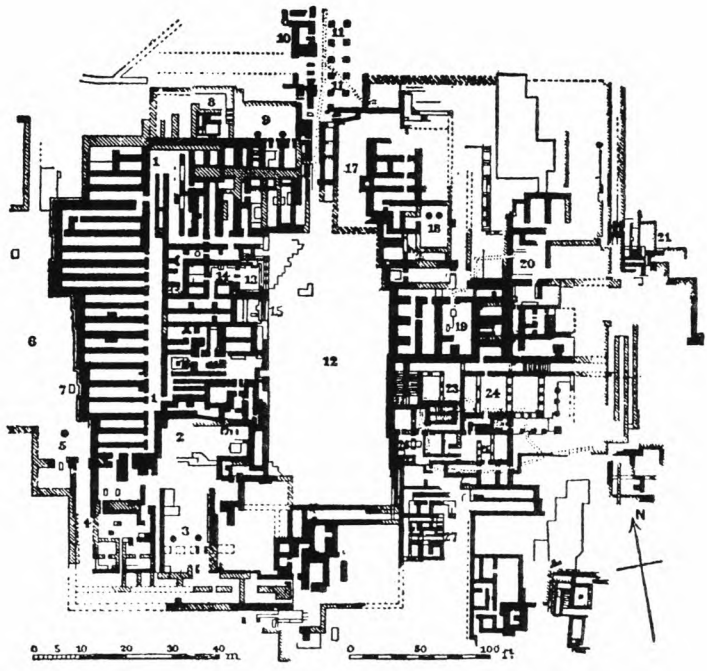


FIG. 1 – Planta do Palácio de Cnossos



FIG. 2 – Palácio de Cnossos. O fresco do Príncipe das Flores de Lis

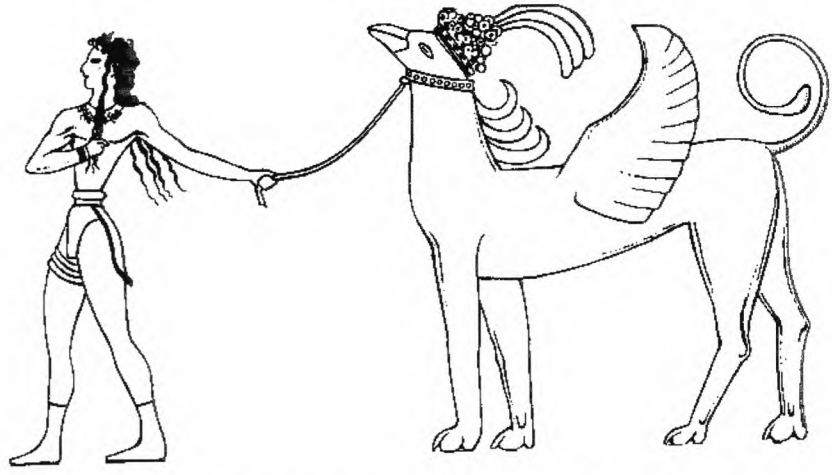


FIG. 3 – O Príncipe das Flores de Lis, na reconstituição de Castleden

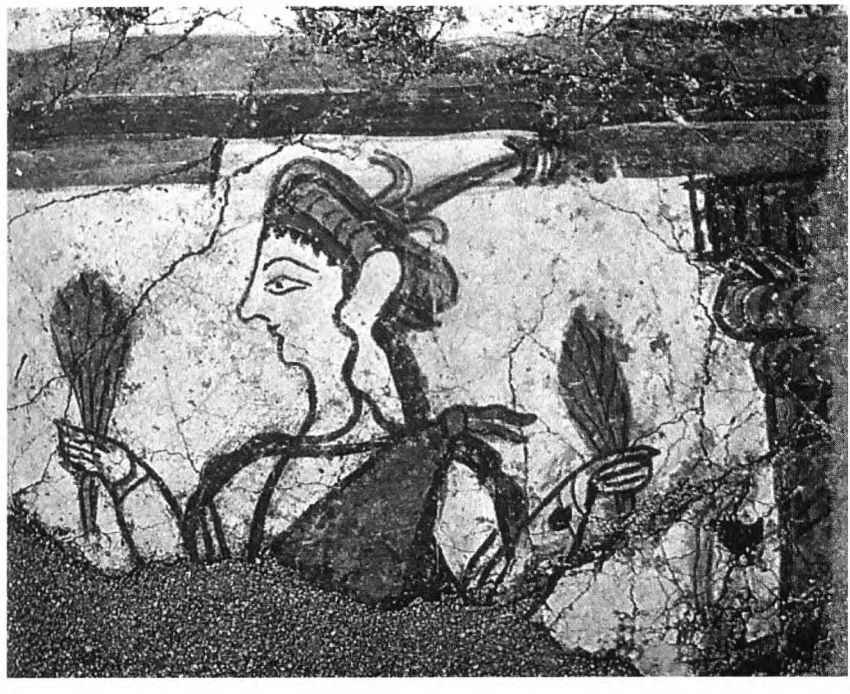


FIG. 4 – Micenas. Fresco com uma figura feminina

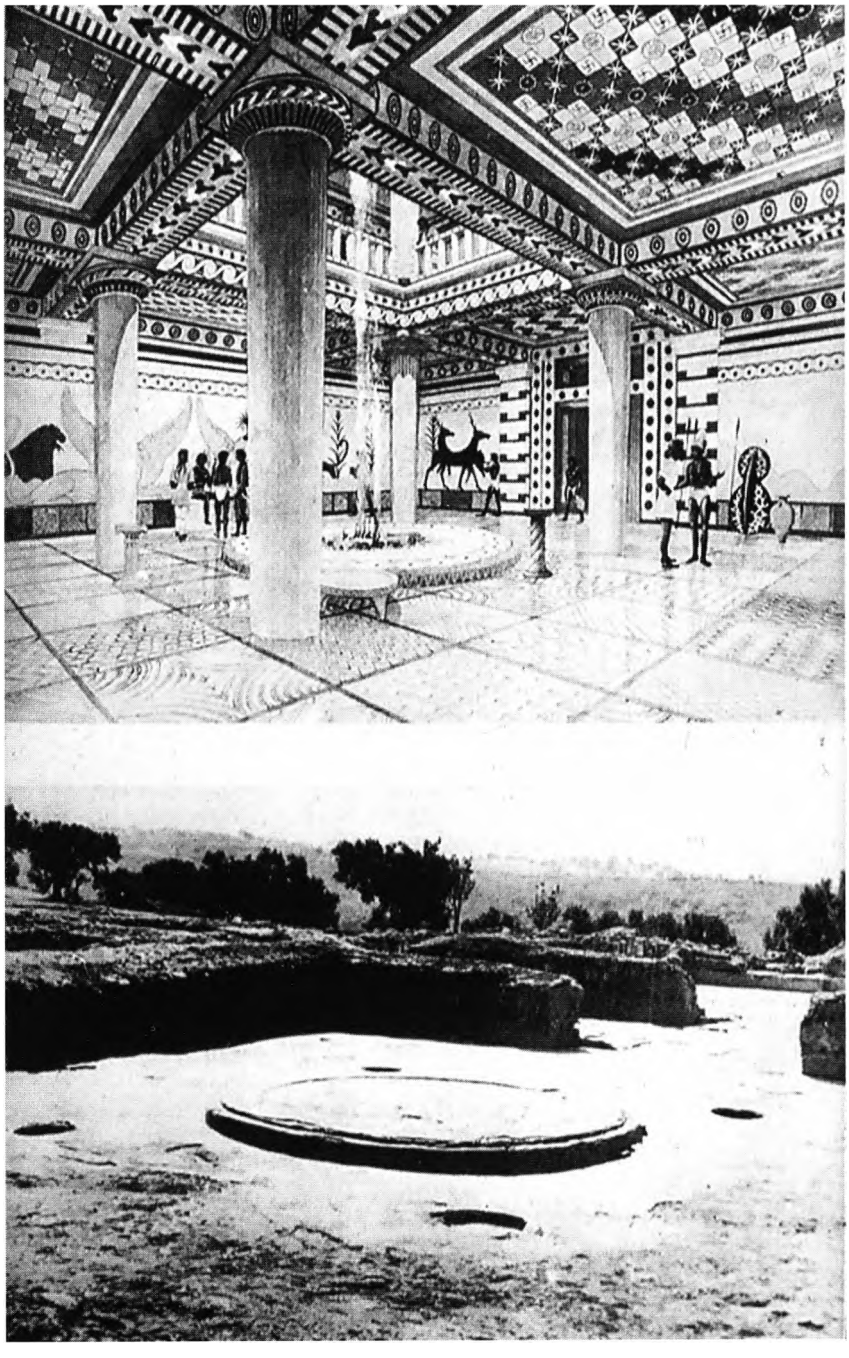


FIG. 5 - Pilos. Palácio real. Em baixo, o mégaron; em cima, uma reconstituição

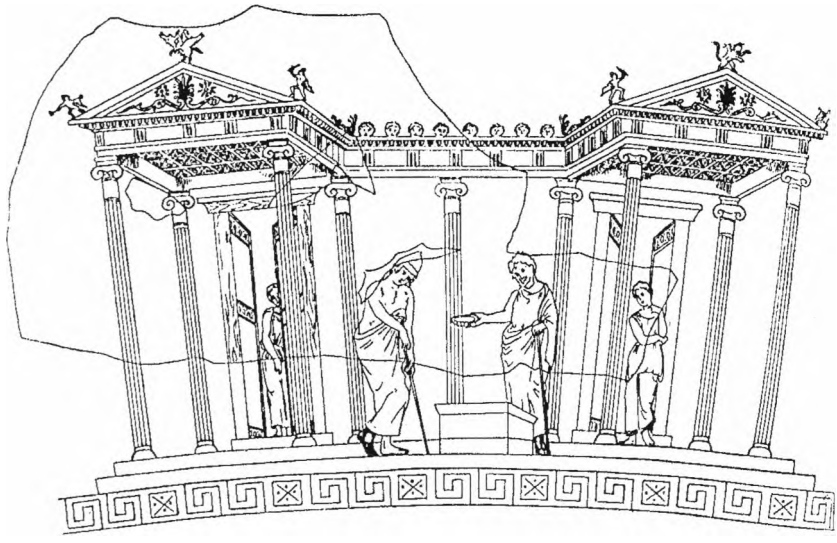


FIG. 6 - Fragmento de um calyx-krater de Tarento, em Würzburg (reconstituição)



FIG. 7 - Krater-de-volutas de Canossa, em Munique. Medeia



FIG. 8 - Situla em Villa Giulia. Competição entre Pélops e Enómao

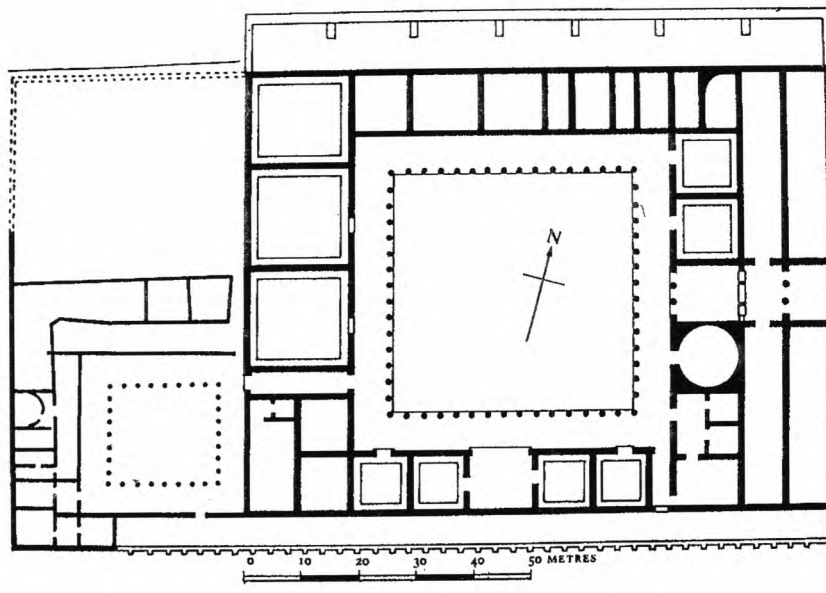


FIG. 9 – Vergina. Planta do palácio real

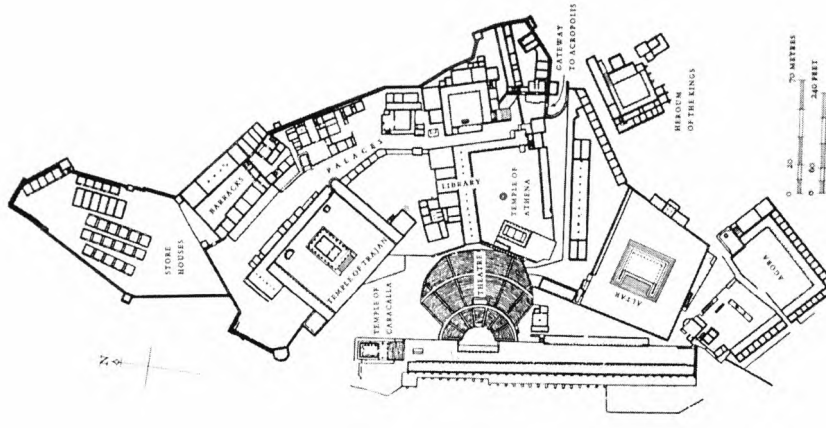


FIG. 10 - Pérgamo. Pianta da parte alta da cidade, com o palácio real e suas dependências

ISABEL PEREIRA
Conservadora do Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Figueira da Foz)

CASAIS AGRÍCOLAS DA IDADE DO FERRO NA FOZ DO MONDEGO - FIGUEIRA DA FOZ

«Conimbriga» XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 75-85

RESUMO: Entre os finais do séc. VII e os inícios do V a. C., na área da foz do Mondego, para além dos povoados bem conhecidos de Santa Olaia e Crasto de Tavarede, havia casais agrícolas que a autora aqui identifica, publicando os materiais neles recolhidos por Santos Rocha.

RÉSUMÉ: Dans la rive droite de l'embouchure du Mondego, en plus des deux oppida identifiés de Santa Olaia e Crasto de Tavarede, il y avait, entre la fin du Vllème et le début du Vème siècle avant Jésus-Christ, des petites granges que Fauteur identifie d'après les travaux réalisés par Santos Rocha au début du siècle.

(Página deixada propositadamente em branco)

CASAIS AGRÍCOLAS DA IDADE DO FERRO NA FOZ DO MONDEGO - FIGUEIRA DA FOZ

I. INTRODUÇÃO

Os estudos pioneiros de Santos Rocha, durante o séc. XIX e inícios do séc. XX, dão-nos a conhecer os vários tipos de povoamento, durante a Idade do Ferro, na Foz do rio Mondego, ou seja, a juzante de Montemor-o-Velho, no Concelho da Figueira da Foz.

Desses estudos, Santa Olaia - Ferrestelo, Crasto em Tavarede, Lírio e Bizorreiro de Castela impõem-se como povoados, sobre colinas de baixa e média altitude, dominando vales férteis, com água e bons terrenos de agricultura. São, por outro lado, sítios estratégicos na defesa e comunicação, dominando territórios alargados.

Arieiro, Chões, Fonte de Cabanas e Pardinheiros aparecem, por seu lado, como pequenos núcleos populacionais, vivendo da agricultura, pastoricia e artesanato, localizados em vales com óptimas capacidades agrícolas.

Em 1970, no II Congresso Nacional de Arqueologia, realizado em Coimbra, A. de Victor Guerra e O. da Veiga Ferreira retomam os estudos, anteriormente iniciados, e elaboram o "Inventário das Estações da Idade do Ferro nos Arredores da Figueira da Foz".

No presente estudo, não consideramos o fundo de Cabana de Santo Amaro da Serra (a 200 m a O. da Mama do Furo, no Prazo de Santa Marinha), registado por Victor Guerra e Veiga Ferreira. A análise pormenorizada do material existente no Museu Municipal do dr. Santos Rocha, Figueira da Foz, aponta, inequivocamente, para uma ocupação da época Neolítica.

Conimbriga, 32-33 (1993-1994), 75-85

II. CASAIS RURAIS

1. Arieiro

O lugar do Arieiro, freguesia de Brenha, situa-se a Oeste das Alhadas e a Leste de Brenha, a 98 metros de altitude (P-359.900; M-142.000, folha 239 da carta militar de Portugal, 1947).

Conhecemos o lugar pelo catálogo do Museu *Q)* "6351 a 6374 - Espólio em ferro e cerâmico, recolhido em Arieiro, Freguesia de Brenha (transição para a época romana?)".

De todo o espólio mencionado pelo escavador foram individualizados, no Museu, os fragmentos em ferro, de forma indefinida, mais precisamente, restos de escória.

No lugar não foram identificadas estruturas arqueológicas.

2. Chões

A norte da Freguesia de Brenha, exposta aos ventos norte, a 90 metros de altitude localiza-se o lugar de Chões (P-359.000; M-141.000, folha 239 da carta militar de Portugal, 1947).

Desenvolve-se a Norte, Leste e a Oeste um vale fértil, rico em água. A Sul, eleva-se uma suave vertente onde Santos Rocha escavou duas estruturas de habitações da Idade do Ferro. A Norte, outras foram detectadas mas não escavadas. A distância entre os dois depósitos não excedia os três metros e a diferença de nível rondava os setenta centímetros. Diz Santos Rocha que "ambos os depósitos tinham a espessura máxima de 0,50 m. Estavam fortemente empastados e eram constituídos por terra vegetal carregada de carvão, cinzas, ossos de animal e fragmentos de cerâmica". São vestígios que não foram atingidos pelas culturas do terreno pois ocupavam " a parte mais funda da espécie de fossas em que assentavam as cabanas. O fundo destas fossas era formado pelo solo natural, composto de argila amarelada, e em parte, pelo menos parecia revestida com cascalho" (2).

Pela descrição de Santos Rocha e pela presença de habitações cujos pavimentos e partes superiores de muros e coberturas foram des- (•)

(•) **ROCHA,** António dos Santos - *O Museu Municipal da Figueira da Foz. Catálogo Geral.* Figueira da Foz, Imprensa Lusitana, 1905, p. 138

(2) **ROCHA,** António dos Santos - *Chões e Pardinheiros,* in "Memórias e Explorações Arqueológicas", voi. 2, Coimbra, 1971, p. 133-136.

cobertas, estamos perante habitações rurais que faziam da agricultura o seu modo essencial de vida.

A homogeneidade do espólio exumado ([3]) permite-nos concluir por uma ocupação entre finais do Séc. VII a inícios do Séc. V a. C.

MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS:

1 e 2) Contas de colar, argila clara, feitas à mão, perfuradas, barriloides. (Est. II)
N.° de inv. 2399 A e 2399 C.

3) Conta de colar, cinzenta escura, feita à mão, perfurada, oblonga (Est. II)
N.° de Inv. 2399 B.

4) Cossoiro, de cerâmica vermelha, feito à mão, pasta grosseira, calcífica, perfurado, em forma de cone duplo. (Est. II).
Sem número de inventário.

5) Cossoiro de cerâmica vermelha, feito à mão, pasta grosseira, calcítica, perfurado, em forma de cone duplo com decoração linear (Est. II).
Sem número de inventário.

6) Fragmento de pulseira, de bronze, de secção circular (Est. II).
Sem número de inventário.

7) Fragmento de bordo de taça, cinzento escuro, com carena pouco pronunciada, feito à mão, pasta fina, clara, (Est. III).
Sem número de inventário.

8) Fragmento de bordo e pança de tigela, hemisférica, de lábio afilado, cinzento escuro, feito à mão, pasta fina. (Est. III).
N.° de Inv. 2635.

9) Fragmento de bordo e pança de tigela, hemisférica, de lábio afilado, feito à mão, pasta fina escura, com mica, coberta com engobe vermelho, polido (Est. III).
N.° de Inv. 2634.

10) Fragmento de bordo e pança de tigela, hemisférica, de lábio afilado, feito à mão, pasta escura com mica, com vestígios de engobe vermelho no exterior (Est. III).
Sem número de inventário.

11) Fragmento de bordo e pança de tigela, hemisférica, de lábio afilado, feita à mão, pasta escura com desengordurante e mica, de cor irregular, do castanho amarelado ao negro, polida (Est. III).
Sem número de inventário.

([3]) **ROCHA,** António dos Santos - *O Museu Municipal da Figueira da Foz. Catálogo Geral.* Figueira da Foz, Imprensa Lusitana, 1905, p. 136-137.

12) Fragmento de bordo de tigela, com carena pouco pronunciada, feita à roda, pasta fina clara, com mica, paredes de cor cinzenta, polida (Est. III).
N.° de Inv. 2632.

13) Fragmento de tigela, com ligeiro estrangulamento junto ao bordo, feita à roda, pasta fina clara, com mica, paredes de cor cinzenta, polida (Est. III).
N.° de Inv. 2631.

14) Fundo de tigela, em onfalo, de pasta clara, fina, com mica e paredes de cor cinzenta, polida (Est. III).
N.° de Inv. 2633.

15) Fragmento de bordo e pança de tigela, campanular de bordo afilado, ligeiramente voltado para o exterior, de cerâmica feita à mão, pasta escura com calcite e mica, cor entre o castanho e o amarelo (Est. III).
N.° de Inv. 2621.

16) Fragmento de bordo e colo, de grande pote, de colo alto, bordo liso e voltado para o exterior, de cerâmica feita à mão, pasta clara, calcítica, com mica, cor amarelada (Est. III).
N.° de Inv. 2613.

17) Fragmento de bordo e colo, de grande pote, feito à mão, de bordo voltado para o exterior, de cerâmica cinzenta clara, com muita mica, colo decorado com traços paralelos incisos ligeiramente inclinados (Est. III).
N.° de Inv. 2358.

18) Fragmento de bordo, de grande pote, de cerâmica cinzenta, feita à mão, pasta clara com muita mica, colo com decoração impressa em sulcos oblíquos e paralelos (Est. III).
N.° de Inv. 2357.

19) Bordo e colo de grande pote, de colo alto, bordo voltado para o exterior, denteado, de cerâmica feita à mão, de pasta cinzenta calcítica, paredes de cor avermelhada. (Est. III).
Sem número de inventário.

20) Fragmento de bordo e colo, de grande vaso, de colo alto e bordo plano, denteado, de cerâmica feita à mão, pasta calcítica escura, parede externa avermelhada (Est. IV).
N.° de Inv. 2596.

21) Fragmento de colo, de pequeno vaso, com asa de secção em "oito", bordo liso, virado para fora, feito à mão, pasta calcítica escura, parede exterior acastanhada (Est. IV).
N.° de Inv. 2281 A.

22) Fragmento de bordo e colo, de pequeno vaso, com asa de secção elíptica, bordo liso, virado para fora, feito à mão, pasta calcítica e com mica, escura, parede exterior de cor negra e avermelhada (Est. IV).
N.° de Inv. 2281.

23) Fragmento de bordo de prato, hemisférico, de bordo acentuadamente virado para dentro, formando carena, feito à roda, de cerâmica cinzenta escura, fina, polida, com muita mica (Est. IV).
Sem número de inventário.

24) Fragmento de bordo de prato, hemisférico, de bordo ligeiramente voltado para o interior, formando carena pouco acentuada, feito à roda, de cerâmica cinzenta escura, fina, polida, com muita mica (Est. IV).
Sem número de inventário.

25) Fragmento de bordo de prato, hemisférico, de bordo virado para dentro, ligeiramente espessado no interior do bordo, feito à roda, de cerâmica escura, fina, polida, com muita mica (Est. IV).
Sem número de inventário.

26) Fragmento de bordo de prato, hemisférico, feito à roda, perfurado, com a parede exterior e bordo de cor cinzenta escura, parede interior cinzenta clara. Pasta fina, com mica (Est. IV).
Sem número de inventário.

27) Fragmento de bordo de prato, hemisférico, de lábio ligeiramente voltado para o interior, feito à roda, de cerâmica escura, fina, polida, com mica. Grafito na parede exterior (Est. IV).
Sem número de inventário.

28) Fragmento de bordo de prato, carenado, imitando forma de engobe vermelho, feito à roda, de cerâmica cinzenta escura, fina, polida. Pasta fina, com mica (Est. IV).
N.° de Inv. 2628.

29) Fragmento de prato, carenado, imitando a forma de prato de engobe vermelho, com a parede interior rosada e a exterior cinzenta escura. Pasta fina, dura, com mica, rosada (Est. V).
Sem número de inventário.

30) Fragmento de bordo de prato, carenado, de engobe vermelho. Pasta bege, rosada, fina e dura, com mica (Est. V).
N.° de Inv. 2564.

31) Fragmento de bordo de prato, carenado, de engobe vermelho, polido, no interior. Pasta bege, dura, com mica (Est. V).
Sem número de inventário.

32) Fragmento de bordo de prato, hemisférico, com o bordo virado para o interior, feito à roda, com engobe vermelho aguado na parede interior. Pasta bege, fina, dura, com mica (Est. V).
Sem número de inventário.

33) Fragmento de tigela, carenada, rosada, feita à roda, pasta muito dura, fina, com mica (Est. V).
Sem número de inventário.

34) Fragmento de bordo de tigela, campanular, feita à roda, com o bordo engrossado virado para o exterior, cor bege, pasta cinzenta, dura, com muito desengordurante (Est. V).
Sem número de inventário.

35) Fragmento de bordo e pança de pequeno pote, feito à roda, com o bordo engrossado no interior, voltado para o exterior. Pasta cinzenta, dura, com desengordurante (Est. V).
Sem número de inventário.

36) Fragmento de bordo e asa de pequeno vaso, feito à roda, com o bordo voltado para o exterior, asa com ranhura a meio, paredes de cor bege. Pasta cinzenta, dura, com desengordurante (Est. V).
N.° de Inv. 2639.

37) Fragmento de colo e pança, de grande vaso, feito à roda, de cor bege, pasta clara com desengordurante e mica (Est. V).
Sem número de inventário.

38) Fragmento de bordo e colo de grande pote, com o bordo virado para o exterior, de cerâmica feita à roda, cor castanha amarelada, pasta cinzenta, com muito desengordurante e mica (Est. VI).
Sem número de inventário.

39) Fragmento de bordo e de colo de vaso, feito à roda, com o bordo virado para fora, plano, cor bege, pasta cinzenta clara, com desengordurante e mica (Est. VI).
Sem número de inventário.

40) Fragmento de bordo e colo de vaso, feito à roda, com o bordo virado para o exterior, plano, com ligeira carena no interior, cor bege, pasta cinzenta clara, com desengordurante e mica (Est. VI).
N.° de Inv. 2576.

41) Fragmento de bordo e colo de vaso, feito à roda, com o bordo ligeiramente engrossado, virado para o exterior, com carena suave no interior, cor bege, pasta cinzenta clara, com desengordurante e mica (Est. VI).
Sem número de inventário.

42) Fragmento de asa de ânfora, bipartida, de secção em "oito", cor bege, pasta cinzenta clara, com muito desengordurante e mica (Est. VI).
N.° de Inv. 2379 A.

43) Fragmento de adobe, cor vermelha, com vestígios de ramos vegetais impressos em negativo (Est. VI).
N.° de Inv. 2351.

3. Fonte de Cabanas

Perto da Fonte de Cabanas, à altitude de 160 metros, na freguesia de Brenha, escavou Santos Rocha restos de cinco estruturas "circulares,

abertas no tufo calcário, com o diâmetro de 1,45 m, muito próximos entre si, conservando ainda algumas d'elas a profundidade de 0,60 m"([4]) . O fundo era côncavo e continha terra com carvões, cinzas e conchas (P-358.900; M-140.200; folha 239 da carta militar de Portugal, 1947).

Perto destas estruturas foram encontrados fragmentos de cerâmica, feita à mão, idêntica às exumadas no Castro, Tavarede. No catálogo do Museu, o espólio foi registado com o número 4731 ([5]).

Santos Rocha mostra algumas hesitações em relacionar os achados com as estruturas escavadas.

MATERIAL ARQUEOLÓGICO:

1) Fragmento de bordo e colo de grande pote, de colo alto e bordo adelgaçado, feito à mão, pasta clara com mica, e calcite de cor amarelada e acabamento brunido.
   Sem número de inventário.

2) Fragmento de cerâmica comum avermelhada, feita à roda, pasta com mica e calcite.
   Sem número de inventário.

4. Pardinheiros

Na freguesia de Quiaios, no vale que se desenvolve entre as Pedras da Bandeira e a Corredoura, a Leste, e os montes Lamasmas e Alqueves, a Oeste, situa-se sensivelmente a 100 metros de altitude o sítio dos Pardinheiros (P-360.130; M-137.000, folha 228 da carta militar de Portugal, 1947).

Das inúmeras sondagens efectuadas por Santos Rocha, conclui-se da existência de uma estação da Idade do Ferro ([6]). Não apareceram estruturas e os materiais arqueológicos apresentavam-se misturados - cerâ-

([4]) **ROCHA,** António dos Santos - *Silo préhistorico da Rendinha.* "Boletim da Sociedade de Archeologia Santos Rocha", Tomo 1(7), Figueira, Imprensa Lusitana de Augusto Veiga, 1908, p. 197.

([5]) **ROCHA,** António dos Santos - *O Museu Municipal da Figueira da Foz• Catálogo Geral.* Figueira, Imprensa Lusitana, 1905, p. 138.

([6]) **ROCHA,** António dos Santos - *Memórias e Explorações Arqueológicas*, voi. 2, Coimbra, 1971, p. 136.

micas da Idade do Ferro, Romanas e Medievais. Nas reservas do Museu não foi identificado o espólio da Idade do Ferro, nomeadamente o fragmento de cerâmica pintada com paralelo nas cerâmicas de Santa Olaia.

Uma plantação recente de eucaliptos, efectuada em 1986, em propriedade dos Srs. Arlindo Custódio Machado e Luís Machado Abreu, levou-nos ao local. Aqui, na camada mais profunda, de cinzas, muito gordurosa, com cascas de marisco, foi possível observar a existência de pequenos fragmentos de cerâmica tardia, misturada com pequeníssimos fragmentos de cerâmica cinzenta, de perfis não identificáveis.

Mesquita de Figueiredo, nas suas notas manuscritas (Livro 5, fis. 5 verso, 15 verso e 28 verso) anota que em Pardinheiros, próximo do Cabo Mondego, existem despojos romanos e que aí encontrou um fragmento de telha e de "imbrex". Não faz referência a materiais atribuíveis à Idade do Ferro.

III. CONCLUSÕES

1) Toda a ocupação humana nos casais agrícolas era pouco densa, e ocupava sítios amparados dos ventos, em vales de bons terrenos e com muita água.

2) Os pavimentos das habitações rurais da Idade do Ferro, eram de argila batida, revestidos ou não de cascalho - Chões e Fonte de Cabanas.

3) A parte superior dos muros era construído com a técnica usual em Santa Olaia: elementos vegetais cobertos de argila.

4) Desconhece-se a forma generalizada das habitações. Todavia as habitações de Fonte de Cabanas eram circulares, abertas no tufo calcário. Os restantes arqueo-sítios foram identificados pelos materiais exumados ou restos de pavimentos de forma indeterminada.

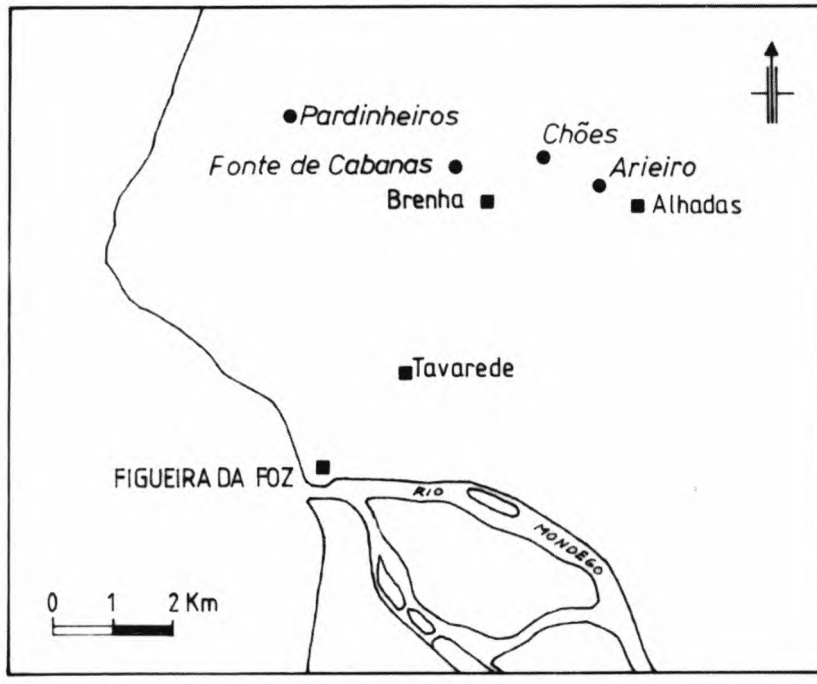
5) Como materiais arqueológicos predominam as cerâmicas grosseiras, feitas à mão com paralelo nas exumadas em Crasto, Tavarede. Todavia, não são estranhas as cerâmicas de importação, com paralelo em Santa Olaia, nomeadamente nas estações de Chões e Pardinheiros.

6) Rareiam os objectos metálicos. Em Arieiro apareceram fragmentos de escória de ferro, apontando no sentido da prática da metalurgia no local.

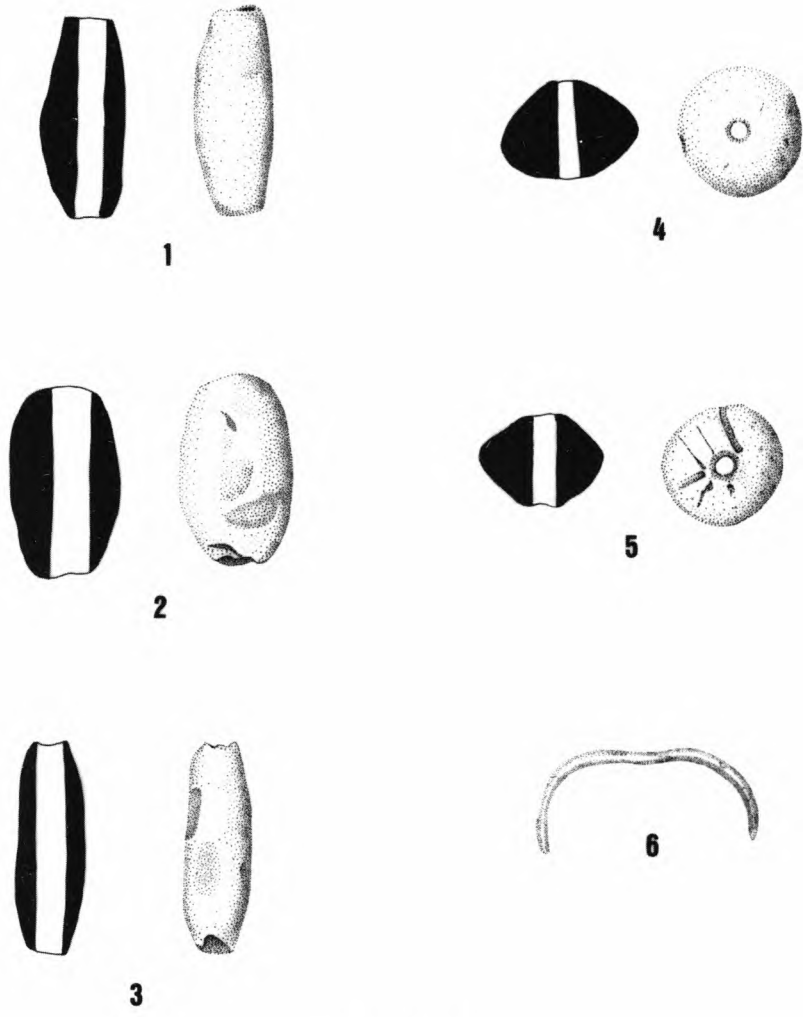
7) Só Chões fornece um fragmento de objecto em bronze (est. II, n.° 6), identificado como pulseira.

8) A existência de cossoiros em Chões indica a prática de tecelagem nos casais agrícolas durante a época em estudo.

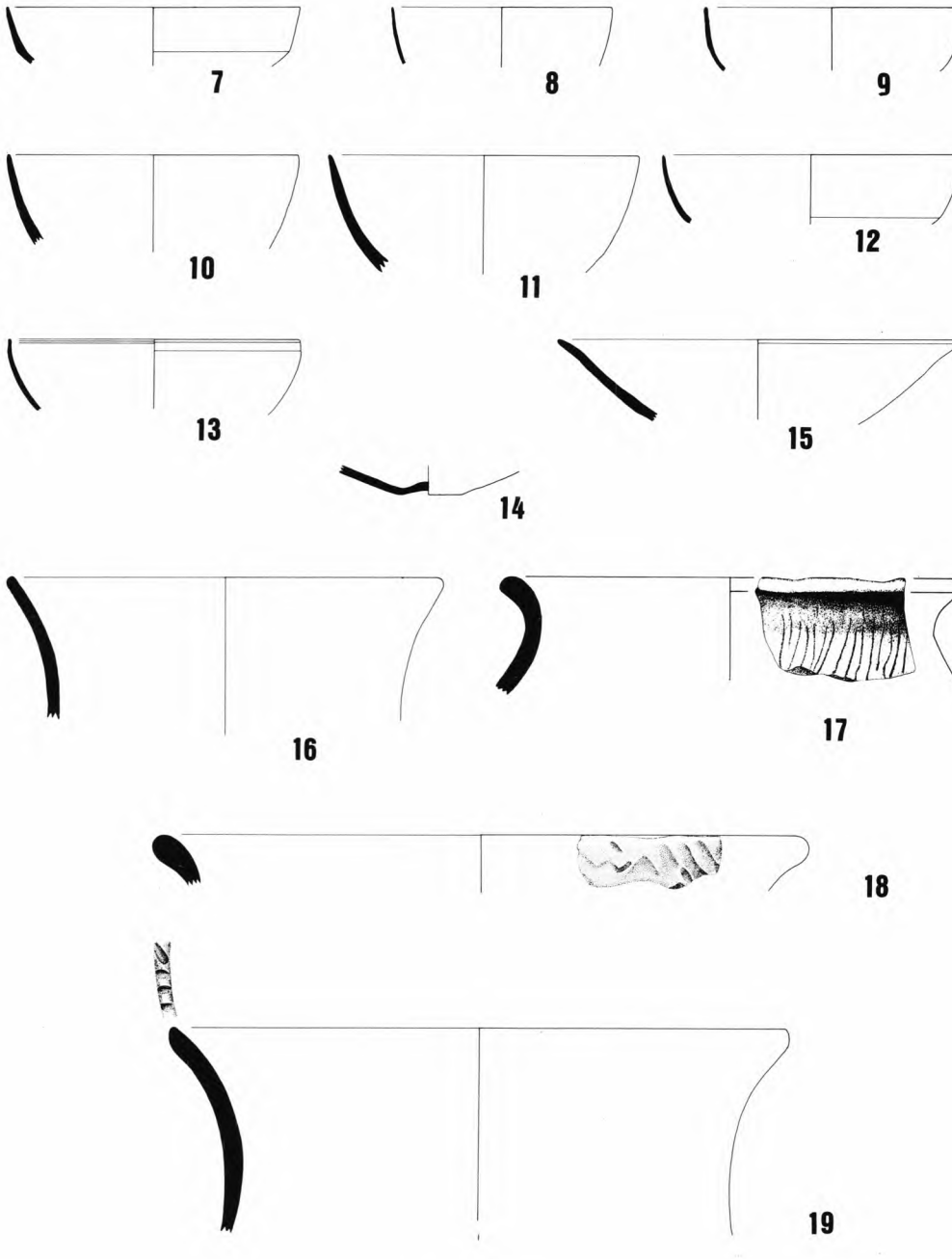
9) O exame dos materiais aponta para uma cronologia de ocupação datada dos finais do Séc. VII a inícios do Séc. V a. C. Existem cerâmicas, inequivocamente, datadas do Séc. VI, nomeadamente em Chões e Pardinheiros. Todavia, a ausência de cerâmicas mais recentes, encontradas em Santa Olaia e Crasto de Tavarede, concretamente as cerâmicas estampilhadas, apontam para o desaparecimento destes casais antes da entrada em decadência de Santa Olaia e Crasto. Os materiais exumados correspondem ao período mais antigo e rico daqueles dois importantes povoados.



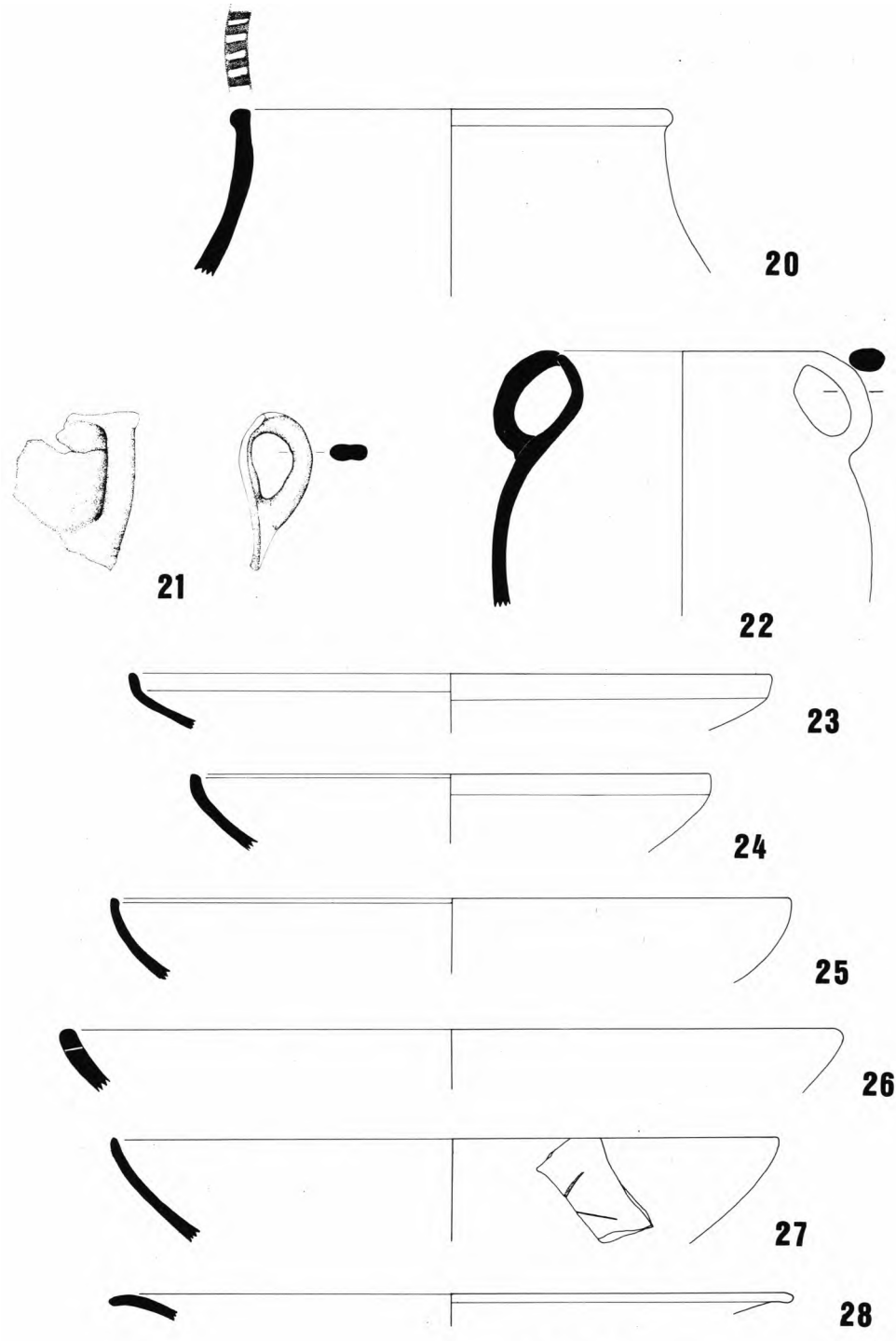
■ Povoações actuais
● Casais da Idade do Ferro



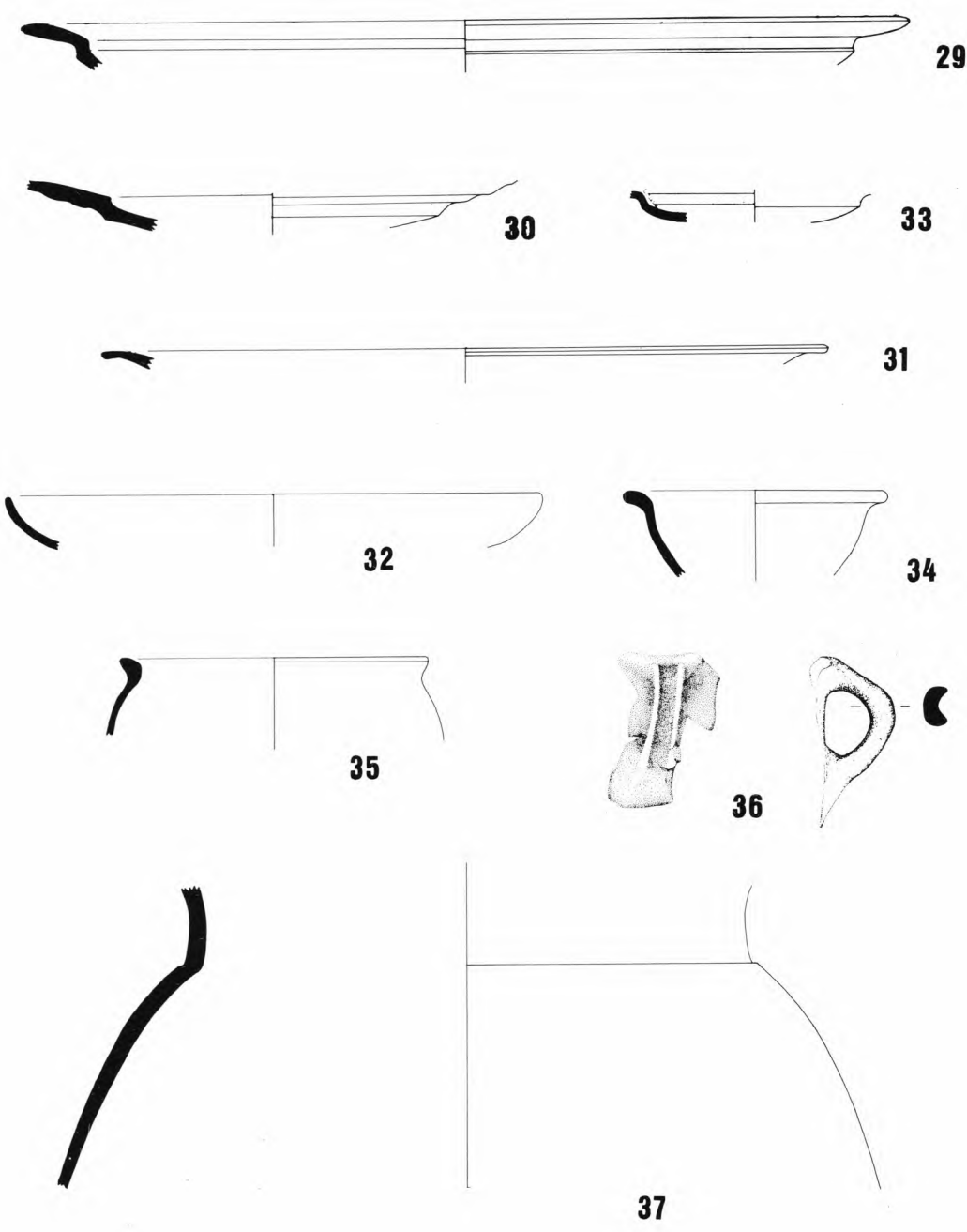
Esc. 1: 4 aprox.



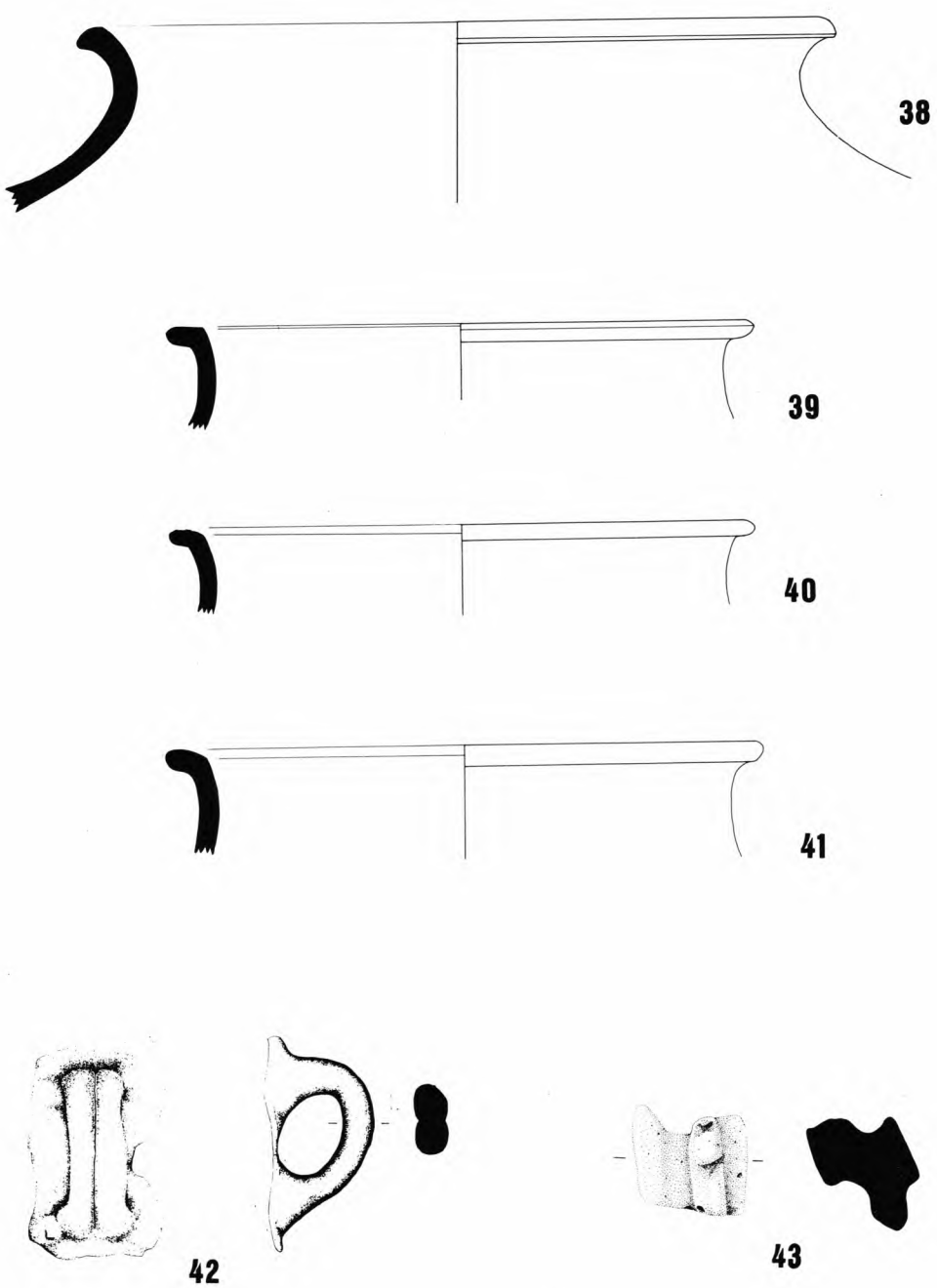
Esc. 1: 4 aprox.



Esc. 1: 4 aprox.



Esc. 1: 4 aprox.



Esc. 1: 4 aprox.

(Página deixada propositadamente em branco)

HELENA FRADE
Técnica Superior da Direcção Regional de Coimbra do IPPAR

A TORRE DE CENTUM CELAS (BELMONTE):
UMA ***VILLA*** ROMANA

«Conimbriga» XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 87-106

RESUMO: Apresenta-se o resultado das escavações efectuadas na Torre de Centum Celas (Belmonte) em 1993 e 1994. A planta de que hoje se dispõe e os dados da estratigrafía e do espolio permitem concluir que se trata de urna ***villa*** romana, cujo proprietário estaria ligado à exploração e comercialização do estanho. Foi construída nos inícios do séc. I e sofreu um incêndio nos finais do séc. Ill, que a destruiu bastante, pois todas as estruturas de madeira desapareceram.

RÉSUMÉ: L'auteur présente ici les résultats des fouilles conduites **à** Centum Celas (Belmonte) en 1993 et 1994. Le plan, la stratigraphie et les diverses trouvailles permettent de dire qu'il s'agit d'une ***villa***, dont le propriétaire faisait l'exploitation et le commerce de l'étain. Bâtie au 1er siècle elle a été détruite **à** la fin du Illème, par un grand incendie, qui a brûlé toute la charpenterie.

(Página deixada propositadamente em branco)

A TORRE DE CENTUM CELAS (BELMONTE): UMA *VILLA* ROMANA

este céu não existe foi inventado hoje
sob uma cópia antiga foi num azul assim
que um dia no passado algo aconteceu

Jorge Guimarães, *A Boca de Palavras*

A "Torre de Centum Celas" pertence administrativamente ao distrito de Castelo Branco, concelho de Belmonte, freguesia do Colmeal da Torre, e localiza-se numa pequena colina com cerca de 497 m de altitude.

O acesso a Centum Celas faz-se utilizando a estrada que, no sítio da Catraia da Torre, surge do lado direito da EN 15, no sentido Covilhã/Guarda, e que se dirige à povoação do Colmeal da Torre. Depois de andadas algumas dezenas de metros na direcção desta localidade, vemos surgir ao nosso lado direito a Torre de Centum Celas, um dos mais representativos e mais enigmáticos monumentos da época romana na Beira Interior.

O edifício está orientado a Nordeste (1) e da sua planta conhecem-se hoje muitas mais estruturas, que se encontravam soterradas, e que as duas campanhas de escavações arqueológicas levadas a cabo no local já permitiram pôr a descoberto.

(1) Apesar de o edifício se encontrar orientado a Nordeste, considerámos a fachada como estando orientada a Norte, pois torna-se mais fácil a descrição das estruturas e do monumento.

Conimbríga, 32-33 (1993-1994), 87-106

A Torre de Centum Celas, também conhecida como Torre de S. Cornélio, localiza-se numa zona fértil, do ponto de vista agrícola. Está muito perto da confluência da Ribeira de Gaia com o Rio Zêzere, cujas aluviões metalíferas foram explorados desde épocas recuadas.

O topónimo Torre é certamente devido ao aspecto turriforme que as estruturas mais altas do edifício apresentam.

Centum Celas aparece-nos referida como Centocelas em documentos desde o séc. XII. É o nome de uma das povoações existentes num território que D. Sancho I cedeu à Sé de Coimbra, e é também a esta povoação que o bispo D. Pedro dá foral, em 1194. Em 1199
D. Sancho I, em acordo com o referido bispo D. Pedro, retira o poder municipal a Centocelas e dá foral a Belmonte, dando-lhe como limites territoriais os anteriormente estabelecidos para Centocelas (DIAS, 1972).

Estes dois documentos são suficientes para inferir da existência de uma povoação mais antiga, que teria alguma importância, e que o bispo D. Pedro tentou restaurar e repovoar. Era esta, aliás, a prática corrente no início da Nacionalidade, em que através das cartas de foral se tentava restaurar e repovoar aglomerados urbanos já existentes, a par com a fundação de novas localidades.

A Torre poderia estar nas imediações de Centocelas mas sem fazer parte da povoação, que se sabe ter existido algures nas proximidades.

A importância de Centocelas na época da Reconquista estará, certamente, relacionada com a sua localização perto da via romana Mérida - Braga, que continuou a ser utilizada como caminho principal durante bastante tempo (MANTAS, 1990a: 222).

A transferência do poder municipal para Belmonte poderá ter sido motivada por razões estratégicas. Este procedimento parece ter sido usual na época, uma vez que, sensivelmente na mesma altura, foi dado foral a Idanha-a-Nova, situada em local que permitia uma melhor defesa e vigilância, em detrimento de Idanha-a-Velha, localizada na planície e mais vulnerável aos ataques (DIAS, 1972).

Muitos têm sido os autores que ao longo dos tempos se têm referido à Torre de Centum Celas e ao mesmo tempo têm sido propostas as mais díspares funções.

Pinho Leal, em 1874 atribui ao "exquisito edifício" as funções de atalaia reedificada por D. Dinis. Refere a sua fundação romana e a existência de "uma pequena povoação" em seu redor.

Vergilio CORREIA (1928: 266) supõe tratar-se de um santuário isolado, de fundação romana.

Para o General João de ALMEIDA (1945: 406-408), adoptando acriticamente a tradição popular, a Torre seria a prisão onde esteve encarcerado o Papa S. Cornélio.

Adriano Vasco RODRIGUES (1962: 319-325) liga o monumento com a via romana que passa perto e diz tratar-se do *praetorium* de um acampamento romano.

Manuel J. CALAIS (1984: 16-17) estudou a arquitectura do edifício e encontrou para ele paralelos em construções egípcias e gregas. Defende tratar-se de um templo, utilizado pelos romanos com fins não religiosos.

Aurélio Ricardo Belo, que realizou escavações no local, relaciona o edifício com a via romana, dizendo tratar-se de uma *mansio* fortificada (BELO 1964: 140 e 1966: 25-35).

Jaime Lopes DIAS (1972: 31), após fazer o ponto da situação das diversas opiniões sobre Centum Celas, propõe que seja o que resta de uma cidade romana que ali existiu.

Recentemente, Jorge de ALARCÃO (1988: 4/301) lançou nova hipótese sobre a funcionalidade da Torre. Refere que poderá ser parte integrante de uma *villa* e que o resto do edifício terá sido destruído.

Vasco MANTAS considera a Torre de Centum Celas como uma *mansio* (1990a: 226) ou uma *mutatio* da via romana Mérida - Braga (1990b).

As escavações, efectuadas por Aurélio Ricardo Belo no final da década de 50, permitem-nos situar a utilização do edifício, durante a época romana, desde o séc. I ao séc. IV-V (LEITÃO, 1980: 104).

Nós próprios, em Maio de 1990, nos referimos a este monumento salientando que de "todas as propostas de utilização que têm sido apresentadas, poder-se-ão pôr de parte algumas, uma vez que as ruínas actualmente visíveis dificilmente nelas se poderiam integrar. Não basta olhar as ruínas em si; será necessário integrá-las no mundo mais vasto e complexo que seria a Cova da Beira ao tempo da romanização, relacionando-as com todos os vestígios actualmente conhecidos.

Inscrições romanas, cerâmicas, moedas e restos de edifícios, assinalados nas freguesias de Vale Formoso, Orjais e Belmonte, poderão ser os vestígios de estabelecimentos romanos implantados junto da via que de Mérida se dirigia a Braga. Neste contexto, Centum Celas será, certamente, mais um desses locais que, tal como hoje, se erguem

junto das estradas. Sendo *mansio* ou *mutatio*, ligada ao sistema público de transportes, seria interessante saberem-se quais os tempos de viagem gastos, quer de Idanha-a-Velha a Centum Celas, quer na subida da Serra da Estrela. Mas mesmo que o tempo gasto entre Idanha e este local não justificasse uma paragem, sempre se poderá pôr a hipótese que seria a última paragem onde os viajantes descansariam antes da subida da Serra.

Poderia igualmente ter sido um edifício que não estivesse directamente relacionado com a estrada. Seria então uma *villa,* de que se conservou parte do edifício cujas paredes têm ainda hoje uma altura pouco habitual" (FRADE 1990).

Convém aqui lembrar a descrição feita por Manoel Pereira da Sylva Leal, que nos descreve as ruínas que visitou em 1762 e que diz não terem qualquer semelhança com uma prisão ou uma torre, mas sim parecerem-se antes com as ruínas de um palácio ou uma casa de campo, e que ele, no entanto, diz não terem a antiguidade que lhe atribuem. (LEAL 1779: 340-341).

Pela localização do monumento é possível que ele esteja relacionado com os trabalhos de exploração de cassiterites efectuados, na época romana, no Vale do Zêzere e mais concretamente na Ribeira de Gaia. É de referir que, quando no início deste século se procedeu à dragagem dos aluviões, se encontraram várias moedas romanas, tendo sido algumas delas examinadas no Museu Britânico e atribuídas ao séc. I (ALLAN 1965: 15).

As prospecções electromagnéticas efectuadas junto da Torre de Centum Celas, em meados da década de 80, não forneceram novos elementos sobre a localização de muros soterrados (MONTEIRO e MATIAS 1987: 125-127).

As escavações arqueológicas iniciadas em 1993 (2) na Torre de Centum Celas não aparentavam, à partida, poder vir a fornecer muitas

(2) Cabe aqui um agradecimento a todos quantos tornaram possíveis os trabalhos arqueológicos em Centum Celas. Não querendo ser exaustivos, e apesar de sabermos que mesmo involutariamente poderemos omitir alguém, queremos expressar a nossa profunda gratidão a toda a população do Colmeal da Torre, e em especial àqueles que vivendo mais perto da Torre, pelo carinho e compreensão que tiveram e sobretudo pela atenção e vigia que fizeram do sítio e do monumento, durante e após as campanhas de escavação; aos jovens de Belmonte e do Colmeal da Torre que, sob o sol escaldante, deram muito do seu esforço e suor para tornar realidade esta escavação; ao Dr. António Augusto Marques, arqueólogo da Câmara Municipal de Belmonte, que sempre esteve

informações sobre a planta do edifício (fot. 1). No entanto, hoje e após duas campanhas de escavação ([3]) efectuadas em 1993 e 1994, podemos retirar algumas conclusões sobre a planta, a história e a funcionalidade das ruínas da Torre de Centum Celas ([4]).

Os vestígios arqueológicos

O que hoje vemos da Torre de Centum Celas são os restos de um edifício, construído com silharia de boa fábrica romana, com pequenos acrescentos na parte superior feitos com pedras quadradas, que se encontram a colmatar e a fechar espaços que funcionaram como aberturas no primitivo edifício.

Para uma maior facilidade de descrição e de trabalho, às diversas paredes ou apenas aos registos que delas nos ficaram foi atribuído um número árabe; os diversos espaços definidos pelas paredes foram numerados com números romanos, quer se tratasse de salas, pátios abertos ou simples corredores de passagem.

Nem todas as salas que numerámos foram totalmente postas a descoberto, mas apresentavam já algumas paredes visíveis, o que nos permitiu atribuir-lhe uma numeração.

ao nosso lado partilhando connosco quer os problemas de rotina da escavação quer as alegrias e a euforia de cada uma das descobertas; ao Dr. José Luís Madeira e a José Augusto Alves Dias, desenhadores da Direcção Regional do IPPAR, que desenharam e atintaram os diversos levantamentos e cortes estratigráficos; à D. Teresa e ao Sr. José Calheiros pela disponibilidade e amabilidade que sempre demonstraram quando a eles recorríamos; à Junta de Freguesia, actual e anterior, agradecemos na pessoa dos seus presidentes o incentivo e apoio que sempre nos deram; ao Sr. António Júlio Garcia, ex-Presidente da Câmara Municipal e ao Dr. António Pinto Rocha, Presidente da Câmara de Belmonte e ao Sr. Amândio Melo, vereador municipal, agradecemos o apoio logístico prestado e a amizade calorosa com que sempre nos receberam.

([3]) A torre de Centum Celas encontra-se classificada como Monumento Nacional pelo Decreto Lei 129/77 de 29 de Setembro de 1977, e é um monumento afecto ao IPPAR. As fracturas existentes nalguns silhares do imóvel podem colocar em risco a estabilidade do edifício. As escavações arqueológicas que se têm vindo a realizar no local visam um melhor e mais completo conhecimento do sítio e da sua história, para posteriormente se poder elaborar um projecto de recuperação e valorização desta importante estação arqueológica

([4]) Não podemos deixar de aqui fazer uma referência especial ao Prof. Doutor Jorge Alarcão, pelo apoio científico, disponibilidade e incentivo que sempre nos deu, e ao Prof. Theodor Hauschild pelas reflexões e sábias sugestões que nos fez.

O aspecto exterior da Torre poderá levar-nos a pensar que ela teria originalmente tido três andares. Contudo, uma análise das paredes interiores do edifício, a nível do l.° andar, permitiu-nos constatar que não há indícios de que a primitiva planta do monumento tivesse um 3.° piso. As janelas que existem na parte superior das paredes, e que ainda mantêm a feição original na parede Sul, serviam certamente para dar luz a uma ampla e única sala que existia no l.° andar. Nas paredes interiores e ao nível do l.° andar também não se notam quaisquer vestígios de arranques de outras paredes que pudessem ter servido para compartimentar esta grande sala, razão que nos leva a propô-la como um espaço único.

Por uma questão metodológica e de maior facilidade na exposição pensamos ser mais correcto passarmos a fazer uma descrição de cada um dos espaços.

SALAI

Esta sala encontrava-se praticamente limpa e é delimitada pelos muros 13, 16, 9 e 15, situados respectivamente a Nascente, a Norte, a Poente e a Sul.

Apresenta duas portas que lhe dão acesso: uma, virada a nascente com acesso ao corredor XVI, e uma outra que a ligava à sala V, no rés-do-chão da Torre. Parece não ter tido ligação directa com a sala II.

SALA II

Esta sala encontrava-se ainda com bastante terra, tendo por essa razão conservado as suas paredes com maior altura do que a sala I.

É delimitada pelos muros 13, 15, 9 e 14, situados respectivamente a Nascente, a Norte, a Poente e a Sul. Possui uma porta que dá acesso à sala III e outra que liga directamente ao corredor XXV, existente no interior da Torre.

SALA III

Encontrava-se praticamente cheia de terra, pelo que de todas é a possui as paredes melhor conservadas e com maior altura.

É delimitada pelos muros 13, 14, 9 e 12, situados respectivamente a Nascente, a Norte, a Poente e a Sul. Não possui qualquer acesso directo ao interior da Torre a não ser duas janelas para iluminação. O acesso a esta sala era feito através da porta que a liga com a sala II. Os muros 13 e 9 não são construídos apenas com grandes silhares, pois apresentam de onde em onde alguns espaços preenchidos com blocos

mais pequenos. Estes estão perfeitamente integrados e imbricados na estrutura global do muro, pelo que pensamos não se tratar de arranjos posteriores mas antes de uma técnica construtiva correspondente à primitiva construção (fot. 2).

SALA IV

Esta sala estava praticamente limpa, pois aqui procedemos apenas a uma pequena raspagem da terra que se foi acumulando ao longo dos anos. Trata-se de uma área muito conturbada, existindo um pouco por todo o lado buracos feitos no afloramento granítico, em busca do tesouro que a lenda diz existir junto da porta 100 ([5]). Também o hábito de fazerem fogueiras e piqueniques no interior do monumento foi bastante nocivo para o entendimento dos níveis arqueológicos que pudessem ter sido deixados, após a limpeza feita em época anterior às escavações do Dr. Aurélio Ricardo Belo, na década de 50.

É delimitada pelos muros 9, 10, 2 e 1, situados respectivamente a Nascente, a Norte, a Poente e a Sul. Está situada no limite Sul do rés-do-chão da Torre e o corredor XXV, situa-se-lhe a Norte. É possível que este espaço tenha sido subdividido em dois, o que tentaremos confirmar durante os trabalhos de 1995, com uma análise mais atenta dos registos dos arranques de paredes existentes na face interna da Torre.

Tem acesso ao corredor XXV por duas portas. Delas temos ainda uma soleira de granito, em muito bom estado, situada no ângulo poente da parede 2 com a parede 10, além do registo deixado no solo de base e das marcas das cunhas que permitiram o seu arranque, junto da parede 9.

Existem ainda janelas que davam arejamento e iluminação a este espaço, situadas nas paredes 1, 2 e 9.

SALA V

Este espaço encontrava-se praticamente limpo, tendo-se aqui apenas procedido a uma pequena decapagem das terras acumuladas sobre o afloramento granítico. Também aqui se encontraram e se notaram as perturbações já referidas quando tratámos da sala IV.

É delimitada pelos muros 9, 8, 2 e 11, situados respectivamente a Nascente, a Norte, a Poente e a Sul. Do muro 11, que limita a Norte o

([5]) Segundo a lenda existe escondido junto da porta número 100 do edifício um tesouro. É em busca deste tesouro que terão sido abertas, no afloramento granítico, várias covas.

corredor XXV, apenas temos o registo do seu arranque na face interior das paredes Nascente e Poente da Torre.

Esta sala apresenta três portas na parede 8, que dão acesso ao corredor XVI, as quais são encimadas por três pequenas aberturas para iluminação e arejamento. Tem ainda ligação com as salas I e VI através de portas e apresenta ainda uma janela que dá para a sala VI.

SALA VI

Este espaço encontrava-se praticamente limpo e bastante destruído. É delimitado pelos muros 2, 7, 4 e 6, situados respectivamente a Nascente, a Norte, a Poente e a Sul. À excepção do muro 2, ainda em bom estado, os outros encontram-se bastante destruídos, com os silhares de granito já desaparecidos ou apenas reduzidos ao silhar de base do muro.

Apresenta uma porta de acesso à sala IV e uma janela virada para a mesma sala, rasgada no muro 2. Relativamente à comunicação desta sala com a sala VII, é possível que não existisse e a sua planta fosse muito semelhante ao que atrás descrevemos para a sala I. Devido ao estado de destruição dos muros 7 e 4, no canto noroeste, pouco poderemos adiantar, com segurança, relativamente à sua estrutura.

SALA VII

Encontrava-se praticamente limpa. A terra que se acumulou naturalmente foi retirada e verificou-se que havia uma zona com terra mais escura, dentro de um buraco aberto no afloramento granítico. Esta terra foi cuidadosamente retirada e verificou-se ser um enchimento recente de mais uma das muitas covas abertas em busca do lendário tesouro.

É delimitada pelos muros 2, 6, 4 e 5, situados respectivamente a Nascente, a Norte, a Poente e a Sul. Do mesmo modo como sucedia na sala II, já descrita, também aqui existe uma porta de acesso ao corredor XXV e uma outra de acesso à sala VIII.

SALA VIII

Esta sala tinha no seu interior vários silhares, resultantes de derrubes, bem como um fragmento do ângulo esquerdo do frontão que coroava a parede Sul do edifício. É este, até ao momento, o único elemento arquitectónico que possuímos relativo à cobertura da parte superior do edifício.

É delimitada pelos muros 2, 5, 4 e 3, situados respectivamente a Nascente, a Norte, a Poente e a Sul. Apresenta uma porta de acesso à sala VII e uma janela rasgada na parede 2, que dá para a sala IV.

SALA IX

Encontrava-se completamente enterrada. Nela encontrámos vários silhares de grandes dimensões, fora do seu local de origem, bem como fragmentos dos frisos exteriores que depois de partidos nunca foram removidos do local. Além destas pedras há ainda a referir camadas de destruição com *tegulae* e *imbrices*, bem como pedras miúdas resultantes dos desmontes dos muros para reutilização dos materiais.

É delimitada pelos muros 21, 23, 22 e 18, situados respectivamente a Nascente, a Norte, a Poente e a Sul. Apesar de não haver qualquer registo de soleira e de a parte Sul do muro 22 ter apenas o registo do assentamento do silhar, pensamos que um dos acessos a esta sala se faria pelo canto Sudoeste, fazendo assim ligação directa ao corredor XVI e às escadas que se encontram a Sul do muro 18, e encostadas a ele.

Havia uma outra entrada para esta sala, pois temos ainda o registo de uma soleira no muro 22, onde ainda se nota o sítio de um gonzo. Esta soleira, que hoje apresenta uma largura muito menor do que aquela que poderia ter tido na sua fase inicial, está sensivelmente ao nível do corredor XVII e da sala XII. Refira-se que esta zona da parede foi bastante alterada, pelo que podemos apenas pôr como hipótese que esta abertura tenha sido primitivamente uma porta, transformada posteriormente numa janela para iluminação e arejamento desta sala.

Nesta sala e junto da parede 23 foi encontrado uma espécie de colector, aberto no afloramento granítico e que se encontrava cheio com pedras, fragmentos de *dolia* e escórias de ferro. Não sabemos, com segurança, a finalidade desta estrutura, pois poderá estar relacionada com possíveis esgotos (?), detectados na sala X e ainda não totalmente escavados.

SALAX

Esta sala encontrava-se totalmente soterrada e na sua maior parte cheia com pedras de várias dimensões, podendo mesmo pensar-se que a maioria delas teria pertencido ao forro do muro 32, que aqui se apresenta totalmente destruído e sem qualquer pedra. Dele apenas temos a vala de fundação no afloramento granítico, que marca a sua continuação para esta sala.

É delimitada pelos muros 24, 23 e 32 situados respectivamente a Nascente, a Sul e a Poente. Como atrás dissemos, do muro 32 so resta o seu registo e alinhamento, e não possuímos até ao momento o limite Norte desta sala. Foi detectado ainda o muro 25, que numa primeira análise parece pertencer a uma campanha de obras posterior, pois tem alicerces, espessura e um aparelho completamente diferente dos que seguramente atribuímos à primeira fase de obras.

Nesta sala foi ainda detectada uma lareira, que era feita com barro moldado, não cozido e que teria uma configuração mais ou menos oval. Esta lareira estava muito destruída por uma grande e espessa camada de *tegulae* e *imbrices*, que lhe caíram em cima e que ao mesmo tempo que a partiram também de algum modo a preservaram. Refira-se que a camada de *tegulae* e *imbrices* aqui detectada apresenta a sua parte superior sensivelmente ao nível do que resta dos muros romanos.

SALA XI

Estava completamente enterrada e ainda não foi concluída a sua escavação. A parte nascente desta área apresenta-se bastante conturbada, sendo bem visíveis os níveis de pedras provenientes das destruições de muros e condutas. É provável que esta destruição tenha sido devida, em grande parte, à descoberta de um *dolium* inteiro nos anos 50, que foi desenterrado neste local e que hoje se encontra no Porto.

As dimensões desta sala são bastante problemáticas devido a haver muros pertencentes a mais do que uma época, mas nesta fase dos trabalhos poder-se-á talvez considerar como limites prováveis os muros 34, 21 e 23, situados respectivamente a Sul, a Poente e a Norte.

O muro 55, a Norte, encontra-se interrompido e a área por onde se poderá prolongar ainda não foi escavada, pelo que o indicamos aqui como limite, embora não sem algumas reservas. O limite Nascente deverá situar-se sob a banquete Este, ainda não escavada, se atendermos a que foi assinalado um pátio exterior a nascente desta sala, o espaço a que demos o número XXIV.

Esta sala tem duas condutas, construídas com pedras postas de cutelo e cobertas por lajes de granito, e uma lareira feita com tijoleiras, de forma rectangular (fot. 3). As tijoleiras encontram-se colocadas na vertical à volta da lareira, e estão dispostas horizontalmente no sítio onde era feito o lume.

SALA XII

Este espaço situa-se a Nascente da Torre e dele apenas podemos dizer que poderá ter sido um pátio aberto. Ainda não está completamente escavado sendo limitado a Sul pelo corredor XVI, a Nascente pelo corredor XVII e pelo muro 20, e a Poente pelo muro 40. No alinhamento do muro 19, que separa esta sala do corredor XVI, foram encontrados os alicerces de duas possíveis pilastras que serviriam para suportar o varadim que terá existido à volta da Torre, no l.° andar (fot. 4).

Durante a escavação desta zona foi detectada uma camada de destruição, que conservou no seu seio, para lá dos mais diversos materiais, dois fragmentos de fuste de coluna e um capitel toscano (fot. 5). Estes elementos terão certamente pertencido ao varandim do l.° andar, em grande parte construído com madeira e destruído por um incêndio, se atendermos aos carvões e à cor da terra que formava a camada de destruição.

SALA XIII

Esta sala é um amplo espaço limitado pelos muros 13, 28 36, 16 e 27 respectivamente a Poente, a Sul, a Nascente e a Norte. Entre o muro 16/17 e o muro 27 existia uma grande quantidade de pedras envoltas em terra preta, que pela sua disposição poderão corresponder ao enchimento deste espaço, e onde provavelmente se situava a continuação da escada que daria acesso ao varandim do l.° andar (fot. 6).

O limite nascente desta sala é, certamente, no local assinalado com o número 36. Este muro, por se encontrar perto de um caminho, foi totalmente destruído, restando apenas parte da vala de fundação feita no afloramento granítico, parcialmente cheio com pedras miúdas, previamente mexidas.

Neste espaço foram assinalados muitos restos cerâmicos e vários *dolia* de dimensões razoáveis. Dois deles tinham ainda o fundo e parte do bojo e estavam sobre o afloramento granítico.

SALA XIV

Apresenta as paredes bastante destruídas encontrando-se algumas delas reduzidas às pedras de enchimento dos caboucos ou apenas registadas na fundação escavada no afloramento granítico. Os limites desta sala são os muros 31, 37 e 29, respectivamente a Nascente, a Sul e a Norte. O limite Poente desta sala ainda não está, de momento, perfeitamente definido.

A escavação deste espaço forneceu bastante cerâmica fina, pesos de tear e algumas mós manuais, bem como inúmeros fragmentos de *dolia.*

SALA XV

Situa-se a Sul da sala XI e poderá ser apenas o resultado de obras levadas a efeito neste local, que a subdividiram.

A escavação neste espaço ainda não foi completada, pelo que os elementos recolhidos são insuficientes para que possamos tecer grandes considerações sobre ele.

CORREDOR XVI

A potência estratigráfica assinalada neste espaço era pequena e não nos forneceu grandes informações.

Este corredor era um importante espaço de circulação e permitia o acesso a várias salas.

CORREDOR XVII

Situa-se entre a sala IX e a sala XII e ainda não o conhecemos na sua globalidade, pelo que só a continuação das escavações nos permitirá tecer comentários mais seguros sobre ele.

SALA XVIII

Desta sala apenas conhecemos parte dos muros 39 e 38, que a delimitavam a Nascente e a Sul. Foi definida pelos rasgos abertos no solo de base, e foi possível reconstituir a largura das suas paredes através de um grande bloco de granito que se encontra no ângulo sudeste da sala.

SALA XIX

Esta sala encontra-se apenas limitada e definida pelas valas feitas no afloramento granítico para implantação dos muros, e que numerámos como 40, 41, 42 e 43. Das pedras que constituíam estas paredes restaram apenas algumas no muro 41, tendo todas as outras desaparecido (fot. 7).

SALA XX

As paredes 44, 45 e 47 delimitam esta sala, a Nascente, a Sul e a Norte, respectivamente. O muro 46, situado a Poente, é ainda dema-

siado diminuto para lhe podermos atribuir essa função. Na parede 47 existe uma soleira de porta e a parte sul da parede 45 encontra-se reduzida a um simples rasgo no solo de base, não havendo já qualquer vestígio de pedras (fot. 8).

SALA XXI

Esta sala está delimitada pelos muros 56, 47 e 48, respectivamente a Nascente, Sul e a Norte. A soleira, existente no muro 56 tem grandes dimensões, ocupando toda a largura deste compartimento. Não existe ainda o limite poente deste espaço (fot. 8).

SALAS XXII e XXIII

Estas duas salas conservam paredes com uma altura bastante considerável, mas ainda não foram completamente escavadas.

Os muros 53 e 54 são provavelmente construções posteriores à grande destruição motivada pelo incêndio que danificou o edifício primitivo.

SALA XXIV

Os limites deste espaço estão ainda mal definidos, mas podemos desde já dizer que se trata certamente de uma área exterior do edifício, parcialmente pavimentada com uma pequena calçada de pedras de pequenas e médias dimensões.

CORREDOR XXV

Este corredor divide a Torre, sensivelmente a meio, no sentido Nascente-Poente e permite o acesso às salas II, IV e VII.

Dele temos os registos dos arranques das paredes 10 e 11, visíveis na parede interior da Torre (fot 9), além de uma soleira e do registo de uma outra.

O muro 52, que se encontra encostado ao muro 4, faz certamente parte de uma estrutura destinada à contenção de terras, e prolongava-se para poente onde o fomos encontrar já completamente destruído (fot. 10). Pelo seu aparelho não nos parece que tivesse sido construído para poder ficar à vista. Contudo, de momento, não possuímos dados suficientes para o integrar em qualquer estrutura do monumento. A Sul deste muro o afloramento granítico apresenta-se bastante alto, enquanto que na parte Norte havia níveis de terra preta com bastante espólio cerâmico, que se encontravam sobre rasgos abertos no solo de base, e

que certamente serviam para proporcionar um melhor escoamento das águas.

Pela análise das estruturas detectadas e da sua relação com os diversos níveis arqueológicos e respectivo espolio, podemos retirar algumas conclusões, ainda que não seja demais sublinhar o carácter provisório que têm. Trata-se, antes de mais, de colocar meras hipóteses de trabalho, passíveis de todas as alterações, que poderão ser suscitadas pelo normal desenrolar dos trabalhos de escavação.

Assim, e após estes dois anos de trabalhos arqueológicos na Torre de Centum Celas, podemos desde já colocar como ponto assente que o edifício actualmente visível e conhecido como Torre não se encontrava isolado mas estava inserido num maior e mais complexo conjunto de estruturas. Estas desenvolvem-se a partir da Torre, que parece ser o núcleo central de todas as construções, compreendendo salas fechadas, corredores e espaços abertos ou pátios. A Torre seria o espaço mais alto, e os restantes estavam dispostos em diversos patamares apresentando-se com diferentes alturas e volumetrias.

A Torre, na sua primitiva planta deveria ter apenas rés-do-chão e primeiro andar, tendo a toda a volta um varandim, cujo telhado era suportado pelas paredes 2 e 9 nos lados Poente e Nascente, e pelas paredes 19 e 43, associadas a duas pilastras possivelmente quadradas, a Norte. Para a parte Sul ainda não possuímos elementos suficientes para definir o seu suporte.

Todas as paredes da Torre apresentam um aparelho cuidado, feito com grandes silhares de granito. Ao nível do I^{o} andar, no interior e no exterior, existe uma pequena cornija moldurada, que servia para assentamento da madeira dos pavimentos, e sobre a qual ainda há vestígios do encaixe dos caibros, que os suportavam (fot. 1 e 9).

A parte superior das paredes Norte, Nascente e Poente da Torre tem um aparelho diferente de todo o resto do edifício, constituído por pedras almofadadas. Estas pedras não foram mexidas e certamente pertenceriam ao primitivo edifício. Só se encontram aqui porque esta era a única parte visível do exterior, necessitando assim de ter um tipo de aparelho diferente, mais cuidado, uma vez que a parte inferior das paredes encontrava-se parcialmente encoberta pelo varandim e demais construções.

O varandim possuía colunas, possivelmente colocadas sobre um pequeno muro de pedra, e encimadas por capitéis toscanos. Para este varandim abriam-se todas as portas e janelas hoje visíveis no l.° piso do edifício.

As janelas que existem na parte superior da parede poente, certamente a melhor conservada, bem como todas as outras que hoje se encontram entaipadas com pedras pequenas, serviam possivelmente para iluminar a única e ampla sala que existia no l.° andar, e que ocupava todo o espaço do interior da Torre, como atrás já foi referido.

O acesso a este andar poderia ser feito no espaço compreendido entre as paredes 26 e 17, que seria o normal desenvolvimento das escadas actualmente existentes junto da parede 18, e com o recurso a um pequeno patamar antes da ascensão ao andar superior (fot. 6).

A Torre tinha, possivelmente, um telhado de duas águas e o remate superior das paredes Norte e Sul era feito com um frontão triangular, de que ainda existe um pedaço de um dos seus ângulos.

A rocha é em alguns casos cortada, para servir de cabouco aos muros, sendo os silhares de granito que constituem as paredes encostados (fot. 11) ou colocados no centro (fot. 12) dos rasgos. O espaço existente entre a rocha e a parede é normalmente colmatado com pedras miúdas e terra, formando assim o forro do muro.

A maior parte das paredes feitas com grandes silhares apresentam o silhar de base assente directamente no afloramento granítico, havendo por vezes um ligeiro alisamento e aprofundamento do local em que os silhares vão ser colocados. Em alguns casos verifica-se que a pedra de base é afeiçoada de modo a que a parte inferior, que assenta no solo, seja mais larga, permitindo assim uma melhor descarga de forças e uma maior estabilidade ao edifício (fot. 13).

Nem todos os muros deste monumento apresentam uma construção feita com grandes silhares, (fot. 14), havendo nalguns casos paredes feitas com pedras de menores dimensões (fot. 15). Esta diferença de aparelho não nos parece corresponder a diferentes fases de construção, mas deverá resultar do tipo de descargas que as paredes terão que suportar. Há que lembrar que este edifício não se apresentava todo com a altura da parte central, havendo estruturas e coberturas a níveis diferentes.

A construção deste monumento pode ser situada nos inícios do séc. I d. C. Sofreu um incêndio e uma grande destruição nos finais do séc. III.

O edifício não manteve sempre a mesma estrutura, e é possível que, depois do incêndio que atrás referimos, tenha havido algumas obras de beneficiação e de remodelação dos diferentes espaços. E provável que datem desta época o entaipamento de algumas das janelas da parte

superior, pois hoje vemos entre as pedras almofadadas, pertencentes à primitiva construção, pequenas pedras quadradas que poderão resultar destas obras. As paredes 25, 53 e 54, construídas sobre camadas de destruição, são também possivelmente resultado desta remodelação.

Como se disse atrás, várias foram as hipóteses colocadas relativamente à funcionalidade deste edifício; no entanto, os últimos estudos publicados, inclinam-se principalmente para duas - *Mansio* ou *Villa.* Face às estruturas encontradas e aos dados de que actualmente dispomos, pensamos tratar-se de uma *villa*, cujo proprietário deveria estar ligado à exploração de estanho, para lá das normais actividades agrícolas.

É de referir que ao longo da escavação e em diferentes níveis estratigráficos foram encontrados vários fragmentos de escória de estanho, que apresentam uma percentagem de estanho muito elevada, superior a 90%, de acordo com as análises efectuadas a alguns fragmentos pelo Dr. Craig Merideth do Instituto de Arqueologia do University College of London.

Reforçando o que atrás dissemos quanto à funcionalidade deste edifício como parte de uma *villa*, cabe aqui recordar aquilo que nos diz Sylva Leal sobre o que viu na visita que em 1722 efectuou às ruínas do sítio de Centocelas: "*... o edificio, que ainda persevera naquelle sitio, o qual dizem ser a Torre, em que esteve prezo o Santo, nem tem fórma de Torre, nem mostra antiguidade, que lhe attribuem, e correndo-o eu todo no anno mil setecentos e vinte e dous, me pareceo, o que ainda delle existe, lanço de hum Palacio, ou casa de campo, com divisaõ de salas, e cameras, e com janellas rasgadas, e altas, estando já ruinadas as mais partes, que com elle continuavaõ ...*".

Continua o mesmo autor: *"Nem as ruinas, que junto a elle se divisaõ, saõ indicios de povoaçaõ, que alli houvesse, ... mas de outros lanços daquelle Palacio ruinado, que mais me pareceo casa de campo, que Torre ...*" (LEAL 1779: 340-341).

Apesar de lhe podermos atribuir a função de *villa*, nunca é demais lembrar que a sua localização, tão próximo da estrada romana, foi certamente uma condicionante importante e vital, se pensarmos na exploração do estanho e na necessidade do seu fácil e rápido escoamento.

O incêndio e a destruição de parte do monumento, que pudemos documentar durante os trabalhos de escavação, poderão estar relacionados com revoltas e conturbações sociais, que se fizeram sentir, nesta zona, nos finais do séc. III. Destas perturbações pouco conhecemos relativamente ao seu impacto e à sua real importância. Contudo, pode-

rão, de algum modo estar relacionadas com os dois tesouros descobertos no Teixoso e na Borralheira (ALARCÃO 1994: 40), tendo o último deles sido entesourado no séc. III. Só a continuação de escavações sistemáticas em outras *villae* da Cova da Beira e a sua correcta análise estratigráfica poderá, de algum modo, vir um dia a corroborar ou não a hipótese que levantámos.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de (1983), *Portugal Romano*, Lisboa.

ALARCÃO, Jorge de (1988), *Roman Portugal*, voi. 2(1), 4/301.

ALARCÃO, Jorge de (1994), *Arqueologia da Serra da Estrela*, Manteigas.

ALLAN, John C. (1965), *A mineração em Portugal na Antiguidade*, "Boletim de Minas", 2(3), p. 137-173.

ALMEIDA, João de (1945), *Roteiro dos monumentos militares portugueses*, I, Lisboa.

BELO, Aurélio Ricardo (1960), *Nótulas sobre cinco marcos miliários da via militar Mérida - Viseu - Braga, encontrados nas proximidades da Torre de Centum Cellae de Belmonte*, "Revista de Guimarães", 70(1-2), p. 27-50.

BELO, Aurélio Ricardo (1964), *Dois marcos miliários, inéditos, do troço Cellae - Valhelhas, da via militar romana Mérida - Viseu - Braga*, "Arqueologia e História", 8.ª série, 11, p. 128-142.

BELO, Aurélio Ricardo (1966), *O problema da Torre de Centum Cellae, de Belmonte*, "Arqueologia e História", 8.ª série, 12, p. 23-34.

BELO, Aurélio Ricardo (1970), *Algumas palavras sobre a Torre de Centum Cellae de Belmonte*, "Actas e Memorias do I Congresso Nacional de Arqueologia", Vol. II, p. 35-55

CALAIS, Manuel João (1984), *A geometria de Centum Cellas*, Covilhã.

CAMACHO, Pereira (1957), *Belmonte*, Lisboa.

CORREIA, Vergilio (1928), *O domínio romano*, **in PERES,** Damião (dir.) *História de Portugal*, I, Barcelos, p. 215-290.

DIAS, Jaime Lopes (1972), *Centum Cellas na arqueologia e na historia luso-romana e portuguesa*, "Memorias da Academia das Ciências. Classe de Letras", 15, p. 87--108.

FRADE, Helena (1990), *A Torre de Centum Cellas, Belmonte*, "Ias Jornadas de Arqueologia da Beira Interior. Actas" (no prelo).

HIPÓLITO, Mário de Castro (1960), *Dos tesouros de moedas romanas em Portugal*, "Conimbriga", 2-3, p. 1-166.

JALHAY, Eugênio (1950), *Inscrições romanas do Museu da Guarda* "Brotéria", 50(5), p. 560-572.

LEAL, Augusto de Pinho (1874), *Portugal Antigo e Moderno*, voi. II, Lisboa.

LEAL, Manoel Pereira da Sylva (1779), *Memorias Para A Historia Ecclesiastica do Bispado da Guarda*, Tomo Primeiro, Lisboa.

LEITÃO, Manuel (1980), *Alguns materiais romanos provenientes das escavações do Dr. Aurélio Ricardo Belo em Centum Cellae - Belmonte,* "Estudos de Castelo Branco", nova série, 6, p. 98-107.

MANTAS, Vasco Gil (1990a), *A rede vidria do convento escalabitano*, "Actas del Simposio sobre La Red Viaria en la Hispania Romana", Zaragoza, p. 219-239.

MANTAS, Vasco Gil (1990b), *Teledetecção e vias romanas*, "Actas das I Jornadas sobre Teledeteccion y Geofisica aplicadas a la Arqueologia", Madrid (no preio).

MONTEIRO, A. J. Nunes e **MATIAS, M.** J. Senos (1987), *Uso de técnicas de prospecção geofísica em arqueologia - Villa Cardílio e Centum Cellae,* "Arqueologia", 15, p. 122-128.

PROENÇA Júnior, Francisco Tavares de (1910), *Archeologia do districto de Castello Branco,* Leiria.

RODRIGUES, Adriano Vasco (1960), *A Torre de Centum Celas,* "Primeiro de Janeiro", 18.10.1960.

RODRIGUES, Adriano Vasco (1962), *A Torre de Centum Celas, Pretório de um acampamento romano?***,** "Revista de Guimarães", 72(3-4), p. 319-325

TAVARES, J. Cardoso (1974), *Subsídios para uma monografia da vila de Belmonte,* Belmonte.

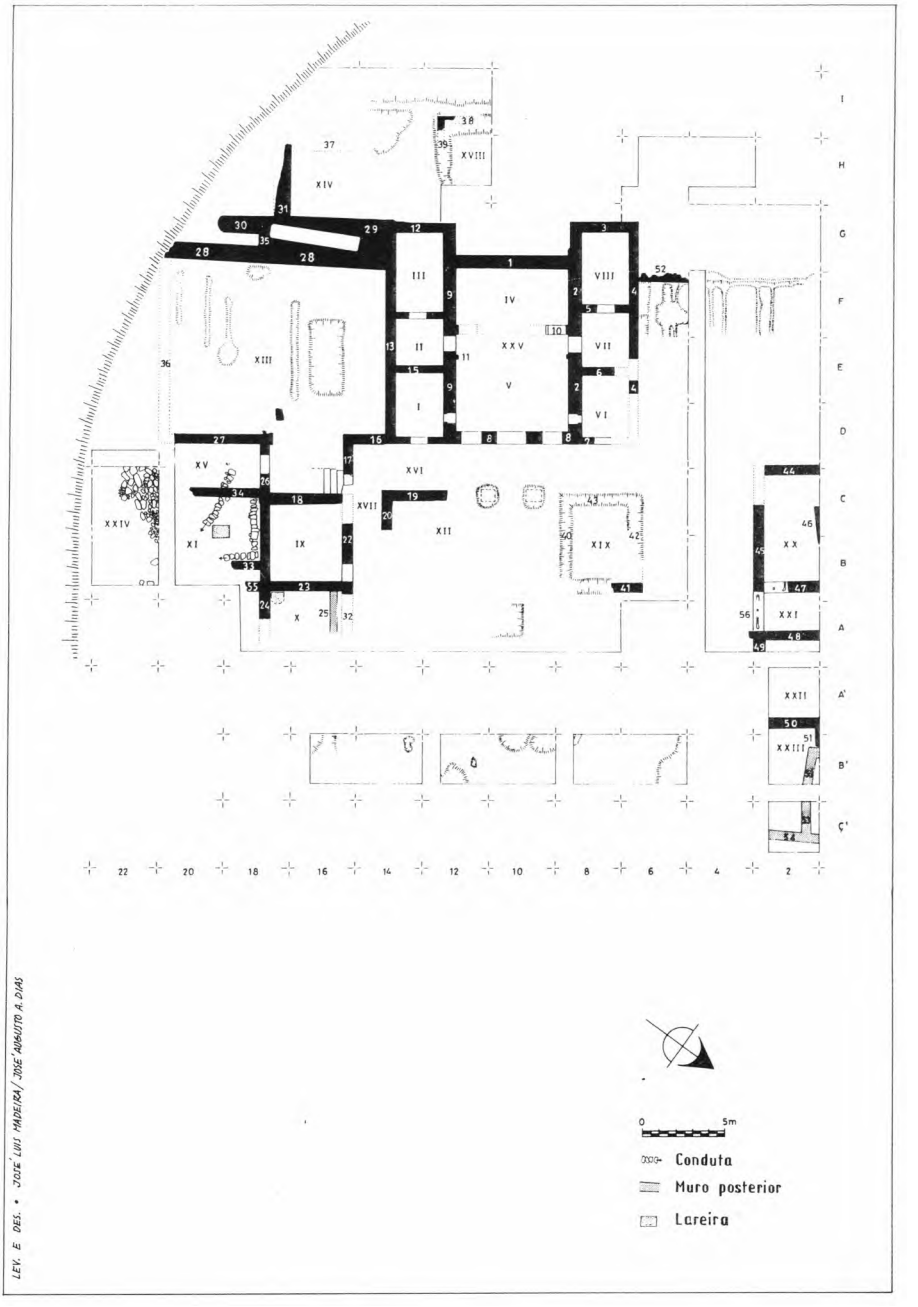


FIG. 1 - Planta das estruturas, após as escavações de 1994



FOTO 1 - A Torre de Centum Celas em 1993, antes do início das escavações



FOTO 2 - Salas III, II **e** I, **após a escavação**

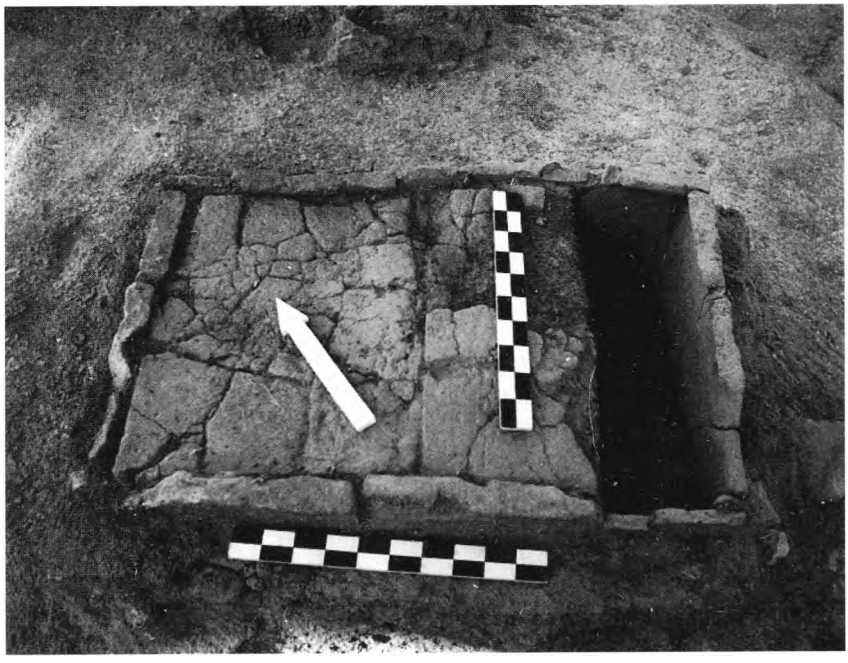


FOTO 3 - Lareira da sala XI

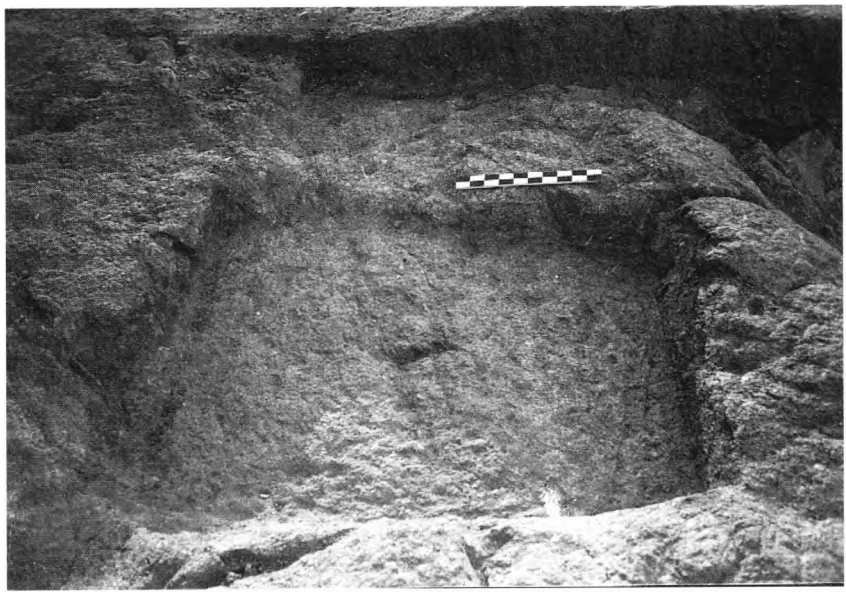


FOTO 4 - Aspecto de um dos alicerces das pilastras, para suporte do varandim

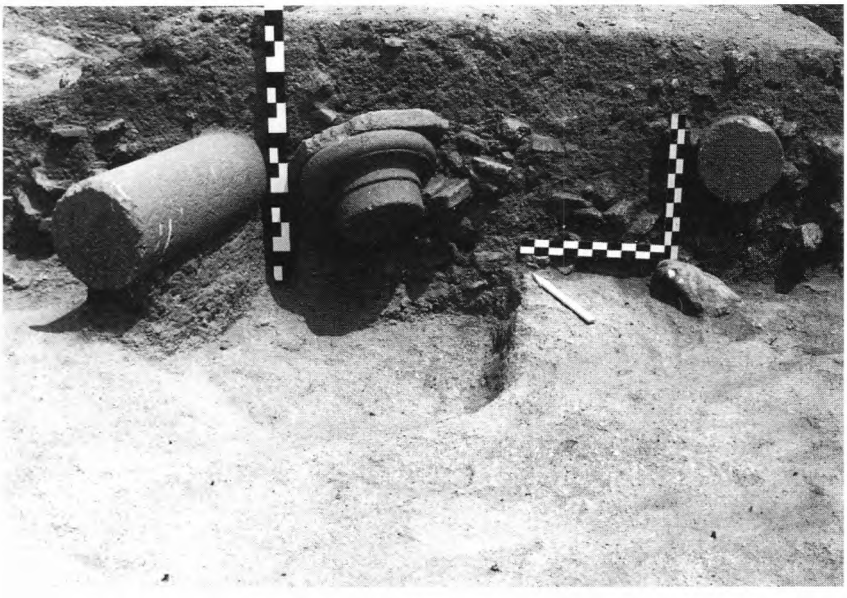


FOTO 5 - Fustes e capitel toscano, no meio da camada de destruição datada do séc. IIi



FOTO 6 - Vista da parte Nascente, vendo-se em l.° plano a sala IX e as escadas de acesso ao varandim do l.° andar

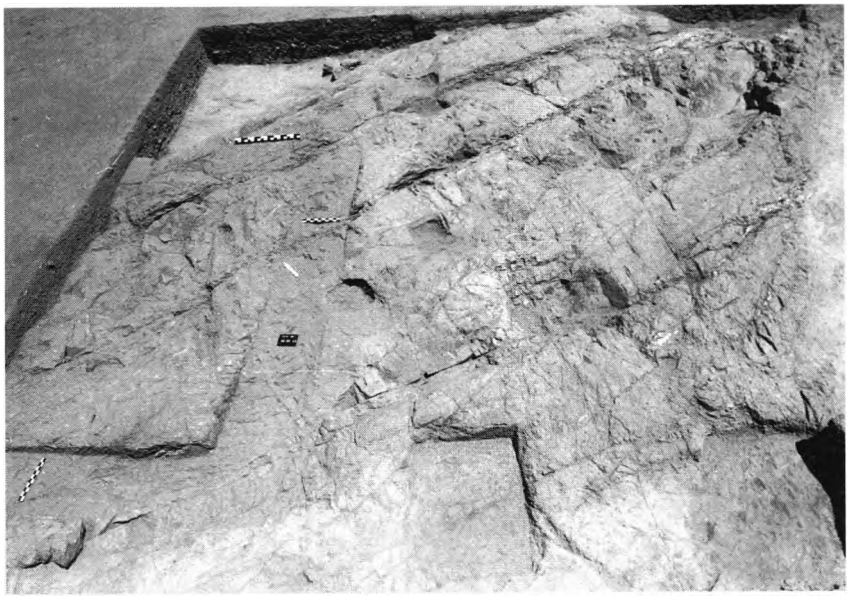


FOTO 7 - Pormenor das estruturas postas a descoberto na parte Norte da Torre: fundações das duas pilastras do varandim e de parte da sala XIX



FOTO 8 - Aspecto dos muros e soleiras postas a descoberto na parte Noroeste da Torre

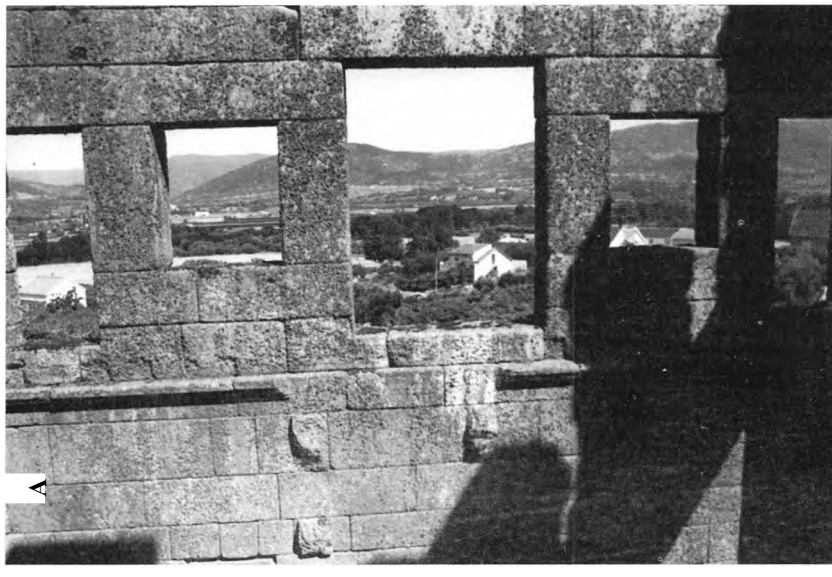


FOTO 9 - Parede interior da Torre, vendo os arranques dos muros 10 e 11, bem como os encaixes dos caibros de madeira que suportavam o pavimento



FOTO 10 - Aspecto da parede 52, vendo-se os rasgos no solo de base



FOTO **11 - Pormenor da técnica construtiva do muro 48**

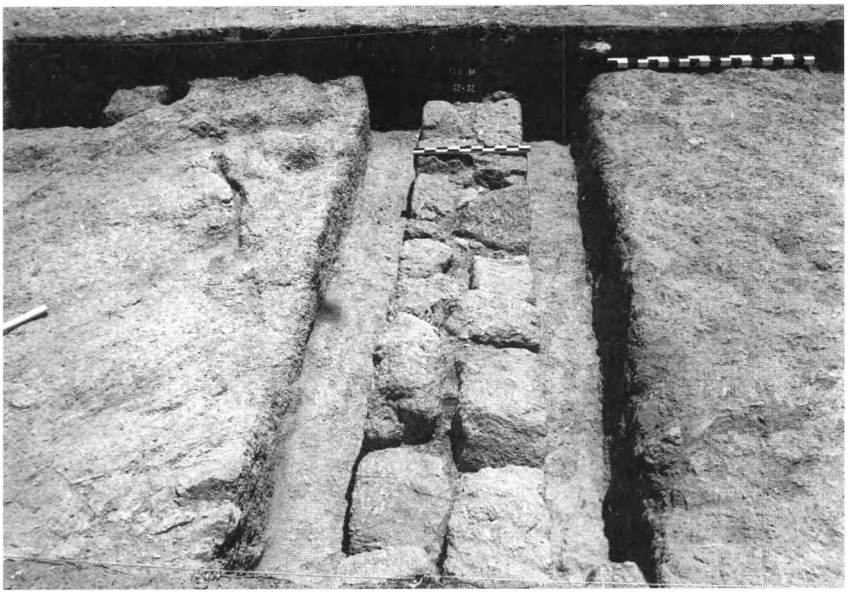


FOTO 12 - Muro 46, inserido no meio de uma vala aberta no afloramento granítico, e posteriormente cheia com areão

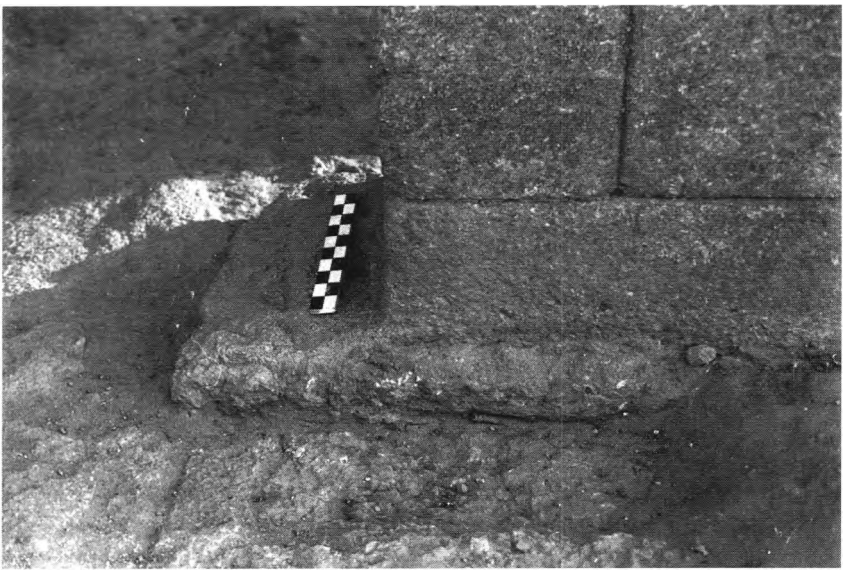


FOTO 13 - Pormenor do assentamento de uma das pedras de fundação da parede 8

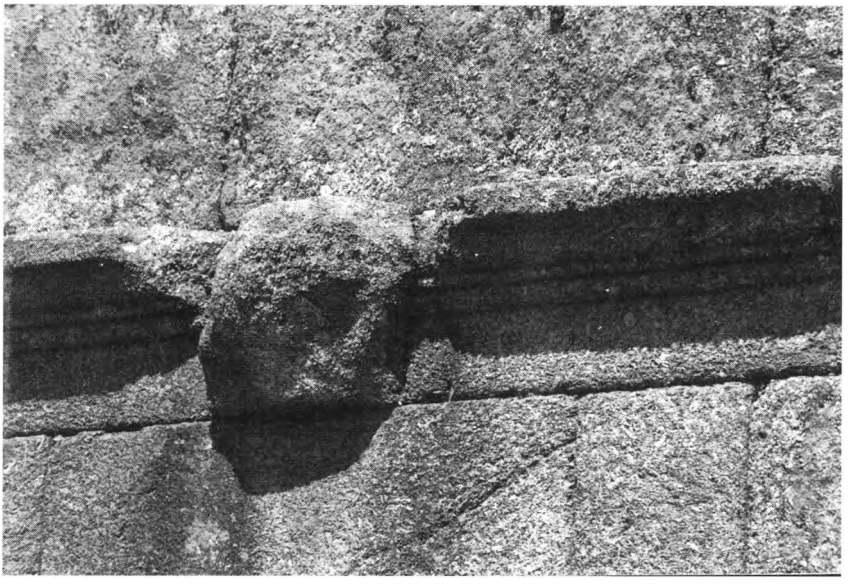


FOTO 14 - Friso e arranque de parede com friso, ao nível do l.° andar



FOTO 15 - Aparelho de uma das paredes postas a descoberto a Noroeste da Torre

(Página deixada propositadamente em branco)

LINO A. TAVARES DIAS
Técnico Superior da Direcção Regional do Norte do IPPAR

NECROPOLES NO *TERRITORIUM* DE *TONGOBRIGA*
«Conimbriga» XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 107-136

RESUMO: O autor procede a um inventário das necrópoles romanas conhecidas na área de *Tongobriga* (Freixo, Marco de Canaveses). Descreve depois, em pormenor, as duas necrópoles de Valbeirô e *Tongobriga* de cuja escavação se encarregou e apresenta, sepultura por sepultura, o espólio recolhido.

RÉSUMÉ: L'auteur présente un inventaire des nécropoles d'époque romaine dans la région de Tongobriga (Marco de Canaveses). Les deux nécropoles d'incinération de Valbeirô et Tongobriga, dont il a dirigé les fouilles, sont présentées en détail, avec description du mobilier funéraire (céramique commune et monnaies), tombe par tombe.

(Página deixada propositadamente em branco)

NECROPOLES NO *TERRITORIUM* DE *TONGOBRIGA*

Em 1956, o Prof. Bairrão Oleiro publica um trabalho na revista *Humanitas* ([1]) em que noticia o achado de uma necrópole em Vila Meã, Concelho de Amarante. O achado ter-se-ia dado quando procediam a desaterros para construção de um bairro. Era certamente a necrópole da *villa* romana que ali existira. Embora intitulemos este trabalho como "Necrópoles no *territorium* de *Tongobriga*", alargamos a observação à margem esquerda do rio Douro, já em terras da Lusitânia, na medida em que as necrópoles ali conhecidas permitem desenvolver algumas comparações pertinentes. Neste território em que a *villa* e necrópole de Vila Meã se integravam, identificámos 13 necrópoles (Estampa I):

13.01.225 Porto, Amarante, Madalena
1 ATAÚDES (Marancinho)
29TNF785692; 203m
Necrópole de incineração aberta no afloramento granítico.
Cerâmica comum, recolhida em 1987, dos grupos 3A, 4, 5D, 10, 11 A, aponta para cronologia ampla, dos sécs. **II** e **III ([2]).**
Este sítio era servido pela estrada romana que ligava o rio Tâmega à serra do Marão.
FORTES, 1908, 225; **MARQUES,** 1988, 135-53.

13.01.195 Porto, Amarante, Lomba
2 SÍTIO DOS PRAZOS, LUGAR DA QUEBRADA
29TNF786674; 294 m
Necrópole de incineração aberta no afloramento granítico.

(0 **OLEIRO,** J. M. Bairrão (1955-6) Arqueologia, *Humanitas*, 4-5, Coimbra, 274-84
([2]) Na descrição da cerâmica comum seguimos a metodologia apresentada em 1993 no *I[o] Congresso de Arqueologia Peninsular* **(DIAS,** 1995, 325-40).

FORTES,1908, 252-262; **VASCONCELOS,** 1913, 373; **PALAZON,** 1986, 259; **ALARCÃO,** 1988, 24.

13.01.292 Porto, Amarante, Salvador

3 LOUREDO DAS ALMAS

29TNF765655; 300m

Necrópole de incineração aberta no afloramento granítico.

MARQUES, 1990

13.11.085 Porto, Penafiel, Croca

4 CROCA

29TNF633643; 437m

Aldeia ou *vicus* e necrópole com sepulturas cavadas no afloramento granítico.

O povoado e a necrópole estavam num ponto saliente na paisagem. No sopé, estende-se, de Sudoeste para Nordeste, uma planície (vale de Croca) rica em água, terras de boa capacidade agrícola. A divisão de propriedade poderia ser semelhante à que existe hoje, segundo eixos ortogonais com a predominância Sudoeste/Nordeste.

Esta zona era servida pela estrada romana que atravessava o vale, ligando a que provinha de Meinedo e seguia pela margem direita do Tâmega, com a que seguia para a ponte de Canaveses em direcção a *Tongobriga.*

13.01.381 Porto, Amarante, Vila Caiz

5 VILARINHO

29TNF735649; 150m

Habitat romano (*Villa* ?) e necrópole (sécs. III/IV)

Vilarinho é um espaço agradável junto ao rio Tâmega, espraiando-se pelos terrenos com muita água e boa capacidade agrícola até à cota dos 150m, abrigado pela protecção natural que é o socalco vincado pelos 200m. Era certamente habitado por uma população que se dedicava à agricultura, sem descurar os recursos que o rio Tâmega lhes dava.

Os vestígios arqueológicos foram recolhidos aquando da terraplagem para construção da estação ferroviária de Vila Caiz, inaugurada em 1909. Foram registados vestígios de uma casa com escadas em pedra, *tegulae, imbrices,* sigillata hispânica do séc. III/IV d.C. Um caminho, que ligava a margem do rio a esta casa, passava junto da necrópole (cujo espólio foi recolhido parcialmente por José de Pinho) e seguia por Retorta e Carreira Chã. As sepulturas eram de incineração, de tipo semelhante às de Croca (Penafiel), caixas abertas no granito degradado, sem revestimento.

Observando-se o sítio, podemos pôr a hipótese de estarmos perante uma estrutura de *villa* ou de um povoado. Os vestígios arqueológicos foram recolhidos num ponto que morfologicamente se salienta naquele espaço, situado na dobra entre os terrenos mais secos e os que têm abundância de água e grande capacidade agrícola.

As características da zona e a análise do espólio cerâmico, nomeadamente o pintado, permitem dizer que era um espaço onde uma população nos sécs. Ili e IV desenvolvia já a sua actividade agrícola, embora tenhamos que colocar as hipóteses de estarmos perante o *fundus* ou, como hoje, um conjunto de lavradores que trabalhavam o terreno retalhado.

FORTES, 1905 - 1908, 477; **SOEIRO,** 1984, 39; **ALARCÃO,** 1988, 24.

O espólio foi depositado no Museu de Etnografia do Porto (n.os inv. 7042 e 7182 a 7184). Actualmente encontra-se no Museu D. Diogo de Sousa, Braga. Há também espólio em depósito no Museu Nacional de Arqueologia, n.° inv. 1486 (cerâmica comum dos grupos 7A, 10 e 10A).

13.07.096 Porto, Marco de Canaveses, Freixo
29TNF717573; 314 m

6 *TONGOBRIGA*

Cidade, capital de *Civitas*

A cidade de *Tongobriga* começou a ser escavada e estudada em Agosto de 1980, num sítio chamado "capela dos mouros", designação dada pela população à pequena parte então visivel das ruínas romanas. Algumas referências bibliográficas apontavam para a existência de vestígios arqueológicos geralmentre conhecidos como "castro".

Actualmente estão classificados como Monumento Nacional cerca de 32 hectares, espaço designado Área Arqueológica de Freixo, onde se podem encontrar ruínas da zona de fruição social, de que se destacam as Termas e o *Forum*, de zonas habitacionais e de necrópoles.

Tongobriga situava-se junto de vários eixos viários, entre eles a estrada que a partir do séc. I ligava *Bracara Augusta* a *Emérita Augusta.*

CIL II S 5554; **VASCONCELOS,** 1905, 196; **BLÁZQUEZ,** 1962, 136; **VIVES,** 1972, 567; **ENCARNAÇÃO,** 1970, 232 e 1975, 185, 195; **TRANOY,** 1981, 302; **GARCIA,**1991, 357; **SOARES-DIAS,** 1985; **DIAS,** 1980; 1980(2), 74-6; 1984, 86-90; 1984(2), 77-85; 1985, 106-7; 1986; 1988, 27-30; 1989, 143-6; 1995, 325-40.

13.07.037 Porto, Marco de Canaveses, Avessadas

7 MÓRIA

29TNF690574; 250m

Aldeia e necrópole de incineração aberta no afloramento granítico.

Escavada pelo Arqt. Tasso de Sousa nos anos 50.

Sepulturas com espólio do séc. IV. Cerca de 100 peças cerâmicas associadas a carvões. Indícios de caixas de madeira com cinzas.

Relação visual directa com *Tongobriga.*

13.02.140 Porto, Baião, Santa Leocádia

8 BAIRRAL

29TNF771526; 375 m

Aldeia. Ara a "Iuppiter Optimus Maximus" e necrópole de inumação dos sécs. Ili e IV.

Texto:

IO VI / O *(ptimo)* M(*aximo)* /FL(*avius)* FR *(onto)* / EX VOTO LIB *(ens)*

VASCONCELOS, 1905, 379; **SEVERO,** 1907 - 8; **BRANDÃO,** 1960(3), 78; **SOUSA,** 1967, 181-96; **VIVES,** 1972, 120; **TRANOY,** 1981,316; **BARROCA,** 1984, 116-36; **ALARCÃO,** 1988, 29; **GARCIA,** 1991, 397

Espólio da necrópole de Santa Leocádia depositado no Museu Nacional de

Arqueologia, cerâmica comum dos grupos 11 e 12 (n.° inv.1438) e a ara no Museu do Seminário Maior do Porto.

13.07.029 Porto, Marco de Canaveses, Ariz
9 EIROZES (Tapada das)
29TNF659528; 200 m
Necrópole de incineração séc. IV.

Espólio em depósito no Museu Nacional de Arqueologia onde deu entrada em Maio de 1902 (cerâmica comum dos grupos 5, 5A, 5D, 6, 9, 10 e 12).

Como acontecia com a necrópole situada em Fraga, a aldeia ou *villa* a que pertenceu o cemitério de Eirozes era servida pela estrada que seguia ao longo da margem esquerda do Tâmega, ligando *Tongobriga* ao *vicus* que existia em Várzea do Douro.

O Comércio do Minho, 19 Abril 1902.

13.07.010 Porto, Marco de Canaveses, Alpendurada
10 FRAG A-Feira Nova
29TNF666521; 293 m
Necrópole de incineração, séc. IV.

Espólio em depósito no Museu Nacional de Arqueologia, onde deu entrada em Maio de 1902 (cerâmica comum dos grupos IA, 3A, 4, 5, 5A, 6, 7A, 9, 10, 10A, 10B, 11 A, 12, 13 e 13A).

A aldeia ou *villa* a que pertenceu este cemitério, que certamente lhe estava próximo, era servida pela estrada que seguia ao longo da margem esquerda do Tâmega, ligando *Tongobriga* a Várzea do Douro.

O Comércio do Minho, 19 **Abril** 1902; **VASCONCELOS,** 1913, 372; **ALARCÃO,** 1988, 28.

13.02.019 Porto, Baião, Ancede
11 ERMÊLO (Igreja Velha)
29TNF815506; 165m
Necrópole de que se conhecem quatro sepulturas e *tegulae.*

O espólio cerâmico dos grupos 9, 11A e 12, que se encontra em depósito no Museu Nacional de Arqueologia, com o n.° de inv. 1435, poderá pertencer a esta necrópole.

VASCONCELOS, 1908, 669 - 72; Jornal de Baião, 48, 28 Nov. 1892.

01.06.070 Aveiro, Castelo de Paiva, Sardoura
12 VALBEIRÔ
29TNF851441; 195m
Necrópole de incineração, séc. IV.

18.04.146 Viseu, Cinfães, Souzelo
13 CANCELHÔ
29TNF645465; 240 m
Necrópole de incineração, séc. IV.
SILVA, 1986, 89-94

A maioria destas necrópoles são conhecidas a partir de achados esporádicos e quase sempre exumadas sem escavação arqueológica e consequente registo que permita o seu reestudo. Apesar desta condicionante, identificamos 3 tipos de construção: caixas rectangulares cavadas no afloramento granítico; caixas rectangulares construídas com telhas e tijolos; fossas abertas no afloramento granítico, em cujo interior foram construídas caixas rectangulares com pedra.

Neste trabalho procuramos apresentar uma síntese sobre os tipos de enterramento, tomando como referência duas escavações por nós realizadas nas necrópoles de *Tongobriga* (Freixo, Marco de Canaveses) e de Valbeirô (Castelo de Paiva).

A **necrópole de Valbeirô**

A necrópole em Valbeirô (Estampa II) surgiu em condições de emergência idênticas às que levaram o Dr. Bairrão Oleiro a observar o achado de Vila Meã. Quando uma máquina revolvia terras para alargamento de um caminho em terrenos situados na encosta do monte conhecido por Alto de S. Paul([3]), no lugar de Valbeirô, Freguesia de Sardoura, Concelho de Castelo de Paiva, o manobrador alertou membros da Associação de Defesa do Património de Castelo de Paiva para o aparecimento de caixas em xisto sob o piso do antigo caminho, dentro das quais havia muitas peças cerâmicas. Procurando conciliar a construção do novo caminho e a salvaguarda dos vestígios arqueológicos, a Associação e o Município alertaram os Serviços de Arqueologia da Secretaria de Estado da Cultura.

O sítio onde escavamos a necrópole, na margem esquerda do Douro, já em território da Lusitânia, integra-se em plena bacia desse rio, no espaço também marcado pela confluência dos rios Paiva e Tâmega e pela rede de ribeiros que cortam aqueles vales encaixados. Marcado pelo Alto de S. Paul que atinge 350 meo Alto de S. Gens com 328 m, que o apertam a Nordeste, encontramos um vale com cotas entre os 140 m e os 170 m que se estende para Sudeste até ao lugar de Portela, atravessado pelo ribeiro do Quintã, também conhecido como ribeiro de Sá, afluente do rio Sardoura. As facilidades que esse vale dava à per-

([3]) A necrópole situava-se à cota de 195 m, Lat. 41° 7' 31", Long. 0º 7' 31", carta SCE, folha 135, Castelo de Paiva.

manência e circulação humana, quer caminhando para Sul, quer para a margem esquerda do rio Douro, justificam a sua riqueza arqueológica. Sítios sobranceiros a esse vale como o monte de Crasto, Quinta do Pedregal, foram ocupados desde há muito.

As características e potencialidades dos solos permitiam certamente aplicar as técnicas agrícolas (ROBERT, 1985, 222-228) mais vulgarizadas no mundo romano (FERDIÈRE, 1991, 81-101). A riqueza mineira em chumbo, zinco e prata, hoje concentrada na região de Paiva, entre o Mont'Alto e margem esquerda do rio Douro, se já então conhecida, poderá ter contribuído também para um maior índice de ocupação da região.

Neste "vale de Sá" os campos que não ultrassavavam a cota dos 170m eram irrigados directamente pelo ribeiro que o atravessava.

Num espaço com aptidão agrícola, com as parcelas regularmente orientadas ainda hoje([4]) no sentido Noroeste-Sudeste, as populações que trabalhavam as terras instalavam certamente as suas casas nos limites dos campos onde as águas límpidas brotavam da encosta. É pois natural que viessem enterrar os seus mortos já em terrenos de floresta, próximos, mas um pouco mais elevados.

Esta riqueza do solo associada a espaços harmoniosos e agradáveis, protegidos de ventos, com abundância de água, propiciariam bons rendimentos agrícolas, o que poderá justificar a construção de casas romanas com mosaicos (ALARCÃO, 1988, 45) que registamos na região.

Em Valbeirô a primeira intervenção fez-se em 1981. Outras escavações foram posteriormente realizadas já sem o carácter de emergência porque o sítio foi entretanto salvaguardado.

Neste caminho rural que liga o lugar de Casais ao Alto de Fontela, não se notava nenhuma diferença entre a terra das bermas e a do caminho.

Segundo a informação de residentes, próximo do local do achado, antes da escavação arqueológica, tinham sido destruídas cerca de 30 caixas em xisto, com cerca de 0,60/0,70 m de lado, 0,40 m de profundidade, todas com materiais cerâmicos, enterradas a cerca de 0,30 m abaixo do solo.

Terreno com pinheiros, entre os quais crescia o mato, era coberto por uma camada superficial de terras compactas, duras, enraizadas

([4]) A observação comparativa de fotografia aérea feita em 1947 com a de voos recentes confirma a orientação dominante das parcelas agrícolas.

numa espessura de cerca de 0,20 m. Sob isto uma camada de terras ainda mais endurecidas, algo irregular nos seus 0,30m de espessura e de muito difícil escavação. Sob esta camada, granito alterado muito duro apesar de afectado pela humidade da encosta.

Foi neste granito alterado que os "coveiros" de então abriram os buracos rectangulares que depois forravam com placas de xisto.

A escavação permitiu estudar sete sepulturas que não tinham sido afectadas pelos aterros da estrada. Para facilitar o estudo e a apresentação foram numeradas de 1 a 7, de acordo com a ordem por que foram encontradas. Em todas foi seguida a mesma metodologia e que consistiu na escavação sectorizada segundo dois cortes perpendiculares ao eixo maior e, simultaneamente, seguindo planos horizontais sucessivos. Na sepultura 3, atendendo ao seu bom estado de conservação, foram feitos cortes nos terrenos exteriores adjacentes que permitiram obter estratigrafia (Estampa IV).

SEPULTURA 1

Depois de escavar a camada superficial e a camada saibrosa, à profundidade de 0,52 m em relação ao nível do solo, observou-se uma laje quebrada e abatida na zona central. Era a tampa da sepultura afectada pelo peso das raízes dos pinheiros. Apesar disto, o interior da sepultura estava intacto e parcialmente preenchido com terras negras, homogéneas, pouco compactas.

As características da sepultura coincidiam parcialmente com as apontadas pelo manobrador da máquina que tinha desenterrado os primeiros vestígios. Era uma caixa de 0,88x0,6 m, forrada com lajes, e com a profundidade média de 0,40 m.

A escavação do interior permitiu observar 6 peças de cerâmica comum pousadas sobre o fundo nivelado no granito alterado:

1 - Taça - base de assentamento discoidal (50 mm), corpo troncocònico invertido, lábio voltado para o interior; bordo arredondado/ponteagudo, diâmetro boca-104 mm, alt-41 mm. Capacidade-314ml, grupo 10B (Estampa V, 1).

2 - Prato - base de assentamento discoidal (128 mm), corpo troncocònico invertido, lábio inclinado para o exterior com perfil convexo, bordo oblíquo, diâmetro boca-180mm; alt-48mm. Capacidade-745ml, grupo 3A (Estampa V, 2).

3 - Prato - base de assentamento em aresta (140 mm), corpo troncocònico invertido, lábio inclinado para o exterior com perfil convexo, bordo arredondado/ponteagudo, diâmetro boca-218mm, alt-67,5mm. Capacidade-2014ml, grupo IA (Estampa V, 3).

4 - Bilha - base de assentamento em aresta (94 mm); corpo esférico; colo divergente separado do ombro por uma anelura; lábio praticamente vertical e na zona final inclinado para o exterior; bordo circular. Duas asas de fita assimétrica saiem da zona superior do colo e ligam ao ombro, diâmetro boca-62mm, alt-292mm. Capacidade-4749ml, grupo 3A (Estampa V, 4).

5 - Bilha - base de assentamento em aresta (80 mm), corpo ovoide com aperto na zona inferior, colo convergente (pouco acentuado) separado do ombro por uma anelura. Lábio inclinado para o exterior com perfil côncavo, bordo oblíquo, boca trilobada. Asa de fita assimétrica liga o bordo ao ombro. Alt-428m. Capacidade-2110ml, grupo 12 (Estampa V, 5).

6 - Prato - base de assentamento anelar (190mm), corpo troncocònico invertido, lábio voltado para o exterior com ligeiro engrossamento interno, bordo ponteagudo/arredondado, diâmetro da boca-256mm. Alt.-145mm. Capacidade - -1568ml, grupo 11 (Estampa V, 6).

SEPULTURA 2

Esta sepultura, de morfologia e dimensões semelhantes à n.° 1, estava muito destruída pelas raízes dos pinheiros. Porque o interior estava pouco preenchido com terra, as placas xistosas das paredes abateram para o interior provocando o esmagamento do espólio. No entanto, foi possível reconstituir:

7 - Jarro - base de assentamento em aresta com ligeiro engrossamento externo (58 mm), corpo esférico (espessura parede l,5mm), colo divergente separado do ombro por uma canelura., asa de fita simétrica arranca do ombro. Capacidade-904 ml, grupo 10 (Estampa V, 7).

8 - Potinho - base de assentamento em aresta com ligeiro engrossamento externo (42mm), corpo esférico (espessura parede 2mm), colo convergente, um grafito ocupa parte do ombro. Capacidade-310ml, grupo 10 (Estampa V, 8).

9 - Prato - base de assentamento discoidali 132mm), corpo troncocònico invertido(6mm), lábio com perfil recto para o exterior, bordo ponteagudo/arredondado, diâmetro da boca-190mm. Alt.-39mm. Capacidade- 687 ml, grupo 11A (Estampa V, 9).

10 - Bilha - base de assentamento em aresta com engrossamento exterior, corpo ovoide com aperto na zona superior (3 mm), colo divergente, asa de fita assimétrica liga a zona superior do colo ao ombro, lábio vertical e na zona superior inclinado para o exterior com perfil côncavo, bordo circular, diâmetro da boca-40mm. Alt.-224mm, capacidade-1630ml, grupo 5D (Estampa V, 10).

31 (sepultura 2) - Bilha - base de assentamento em aresta (83mm), corpo provavelmente esférico (3 mm), asa de fita simétrica, grupo IA. O estado fragmentado da peça nao permite analisar mais elementos.

Nas terras negras que cobriam o fundo da sepultura foram recolhidos dez pregos.

SEPULTURA 3

Esta sepultura estava intacta.

Foi construída com a mesma técnica das anteriores, paredes em placas xistosas e tampa idêntica. Tinha 0,82 m de comprimento, 0,55 m de largura e uma profundidade média de 0,35 m. Levantada a tampa, viu-se que a terra, homogénea e escurecida pela cinza, não enchia totalmente a caixa.

Pousadas no fundo recolheram-se sete peças de cerâmica comum:

18 - Prato - base de assentamento em aresta (12,7mm), corpo troncocònico invertido, lábio com perfil recto para o exterior, bordo arredondado, diâmetro da boca-166 mm. Alt.-23mm, espessura parede-7mm. Capacidade-307 ml, grupo 1 IA (Estampa V, 11)

19 - Potinho - base de assentamento em aresta com ligeiro engrossamento externo (50 mm), corpo ovoide com aperto na zona superior, colo convergente, lábio inclinado para o exterior com perfil côncavo, espessura parede--2,5 mm, Capacidade-212ml, grupo 10B (Estampa V, 12).

20 - Prato - base de assentamento discoidal (196mm), corpo troncocònico invertido (7,5mm), lábio de perfil recto para o exterior, bordo circular (diâmetro da boca-240mm). Alt.-38mm, Capacidade-1143ml, grupo IA (Estampa V, 13).

21 - Prato - base de assentamento discoidali 160mm), corpo troncocònico invertido, lábio voltado para o interior, bordo circular (diâmetro da boca--230mm). Alt.-58,5 mm, espessura da parede-6mm. Capacidade-1553 ml, grupo 6 (Estampa V, 14).

22 - Bilha - base de assentamento em aresta (100 mm), corpo ovoide com aperto na zona superior (4 mm), colo divergente, lábio vertical,bordo arredondado (diâmetro boca 380 mm). Asa de fita assimétrica que liga a zona superior do colo ao ombro, um apoio para o dedo foi aplicado sobre a asa e ligada ao lábio, alt-182 mm, Capacidade-1220 ml, grupo 6 (Estampa VI, 1).

23 - Bilha - base de assentamento discoidal (78 mm), corpo esférico (4,5 mm), colo divergente, lábio inclinado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado, boca trilobada. Asa de fita simétrica que liga o bordo ao ombro. Alt. 184 mm. Capacidade-1200 ml, grupo 12 (Estampa VI, 2).

24 - Potinho - base de assentamento em aresta com ligeiro engrossamento extemo (38mm), corpo ovoide com aperto na zona superior (2 mm), colo divergente separado do ombro por uma canelura, lábio inclinado para o exterior com perfil côncavo bordo ponteagudo/arredondado, asa de fita simétrica liga o

bordo à zona superior do colo, diâmetro boca-42mm, alt-115mm. Capacidade--270 mi, grupo 10B (Estampa VI, 3).

Os dois pratos tinham terra no seu interior e foram esvaziados em laboratorio. Além de terra análoga à do enchimento da sepultura, o prato n.° 21 continha cinco moedas (5):

1 - Asse. Roma?, séc I/II d.C. Totalmente desgastada por intensa circulação.

2 - Antoniniano, Galieno. Roma? , 260-268 d.C. Muito desgastada e deteriorada.

3 - Ant. 3 A ou 4 A, F ou K, Cláudio II, Roma, 268-270 d.C. PIAX AVG ou AVGUSTII , RIC VI- 79, 80 ou 81. Muito desgastada.

4 - Ant. 3 F, Cláudio II. Roma, 269-270d.C. IFIDES EXEIRCI. RIC VI--36. Fragmentada e muito desgastada.

5 - Ant. K, Cláudio II. Roma, posterior a 270 d.C. ICONSECRATIOI, altar. RIC VI-261. Fragmentada e muito desgastada.

O desgaste parece-nos natural já que estas moedas datáveis de 98--117, foram enterradas com outras do séc. IV, as quais também mostram sinais de terem circulado.

SEPULTURA 4

Muito afectada pelo caminho e por raízes de um grande pinheiro, esta sepultura, cheia de terra misturada com cinza, estava muito degradada. As paredes em placas xistosas tinham abatido para o interior e pisado dois pratos:

16 - Prato - base de assentamento discoidal (134 mm), corpo troncocònico invertido, lábio voltado para o interior com ligeiro engrossamento externo, bordo ponteagudo/arredondado (diâmetro boca-224mm). Alt.58mm, espessura parede-5 mm. Capacidade-1267 ml, grupo IA (Estampa VI, 5).

17 - Prato - base de assentamento discoidali 116 mm), corpo troncocònico invertido, lábio inclinado para o exterior com perfil convexo, bordo oblíquo (diâmetro da boca-174mm). Alt.-48,5 mm), espessura da parede-7 mm. Capacidade--635 ml, grupo 1A (Estampa VI, 6).

(5) O estudo das moedas foi feito pelo Dr. Marcelo Mendes Pinto, a quem agradecemos a colaboração neste trabalho. Para a classificação foi utilizado *The Roman Imperial Coinage,* H. Mattingly, E. A. Sydenham *et alli*, Londres, 1926.

Para os anversos foram utilizados os códigos, legendas e efígies em RIC, transcrevendo-se apenas as legendas dos reversos.

40 - Fragmento que não permite determinar a forma completa do potinho, base em aresta (63 mm), grupo 10B.

Apesar do mau estado da sepultura foi ainda recolhida uma moeda:

6 - Asse, Trajano. Roma?, 98-117 d. C. Totalmente desgastada por intensa circulação.

Alguns fragmentos de um pote (n.°40) estavam misturados com as terras no interior da sepultura e o seu mau estado de conservação não nos permite reconstituí-lo.

SEPULTURA 5

Com dimensões mais reduzidas que as anteriores (0,52x0,45m), sem indícios de tampa, não tinha qualquer indício de espólio no interior. Estava completamente cheia de terra igual à exterior envolvente.

SEPULTURA 6

Com dimensões idênticas à sepultura 5, nesta foi ainda recolhida parte da cobertura feita com várias placas xistosas sobrepostas. Também como a sepultura 5, e ao contrário das restantes, o interior estava completamente cheio de terra e não apresentava o aspecto escurecido pela cinza como as n.° 1, 2, 3 e 4.

Pousadas sobre a terra do fundo recolhemos:

11 - Taça - base de assentamento anelar (54 mm), corpo troncocònico invertido (espessura da parede-3,8 mm) decorado com cinco linhas pintadas (**PALAZON,** 1986, 224) horizontais paralelas e círculos pintados no espaço entre a segunda e a terceira e entre esta e a quarta, lábio voltado para o interior decorado com linha pintada horizontal, bordo arredondado/ponteagudo, diâmetro da boca-112mm. Alt.-50mm. Capacidade-314ml, grupo 10A (Estampa VI, 8).

12 - Prato - base de assentamento anelar (180 mm), corpo troncocònico invertido (espessura da parede-4,5 mm), lábio com perfil recto para o exterior, bordo oblíquo/circular (diâmetro da boca-260mm). Alt.-52,5mm. Capacidade--1596 ml, grupo 1 IA (Estampa VI, 9).

13 - Prato - base de assentamento em aresta (120 mm), corpo troncocònico invertido (espessura parede-6mm), lábio voltado para o interior, bordo arredondado (diâmetro da bocal56mm). Alt.39mm. Capacidade-425 ml, grupo 12 (Estampa VI, 7).

14 - Potinho - base de assentamento em aresta (470mm), corpo esférico, colo convergente (espessura da parede 2mm), lábio pequeno inclinado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado (diâmetro boca 62mm). Alt.l05mm. Capacidade- 120ml, grupo 10B (Estampa VI, 11).

15 - Jarro - base de assentamento em aresta (56 mm), corpo esférico (espessura parede-l,5mm), colo divergente separado do ombro por uma canelura, lábio voltado para o exterior, bordo ponteagudo(diâmetro boca-62 mm), asa de fita simétrica liga o lábio ao ombro. Alt. 165 mm. Capacidade-1100 ml, grupo 7A (Estampa VI, 12).

SEPULTURA 7

Muito destruída pelas raízes de um grande eucalipto, não apresentava qualquer indício de caixa. Apesar da degradação recolhemos:

25 - Potinho-base de assentamento em aresta com engrossamento externo e canelura concêntrica (37 mm), corpo esférico (1,5 mm), colo convergente separado do ombro por duas caneluras e uma anelura, asa de fita simétrica saía do ombro. Capacidade-310ml, grupo 13A (Estampa VI, 13).

41 - Taça-base de assentamento discoidal (53 mm), corpo troncocònico invertido (2,5 mm), lábio inclinado para o exterior com perfil convexo, bordo arredondado/oblíquo (102 mm). Capacidade-170 ml, grupo 3A.

43 - Fragmento de pote, base em aresta (69 mm), corpo esférico (2,7 mm). Peça muito queimada e degradada.

Além das 29 peças cerâmicas identificadas em escavação, foram recolhidas 15 em aterro sem contexto estratigráfico:

26 - Taça - base de assentamento anelar (74 mm), corpo troncocònico invertido (7 mm), lábio voltado para o exterior, bordo plano (diâmetro da boca-172 mm). Alt.-58,5mm. Capacidade- 840 ml, grupo 6 (Estampa VI, 10).

27 - Prato - base de assentamento anelar (96 mm), corpo troncocònico invertido (6 mm), lábio perfil recto para o exterior, bordo oblíquo(diâmetro boca-166 mm). Alt.-37,5mm. Capacidade- 504 ml, grupo 5D (Estampa VI, 14).

28 - Prato - base de assentamento em aresta (150 mm), corpo troncocònico invertido (7 mm), lábio perfil recto para o exterior, bordo oblíquo (diâmetro boca-200mm). Alt.-45mm. Capacidade-940ml, grupo IA (Estampa 6, 15).

29 - Prato - base de assentamento anelar (178 mm), corpo troncocònico invertido (5,6 mm), lábio perfil recto para o exterior, bordo ponteagudo (diâmetro boca-244mm). Alt.-37mm. Capacidade-1100 ml, grupo 11A (Estampa VI, 16).

30 - Jarro - base de assentamento em aresta com engrossamento externo (47 mm), corpo esférico (3 mm), colo divergente, lábio inclinado para o exterior

com perfil cóncavo, bordo arredondado (46mm), asa de fita simétrica liga o bordo ao ombro. Alt.-131mm. Capacidade-463 mi, grupo 10 (Estampa VI, 4).

32 - Prato - base de assentamento discoidal (llOmm), corpo troncocònico invertido (5 mm), lábio perfil recto para o exterior, bordo moldurado/ponteagudo (diámetro boca-183mm). Alt.-49,5mm. Capacidade-689ml, grupo 11A (Estampa VI, 18).

33 - Prato - base de assentamento discoidali 142 mm), corpo troncocònico invertido, lábio perfil recto para o exterior, bordo arredondado/ponteagudo (diámetro boca-188mm). Alt.-30mm. Capacidade-567 mi, grupo 6 (Estampa VI, 19).

34 - Prato - base de assentamento em aresta (172 mm), corpo troncocònico invertido (9 mm), lábio inclinado para o exterior com perfil convexo, bordo moldurado/circular (226 mm), fundo decorado. Alt.-62mm. Capacidade-1662 mi, grupo 1A (Estampa VI, 20).

35 - Prato - base de assentamento discoidal (198 mm), corpo tronco -cónico invertido (6 mm), lábio voltado para o interior, bordo oblíquo (248 mm), alt-52mm. Capacidade-1672 mi, grupo 3A (Estampa VI, 23).

36 - Taça-base de assentamento anelar (66 mm), corpo troncocònico invertido (8mm), lábio pendente para o exterior, bordo oblíquo/arredondado (144 mm), alt-62mm. Capacidade-418ml, grupo 6 (Estampa VI, 21).

37 - Jarro - base de assentamento em aresta com engrossamento externo e canelura concêntrica (70 mm), corpo esférico (2,8 mm), colo divergente separado do ombro por duas caneluras, lábio inclinado para o exterior com perfil concavo, bordo arredondado/circular (72 mm), asa de fita assimétrica que liga o ombro ao bordo. Alt.-232mm, grupo 1A.

38 - Potinho - base de assentamento em aresta (52 mm), corpo ovoide com aperto na zona superior (4mm), colo convergente. Capacidade-268 mi, grupo 10B (Estampa VI, 22).

39 - Tijela - base de assentamento em aresta (83 mm), corpo troncocònico invertido (5,5 mm), lábio inclinado para o exterior com perfil convexo, bordo arredondado/oblíquo(200mm). Alt.-90mm. Capacidade-1780 mi, grupo 5D.

42 - Fragmento que não permite determinar a forma completa do jarro/ /bilha, base discoidal com engrossamento externo (45 mm), grupo 6.

44 - Jarro - base de assentamento em aresta com engrossamento externo (77 mm), corpo esférico (46 mm), lábio inclinado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado, grupo 10.

A necrópole de *Tongobriga*

A necrópole romana em *Tongobriga* (Estampa III) situava-se junto da estrada, a sul da cidade.

No final do século passado foram encontradas sepulturas "reves-

tidas interiormente com pedaços de tégulas e que tinham tigelas dentro das quais havia ossos".

Foi, então, recolhida cerâmica e vidro, embora muita coisa fosse destruída (VASCONCELOS 1899-1900,32).

Outros textos (VASCONCELOS 1900, 32) informam que:

> "Há uns tempos (1897) appareceram no Freixo, em uma surriba, vários objectos de louça e vidro. Fui lá logo; mas perdi o meu tempo. Um objecto de barro cozido, que descreveram de modo que faz suppor que se trata de um galheteiro, ou cousa parecida, tinham-no dado para o Porto; outros objectos, a que chamavam tijellas e que continham ossos, quebraram-nos, na fórma do costume, e enterraram tudo na sorriba; um copo de vidro, que estava ao pé de uma das taes tijellas, partiu-se casualmente, e d'este conservo uns pequeninos cacos que restavam. Todos estes objectos estavam dentro de sepulturas de fórma circular, de pequeno diâmetro, abertas no solo, a pequena profundidade. Ha annos, a uns 30 ou 40 metros arredados d'ali, vi eu uma outra sepultura do mesmo género, que estava revestida interiormente de grandes pedaços de *tegulas,* e continha uma linda e variada mobília funerária, que remetti para o Museu de Guimarães".

Também no Museu Nacional de Arqueologia, na Sociedade Martins Sarmento e no Museu Municipal de Gaia há espólio da necrópole de *Tongobriga.*

As escavações que realizámos permitiram identificar sepulturas intactas, abertas no afloramento granítico, orientadas paralelamente à estrada romana que a atravessava.

Com a escavação, confirmamos que o caminho municipal cortou sepulturas, destruindo totalmente algumas e parcialmente outras, como aconteceu nas sepulturas n.° 1, 2 e 10.

Observamos dois tipos de construção:

No tipo 1, o mais antigo, aproveitando muitas vezes as diáclases, escavavam no granito buracos com comprimento entre l,50m e 2,70m e cerca de 0,90m de largura, variando a profundidade entre 0,45m e 0,75m. Apesar da dimensão das sepulturas, as peças eram colocadas muito próximas, num dos topos. Era deitada alguma terra que cobria as peças. A sepultura era fechada com pedaços de granito, provavelmente aproveitados entre os que sobravam aquando da abertura do buraco. Este estilo de tampa muito fragmentada, fechou algumas das sepulturas que escavámos;

No tipo 2, para fazerem o enterramento, abriam fossas na terra até encontrarem o afloramento granítico, onde pousavam as peças. São enterramentos posteriores aos que utilizaram o primeiro tipo de sepultura.

Detectámos também enterramentos do tipo 2 e que reaproveitavam

parte das sepulturas de tipo 1. Nestes casos pousaram as oferendas sobre o "empedrado" que servia de tampa às sepulturas anteriores, provavelmente confundindo-o com o afloramento granítico.

Esta atitude leva-nos a pensar que decorreu algum tempo entre as duas distintas formas de enterramento, já que a segunda demonstra, manifestamente, menos qualidade.

Observamos que algumas sepulturas foram usadas para nelas ser feita a cremação, caso da sepultura 5, algo similar ao identificado em *Augusta Emerita* (BRÍAS e GONZALO, 1994, 333) e que pode justificar as grandes dimensões das sepulturas, já que as valas recebiam o corpo inteiro antes da cremação. No entanto, em algumas delas os vestígios de carvão são em quantidade reduzida, pelo que certamente só serviram como depósito após a incineração.

As escavações que realizámos permitiram observar 15 sepulturas, as quais são descritas pela ordem de escavação.

Sepultura 1 - tipo 2. Este enterramento estava praticamente junto à camada superficial e, por tal motivo, parcialmente destruído. Algumas das peças estavam incompletas porque destruídas involuntariamente pelo lavrador aquando do corte do mato.

Espólio:

12364 - Pote - base de assentamento em aresta (72mm), corpo esférico. Capacidade 1700ml, grupo 10 (Estampa VIII, 2).

49213 - Jarro - base de assentamento discoidal (81 mm), corpo esférico, colo divergente, lábio voltado para o exterior com perfil recto, bordo arredondado, (diâmetro boca 62mm) Asa de fita simétrica que liga o bordo ao ombro. Alt. 181mm. Capacidade 1320ml. grupo IA (Estampa VII, 1).

49202 - Prato - base de assentamento discoidal (135mm), corpo troncocónico invertido, lábio voltado para o interior com perfil recto, bordo arredondado (diâmetro boca 202mm). Alt. 36mm. Capacidade 730ml, grupo 4 (Estampa VII, 3).

Sepultura 2 - tipo 2. Enterramento idêntico ao da sepultura 1. Espólio:

12363 - Jarro - base de assentamento em aresta (44mm), corpo esférico, colo divergente, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado (diâmetro boca 40mm), asa de fita que liga o bordo ao ombro. Alt. 154mm. Capacidade 825ml, grupo 10B (Estampa VII, 4).

12365 - Prato - base de assentamento discoidal (105mm), corpo troncocónico invertido, lábio voltado para o interior, bordo arredondado (diâmetro boca 146mm). Alt. 38mm. Capacidade 440ml, grupo IA (Estampa VII, 6).

12366 - Bilha? - base de assentamento discoidal (116mm), corpo esférico?. Capcidade 1440 ml, grupo 4 (Estampa VII, 7).

35153 - Potinho - base de assentamento em aresta (39mm), corpo esférico, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado (diâmetro boca 42 mm). Alt. 98 mm. Capacidade 195 ml, grupo 5D (Estampa VII, 5).

Sepultura 3 - tipo **1**. Enterramento feito através de um buraco, aberto no granito, com 1,95 m de comprimento, 0,45 m de largura e 0,60m de profundidade.

Estrato 1 - Superficial, camada com 0,25 m de espessura que cobre todo o afloramento, terras castanhas escuras com algumas pedras e raizame.

Estrato 2 - Terras castanhas claras com pedras pequenas e um pouco compacta.

Estrato 3 - Terras castanhas claras, finas

Espólio:

78650 - base de assentamento em aresta (52 mm), grupo 10B (Estampa VII, 8).

78651 - Prato - base de assentamento em aresta (132 mm), corpo troncocónico invertido, lábio voltado para o interior com perfil inclinado para o interior, bordo arredondado, (diâmetro boca 172 mm). Alt.47mm. Capacidade 764 ml Grupo 5D (Estampa VII, 12).

78652 - Potinho - base de assentamento em aresta com ligeiro engrossamento externo (36mm), corpo ovoide com ligeiro aperto na zona superior, colo divergente, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado, (diâmetro boca 50mm). Alt.llOmm. Capacidade 180ml, Grupo 7A (Estampa VII, 11).

78653 - Jarro - base de assentamento em aresta com ligeiro engrossamento externo (46 mm), corpo esférico, colo divergente, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado (diâmetro boca 56 mm). Asa de fita simétrica que liga o bordo ao ombro. Alt. 159 mm. Capacidade 630 ml Grupo 7 (Estampa VII, 10).

78654 - Bilha - trilobada. Peça para restauro, grupo 1A

78655 - Bilha - base de assentamento em aresta com ligeiro engrossamento externo (56 mm), corpo esférico, colo divergente, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado, (diâmetro boca 41 mm). Asa de fita assimétrica que liga a zona superior do colo ao ombro. Alt. 170 mm. Capacidade 700 ml, Grupo 3A (Estampa VII, 9).

Sepultura 4 - tipo 1. Enterramento feito através de um buraco aberto no granito, com 2,55m de comprimento, l,00m de largura e 0,60m de profundidade.

Estrato 1 - Superficial, camada com 0,30 m de espessura, que

cobre todo o afloramento, terras castanhas escuras, com algumas pedras e raizame.

Estrato 2 - Pedras provavelmente da abertura do buraco e que agora servem de tampa à sepultura.

Estrato 3 - Camada de terras castanhas claras, misturadas com muitas pedras pequenas.

Espólio:

78656 - Bilha - base de assentamento discoidal (63 mm), corpo ovoide com aperto na zona inferior, colo convergente. Capacidade 1150 ml, Grupo 4 (Estampa VII, 15).

78657 - Potinho - base de assentamento em aresta (36 mm), corpo ovoide com aperto na zona superior, colo divergente, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado (diâmetro boca 52 mm). Alt. 105 mm. Capacidade 180 ml, grupo 5D (Estampa VII, 13).

78658 - Jarro - base de assentamento em aresta (56 mm), corpo esférico, colo divergente, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo plano (diâmetro boca 64 mm). Asa de fita simétrica que liga o bordo ao ombro. Alt. 162mm. Capacidade 625 ml, Grupo 10B (Estampa VII, 14).

78659- Bilha - base de assentamento em aresta com ligeiro engrossamento externo (45 mm), corpo ovoide, colo divergente, lábio voltado para o exterior com perfil recto, bordo arredondado (diâmetro boca 29 mm). Asa de fita simétrica que liga a zona superior do colo ao ombro. Alt. 149 mm. Capacidade 385 ml, Grupo 10B (Estampa VII, 18).

78660 - Prato - base de assentamento em aresta com canelura concêntria (134mm), corpo troncocònico invertido, lábio voltado para o interior com perfil recto, bordo arredondado (diâmetro boca 178 mm). Alt.48mm. Capacidade 965 ml, Grupo 3A (Estampa VII, 16).

Sepultura 5 - tipo 1. Enterramento feito através de um buraco aberto no granito, com 1,55 m de comprimento, 0,80m de largura e 0,43m de profundidade.

Estrato 1 - Superficial, camada com 0,25 m de espessura, que cobre todo o afloramento, terras castanhas escuras, com algumas pedras e raizame.

Estrato 2 - Terras negras, cinzas, carvões e algumas pedras pequenas.

Espólio:

78667 - Pote - base de assentamento em aresta (70 mm), corpo ovoide com aperto na zona inferior, sem colo, lábio voltado para o exterior com perfil recto, bordo arredondado (diâmetro boca 158 mm). Alt. 151 mm. Capacidade 1200 ml. Grupo 3A (Estampa VIII, 3).

Este pote servia de urna funerária que continha fragmentos de ossos humanos, parcialmente carbonizados.

Estrato 3 - Terras castanhas claras, finas, misturadas com algumas pedras.

Espólio:

78661 - Prato - base de assentamento discoidal (94 mm), corpo troncoconico invertido, lábio voltado para o interior com perfil inclinado para o interior, bordo arredondado, (diâmetro boca 148mm). Alt.41 mm. Capacidade 480ml, grupo 3A (Estampa VII, 17).

78662 - Taça - base de assentamento discoidal, com ligeiro engrossamento extemo (81 mm), corpo troncocònico invertido, lábio voltado para o interior com perfil inclinado para o interior, bordo arredondado (diâmetro boca 187 mm). Alt. 58 mm. Capacidade 1165ml, Grupo 3A (Estampa VII, 21).

78663 - Jarro - base de assentamento em aresta (81 mm), corpo esférico, colo divergente, separado do ombro por uma canelura horizontal, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado (diâmetro boca 65 mm). Asa de fita simétrica que liga o bordo ao ombro. Alt. 159 mm. Capacidade 950 ml, Grupo 12 (Estampa VIII, 2).

78664 - Potinho - base de assentamento em aresta com ligeiro engrossamento externo (41 mm), corpo esférico, colo divergente, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado (diâmetro boca 69 mm), alt. 99 mm. Capacidade 230 ml, Grupo 10 (Estampa VII, 20).

78665 - Bilha - base de assentamento em aresta com engrossamento externo (56 mm), corpo esférico, colo divergente, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado (diâmetro boca 40 mm). Asa de fita assimétrica que liga a zona superior do colo com o ombro. Alt. 175 mm. Capacidade 670 ml. Grupo 7A (Estampa Vili, 1).

78666 - Jarro - base de assentamento em aresta com ligeiro engrossamento externo (45 mm), corpo esférico, colo divergente, separado do ombro por 3 caneluras horizontais, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado (diâmetro boca 50 mm). Asa de fita simétrica que liga o bordo ao ombro. Alt. 136 mm. Capacidade 525 ml, grupo 10 (Estampa VII, 19).

Sepultura 6 - tipo 2. Vala aberta até ao afloramento granítico, onde foram colocadas as peças.

Estrato 1 - Superficial, camada com 0,30 m de espessura, que cobre todo o afloramento, terras castanhas escuras, com algumas pedras e raizame.

Espólio:

78668 - base - grupo 5D

78669 - Taça - base de assentamento em aresta (73 mm), corpo troncoconico invertido, lábio voltado para o exterior com engrossamento interno, bordo arredondado (diâmetro boca 156). Alt. 62 mm. Capacidade 900 ml, grupo 5D (Estampa VIII, 4).

78670 - Pote - lábio voltado para o exterior com perfil recto, bordo arredondado (diámetro boca), grupo 3

78671 - Taça - base de assentamento anelar com pé desenvolvido (87mm), corpo troncocònico invertido, bordo arredondado, grupo 2

78688 - Bilha - colo divergente lábio vertical, bordo plano grupo 5D.

Sepultura 7 - tipo **1.** Enterramento feito através de um buraco aberto no granito, com 1,50 m de comprimento, 0,70 m de largura e 0,68m de profundidade.

Estrato 1 - Superficial, camada com 0,40 m de espessura, que cobre todo o afloramento, castanhas escuras, soltas e com algumas pedras.

Estrato 2 - Terras castanhas claras, saibrosas, misturadas com pedras.

Espólio:

Moeda, Nummus, *post* 330 d.C., muito desgastada, n.° 641, 313.91

78672 - Potinho - base de assentamento em aresta com ligeiro engrossamento externo (37 mm), corpo ovoide, colo divergente. Capacidade 270 ml, grupo 10

78673 - Prato - base de assentamento em aresta (95mm), corpo troncocònico invertido, lábio voltado para o interior com perfil recto, bordo arredondado (diâmetro boca 133 mm). Alt.40mm. Capacidade 470 ml, grupo 3A (Estampa VIII, 5).

78674 - Bilha - base de assentamento em aresta com ligeiro engrossamento externo (79 mm), corpo esférico, colo divergente, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado (diâmetro boca 42 mm). Asa de fita simétrica que liga a zona superior do colo com o ombro. Alt. 221 mm. Capacidade 1500 ml, grupo 10 (Estampa VIII, 10).

78675 - Bilha - base de assentamento em aresta (80 mm), corpo esférico, colo convergente, lábio voltado para o exterior com perfil recto, bordo arredondado, boca trilobada. Asa de fita simétrica que liga o bordo ao ombro. Alt. 209mm. Capacidade 1630 ml. Grupo 12 (Estampa VIII, 9).

78676 - Bilha - grupo 5D

78677 - Bilha - grupo 5D

78678 - base de assentamento em aresta com ligeiro engrossamento externo (53mm), corpo esférico. Capacidade aprox^{a} 700ml, grupo 6 (Estampa VIII, 8).

78679 - Bilha - frag, de bordo e asa de bilha trilobada. Grupo 4

Sepultura 8 - tipo 1. Enterramento feito através de um buraco aberto no granito, com 2,70 m de comprimento, 1,10 m de largura e 0,75m de profundidade.

Estrato 1 - Superficial, camada com 0,40 m de espessura, que cobre todo o afloramento, terras castanhas escuras, soltas, com algumas pedras e raizame.

Estrato 2 - Terras castanhas claras (saibrosas), misturadas com bastantes pedras pequenas.

Espólio:

78680 - Taça - grupo 10A

78681 - Prato - base de assentamento discoidal (100 mm), corpo troncocónico invertido, lábio voltado para o interior com perfil inclinado para o interior, bordo oblíquo (diâmetro boca 133 mm). Alt.33 mm. Capacidade 360 ml, grupo 3A (Estampa VIII, 7).

78682 - Potinho - base de assentamento em aresta (45 mm), corpo esférico, colo divergente, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado (diâmetro boca 63 mm). Alt. 105 mm. Capacidade 215 ml. Grupo 10B (Estampa VIII, 13).

78683 - Bilha - grupo 10

78684 - Potinho - grupo 10B

78685 - Bilha - base de assentamento em aresta com engrossamento externo, grupo 7A,

78686 - Prato - grupo 5D

78687 - Jarro - base de assentamento em aresta com engrossamento externo (67mm), grupo 10B (Estampa VII, 8).

Sepultura 9 - tipo **1.** Enterramento feito através de um buraco aberto no granito, com l,22m de comprimento, 0,78m de largura e 0,65m de profundidade. Esta sepultura foi cortada pela estrada municipal.

Estrato 1 - Superficial, camada com 0,30 m de espessura, que cobre todo o afloramento, terras castanhas escuras, soltas, com algumas pedras e raizame.

Estrato 2 - Terras de cor castanho claro finas.

Espólio:

78692 - Bilha - base de assentamento em aresta com ligeiro engrossamento externo (48mm), corpo ovoide com aperto na zona superior, colo divergente, lábio voltado para o exterior com perfil convexo, bordo arredondado. Asa de fita assimétrica que liga o bordo com o ombro. Alt. 166 mm. Capacidade 590ml, grupo 7A (Estampa IX, 14).

78693 - Prato - base de assentamento discoidal (133 mm), corpo troncocònico invertido, lábio voltado para o interior com perfil recto, bordo circular (diâmetro boca 176 mm). Alt.44mm. Capacidade 840 ml. Grupo 4 (Estampa VIII, 15).

78694 - Jarro - base de assentamento em aresta (56 mm), corpo esférico, colo divergente separado do ombro por 2 caneluras horizontais, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado (diâmetro boca 70 mm). Asa de fita simétrica que liga o bordo ao ombro. Alt. 155 mm. Capacidade 905 ml, grupo 7A (Estampa VIII, 16).

78695 - Potinho - base de assentamento em aresta com ligeiro engrossamento extemo (44 mm), corpo ovòide com ligeiro aperto na zona superior, colo divergente, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado (diâmetro boca 53 mm). Alt.96mm. Capacidade 150 ml, gmpo 5D (Estampa IX, 11).

Sepultura 10 - tipo 1. Enterramento feito através de um buraco aberto no granito, com l,90m de comprimento, 0,90m de largura e 0,75m de profundidade (Estampa IV).

Estrato 1 - Superficial, camada com 0,30 m de espessura, que cobre todo o afloramento, terras castanhas escuras, soltas, com algumas pedras e raizame.

Estrato 2 - Pedras que serviam de tampa à sepultura.

Estrato 3 - Camada de terras castanhas claras, saibrosas.

Espólio:

78696 - Prato - base de assentamento discoidal (110 mm), corpo troncocònico invertido, lábio voltado para o interior com perfil convexo, bordo arredondado (diâmetro boca 150mm). Alt. 38 mm. Capacidade 580ml, grupo IA (Estampa IX, 4).

78697 - Potinho - base de assentamento em aresta com ligeiro engrossamento externo (39 mm), corpo esférico, colo divergente, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado (diâmetro boca 52 mm). Alt. 107 mm. Capacidade 220 ml, grupo 10B (Estampa IX, 10).

78698 - Jarro - base de assentamento em aresta com ligeiro engrossamento externo (57mm), corpo ovoide, colo divergente, separado do ombro por 3 caneluras horizontais, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado (diâmetro boca 63 mm). Asa de fita assimétrica que liga o bordo ao ombro. Alt. 143mm. Capacidade 525 ml. Grupo 7A (Estampa VIII, 12).

78699 - Bilha - base de assentamento discoidal (58mm), corpo esférico, colo divergente, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado,boca trilobada. Asa de fita simétrica que liga o bordo ao ombro. Alt. 185mm. Capacidade 1200 ml, grupo 4 (Estampa VIII, 14).

78700 - Bilha - base de assentamento em aresta com ligeiro engrossamento externo (50mm), corpo esférico, colo divergente, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo plano (diâmetro boca 43 mm). Alt. 192 mm. Capacidade 1000 ml. Grupo 10 (Estampa VIII, 11).

Sepultura 11 - tipo 1. Enterramento feito através de um buraco aberto no granito, com l,85m de comprimento, 0,80m de largura e 0,65m de profundidade.

Estrato 1 - Superficial, camada com 0,20 m de espessura, que cobre todo o afloramento, terras castanhas escuras, soltas, com algumas pedras e raizame.

Estrato 2 - Pedras que serviam de tampa à sepultura.

Estrato 3 - Camada de terras castanhas claras, misturadas com algumas pedras pequenas.

Espólio:

Moeda, tipo *GLORIAEXERCITUS*, 337-340 d.C., n.° 643, 313.92

78702 - Prato - base de assentamento discoidal (138 mm), corpo troncocónico invertido, bordo arredondado (diâmetro boca 180mm). Alt.ólmm. Capacidade Grupo IA (Estampa VIII, 17).

78703 - Potinho - base de assentamento em aresta com ligeiro engrossamento externo (46 mm), corpo ovoide com ligeiro aperto na zona superior, colo divergente, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado (diâmetro boca 52 mm). Alt. 103 mm. Capacidade 180 ml, grupo 5D (Estampa IX, 2).

78704 - Bilha - base de assentamento em aresta com ligeiro engrossamento externo (75 mm), corpo esférico, colo divergente, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado (diâmetro boca 38 mm). Asa de fita simétrica que liga a zona superior do colo com o ombro. Alt. 199 mm. Capacidade 1380 ml, grupo 9 (Estampa IX, 7).

78713 - Bilha - grupo 1

Sepultura 12 - tipo 1. Enterramento feito através de um buraco aberto no granito, com 2,20 m de comprimento, 1,10 m de largura e 0,40m de profundidade.

Estrato 1 - Superficial, camada com 0,23 m de espessura, que cobre todo o afloramento, terras castanhas escuras, soltas, com algumas pedras e raizame.

Estrato 2 - Terras castanhas claras, finas, com algumas pedras pequenas.

Espólio:

Moeda, *GLORIA EXERCITUS,* Trier, 337-340 d.C., n.°634, 313.92

Moeda, Constantinus, 347-348 d.C., n.° 635, 313.92

Moeda, tipo *GLORIA EXERCITUS*, 337-340 d.C., n.° 636, 313.93

Moeda, tipo *GLORIA EXERCITUS*, 337-340 d.C., n.° 637, 313.93

Moeda, tipo *GLORIA EXERCITUS*, 337-340 d.C., n.° 638, 313.92

Moeda, ilegível, >337 d.C., n.° 639, 313.92

Moeda, *GLORIA EXERCITUS,* Constantinopla, 337-340 d.C., n.° 640, 313.91

78705 - Potinho - base de assentamento em aresta com ligeiro engrossamento externo (38 mm), corpo ovoide com ligeiro aperto na zona superior, colo divergente, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo. Capacidade 310 ml, grupo 5D (Estampa IX, 12).

78706 - Bilha - grupo 10

78707 - Bilha - base de assentamento discoidal (94mm), corpo ovòide com aperto na zona inferior, colo divergente. Arranque de asa de fita simétrica na zona superior do ombro. Capacidade 2300ml, grupo 4 (Estampa IX, 5).

78708 - Jarro - base de assentamento em aresta com ligeiro engrossamento externo (51 mm), corpo ovoide, colo divergente, separado do ombro por duas caneluras horizontais, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado. Capacidade 560ml. Grupo 3A (Estampa IX, 9).

Sepultura 13 - tipo 1. Enterramento feito através de um buraco aberto no granito, com 1,50 m de comprimento, 0,75 m de largura e 0,60 m de profundidade.

Estrato 1 - Superficial, camada com 0,35 m de espessura, que cobre todo o afloramento, terras castanhas escuras, soltas, com algumas pedras.

Estrato 2 - Pedras que serviam de tampa à sepultura.

Estrato 3 - Camada de terras castanhas claras, com algumas pedras pequenas.

Espólio:

Moeda, ilegível, >330 d.C., n.° 642, 313.89

78710 - Bilha - base de assentamento discoidal (90 mm), corpo ovoide com aperto na zona inferior, colo divergente, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado (diâmetro boca 75 mm). Alt. 204 mm. Capacidade 1770 ml, grupo 4 (Estampa IX, 6).

78711 - Jarro - base de assentamento em aresta (56 mm), corpo ovoide, colo divergente, separado do ombro por uma canelura horizontal, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado. Asa de fita simétrica que liga o bordo ao ombro. Alt. 180 mm. Capacidade 1150 ml, grupo 3A (Estampa IX, 8).

78712 - Potinho - base de assentamento em aresta com ligeiro engrossamento externo (35 mm), corpo esférico, colo divergente, lábio voltado para o exterior com perfil côncavo, bordo arredondado (diâmetro boca 42 mm). Alt.87mm. Capacidade 140 ml, grupo 3A (Estampa IX, 1).

Sepultura 14 - tipo 2. Pequena vala, sobreposta à sepultura 12. Usou as lajes que a tapavam para servir de fundo onde pousaram a peça.

Estrato 1 - Superficial, camada com 0,30 m de espessura, que cobre toda a sepultura 12 e afloramento, terras castanhas escuras, soltas, com algumas pedras e raizame

Espólio:

78701 - Jarro - base de assentamento em aresta (67mm), grupo 10B

Sepultura 15 - tipo 2. Pequena vala, sobreposta à sepultura 14. Usaram as lajes que tapavam aquela sepultura para servir de fundo onde pousaram a peça.

Estrato 1 - Superficial, camada com 0,35m de espessura, que cobre toda a sepultura 14 e afloramento, terras castanhas escuras, soltas, com algumas pedras.

Espólio:

78709 - Pote - grupo 1A (Estampa IX, 3).

Conclusões

A análise global dos espólios recolhidos em Valbeirô permite concluir que estamos perante uma necrópole homogénea, com sepulturas feitas com lajes, constituindo caixas com tampa. A cerâmica é toda comum romana, de fabricos idênticos, pastas muito semelhantes, formas vulgares.

Apesar da homogeneidade que pode ser vista nestas sepulturas, parece-nos no entanto haver dois tipos de construção. Um constituído pelas sepulturas 1, 2 e 3, um outro pelas 5 e 6. Estas duas sepulturas foram feitas com menos cuidado e parecem ligeiramente desenquadradas das restantes, embora não seja possível grande discussão, tanto mais que não sabemos o número exacto das que foram destruídas no aterro inicial.

As sepulturas 4 e 7, porque estavam muito degradadas, são difíceis de incluir em qualquer dos grupos.

Deste conjunto de sepulturas só a 3 e a 4 tinham moedas que ajudam a um enquadramento cronológico. O desgaste das cinco moedas recolhidas na sepultura 3 indiciam um enterramento feito já no séc. IV. Os enterramentos com um número apreciável de moedas parece terem sido mais vulgares no séc. IV (6). Talvez por questão de moda, o número de moedas é normalmente inferior nos enterramentos anteriores.

Apesar da sepultura 4 só ter fornecido um Asse muito desgastado de Trajano, e isso poder indiciar enterramento cronologicamente ante-

(6) Esta observação foi uma constante na necrópole de Croca, Penafiel, escavada pelo Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte em 1988 e 1989.

rior ao da sepultura 3, a semelhança tipològica da cerâmica não nos permite avançar mais, pois são peças com formas e pastas que os oleiros trabalharam do mesmo modo durante muito tempo (Estampa X).

Na década de 30, no lugar de Vales, na proximidade de Portela, foi recolhido espólio de uma necrópole que, apesar das informações que foram publicadas (PINHO, 1947, 52) serem bastante sumárias, permitem ver grandes semelhanças com a de Valbeirô agora estudada.

Também em Setembro de 1927, segundo Ruy de Serpa Pinto (GONÇALVES, 1989,472-79), no lugar de Campo da Torre, Freguesia de Sardoura, foram recolhidas peças que pertenciam a uma necrópole. As moedas então recolhidas levaram o autor a datá-la do séc. IV d.C..

Embora só cotejando com os desenhos e descrições que o autor fez de algumas peças cerâmicas, encontramos também semelhanças com as por nós recolhidas na escavação em Valbeirô.

Porque estavam próximas, apesar da separação do rio Douro, recordamos as semelhanças com a descrição que José Leite de Vasconcelos (1913) fez das sepulturas da necrópole de Fraga (Marco de Canaveses) e os materiais recolhidos na escavação ali feita em 1902 ([7]), assim como em Eirozes, cujos espólios estão depositados no Museu Nacional de Arqueologia.

Outros casos têm sido registados, como em Cancelhô-Cinfães ([8]), reforçando a ideia de que estamos perante um tipo de enterramento muito habitual na região no séc. IV. Em Valbeirô todas as sepulturas tinham várias peças cerâmicas, excepto a 5 que certamente nunca foi utilizada, apesar de também ser possível estarmos perante uma sepultura "imaginária" (PRIEUR, 1986, 17).

Pelos achados registados nesta região da margem esquerda do rio Douro, mesmo que dispersos, como as moedas de Constante e Constâncio II recolhidas no lugar de Sta. Cecília (PINHO, 1947, 54-56), observamos uma grande concentração de elementos que indiciam uma ocupação significativa naquela região nos séc. Ili e IV, sinónimo certamente da estabilidade demográfica que se faria então sentir.

Julgamos poder confirmar que o rito da incineração era ainda o

([7]) Notícia da escavação no Jornal O Comércio do Minho,19 Abril de 1902.

([8]) Eduardo Pires de Oliveira, Relatório de ocorrência do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte,1981; Fernando Seixas, Jornal de Notícias, 9 Junho 1982; Eduardo Jorge Lopes da Silva, Intervenção de Emergência na Sepultura de Cancelhô-Souzelo, Cinfães, Revista de Ciências Históricas, 1,1986,89-99.

dominante nesta época (ALARCÃO, 1983:192) nestas zonas da *Galecia* e da *Lusitania*, apesar de já ter entrado em desuso noutras zonas do Império (PRIEUR, 1986, 27).

O mesmo rito podemos encontrar na necrópole de *Tongobriga.* Aqui, as sepulturas foram abertas no afloramento granítico mas não houve qualquer construção como em Valbeirô.

Em *Tongobriga* (Estampa X) depositavam um número variável de peças cerâmicas, entre uma e oito, e em algumas juntavam moedas. Na sepultura n.° 7, 11 e 13 colocaram uma moeda, enquanto na n.° 12 depositaram sete, todas elas apontando cronologia da segunda metade do séc. IV.

Na necrópole escavada no lugar de Acucanha, Croca, Penafiel, identificamos sepulturas iguais às de *Tongobriga.* Em todas elas o cerimonial do enterramento após a incineração incluiu a colocação de peças cerâmicas dentro da sepultura, por vezes também moedas. Depois cobriam as peças e as cinzas com alguma terra e fechavam as sepulturas com placas de xisto, no caso de Valbeirô, e com cascalho, no caso de *Tongobriga.* Alguma terra misturada com o saibro, saído aquando da abertura do buraco, era lançada sobre estas caixas sepulcrais.

Observadas as 13 necrópoles identificadas na região (Estampa I), conclui-se que pode ser-lhes apontada a cronologia genérica de final do séc. III até início do séc. V. Embora sejam contemporâneas, na zona do vale do rio Douro, nas duas margens, as sepulturas eram do tipo "caixa" forradas com pedras, enquanto mais a Norte o enterramento era mais simples, limitado à abertura da vala no afloramento granítico.

A ritualidade, como actualmente continua a acontecer, não era condicionada por divisões administrativas entre a *Galecia* e a *Lusitania* ou por condições naturais, como o rio Douro.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ALARCÃO, JORGE (1983) *Portugal Romano*, Lisboa (Iª ed. 1973)
- (1988) *O Domínio Romano em Portugal*, Lisboa

BARROCA, M. **JORGE** (1984) Notas sobre a ocupação Medieval em Baião, *Arqueologia*, 10, Porto, 116-36

BLÁZQUEZ, J. M. (1962) *Religiones primitivas de Hispania. I. Fuentes literarias y epigráficas*, Madrid.

BRANDÃO, DOMINGOS P. (1959) Ara dedicada a Júpiter de Carvalho de Rei, *Douro-Litoral*, 9, 4, Porto, 903-13

- (1960) Novas Estelas Funerárias de Várzea do Douro, *Revista de Guimarães,* 70, 1-2, Guimarães, 185-96
- (1960) 2 Monumento Sepulcral em forma de ara com inscrição latina de Santa Marinha do Zêzere, *Revista de Guimarães*, 70, 3-4, Guimarães, 485-90
- (1960) 3 Ara dedicada a Júpiter de Santa Leocádia de Baião no Museu do Seminário Maior do Porto, *Humanitas*, 11-2, Coimbra, 76-9

BRÍAS, J. **MOLANO; GONZALO,** M. **ALVARADO** (1994) La Evolución del Ritual Funerario de *Augusta Emérita* como Indicador del Cambio Social, Ideologico y Religioso, *Actas do l.° Congresso de Arqueologia Peninsular*, 3, Porto, 321-50

DIAS, LINO TAVARES (1980) *Área Arqueológica do Freixo (Escavaçõesl980),* Marco de Canaveses

-(1980)2 Estação Arqueológica Romana de Paleagas-Freixo, *Arqueologia*, 2, Porto, 74-6

- (1984) Estação Arqueológica de Freixo-Marco de Canaveses, *Arqueologia*, 9, Porto, 86-90
- (1984) 2 Área Arqueológica de Freixo, *Informação Arqueológica*, 4, Lisboa, 77-85
- (1985) Área Arqueológica de Freixo, *Informação Arqueológica*, 5, Lisboa, 106-7

-(1986) Área Arqueológica de Freixo. Guia de visita/Edifício termal romano, Marco de Canaveses

- (1988) Área Arqueológica de Freixo como espaço colectivo. Uma cidade romana. *Actas do l.° Congresso de Historia Antigua*, 3, Santiago de Compostela, 27-30

-(1989) *Tongobriga*, Os Caminhos Romanos que ali Chegavam, *Arqueologia,* 19, Porto,143-6

- (1995) Cerâmica Comum em *Tongobriga,* l.° Congresso de Arqueologia Peninsular-Actas VI, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35(2), Porto, 325-40

ENCARNAÇÃO, JOSÉ d' (1970) Lápides a divindades indígenas no Museu de Guimarães, *Revista de Guimarães,* 80 (3-4), Guimarães, 207-38.

- (1975) *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*, Lisboa

FERDIÈRE, ALAIN (1991) *Gaulois et Gallo-Romains: Tecniques et Outillage Agricoles, in Pour une Archéologie Agraire*, dir. Jean Guillame, Paris,81-101

FILGUEIRAS, J; **MARRANA,** A (1978) Levantamento Arqueológico do Concelho de Castelo de Paiva, *Revista de Guimarães,* Guimarães

FORTES, JOSÉ (1905-08) Casa e Necrópole Lusitano-Romano de Vilarinho (Amarante), *Portugália,* 2, Porto, *All*

- (1908) Necrópole de Ataúdes Freguesia de Madalena (Amarante), *Portugália,* Porto, 225

GARCIA, JOSÉ MANUEL (1991) *Religiões Antigas de Portugal,* Lisboa

GENIÈRE, JULIETTE (1990) Les Sociétés Antiques **à** travers leurs nécropoles, *Mélanges de U École Française de Rome, Antiquité,* Tome 102-1, Roma, 83-91

GONÇALVES, ANTÓNIO H. B. (1989) Novos inéditos de Ruy de Serpa Pinto, *Boletim Cultural da Póvoa do Varzim,* vol XXVI, 2, Póvoa do Varzim

GUIMARÃES, OLIVEIRA (1901) Catálogo do Museu Arqueológico (da Sociedade Martins Sarmento). *Revista de Guimarães*, 18(1-2), Jan.-Abr. 1901, 38-72

MARQUES, J. A. **MAIA** (1988) Cerâmica da Necrópole Galaico-Romana dos Ataúdes (Madalena-Amarante), *Revista de Ciências Históricas*, 3, Porto, 135-53

MARQUES, J. A. M; **SILVA,** M e **AMARAL,** L. (1990) Cerámica da Necrópole Galaico--romana de Louredo das Almas (Salvador-Amarante), *Entremuros*, 1, Amarante, 15-20

OLEIRO, J. M. **BAIRRÃO** (1955-6) Archaeologica, *Humanitas*, 4-5, Coimbra, 274--284

PALAZON, J. M. **ABASCAL** (1986) *La Cerámica Pintada Romana de Tradición Indigena en La Península Ibérica, Centros de Producción, Comercio y Tipologia*, Madrid

PINHO, MARGARIDA R. M. (1947) *Elementos para a Historia de Castelo de Paiva*, Coimbra

PRIEUR, JEAN (1986) *La mort dans Tantiquité romaine*, Ouest-France

ROBERT, JEAN NOEL (1985) *La Vie à la Campagne dans L'Antiquité Romaine*, Paris

SEVERO, RICARDO (1907) Necrópoles Lusitano-Romanas de Inumação de Bairral e de Vila Verde, *Portugália,* 2, 3, Porto, 417-31

SILVA, ARMANDO COELHO F. 1986) *A Cultura Castreja no Noroeste Peninsular*, Paços de Ferreira

SILVA, EDUARDO JORGE LOPES (1986) Intervenção de Emergência na sepultura de Cancelhô-Souselo, Cinfães, *Revista de Ciências Históricas*, I, Porto, 89-94

SOARES, ROSA M.; **DIAS, LINO** (1985) *Área Arqueológica de Freixo-Contributo Documental 1758 -1984*, Porto

SOEIRO, TERESA (1984) Apontamentos Sobre a Ocupação Entre Sousa e Tâmega em Época Romana, *Boletim Municipal de Cultura*, 1, Penafiel, 5-323

SOUSA, J. J. **RIGAUD** (1967) Novas Observações Sobre a Necrópole do Bairral, *Revista de Etnografia*, Julho, 9, 1, Porto, 181-96

TOVAR, ANTÓNIO (1989) *Iberische Landeskunde*, 3, Baden-Baden

TRANOY, ALAIN (1981) *La Galice Romaine*, *Recherches sur le Nord-ouest de la Péninsule Ibérique dans VAntiquité*, Paris, 393-4

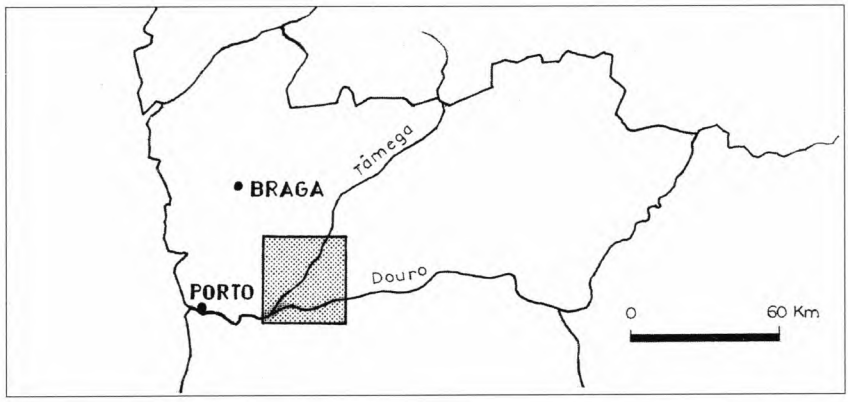
VASCONCELOS, JOÃO (1908) Materiais para o Inventário Arqueológico do Concelho de Baião, *Portugália*, 2, Porto, 669-73

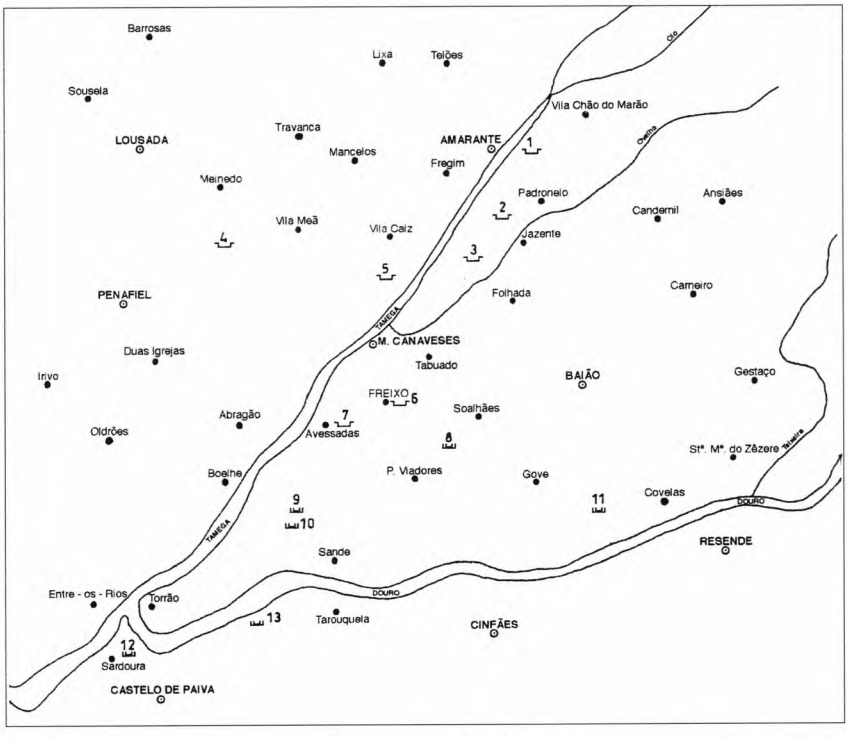
VASCONCELOS, JOSÉ LEITE (1899-1900) Sepulturas romanas em Marco de Canaveses, *O Arqueólogo Português*, 5, 1, Lisboa, 32

(1897-1905-1913) *Religiões da Lusitânia*, 1-2-3, Lisboa (reed. 1981)

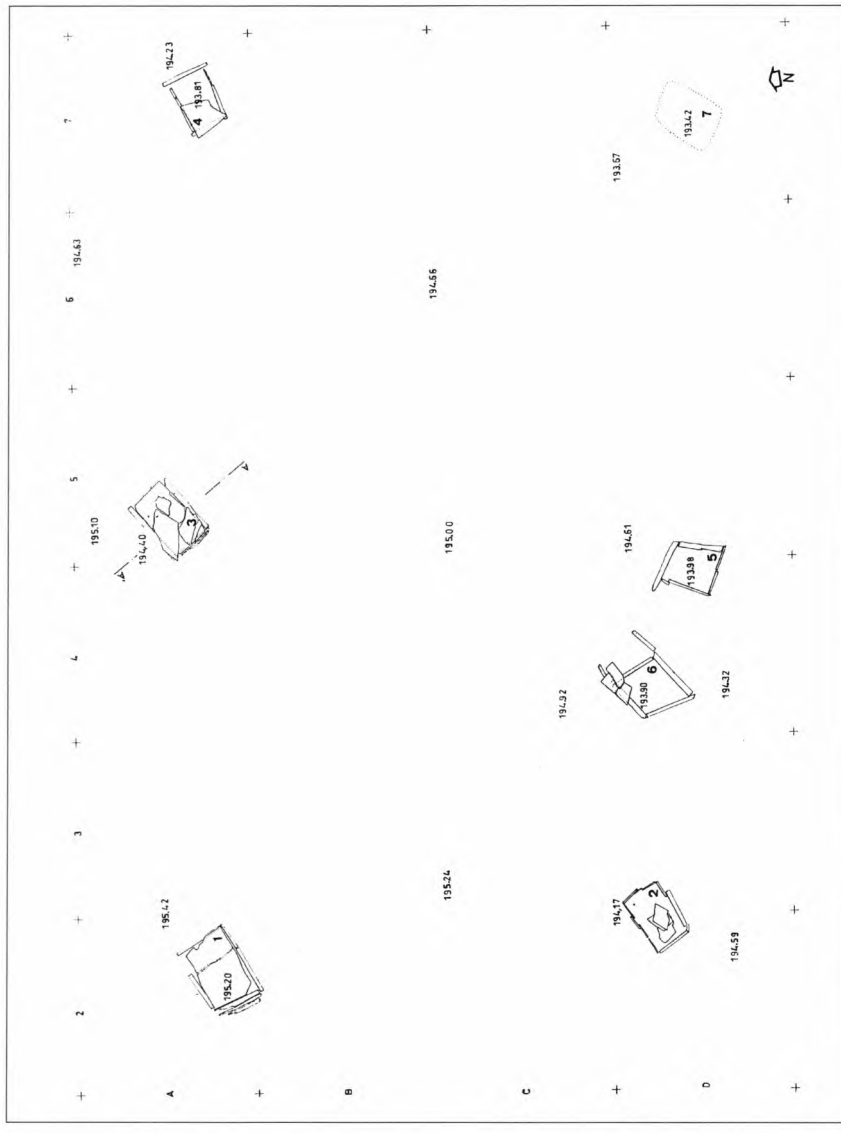
VITERBO, JOAQUIM DE SANTA ROSA (1983) *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*, Porto

VIVES, JOSÉ (1972) *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona.

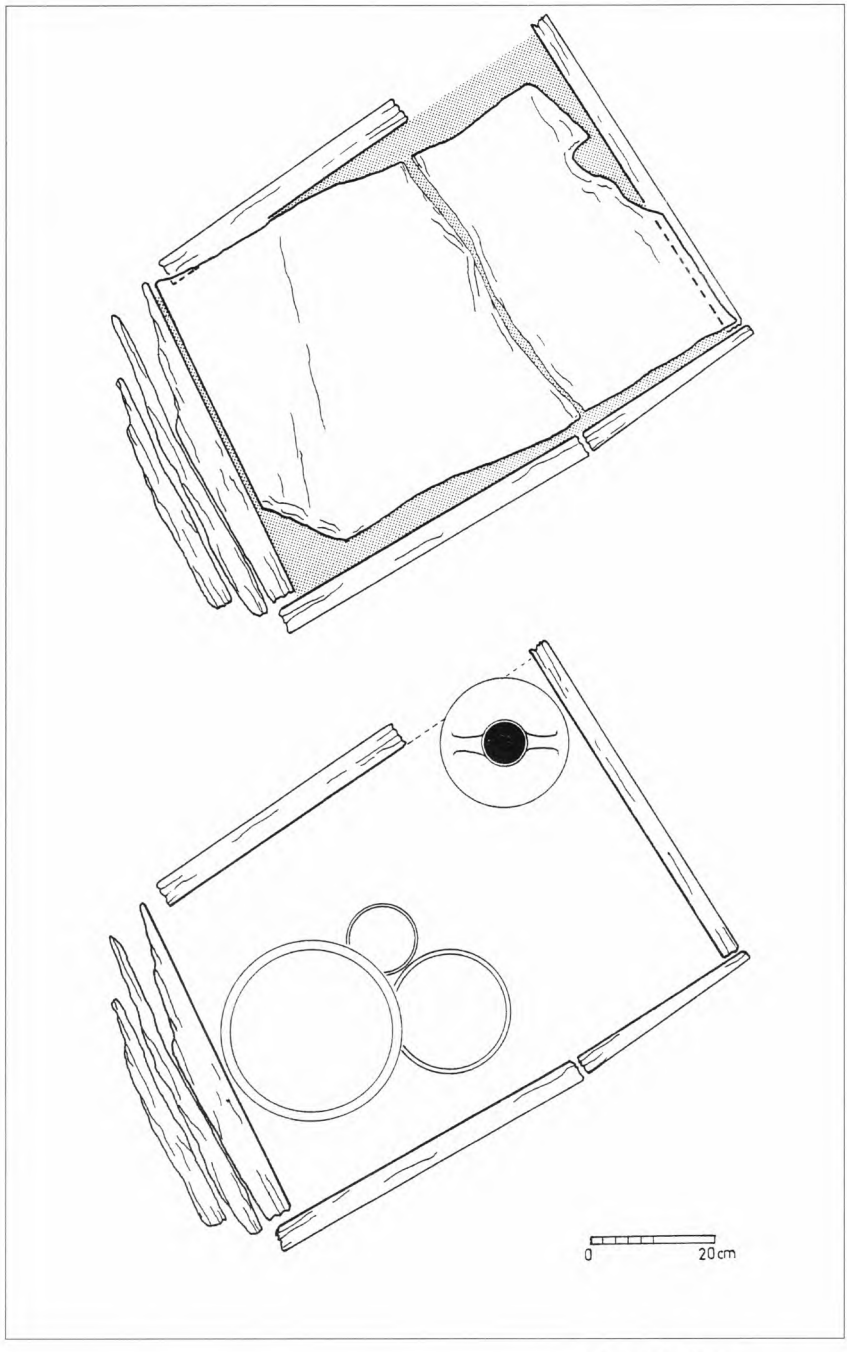

BRAGA
PORTO
Tâmega
Douro
0
60 Km


Barrosas
Lixa
Telões
Sousela
Vila Chão do Marão
Travanca
LOUSADA
AMARANTE
Mancelos
Fregim
Meinedo
Padronelo
Ansiães
Candemil
Vila Meã
Vila Caiz
Jazente
PENAFIEL
Folhada
Carneiro
TAMEGA
M. CANAVESES
Duas Igrejas
Tabuado
Irivo
BAIÃO
Gestaço
FREIXO
Abragão
Soalhães
Oldrões
Avessadas
St.ª M.ª do Zêzere
Boelhe
P. Viadores
Gove
Covelas
DOURO
RESENDE
Sande
Entre - os - Rios
Torrão
Tarouquela
CINFÃES
Sardoura
CASTELO DE PAIVA
0
10 Km
Legenda:
Sepulturas abertas no afloramento
Sepulturas forradas com pedra

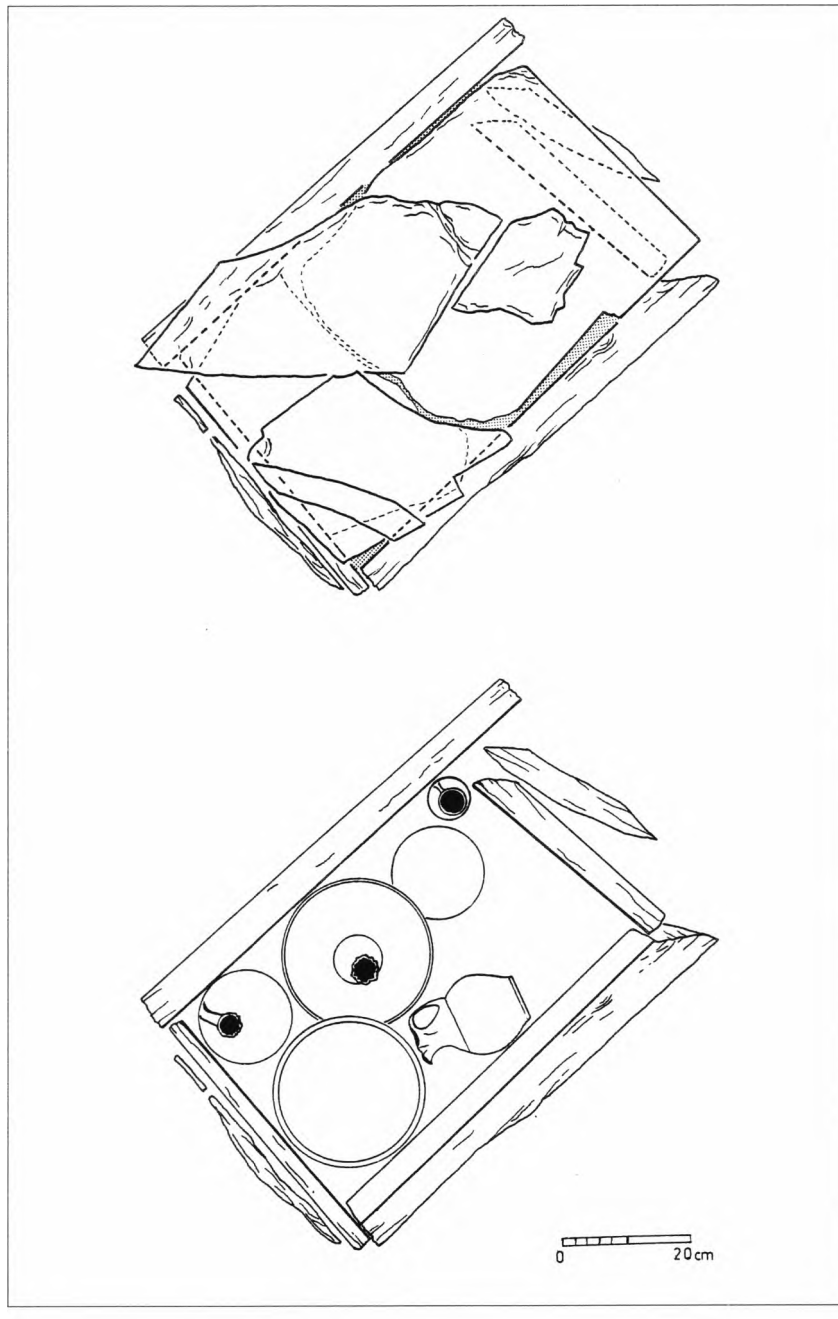
EST. II



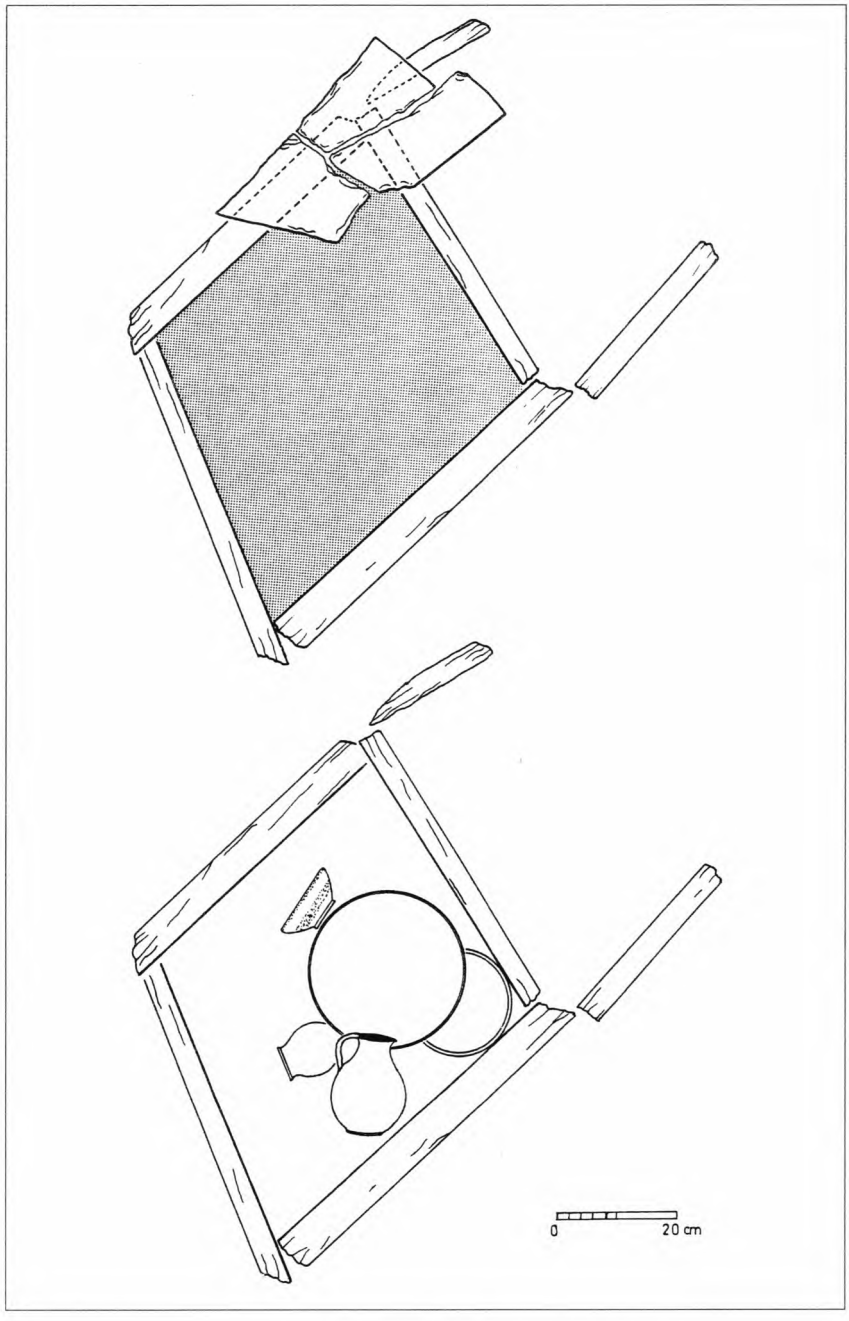
VALBEIRÔ
Sardoura - Castelo de Paiva
Planta da zona escavada da Necrópole
1994



SEPULTURA 1

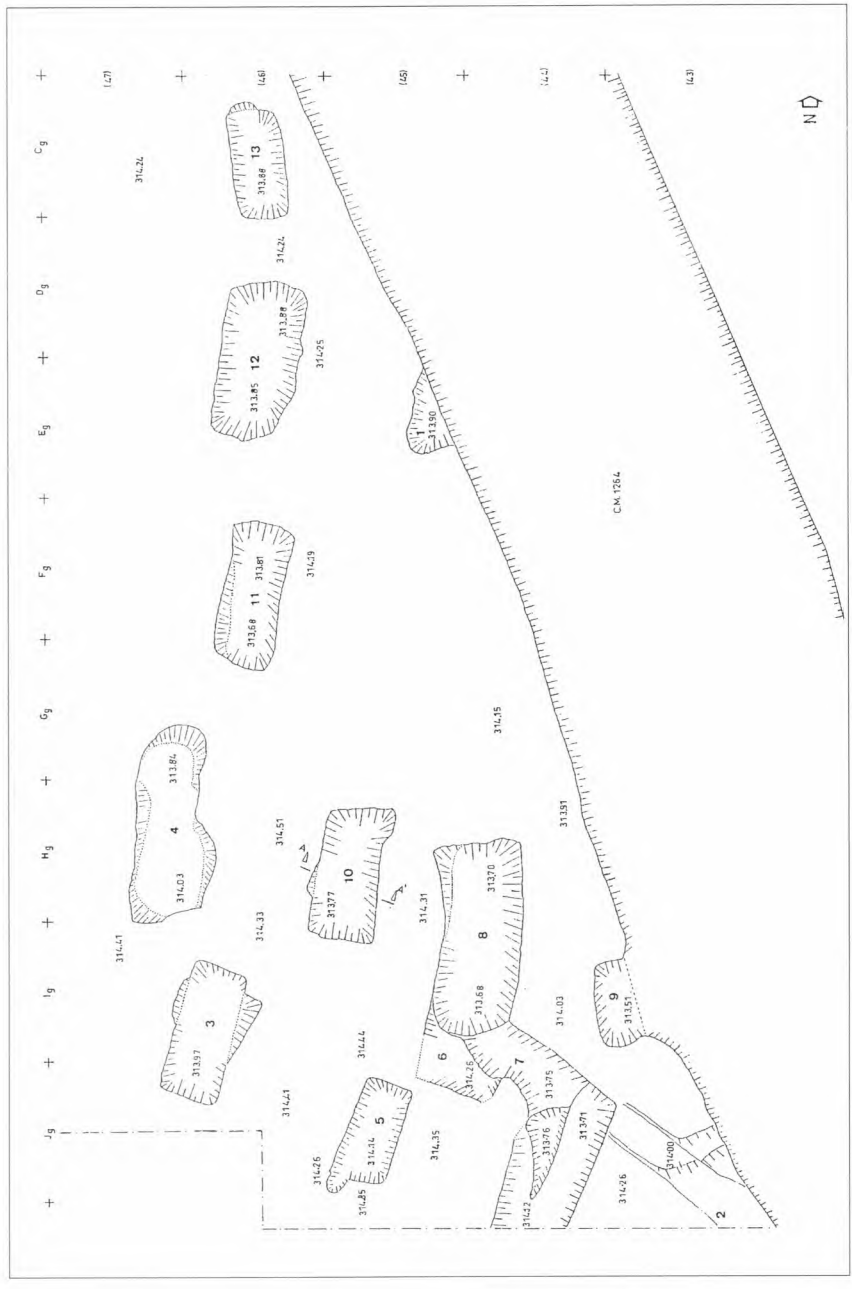


SEPULTURA 3

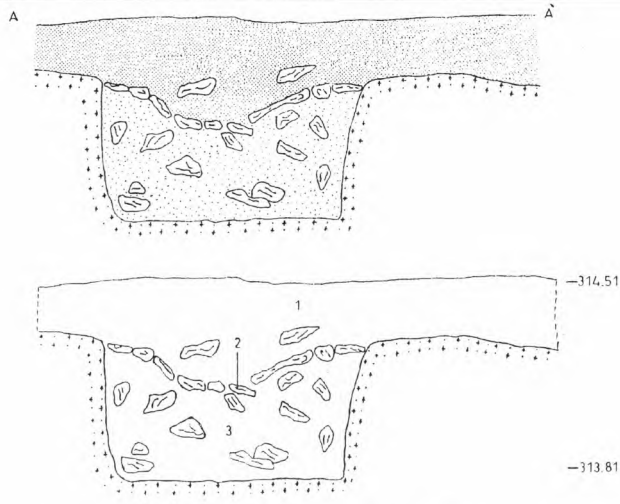


SEPULTURA 6

EST. III

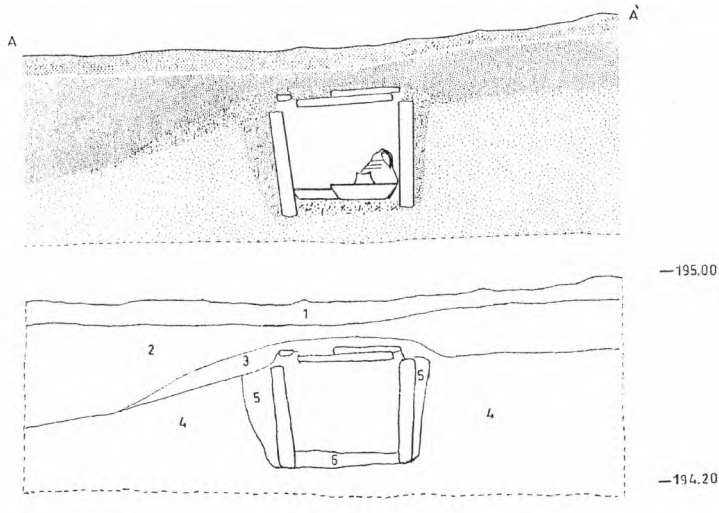


TONGOBRIGA
Área Arqueológica de Freixo - Marco de Canaveses
Planta da zona escavada da Necrópole
1994



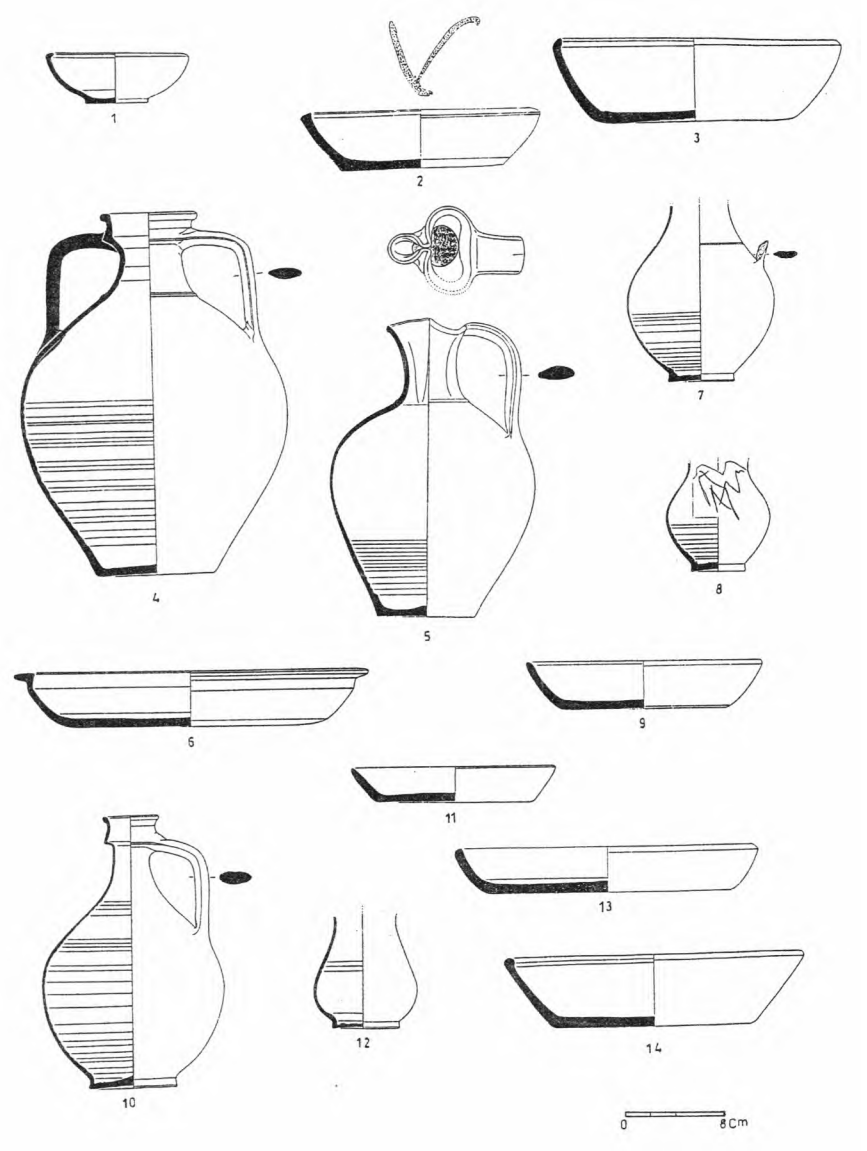
Sepultura 10 - *Tongobriga*

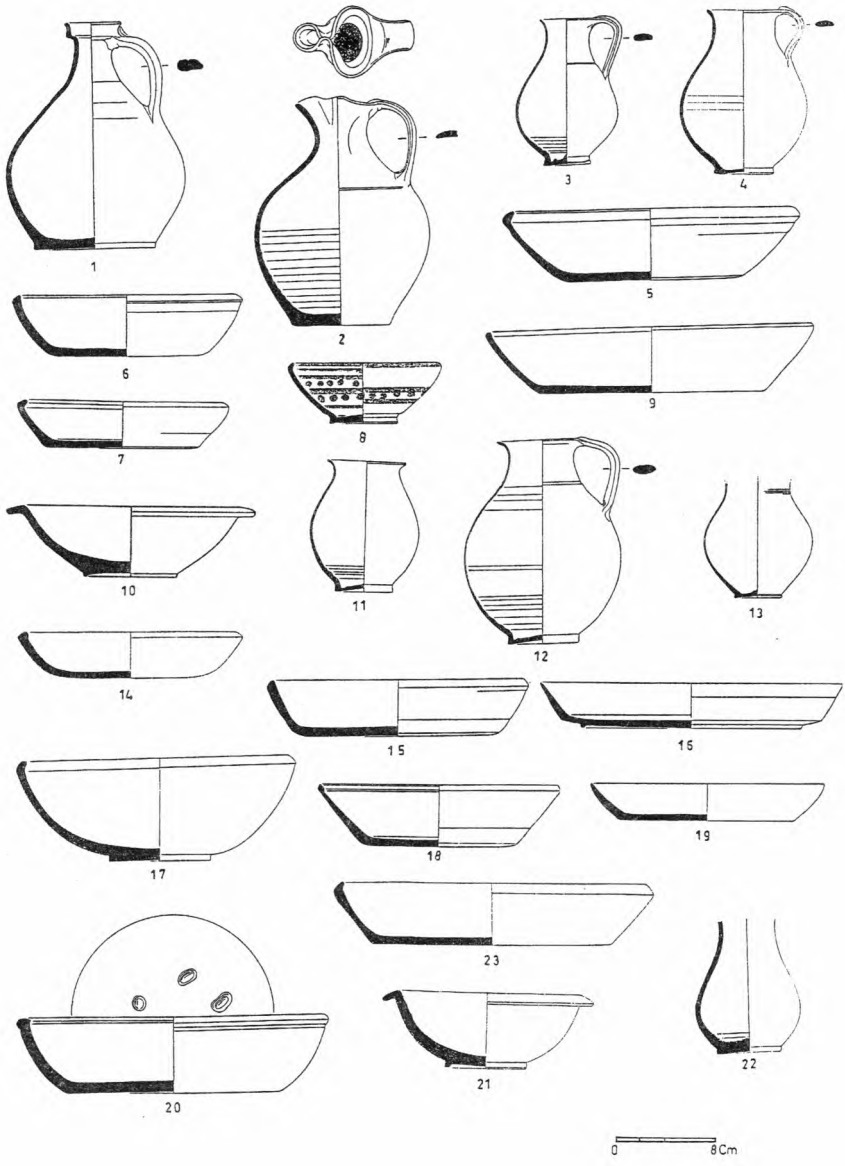
Estrato 1 - Superficial, camada com 0,30m de espessura, que cobre todo o afloramento, terras castanhas escuras, soltas, com algumas pedras e raizame.
Estrato 2 - Pedras que serviam de tampa à sepultura.
Estrato 3 - Camada de terras castanhas claras (saibrosas).



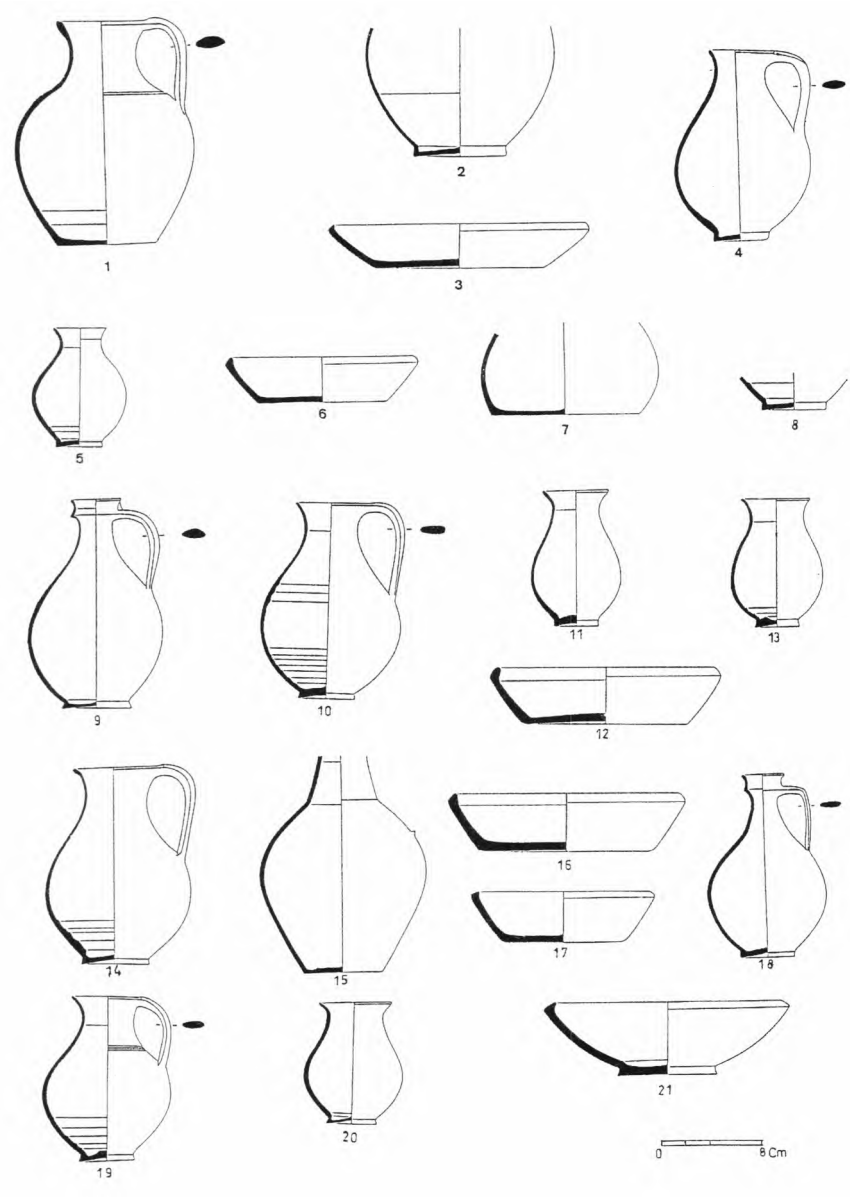
Sepultura 3 - Valbeirô

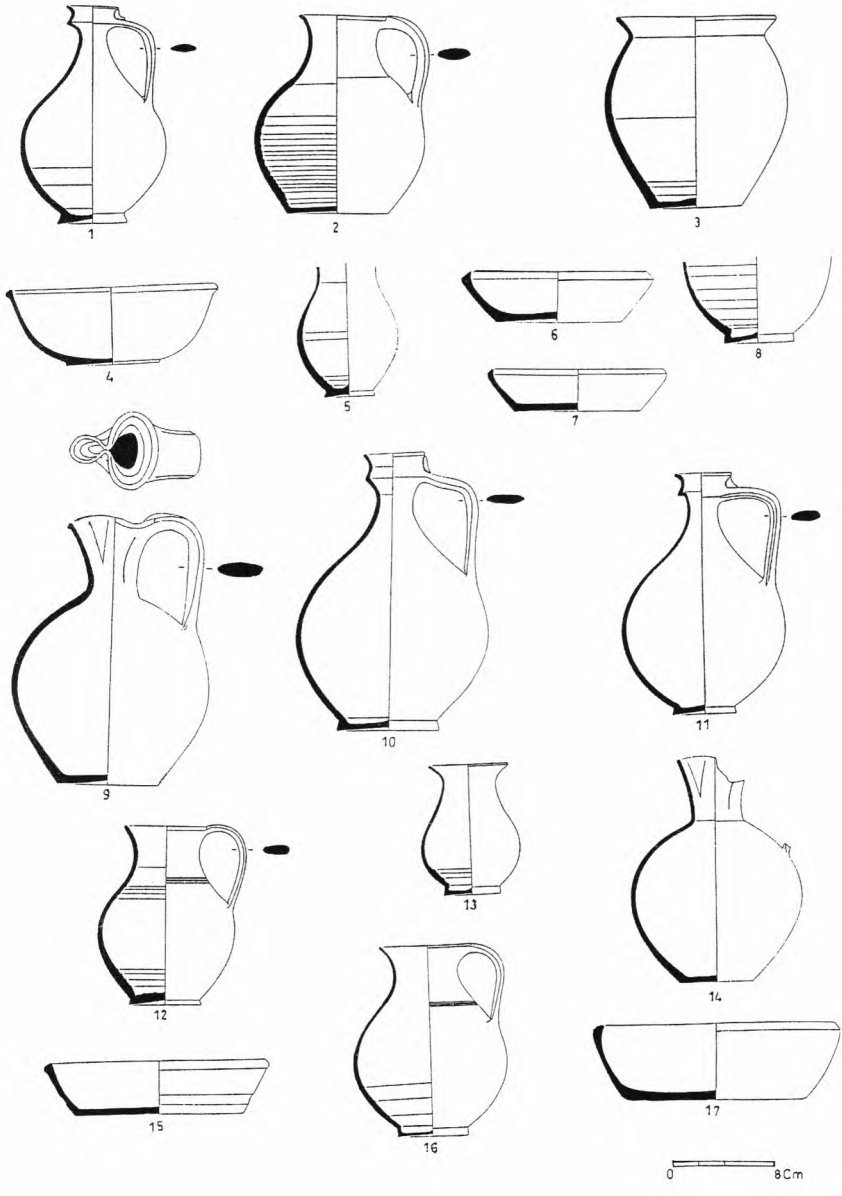
Estrato 1 - Terras superficiais com raizame.
Estrato 2 - Terra negra, compacta, afectada por raizes, de escavação muito difícil.
Estrato 3 - Terra escurecida, deitada sobre a sepultura, cobrindo-a totalmente.
Estrato 4 - Afloramento granítico afectado pela humidade.
Estrato 5 - O preenchimento das valas foi feito com terra conpactada. Embora a terra fosse idêntica à da camada 2, estava misturada com cinza.
Estrato 6 - O nivelamento do fundo da sepultura foi feito com terra, compactando-a.


1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
0
8 Cm

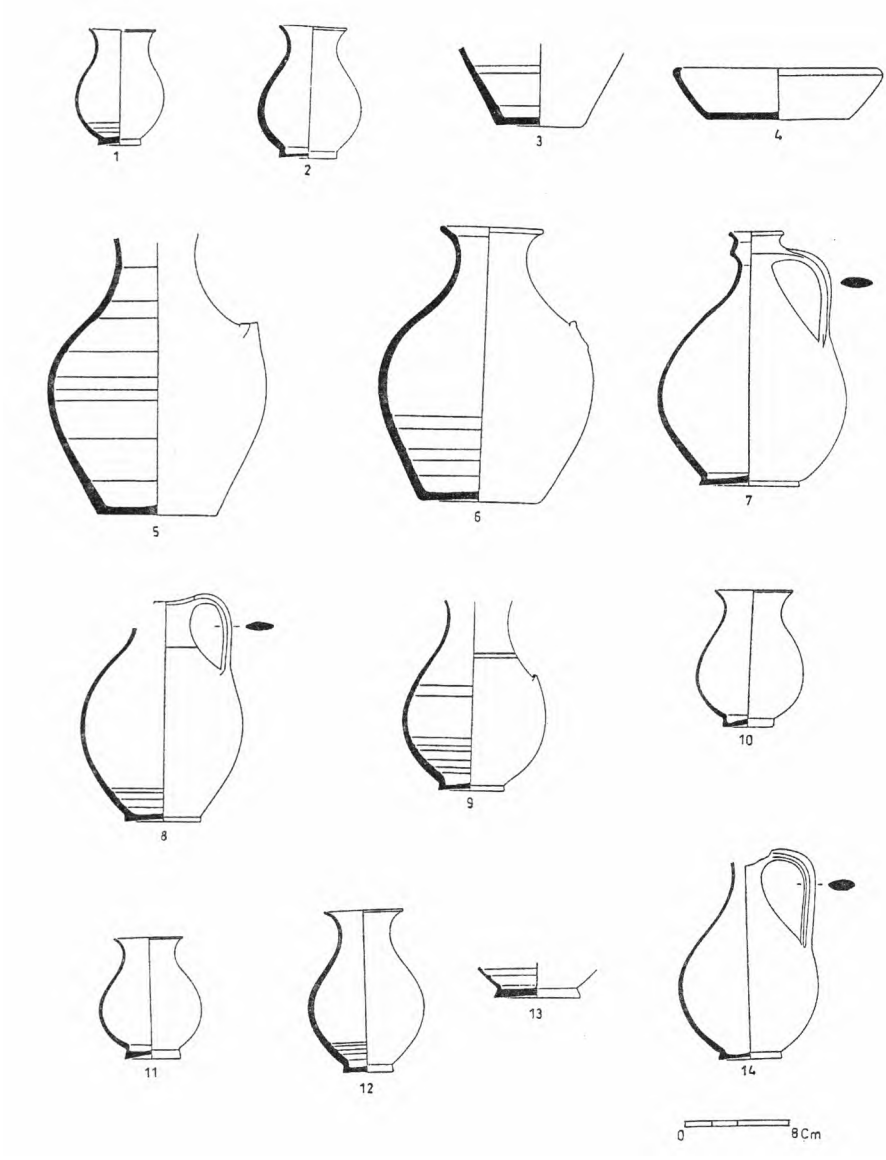

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
15
16
17
18
19
20
21
22
23
0
8Cm

Est. VII




1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
0
8Cm

Est. IX



Necrópole de Valbeirô

Grupos Cerâmicos

Sepulturas	1	1A	2	3	3A	4	5	5A	5B	5C	5D	6	7	7A	8	9	10	10A	10B	11	11A	12	13	13A	Cronologia
1		●			●														●	●		●			séc. IV
2		●									●						●				●				final séc. IV/séc. V
3		●										●							●		●	●			final séc. IV/séc. V
4		●																	●						séc. III/séc. IV
5																									
6														●				●	●		●	●			final séc. IV/séc. V
7					●																			●	final séc. IV
Aterro		●			●						●	●					●		●		●				final séc. IV/séc. V

Necrópole de Tongobriga

Grupos Cerâmicos

Sepulturas	1	1A	2	3	3A	4	5	5A	5B	5C	5D	6	7	7A	8	9	10	10A	10B	11	11A	12	13	13A	Cronologia
1		●				●											●								Início séc. IV
2		●				●					●								●						Início séc. IV
3		●			●								●	●					●						Início séc. IV
4					●	●					●								●						Início séc. IV
5					●									●			●					●			Séc. IV
6			●	●							●														Séc. III
7					●	●					●	●					●					●			2ª metade séc. IV/séc. V
8					●									●			●	●	●						Séc. IV
9					●						●			●											Séc. IV
10						●								●			●		●						Início séc. IV
11		●									●					●									2ª metade séc. IV/séc. V
12		●			●						●						●								2ª metade séc. IV/séc. V
13					●	●																			2ª metade séc. IV/séc. V
14																			●						Séc. III/IV
15		●																							Séc. IV



Valveirô - Sepultura 3, com tampa, antes da escavação do interior



Valveirô - Sepultura 3, depois da escavação do interior



Tongobriga - Sepultura 5 aberta no afloramento granítico, em fase de escavação



Tongobriga - Sepultura 11 aberta no afloramento granítico,
depois de limpa das terras que a enchiam

(Página deixada propositadamente em branco)

JOÃO LUÍS CARDOSO
Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras - Câmara Municipal de Oeiras

MÁRIO VARELA GOMES
Director dos Museus de Arqueologia de Silves e Montemor-o-Novo.
Da Academia Portuguesa da História

PRESA DOS MOUROS - UMA BARRAGEM ROMANA INÉDITA DO ALGARVE (LAGOA)

«Conimbriga» XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 137-144

RESUMO: Estuda-se uma barragem romana situada junto da confluência da ribeira do Lageal ou do Vale da Lapa com o Oceano (concelho de Lagoa).

Trata-se de uma estrutura constituída por muro rectilíneo, de *opus incertum*, de blocos irregulares de calcários do Miocènico marinho, disponíveis no local, cimentados por argamassa muito dura de cal e areia.

Apresentam-se paralelos para este tipo de estrutura, referindo-se, no Algarve, as barragens de Fonte Coberta (Lagos) e de Espiche (Lagos), a par de outras, de diferente tipologia.

Discute-se, também, a finalidade desta obra, relacionando-a com a indústria de pescado, atendendo à adjacência imediata de praia onde poderiam ter existido estruturas fabris destinadas àquele fim.

RÉSUMÉ: Dans cet article les auteurs étudient un barrage romain - Presa dos Mouros - localisé près de la confluence de la ribeira do Lageal avec l'Océan (municipalité de Lagoa).

Il s'agit d'une structure constituée par un mur rectiligne, en *opus incertum.,* avec des grands blocs en calcaire du Miocène marin, disponibles localement.

Des comparaisons avec d'autres barrages romans de l'Algarve ont été effectuées et la finalité est discuté.

La proximité de l'Océan et l'absence de champs agricoles à l'aval, justifient, avec la plus haute probalité, leur rapport avec une usine de salaison, éventuellement située sur la côte, à l'embouchure de la rivière, comme d'autres connues au Portugal.

(Página deixada propositadamente em branco)

PRESA DOS MOUROS - UMA BARRAGEM ROMANA INÉDITA DO ALGARVE (LAGOA)

1. A descoberta

O topónimo *Presa dos Mouros*, registado tanto na edição de 1952 da *Carta Militar de Portugal*, do Serviço Cartográfico do Exército, folha n.° 603, Portimão, à escala 1:25.000, como na edição de 1978, reimpressa em 1987, sugeria a existência de uma obra hidráulica antiga, no Concelho de Lagoa, pelo que um de nós (M.V.G.) o indicou à equipa que o primeiro autor da presente notícia integrava, tendo em vista a elaboração do levantamento e estudo dos aproveitamentos hidráulicos romanos a sul do Tejo (Quíntela, Cardoso e Mascarenhas, 1986). Recordemos que uma barragem romana, no Vale do Olival, no limite daquele mesmo concelho com o de Silves, e não longe de Armação de Péra, é localmente conhecida como Ponte dos Mouros, tendo sido primeiramente referida por Francisco Xavier d'Ataíde Oliveira, na obra *"As Mouras Encantadas e os Encantamentos no Algarve* " (1898, 237, 238) e, depois, por outros autores (Gomes e Gomes, 1988, 68).

Tal barragem foi estudada em trabalhos de conjunto sobre barragens romanas do Algarve (Quiniela, Cardoso e Mascarenhas, 1988, 22, 23; 1989, 83; Cardoso, 1990, 91, 92). Refira-se, a propósito, que três outras barragens romanas, a da Mourinha (Campo Maior), a do Carro, ou Ponte dos Mouros, e a do Muro dos Mouros (Serpa), também se encontram toponimicamente conotadas com a presença islâmica e o maravilhoso que ela invoca (Quiniela, Cardoso e Mascarenhas, 1986, 66, 67, 86-91).

Nos últimos dias de Março de 1994, os signatários procederam ao reconhecimento arqueológico da região sudoeste de Lagoa, tendo em

vista a elaboração do levantamento arqueológico concelhio, solicitado por aquela Camara Municipal. Verificámos, então, que na zona conhecida como Presa dos Mouros não se encontrava qualquer obra hidráulica antiga. Na verdade, a barragem que dera origem a tal topónimo situava-se na foz da ribeira do Lajeai ou do Vale da Lapa, a cerca de 1 Km para sul. O topónimo mudou de posição e a barragem entrou no quase esquecimento da população, sendo apenas conhecida por um ou outro dos habitantes mais velhos daquela zona (fig.l).

2. A localização

Os restos da barragem romana, outrora conhecida cómo Presa dos Mouros, situam-se na pequena linha de água denominada ribeira do Lajeai ou do Vale da Lapa, conforme acima referimos, apenas a trinta metros da sua foz. Esta corre no sentido norte-sul, num vale encaixado, de vertentes abruptas, com pouco mais de lKm de extensão (fig. 1).

A construção agora dada a conhecer localiza-se a cerca de 3Kms a sudeste de Ferragudo e a lKm, naquela mesma direcção, do v.g. Boa Nova, possuindo o local as coordenadas Gauss W 678 152 (seg. a C.M.P., 603, Portimão, esc. 1:25.000, S.C.E., 1987). Pertence à freguesia de Ferragudo e ao concelho de Lagoa. O seu substrato é rochoso, sendo constituído por calcários do Miocènico marinho. [3]

3. A barragem

Trata-se de uma estrutura perpendicular à linha de água mencionada (fig. 2), de que se conserva apenas a metade poente, construída com blocos irregulares de calcário da zona, dispostos na horizontal, ligados por argamassa de cal e areia (fig. 3). Os elementos de maiores dimensões formam ambos os panos exteriores da construção, cujo interior foi preenchido com blocos menores e pedras miúdas.

A argamassa é muito rica em cal, o que lhe confere cor branca, tendo-se utilizado areia quartzosa de grão médio (entre 0.5mm e lmm) por certo obtida na praia vizinha. Os elementos maiores apresentam-se rolados e observam-se, na matriz, alguns pisólitos ferruginosos.

A parte conservada possui o paramento de jusante rectilíneo, embora ligeiramente inclinado, enquanto que o oposto apresenta ligeira curvatura, com convexidade voltada para montante. Mede, actualmente,

5.15m de comprimento, 2.10m de altura máxima e 3.00m de espessura média. O seu comprimento primitivo deveria atingir o dobro do actual, podendo a sua altura ter alcançado os seis a sete metros, conforme sugerem o que julgamos serem os testemunhos das marcas em que se teria fundado a estrutura, nas rochas de ambos os lados da ribeira.

O troço existente encontra-se totalmente assoreado a montante e a parte desaparecida deve-se, por certo, tanto à erosão fluvial como à marinha. Com efeito, no decurso de tempestades, a ondulação deve atingir o local.

A área da albufeira era de cerca de 5000m^2, para uma altura primitiva de 6m, a que corresponde um volume armazenado de, aproximadamente, 10.000m^3. A bacia hidrográfica é, também, muito pequena, com apenas cerca de 1.3Km^2, embora semelhante às das barragens de Espiche (1.4Km^2) e Fonte Coberta (1.9Km^2) (Quíntela, Cardoso e Mascarenhas, 1988, 21). No Quadro 1 apresentam-se as características principais desta construção, comparadas com as das restantes barragens romanas do Algarve.

4. Discussão e conclusões

Os testemunhos da barragem romana que temos vindo a referir, a sétima conhecida no Algarve e a vigésima quarta a sul do Tejo, indicam que, apesar de terem pertencido a uma das mais pequenas estruturas daquele tipo até agora identificadas no nosso país, era das que atingiria maior altura. A barragem mais alta, por ora conhecida a sul do Tejo, é a de Ponte dos Mouros (Lagoa, Silves), no Vale do Olival, sobre a ribeira de Porches, medindo, ainda, o sector conservado 6.5m de altura.

O traçado rectilíneo e o muro de secção rectangular constituído por núcleo de *opus incertum,* revestido por paramentos de fiadas de blocos, e sem contrafortes, integram-na na forma construtiva mais comum encontrada em Portugal.

O mau estado de conservação não permite a observação de órgãos anexos, como orifícios de descarga ou de tomada de água, detectados em construções congéneres.

A alimentação da albufeira era assegurada pela pequena bacia hidrográfica da ribeira assinalada, curso de água que estaria seco, como acontece actualmente, grande parte do ano. Daí a vantagem que adviria em assegurar, no decurso das épocas mais pluviosas, o máximo volume

de água armazenada, o que seria conseguido com estruturas preferencialmente altas, dado os vales em tais terrenos carbonatados serem, normalmente, fundos e encaixados. Assim se explica a elevada altura da estrutura em estudo tal como a da Ponte dos Mouros.

Verificada a impossibilidade de terem existido terrenos agrícolas ou uma *villa,* tanto a jusante desta barragem, onde se encontra, de imediato, a praia, como na zona envolvente, ocupada por encostas íngremes e de solos pedregosos, a sua construção parece residir na associação a eventual complexo industrial de salga e conserva de peixe, hoje desaparecido dada a forte erosão marítima, que tem feito recuar, significativamente, a costa meridional do Algarve.

Também a barragem antes referida e conhecida por Ponte dos Mouros, a cerca de lKm da praia de Armação de Péra, com área da bacia hidrográfica maior (3.2Km^2) e condicionantes muito idênticas, ter-se-á destinado ao apoio de instalação fabril do mesmo tipo, talvez a mencionada por Estácio da Veiga (1887, 368), já desaparecida no início do presente século, conforme informa Mesquita de Figueiredo (1906, 117).

Já em anteriores trabalhos, considerou-se a hipótese das barragens romanas de Comenda (Setúbal) e de Vale Tesnado Cerro da Vila (Loulé) terem servido, além das estruturas termais existentes em ambas as *villae,* os complexos industriais de salga de peixe, detectados junto àquelas (Quiniela, Cardoso e Mascarenhas, 1985, 73; 1986, 53). Aliás, a necessidade de água potável junto de tais unidades industriais encontra-se bem expressa na estação romana de Tróia, onde, no centro da instalação fabril existe um grande poço, donde a água seria elevada e, depois, distribuída pelo complexo fabril (Quiniela, Mascarenhas e Cardoso, 1989a e neste volume).

Julgamos que fica, assim, demonstrada a existência de barragens integradas em complexos industriais de salga e conserva de peixe, no sul de Portugal, para além das funções ligadas à rega, e ao abastecimento de *villae* e dos seus balneários.

É possível que a prospecção do litoral algarvio, onde a actual precipitação anual média, inferior a 600mm (fig. 4), não deverá ser muito diferente da que se observava nos primeiros séculos da nossa era, dificultando a existência de reservas de água subterrânea, cuja captação era, ainda, prejudicada pela natureza calcária dos terrenos, considerando os meios técnicos da época, conduza à identificação de novas pequenas barragens semelhantes à agora dada a conhecer, única forma que os Romanos dispunham de obter água para os diversos fins indicados.

Quadro 1 - Características principais das barragens romanas do Algarve

DESIGNAÇÃO	TIPOLOGIA (ESTRUTURA/ /PLANTA	DIMENSÕES (m)	ÁREA DA BACIA HIDROGÁFICA (km^2)	UTILIZAÇÃO PROVÁVEL
Álamo	MC/R	H = 3,0 L = 50 e = 3,0 (na base contrafortes: e = 1,5 afast. = 2,3	0,3	Abastecimento
Santa Rita	DMC/R	H = 2,2 L = 50 e = 3,2 contrafortes: e= 1,0 afast. = 6,0	0,3	Rega
Vale Tesnado	MR/C	H = 1,2 L = 220 e = 0,7 (2 contrafortes)	37,5	Abastecimento Indústria de salga de peixe
Ponte dos Mouros	MC/C	H = 6,5 L = 32 e = 3,9 contrafortes (1) e = 2,3	3,2	Indústria de salga de peixe
Fonte Coberta	MR/R	H = 2,6 L = 75 e = 2,6	1,9	Abastecimento e rega
Espiche	MR/R	H = 2,5 L= 15 e = 1,3	1,4	-
Presa dos Mouros	MR/R	H = 2,1 L = 5 e = 3,0	1,3	Indústria de salga de peixe

Convenções

Estrutura
MR - Muro de secção rectangular
MC - Muro com contrafortes a jusante
DMC - Duplo muro com aterro intermédio e contrafortes a jusante

Planta
R - Rectilínea
C - Curvilínea

Dimensões
H - altura máxima visível
L - desenvolvimento
e - espessura.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, J.L., 1990, Barragens romanas do Algarve, *Encontro de Arqueologia do Algarve,* pp. 85-107, Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura, Faro.

FARIA, J.C., e Ferreira, M.A., 1990, Aqueduto e barragem romanos do bairro Rio de Clérigos (Alcácer do Sal), *Conimbriga,* vol. XXIX, pp. 103-106, II ests.

FIGUEIREDO, A.M. de, 1906, Ruines d'antiques établissements à salaisons sur le littoral sud du Portugal, *Bulletin Hispanique,* tome VII, pp. 109-121.

GOMES, M.V., e Gomes, R.V., 1988, *Levantamento Arqueológico Bibliográfico do Algarve,* Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura, 225 pp., Faro.

OLIVEIRA, F.X. d'A., 1898, *As Mouras Encantadas e os Encantamentos no Algarve,* Typographya Burocrática, XXV + 229 pp., 7 ests, Tavira.

QUÍNTELA, A. de C., Cardoso, J.L., e Mascarenhas, J.M., 1985, Barragens romanas do Sul de Portugal. Contribuição para o seu inventário e caracterização, *Recursos Hídricos, voi* 6, pp. 91-77.

1986, *Aproveitamentos Hidráulicos Romanos a Sul do Tejo,* Ministério do Plano e da Administração do Território, 236 pp., 74 figs, 128 ests, Lisboa.

1987, Roman dams in southern Portugal, *Water Power & Dams Construction,* n.° 70, pp. 38-40.

1988, Barragens romanas do Algarve, 5.° *Congresso do Algarve,* voi. 1, pp. 19--27, Racal Clube, Silves.

1989, Barragens Antigas em Portugal, a sul do Tejo, *Cuadernos de San Benito,* n.° 2, pp. 77-108.

1989a, Primeiro estudo sobre uma instalação romana de captação, elevação e armazenamento de água em Tróia (Portugal), *Colóquio de História y Medio Fisico, Instituto de Estudos Almerienses,* pp. 337-352, 6 figs, Almería.

VEIGA, S.P.M.E. da, 1887, *Antiguidades Monumentaes do Algarve,* vol. II, Imprensa Nacional, pp. 306-609, XXVIII + XII + IV ests, 1 mapa, Lisboa.



FIG. 1 - Localização da Presa dos Mouros (Lagoa)



FIG. 2 - Presa dos Mouros. Vista de Sul (Foto M.V. Gomes, R IV/94-27)



FIG. 3 - Presa de Mouros. Vista de nascente (Foto M.V. Gomes, R IV/94-14)

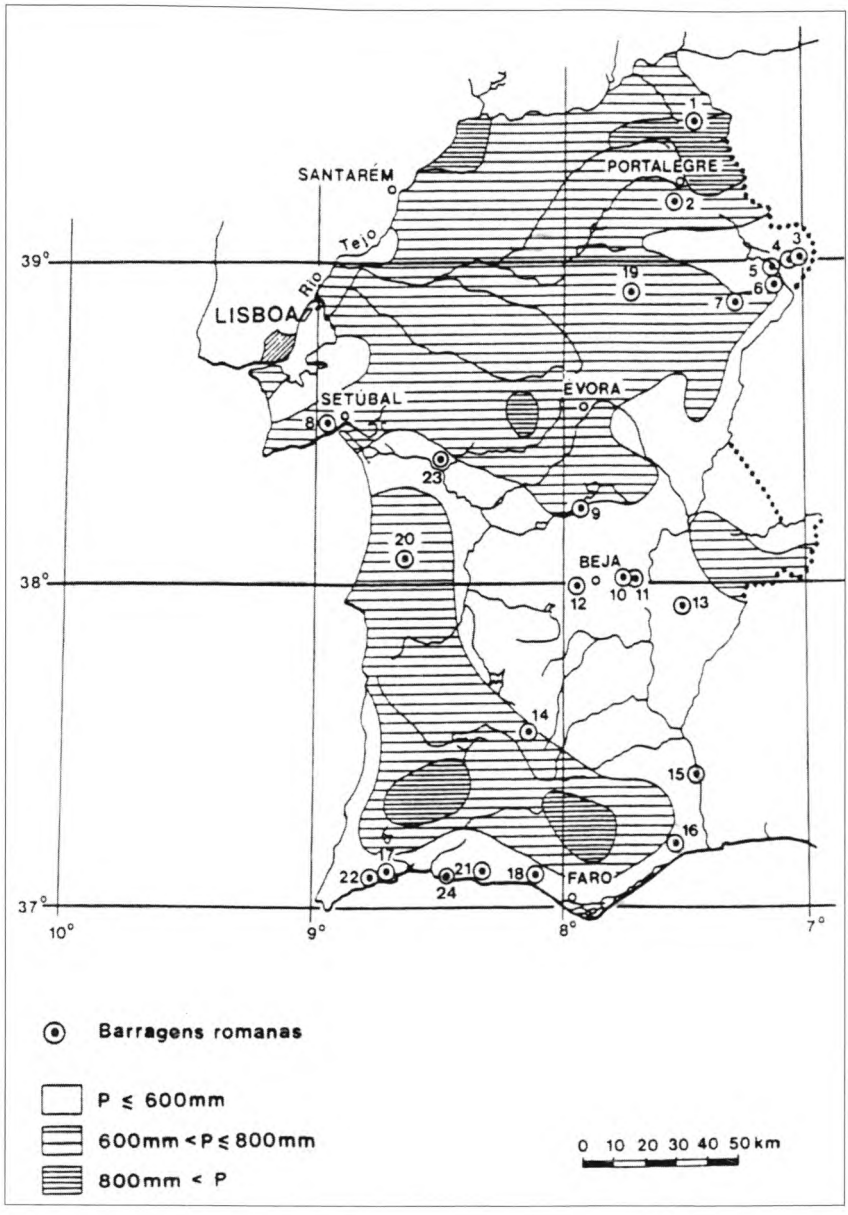


FIG. 4 - Barragens romanas e precipitação anual média, a sul do Tejo (seg. Quíntela, Cardoso e Mascarenhas, 1989, 80, fig. 1, completado). 1 - Tapada Grande; 2 - Almarjão; 3 - Muro; 4 - Olivã; 5 - Mourinha; 6 - Moralves; 7 - Carrão; 8 - Comenda; 9 - Nossa Senhora da Represa; 10 - Muro da Prega; 11 - Hortas de Baleizão; 12 - Pisões; 13 - Muro dos Mouros; 14 - Monte Novo do Castelinho; 15 - Álamo; 16 - Santa Rita; 17 - Fonte Coberta; 18 - Vale Tesnado; 19 - Carro (Ponte dos Mouros); 20 - Grândola; 21 - Ponte dos Mouros; 22 - Espiche; 23 - Rio de Clérigos; 24 - Presa dos Mouros

(Página deixada propositadamente em branco)

M. JUSTINO MACIEL
Professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

A PROPOSITO DAS CHAMADAS "CONSERVAS DE ÁGUA DA RUA DA PRATA"

«Conimbriga» XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 145-156

RESUMO: A descoberta feita pelo Autor, na Colecção Cenáculo da Biblioteca Pública/Arquivo Distritai de Évora, de duas plantas inéditas contemporâneas da descoberta das chamadas Termas Romanas da Rua da Prata, em Lisboa, é motivo para uma reflexão sobre o valor arquitectónico, no contexto da cidade romana, destas galerías cuja funcionalidade se procura equacionar em paralelo com a teorização urbanística romana, nomeadamente sob o ponto de vista da administração da água. Sublinha-se o significado e a representatividade desta construção na evolução do todo urbano, e bem assim o valor absoluto que o monumento possui como testemunho das técnicas edilícias romanas, independentemente das suas discutidas funcionalidades.

RÉSUMÉ: La découverte faite par l'Auteur, dans la Colecção Cenáculo de la Biblioteca Pública/Arquivo Distrital de Évora, de deux plans inédits contemporains de la découverte du monument connu sous le nom de Termas da Rua da Prata, à Lisbonne, est motif pour une réflexion sur la valeur architectonique, dans le contexte de la cité romaine, de ces galeries dont la fonctionnalité on essaye de considérer en parallèle avec la théorisation urbanistique romaine, notamment dans ce qui concerne l'administration de l'eau. On souligne la signification et la représentativité de cette construction dans l'évolution du tissu urbain, ainsi que sa valeur absolue comme témoignage des techniques construtives romaines, indépendemment de la controverse sur sa fonctionnalité.

(Página deixada propositadamente em branco)

A PROPOSITO DAS CHAMADAS "CONSERVAS DE ÁGUA DA RUA DA PRATA"

A descoberta recente que fizemos na Biblioteca Pública de Évora de duas plantas pertencentes à Colecção Cenáculo representando as estruturas romanas que se encontram sob a Rua da Prata leva-nos a proceder à sua publicação (*) juntamente com umas nótulas sobre esta construção que, *in genere*, já apresentámos publicamente em intervenção que fizemos em 12 de Maio de 1989 no *Encontro subordinado ao tema: O monumento romano denominado "Conservas de Agua da Rua da Prata",* promovido pela Ex.ma Câmara Municipal de Lisboa na Sala de Conferências do Castelo de S. Jorge (2). Dissemos então que, independentemente da(s) sua(s) funcionalidade(s), este monumento vale por si mesmo, como obra de arquitectura e testemunho das modelares técnicas construtivas romanas e nessa perspectiva deve ser apresentado, visto, visitado e usufruído por todos os que se interessam pela arte romana e pelo património que o passado nos legou.

Continuamos a pensar do mesmo modo. Para além das suas possíveis funções, é a lição da arquitectura romana que temos presente nos subterrâneos da Rua da Prata, com as suas *confornicationes* e *concamarationes* dando cobertura a uma sábia distribuição dos espaços, das galerias e dos tanques. No entanto, todo o dinamismo espacial que ali constatamos leva à colocação de várias hipóteses de funcionalidade.

(*) Agradecemos à Senhora Directora da Biblioteca Pública de Évora, Dr.ª Isabel Cid, todo o apoio dispensado na localização e reprodução destas plantas.

(2) Sob a coordenação das Senhoras Dr.as Irisalva Moita e Ana Cristina Leite, a quem agradecemos o convite para estar presente.

Esta relacionar-se-á com os dados actualmente disponíveis sobre o monumento (3):

A. O sistema construtivo de base é romano, da época julio-cláudia, a julgar pelas técnicas de construção em *opus quadratum* em algumas galerias e contrafortes, com almofadado que lembra sobretudo o período augustano.
B. Houve reformulação e descentramento posteriores de abóbadas e de rebocos, indicando que numa primeira fase o edifício não era necessariamente aquilo em que se transformou depois.
C. Verificamos que há galerias de circulação com espaços contrafortados e coberturas abobadadas que surgem com maiores dimensões a nível de largura e altura do que outros que funcionam sobretudo para armazenamento de água.
D. Os elementos de que dispomos parecem indicar que uma estrutura inicial contrafortada com nascente ou fonte se transformou progressivamente em cisterna, reservatório ou infra-estrutura para armazenamento de água potável.
E. Tudo leva a crer que o local foi objecto de deposição de uma lápide dedicada a Esculápio, deus da saúde e da medicina. Com efeito, a inscrição lá encontrada em 1770 testemunha ao

(3) Uma leitura crítica deste monumento tem vindo a ser progressivamente efectuada, quer na descrição das estruturas, quer nas hipóteses formuladas, destacando-se os seguintes autores:

Francisco Martins de Andrade, *Memoria ácerca d'uns restos de Thermas Romanas existentes em Lisboa acompanhada de nove desenhos coloridos, tirados escrupulosamente sobre os proprios sitios com a medição correspondente*, COD 7299 da Biblioteca Nacional, datado de 1860. Encontramos o mesmo texto no COD 7619, que nos parece o borrão original e no COD 8468, este com assinatura do Autor.

A. C. Borges de Figueiredo, *As Thermas romanas da Rua Bella-da-Rainha ('vulgo ' Rua da Prata),* in "Revista Archeologica e Historica" (Lisboa) III (1889) 23-25.

José Leite de Vasconcelos, *Lisboa Arcaica*, Lisboa, 1937.

Augusto Vieira da Silva, *As Termas Romanas da Rua da Prata, em Lisboa,* in 'Dispersos', II, Lisboa, 1960, pp. 309-316.

Irisai va Moita, *As Termas Romanas da Rua da Prata*, Lisboa, 1977, com sucessivas reedições.

Vasco Mantas, *Notas acerca de três inscrições de Olisipo,* in "Conimbriga" (Coimbra) XV (1976) 151-169.

Jorge de Alarcão, *Roman Portugal,* II, 2, Warminster, 1988, pp. 124-125.

mesmo tempo a oferta ao Município de algo que tem a ver com a utilidade pública e a colocação desse serviço sob a protecção de Esculápio. O que parece confirmar que a lápide será mesmo originária do local, que tinha utilização pública.

F. Há acessos e iluminação, quer por escadas, quer por clarabóias.

Permanecem muitas dúvidas, entre as quais poderíamos destacar as seguintes:

1. Enquadramento urbanístico destas estruturas. Poderiam ter sido, numa primeira fase e depois simultaneamente com o aproveitamento hidráulico, *solidationes*, *substructiones* ou mesmo criptoportico de outras construções, tais como:
   a) *Moenia* da cidade ([4]).
   b) *Balnea([5]).*
   c) *Emporium* ou pórticos de acesso a esta praça de comércio marítimo ([6]).
   d) Plataforma afecta a uma zona de produção industrial de *garum* ([7]).
   e) *Forum* ([8]).
2. Conhecimento dos níveis friáticos no local na época romana.
3. Cronologia dos vários compartimentos.
4. Importância para o abastecimento de água:

([4]) Admitindo a possibilidade de os muros do perímetro urbano, vindos de Nascente, sensivelmente continuando a linha da posterior Cerca Moura junto ao Tejo, ali se encontrarem em espigão com os que acompanhariam o esteiro da Baixa.

([5]) Neste caso, os *balnea* deveriam estar um pouco afastados, face ao risco de inquinação das águas que ficavam por baixo.

([6]) Segundo Vitrúvio, junto dos portos *deverão construir-se pórticos ou arsenais, bem como acessos dos pórticos para os *emporia Circum enim porticus siue naualia sunt facienda siue ex porticibus aditus ad emporia. De Architectura*, V, XII, 1, Edição de Frank Granger, *Vitruvius, On Architecture*, I, London, The Loeb Classical Library, 1931 (Reimpressão de 1970), p. 312.

([7]) São conhecidos os achados de cetárias na zona de confluência do Esteiro da Baixa com o Tejo.

([8]) Hipótese avançada por J. Cardim Ribeiro, *Contributos para o conhecimento de cultos e devoções de cariz aquático relativos ao território do Municipio Olisiponense*, in "Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa" (Lisboa) 89-1.° Tomo (1983) 337 e Figs. 3, 4 e 5.

a) Só para o porto?
b) Para a produção de *gammi*
c) So a nivel medicinal?
d) Para toda a cidade em contexto de pré-aqueduto?

5. Possibilidade de um ou mais compartimentos terem funcionado como pequenos santuários: a Esculápio ou a divindades orientais ([9]).
6. Desconhecimento da profundidade das paredes sob o actual pavimento.

Perante as observações feitas e as dúvidas formuladas, parece-nos que a funcionalidade hidráulica desta estrutura, sem excluir outras, se torna, pelo menos numa segunda fase, evidente e que estaremos perante uma solução de entre as muitas que a arquitectura romana da água nos deixou. Na primeira fase, a técnica de construção é fundamentalmente a do *opus quadratum.* Na segunda fase, a do *opus caementicium* sobre cofragem de madeira - ver as marcas deixadas nas abóbadas - ou segundo as recomendações vitruvianas que adiante referiremos. Pavimentos em *opus Signinum.* Em alguns locais, revestimento com *opus sectile*, visível ainda no séc. XIX, como constatou F. Martins de Andrade ([10]).

([9]) É interessante fazer uma aproximação de uma ou outra galeria com o *Mithraeum* que se encontra sob a Basílica subterrânea de S. Clemente, em Roma, quer sob o ponto de vista espacial, quer sob o ponto de vista de proximidade com a água.

([10]) *No fundo do alveo, achou-se o emboço de cal com mui pouca areia, grão de marmore ou marmore mal pizado, e talvez em pó, com tijolo ou telha pizados mui grosseiramente... e por cima o resto da argamassa em que estava assente o forro de Hoz, ou marmore... Dentro do alveo acharam-se fragmentos de folhas de Hoz, mais ou menos vermelho; de marmore branco e com veios azues, os quais entendemos que eram antigamente do forro do mesmo alveo. Os bocados de Hoz são de folhas compridas e estreitas de differentes larguras, havendo-os de pouco mais de 0,018m a 0,020m de grossura, porem desiguaes. Os de marmore são irregulares e dizem ser o branco de Estremôs e o de veios azues de Montes Claros.Estes marmores parecem só brunidos, e nenhum lustrado... Na escavação de perto de um metro de extensão a que mandei proceder na continuação do alveo, achou-se não só uma grande quantidade de pedaços de marmore e Hoz, mas entre aquelles um branco moldurado, com um quarto de redondo e um filete; e entre os de marmore branco com veios azues, um com mocheta e um talão que tem forma de toro junto a ella, dando-se-lhe por isto o nome de talão composto, e alem d'estes um outro bocado que parece servira de cordão ou vareta, sendo porem todas as molduras abertas com mau córte de farramenta, e por conseguinte obra muito imperfeita. Esta escavação não poude continuarse porque*

A época de Augusto ficou marcada, como se sabe, por um grande dinamismo construtivo, com características técnicas e arquitectónicas muito próprias, sendo a arquitectura da água uma das manifestações mais representativas deste dinamismo em contexto urbano. As preocupações do *Princeps* e dos magistrados municipais em relação à cidade de Roma, com os problemas de saneamento e abastecimento de água a um aglomerado que atingia já então o meio milhão de pessoas, com o Tibre inquinado pelos dejectos das cloacas públicas, estiveram primordialmente em dotar a cidade de uma rede de aquedutos que respondesse à procura constante da água para as termas públicas e privadas, para as fontes, jardins e espectáculos. Do planeamento de novos aquedutos e restauro dos antigos foi encarregado Agripa, como *Curator Aquarum*, resultando da sua administração, segundo Plínio (n) a construção de setecentos reservatórios, quinhentas fontes e cento e trinta *castella*, ornamentando estas obras com colunas e estátuas. Este esforço, que se reflectiu em todas as cidades do Império, foi acompanhado de uma reflexão filosófica e técnica sobre os *mirabilia aquarum*, destacando-se entre vários autores Vitrúvio, que no Livro Vili do seu *De Architectura* trata dos problemas de captação, análise e distribuição de águas (12). Entenderemos o que progressivamente esta política de distribuição produziu na cidade de Roma se de novo lermos Plínio: *Se alguém com diligência avaliar a abundância de águas que se oferece à fruição pública nos* ***balnea,*** *nas piscinas, nos* ***euripi,*** *nas* ***domus,*** *nos jardins, nas* ***uillae*** *suburbanas, bem como as distâncias percorridas pela água, os arcos construídos, os mon-*

para o lado do nascente se encontrou um alicerce que a dijficultou. F. Martins de Andrade, *op. cit.,* pp. 27-31. Este texto de Martins de Andrade é extremamente importante e não pode ser esquecido ao estudarem-se as estruturas romanas da Rua da Prata. *O opus Signinum,* o *opus sectile* e os restos de decoração arquitectónica que encontrou e em parte conservou na Biblioteca Nacional, com desenhos do José Valentim de Freitas (Vd. nota n.° 28), podem testemunhar o uso social, pelo menos em parte, destas estruturas.

(n) *Naturalis Historia*, XXXVI, 122, Edição de J. André, *Pline VAncien, Histoire Naturelle, Livre XXXVI,* Paris, "Les Belles Lettres", 1981, pp. 91-92: *Agrippa uero in aedilitate adiecta Virgine aqua ceteris que conriuatis atque emendatis lacus DCC fecit, praeterea salientes D, castella CXXX, complura et cultu magnifica, operibus iis signa CCC aerea aut marmorea inposuit, columnas e marmore CCCC, eaque omnia annuo spatio.*

(12) Vitrúvio, *De Architectura, op. cit.* Da época julio-cláudia citaríamos ainda as reflexões de Ovídio, *Metamorphoses,* 15, 307 e ss. e Séneca, *Naturales Quaestiones*, Liber III.

tes perfurados e os vales aplainados, *será levado a reconhecer que jamais viu coisa tão admirável em todo o orbe*{[13]).

As cidades provinciais seguem os modelos da *Urbs.* Se *Emérita Augusta*, construida *ex novo*, pode em grande parte seguir os prototipos da Cidade-Mãe, designadamente no abastecimento de águas, dado que não há urbanismo romano sem um planeamento rigoroso de distribuição de água, mesmo sob o ponto de vista administrativo ([14]), *Felicitas lulia Olisipo* é uma cidade portuária que Junio Bruto encontrou já forescente e que desde então se vai adaptando às propostas urbanísticas romanas ([15]). O *habitat* primitivo, articulado entre a colina, suas pendentes e a confluência do esteiro da Baixa com o Tejo, condicionou sem dúvida o desafogo do urbanismo que se desenvolveu sobretudo a partir de Júlio César e Augusto. A água foi com certeza um dos problemas fundamentais da Lisboa romana, só talvez minimamente resolvido com a construção da barragem de Belas e aqueduto numa época mais tardia.

Como teria sido, pois, solucionado primitivamente, segundo o pragmatismo romano, o fornecimento de água em *Olisipol*

Esta pergunta poderá vir ao encontro da problemática levantada pelas chamadas Conservas da Rua da Prata. Vitrúvio, ao falar da construção de galerias subterrâneas para condução de água para as cidades, recomenda, quando o solo for inconsistente ou arenoso, que se levantem paredes *in specu* (na galeria) *cum camera* (abobadadas) ([16]). Mas refere-se aí a condutas subterrâneas, não a reservatórios ou cisternas. E no respeitante à perfuração de poços, quando não há fontes, recomenda uma observação sagaz e atenta das circunstâncias naturais ([17]), bem como a sua protecção com *assa structura* ([18]), ou seja, com

([13]) *Quod si quis diligentius aestumauerit abundantiam aquarum in publico, balineis, piscinis, euripis, domibus, hortis, suburbanis uillis, spatia aquae uenientis, exstructos arcus, montes perfossos, conualles aequatas, fatebitur nil magis mirandum fuisse in toto orbe terrarum. Nat. Hist.,* XXXVI, 123, *op. cit.,* p. 92.

([14]) De que é um bom exemplo a obra de Frontinus, *De aquae ductu Vrbis Romae*, Edição de Pierre Grimal, Frontin, *Les Aqueducs de la Ville de Rome*, Paris, "Les Belles Lettres", 1961.

([15]) Passo, por demais conhecido, de Estrabão, *Geographia*, III, III, 1.

([16]) *Sin autem terrenum aut harenosum erit solum, et parietes cum camera in specu struantur... De Arch.,* Vili, VI, 3.

([17]) *In puteorum autem fossionibus non est comtemnenda ratio, sed acuminibus sollertiaque magna naturales rerum rationes considerandae... De Arch.* Vili, VI, 12.

([18]) *Cum haec sic explicata fuerint et ad aquam erit peruentum, tunc saepiatur assa structura nec obturentur uenae. De Arch.* Vili, VI, 13.

pedras sem argamassa que não impeçam a passagem dos veios de água. A construção de cisternas é também recomendada para recolher água dos telhados ou de outros pontos elevados. Vitrúvio chama-lhes simplesmente *opera signina*, porque é fundamental nestes reservatórios a sua construção com *areia puríssima e aspérrima* caldeada em *mortarium* com *cal fortíssima* e brita de pedra (19). Construíam-se primeiro as paredes, aproveitando-se a terra como cofragem, posteriormente retirada, e só então se lançava o lastro do pavimento (20). Recomenda que estes *opera signina* sejam dúplices ou tríplices, a fim de permitirem a depuração e decantação da água, passando de uma para outra (21). Singularmente, Plínio faz praticamente as mesmas recomendações, algumas dezenas de anos depois, para a construção das *cisternae* e sugere também a sua geminação (22).

Não encontrámos nos textos clássicos outras referências que nos permitam uma percepção mais clara de tipos de captação ou de fornecimento de água com paralelo para o que vemos no subsolo da Rua da Prata.

Por seu lado, a Lápide dos Augustais permite-nos vislumbrar a importância que este local teria para a vida de *Olisipo*, informa-nos da ligação evidente com a administração municipal - lembramos que em Roma a gestão da água pertencia tradicionalmente aos magistrados municipais até que Augusto lhe deu uma autonomia própria - e julgamos que, mais do que propriamente testemunhando a crença no carácter medicinal das fontes, estaria no acto dos Augustais a intenção de solicitar à divindade a sua protecção como garantia da salubridade das águas para o consumo público (23).

(19) *In signinis autem operibus haec sunt facienda. Vti harena primum purissima asperrimaque paretur, caementum de silice frangatur ne grauius quam librarium, calce quam uehementissima mortario mixta, ita ut quinque partes harenae ad duas respondeant. Eorum fossa ad libramentum altitudinis quod est futurum calcetur uectibus ligneis ferratis.* De Arch., Vili, VI, 14.

(20) *Parietibus calcatis, in medio quod erit terrenum exinaniatur ad libramentum infimum parietum. Hoc exaequato solum calcetur ad crassitudinem quae constituta fuerit. De Arch.,* Vili, VI, 15.

(21) *Ea autem si duplicia aut triplicia facta fuerint, uti percolationibus transmutari possint, multo salubriorem et suauiorem aquae usum efficient.* De Arch. Vili, VI, 15.

(22) *Cisternas harenae purae asperae quinque partibus, calcis quam uehementissimae duabus construi... Vtilius geminas esse, ut in priore uitia considant atque per colum in proximam transeat pura aqua. Nat. Hist.,* XXXVI, 173, *op. cit.,* p. 109.

(23) Registe-se que não é única esta acção funcional dos Augustais em Olisipo. Na época de Nero vemos o Augustal *Caius Heius Primus* a levantar o Proscénio do

Frontino, *Curator Aquarum* nomeado por Nerva, deixou-nos no seu livro já citado alguns reflexos do que eram as preocupações dos responsáveis pela captação, adução e administração das águas em Roma, afirmando que isso estava intimamente ligado à *utilidade, salubridade e segurança da cidade* (24). Diz-nos ainda que, por decisão do Senado, no tempo de Augusto, os *curatores aquarum* tinham ao seu dispor dois *lictores* e três escravos públicos: um *architectus*, um *scriba* e um *librarius* (De aq. XCIX). Estes últimos faziam parte da *familia aquarum*, que já Agripa criara para a manutenção dos aquedutos, reservatórios e fontes (De aq. XCVIII), composta igualmente por *uillici* (intendentes), *castellarii* (guardas dos *castella* de água), *circitores* (inspectores), *silicarii* (calceteiros) e *tectores* (estucadores) (De aq. CXVIII).

A lápide dedicada a Esculápio, noticiada por Frei José de S. Lourenço(25) e D. Thomás Caetano de Bem(26), continuamente referida

Teatro que, sendo dedicado ao Imperador, é usufruído pelos cidadãos de Lisboa. (Luiz Antonio de Azevedo, *Dissertação Critico-Filologico-Historica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas, e attendiveis circumstandas da erecção do Tablado e Orquestra do Antigo Theatro Romano, descoberto na excavação da Rua de São Mamede perto do Castello desta Cidade, com a intelligencia da sua Inscripção em honra de Nero, e noticia instructiva d'outras Memorias alli mesmo achadas, e atégora appare - cidas,* Lisboa, 1815, p. 12.

(24) *Aquarum iniunctum officium cum ad usum tum ad salubritatem atque etiam securitatem urbis pertinens. De aq.* I, *op. cit.,* p. 2.

(25) Fr. José de São Lourenço, *Monumenta Selecta*, Alcobaça, 1780, fi. 3. Biblioteca Nacional, COD. ALC. 395: *Anno a reparatione mundi 1773 mense Iunii cum Olisipone effoderetur aquae ductus plateae argenteae, detectae fuerunt cryptae ex lapidibus confectae, ac diversarum viarum intrincatissimo labyrinte divisae. Nihil praeter limum continebant. Itaque ego non labori parcens, accurate eas vidi et depinxi. Multae intus viae luto, lapidibus, et aqua obturabantur, per foramina desuper concisis... Lapis ibi paulo ante inventus, et quadam domo prope servatus, necnon a me transcriptus, qui Esculapio aedem fuisse desuper dicatam testatur. Quod est Sacrum Aesculapio Marcus Afranius Euporio, et Lucius Fabius Daphnus Augusto Municipio dedicarunt.*

(26) D. Thomaz Caetano de Bem, *Noticia das Thermas, ou Banhos Cassianos, e outros Monumentos Romanos, modernamente descobertos na Cidade de Lisboa,* Lisboa, 1790 (data da Licença de Impressão, que não se chegou a efectuar), COD 104 da Biblioteca Nacional. Caetano de Bem considerava as estruturas da Rua da Prata como continuação das Termas dos Cássios. Diz, a fl. 8 v: *As sobreditas Thermas, ou Banhos parece comprehendiaõ hum grande espaço; e que tinhão grande extensão: por quãto correndo deste lugar, quasi trezentos passos para a parte do Meio dia, na rua chamada da Prata, e defronte da Parrochial Igreja de Santa Maria Magdalena, e trabalhando-se para abrir os alicerces de algumas Cazas de Pessoas particulares, se des-*

quer por olisipógrafos quer por arqueólogos e historiadores ([27]), que a associam ao local onde foi encontrada, poderá ser um pequeno testemunho da presença da administração municipal, através do gesto funcional dos Augustais, *ad usum tum ad salubritatem atque etiam securitatem*, na garantia do fornecimento de água a *Olisipo.*

São duas as plantas do monumento da Rua da Prata existentes na Biblioteca Pública de Évora. A primeira e mais antiga intitula-se *Planta dos Subterraneos, que se acharad abrindo-se o cano da Rua Argentea, da Cidade de Lisboa: no mes de Maio de 1773.* Com petipé. Em cima tem a seguinte referência: *Oferecida ao Exm., e Rm. Snr. Bispo de Beja. Tirada no dia 9 de Junho de 1773.* É, pois, oriunda da Colecção Cenáculo. Tem a seguinte identificação na Bibi. Púb. de Évora: *Plantas Arquitectónicas. A - Assuntos Portugueses, Pasta I, Planta 4.* Pela data terá sido a primeira planta a ser levantada do monumento. (Planta n.° 1).

A segunda, com a identificação na mesma Biblioteca *Plantas Arquitectónicas. A - Assuntos Portugueses, Pasta I, Planta 1*, não tem qualquer título, traz igualmente petipé legendado e representa, numa fase de reconhecimento mais avançado, mas ainda possivelmente em curso, a inserção do monumento na nova malha da baixa, com indicação da *Traveça da Conceição, Cluaca Geral, Traveça de S. Juliam, Rua bela da Raynha e Rua nova de El Rey* e a nota seguinte: *Tudo o que vay notado de banho vermelho, he o mais q. se pode descobrir thé agora, desta obra subterrana q. apareceo.* É já uma planta de atelier, com preocupação de definir contornos e de situar urbanisticamente as estruturas, utilizando a cor como complemento gráfico. (Planta n.° 2).

É conhecida hoje satisfatoriamente, na parte visitável, o traçado geral das estruturas, a partir dos levantamentos de José Valentim de Freitas ([28]), em grande parte sobre a planta de Joaquim Ferreira ([29]) e,

cobrirão outros muitos nichos, ou tanques de semelhante fabrica, e construcção; e junto a estes a seguinte Inscripsão: SACRUM AESCULAPIO...

i[21]) A. Vieira da Silva, *Epigrafia de Olisipo, Subsídios para a História de Lisboa Romana*, Lisboa, 1944, pp. 217-219. Ver ainda Autores citados na Nota 3.

([28]) José Valentim de Freitas, *Desenhos a que se refere a Memoria acerca d'uns restos de Thermas Romanas, existentes em Lisboa,* Lisboa, 1860. COD. Iluminado n.° 162, actualmente na Área de Iconografia da Biblioteca Nacional com a Cota D.A.8A. São os desenhos e plantas referidos no Manuscrito de Francisco Martins de Andrade.

([29]) Diz F. Martins de Andrade, *op. cit.,* p. 8, que a planta que seguiram existia na Intendência das Obras públicas e tinha sido elaborada por Joaquim Ferreira *quando,*

sobretudo, desde a publicação de plantas por A. C. Borges de Figueiredo ([30]), A. Vieira da Silva ([31]), Irisalva Moita ([32]) e, ultimamente, Jorge de Alarcão ([33]).

Lisboa, 1991

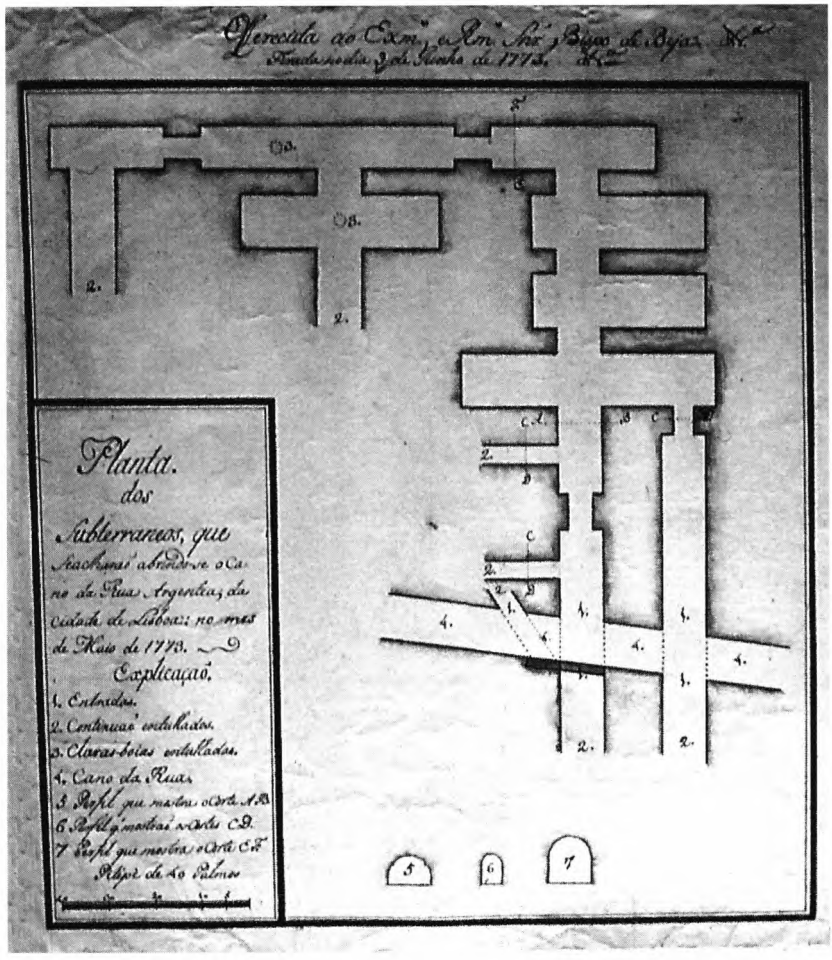
depois do terremoto de 1755, se lançaram os alicerces para a nova reedificação. Face às dificuldades encontradas, foi a partir desta planta que se fez outra em maior escala *(op. cit.,* p. 10).

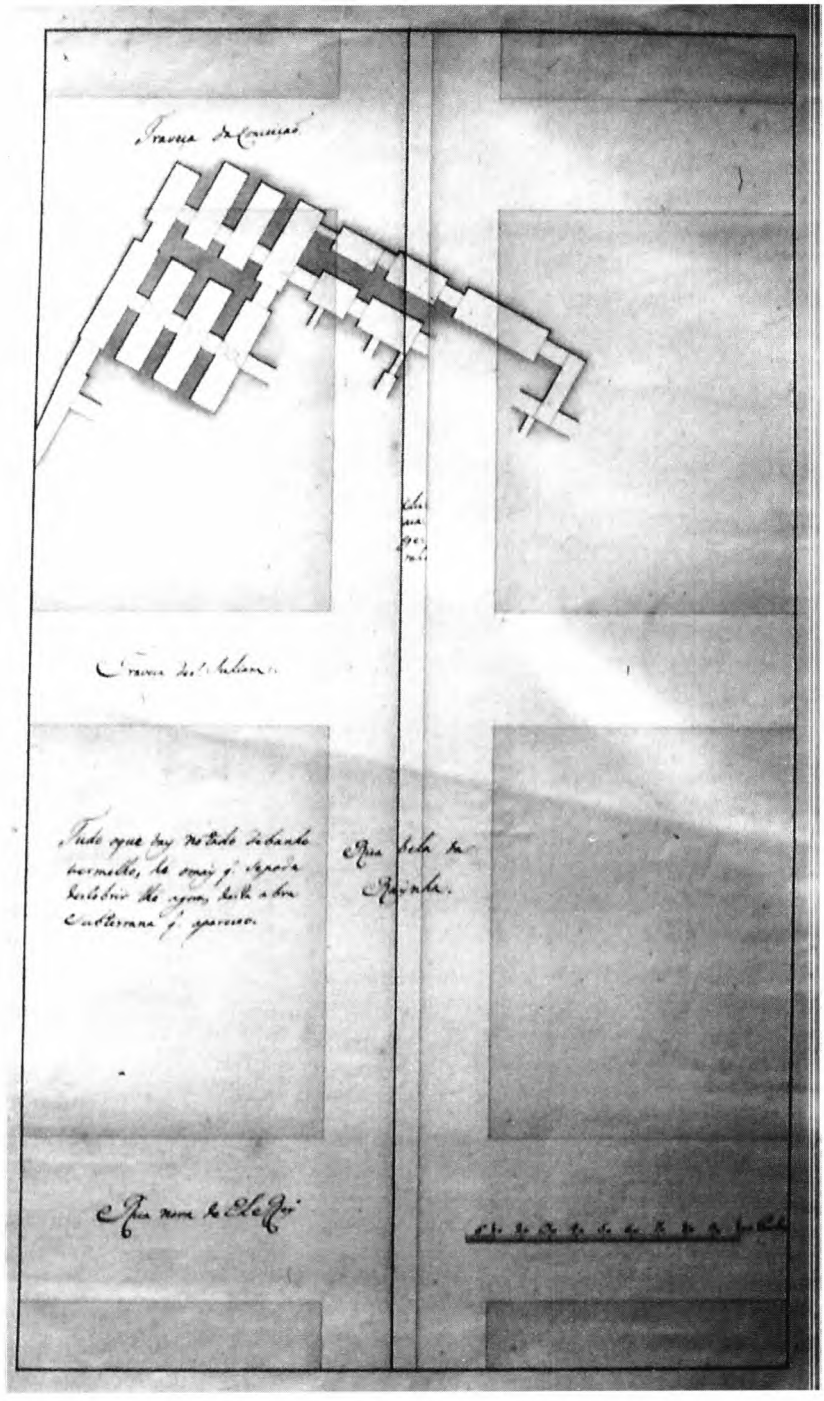
([30]) A. C. Borges de Figueiredo, *op. cit.,* Estampas III, IV e V, que são plantas e alçados retirados de José Valentim de Freitas (Vd. nota n.° 28), mas com legendas apresentando diferenças no tipo das letras e sua localização. Diz o Autor, pag. 24, Nota 3: *Na mesma ocasião* (que J. Valentim de Freitas) *fez uma planta das minas o fallecido engenheiro Joaquim Júlio Pereira de Carvalho, da qual me ministrou uma cópia seu irmão, o meu patricio e amigo o sr. Commendador Antonio Pereira de Carvalho. Nessa planta encontram-se leves differenças da de Valentim de Freitas, que segui por abranger um perímetro maior.*

([31]) A. Vieira da Silva, *As Termas. ..,op. cit.,* onde apresenta nova planta a partir das efectuadas anteriormente, entre as quais uma do geómetra Francisco de Almeida e Silva (Junho de 1859).

([32]) Irisalva Moita, *op. cit.* E ainda uma *Planta das Termas Romanas dedicadas a Esculápio situadas no subsolo das Ruas da Prata e da Conceição, segundo levantamento efectuado em 1969* (Existente no Museu da Cidade).

([33]) Jorge de Alarcão, *op. cit.,* p. 125.


Planta.
dos
Subterraneos, que
se achárão abrindo-se o Ca-
no da Rua Augusta da
Cidade de Lisboa: no mez
de Maio de 1773.
Explicação.
1. Entradas.
2. Continuação entulhados.
3. Claras bôcas entulhadas.
4. Cano da Rua.
5. Perfil que mostra a Corta AB.
6. Perfil q mostra a Corta CD.
7 Perfil que mostra a Corta EF
Palmos de 10 Palmos


Puente de Carniado
Puente del Cabildo
Rua nova de El Rei

ANTÓNIO DE CARVALHO QUÍNTELA
Instituto Superior Técnico

JOSÉ MANUEL MASCARENHAS
Universidade de Évora

JOÃO LUÍS CARDOSO
Universidade Nova de Lisboa - Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras - Câmara Municipal de Oeiras

INSTALAÇÃO ROMANA DE CAPTAÇÃO, ELEVAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ÁGUA EM TRÓIA (GRÂNDOLA, PORTUGAL)

«Conimbriga» XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 157-169

RESUMO: Apresenta-se o estudo de uma instalação de captação, elevação e armazenamento de água existente no complexo industrial de salga de peixe, de época romana, de Tróia (Grândola, Portugal).

Trata-se de uma captação em areias holocénicas, constituída por um poço estreito e alongado, de planta aproximadamente rectangular, de alvenaria.

Admite-se que a água seria elevada por meio de uma roda de eixo horizontal apoiado na parte superior do poço, accionada por força humana. A água elevada era armazenada em um tanque existente no topo de estrutura suportada por três abóbadas de berço.

Discute-se a utilização de água assim obtida, apresenta-se a cronologia provável da obra e procura-se reconstituir as suas condições de funcionamento.

ABSTRACT: A study of an installation comprising a well, a water-lifting wheel and a tank storage in the Roman industrial complex of fish salting in Troia (Grândola, Portugal) is presented. The well, located in holocene sands, is long and narrow, and is built in mansonry.

It is assumed that water would be lifted by means of a wheel with its axis above the well top and being turning by treading.
The water was lifted to a storege tank in the roof of a vaulted building. Their utilization is discussed, as well as the cronology of the building. Finally, as installation reconstruction is proposed.

INSTALAÇÃO ROMANA DE CAPTAÇAO, ELEVAÇAO E ARMAZENAMENTO DE ÁGUA EM TRÓIA (GRÂNDOLA, PORTUGAL)

1. Situação e condições geomorfológicas

A península de Tróia é constituída por um extenso corpo arenoso estreito e muito alongado que limita, a ocidente, a embocadura do rio Sado (Fig. 1). Encontra-se referida na "Ora marítima", poema de Rufio Festo Avieno, composto em meados do século IV d. C., com base em outro poema grego do século I a. C., o qual, por sua vez, se teria baseado em um périplo massaliota do último quartel do século VI, em que o autor introduziu acrescentos seus e informações de geógrafos dos séculos VI e V. Na parte que resta, a obra descreve a viagem marítima de Tartesso a Massilia, fornecendo ainda informações sucintas sobre o litoral atlântico, até às Ilhas Britânicas (FERREIRA, 1985, p. 13).

Na parte relativa ao litoral que interessa, diz (FERREIRA, *op, cit.* p. 22):

"*... Em seguida, sobressai o cabo Cêmpsico* (o cabo Espichei). *Mais adiante e subjacente fica a ilha que os habitantes chamam Acala. É* de difícil credibilidade o que se narra devido ao seu maravilhoso, embora não falte o testemunho dos autores a comprová-lo: *contam que, nos confins desta ilha, nunca o aspecto do mar é igual ao restante . Em todos os lugares existe nas ondas um esplendor e um brilho cristalinos sendo certo que nas profundidades do mar as águas apresentam uma imagem azulada. Aí porém o mar está sempre desfigurado por um lodo sujo, como lembram os antigos, e com a sujidade as águas tornaram-se espessas* ".

(a itálico, trechos originais do périplo; a redondo, interpolador grego do século I a. C. e Avieno).

A descrição ajusta-se à embocadura do Sado. Apesar dos terrenos da actual península serem uniformes, na sua constituição geológica - trata-se de aluviões modernas - a existência de uma ilha, ali, foi desde há muito admitida (VASCONCELOS, 1905, p. 17-18, comentando trabalhos anteriores).

A existência de "um lodo sujo" é compatível com uma segunda boca do rio Sado, situada a sul da actual, em fase adiantada de assoreamento. VICENTE 1967 (p. 69), em abono desta hipótese, descreve a micro-morfologia da península. Com efeito, o canal da Comporta, que limita o corpo arenoso do lado do rio Sado, encontra-se "separado do oceano apenas por uma faixa de areia com pouco mais de 500 m de largura". Ter-se-ia, deste modo, formado uma restinga, pela propagação das areias, de sul para norte, responsáveis pela junção da antiga ilha ao continente, com o consequente assoreamento da embocadura meridional do rio Sado. Esta hipótese está de acordo com o sentido local do transporte sólido litoral, actualmente observado neste trecho litoral, tornando-se aquele fenómeno muito nítido pela observação de fotografias aéreas tiradas a intervalos espaçados.

A confirmação de tais pressupostos veio a obter-se recentemente, através da escavação de diversas jazidas neolíticas situadas na Comporta, actualmente na zona de junção da península ao continente: no decurso do IV milénio a. C., as areias sobre as quais se fixaram aquelas comunidades possuíam acentuadas características marinhas evidenciadas pelas respectivas análises sedimentológicas e pela morfoscopia dos grãos de quartzo - facto incompatível com a situação actual daqueles locais, na periferia dos sapais do rio Sado (SILVA *et al*., 1986). Já SOARES & SILVA (1980) e, depois, ANTUNES (1983) tinham chamado a atenção para as características marinhas da fauna malacológica e ictiológica recolhida naqueles concheiros, pressupondo aquela conclusão.

Com efeito, no inventário das espécies malacológicas então consumidas, são exclusivas as de carácter marinho, estando ausentes as de águas fluviais salobras (SILVA *et al,* 1986), o que reforça a hipótese de tal zona ter estado sujeita, directamente, às influências oceânicas, constituindo um antigo litoral. Entre a fauna ictiológica, ANTUNES (1983) salienta a presença de dourada e de tubarão anequim *(Isurus oxyrhincus),* igualmente denotando "a presença próxima de mar aberto" (p. 51).

2. Historiografía e descrição sumária das estação. Referências anteriores à estrutura hidráulica agora estudada

Com início de ocupação na segunda metade do século I a. C, os últimos vestígios romanos de Tróia atingem o século VI d. C. O apogeu da ocupação terá correspondido aos séculos II e III d. C. A zona de maior concentração de estruturas e materiais estende-se por cerca de 1 km do litoral fluvial da península (Fig. 1), estando, porém, ainda grande parte da estação sob as areias. A sua extensão condiz com a importância dos vestígios. Com efeito, trata-se de um dos mais notáveis complexos industriais do mundo romano dedicados a uma actividade específica: a preparação do pescado. Para tal, construíram-se vários núcleos fabris, constituídos por conjuntos de tanques de salga (cetárias), correspondentes, provavelmente, a outras tantas sociedades (ALMEIDA *et al.*,1978/79). Tanques mais pequenos seriam destinados à preparação do "garum". Tanto o peixe salgado como este condimento - muito apreciado pelos Romanos - seriam exportados em larga escala, por via marítima, em ânforas fabricadas nos diversos fornos existentes na margem direita do rio Sado.

São diversos os cemitérios já identificados e escavados, bem como diferentes são as Apologias das sepulturas e os ritos funerários (inumação e incineração). O mais importante apresentava, em uma espessura de 7 m, tumulações dos séculos II, III, IV e da alta Idade Média (SOARES, 1980). O centro religioso parece corresponder ao local onde, mais tarde, se edificou uma capela paleo cristã. Atesta-o, sobretudo, o achado de fragmento de políptico com a representação de Mitra e do deus Sol. Ali teria aquele o seu templo, o *mitraeum* (ALMEIDA *et al*., 1978/79). A tipologia das sepulturas de um dos cemitérios é única em Portugal (ALMEIDA *et al.,* 1978). Perto, situa-se a estrutura hidráulica que será estudada neste trabalho. Aqueles autores referem-na, pela primeira vez *{idem, ibidem*, p. 324):

"A um canto deste cemitério que fica muito perto da chamada capela visigótica, há uma construção alta formada por duas abóbadas de canhão encostadas uma à outra; servem de apoio a um tanque que lhe foi construído em cima. À frente deste pequeno edifício surge água salobra; à medida que se tenta esgotar essa água, imediatamente é substituída por outra. Calculamos ser ali o nível freático".

Ulteriormente, o tanque foi relacionado com as sepulturas como "estrutura que poderá conotar-se com rituais de purificação" (SOARES,

1980, p. 4). Um trabalho preliminar sobre a mesma foi apresentado pelos autores em 1989; no entanto, publicação mais recente, sobre o complexo fabril, não a menciona (ETIENNE *et. al,* 1994). Julgou-se, pois, pertinente a apresentação de estudo mais desenvolvido e com divulgação adequada à importância que deve ser-lhe atribuída.

3. Descrição dos restos da estrutura hidráulica. Finalidade e cronologia

A estrutura hidráulica apresenta-se essencialmente constituída por um poço adossado a um edifício sobre o qual assenta um tanque (Fig. 2 a 6 e Fot. 1 a 4).

A planta do poço tem a forma de trapézio isósceles (quase rectangular) medindo os lados paralelos, sul e norte, 0,97 e 0,64 m, respectivamente, e os lados mais longos 6,67 m. A sua profundidade é de 2,30 m, podendo observar-se, do lado sul, uma escada de três degraus.

Este poço encontra-se limitado a oeste por um muro com o topo ao nível do solo, e a este por uma das paredes do edifício que suporta o tanque. O edifício, porticado, apresenta-se parcialmente soterrado do lado norte, podendo observar-se na Fig. 6 o seu corte horizontal a um nível pouco acima do solo. A sua forma é aproximadamente paralelipipédica e dispõe de três compartimentos abobadados, com arcos aparentes na sua fachada leste (Fig. 4 e Fot. 1). Os muros deste edifício não têm todos a mesma espessura, que varia entre 0,50 e 0,70 m. Também a dimensão em planta dos compartimentos abobadados difere ligeiramente. As respectivas dimensões são:

compartimento norte - 2,8 x 2,1 m,
compartimento central - 2,8 x 2,4 m,
compartimento sul - 2,6 x 2,1 m.

As paredes do edifício foram construídas em alvenaria, paramentada exteriormente com blocos grosseiros de rocha calcária cujas origens se situam nos maciços da Arrábida e de S. Luís (Fig. 4 e Fot. 1). O acabamento é mais cuidado nos arcos e correspondentes muros de suporte.

O tanque que encima o edifício descrito apresenta planta quase rectangular, tendo interiormente cerca de 2,00 m de largura por mais de

8 m de comprimento até à parte norte que já se encontra a descoberto. Apresenta-se construído em *opus Signinum.* Este material é por sua vez recoberto de uma argamassa fina de cor rosada. Trata-se muito provavelmente de *maltha*, argamassa impermeável fabricada à base de cal, banha de porco e sumo de figos verdes (HAUCK 1989). Esta argamassa recobre a totalidade do muro do tanque, quer interior, quer exteriormente, à excepção do sector em que este se integra na parede de um edifício contíguo (Fot. 2 e 3). E de realçar o seu bom acabamento na extremidade norte, apresentando a argamassa um ligeiro rebordo exterior (Fot. 4). No muro do tanque nota-se uma abertura para descarga da água que se liga a uma conduta vertical de evacuação (Fig. 3, 5 e 6) que anularia parte da altura de elevação conseguida pela roda. Aquela conduta comunica com caleira cujo desenvolvimento em planta, talvez da ordem de algumas dezenas de metros, ainda é, em parte, desconhecido; porém, parece dirigir-se para a "caldeira", nome por que é designada a enseada natural da península.

Pode concluir-se, das referências a esta estrutura anteriores a este trabalho, que se não tinha demonstrado o seu verdadeiro significado. Atendendo a que a caleira horizontal alimentada pelo tanque se encontra sobreposta por sepulturas tardias, provavelmente do século IV d. C. e ao facto daquele se encontrar revestido de um *opus Signinum* com abundantes fragmentos de cerâmica denunciando, igualmente, fábrica tardia (SOARES, 1980), pode-se admitir que tenha sido construído no decurso do século III d. C. - altura do apogeu da cidade industrial -. Com efeito, nessa altura seria máxima a necessidade de água para a preparação do pescado justificando-se, assim, o aproveitamento de água, mesmo que salobra, documentada pela presente estrutura. No século IV d. C. já o complexo industrial se encontrava em forte declínio, com numerosas das antigas estruturas de salga reaproveitadas como locais de enterramento. Um enterramento deste período existe, mesmo, no interior da câmara sul que suporta o tanque da superestrutura, o qual implicou a demolição parcial da parede de alvenaria, num dos lados.

Localizando-se a estrutura sobre uma formação dunar, a cerca de 100 m da linha do nível médio da água no estuário do Sado, o nível de água no poço acompanha, com amortecimento e desfasamento no tempo, a variação do nível da água no estuário. Este aspecto é evidenciado pela Fig. 7 em que se apresenta o diagrama da evolução do nível no estuário em 18 de Novembro de 1989 (determinado a partir das

Tabelas de Maré em Tróia) e os pontos correspondentes à observação do nível de água no poço (observações de A. Cavaleiro Paixão).

4. Ensaio de reconstituição funcional da instalação de elevação de água

4.1 *Breve síntese sobre rodas greco-romanas de elevação da água*

Para enquadrar a reconstituição funcional da instalação romana de elevação de água de Tróia, apresenta-se uma breve síntese sobre rodas greco-romanas de elevação de água. Baseia-se tal síntese em SCHI0LER 1973 e, sobretudo, em OLESON 1984, notando-se que este autor dedica uma extensa monografia aos aparelhos greco-romanos de elevação da água, na qual, depois de analisar e comparar criticamente a informação existente de várias fontes, apresenta a história da tecnologia greco--romana de elevação de água.

Dois tipos de rodas de elevação de água (*rodas compartimentadas,* segundo a designação de OLESON, 1984), foram usadas na Antiguidade:

- rodas em forma de tambor, de corpo compartimentado interiormente por septos radiais (*tímpano,* na designação de Vitrúvio);
- rodas com o aro oco, suportado por raios e compartimentado em recipientes *(polikadia,* na designação grega, segundo LANDELS (1978) e OLESON (1984).

A informação disponível a partir de textos e vestígios arqueológicos revela a utilização de rodas dos dois tipos pelo menos no Egipto no período helenístico e no Império durante os primeiros seis séculos depois de Cristo (OLESON, 1984).

Não existem vestígios arqueológicos de rodas de tambor ou das instalações em que eram utilizadas.

As rodas (em tambor e de aro compartimentado) foram objecto de descrições várias na Antiguidade, nomeadamente por VITRÚVIO *ca. 25* a. C.

Nas rodas em tambor, a água entra nos compartimentos com a forma de sectores radiais, por aberturas dispostas no anel perimetral e sai por aberturas próximas do eixo, sendo recolhida numa caleira situada um pouco abaixo daquele. A altura de elevação é, assim, pequena,

observando Vitrúvio que rodas deste tipo eram adequadas à elevação de água para canteiros de salinas.

Nas rodas de aro compartimentado, a água entra para os compartimentos por aberturas praticadas nas paredes laterais do aro. As aberturas localizam-se próximas dos extremos dos compartimentos do lado do sentido do movimento. Quando um compartimento atinge a proximidade do topo, a água sai pelas mesmas aberturas e é recolhida numa caleira, um pouco abaixo do topo.

O accionamento das rodas era feito pelo *marchar* de um ou dois homens colocados no anel perimetral *(hominibus calcantibus*, segundo Vitrúvio). Poderia também ser feito pela própria água, sendo então ligadas ao aro pás dispostas radialmente.

Até agora foram encontrados vestígios de rodas de aro compartimentado ou das suas instalações em quinze locais diferentes entre os quais seis minas romanas de Espanha e Portugal (León, Logroño, Planes, Rio Tinto, Tharsis e São Domingos), em cinco locais da Roménia (Botiz, Brad Buchium, Verespatak e Zlatna) e num local em Inglaterra (Dolaucothi). Vestígios de instalações foram encontrados em cinco termas de Ostia (Itália), tendo sido posta a hipótese da sua existência em dois acampamentos na Alemanha (Neuss e Oberstimm).

As minas subterrâneas, depois de abandonadas, têm oferecido condições favoráveis à preservação dos vestígios das rodas, condições que se não verificam quando as rodas eram instaladas a céu aberto, como seria o caso das destinadas à rega.

Rodas ou partes de rodas restauradas estão expostas em museus: de Rio Tinto (no Museu de Arqueologia de Huelva e no Museu Britânico) e de São Domingos (no Museu Nacional das Técnicas, em Paris). O restauro parece nem sempre ter respeitado com rigor as disposições originais.

Estas rodas eram construídas quase inteiramente de madeira, sendo o eixo, de bronze, a única peça metálica. De um modo geral, o elemento central era constituído por dois discos (donde irradiam os raios) e os suportes do eixo eram de azinho sendo os restantes elementos de pinho.

Foram utilizadas cavilhas de madeira, em vez de pregos de ferro, na construção destas rodas, talvez devido ao facto de aqueles se enferrujarem rapidamente em condições húmidas (LANDELS, 1987). Os raios apresentavam-se dispostos aos pares unindo, respectivamente, os dois discos centrais ao aro.

A roda exposta no museu de Huelva apresenta um diâmetro de cerca de 4,0 m e 25 compartimentos de 0,22 m de largura. A parte da roda restaurada que está exposta em Paris possui diâmetro de cerca de 3,0 m e igual número de compartimentos (para a totalidade da roda), com largura de 0,165 m.

Os dois maiores diâmetros de rodas hidráulicas correspondem às de Ostia, tendo sido avaliados em 7,5 e 6,7 m a partir da geometria da instalação e de desgastes nas paredes dos poços.

As rodas para esgoto da água das minas eram alojadas em câmaras, frequentemente associadas aos pares, sendo as câmaras ligadas por galerias que permitiam a elevação em escalões sucessivos. Tem sido proposto para Verespatak um total de elevação de 75 m, em 25 escalões.

4.2 *Ensaio de reconstituição*

Em cinco locais distintos de Ostia (termas do Foro, de Mitra, da Trinacria, do Invidioso e da Isola Sacra), notam-se ruínas de instalações de elevação de água dotadas de poços rectangulares, como a de Tróia. A água era elevada directamente para uma cisterna ou para o poço de outra roda que procedia a uma segunda elevação (SCHI0LER, 1973; OLESON, 1984).

Admite-se que em Tróia tivesse funcionado uma roda de aro compartimentado (Fig. 8 e 9). O seu diâmetro foi estimado do seguinte modo:

- Cota do extremo inferior da roda, considerando este a 0,20 m acima do fundo do poço (à cota 0,42): 0,42 + 0,20 = 0,62 m.
- Cota do topo da caleira de recolha, considerando este a 0,20 m acima do bordo do tanque (à cota 5,55): 5,55 + 0,20 = 5,75 m.
- Admitindo o topo da caleira de recolha à distância, do extremo superior da roda, de 0,30 vezes o raio (GONZALO Y TARIN, 1986 num estudo sobre rodas de Tharsis considera aquela distância igual a 0,25 R), ter-se-ia:

$$5{,}75 - 0{,}60 = R + 0{,}70\ R$$

$$R = \text{-yy-} = 3{,}0\ \text{m}$$

$$D = 2R = 6{,}0\ \text{m}$$

O valor do diâmetro de 6,0 m é perfeitamente aceitável sendo mesmo inferior aos valores estimados por SCHIØLER (1973), para as rodas de Ostia.

PALMER (1926/7) analisou a eficácia deste tipo de rodas num modelo por ele construído. Estimou perdas de água da ordem de 25%, valor um pouco exagerado na opinião de LANDELS (1978).

Segundo o diagrama apresentado por BONNIN (1984), verifica-se que para "necessidades elevatórias" entre 1,0 e 3,5 m de altura, a roda hidráulica apresenta maior rendimento que qualquer outro tipo de máquina romana.

Não se encontrou explicação para a existência da conduta vertical de evacuação da água do tanque, a qual corresponde a inutilizar parte da altura de elevação conseguida com a roda, admitindo-se a possível existência de outras condutas de saída, não observadas.

Outro aspecto mantém-se por explicar: não se observa, na parede do edifício, vestígio do apoio do eixo da roda. Duas hipóteses se poderão colocar: esse apoio seria um bloco de pedra emergente da parede ou uma barra de madeira ou de ferro encastrada nela ou seria constituído por estrutura de madeira situada na sala sul.

Para o primeiro caso, o desaparecimento de qualquer traço explicar-se-ia por um restauro do muro em data posterior à da desafectação da máquina, mas de que se não notam vestígios.

Deste modo, não se deve rejeitar liminarmente a hipótese de outros tipos de máquinas hidráulicas puderem ter ali funcionado. À semelhança do que SCHIØLER (1973) considerou para as termas da Trinacria (Ostia), com base em traços deixados nos muros do poço, também aqui poderia ter funcionado uma cadeia de alcatruzes já conhecida dos gregos pela designação de *halysis* (LANDELS, 1978) e que Vitruvio descreve no seu tratado. Esta cadeia movimentar-se-ia devido à rotação de um eixo em que se apoiaria, accionado através de roda mediante acção humana (movimento de pernas). Tal eixo teria de se dispor a um nível um pouco superior ao do muro do tanque de recepção, de modo a que as caixas ao rodarem sobre ele pudessem despejar a água numa caleira de condução para o tanque.

5. Conclusões

O estudo desta estrutura romana de captação, elevação e armazenamento de água de Tróia, conduziu às seguintes principais conclusões:

- A instalação seria provida de uma roda para elevação de água, provavelmente utilizada no complexo industrial de salga de peixe, cuja reconstituição se apresenta e discute.
- Admite-se que a construção tenha sido realizada no século III d.C.
- Constitui aspecto importante por esclarecer a localização dos apoios da roda.
- Como reconheceram os autores, trata-se da primeira estrutura hidráulica romana de elevação de água caracterizada em Portugal, não relacionada com actividades mineiras, e uma das poucas no Mundo Romano.

Agradecimentos

À ex-Direcção Geral dos Recursos Naturais, bem como ao seu antigo Director-Geral, Eng. António Miguel Cavaco, o apoio concedido à realização deste estudo.

Ao Dr. A. Cavaleiro Paixão, do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico a colaboração prestada, consubstanciada por informações, acompanhamento no terreno e observação dos níveis de água no poço.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, F. de, **PAIXÃO,** J. Cavaleiro e **PAIXÃO,** A. Cavaleiro (1978) - Um tipo raro de sepultura romana (Tróia). *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, Vol. I (Lisboa, 1977), p. 323-324.

ALMEIDA, F. de, **PAIXÃO,** J. Cavaleiro e **PAIXÃO,** A. Cavaleiro (1978/79) - *Notas sobre a estação arqueológica de Tróia de Setúbal* (catálogo da Exposição Tróia Romana). Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal. Setúbal.

ANTUNES, M. T. (1983) - *Carta Geológica de Portugal na esc. 1/50000. Notícia explicativa da Folha 39-C -Alcácer do Sal* - Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa.

BONNIN, J. (1984) - *Veau dans Vantiquité (Vhydraulique avant notre ère).* Paris, Ey rolles.

ÉTIENNE, R.; **MAKAROUN, Y.** & **MAYET,** F. (1994) - *Un grand complexe industriel à Troia (Portugal).* Paris, Boccard.

FERREIRA, J. Ribeiro (1985) - *Orla Marítima. Avieno* (Introdução, versão do latim e notas de). Instituto Nacional de Investigação Científica. Textos Clássicos - 23. Coimbra.

GONZALO Y TARIN, J. (1886) - *Memória de la Comisión del Mapa Geológico de España: Descripción física, geológica y minera de la provincia de Huelva*, 2 Vol. Madrid.

HAUCK, G. (1989) - L'aqueduc de Nîmes. *Pour La Science*, N.° 139 Mai, p. 76-81.

LANDELS, J. G. (1978) - *Engineering in the Ancient World.* London, Chatto & Windus.

OLESON, John P. (1984) - *Greek and Roman Mechanical Water - Lifting Devices: an History of a Technology.* Dordrecht, D. Reidel Publishing, Co.

PALMER, R. E. (1926/7) - Notes on some ancient mine equipment and systems. *Transactions of The Institute of Mining and Metallurgy*, XXXVI, p. 299-310.

QUÍNTELA, A. C.; **MASCARENHAS,** J. M. e **CARDOSO,** J. L. (1989) - Primeiro estudo sobre uma instalação romana de captação, elevação e armazenamento de água em Tróia (Portugal). *El agua en zonas aridas: Arqueologia e História. Actas I Colóquio de História y Medio Fisico.* Instituto de Estudios Almerienses. Departamento de Historia (Almería, 1989), p. 337-352.

SCHI0LER, T. (1973) - *Roman and Islamic Water-Lifting Wheels.* Odense University Press.

SILVA, C. Tavares da; **SOARES,** J.; **CARDOSO,** J. L.; **CRUZ,** C. Souto e **REIS,** C. A. Sousa (1986) - Neolítico da Comporta: aspectos cronológicos (datas 14C) e paleoambientais. *Arqueologia*, n.° 14, Porto, p. 59-82.

SOARES, J.; **TAVARES DA SILVA,** C. (1980) - O Neolítico da Comporta. *In Descobertas arqueológicas do Sul de Portugal.* Centro de História das Universidade de Lisboa e Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal.

SOARES, J. (1980) - *Estação romana de Tróia.* Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal. Setúbal.

VASCONCELOS, J. Leite de **(1905)** - *Religiões da Lusitânia*, **2** (p. **17, 18).** Lisboa, Imprensa Nacional.

VICENTE, E. Prescott (1967) - A foz do Sado e os territórios dos Cinetes e dos Cempsos no poema da Ora Maritima de Avieno. *Boletim do Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra,* n.° 5, p. 65-75.

VITRÚVIO *ca.* 25 a. C. - *Les Dix Livres d Architecture, corrigés et traduits en 1684 par C.* ***PERRAULT.*** Pierre Mardaga Ed. Bruxelles, 1979.

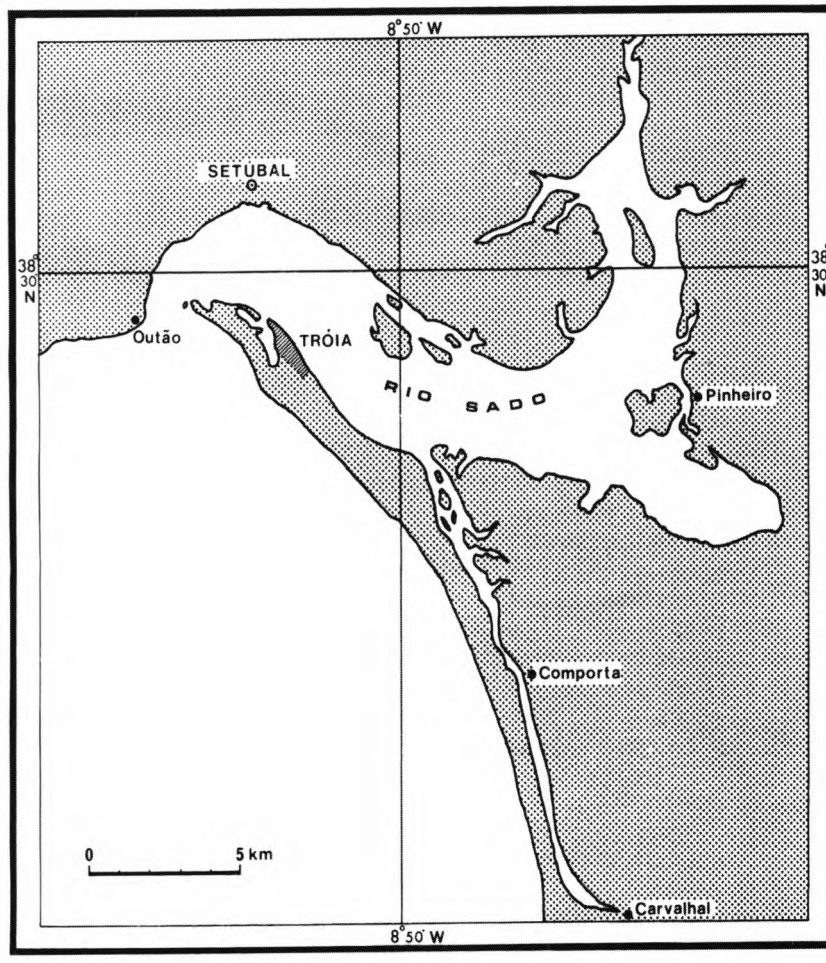


FIG. 1 - Instalação hidráulica de Tróia. Planta de localização da estação arqueológica

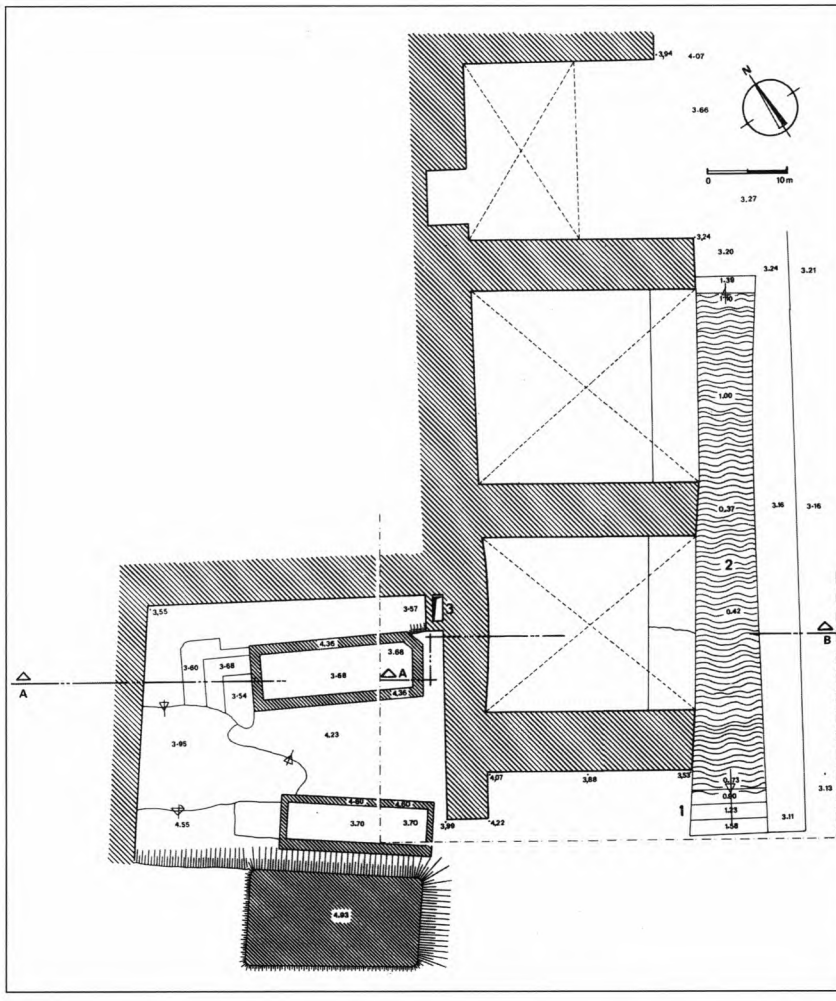


Fig. 2 - Instalação hidráulica de Tróia e obras adjacentes. Planta geral: 1 - escada do poço; 2 - poço; 3 - caleira vertical

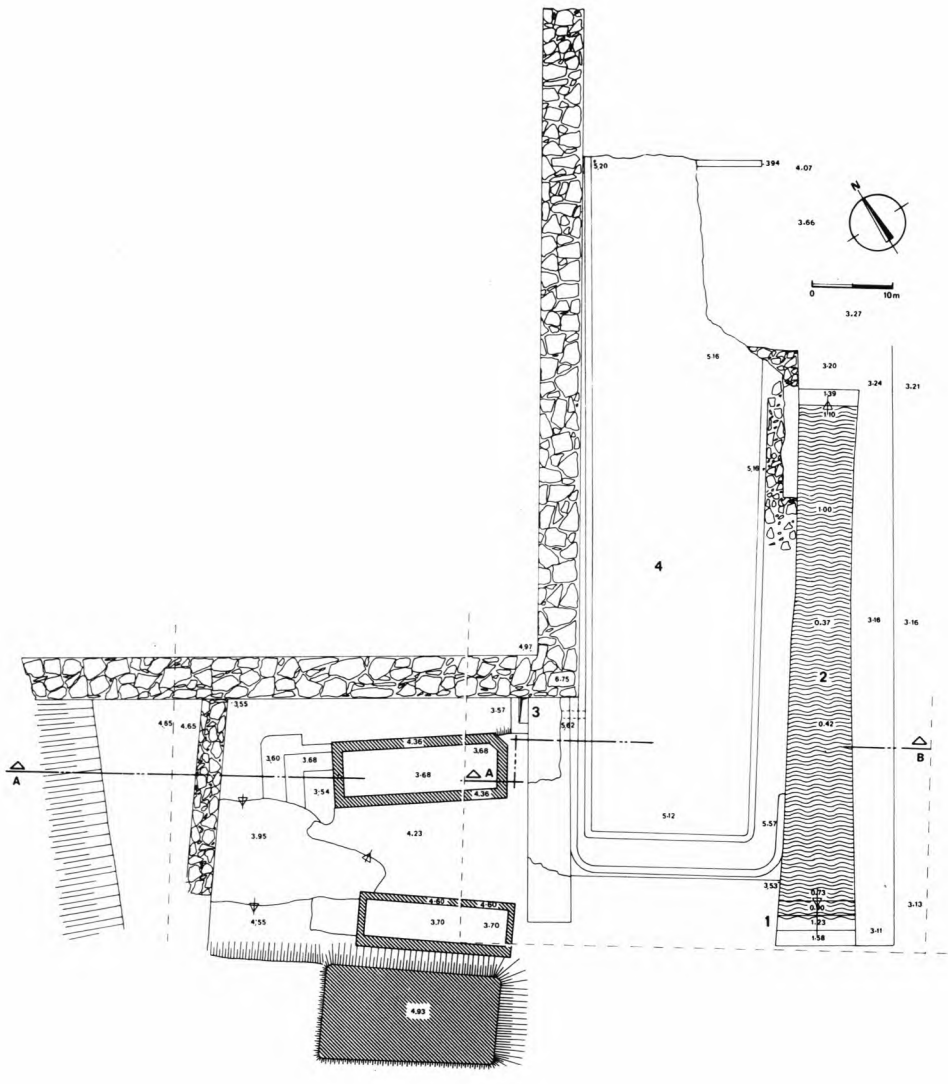


FIG. 3 - Instalação hidráulica de Tróia e obras adjacentes. Planta geral

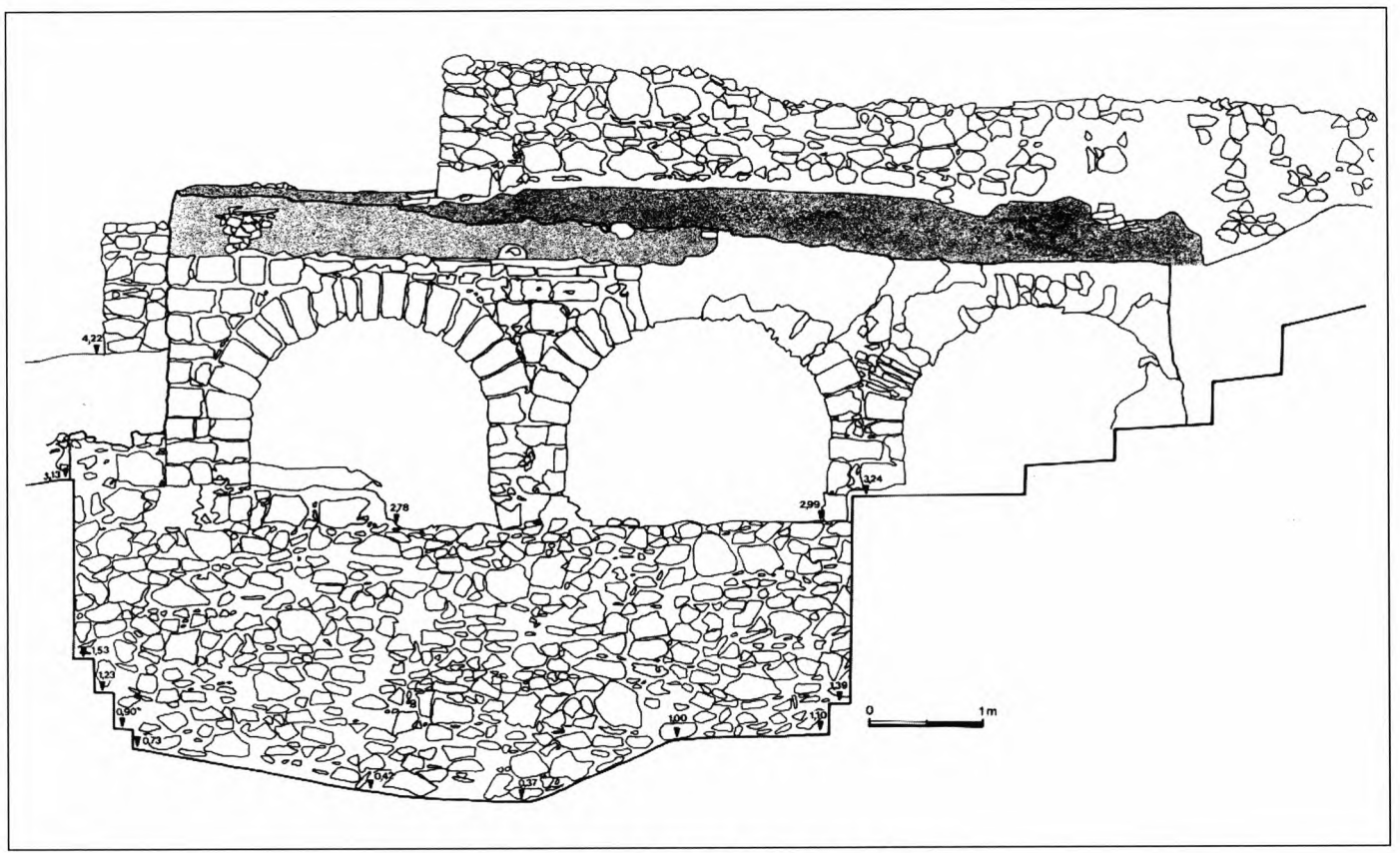


FIG. 4 – Instalação hidráulica de Tróia. Alçado

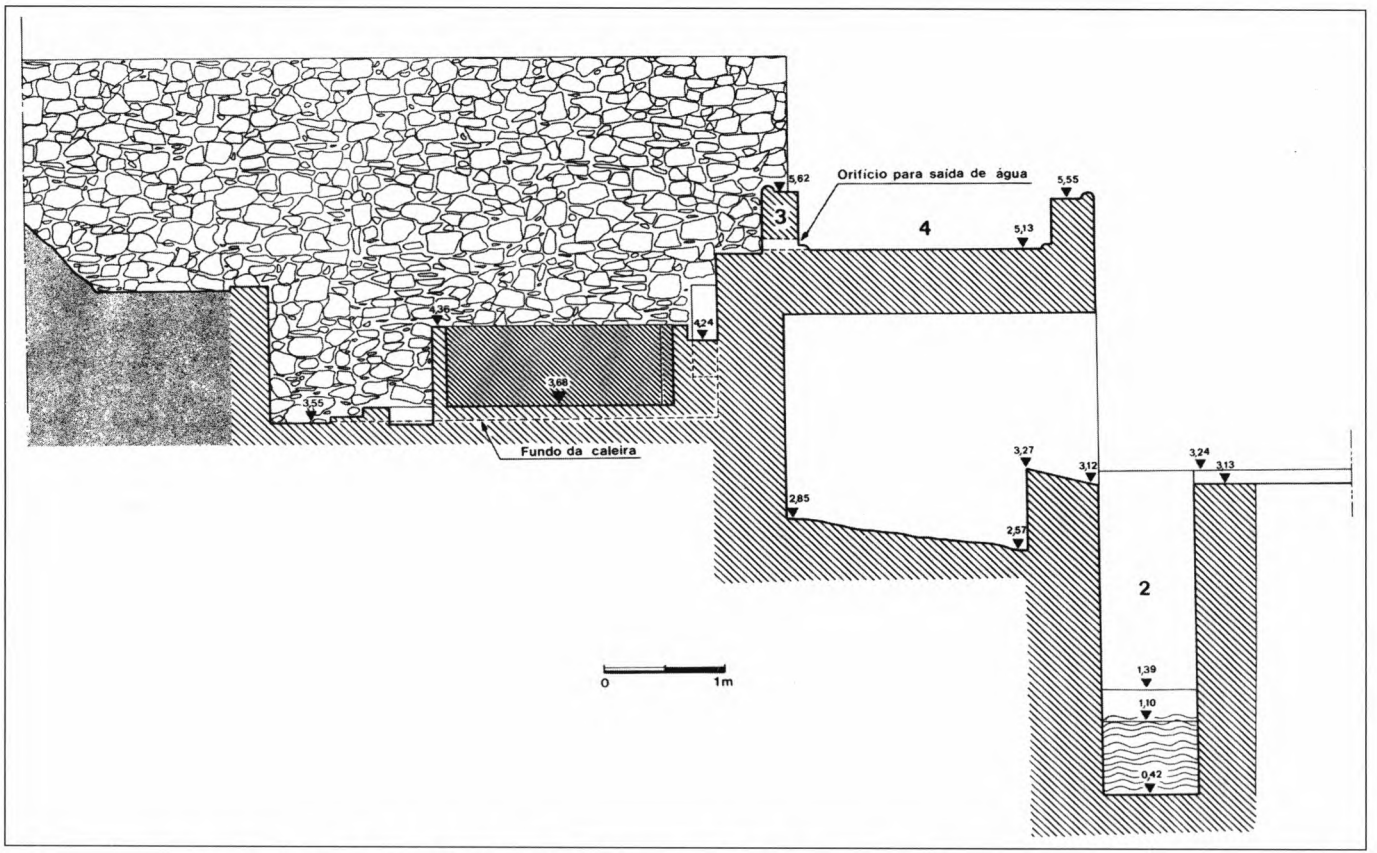


FIG. 5 – Instalação hidráulica de Tróia. Corte vertical A-B (2 – poço; 3 – caleira vertical; 4 – tanque)

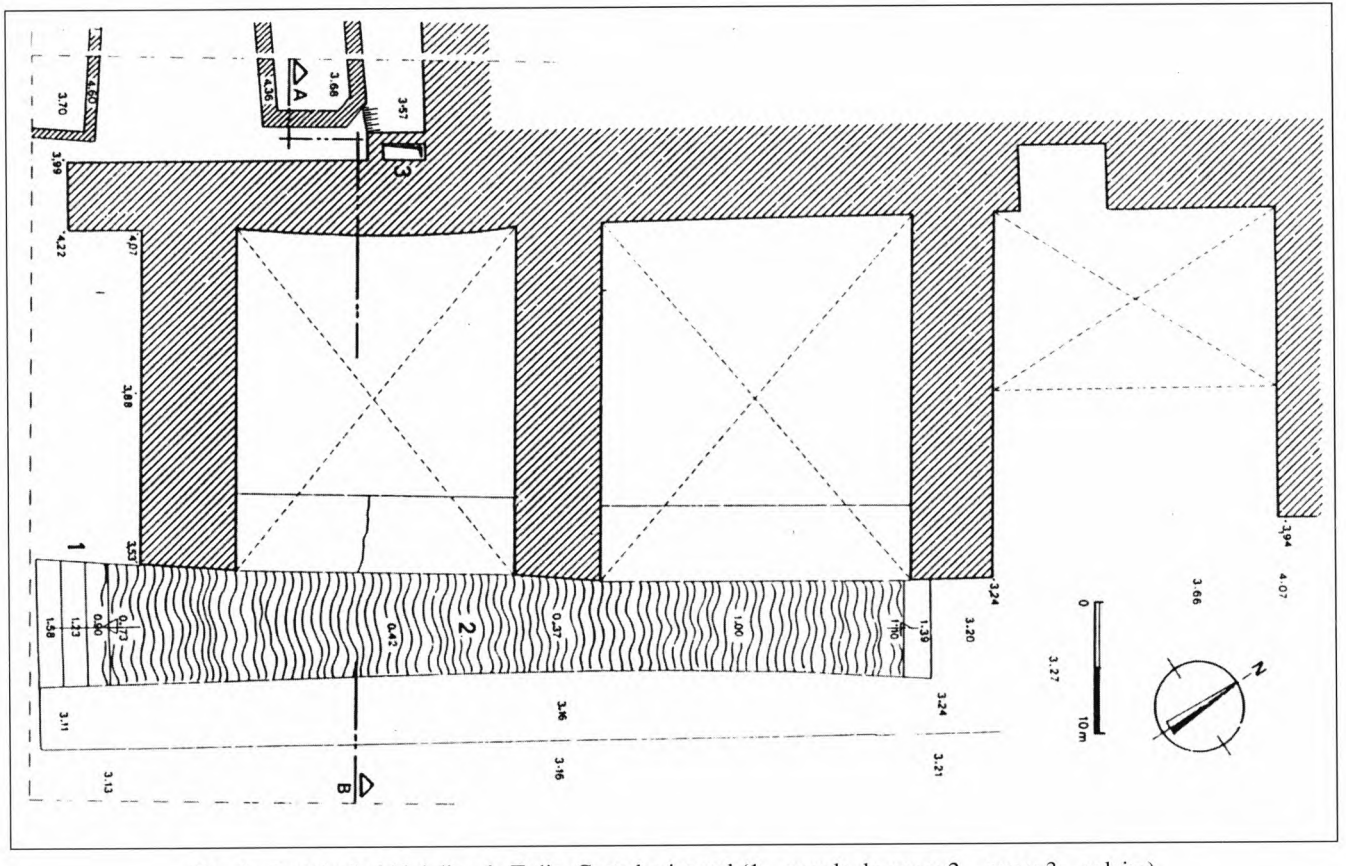


FIG. 6 – Instalação hidráulica de Tróia. Corte horizontal (1 – escada do poço; 2 – poço; 3 – caleira)

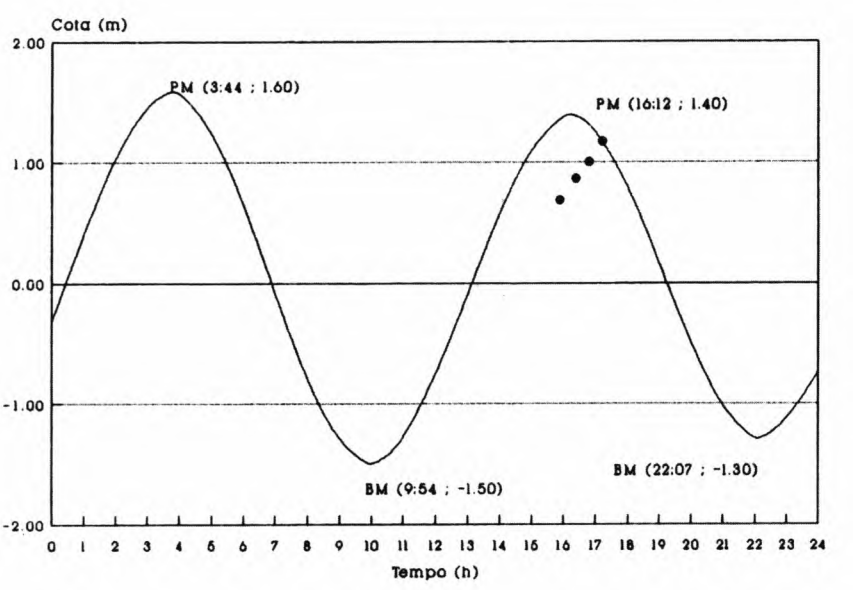


FIG. 7 - Evolução do nível da água no estuário, em Tróia, e observações do nível freático no poço da estrutura em 18 de Novembro de 1989

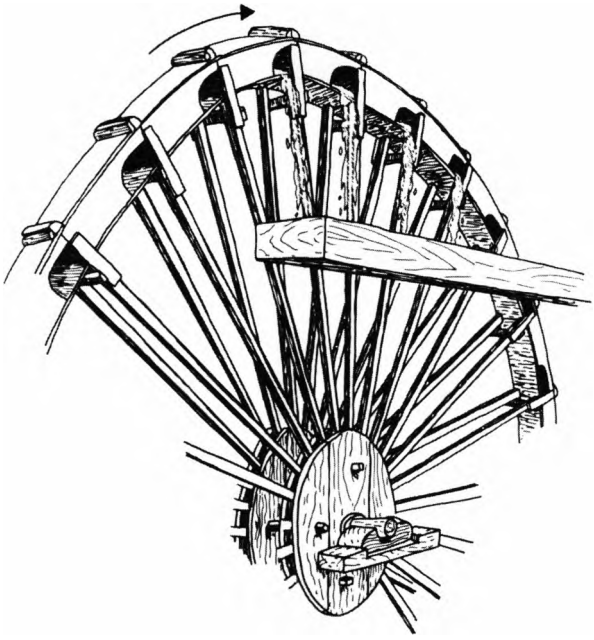


Fig. 8 - Instalação hidráulica de Tróia. Roda hidráulica de aro compartimentado

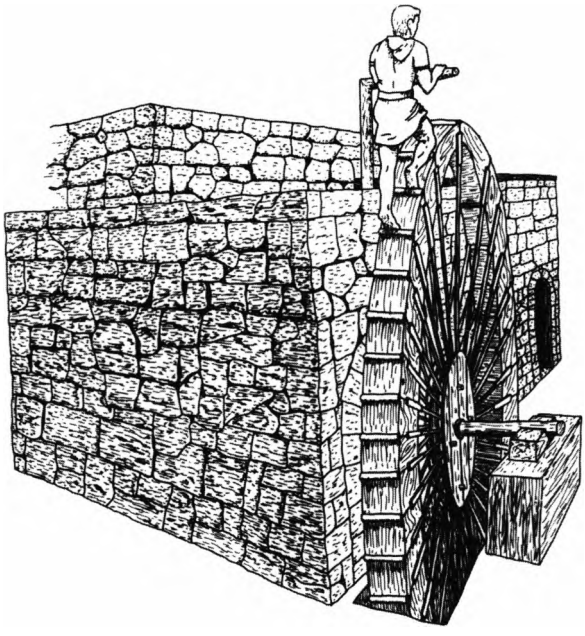


Fig. 9 - Perspectiva da provável instalação hidráulica de Tróia



FOTO 1 - Instalação hidráulica de Tróia. Vista geral da estrutura hidráulica



FOTO 2 - Instalação hidráulica de Tróia. Vista geral, notando-se o poço e a abóbada norte parcialmente destruída



FOTO 3 - Instalação hidráulica de Tróia. Vista geral, notando-se o poço e o revestimento exterior do tanque



FOTO 4 - Instalação hidráulica de Tróia. Pormenor do muro do tanque

(Página deixada propositadamente em branco)

CELSO JOSÉ DOS SANTOS NETO
Hidrogeólogo da Technische Universität Berlin

MIGUEL PESSOA
Arqueólogo/Museólogo do Museu Monográfico de Conimbriga

JOSÉ LUÍS MADEIRA
Técnico Superior do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra

UWE TRÖGER
Geólogo da Technische Universität Berlin

MANUEL MÁRIO DOS SANTOS SACRAMENTO
Espeleólogo do Grupo de Arqueologia e Espeleología de Pombal

OS POLOS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA DE CONIMBRIGA

«Conimbriga» XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 171-179

RESUMO: Conimbriga, no mais remoto tempo da sua ocupação humana (Séc. X a. C.), terá sido preferida por ser um local alto, plano, protegido e seguro *(konion* - eminência pedregosa; *brik* - elevação). Depois o aproveitamento destas condições naturais levou à sua fortificação.

Mas outra razão, não de menor importância, que terá pesado na escolha deste local e que a toponímia não lembra foi seguramente a da presença de água em abundância no vale a norte do planalto, na actual Condeixa-a-Velha. Aí se localizam cinco nascentes.

A cidade de Conimbriga do Alto Império (Séc. I a. C.) exigiu um maior e melhor abastecimento de água para os seus habitantes. O caudal das nascentes do vale a norte deixou de ser suficiente e a sua localização desadequada para a ligação directa a casas, fontes e termas. Foi então construído o aqueduto que captava água na maior nascente de Alcabideque.

O aqueduto romano não aguentou muitos séculos de uso e as invasões suévicas do Século V ter-lhe-ão provocado danos irreparáveis.

Isto terá levado a que os habitantes tivessem voltado a abastecer-se nas pequenas nascentes das imediações. Esta mudança não será estranha a

que o referido vale a norte se tenha vindo a tornar no berço da actual Condeixa-a-Velha, cujo núcleo urbano antigo, de plano peculiar com características medievais, é encimado pelo conjunto arciprestal formado pela igreja, cemitério e casa do arcipreste, **(CORREIA,** 1953).

Hoje, no entanto, em nenhuma das nascentes citadas brota água potável.

RÉSUMÉ: Dans les temps les plus reculés de son occupation humaine (X^{ème} siècle av. J.C.), Conimbriga a été préférée parce qu'elle un lieu défendable, plat et sûr *(konion-é*minence rocheuse, ÆnUélevation). En profitant de ces conditions naturelles, on l'a fortifiée.

Une autre raison, également très importante, dans le choix de ce site, que la toponymie ne rappelle pas, aura été sûrement la présence de Peau en abondance dans la vallée nord du plateau, aujourd'hui Condeixa-a-- Velha. On y trouve cinq sources naturelles.

Plus tard, la ville de Conimbriga, dans le Haut Empire (I^{er} siècle av. J.C.), a exigé une plus grande quantité d'eau pour le confort de ses habitants. Le débit des sources naturelles de la vallée nord n'était plus suffisant et leur localisation inadéquate pour la liaison directe aux habitations, thermes et fontaines. On a alors décidé de construire un aqueduc afin de capter les eaux de la source la plus importante d'Alcabideque. L'aqueduc romain n'a pas supporté des siècles d'utilisation et les invasions suèves du V^{ème} siècle ont causé des dommages irréparables.

Cet évènement va changer le comportement de la population restante qui va réutiliser les anciennes sources. Ce changement va créer de nouvelles conditions de vie à l'époque médiévale et la vallée nord deviendra le berceau de Condeixa-a-Velha. Ce noyau urbain ancien est dominé par l'ensemble archipresbytéral formé par l'église, le cimetière et la maison de l'archiprêtre **(CORREIA,** 1953).

Aujourd'hui, malheureusement, l'eau des sources n'est plus potable.

OS POLOS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA DE CONIMBRIGA

Introdução

Conimbriga, habitada desde o Bronze Final (séc X a.C.), era então abastecida por águas das nascentes cársicas das imediações.

Muitos séculos depois, no tempo do Imperador Augusto (séc. I a.C.), o crescimento populacional exigiu obras de captação de água de nascentes mais distantes. A solução veio com a construção do aqueduto que ligava a nascente de Alcabideque até às Termas do Sul em Conimbriga (est. II).

A população da cidade é difícil de calcular, mas a partir do caudal do aqueduto e dos gastos médios de água por pessoa poderá ser estimada, talvez com algum excesso, entre os 10.000 e os 15.000 habitantes no auge da ocupação romana (GOLVIN em ALARCÃO, 1977). Foi nessa época um dos centros culturais e económicos da Lusitânia.

As Fontes e os Aquedutos de Condeixa-a-Velha

A oeste de Condeixa-a-Velha, já nas proximidades do canhão flúvio-cársico de Conimbriga, encontram-se algumas nascentes, aquedutos, tanques e fontanários utilizados pelos habitantes deste vale, para seu abastecimento, em diferentes épocas.

Se admitirmos que, nos últimos séculos antes da era cristã, o regime hídrico era aproximadamente igual ao que observamos nos nossos dias, o caudal de verão destas nascentes terá rondado 1 1/s (valor encontrado nos verões de 1992 e 1993).

Conimbriga, 32-33 (1993-1994), 171-179

Algumas obras foram necessárias para evitar desperdícios e, mais importante, para preservar a qualidade das águas. Ao todo são 2 aquedutos, 5 tanques e 4 pias, que contruídos numa pequena área, podem transportar e armazenar parte das águas nascidas ao longo das encostas do planalto que sustenta as ruínas da antiga cidade romana (Foto 3). Uma outra importante obra hidráulica que devemos destacar é o aterramento parcial do vale e a criação de uma conduta subterrânea encaixada na drenagem, com cerca de uma centena de metros. Esta obra fez com que a ribeira que aí existia "desaparecesse" por debaixo das terras, ainda hoje cultivadas.

Para galgar a linha de água de pendente suave deste vale norte foram necessárias construções específicas das quais se conhece desde já, sob o viaduto, um grande colector onde ligam os sectores de rede de esgotos e drenagem de águas pluviais (OLEIRO, 1992). As águas do Rio dos Mouros (Foto 2) na vertente sul do planalto não eram susceptíveis de aproveitamento mesmo com construções hidráulicas, dada a existência de um declive topográfico bastante acentuado (aproximadamente 50 metros de desnível) e caudal intermitente.

Voltando ao vale norte, além da existência de um tanque de forma arredondada (est. VI/NC24) com aproximadamente 43 metros quadrados, outros tanques de menores dimensões e de formato rectangular, todos de data incerta, podem ainda ser encontrados nas proximidades do actual fontanário (Est. V/NC3), restaurado em 1925 (interior do aqueduto) e 1939 (lavadouro) pela Câmara Municipal de Condeixa.

Dois aquedutos foram aí construídos em época que se nos afigura difícil identificar (est. III). Recebiam água do maciço rochoso. Com ela as populações supriam as necessidades. Um dos aquedutos (NC28), de aproximadamente 15 metros de comprimento por 50 cm de largura e 90 cm de altura, desaguava num pequeno tanque *(opus Signinum* ?) revestido com cimento há duas décadas e construído em tempos recuados para armazenar o excesso de água que poderia ser utilizada em verões quentes e secos. Um segundo aqueduto (NC3), construído para captar águas nascidas nos tufos calcários (est. IV), agora mascarado pelos restauros praticados pela Câmara Municipal, apresenta características singulares, com uma conduta de 11,60 metros de comprimento que traz a água dividida em duas canaletas distintas.

A canaleta menor apresenta largura e profundidade média de aproximadamente 10 cm, enquanto que a canaleta maior possui uma largura de 15 cm e profundidade de 10 cm (est. IV). Sabendo que o

caudal encontrado na nascente NC3A é muito maior que em NC3B, é correcto afirmar que as águas não se misturam, visto que, se admitirmos um caudal de 10 l/s para as águas provenientes da canaleta maior a uma velocidade de 1 m/s, o que só poderia acontecer em invernos muito rigorosos, a altura máxima que a água poderá alcançar neste troço é de 7 cm, o que nos garante a separação entre as águas. No entanto, esta separação poderá indicar-nos que estamos perante águas de diferentes composições químicas, pois aparentemente não haveria outra razão para se fazer obra hidráulica tão singular. A mistura entre as águas das duas nascentes (NC3A e NC3B3) terá ocorrido após as obras de restauro em 1939.

A seguir ao fontanário, bordando o espaço da antiga via romana (PESSOA, 1991), encontramos a nascente NC21 (est. V) que desagua em 4 pias alinhadas e em ligação com um tanque de rega de aproximadamente 20 m^2 (T2) o qual armazena estas águas tufo/areníticas e também as das nascentes NC3. Esta água circula depois do tanque numa canaleta a céu aberto com cerca de 250 metros de comprimento irrigando a parte inferior do vale.

NC27 é uma pequena nascente que assinalámos tendo em conta que o seu caudal, apesar de reduzido, não seca no Verão.

A importância destas obras é mais significativa quando nos leva a concluir que as populações podiam distinguir as características químicas das águas sem que possuissem um elevado conhecimento químico ou hidrogeológico. Hoje, com algumas análises químicas, podemos confirmar que as águas provenientes dos tufos/arenitos possuem águas com características que vão de excelente a boa para o consumo humano, como demonstrado pelos Parâmetros de Classificação de Uso Doméstico (quadro 1). Porém, as águas vindas dos tufos apresentam uma classificação no máximo boa para todos os itens, mostrando, no entanto, as análises químicas contaminação em nitrato.

Para o Parâmetro de Classificação de Uso Agrícola (tabela 1) as águas tufo/areníticas são classificáveis como boas enquanto que as dos tufos são apenas admissíveis. Porém, neste caso a utilização dessas águas na agricultura não causaria maiores problemas para a saúde humana, podendo ocasionar no máximo o empobrecimento mais acelerado do solo caso a utilização deste fosse feita de uma maneira irracional.

Parâmetro de Classificação (Uso Doméstico)			
Parâmetros	Água		
	Excelentes	Boas	Más
Resíduo Seco (mg/1) Dureza (°d) Clorestos (mg/1)	<500 <8 <50	500- 1000 8-25 50- 150	> 1000 >25 > 150
Classificação das Águas			
Resíduo Seco (mg/1) Dureza (°d) Clorestos (mg/1)	NC=1 / NC21 / NCOl /NC21	NC03 NCOl /NC03/NC21 NC03	/ / /

Quadro 1: Parâmetros de Classificação de Uso Doméstico

Fica então claro que os primeiros habitantes desta área usufruíam dessas águas nascidas nas encostas do Canhão de Conimbriga. Porém, dado o crescimento populacional e a necessidade de uma maior protecção e conforto dos seus habitantes, novas fontes de água foram canalizadas e aproveitadas no abastecimento.

A cidade do Alto Império Romano exigiu mais quantidade de água do que o povoado proto-histórico. O caudal das nascentes da actual Condeixa-a-Velha deixou então de ser suficiente.

A construção de um aqueduto em ligação a casas, fontes e termas, suprindo todas as necessidades da cidade, era uma solução imprescindível.

O Aqueduto Augustano

Com 3.443,31 metros de comprimento, o aqueduto foi construído no tempo de Augusto, e captava a água da nascente de Alcabideque. Segundo os cálculos de J. C. Golvin (ALARCÃO, 1977), na época augustana, o débito máximo que comportava o aqueduto era de 217 1/s, decaindo com o tempo para 144 1/s na época Claudiana e 66 1/s entre os séculos III e IV, fenómeno este devido às incrustações de calcário que diminuíram a abertura do orifício de entrada.

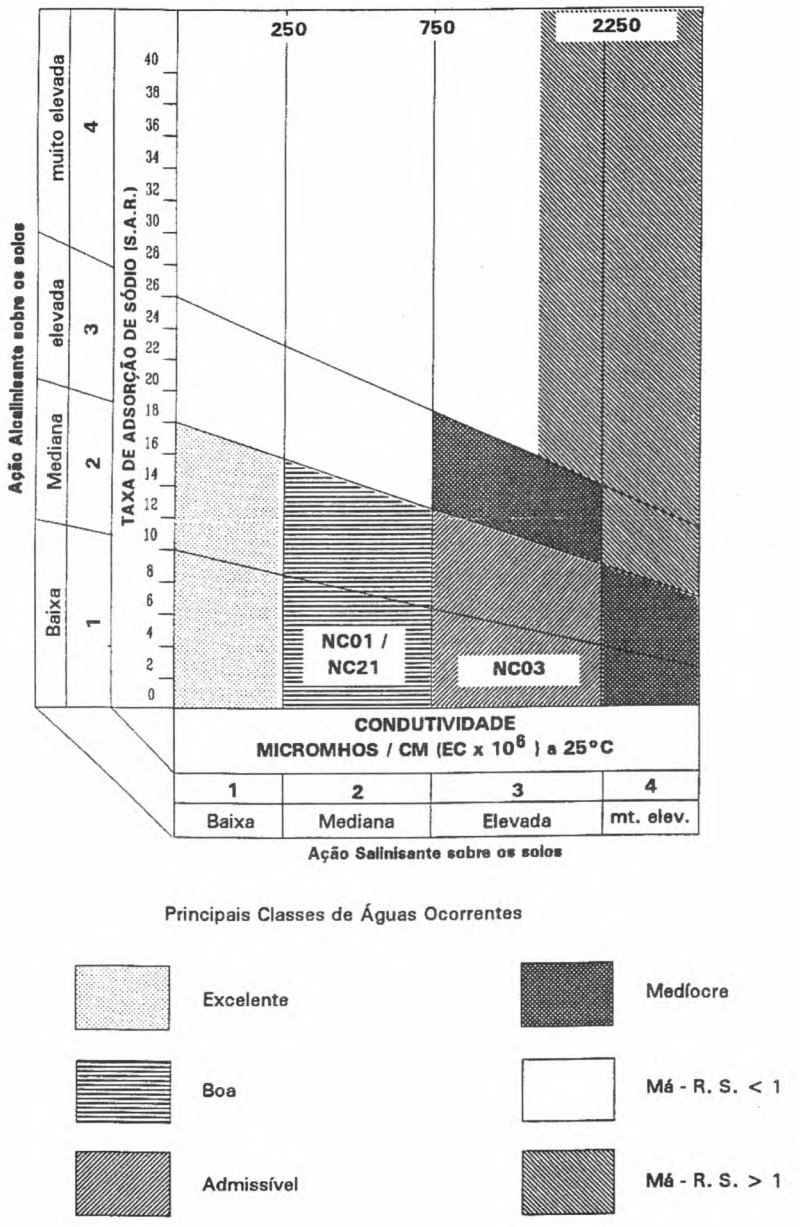


TABELA 1 - Parâmetro de Classificação de Uso Agrícola

Mesmo neste último período, a água era suficiente para abastecer uma população de 19.000 pessoas. Como Conimbriga não devia possuir mais do que 10.000 a 15.000 habitantes no período de maior crescimento, somos levados a discordar de Golvin (op. cit. - p. 60) quando afirma que "A redução a 5.700 m^3/dia pode representar uma situação crítica no século IV, ocasionado pela expansão demográfica natural e a multiplicação dos usos industriais."

Um facto importante a ser destacado é o do caudal medido na nascente de Alcabideque. A média observada nos invernos dos últimos anos é de 713,4 1/s, e nos verões de 116,3 1/s. Admitindo que esses valores sejam aproximadamente iguais aos verificados nos primeiros séculos de nossa era, e que o aqueduto comportava no máximo um caudal de 217 1/s como foi demonstrado por Golvin, é possível concluir que, nos invernos, grande parte do excedente de água que nascia em Alcabideque era destinada à agricultura ou armazenado em tanques localizados próximo da nascente. Nos verões, mesmo com a diminuição do caudal, a água ainda nascia com fartura, sendo uma parte canalizada para Conimbriga e a outra utilizada para suprir as necessidades dos camponeses. A existência de comportas laterais ao longo do percurso terrestre da conduta romana leva-nos a supor o aproveitamento duma parte deste caudal na agricultura.

Um outro factor que deve ter sido levado em consideração aquando da construção do aqueduto foi o da qualidade da água explorada. Parece-nos conveniente afirmar que os antigos povos tinham conhecimento da qualidade da água consumida, facto que já foi levantado anteriormente. De facto, a água que nasce em Alcabideque é calcária e consequentemente dura; porém, de acordo com os Parâmetros de Classificação tanto para Uso Doméstico como para Uso Agrícola pode ser classificada como de excelente a boa.

Conclusão

- A povoação que deu origem à cidade de Conimbriga abastecia-se das águas das nascentes cársicas encontradas no vale formado pelo canhão flúvio-cársico.
- A conduta subterrânea encaixada nas drenagens ao longo do vale de Condeixa-a-Velha, a norte do planalto de Conimbriga, faz parte de uma grande obra hidráulica ligada à retenção e cir-

culação das águas pluviais e domésticas, cuja datação seria do maior interesse tentar provar arqueológicamente.

- As águas das nascentes de Alcabideque e dos tufo/arenitos de Condeixa-a-Velha apresentam qualidade boa a excelente, tanto para consumo humano como para uso agrícola, o mesmo não se podendo dizer da água que nasce nos tufos das proximidades de Condeixa-a-Velha, a qual apresentava elevado grau de contaminação em nitrato aquando da realização das análises.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J.; **ETIENNE,** R.; **GOLVIN,** J.; **SCHREYECK,** J,; **MONTURET,** R.; **TAVARES, A.** (1977) - *Fouilles de Conimbriga - L'Architecture* pp. 5 1-64.

CORREIA, Vergilio; **GONÇALVES,** A. Nogueira (1953), *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Coimbra*, 4, Lisboa.

COSTA, F. E.; **AMARAL BRITES,** J. A. T. & **DORES PEDROSA,** M. Y. N. (1981) "Contribuição para o conhecimento hidrogeológico das águas subterrâneas do Ocidente Algarvio" - Separata do Tomo 67, fase. 1, das *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal.* Lisboa p. 99-118.

HÖLTING, B. (1989) - *"Hidrogeologie: Einführung in die allgemeine und angewandte Hydrogeologie*", Stuttgart.

NETO, C.; **PESSOA,** M; **TRUGER,** U.; **SACRAMENTO,** M. (1993) - "As feições cársicas encontradas nas proximidades de Conimbriga e os tufos de Condeixa: aspectos hidrogeológicos, geomorfológicos e espeleogenéticos", 4.ª Reunião do Quaternário Ibérico, Universidade de Coimbra.

OLEIRO, J. M. B. (1992) - *Casa dos Repuxos. Conimbriga* (Corpus dos Mosaicos Romanos de Portugal. Conventus Scallabitanus), Conimbriga.

PESSOA, M.; MADEIRA, J. L.; **FERREIRA,** D. (1991) - **A** *Muralha Augustana de Conimbriga, Condeixa-a-Velha. Elementos de estudo*, Condeixa.

As análises bacteriológicas realizadas pelo Centro de Saúde de Condeixa (Equipa de Serviço Sanitário) mostram que as águas das nascentes referidas estão impróprias para consumo sobretudo nos meses de Verão.

Agradecemos a colaboração do Prof. Doutor Jorge de Alarcão do Instituto de Arqueologia de Coimbra, João Paulo Domingues do GAEP de Pombal, Nuno Redinha de Condeixa-a-Nova, Miguel Bandeira Pessoa do Núcleo de Espeleología de Condeixa (N.E.C.), pintor João Pocinho, população de Condeixa-a-Velha, Dr. Manuel Moraes da Divisão de Hidrogeologia dos Serviços Geológicos de Portugal e fotógrafo António Pinto do Instituto da Juventude de Coimbra.



FOTO 1 - Nascente de Alcabideque. Ao fundo torre romana de captação de água. NC1
(Foto de Antonio Pinto)



FOTO 2 - Cascata do canhão fluviocàrsico do Rio dos Mouros (Foto de Antonio Pinto)

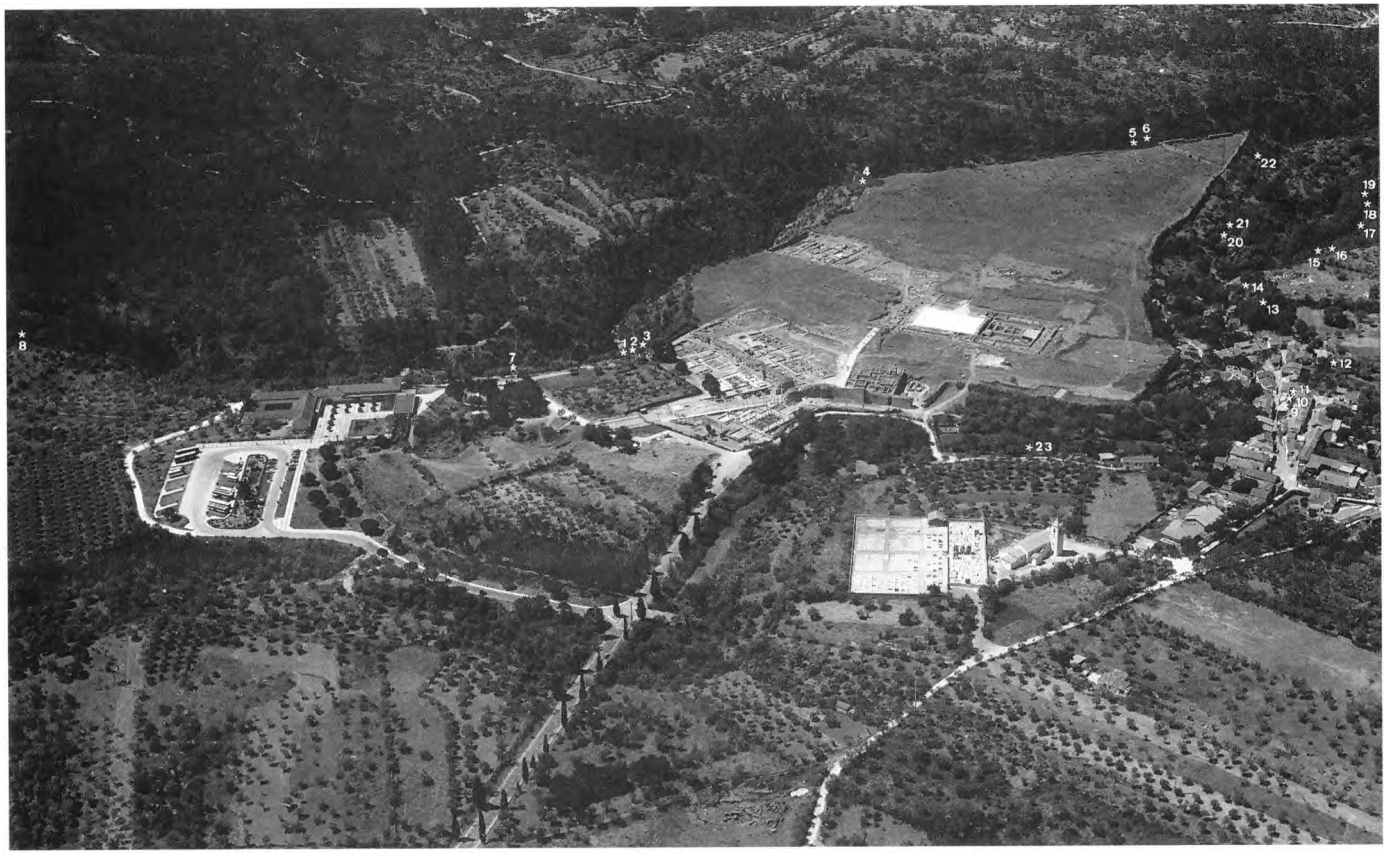


FOTO 3 – Grutas, lapas, abrigos e dolinas (Foto de Delfim Ferreira, 1990)

RIO DOS MOUROS

1. Gruta das Termas. 2. Abrigo Pequeno. 3. Abrigo das Aranhas
4. Dolina da Cheminé. 5. Lapa dos Jovens. 6. Gruta da Igreja dos Mouros
7. Lapa dos Loureiros. 8. Lapa da Cascata

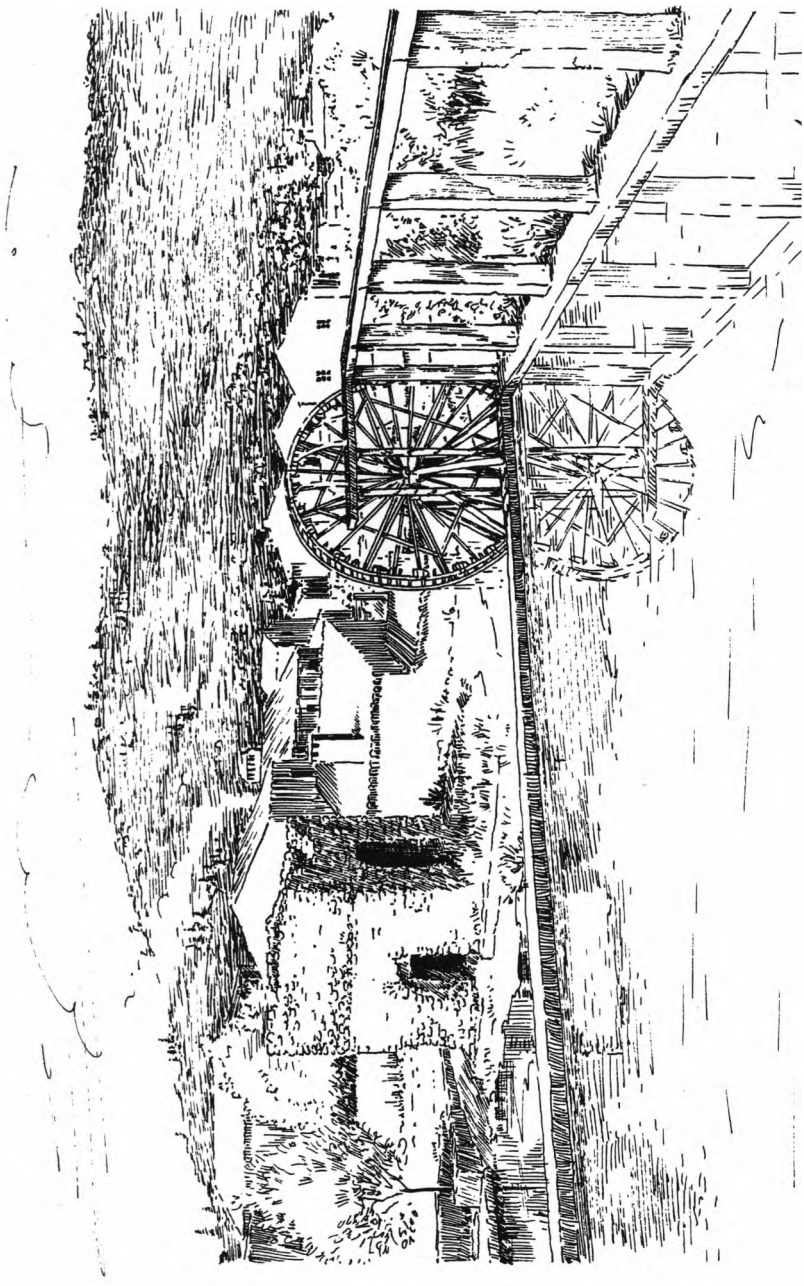
CONDEIXA A VELHA

9. Lapa do Curral Concelho. 10. Abrigo do Justo. 11. Abrigo do Galinheiro
12. Abrigo dos Quatro Donos. 13. Abrigo da Muralha Antiga. 14. Abrigo da Eira
15. Lapa dos Outeiros. 16. Abrigo dos Outeiros. 17. Lapa dos Arenitos
18. Abrigo das Lapinhas. 19. Abrigo da Boavista. 20. Gruta da Claridade
21. Gruta dos Três Morcegos. 22. Lapa das Pombas

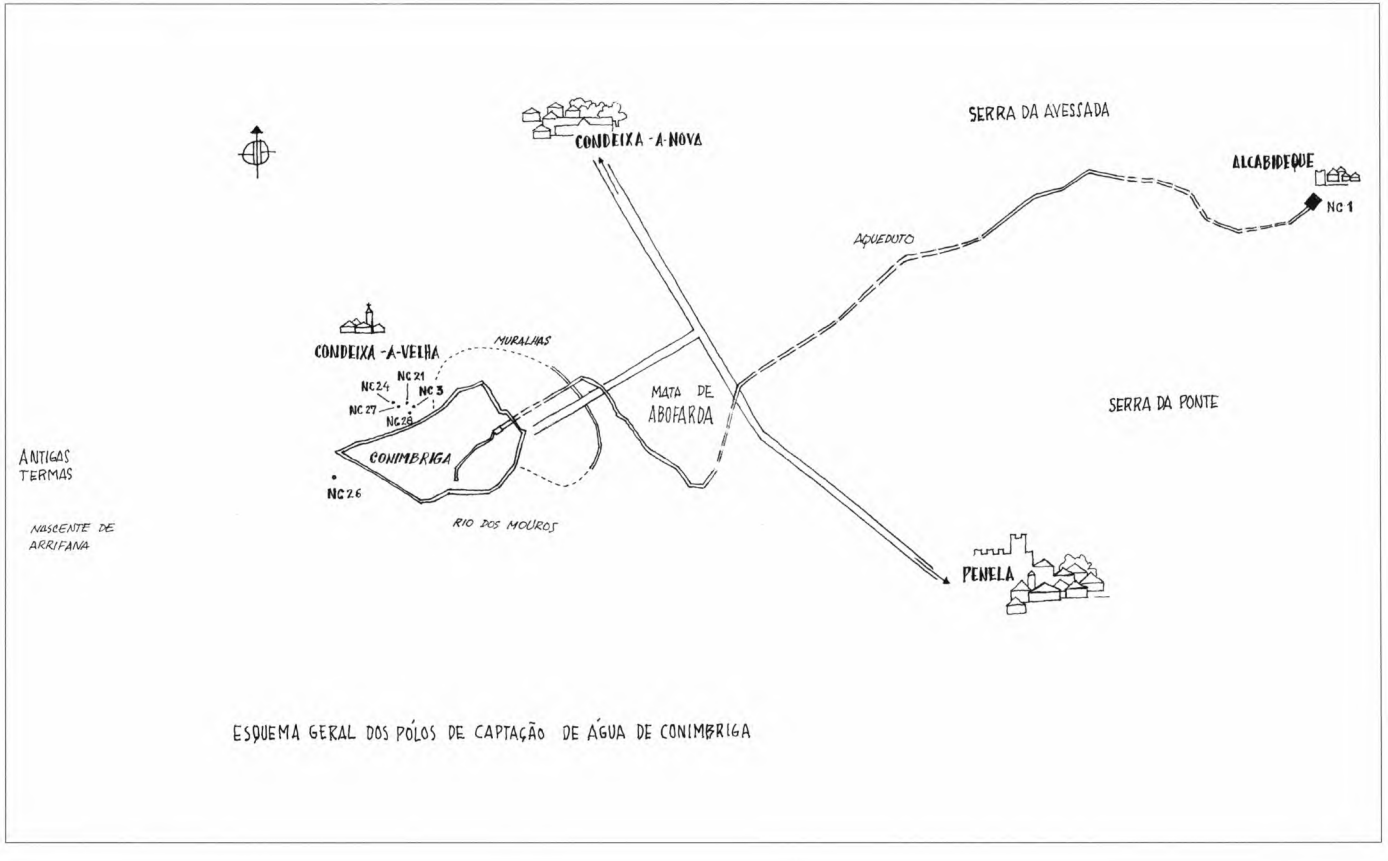
LEGENDA DA FOTO **3**



FOTO 4 - Aqueduto da nascente de Condeixa-a-Velha, NC3 (Foto de Antonio Pinto)

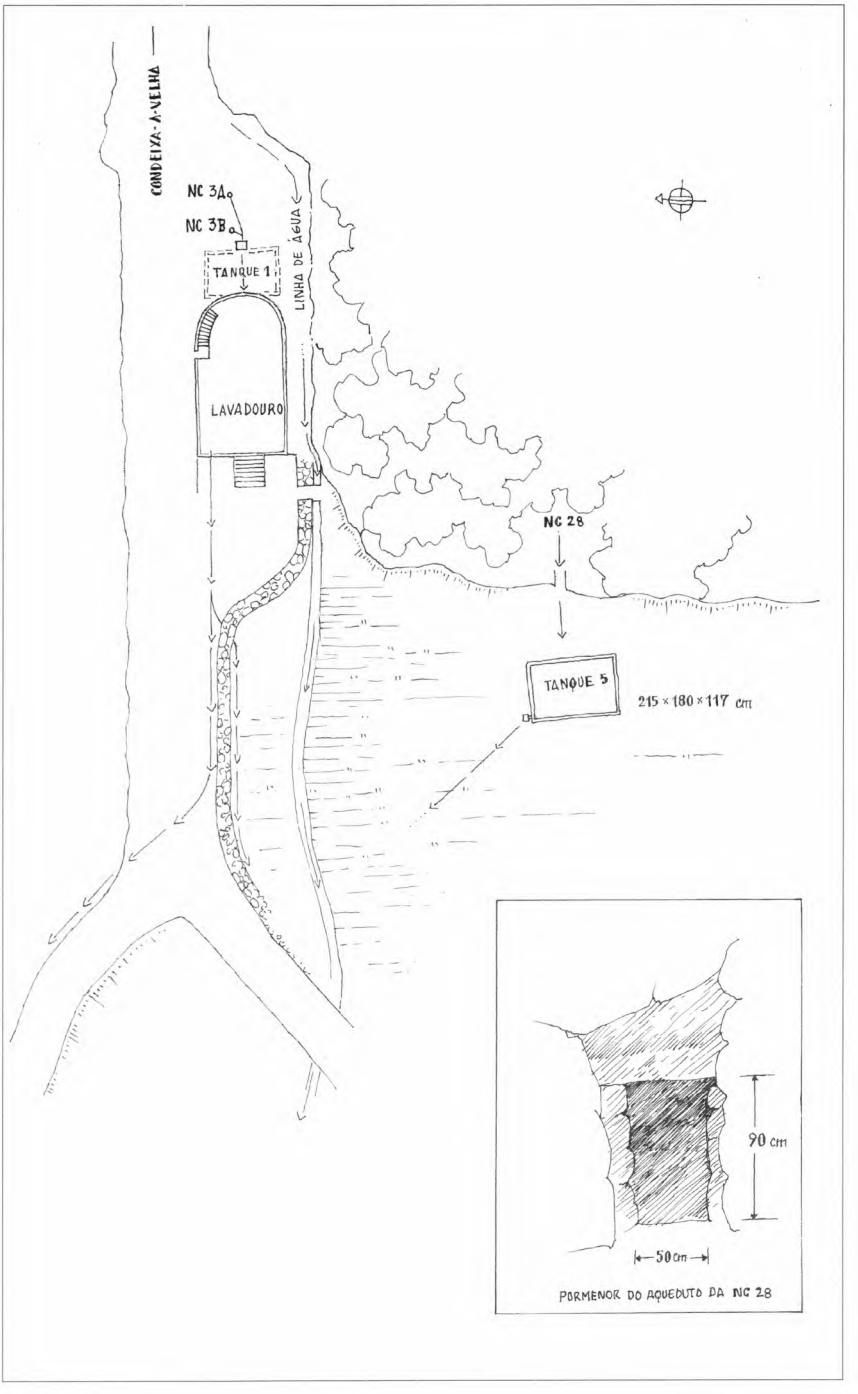


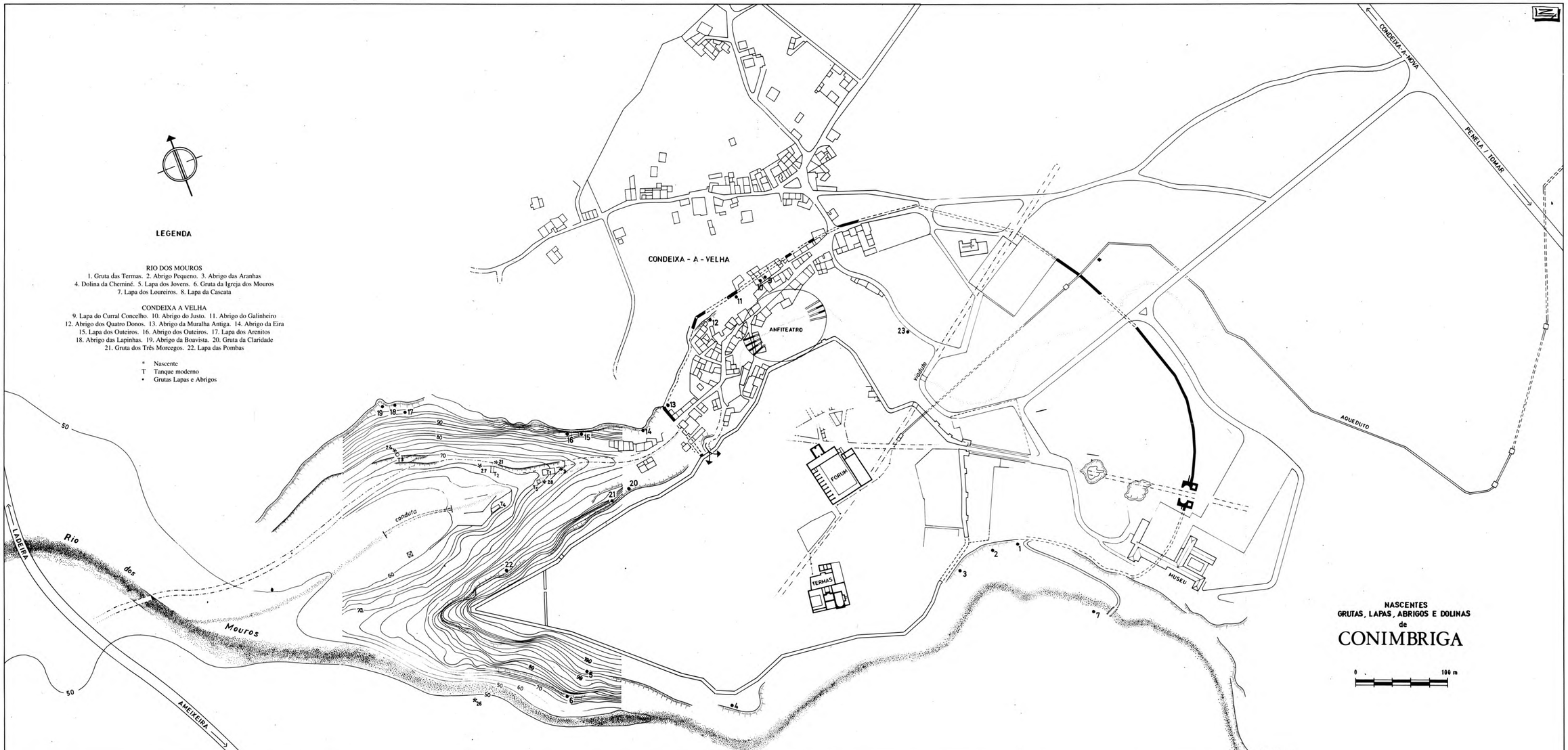
Torre romana da nascente de Alcabideque e reconstituição da roda de água moderna (Desenho de João Pocinho)



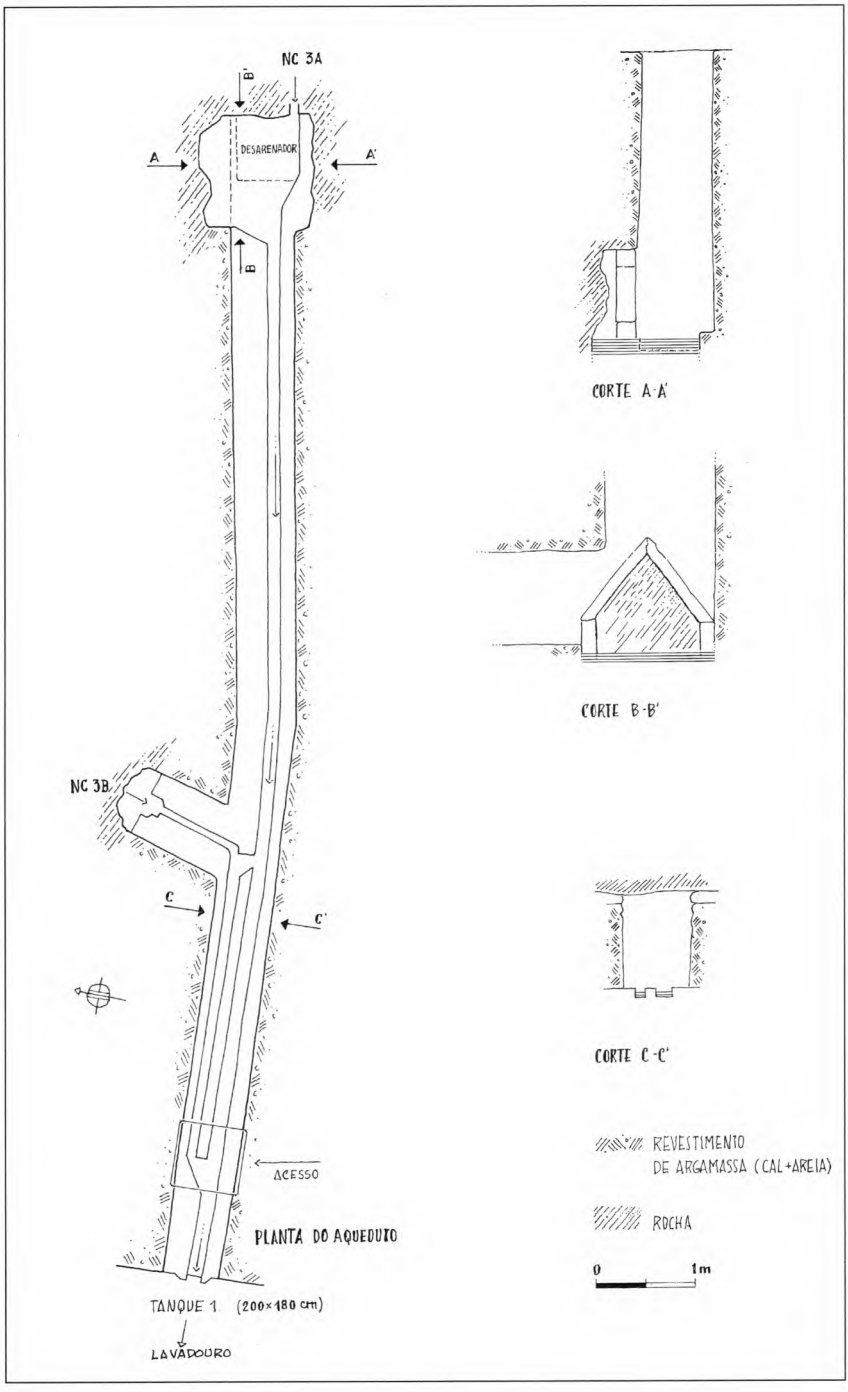
ESQUEMA GERAL DOS PÓLOS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA DE CONIMBRIGA

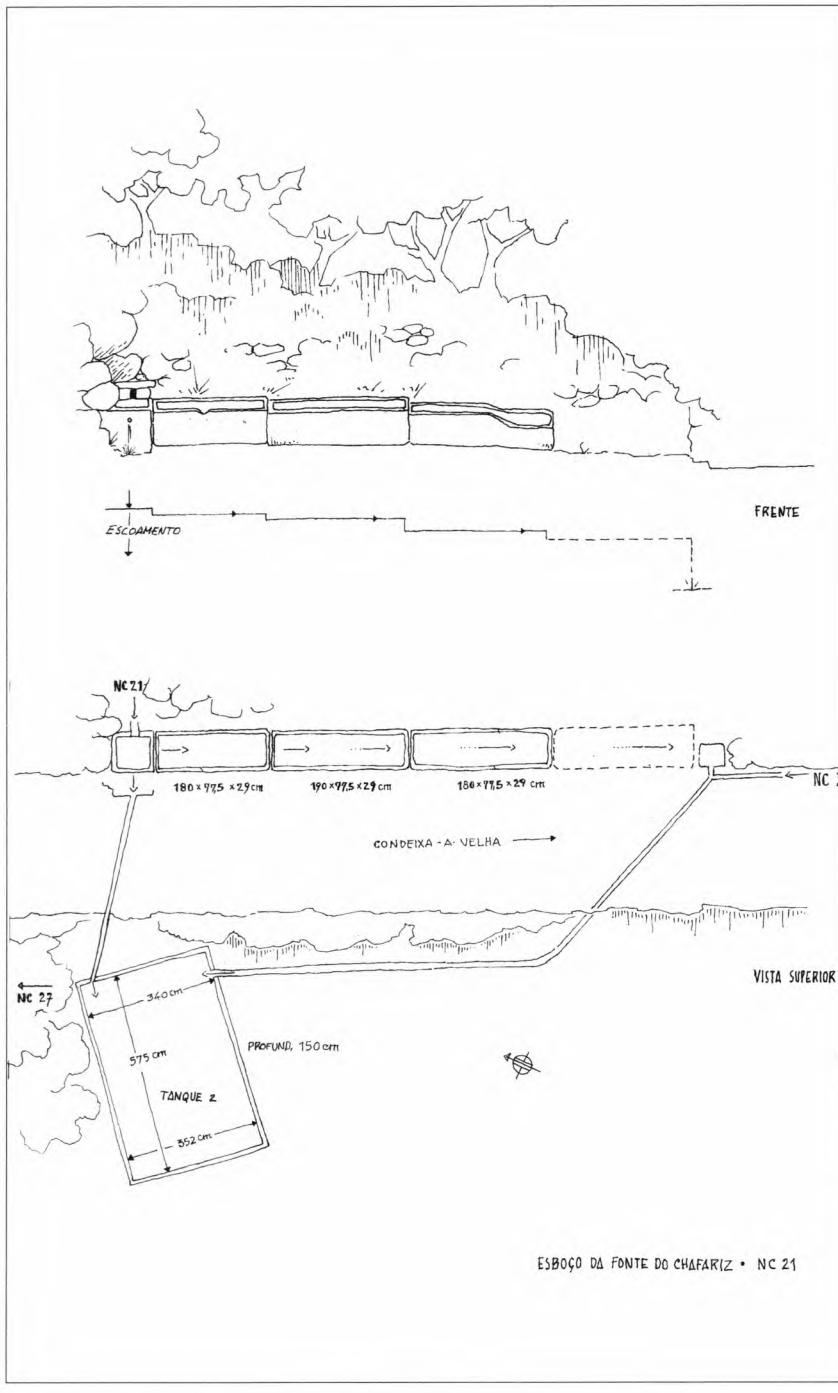
EST. II


CONDEIXA-A-VELHA
NC 3A
NC 3B
TANQUE 1
LINHA DE ÁGUA
LAVADOURO
NC 28
TANQUE 5
215 × 180 × 117 cm
90 cm
50 cm
PORMENOR DO AQUEDUTO DA NC 28

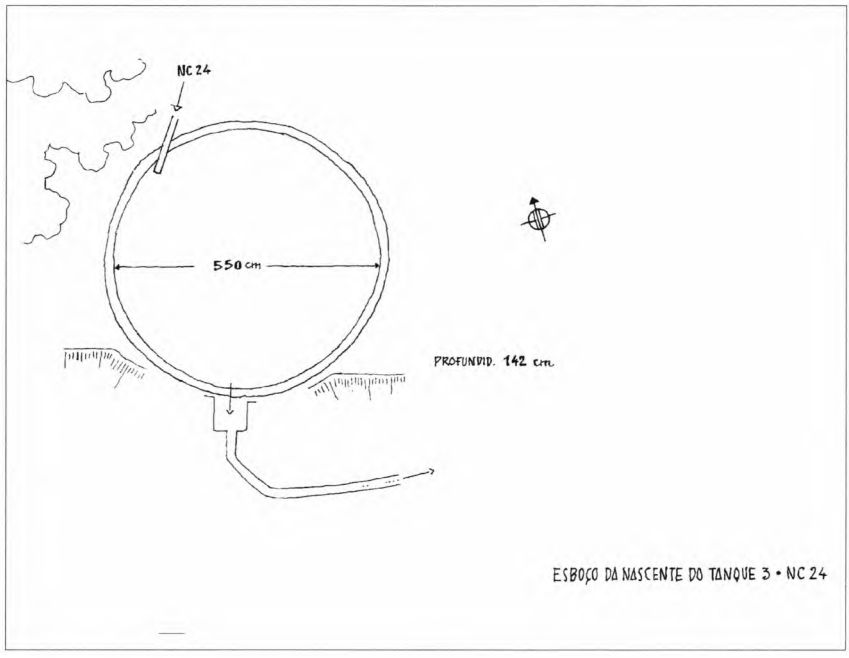

LEGENDA
RIO DOS MOUROS
1. Gruta das Termas. 2. Abrigo Pequeno. 3. Abrigo das Aranhas
4. Dolina da Cheminé. 5. Lapa dos Jovens. 6. Gruta da Igreja dos Mouros
7. Lapa dos Loureiros. 8. Lapa da Cascata
CONDEIXA A VELHA
9. Lapa do Curral Concelho. 10. Abrigo do Justo. 11. Abrigo do Galinheiro
12. Abrigo dos Quatro Donos. 13. Abrigo da Muralha Antiga. 14. Abrigo da Eira
15. Lapa dos Outeiros. 16. Abrigo dos Outeiros. 17. Lapa dos Arenitos
18. Abrigo das Lapinhas. 19. Abrigo da Boavista. 20. Gruta da Claridade
21. Gruta dos Três Morcegos. 22. Lapa das Pombas
* Nascente
T Tanque moderno
• Grutas Lapas e Abrigos
CONDEIXA-A-NOVA
PENELA / TOMAR
CONDEIXA - A - VELHA
ANFITEATRO
VIADUTO
AQUEDUTO
FORUM
TERMAS
MUSEU
conduto
Rio dos Mouros
LAMEIRA
AMEIXEIRA
NASCENTES
GRUTAS, LAPAS, ABRIGOS E DOLINAS
de
CONIMBRIGA
0 100 m

(Página deixada propositadamente em branco)

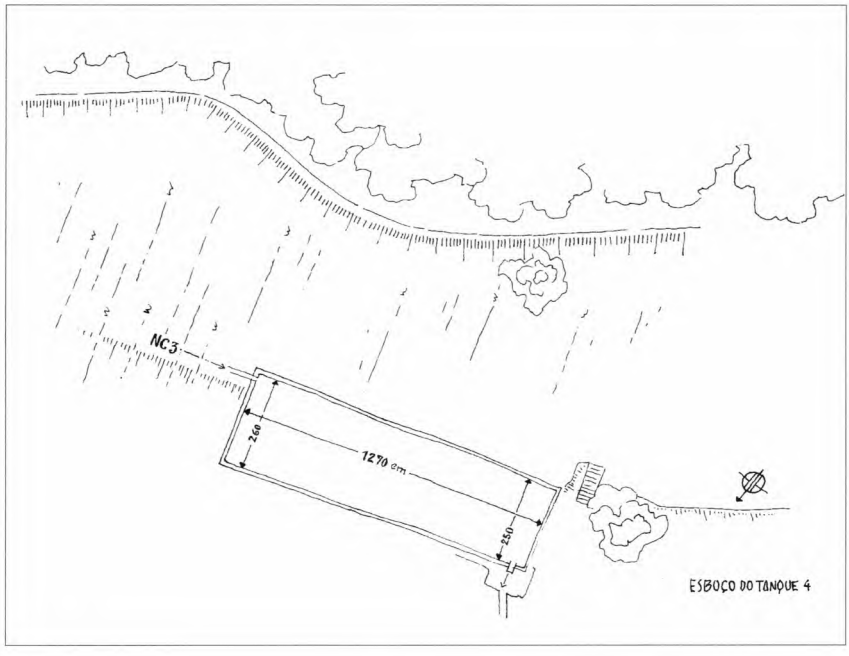

NC 3A
B
B'
A
A'
DESARENADOR
NC 3B
C
C'
ACESSO
PLANTA DO AQUEDUTO
TANQUE 1 (200×180 cm)
LAVADOURO
CORTE A-A'
CORTE B-B'
CORTE C-C'
REVESTIMENTO DE ARGAMASSA (CAL+AREIA)
ROCHA
0
1m



ESBOÇO DA FONTE DO CHAFARIZ • NC 21



ESBOÇO DA NASCENTE DO TANQUE 3 • NC 24



ESBOÇO DO TANQUE 4

(Página deixada propositadamente em branco)

J. NORTON
Arqueólogo

JOÃO LUÍS CARDOSO
Universidade Nova de Lisboa. Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras - Câmara Municipal de Oeiras

C. TAVARES DA SILVA
Centro de Estudos Arqueológicos do Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal

M. H. **CANILHO**
Faculdade de Ciências de Lisboa

ÂNFORAS DA *VILLA* ROMANA DE VILARES DE ALFUNDÃO (FERREIRA DO ALENTEJO)

«Conimbriga» XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 181-190

RESUMO: OS autores estudam um conjunto anfórico recolhido nos restos conservados à superfície de uma *villa* romana, Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo).

Da análise tipològica e do estudo das pastas cerâmicas, conclui-se que a maioria terá sido fabricada nos fornos do Baixo Sado, predominando largamente as formas Dressel 14b e Almagro 51c. Tais resultados são comparados e discutidos, especialmente com os obtidos do estudo das ânforas de S. Cucufate (Vidigueira). Em dois fundos de ânforas Dressel 14 aparece o mesmo grafito e um dos exemplares da forma Almagro 50 ostenta na asa a marca [...] CVRVCVNIN.

ABSTRACT: In this article the authors present the study of *amphorae* from a Roman *villa* at Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo).

Form analysis has been undertaken, as well as fabric and mineralogical observations, by means of thin-sections under petrographic microscope, and origins are broadly assessed.

Comparisons are made with the close roman *villa* at São Cucufate (Vidigueira).

Two spikes of Dressel 14 type were marked with the same *graffiti* and one Almagro 50 handle contained the stamp [...] CVRVCVNIN.

(Página deixada propositadamente em branco)

ÂNFORAS DA *VILLA* ROMANA DE VILARES DE ALFUNDÃO (FERREIRA DO ALENTEJO) (*)

1. Introdução

O presente artigo tem por base materiais provenientes da estação romana conhecida por Vilares de Alfundão, cujas coordenadas são as seguintes: M = 206, 8; P = 127, 1 (Carta Militar de Portugal, folha 509, esc. 1:25.000). Situa-se à cota de 138 m, no concelho de Ferreira do Alentejo (Fig. 1).

Este sítio arqueológico foi referido por Leite de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1936), Abel Viana (VIANA, 1946) e dementino Amaro (AMARO, 1982), e corresponde a uma *villa* romana de considerável riqueza a julgar pela abundância e qualidade dos materiais recolhidos e pela existência de mosaicos e estuques pintados (Fig. 2 e 3).

Os vestígios detectados e os materiais recolhidos em diversas ocasiões, a seguir a lavras fundas, confirmaram as referências dos autores acima citados.

Por outro lado, os restos encontrados testemunham ocupação ou ocupações que vão do séc. I à época visigótica. Abel Viana (VIANA, 1954) referiu e reproduziu, em fotografia, pedras trabalhadas atribuídas a este período.

Os autores estão conscientes das limitações que decorrem das circunstâncias em que os materiais foram recolhidos: colheitas de superfície, fora de contexto. Pensa-se, contudo, que tal facto não exclui a possibilidade de extrair de tais materiais tudo o que se revele útil e esclarecedor para a investigação arqueológica.

(*) Recolha dos materiais - J.N.; estudo arqueológico - J.N., J.L.C. e C.T.J.; estudo ceramológico - J.L.C. e M.H.C.; desenhos de B. Ferreira.

De todo o conjunto, as ânforas são dos elementos mais importantes, relativamente a dados novos e a algumas questões que podem ser aclaradas e corroboradas através da respectiva análise.

É, pois, pelas ânforas que iniciaremos, com o presente trabalho, o estudo desta estação.

2. Análise tipológica

Apesar de o material se encontrar bastante fragmentado, foi possível fazer corresponder a formas determinadas um grande número de peças, discriminadas no quadro seguinte:

	Bordos Asas Fundos	Totais
Beltran II	1	1
Dressel 14b	45 36 21	102
Var 1	27	
Var 2	18	
Almagro 50	4	4
Almagro 51c	21 11 12	44
Var 1	3 2 1	
Var 2	6 5	
Var 3	7 6	
Var n/det.	5 9	
Outras n.i.	2 8 6	16
Totais gerais	72 56 39	167

A forma melhor representada é a Dressel 14b, com duas variantes: a primeira apresenta lábio com espessamento de secção subtriangular,

com aresta mais ou menos vincada; na ilha do Pessegueiro, esta variante aparece nos níveis da segunda metade do séc. I (SILVA & SOARES, 1993). Asegunda possui lábio de espessamento convexo (alguns exemplares com acentuado espessamento). Esta é uma característica muito comum nas ânforas deste tipo encontradas nos níveis do séc. II da ilha do Pessegueiro e também nos níveis mais tardios da produção da ânfora Dressel 14b dos fornos 1 e 2 da Herdade do Pinheiro (escavações inéditas de F. Mayet e C. Tavares da Silva).

As asas são sempre largas e espessas com uma canelura longitudinal na face externa que pode ter sido praticada, em alguns casos, com o dedo polegar.

Os pés terminam em glande, salvo em dois exemplares, sendo, num destes, cónico e afilado.

Em dois dos pés observam-se grafitos geométricos idênticos.

Nota-se, em grande parte dos lábios, no topo, a presença de grãos de areia, correspondendo à superfície de contacto da ânfora, invertida, com o solo, em certo momento da sua fabricação (MAYET, 1990: 30 e 31).

A ânfora Almagro 51c aparece em três variantes, com as seguintes características:

1 - Lábio com espessamento a tender para convexo; asa partindo da base do lábio. Diâmetro da boca observado num dos fragmentos - 10.6 cm. Pé cilíndrico, oco, bem diferenciado do bojo, com uma depressão na base, fazendo um anel.
Esta variante ocorre na ilha do Pessegueiro em níveis da segunda metade do século III e primeira metade do século IV (SILVA & SOARES, 1993: 117).

2 - Lábio subtriangular; as asas arrancam da aresta do lábio.
Diâmetros da boca entre 11.2 e 11.7 cm. Fundo cilíndrico, oco, bem diferenciado do bojo, com base plana. Um exemplar corresponde a uma ânfora com ombros largos, devendo ter o bojo piriforme. É comum nos níveis da segunda metade do século IV das entulheiras dos fornos do Martinhal, perdendo importância, da base para o topo das sequências estratigráficas aí observadas (SILVA, COELHO-SOARES & CORREIA, 1990).

3 - Lábio subtriangular, com asa a fazer corpo com o próprio lábio;
diâmetros de boca observados entre 9.8 e 10 cm. Pé subcilíndrico ou cónico, oco, diferenciando-se mal do bojo que seria fusiforme. De acordo com as observações efectuadas na ilha

do Pessegueiro e nos fornos do Martinhal, esta variante desenvolve-se a partir da segunda metade do século IV (prolonga-se pelo século seguinte).

As asas constituem, no seu aspecto geral, um traço comum entre as três variantes: em fita, pouco espessas, em quarto de circunferência.

Nos fornos do Martinhal notou-se desaparecimento tendencial das caneluras longitudinais nas asas, das ânforas mais antigas para as mais modernas.

A ânfora Almagro 50 está representada por quatro fragmentos, sendo possível observar as características dos lábios e asas. Assim, aqueles possuem espessamento externo de secção triangular, num dos casos com um ressalto por baixo do vértice exterior. As asas são de secção ovalada ou subcircular, arrancando do lábio e desenhando com ele uma superfície de forma triangular.

Um dos exemplares apresenta na asa a marca incompleta - [...] CVRVCVNIN - (Est. II, n.° 12).

Esta variante da forma Almagro 50 aparece no estabelecimento de produção de salga da Quinta de Marim (Loulé) em nível datável do segundo quartel do séc. III (SILVA, SOARES & COELHO-SOARES, 1992: 340), e na ilha do Pessegueiro, em níveis da segunda metade do século III e dos inícios do século IV (SILVA & SOARES, 1993: 117).

3. Análise das pastas

3.1. *Observações macroscópicas*

Nas ânforas Dressel 14 foi observada uma pasta esponjosa, algo friável, com escassos e.n.p. superiores a 1 mm.

O núcleo e superfícies são de cor laranja-avermelhada (10 R 6/6).

A pasta nos fragmentos de ânforas Almagro 50 é compacta, não se notando e.n.p. de diâmetro superior a 0.5 mm. O núcleo de uma das peças é castanho claro (5 YR 6/4) e, nas outras, rosado/laranja-acastanhado; o exterior é sempre creme.

Nos exemplares de ânforas Almagro 51c observou-se pasta esponjosa com alguns e.n.p. superiores a 0.5 mm.

No que toca às cores há uma certa variedade tanto no interior,

onde observamos o castanho-avermelhado (10 R 4/6 e 10 R 6/6), como no exterior com tons alaranjados e acastanhados (10 YR 8/6, 5 YR 5/2, 5 YR 6/4 e 10 YR 6/6).

3.2. *Observações microscópicas*

As observações foram efectuadas ao microscópio de luz polarizada, em lâmina delgada. Neste capítulo proceder-se-á, primeiro, à descrição das características das pastas para depois se apresentarem algumas comparações com a tipologia anfórica e com materiais de outras proveniências.

Cor - As pastas dos exemplares n.os 8, 14 e 15 do catálogo possuem uma coloração alaranjada.

As pastas dos exemplares n.os 12 e 22 do catálogo apresentam coloração mais ténue, amarelo-acinzentada.

Porosidade - Todas as pastas revelam elevada porosidade; no entanto, as lâminas dos exemplares n.os 15 e 22 mostram pastas um pouco mais compactas, correspondendo a matriz muito mais fina, da qual se destacam grãos de quartzo mais desenvolvidos.

Cortejo mineralógico - Além da componente plástica, as pastas de todas as amostras, exceptuando a amostra do exemplar da Est. II, n.° 12, integram, em grande quantidade, grãos de quartzo de pequenas dimensões, rolados ou sub-rolados, que constituem os elementos não plásticos mais abundantes (Fig. 4).

Ocorrem, também, pequenas palhetas de sericite e pontuações de óxidos de ferro. Da matriz referida, destacam-se outros grãos de quartzo de maiores dimensões, que chegam a atingir 2.0 mm de diâmetro; mostram-se pouco rolados, às vezes, mesmo, angulosos ou sub-angulosos, e bastante triturados. Os grãos feldspáticos são muito raros. Em resumo, as pastas dos materiais anfóricos referidos revelam grande analogia quanto aos materiais que as constituem. As diferenças residem, sobretudo, na coloração, na porosidade e ainda na quantidade relativa dos grãos maiores de quartzo. Trata-se, pois, de características relacionadas com processos de fabrico, independentes da natureza da matéria-prima original. A intencionalidade da adição de grãos de quartzo encontra-se sugerida pela descontinuidade da distribuição dimensional respectiva. No entanto, no conjunto observado, a amostra da Est. II, n.° 12, apresenta, além dos constituintes referidos, numerosos grãos de

calcário, de granulometria muito uniforme (Fig. 5). Tal composição tem, como adiante veremos, relação estreita com a tipologia.

Relação entre composição e tipologia - Não se evidencia relação entre a natureza das pastas e a forma da ânfora, exceptuando-se o caso da amostra obtida do exemplar da Est. II, n.° 12, a única contendo grãos carbonatados (Fig. 5), pertencente, ao contrário de todas as outras, a uma ânfora Almagro 50.

Relação entre composição e locais de fabrico - A excepção da amostra obtida do exemplar da Est. II, n.° 12, todas as lâminas observadas revelam-se muito homogénas quanto à composição. Avultam os grãos de quartzo, seguidos dos elementos micáceos, e, por vezes, de grãos de óxidos de ferro, que podem corresponder a minerais ferromagnesianos em estádio de alteração terminal. Trata-se, por conseguinte, de sedimentos muito evoluídos, compatíveis com depósitos aluvionares finos, recolhidos na parte vestibular de importante vale fluvial, como o do Tejo ou o do Sado ou ainda o do Guadiana. Com efeito, as observações anteriormente realizadas em materiais anfóricos recolhidos em fornos dos vales dos dois primeiros cursos de água (COELHO & CARDOSO, 1990 a), são compatíveis com as dos materiais agora estudados; a reforçar tais analogias, nos materiais dos fornos do Pinheiro, foram observados, como nestes, grãos de quartzo mais grosseiros, previamente britados, até 2.0 mm, que não faziam parte da matéria prima original, revelando idêntico processo de fabrico, onde aqueles elementos não plásticos foram utilizados como desengordurante.

Quanto à lâmina obtida do exemplar da Est. II, n.° 12, é idêntica em termos de composição mineralógica, à do conjunto de lâminas de ânforas algarvias anteriormente observadas por um de nós (J.L.C.). Com efeito, a presente amostra, tal como aquelas, é caracterizada pela profusa disseminação, na pasta, de grânulos de calcário criptocristalino, intimamente misturados com a fracção plástica (COELHO & CARDOSO, 1990 b).

Em conclusão, pode admitir-se que a larga maioria, se não a totalidade, dos exemplares do conjunto agora estudado correspondentes às formas Dressel 14b e Almagro 51c (Fig. 6), foram produzidos em fornos do vale do Tejo ou, mais provavelmente, do vale do Sado. Um pequeno conjunto é de possível produção algarvia, como é demonstrado pela tipologia - forma Almagro 50 - aspecto macroscópico (pastas castanho-claro-acinzentadas, muito finas), e análise microscópica (Fig. 5).

4. Discussão, conclusões

O material anfórico recolhido em Alfundão abrange um período compreendido, seguramente, entre a segunda metade do século leo século V. Com efeito, as duas variantes de lábio da forma Dressei 14b identificadas ter-se-iam desenvolvido durante a segunda metade do século I e o século II; a nossa Almagro 50, algarvia, localiza-se cronologicamente no século III e inícios do século IV; a Almagro 51c está representada por três variantes que foram surgindo, sucessivamente, ao longo da segunda metade do século III, do século IV e do século V (a variante 3 parece ter-se prolongado até mais tarde).

A nossa amostra é exclusivamente constituída por ânforas destinadas ao transporte de preparados piscícolas, dominando esmagadoramente as pertencentes às formas Dressel 14b e Almagro 51c, produzidas, muito provavelmente, no baixo Sado (Fig. 6).

Situação afim verificou-se em São Cucufate (arqueossítio situado a cerca de 20km de Alfundão) onde 96% das ânforas foram utilizadas no transporte de preparados piscícolas, predominando igualmente as formas Dressel 14b (32%) e Almagro 51c (44%) (ALARCÃO, ÉTIENNE & MAYET 1990: 252).

Em Alfundão, e mais uma vez à semelhança do observado em São Cucufate, o século III foi marcado pela importação de ânforas algarvias da forma Almagro 50, talvez veiculadas através do Guadiana, rio que corre apenas a cerca de 35 km. Não podemos, porém, esquecer que a ilha do Pessegueiro, na costa alentejana, produziu, durante a segunda metade do século III e os inícios do século IV, salgas de peixe que teriam sido embaladas em ânforas da forma Almagro 50 oriundas do Algarve e pertencentes à variante que ocorre em Alfundão (SILVA & SOARES, 1993: 117).

Os preparados piscícolas da Bética estão representados em Alfundão apenas vestigialmente (somente um fragmento de asa de uma ânfora da forma Beltran II), enquanto em São Cucufate ocupam, através da presença da ânfora Dressel 7-11, 16% da amostra estudada (ALARCÃO, ÉTIENNE & MAYET 1990: 252).

Não devemos estranhar a ausência, na nossa amostra, de ânforas vinárias e oleárias. Em São Cucufate (*op. cit.:* 1990: 252), numa amostra de 1132 exemplares, somente 0,3% pertencem a ânforas vinárias (formas Haltern 70 e Dressel 2/4), provavelmente importadas na primeira metade do século I, e 4% à ânfora oleària Dressel 20. Sendo

a produção de vinho e azeite já conhecida local e regionalmente, a presença dos referidos exemplares de Dressei 20 testemunham "davantage du goût des maîtres de São Cucufate, désireux d'avoir la meilleure huîle du monde romain sur leur table, que de l'insuffisance de la production locale" (*op. cit*252).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, J. de; ÉTIENNE, R. & Mayet, F. (1990). - ***Les Villes Romaines de São Cucufate (Portugal),*** Diffusion de Boccard, Paris.

AMARO, C. (1982) - Villa Romana do Monte da Chaminé. ***Almadan,*** O, p. **33.**

COELHO, A. V. P. & **CARDOSO,** J. L. (1990 a)."Estudo sobre pastas de ânforas de fomos do vale do Tejo e do vale do S ado: análises macro e microscópicas. ***Actas das Jornadas Ânforas Lusitanas - tipologia, produção, comércio*** (Conimbriga, Outubro de 1988), pp. 267-271. Diffusion de Boccard, Paris.

COELHO, A. V. P. & **CARDOSO,** J. L. (1990 b) - Análises ceramográficas de um conjunto de ânforas algarvias. In **DIOGO,** A. Dias ***et al.*** (Comunicação apresentada ao II Colóquio Arqueológico de Viseu, em curso de publicação).

MAYET, F. (1990). - Typologie et Chronologie des Amphores Lusitaniennes ***Actas das Jornadas Ânforas Lusitanas - tipologia, produção, comércio*** (Conimbriga, Outubro de 1988), pp. 29-35. Diffusion de Boccard, Paris.

SILVA, C. Tavares da; **COELHO-SOARES,** A. & **CORREIA,** V. H. (1990). Produção de ânforas romanas no Martinhal (Sagres). ***Actas das Jornadas Ânforas Lusitanas - tipologia, produção, comércio*** (Conimbriga, Outubro de 1988), pp. 225-246. Diffusion de Boccard, Paris.

SILVA, C. Tavares da & **SOARES,** J. (1993) - ***Ilha do Pessegueiro. Porto Romano da Costa Alentejana.*** Instituto da Conservação da Natureza, Lisboa.

SILVA, C. Tavares da; **SOARES,** L; **COELHO-SOARES,** A. (1992) - Estabelecimento de produção de salga da época romana na Quinta de Marim (Olhão). Resultados preliminares das escavações de 1988-89. ***Setúbal Arqueológica,*** voi. IX-X, pp. 335--374.

VASCONCELOS, J. A. (1936). ***Etnografia Portuguesa,*** voi. Ill, p. 717 - Imprensa Nacional, Lisboa.

VIANA, A. (1946) - Pelo Baixo Alentejo - Notas históricas, arqueológicas e etnográficas. ***Arquivo de Beja,*** voi. Ill, p. 33.

VIANA, A. (1954) - Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. ***Arquivo de Beja,*** vol. XI, pp. 9-12.

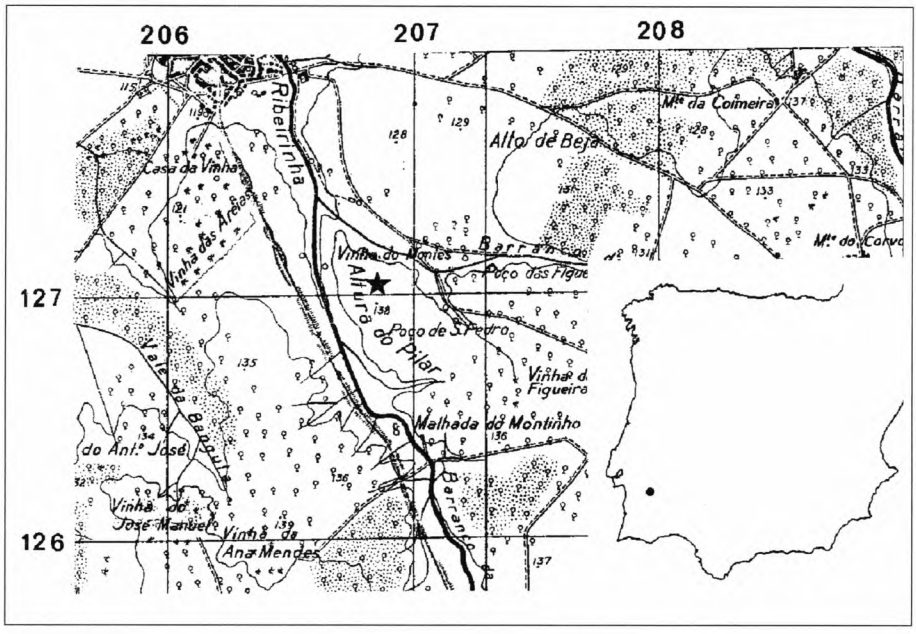


FIG. 1 - Localização da estação na Carta Militar de Portugal, na escala 1:25.000

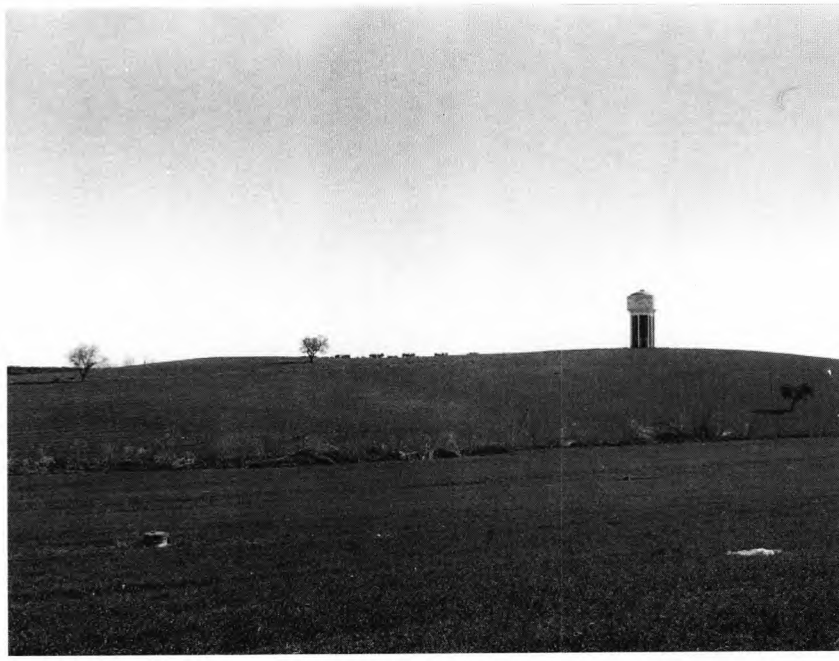


FIG. 2 - Vista geral da estação, em último plano, notando-se ligeira plataforma deprimida, correspondente à implantação da *villa*

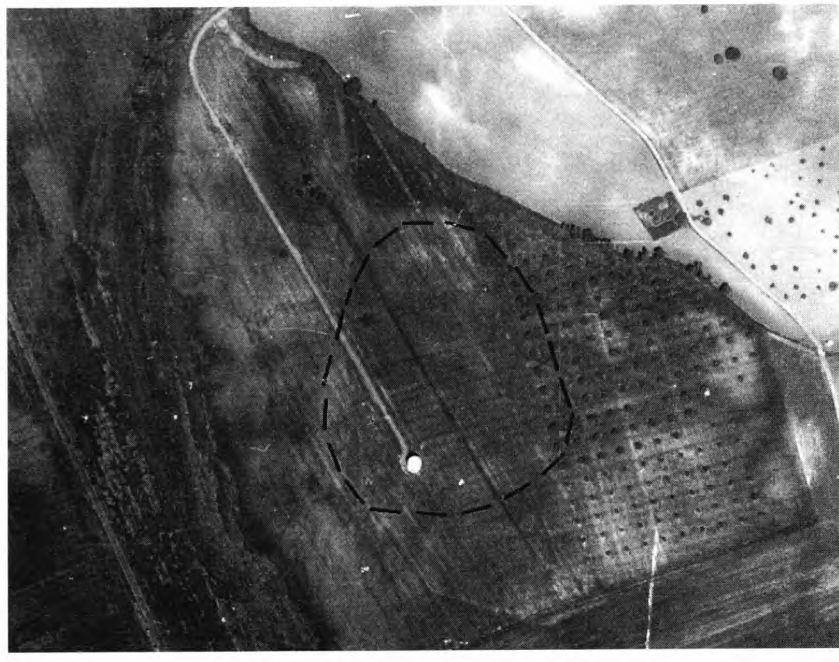


FIG. 3 - Vista aérea vertical da área correspondente à estação, delimitada a tracejado

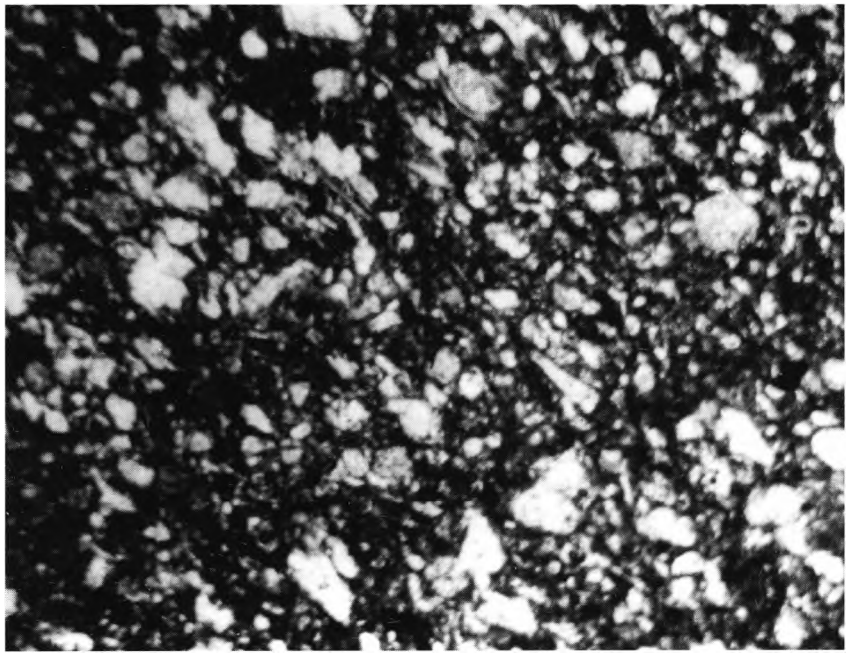


FIG. 4 - Vista ao microscopio petrográfico da pasta da ânfora da Est. I, n.° 8, evidenciando matriz constituída por abundantes grãos de quartzo (X 46)

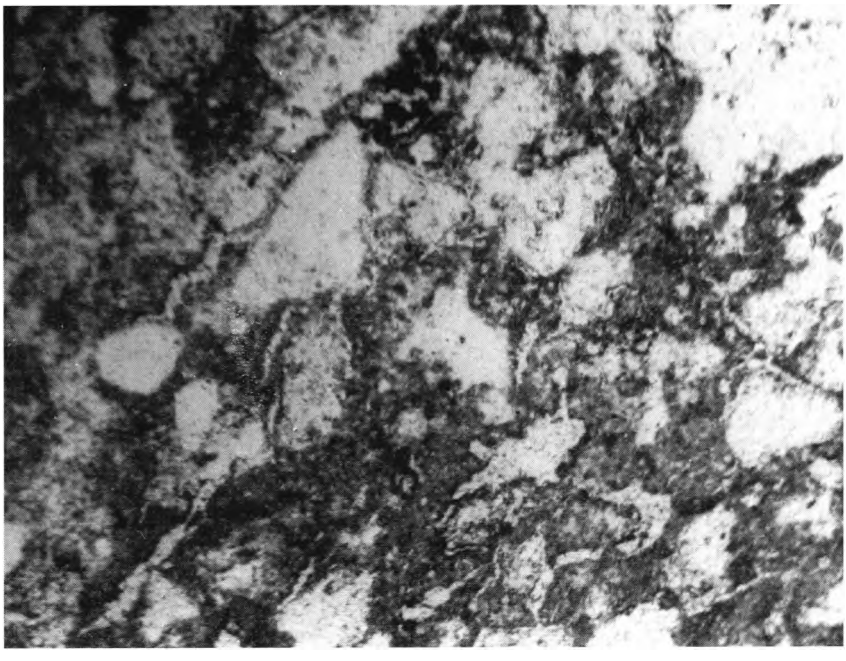


FIG. 5 - Vista ao microscópio petrográfico da pasta da ânfora da Est. II, n.° 12, evidenciando cristais de calcite e fracturas com preenchimento (X 46)

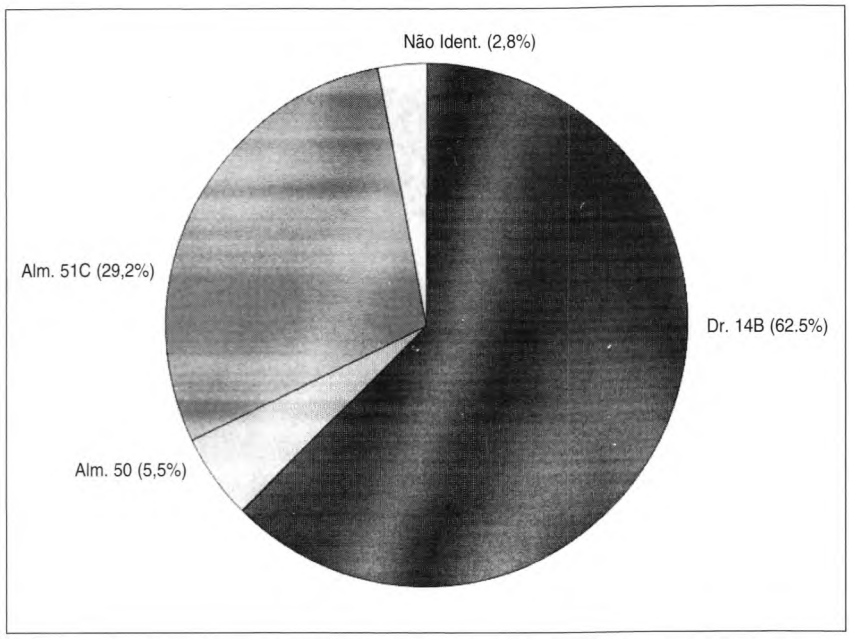


FIG. 6 - Formas de ânforas encontradas em Alfundão (não se considera o exemplar da forma Beltran II pelo facto de não corresponder a bordo, único elemento considerado na determinação do número mínimo de exemplares

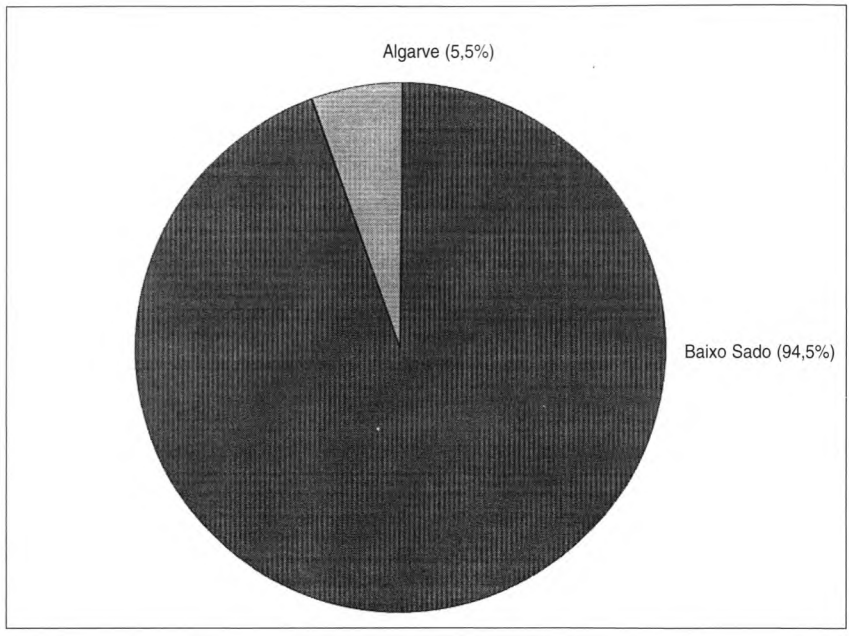
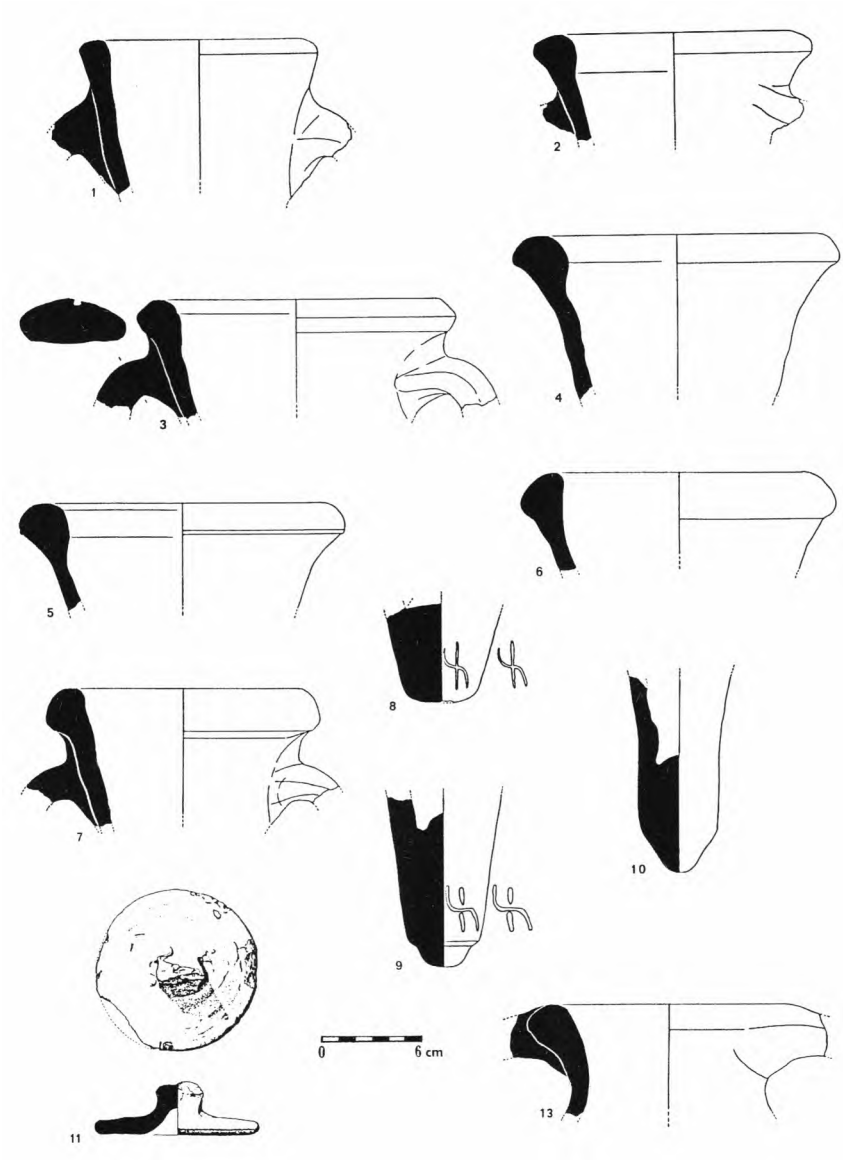
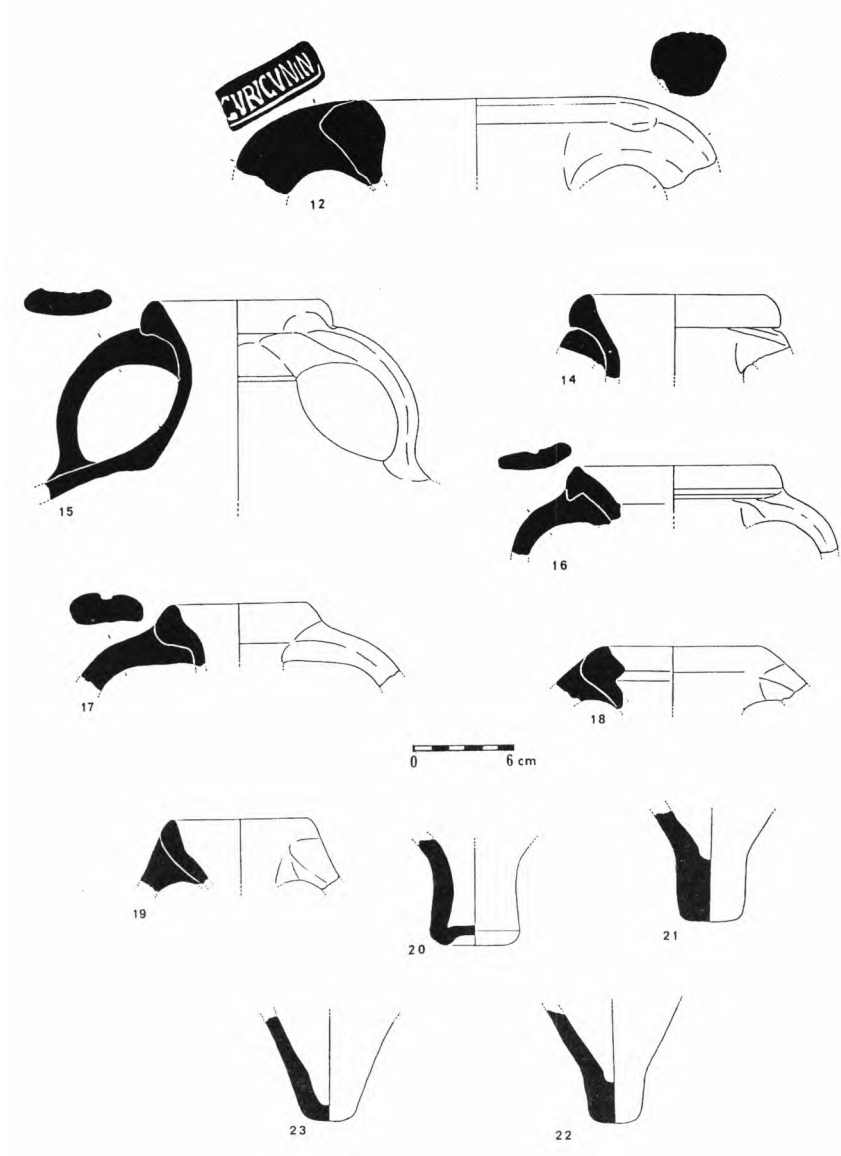


FIG. 7 - Proveniência das ânforas de Alfundão (não se considera o exemplar da Bética-forma Beltrán II, pelas razões apontadas na legenda da Fig. 6)



Exemplares de ânforas das formas Dressei 14b (n.os 1 a 10) e Almagro 50 (n.° 13). O n.° 11 é um opérculo de ânfora da forma Dressei 14b



Exemplares de ânforas das formas Almagro 50 (n.° 12) e Almagro 51c (n.os 14 a 23). O n.° 12 apresenta, sobre a asa, a marca 1CVRVCVNIN.

J. M. PEIXOTO CABRAL, M. ÁNGELA GOUVEIA, ISABEL MORGADO
Investigadores do Departamento de Química do ICEN, INETI

CARACTERIZAÇÃO QUÍMICA DAS PRODUÇÕES DE ÂNFORAS DO VALE DO TEJO: II - QUINTA DO ROUXINOL

«Conimbriga» XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 191-200

RESUMO: Analisaram-se, por activação com neutrões térmicos, 25 amostras de ânforas recolhidas na Quinta do Rouxinol (Seixal), de tipo Almagro 50, Almagro 5 le e Dressei 28. Os resultados obtidos foram tratados por métodos de análise estatística multivariada. Contrariamente ao que se apurara no caso das ânforas de Porto dos Cacos (Alcochete), não se verificou nenhuma relação entre o agrupamento das 25 ânforas analisadas, efectuado por meio destes métodos, e o agrupamento feito com base nas suas características tipológicas. Verificou-se, porém, que, do ponto de vista da composição química das pastas cerâmicas, todas as ânforas da Quinta do Rouxinol se diferenciam das ânforas de Porto dos Cacos, qualquer que seja o tipo.

ABSTRACT: Neutron activation analysis was used to characterize Roman workshops producing amphorae of the Almagro 50, Almagro 51c and Dressel 28 types, in the area of the left bank of the Tagus (Portugal), namely the Quinta do Rouxinol (Seixal) workshop. The results showed that this method of analysis makes it possible to distinguish local amphora production from those of Porto dos Cacos (Herdade de Rio Frio) workshop, situated in the same area.

(Página deixada propositadamente em branco)

CARACTERIZAÇÃO QUÍMICA DAS PRODUÇÕES DE ÂNFORAS DO VALE DO TEJO: II - QUINTA DO ROUXINOL

Introdução

É sabido que os centros produtores de preparados piscícolas e de outros produtos alimentares, a operar na região do Vale do Tejo, na época romana, eram abastecidos, no que se refere ao vasilhame, por diversas oficinas (AMARO, 1990a; RAPOSO e DUARTE, 1992), desigadamente (Fig. 1) as localizadas em Porto dos Cacos - Herdade de Rio Frio, próxima de Alcochete (RAPOSO, 1990), na Quinta do Rouxinol - Seixal (DUARTE, 1990), e na Quinta da Garrocheira - Benavente (AMARO, 1990b).

A fim de estudar o regime de funcionamento de tais oficinas, relativamente ao abastecimento de matérias-primas, iniciou-se em 1991 um projecto de caracterização química das pastas cerâmicas das respectivas produções anfóricas, o qual principiou pela análise de um conjunto de mais de uma centena de amostras recolhidas no complexo industrial de Porto dos Cacos, em particular de ânforas dos tipos Dressel 14, Dressel 30, Almagro 50 e Almagro 51c. Os resultados obtidos nesta primeira fase mostraram que o agrupamento das ânforas caracterizadas daquela maneira, realizado fazendo uso de métodos de análise estatística multivariada, concorda excelentemente com o agrupamento feito pela equipa de arqueólogos associados ao estudo do lugar, baseado nas suas características tipológicas (CABRAL *et allii*, 1994).

O presente trabalho, que constitui uma parte preliminar da segunda fase do referido projecto, tem a ver, sobretudo, com as produções de ânforas da oficina da Quinta do Rouxinol.

Conimbriga, 32-33 (1993-1994), 191-200

Material

Foram consideradas 25 amostras de ânforas, das quais, de acordo com o exame tipologico efectuado pela equipa de arqueólogos atrás citada (RAPOSO, 1991), treze eram da forma Almagro 51c, onze da forma Almagro 50 e uma da forma Dressel 28. No Quadro I indicam-se os locais onde elas foram recolhidas, bem como os símbolos por que foram designadas no laboratório.

Quadro I - Amostras consideradas

DESIGNAÇÃO LABORATORIAL	ÁREA	PLANO	CAMADA	LORMA
F1	Forno 1	-	2	Almagro 51c
F2	»	-	7	»
Gl	»	-	7	Almagro 50
G2	»	-	11	»
Hl	Forno 2	11	48	Almagro **Sic**
H2	»	12	49	»
H3	»	14	195	»
11	»	11	48	Almagro 50
Kl	»	14	195	Dressel 28
LI	Quadrado B.10	6	61-B	Almagro 51c
L2	»	7	62	»
L3	»	8	64	»
L4	»	9	68	»
L5	»	10	72	»
L6	»	11	91	»
L7	»	12	95	»
L8	»	13	98	»
Ml	»	6	61-B	Almagro 50
M2	»	7	62	»
M3	»	8	64	»
M4	»	9	68	»
M5	»	10	72	»
M6	»	11	91	»
M7	»	12	95	»
M8	»	13	98	»

Métodos

A caracterização química das amostras foi feita recorrendo ao método de análise por activação com neutrões térmicos, de acordo com a técnica empregada anteriormente pelos autores (CABRAL *et allii*, 1994).

Em cada amostra determinaram-se as concentrações de 27 elementos químicos, três dos quais - Na, Fe e K - são constituintes principais das pastas cerâmicas, sendo os 24 restantes elementos vestigiais (*), nomeadamente os seguintes: Sc, Cr, Mn, Co, Zn, As, Rb, Sb, Cs, Ba, La, Ce, Nd, Sm, Eu, Tb, Dy, Tm, Yb, Lu, Hf, Ta, Th e U.

O tratamento matemático dos resultados obtidos nos ensaios de caracterização química foi efectuado usando métodos de análise estatística multivariada, em particular métodos de análise de grupos, os quais foram aplicados a matrizes de semelhanças, cujos valores se determinaram para cada par de ânforas empregando dois tipos de coeficientes de semelhança - a distância euclidiana média e o coeficiente de correlação de Pearson (CABRAL, 1977). A determinação de ambos os coeficientes foi feita tomando por base os logaritmos dos resultados daqueles ensaios, expressos em ppm.

Para realizar os cálculos, na análise de grupos, recorreu-se ao sistema de programas NTSYS-pc (ROHLF, 1992). Para testar a significância dos grupos obtidos, fez-se uso do programa ADCORR (SAYRE, 1976).

Resultados e discussão

Os resultados das análises químicas encontram-se no Anexo 1.

Na Fig. 2 e na Fig. 3 mostram-se os dendrogramas representativos dos agrupamentos das 25 ânforas da Quinta do Rouxinol, obtidos aplicando o método UPGMA às duas matrizes de semelhanças calculadas - a matriz de distâncias e a matriz de coeficientes de correlação. O grau de ajustamento desses dendrogramas às correspondentes matrizes de semelhanças foi medido determinando, em cada caso, o

(*) Elementos presentes em percentagens inferiores a 0,1%, ou seja, em concentrações menores que 1000 ppm (partes por milhão).

coeficiente de correlação cofenética (CABRAL, 1977). Obtiveram-se os valores de 0,82 e 0,85 respectivamente, o que representa um grau muito satisfatório de ajustamento.

Na Fig. 4 e na Fig. 5 apresentam-se os dendrogramas obtidos usando o mesmo método (UPGMA) aplicado à matriz de distâncias e à matriz de coeficientes de correlação, respectivamente, calculadas agora considerando não só as 25 amostras de ânforas da Quinta do Rouxinol, mas também as 111 mostras de ânforas de Porto dos Cacos, cuja caracterização química tinha sido feita num trabalho anterior (CABRAL et *alii, 1994)*. Para estes dendrogramas, os coeficientes de correlação cofenética calculados foram 0,75 e 0,72 respectivamente, o que atesta a razoável fidelidade de ambas as representações.

Como se pode ver nas Figs. 2 e 3, no caso das ânforas produzidas na Quinta do Rouxinol, parece não haver nenhuma relação entre os agrupamentos efectuados com base em atributos de natureza química e o agrupamento feito baseado nas suas características tipológicas, ao contrário do que se verificara para as ânforas de Porto dos Cacos. No entanto, atendendo a que o número de amostras analisadas da Quinta do Rouxinol foi muito pequeno, considera-se aconselhável esperar pela análise de mais amostras para se inferir com segurança sobre a inexistência de tal relação. Por outro lado, parece não haver nenhuma diferença significativa entre as composições químicas das pastas das ânforas fabricadas no forno 1 e as composições químicas das pastas das ânforas fabricadas no forno 2. Contudo, embora isto seja de esperar, também aqui será prudente aguardar pela análise de mais amostras, pelo mesmo motivo.

Por sua vez, as Figs. 4 e 5 mostram que, exceptuando F2, H2, Kl, L5, M3, M5 e M6, a maioria das ânforas da Quinta do Rouxinol, quaisquer que sejam as suas formas, se aglomera num só grupo, discernível, quanto à composição química, dos grupos de ânforas produzidas em Porto dos Cacos. Infelizmente, porém, não foi possível calcular a probabilidade de cada uma das ânforas agora analisadas pertencer efectivamente ao grupo da Quinta do Rouxinol, quando ele é tomado como grupo básico nos testes de significância, em virtude de o número de amostras (25) não ser suficientemente grande em relação ao número de atributos (os 27 elementos químicos determinados) utilizados na sua caracterização.

Foi possível, no entanto, calcular a probabilidade de cada uma das 25 amostras poder pertencer aos grupos de ânforas Dressel 14, Dressel

30 e Almagro 51c de Porto dos Cacos, que se distinguem uns dos outros não só tipologicamente como ainda no tocante à composição química (CABRAL *et olii,* 1994), quando cada um desses grupos é tomado como grupo básico nos testes de significância. Em todos estes cálculos verificou-se que tal probabilidade era zero, o que mostra, embora indirectamente, que as ânforas da Quinta do Rouxinol devem formar, de facto, um grupo diferenciável dos grupos de ânforas de Porto dos Cacos, do ponto de vista da composição química das respectivas pastas cerâmicas.

Assim, tudo leva a crer que a caracterização química das pastas, com auxílio dos métodos utilizados neste trabalho e no trabalho anterior sobre os materiais anfóricos de Porto dos Cacos, poderá constituir um processo seguro de determinar a proveniência de ânforas fabricadas em oficinas do Vale do Tejo e, consequentemente, de estudar com maior rigor o comércio de alguns produtos alimentares preparados em Portugal e transportados nesses contentores.

BIBLIOGRAFIA

AMARO, C. (1990a). Ocupação romana da margem sul do estuário do Tejo: um (des)alinhar de ideias, ***in*** A. Alarcão e F. Mayet (eds.), ***Ânforas Lusitanas: tipologia, produção, comércio.*** Museu Monográfico de Conímbriga / Diffusion E. de Boccard, pp. 71-85.

AMARO, C. (1990b). Olaria romana da Garrocheira, Benavente, ***in*** A. Alarcão e F. Mayet (eds), ***Ânforas Lusitanas: tipologia, produção, comércio.*** Museu Monográfico de Conímbriga / Diffusion E. de Boccard, pp. 87-95.

CABRAL, J. M. P. (1977). Caracterização de cerâmicas arqueológicas mediante análise por activação com neutrões térmicos: classificação das cerâmicas por métodos de taxonomia numérica, ***Conímbriga,*** XVI, pp. 103-137.

CABRAL, J. M. P. (1990). Determinação da proveniência de ânforas mediante a análise química da cerâmica, ***in*** A. Alarcão e F. Mayet (eds.), ***Ânforas Lusitanas: tipologia, produção, comércio.*** Museu Monográfico de Conímbriga / Diffusion E. de Boccard, pp.273-288.

CABRAL, J. M. P.; **GOUVEIA,** M. A.; **MORGADO,** I. (1995). Caracterização química das produções de ânforas do Vale do Tejo: I - Porto dos Cacos, in ***Actas das l.as Jornadas sobre a Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado,*** Publicações Dom Quixote, no prelo.

DUARTE, A. L. C. (1990). Quinta do Rouxinol: a produção de ânforas no Vale do Tejo, ***in*** A. Alarcão e F. Mayet (eds.), ***Ânforas Lusitanas: tipologia, produção, comércio.*** Museu Monográfico de Conímbriga / Diffusion E. de Boccard, pp. 96-115.

RAPOSO, J. M. C. (1990). Porto dos Cacos: uma oficina de produção de ânforas romanas no Vale do Tejo, *in* A. Alarcão e F. Mayet (eds.), *Ânforas Lusitanas: tipologia, produção, comércio.* Museu Monográfico de Conímbriga / Diffusion E.de Boccard, pp. 117-151.

RAPOSO, J. M. C. (1991). Comunicação privada.

RAPOSO, J. M. C.; **DUARTE,** A. L. C. (1992). Ânforas Lusitanas: los alfares del Tajo, *Revista de Arqueologia,* XII, N.° 134, pp. 36-45.

ROHLF, F. J. (1992). *NTSYS-pc: Numerical Taxonomy and Multivariate Analysis System, Version 1.* 70, Exeter Software, Setauket, New York.

SAYRE, V. E. (1976). *Brookhaven procedures for statistical analyses of multivariate archaeometric data,* Brookhaven National Laboratory, BNL-21693.

ANEXO 1 - Resultados da análise por activação com neutrões

	F1	F2	Gl	G2	Hl	H2	H3	11	Kl	LI	L2	L3	L4
Na_20 %	0,35	0,97	0,81	0,62	0,46	0,52	0,63	0,64	0,38	0,37	0,43	0,62	0,47
K_20%	3,06	3,37	4,46	3,64	3,18	3,69	4,05	3,57	3,83	3,38	3,32	3,36	3,30
Fe_2O_3 %	6,62	5,58	6,99	6,19	6,58	6,39	6,67	6,86	5,21	6,64	5,17	6,24	4,87
Sc ppm	12,7	13,7	14,9	14,5	13,4	14,2	14,5	15,2	12,7	15,2	12,9	13,7	12,4
Cr ppm	61,3	62,5	68,3	65,1	65,5	74,8	72,7	69,4	53,3	70,5	61,4	66,0	59,5
Mn ppm	152	169	188	211	150	205	227	217	192	193	180	235	141
CO ppm	6,66	8,28	9,26	8,44	6,08	9,08	8,54	8,20	6,64	7,97	7,78	10,20	6,80
Zn ppm	69,5	77,4	91,7	87,8	67,6	85,2	94,7	84,7	67,6	82,5	75,2	88,6	70,2
As ppm	9,12	2,32	8,96	8,28	5,44	3,27	7,56	6,26	2,42	7,61	11,90	9,51	11,30
Rb ppm	187	188	243	242	203	222	234	233	205	227	192	197	185
Sb ppm	0,95	0,72	0,96	0,93	0,73	0,90	0,96	1,08	0,75	0,95	0,83	0,82	0,66
Cs ppm	13,4	8,5	15,2	15,5	15,4	15,9	15,1	16,1	14,8	16,3	12,4	14,2	12,5
Ba ppm	436	1510	625	457	468	453	549	439	432	444	423	539	380
La ppm	33,5	40,8	40,1	43,6	34,9	44,5	40,5	47,0	42,9	45,5	37,8	46,0	36,9
Ce ppm	63,8	83,8	79,0	84,7	67,0	89,2	79,1	94,0	82,7	87,3	77,4	91,5	71,9
Nd ppm	30,3	39,2	36,2	39,6	32,4	42,7	38,7	48,3	38,7	46,3	37,1	44,7	34,9
Sm ppm	5,76	7,34	7,14	7,87	5,94	8,19	7,51	9,21	7,27	8,96	7,82	8,93	6,85
Eu ppm	0,97	1,34	1,28	1,30	1,07	1,39	1,38	1,58	1,20	1,71	1,38	1,45	1,12
Tb ppm	0,82	1,03	1,01	1,02	0,82	0,99	0,93	1,27	0,98	1,25	1,04	1,17	0,88
Dy ppm	4,98	6,22	6,02	6,46	4,91	6,33	5,67	7,72	6,10	7,29	5,68	6,52	5,17
Yb ppm	2,70	3,28	3,05	3,14	2,61	3,26	3,24	3,61	3,34	3,92	2,80	3,33	2,73
Lu ppm	0,41	0,48	0,46	0,52	0,40	0,50	0,47	0,57	0,52	0,55	0,49	0,48	0,41
Hf ppm	6,70	6,87	6,46	7,35	5,32	7,77	6,27	7,15	8,33	5,84	6,12	7,65	6,23
Ta ppm	1,80	1,85	1,88	1,87	1,75	1,95	1,91	1,87	1,85	1,89	1,62	1,90	1,69
Th ppm	15,2	15,7	15,6	17,2	15,9	18,4	16,3	19,1	17,5	16,5	14,9	16,7	15,3
U ppm	1,78	2,85	2,59	2,41	4,23	4,09	3,76	3,57	4,12	3,31	2,77	3,06	3,05
Tm ppm	0 44	0,52	0,47	0,49	0,41	0,56	0,52	0,57	0,52	0 52	0,46	0 60	0,45

ANEXO 1 - Resultados da análise por activação com neutrões o***continuação***)

	L5	L6	L7	L8	Ml	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8
Na20 %	0,61	0,46	0,64	0,41	0,36	0,39	0,41	0,60	0,67	0,69	0,41	0,59
K20 %	3,27	3,59	4,54	3,60	3,33	3,12	3,39	3,49	3,26	3,02	3,54	3,83
Fe203 %	5,05	5,62	6,46	5,99	4,67	6,02	6,86	5,87	4,26	4,59	7,60	7,02
Sc ppm	12,3	14,8	15,3	14,4	11,5	13,5	14,5	13,7	11,2	11,5	16,8	16,6
Cr ppm	59,0	67,0	68,4	62,7	59,5	63,2	64,6	62,4	54,5	63,3	76,5	75,3
Mn ppm	159	192	181	182	152	151	105	219	157	155	175	224
CO ppm	6,96	9,62	8,24	7,66	6,24	7,27	9,81	10,10	8,49	6,81	9,62	11,50
Zn ppm	75,7	96,6	83,4	88,5	62,9	78,1	59,1	95,1	79,7	67,3	99,1	94,6
As ppm	8,30	4,93	15,30	6,08	7,89	5,72	17,50	6,61	6,18	6,94	6,95	8,07
Rb ppm	200	216	213	222	180	186	187	221	181	179	218	253
Sb ppm	0,70	0,86	0,95	0,91	0,68	0,77	1,10	0,81	0,77	0,85	0,96	1,01
Cs ppm	12,4	14,7	15,8	15,7	12,2	12,7	13,6	14,0	10,6	11,8	15,2	16,3
Ba ppm	414	449	467	431	389	475	554	414	410	417	450	492
La ppm	46,0	51,5	49,7	47,1	35,4	39,9	38,4	50,5	46,2	41,5	48,8	47,1
Ce ppm	89,9	100,0	89,2	91,1	72,3	80,3	77,9	103,0	89,2	83,3	95,5	93,9
Nd ppm	42,7	51,1	45,3	45,7	35,9	39,8	38,3	53,5	44,8	39,7	47,3	47,0
Sm ppm	8,51	10,40	8,89	9,14	6,94	7,57	8,00	10,60	9,11	7,42	9,60	9,32
Eu ppm	1,35	1,72	1,59	1,54	1,25	1,33	1,30	1,84	1,56	1,15	1,76	1,70
Tb ppm	1,08	1,39	1,17	1,18	0,86	1,01	1,07	1,35	U9	0,96	1,29	1,27
Dy ppm	6,47	7,61	7,40	6,99	5,48	6,38	6,20	8,61	6,37	5,62	7,95	7,88
Yb ppm	3,14	4,07	3,97	3,99	2,87	3,31	3,32	3,89	3,37	2,85	4,06	4,07
Lu ppm	0,50	0,58	0,56	0,61	0,38	0,48	0,49	0,56	0,49	0,45	0,58	0,55
Hf ppm	7,52	8,07	7,95	8,35	5,27	6,83	7,21	7,22	7,51	8,26	6,93	7,13
Ta ppm	1,92	2,17	2,16	2,03	1,48	1,92	1,98	1,96	1,93	1,81	2,47	2,12
Th ppm	18,0	18,1	19,0	18,2	13,7	17,4	17,6	18,4	16,0	19,3	19,3	18,9
U ppm	3,70	3,53	2,52	2,60	2,69	3,51	3,32	2,90	2,86	3,88	3,73	4,01
Tm ppm	0,58	0,56	0,59	0,70	0,45	0,48	0,67	047	0,57	0,52	0,67	0,49

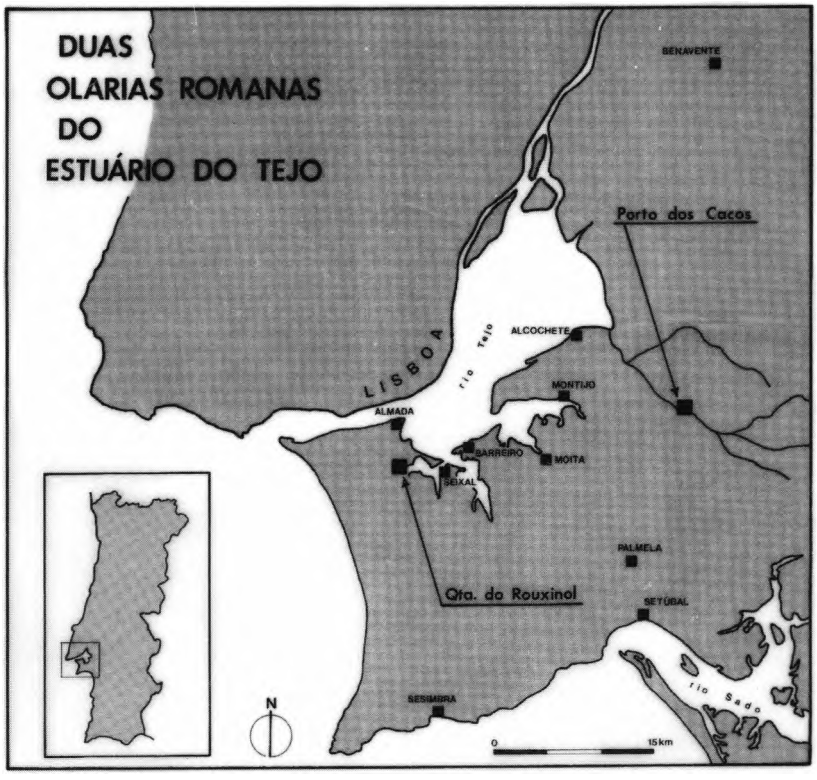


FIG. 1 - Localização da Quinta do Rouxinol. Figura cedida por J. M. C. Raposo.

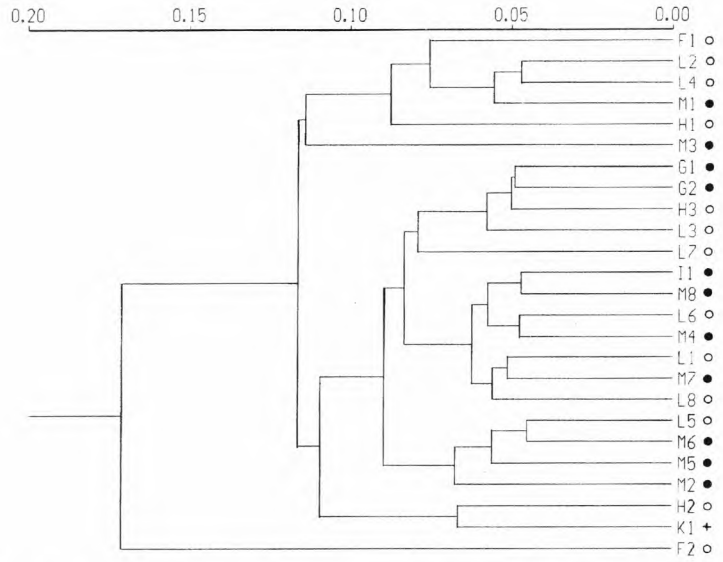


FIG 2 – Dendrograma representativo do agrupamento de 25 ânforas da Quinta do Rouxinol (❍ Almagro 51c, ❁ Almagro 50, ✦ Dressel 28), obtido caracterizando-as pelas concentrações de 27 elementos, calculando distâncias euclidianas médias e aplicando o método UPGMA.

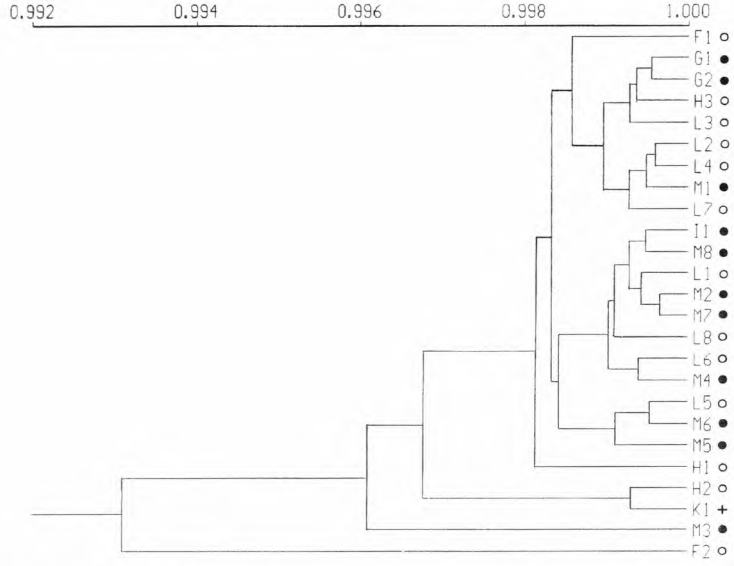


FIG. 3 – Dendrograma representativo do agrupamento de 25 ânforas da Quinta do Rouxinol (❍ Almagro 51c, ❁ Almagro 50, ✦ Dressel 28), obtido caracterizando-as pelas concentrações de 27 elementos, calculando coeficientes de correlação e aplicando o método UPGMA.



FIG. 4 – Dendrograma representativo do agrupamento de 25 ânforas da Quinta do Rouxinol (indicadas pelo nome ou por setas) mais 111 de Porto dos Cacos (as restantes), obtido caracterizando-as pelas concentrações de 27 elementos, calculando distâncias euclidianas médias e aplicando o método UPGMA.

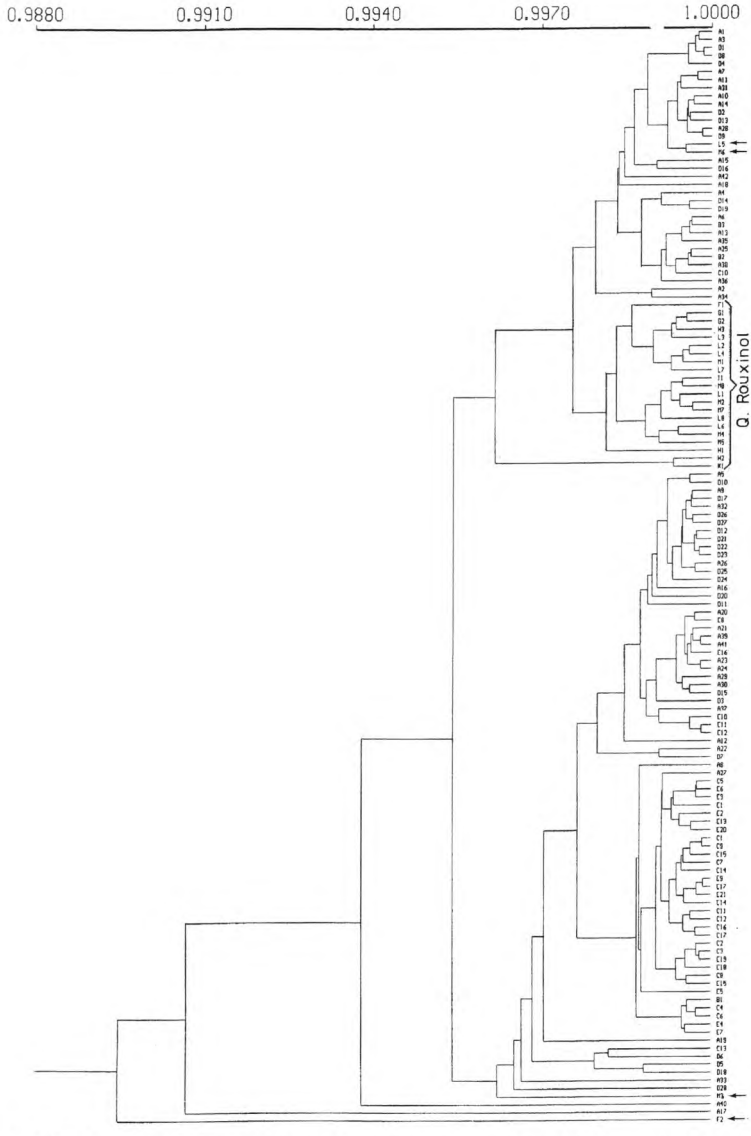


FIG. 5 – Dendrograma representativo do agrupamento de 25 ânforas da Quinta do Rouxinol (indicadas pelo nome ou por setas) mais 111 de Porto dos Cacos (as restantes), obtido caracterizando-as pelas concentrações de 27 elementos, calculando coeficientes de correlação e aplicando o método UPGMA

ROBERT ÉTIENNE
Professeur émérite de l'Université de Bordeaux III

FRANÇOISE MAYET
Directeur de Recherche au CNRS

LA PLACE DE LA LUSITANIE DANS LE COMMERCE MÉDITERRANÉEN

«Conimbriga» XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 201-218

RESUMO: Demasiado tempo minimizado sob a expressão «comércio do Sul da Península Ibérica», o lugar do comércio lusitano no dominio da salga e dos preparados de peixe está a revelar-se cada vez mais decisivo, à medida que melhor se identificam as produções anfóricas dos vales do Tejo e do Sado, bem como as do Algarve, melhor se avalia a capacidade de produção dos centros de salga e melhor se identificam os vestígios subaquáticos ligados ao transporte desses produtos.

No estado actual dos nossos conhecimentos, pode afirmar-se que esse lugar é dominante no tráfico mediterrânico durante o Baixo Império.

RESUMÉ: Trop longtemps minimisée dans Pexpression "commerce du sud de la Péninsule Ibérique", la place du commerce lusitanien dans le domaine des salaisons et sauces de poissons se révèle de plus en plus décisive au fur et à mesure que sont mieux identifiées les productions d'amphores des vallées du Tage et du Sado, ainsi que de l'Algarve, mieux évaluées les capacités de production des "usines" de salaisons, et mieux reconnues les épaves sous-marines transportant ces productions. Dans l'état actuel des connaissances, on peut affirmer que cette place est dominante dans le trafic méditerranéen sous le Bas Empire.

(Página deixada propositadamente em branco)

LA PLACE DE LA LUSITANIE DANS LE COMMERCE MÉDITERRANÉEN

Dans le commerce méditerranéen, la part du commerce lusitanien a été trop longtemps minimisée; souvent occultée par l'expression "commerce du sud de la Péninsule Ibérique", première et faible approximation géographique, elle a été également diluée dans celle de "trafic hispanique", où le *garum hispanum* semblait venir plutôt de Bétique que de Lusitanie (O- Or l'exploration du Sado, programmée conjointement par la Mission archéologique française au Portugal et par le Musée archéologique et ethnologique de Setúbal ([2]), permet au contraire de la valoriser. Une meilleure connaissance du matériel amphorique et des centres de production ([3]), la publication du grand complexe industriel de Tróia ([4]) et l'étude de plus nombreuses épaves ([5]) renou- [*]

(*) HORAT., *S at.,* II, 8, 46: ***garo de sucis piscis Iberi. Tituli picti*** sur amphores d'Augst (Germanie Supérieure): O. **BOHN,** Pinsel Inschriften auf Amphoren aus Augst und Windisch, dans ASA, 28, 1920, p. 197-212, p. 202-204.

([2]) Ce programme, accepté par la Commission consultative des fouilles auprès du Ministère des Affaires Étrangères (Paris), bénéficie de l'aide de la Fondation C. Gulbenkian (Lisbonne) et de l'Institut du Patrimoine Portugais Architectural et Archéologique (Lisbonne), de l'Ambassade de France (Lisbonne) et du Centre National de la Recherche Scientifique (Paris). Il vise à éclairer la production des industries de salaisons et sauces de poisson, la fabrication des emballages, par la découverte de fours d'amphores, et la commercialisation des produits lusitaniens.

([3]) Voir ***Les amphores lusitaniennes. Typologie, production, commerce*** (Actes des Journées d'étude tenues à Conimbriga les 13 et 14 octobre 1988, édités par A. **ALARCÃO** et F. **MAYET),** Conimbriga - Paris, 1990 (= ***Les amphores lusitaniennes).***

([4]) R. **ÉTIENNE,** Y. **MAKAROUN** et F. **MAYET,** avec la collaboration de G. **HENNEQUIN,** C. **LOPES,** C. **TAVARES DA SILVA,** ***Un grand complexe industriel à Tróia (Portugal),*** Paris, 1994 (= **ÉTIENNE, MAKAROUN, MAYET,** ***Un grand complexe industriel à Tróia).***

([5]) Pour la dernière en date, J.-P. **BOST,** M. **CAMPO,** D. **COLLS,** V. **GUERRERO** et

vellent notre vision des échanges méditerranéens, qui voient s'imposer, surtout à partir de la seconde moitié du III^e^ siècle de notre ère les productions lusitaniennes.

I - UNE MEILLEURE CONNAISSANCE DES AMPHORES LUSITANIENNES

Sous le Haut Empire, la Lusitanie a produit une amphore proche de l'amphore Dressel 14, originaire de Bétique (fig. 1, 1). Elle a été nommée amphore Beltrán IVB par A.J. Parker (6) ou bien Dressel 14 *similis* par C. Panella à Ostie (7); nous-mêmes avons proposé de l'appeler Dressel 14b pour la distinguer de l'amphore Dressel 14a de Bétique (8). En fait, toutes ces dénominations laissent supposer que l'amphore lusitanienne est plus tardive et imite l'amphore de Bétique. L'étude des fours d'amphores du Sado nous écarte un peu de ce schéma; en effet, sur le site d'Abul, un niveau augusto-tibérien a donné des imitations de diverses amphores à *garum* de Bétique qui ont abouti à la forme Dressel 14, en pleine production à l'époque claudienne. L'apparition de l'amphore Dressel 14 lusitanienne semble davantage le résultat d'essais locaux et divers que l'imitation pure et simple de l'amphore Dressel 14 de Bétique, que l'on connaît d'ailleurs assez mal aussi bien sur le plan chronologique que sur le plan de la production.

Du milieu du I^er^ siècle au début du III^e^ siècle de notre ère, cette amphore Dressel 14b a transporté les sauces et salaisons de poisson lusitaniennes (9) à travers le bassin occidental de la Méditerranée jusqu'à Rome et Ostie où, avant la fin du I^er^ siècle, elle est plus

F. MAYET, *L'épave Cabrera III (Majorque). Echanges commerciaux et circuits monétaires au milieu du III^e^ siècle après Jésus-Christ* (Publications du Centre Pierre Paris, 23), Paris, 1992 (= *Épave Cabrera III).*

(6) AJ. **PARKER,** Lusitanian Amphoras, dans *Méthodes classiques et méthodes formelles dans l'étude des amphores (Rome, 1974),* Rome, 1977, p. 35-46.

(7) C. **PANELLA,** Le anfore, dans ***Ostia III*** (Studi Miscellanei, 21), Rome, 1973, p. 519-521.

(8) F. **MAYET,** Problèmes de dénomination, dans ***Les amphores lusitaniennes,*** p. 23-28.

(9) Une inscription peinte trouvée sur le col d'une amphore Dressel 14 lusitanienne ne laisse aucun doute; B. Liou et R. **MARICHAL,** Les inscriptions peintes sur amphores de l'anse Saint-Gervais à Fos-sur-Mer, dans ***Archaeonautica,*** 2, 1978, p. 141, n° 32, fig. 16: LIQ(uamen) / EXC(ellens) / SABINI ET AVITI.

abondante que son homologue de Bétique. Son col relativement large permettait le passage des morceaux de gros poissons comme les thons. Cette amphore a été produite dans la vallée du Tage (Porto dos Cacos) et dans la vallée du Sado (depuis Alcácer do Sal jusqu'à Setúbal) (voir fig. 3). A Castro Marim, en Algarve, il y eut une production proche de l'amphore Dressel 14 ([10]) mais peut-être sans l'ampleur de celle de la vallée du Tage et surtout du Sado.

La première moitié du III^e^ siècle semble avoir été une période de transition au niveau des productions d'amphores, une période caractérisée par une évolution de la Dressel 14 que l'on ne retrouve pas à l'extérieur de la Lusitanie ([n]) et le passage progressif de cette forme vers l'amphore Almagro 50, comme on a pu le vérifier dans un dépotoir d'Abul (Alcácer do Sal). En même temps apparaît une petite amphore à fond plat, malencontreusement appelée Dressel 30 par certains archéologues car elle semble s'inspirer davantage des amphores à fond plat du Haut Empire (Gauloise 4, Dressel 28, etc.). Elle est contemporaine des dernières productions d'amphores Dressel 14 (fin II^e^- début III^e^ siècle). Elle constitue en fait le prototype de l'amphore lusitanienne du Bas Empire, l'amphore Almagro 51c (fig. 2, 6); on l'a produite aussi bien dans la vallée du Tage (Porto dos Cacos) ([12]) que dans la vallée du Sado (Pinheiro), en faible quantité, semble-t-il. Sa diffusion paraît encore limitée.

Sous le Bas Empire (milieu du III^e^ au milieu du V^e^ siècle), les types d'amphores se multiplient. Ils ont en commun de présenter un col et une embouchure plus étroits que l'amphore Dressel 14; cette caractéristique correspond à des changements dans le contenu, car ces amphores transportent essentiellement des petits poissons, sardines et maquereaux ([13]), et des sauces diverses. L'amphore la plus abonda-

([10]) J. **LEITE DE VASCONCELOS,** Olaria luso-romana em Bartholomeu de Castro Marim, dans ***AP,*** série I, IV, 1898, p. 329-336; ***ID.***, Da Lusitânia à Bética, dans ***AP,*** série I, V, 1900, p. 225-249.

([n]) Identifiée tout d'abord dans le matériel amphorique de São Cucufate (Beja), nous l'avons retrouvée dans les centres de production de la vallée du Sado (Pinheiro et Abul). Pour le matériel de São Cucufate, voir F. **MAYET** et A. **SCHMITT,** Les amphores de São Cucufate, dans ***Itinéraires lusitaniens***. ***Trentième anniversaire des fouilles luso-françaises au Portugal*** (sous presse).

([12]) J.M. **CORDEIRO RAPOSO,** Porto dos Cacos: uma oficina de produção de ânforas romanas no vale do Tejo, dans ***Les amphores lusitaniennes,*** p. 117-151, particulièrement p. 126-127, 139, 142 et 150.

([13]) R. **ÉTIENNE,** Que transportaient donc les amphores lusitaniennes ?, dans ***Les amphores lusitaniennes,*** p. 15-19.

mment produite est l'amphore Almagro 51c qui, au milieu du IIIe siècle, est stabilisée dans sa forme piriforme, avec un bord encore proche de celui du prototype et un fond cylindrique creux (fig. 2, 7). Aux IVe et Ve siècles, cette amphore devient plus allongée, plus étroite aussi, avec un fond conique plein et des anses qui se rattachent au niveau supérieur du bord (fig. 2, 8). Cette forme apparaît dans toutes les zones de production connues : vallée du Tage (Porto dos Cacos, sauf dans sa forme tardive; Quinta do Rouxinol, sauf dans sa forme précoce); vallée du Sado (depuis Enchurrasqueira jusqu'à Setúbal); Algarve (Martinhai, Quintal do Lago à Loulé et Castro Marim). La production de l'amphore Almagro 51c semble avoir été aussi importante sinon plus que celle de l'amphore Dressel 14 sous le Haut Empire.

Mais, contrairement à cette dernière, elle est accompagnée aux IVe et Ve siècles par d'autres types d'amphores. L'amphore Almagro 50 (fig. 1,2) est apparue aussi tôt que l'amphore Almagro 51c, vers le milieu du IIIe siècle, tant dans la vallée du Tage que dans la vallée du Sado. Toutefois, elle ne paraît pas avoir été produite en abondance dans ces régions. La plupart des amphores Almagro 50 que l'on trouve dans le sud de la Lusitanie et à l'extérieur de cette province, dans les épaves en particulier, présentent une pâte différente de celle du Tage et du Sado. En s'appuyant sur la répartition des marques et surtout sur l'étude pétrographique de la pâte (14), on a proposé l'Algarve comme zone principale de production; mais aucun des fours connus dans cette zone n'a produit des amphores semblables. Pour nous, la seule certitude est que ces amphores Almagro 50 proviennent des mêmes ateliers que certaines amphores Beltrán 72 (15) (fig. 1, 3) et que leur pâte présente un aspect très proche des amphores à *garum* de Bétique. Seule la découverte de fours ou des analyses physico-chimiques poussées pourraient les situer d'un côté ou de l'autre de la frontière. La présence de l'amphore Almagro 50 dans les ateliers du Tage et de Sado en fait bien une amphore lusitanienne, mais le problème est de savoir si toutes les amphores de ce type découvertes dans le reste du monde romain proviennent de la seule Lusitanie.

L'amphore Keay LXXVIII(16) accompagne les productions lusitaniennes les plus tardives, au IVe et dans la première moitié du Ve

(14) D.P.S. **PEACOCK** et D.F. **WILLIAMS,** *Amphorae and the Roman economy. An introductory guide,* Londres et New York, 1986, p. 130-131.

(15) *Épave Cabrera III,* p. 128-134, où ces deux amphores portent la même estampille: ANGE (Annius Genialis).

(16) S.J. KEAY, *Late Roman Amphorae in the Western Mediterranean. A typo-*

siècle (fig. 1,4). Encore peu connue en dehors de la Lusitanie, sans doute parce qu'elle est peu facile à identifier au niveau des seuls tessons, c'est une amphore dont la production est bien attestée dans la vallée du Sado, particulièrement sur le site de Pinheiro. Il sera possible, à brève échéance, de présenter une évolution morphologique de cette forme, à l'intérieur de son cadre chronologique et nous ne doutons pas qu'elle apparaîtra ensuite plus fréquemment dans les rapports de fouilles.

Enfin, pour en terminer avec les amphores lusitaniennes présentes dans le commerce méditerranéen, nous devons citer l'amphore Almagro 51a-b (fig. 2, 5). Elle présente la même chronologie que l'amphore précédente et suffisamment de variantes dans le détail du bord et des anses pour qu'il soit impossible de distinguer 1'Almagro 51a de 1'Almagro 51b. Les exemplaires les plus nombreux et les plus complets proviennent des cargaisons d'épaves sous-marines, comme l'épave Sud-Lavezzi 1 ([17]); la panse étroite, irrégulière et de faible épaisseur, se brise en effet facilement. Le bord est mouluré de façon diverse selon la chronologie de l'amphore. Elle est connue actuellement sur deux sites de production: Martinhal (Algarve) et Pinheiro (vallée du Sado).

Voici donc le panorama des amphores lusitaniennes qui ont circulé sur les bateaux de commerce dans la Méditerranée occidentale. Elles sont donc plus nombreuses qu'on ne l'imaginait il y a vingt ans seulement. Progressivement, les découvertes de fours d'amphores permettent de restituer à la Lusitanie un certain nombre d'amphores identifiées jusqu'alors comme provenant du sud de la Péninsule Ibérique en général. Seules certaines amphores Almagro 50 et les amphores Beltrán 72 n'ont pas leur provenance assurée en totalité et, pour sortir de cette incertitude, il faut espérer la découverte de nouveaux fours dans les prochaines années.

II-L'IMPORTANCE DES INDUSTRIES DE SALAISONS DE POISSON LUSITANIENNES.

Que transportaient ces amphores lusitaniennes? Les sources littéraires ne sont d'aucune aide dans ce domaine, et seules l'archéolo-

logy and economic Study: the Catalan Evidence (BAR, Int. Ser., 196), Oxford, 1984, p. 369, fig. 172, n° 3 et 4). A.M. DIOGO, Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano, dans *AP*, série IV, 5, 1987 (paru en 1991), p. 183, fig. 5 (forme L.8).

([17]) B. Liou, Direction des recherches archéologiques sous-marines, dans *Gallia*, 40, 1982, p. 437-444, fig. 1 et 2, n.° 1 à 4.

gie, l'épigraphie sur amphores et les études ichtyologiques nous prouvent qu'elles ont véhiculé des salaisons et des sauces de poisson ([18]). La Lusitanie a sans aucun doute produit du vin et de l'huile mais rien ne permet de penser que ces productions dépassaient les besoins de la consommation locale ou régionale : le faible nombre d'amphores à vin et à huile importées des provinces voisines plaide en ce sens([19]).

En revanche, en raison de l'importance des installations industrielles de salaisons de poisson, il est aisé de comprendre que la Lusitanie disposait de surplus dans ce domaine, d'où la nécessité de produire des amphores pour les exporter au loin. L'implantation des usines de salaisons en Lusitanie est tout à fait révélatrice.

Sur la carte de la figure 3, nous avons signalé les fours d'amphores bien attestés ([20]), en laissant de côté les sites où la production d'amphores est seulement supposée, ainsi que les établissements industriels de salaisons de poisson, en ne retenant là aussi que les seuls sites dont nous soyons certains. En effet, de trop nombreuses erreurs d'identification se sont glissées dans la liste donnée par J.C. Edmondson ([21]). Nous ne revenons pas ici sur le détail des corrections que nous avons déjà données ([22]). Seuls dix-sept établissements méritent d'être retenus ([23]), ce qui n'est pas négligeable pour la seule Lusitanie méridio-

([18]) Voir la note 13.

([19]) Voir **F. MAYET** et **A. SCHMITT,** Les amphores de **São** Cucufate (Beja), dans *Itinéraires lusitaniens. Trente années de fouilles luso-françaises au Portugal* (sous presse),

([20]) Ils sont signalés sur la figure 3 par une lettre: A. Garrocheira (Benavente); B. Porto dos Cacos (Alcochete); C. Quinta do Rouxinol (Corroios, Seixal); D. Setúbal; E. Quinta de Alegria (Setúbal); F. Pinheiro (Alcácer do Sai); G. Abul (Alcácer do Sal); H. Enchurrasqueira (Alcácer do Sal); I. Bugio (Alcácer do Sal); J. Barrosinha (Alcácer do Sai); K. Martinhai (Sagres); L. Quinta do Lago (Loulé); M. São Bartolomeu do Mar (Castro Marim).

([21]) J.C. **EDMONDSON,** ***Two Industries in Roman Lusitania. Mining and Garum Production*** (BAR, Int. Ser., 362), Oxford, 1987, p. 106, fig. 5.2 et p. 255-269.

([22]) ÉTIENNE, MAKAROUN, MAYET, *Un grand complexe industriel à Tróia*, p. 100-108, fig. 32.

([23]) Ils sont signalés sur la figure 3 par des chiffres arabes: 1. Lisbonne (Casa dos Bicos, rua dos Bacalhoeiros); 2. Cacilhas (Almada, Largo Alfredo Dinis); 3. Creiro (Portinho de Arrábida, Setúbal); 4. Comenda (Nossa Senhora da Anunciada, Setúbal); 5. Setúbal (Place du Bocage et Travessa Frei Gaspar); 6. Tróia (Grândola); 7. Sines (Grândola); 8. Ilha do Pessegueiro (Sines, Grândola); 9. Boca do Rio (Budens, Vila do Bispo, Lagos); 10. Vau (Mexilhoeira Grande, Portimão, Lagos); 11. Portimões (Portimão, Lagos); 12. Loulé Velho (Loulé, Faro); 13. Quinta do Lago (Loulé, Faro); 14. Olhão (Faro); 15. Quinta do Marim (Quelfes, Olhão, Faro); 16. Quinta das Antas et

naie; ils sont peut-être dix-huit déjà si se confirme la découverte annoncée d'une usine de salaisons à Cascais.

Deux régions principales dominent la production de salaisons comme elles dominent la production des amphores : les vallées du Tage et du Sado d'une part, et l'Algarve d'autre part. Dans la première, l'estuaire du Sado arrive largement en tête, dans l'état actuel de nos connaissances, grâce au site de Tróia; mais l'urbanisation moderne empêchera toujours de savoir si les rives du Tage n'étaient pas tout aussi riches. Les usines de salaisons semblent avoir été nombreuses sur le littoral de l'Algarve, mais il s'agit de petites unités de production, souvent liées à une villa rurale et davantage destinées à l'auto-consommation. Le site de *Balsa* (n.° 16) constitue sans doute une exception mais attend encore d'être fouillé; lui seul permettra d'apprécier l'importance des exportations de cette région. Entre ces deux régions principales, deux sites d'usines ont été fouillés sur le côte alentéjane, Sines et l'île de Pessegueiro ([24]); ils paraissent encore isolés et éloignés des centres de production d'amphores.

Toutes ces usines sont loin d'avoir la même importance; on ne possède pas malheureusement de nombreuses fouilles complètes qui permettraient des comparaisons fiables. Toutefois les chiffres que nous obtenons, dans l'état actuel de nos connaissances, révèlent des disparités étonnantes entre les usines connues à Tróia et celles de la côte alentéjane par exemple.

USINES	CAPACITÉ DE PRODUCTION
6. Tróia (usine I)	plus de 606,012 m³
6. Tróia (usine IA)	168,121 m³
6. Tróia (usine IC)	157,559 m³
6. Tróia (usine IB/II)	plus de 223,669 m³
6. Tróia (usine III)	103,072 m³
7. Sines	34;634 m³
8. Pessegueiro (D 14)	36,265 m³
8. Pessegueiro (P 16)	41,426 m³

Torre de Ares (= ***Balsa,*** Luz, Tavira, Faro); 17. Quinta do Muro (Vila Nova de Caceia, Vila Real de Santo Antonio, Faro).

([24]) C. **TAVARES DA SILVA** et J. **SOARES,** ***Ilha do Pessegueiro, porto romano da costa alentejana,*** Lisbonne, 1993.

Cette disparité est d'autant plus frappante qu'à Tróia les usines se succédaient, le long du Sado, sur deux kilomètres; il est difficile de déterminer aujourd'hui le nombre exact de ces usines, disposées en chapelet sur ce site, mais la capacité de production de celles que nous avons étudiées laisse penser que Tróia était un important centre exportateur de sauces et salaisons de poisson. Un bassin encore visible sur la plage mesure 7,03 x 4,25 x 2,25 mètres, ce qui lui donne une capacité de 67,224 mètres cubes, bien supérieure à la capacité d'une petite usine de la côte alentéjane ou de l'Algarve; et ce bassin faisait partie d'une salle qui en comptait bien d'autres. Ces quelques chiffres montrent la prééminence de Tróia, ce que confirment les nombreux fours d'amphores situés sur la rive opposée; toutefois, les rives du Tage et un site comme *Balsa*, en Algarve, pouvaient jouer un rôle tout aussi important.

C'est dire que la Lusitanie méridionale faisait partie des régions exportatrices de salaisons de poisson de l'Occident romain. Peut-on la comparer à d'autres provinces voisines, mieux étudiées en apparence, comme la Bétique et la Maurétanie Tingitane? ([25]) Là aussi nous manquons cruellement de fouilles ou de données complètes.

USINES	CAPACITÉ DE PRODUCTION
Cotta (Maroc)	258,000 m^3
Lixus (Maroc), moyenne par usine	101,300 m^3
Belo (Bétique) 1	plus de 40,000 m^3
Belo (Bétique) 2	plus de 35,000 m^3
Belo (Bétique) 3	plus de 35,000 m^3
Belo (Bétique) 4	40,000 m^3
Belo (Bétique) 6	plus de 30,000 m^3

Seule Fusine de Cotta offre une capacité de production comparable à celle des usines de Tróia; Lixus figure encore en bonne place, mais il s'agit de dix usines comptabilisant 147 bassins. A Tróia, les usi-

([25]) Voir en particulier l'ouvrage de M. **PONSICH** et M. **TARRADELL,** *Garum et industries antiques de salaison dans la Méditerranée occidentale* (Bibl. de l'École des Hautes Études Hispaniques, fase. XXXVI), Paris, 1965 (= **PONSICH-TARRADELL),** repris dans M. **PONSICH,** *Aceite de oliva y salazones de pescado. Factores geo-económicos de Bética y Tingitana*, Madrid, 1988.

nés I/II et III totalisent déjà plus de 978 mètres cubes et devaient dépasser à elles seules la capacité visible de Lixus puisque le grand complexe (usines I/II) n'est pas totalement fouillé. Les usines publiées de Belo totalisent moins de 200 mètres cubes; cela nous paraît faible, mais que représente ce chiffre par rapport à la capacité réelle et totale du site ? L'état lacunaire de notre documentation ne fait pas de doute, mais l'importance du site de Tróia et donc de l'estuaire du Sado se maintient, même dans le cadre élargi des provinces extrême-occidentales du monde romain.

Le rôle de la Lusitanie dans le domaine des salaisons a duré dans le temps. En effet, l'étude des amphores, comme l'étude du complexe industriel de Tróia, confirme une activité quasi-permanente du milieu du I^er^ au milieu du V^e^ siècle de notre ère. Il devait en être de même dans la vallée du Tage, au moins jusqu'à la fin du IV^e^ siècle. Pour les autres provinces, les données chronologiques demeurent plus floues. La production de Belo est plus ancienne mais s'interrompt à la fin du II^e^ siècle et connaît un petit renouveau aux V^e^ et VI^e^ siècles ([26]): ce panorama est-il valable pour l'ensemble du site ? L'usine de Cotta ne paraît pas antérieure au milieu du I^er^ siècle et ne semble plus fonctionner après la fin du II^e^ siècle, d'après le matériel publié ([27]) tout au moins.

Quantité et durée caractérisent donc les industries de salaisons de poisson lusitaniennes. En trouve-t-on un écho dans les circuits commerciaux et dans les centres de consommation ?

III-LES AMPHORES LUSITANIENNES DANS LES ÉPAVES SOUS-MARINES.

Il est difficile aujourd'hui de connaître la place réelle de la Lusitanie dans l'approvisionnement de la capitale du monde romain, par exemple. Les amphores lusitaniennes ne sont pas encore suffisamment connues de tous les archéologues pour être identifiées; il faudrait aussi disposer du matériel d'une ou de plusieurs fouilles qui serait totalement publié ou tout au moins comptabilisé. Nous devrons attendre encore longtemps avant de pouvoir tirer profit d'une telle documentation à Rome.

([26]) M. **MARTIN BUENO,** J. LIZ **GÜIRA et** M.C. **RAMÍREZ DE ARRELLANO,** *Baelo Claudia***: sector sud,** 1981-1983 **(avance), dans** *MCV,* XX, 1984, **p.** 487.

([27]) PONSICH-TARRADELL, p. 55-68, **pi.** XIX et fig. 39 à 43.

En attendant, les fouilles d'Ostie nous apportent de précieuses indications, tout au moins en ce qui concerne le Haut Empire et l'amphore Dressel 14 lusitanienne. Sur ce site, dans la Casa delle Pareti Gialle ([28]), cette amphore apparaît depuis les couches tibéro-claudiennes jusqu'aux couches préhadrianiques, mais nous ne savons pas dans quelle proportion. Dans la nécropole de Porto ([29]), à Ostie également, on en trouve de l'époque trajanienne aux dernières décennies du IIe siècle. Enfin dans les couches flaviennes des thermes du Nageur ([30]), à Ostie toujours, C. Panella note pour cette amphore dont elle ne connaissait pas encore l'origine, un indice de présence supérieur à celui de la Dressel 14 de Bétique, indice qui se maintient au début du IIe siècle. Elle en a trouvé encore dans la seconde moitié du IIe siècle, mais plus du tout au siècle suivant. Nous avons là la seule annotation quantitative relative à la présence d'une amphore lusitanienne sur un site éloigné de la zone de production; il n'y a pas d'équivalent pour les amphores du Bas Empire.

En fait, ce sont les épaves sous-marines qui nous donnent encore la meilleure idée de la commercialisation des amphores lusitaniennes. Une vingtaine d'épaves ayant contenu entre autres ces amphores sont actuellement connues dans le bassin occidental de la Méditerranée. Voici la liste de ces gisements, accompagnés d'une description succincte de leur cargaison, de la chronologie qui leur est attribuée et d'une bibliographie sommaire :

1. Épave San Antonio Abad (Conillera, Ibiza); amphores Dressel 14, lingots; datation proposée : Haut Empire; *NAH, Arq*., 6, 1962, p. 177-188; 7, 1963, p. 188-194.

2. Épave Cap Blanc (Majorque); amphores de Byzacène, Almagro 51c; datation proposée : Bas Empire;//AA, 5, 4, 1976, p. 347; *Ostia IV,* p. 278.

3. Épave Cabrera I (Majorque); amphores de Byzacène, Almagro 51c, Beltrán 72; datation proposée : IIIe siècle de notre ère; *Trabajos del Museo de Mallorca,* 34, 1982, p. 16-18.

([28]) F. **ZEVI** et I. **POHL,** Ostia. Saggi di scavo, dans *NS,* série VIH, XXIV, suppl. I, 1970, p. 93 n. 135.

([29]) C. **PANELLA,** *Ostia III,* p. 520.

([30]) ***EAD.,*** *ibid.,* p. 520.

4. Épave Cabrera III (Majorque); amphores de Byzacène, Dressel 20 et 23, Almagro 50 et 51c, Beltrán 68 et 72; datation : peu après 257 de notre ère; *Épave Cabrera III,* Paris, 1992.

5. Épave du Puerto de Mahón (Minorque); amphores Dressel 14; datation proposée : Haut Empire; inédite.

6. Épave Port-Vendres I (ou Anse Gerbal, Pyrénées-Orientales): amphores Almagro 50, 51 a-b, 51 c et diverses ; datation proposée : début du V^e^ siècle de notre ère; *Gallia,* XVII, 1959, p. 450-451, XXII, 1964, p. 475; *RAN,* I, 1968, p. 263; *RSL,* XXXVII, 1971, p. 7-32.

7. Épave Planier 7 (Marseille, Bouches-du-Rhône); amphores de Byzacène, Almagro 50 et 51c; Datation proposée : IV^e^ siècle; *Gallia,* XX, 1962, p. 157-159, 161.

8. Épave Gisement des Catalans (Marseille, Bouches-du-Rhône); amphores Dressel 23, de Byzacène, Almagro 51c, Beltrán 72; datation proposée : deuxième moitié du III^e^ et IV^e^ siècle; *Gallia,* XXXI, 1973, p. 585-586.

9. Épave Pommègues (Marseille, Bouche-du-Rhône); amphores Almagro 50, Gauloise 4; *Archaeonautica,* 2, 1978, p. 101-107.

10. Épave Saint-Gervais (Fos-sur-Mer, Bouches-du-Rhône); amphores Dressel 14, 7/11, 20, 28, Gauloise 4, rhodienne tardive; *Archaeonautica,* 2, 1978, p. 109-181.

11. Épave La Chrétienne D (Agay-Anthéor, Saint-Raphaël, Var); amphores Almagro 51c, Beltrán 72; pas de datation proposée (Bas Empire); *RAN,*IX, 1976, p. 183, fig. 6b et 9, *Gallia,* XXXI, 1973, p. 586.

12. Épave Cap Bénat I (Var); amphores Dressel 14, amphores d'Ibiza; datation proposée : première moitié du I^er^ siècle de notre ère; *CAS,* 2, 1973, p. 137-145; *Archaeonautica,*5, 1985, p. 152.

13. Épave Pampelone (Var); amphores de Byzacène, Almagro 51c, Beltrán 72; datation proposée : Bas Empire; *RAN,* IX, 1976, p. 185-186; *MEFRA,* 90, 1978, p. 382.

14. Épave Punta Ala (Toscane); amphores Dressel 20, de Byzacène, Beltrán 72 et diverses; datation proposée : deuxième moitié du III^e^ siècle; communication au *V^e^ CIASM* (Lipari, 1976); *MEFRA,* 93, 1981, p. 378.

15. Épave Sud-Lavezzi I (Corse); amphores Dressel 20, Almagro 50, Beltrán 72 et diverses; datation proposée: IVe ou même début du Ve siècle; *Gallia,* XL, 1982, p. 437-444; 5, 4, 1976, p. 347.

16. Épave Sud-Lavezzi III (Corse); amphores Dressel 2/4, 14, Pascual 1 ; datation proposée : première moitié du Ier siècle; *Gallia,* XL, 1982, p. 446-450.

17. Épave Cap Ognina (Syracuse, Sicile); amphores Almagro 50, Africana I, Kapitän I et II; datation proposée : troisième quart du IIIe siècle; *UNA,*3, 1, 1974, p. 150-153; *MEFRA,* 93, 1981, p. 376.

18. Épave Marzamemi F (Sicile); amphores Almagro 50 et 51c, africana IIC; *UNA,* 5, 4, 1976, p. 347; *Ostia IV,* p. 277-278; 10, 4, 1981, p. 328.

19. Épave Randello (Ragusa, Sicile); amphores Almagro 50; datation proposée : premier quart du IVe siècle; *Congrès de Sienne (1986),* p. 650-653.

20. Épave Femina Morta (Ragusa, Sicile); amphores Almagro 50, africana I, IIC et IID, spatheia; datation proposée : 350-375 (amphores), fin IIIe/début IVe siècle (sigillées claires); *UNA,* 4, 2, 1975, p. 385, *Kokalos,* 22-23, 1976-1977, p. 627; *MEFRA,* 93, 1981, p. 374.

Quatre épaves pour le Haut Empire et l'amphore Dressel 14 (n.os 1, 10, 12 et 16), peut-être cinq si les découvertes du Puerto de Mahón correspondent bien à l'épave que l'un des inventeurs a vu elors d'une plongée (n.° 5). Toutes les autres épaves relèvent du Bas Empire et leur cargaison contenait, entre autres, des amphores Almagro 50, 5 la-b, 51c ou Beltrán 72. La localisation de ces épaves démontre que tous ces bateaux empruntaient les mêmes routes puisque nous les retrouvons aux Baléares, sur la côte sud de la France et au sud de la Corse. La seule différence est la présence des seules épaves du Bas Empire autour et surtout au sud de la Sicile. Il y avait donc là une nouvelle route pour les amphores lusitaniennes; il faut en chercher la raison sans doute dans la constitution de la cargaison. Mise à part l'épave Randello (n.° 19) qui n'a transporté que des amphores Almagro 50, semble-t-il, les trois autres épaves avaient une cargaison mixte d'amphores africaines et d'amphores lusitaniennes. Ces bateaux avaient dû être chargés dans quelque entrepôt recevant des marchandises de diverses provenances avant de les réexporter plus loin: leur localisation au sud de la Sicile suggère qu'ils se dirigeaient vers l'est plutôt que vers l'Italie.

De toute façon, tous ces bateaux ou presque ont une cargaison mixte réunissant des amphores d'origines variées; un des meilleurs exemples est constitué par l'épave Cabrera III (n.° 4) à Majorque, sur laquelle nous avons distingué sept types d'amphores venant de Lusitanie, de Bétique et de Byzacène. Cette association est fréquemment attestée pour le Bas Empire ([31]) et il faut en conclure que les cargaisons étaient constituées dans de grands entrepôts et que ces bateaux allaient directement les décharger à leur destination finale. L'idée qu'il s'agissait d'un cabotage au cours duquel les bateaux chargeaient ou déchargeaient leurs amphores ne nous paraît pas compatible avec la composition du chargement de l'épave Cabrera III ([32]).

Nous imaginons difficilement que ces bateaux aient chargé les amphores lusitaniennes en Lusitanie même, qu'il s'agisse de Tróia ou d'un autre port. Nous supposons plus volontiers que les amphores lusitaniennes descendaient vers la Bétique, dans des embarcations plus légères, vers des entrepôts où se constituaient les cargaisons mixtes, du type de celle de Cabrera III, qui partaient ensuite en direction de Rome très vraisemblablement. Nous avons tenté de calculer le nombre d'amphores nécessaires pour exporter la production du complexe industriel que nous avons étudié à Tróia, celui qui sous le Haut Empire comprenait les usines I et IL Ce complexe avait une capacité supérieure à 600 mètres cubes, vraisemblablement proche de 750 mètres cubes. Sachant qu'une amphore Dressel 14 avait une capacité de 30/32 litres en moyenne et que les bassins pouvaient être remplis de salaisons à cinq reprises dans l'année, le propriétaire de ce complexe avait besoin de plus de 100 000 amphores pour vendre ses productions de sauces et salaisons de poisson. Il s'agissait peut-être d'un des plus grands complexes industriels de Tróia, puisque nous connaissons Fusine III avec seulement une capacité de 100 mètres cubes. Il est difficile de savoir avec exactitude combien d'usines fonctionnaient à la même époque sur ce site; un assez grand nombre sans doute occupaient les deux kilomètres de constructions visibles sur la rive du Sado. Pour le seul complexe étudié (usines I/II), il fallait cent bateaux de 1000 amphores ou cinq cents petits bateaux de 200 amphores pour exporter sa production annuelle. On comprend mieux l'importance des ateliers

([31]) Voir *Épave Cabrera III,* tableau de la page 203.
C[32]) *bid.,* p. 200.

d'amphores situés sur l'autre rive et l'on devine aisément l'intensité du trafic qui devait régner dans l'estuaire du Sado.

CONCLUSION

La Lusitanie a donc produit un volume tel de salaisons de poisson et de *garum* qu'elle a disposé de larges surplus exportables. Certes la consommation intérieure et les circuits commerciaux à l'intérieur de la Péninsule en ont absorbé une partie et nous avons pu le montrer dans la fouille d'une grande villa rurale comme São Cucufate([33]). Sur les marchés extérieurs - et essentiellement en Italie - les amphores lusitaniennes réussissent à s'imposer sous le Haut Empire, époque dominée par les productions de Bétique; sous le Bas Empire, elles arrivent à les remplacer et vont jusqu'à concurrencer les productions d'Afrique du Nord. Pour les consommateurs, il s'agit toujours sans doute de *garum hispanum,* surtout s'il était transporté à partir d'entrepôts de Bétique, dont le plus important pourrait être celui de Gadès.

Un tel commerce devait faire face à une consommation accrue de *garum*, que l'on pourrait symboliser par la remarque d'Ausone: les ancêtres en usaient avec parcimonie, de son temps, au IVe siècle, on l'utilise à pleines cuillères ([34]). Malheureusement, une telle indication manque d'estimation chiffrée. Caton, quand il détaille le régime alimentaire des esclaves ([35]), ne nous dit pas davantage : il ne parle pas de *garum* mais *à'hallecQ⁶),* sans d'ailleurs nous dire quelle quantité était consommée. Pour le sel, il parle d'un *modius* par an, soit 8,5 litres ou 8,25 kilogrammes; et après tout le *garum* n'est-il pas un substitut du sel, à en croire Pline? ([37]) S'il intervient pratiquement dans toutes les

([33]) J. **ALARCÃO,** R. **ÉTIENNE** et F. **MAYET,** *Les villas romaines de São Cucufate {Portugal),* Paris, 1990, p. 252-254; C. **LOPES** et F. **MAYET,** Commerce régional et commerce lointain des amphores lusitaniennes, dans *Les amphores lusitaniennes,* p. 295-303.

([34]) **AVSON.,** *Ep.,* XXI, 1, 7-8 (éd. Schenkl): *iam patinas implebo meas, ut parcior ille, maiorum mensis applaria sucus inundet.* Sur ce passage, voir R. **ÉTIENNE,** *Ausone ou les ambitions d'un notable aquitain* (repris dans *Ausone, humaniste aquitain),* Bordeaux, 1986, p. 68.

([35]) R. **ÉTIENNE,** Les rations alimentaires des esclaves de la "familia rustica" d'après Caton, dans *Index,* 10, 1981, p. 66-77.

([36]) CATO, *De agr.,* **58.**

([37]) PLIN., *NH,* XXXI, 96. Voir R. **ÉTIENNE,** A propos du "garum sociorum", dans *Latomus*, XXIX, 1970, p. 297-313, p. 307.

recettes de cuisine ([38]), c'est toujours avec discrétion ([39]), si bien qu'en tenant compte du développement de son usage, nous ne pensons pas que passer de 8 litres, soit un quart d'amphores, à 16 litres, soit une demi-amphore par an, force trop la vraisemblance.

Si nous comptons la population de Rome à 1 200 000 habitants ([40]), elle réclamerait donc par an 600 000 amphores, soit pour chacun des cinq mois de production, 120 000 amphores qui exigeaient pour être transportées 120 bateaux de 1000 amphores ([41]). En supposant qu'un bateau met une vingtaine de jours ([42]) pour faire le trajet Gadès - Rome - Gadès, la rotation assurant un approvisionnement régulier, en tenant compte du temps nécessaire au chargement et au déchargement, mettrait en mouvement cent vingt bateaux par mois. Le calcul serait valable si les bateaux ne transportaient que des amphores à *garum*; or les épaves connues livrent des cargaisons mixtes. Seule l'épave de Giens est uniquement chargée d'amphores à vin Dressel 1B([43]). D'autre part, aucune épave n'a été ou ne peut être complètement fouillée et il est très difficile de se prononcer sur la proportion des amphores à *garum* par rapport au chargement total, aussi bien à propos de Port-Vendres II Í[44])

([38]) **APICIUS, *L'art culinaire*** (CUF, éd. J. **ANDRÉ**), Paris, 1974: le mot ***garum*** est insuffisamment relevé dans ***Vindex ciborum*.**

([39]) Même s'il intervient dans plus de 350 recettes, mais derrière le poivre ! N. **BLANC** et A. **NERCESSIAN, *La cuisine romaine antique,*** Grenoble, 1992, diagramme p. 216; elles indiquent pour assaisonner les plats une cuillerée de ***garum*.**

([40]) P. **POMEY** et A. **TCHERNIA,** Le tonnage maximum des navires de commerce romains, dans ***Archaeonautica,*** 2, 1978, p. 233-251 (= **POMEY-TCHERNIA**): ils comptent, p. 239, 700 000 habitants sous Claude. Nous adoptons ici le chiffre proposé par J. **CARCOPINO, *La vie quotidienne à Rome à l'apogée de VEmpire,*** Paris, 1939, p. 35.

([41]) **POMEY-TCHERNIA,** p. 250, notent que les gros tonnages ne deviennent intéressants que pour acheminer régulièrement des produits pondéreux ou volumineux sur un long parcours, comme le blé.

([42]) M.P. **CHARLESWORTH, *Les routes et le trafic commercial dans l'Empire romain*** (trad. G. **BLUMBERG** et P. **GRIMAL**), Paris, 1938, p. 160; J. **ROUGÉ, *Recherches sur l'organisation du commerce maritime en Méditerranée sous l'Empire romain,*** Paris, 1966, p. 104; Gadès - Ostie: sept jours qu'avec prudence M.P. Charlesworth étendait à dix jours.

([43]) A. **TCHERNIA, P. POMEY,** A. **HESNARD *et alii, L'épave romaine de La Madrague de Giens (campagnes 1972-1975)*** (XXXIV[e] suppl. à ***Gallia***), Paris, 1978.

([44]) ***Épave Port-Vendres II,*** p. 23-47: quatre types d'amphores, mais la fouille reste incomplète.

que de Cabrera III (45) : entre un tiers et une moitié ? De toute façon, en étant minoritaires, les amphores à *garum* exigeraient pour arriver à destination des flottes encore plus importantes, à moins de retenir des bateaux de 2000 amphores, comme le Digeste (46) nous y invite.

Ainsi l'archéologie comble le silence des sources littéraires et redonne à la Lusitanie la place de premier plan qu'elle a réellement occupée dans le commerce méditerranéen et dans l'approvisionnement de Rome. Angoissés par le spectre des famines et préoccupés par le ravitaillement en blé d'une capitale turbulente, les auteurs anciens ont laissé ignorer la nécessité des protides dans l'alimentation de chaque jour; de ce fait, le volume que les salaisons et sauces de poisson occupaient dans le commerce méditerranéen est resté dans l'ombre, quelles que soient leurs origines. Ne nous étonnons donc pas que la Lusitanie ait été oubliée.

(45) ***Épave Cabrera III,*** p. 117-177: sept types d'amphores, mais la fouille incomplète interdit de calculer les proportions de chacun d'eux.

(46) **DIG.,** XIV, 2, 1 (cité et traduit par **POMEY-TCHERNIA,** p. 235): ***Si conduxisti navem amphorarum duo milium et ibi amphoras portasti, pro duobus milibus amphorarum pretium debis.*** *PAVLVS:* ***immo si aversione navis conducta est, pro duobus milibus debetur merces; si pro numero impositarum amphorarum merces constituta est, contra se habet: nam pro tot amphoris pretium debes, quot portasti.*** Si tu as livré un navire de deux mille amphores et que tu y as apporté un certain nombre d'amphores, tu dois le prix du transport pour deux mille amphores. **PAUL:** plus exactement si on a loué le navire en bloc, on doit le tarif de deux mille amphores. Mais si le tarif a été établi au nombre des amphores embarquées, c'est le contraire: tu dois le prix pour le nombre d'amphores que tu as apportées.

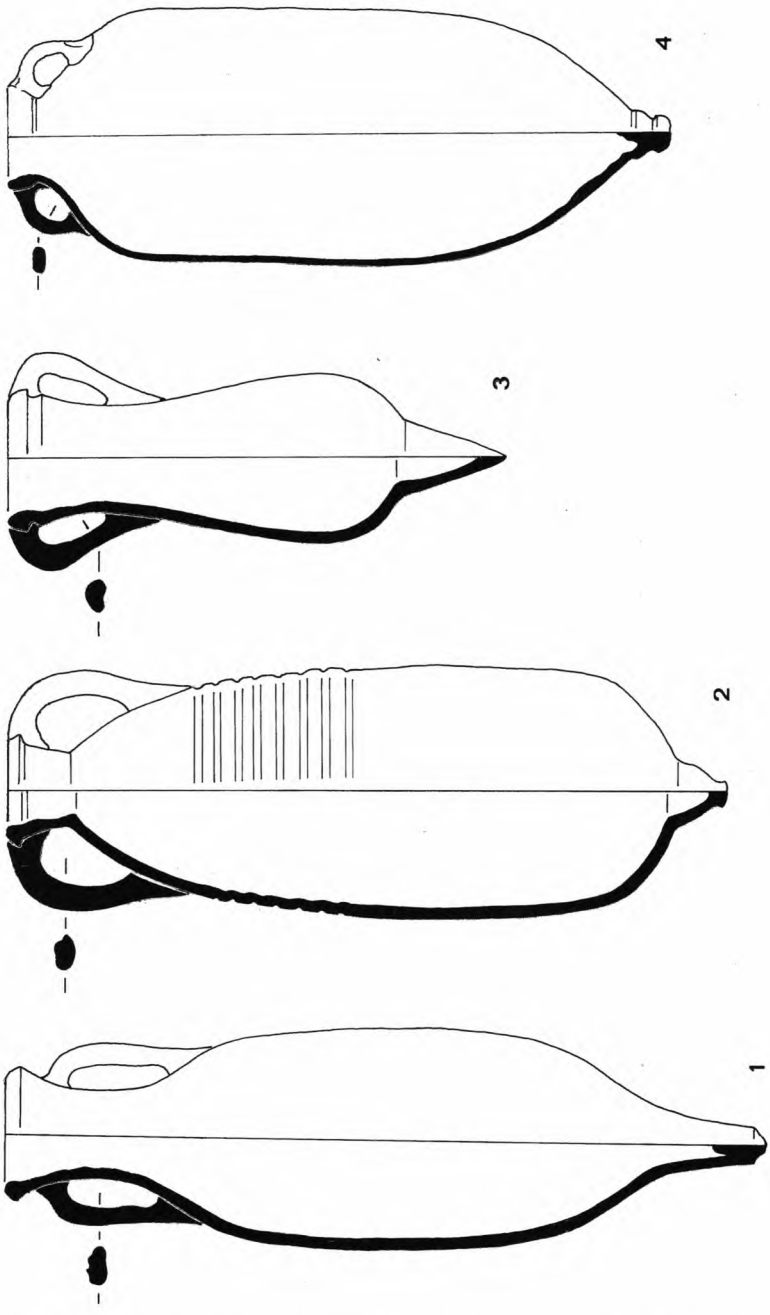


FIG. 1 – Amphores lusitaniennes: 1. Dressel 14; 2. Almagro 50; 3. Beltrán 72; 4. Keay LXXVIII. Escala 1:6 aprox.

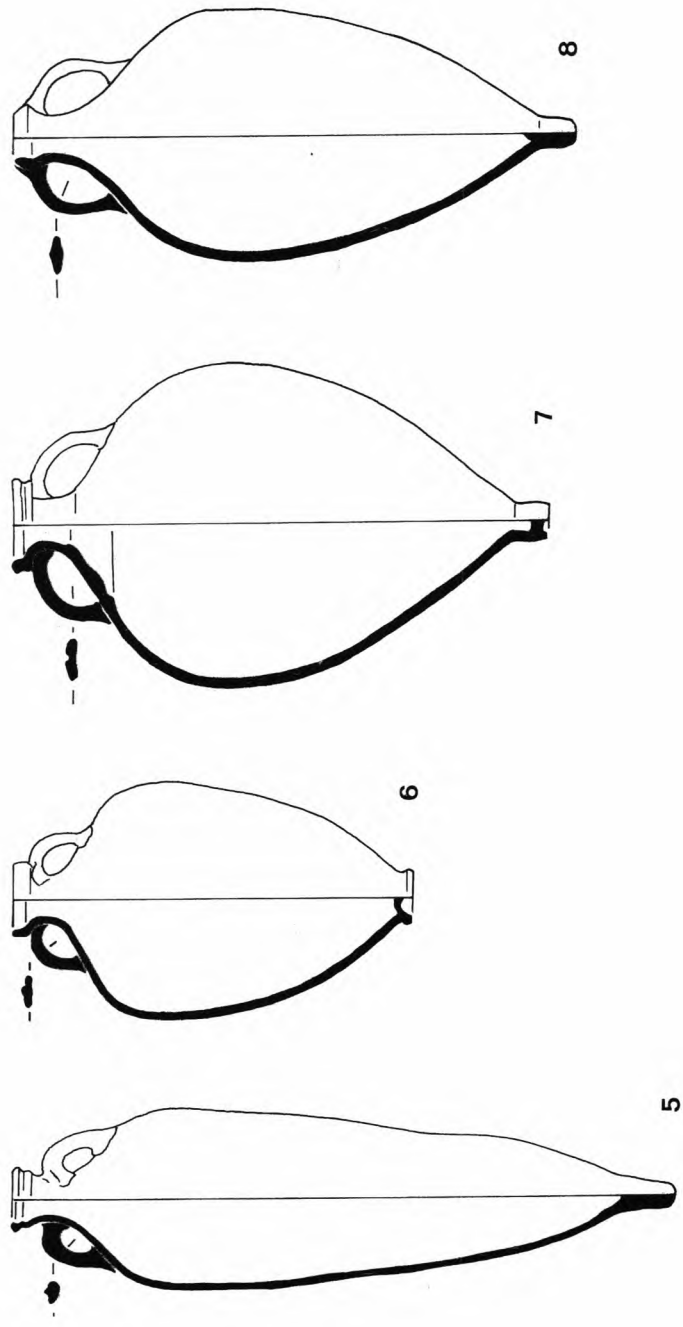


FIG. 2 – Amphores lusitaniennes: 5. Almagro 51a-b; 6. Almagro 51c (prototype); 7. Almagro 51c (piriforme); 8. Almagro 51c (tardive). Escala 1:6 aprox.

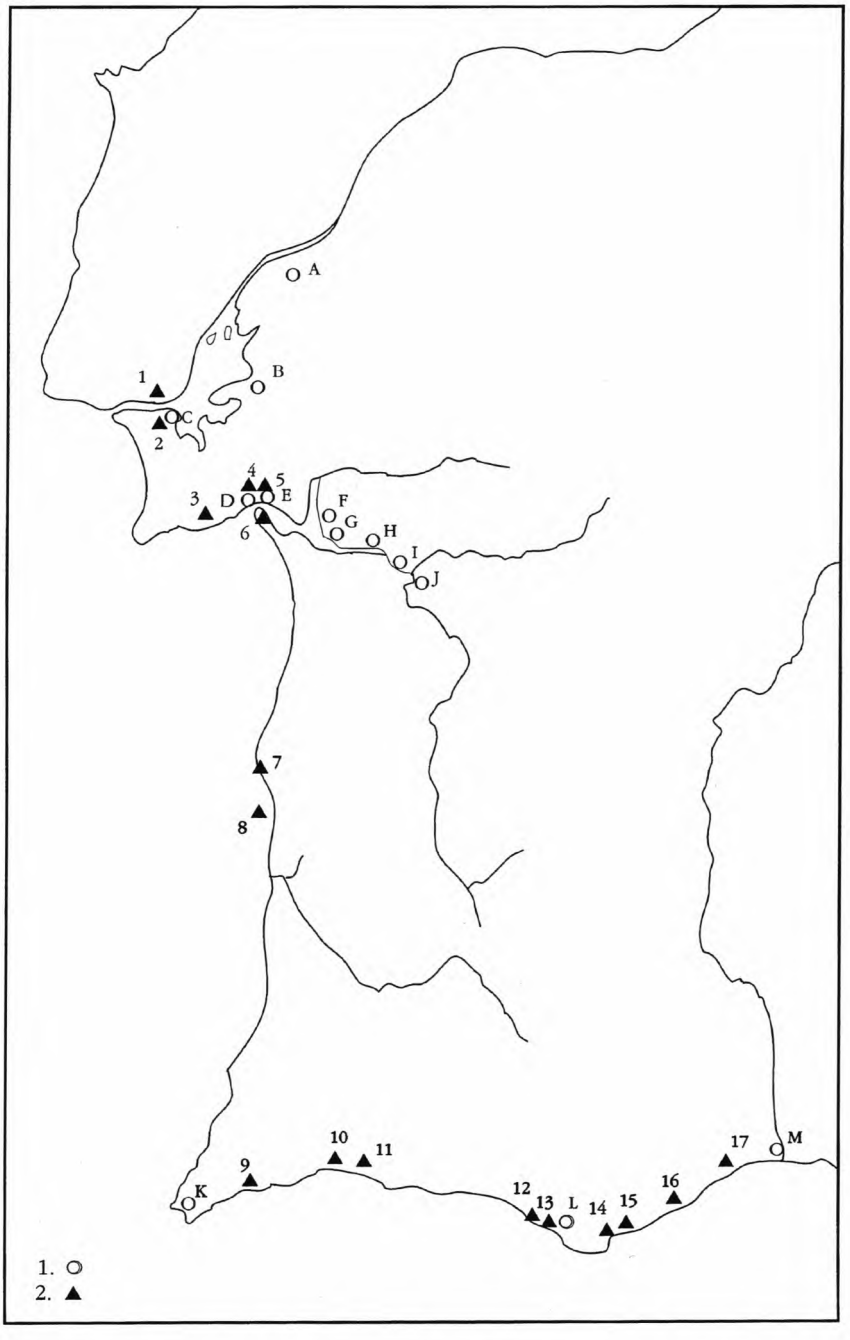


FIG. 3 – 1. Fours d'amphores; – 2. Usines de salaisons

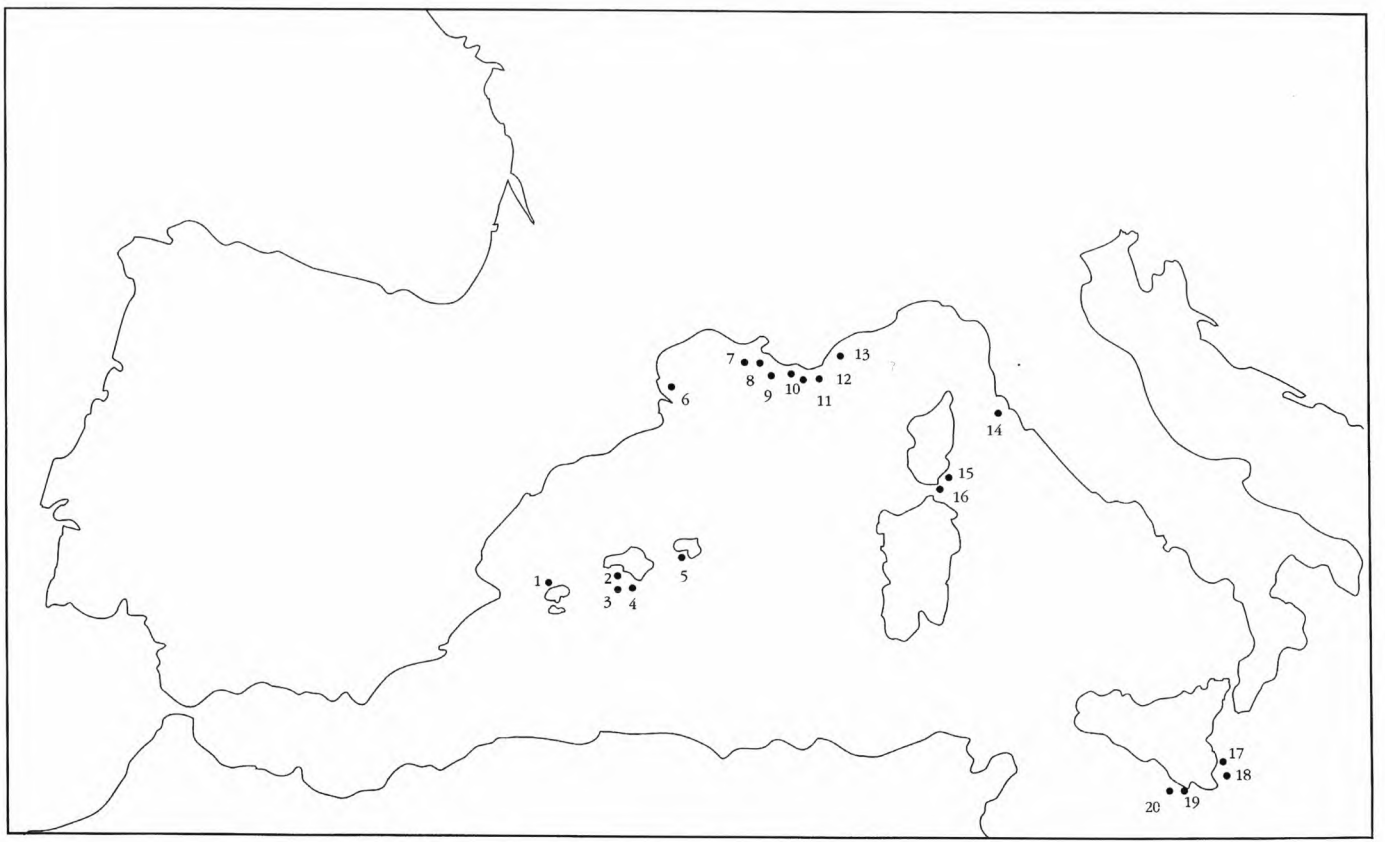


FIG. 4 – Épaves contenant des amphores lusitaniennes

CARLOS FABIÃO
Assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian

O AZEITE DA *BAETICA* NA *LUSITANIA*

«Conimbriga» XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 219-245

RESUMO: Apresenta-se a informação actualmente disponível sobre a presença de ânforas oleárias da *Baetica* (Classes 24, 25 e 26) na *Lusitania.*

Face ao panorama conhecido, propõe-se a existência de dois grandes eixos de distribuição destes artefactos: um interior dirigido aos grandes centros urbanos, como *Pax Mia* e *Augusta Emerita*, e outro litoral, aparentemente relacionável com a rota atlântica do azeite bético, no âmbito da *Annona Militaris*, destinada ao abastecimento da *Britannia* e dos estabelecimentos mais setentrionais do *limes* germânico.

SUMMARY: This study presents the available Lusitanian data on Baetican olive-oil amphorae (Classes 24, 25 and 26) imports.

The distribution pattern suggests two main axes in the difusion of these artifacts: the first one, chiefly continental, directed towards the most important Lusitanian towns, as *Pax Iulia* and *Augusta Emerita*, the other, related with the Atlantic route of Baetican olive-oil, in the *Annona Militaris* sphere of action, to *Britannia* and to the northern part of the Germanic *limes.*

(Página deixada propositadamente em branco)

O AZEITE DA *BAETICA* NA *LUSITANIA* (1)

Nota prévia

O presente texto constitui um primeiro avanço sobre um feixe de questões que me tem interessado de há alguns anos a esta parte. Tenho consciência de que muito trabalho está ainda por fazer e muitos aspectos do mesmo carecem de um efectivo esclarecimento, como se verá. Surge, por isso mesmo, com as fragilidades inerentes a um ponto de situação que se espera venha a ter os necessários desenvolvimentos. Resulta, basicamente, de um sincero empenho em me associar à justa homenagem a uma relevante figura da moderna investigação arqueológica portuguesa.

1. Os Dados do Problema

As questões relacionadas com a presença de ânforas oleárias da *Baetica* no actual território português, bem como o tema do azeite lusitano e sua relevância, tem sido de há longa data objecto de atenção por parte dos investigadores nacionais. Verifica-se, contudo, que nem sempre o problema tem sido correctamente equacionado, assistindo-se, ciclicamente, ao retorno de questões e interrogações que carecem de uma efectiva caução empírica, decorrendo, quase sempre, de equívocos gerados pela inexistência de um tratamento globalizante e articulado do mesmo.

(') Este texto deve bastante às sugestivas propostas de Genaro Chic García e às estimulantes conversas que tivemos sobre o tema.

Conimbriga, 32-33 (1993-1994), 219-245

Podemos decompor a temática do azeite na *Lusitania* em três grandes questões: a) a suposta inexpressiva presença de ânforas oleárias héticas no nosso território (ALARCÃO, 1988: 148 e 1990: 436); b) a presumida relevância de uma produção lusitana de azeite, eventualmente exportada para outras regiões do Império, deduzida dos dados epigráficos e da já referida inexpressiva presença de ânforas héticas (PIMENTA, 1982-3: 146, ENCARNAÇÃO/CARDOSO, 1992-3: 209-10, RIBEIRO, 1994: 88-90); c) a substituição do azeite hético pelo norte-africano no Baixo Império, seguindo, aliás, as tradicionais leituras, hoje devidamente matizadas, da estratigrafía do *Testaccio* em Roma(2) e das chamadas "termas do nadador" em Ostia (3). Para além das recorrências bibliográficas citadas, este feixe de questões foi recentemente proposto à discussão na mesa-redonda sobre "Proto-História e Romanização em Portugal Hoje" (Porto, Outubro de 1992), embora na altura não tenha havido oportunidade de o debater.

Em face dos dados disponíveis para o actual território português, parece-me que nenhuma das proposições enunciadas se pode considerar confirmada pela evidência arqueológica e, por outro lado, a persistência na sua consideração tem desviado as atenções daquele que poderá ser o principal enquadramento da circulação do azeite bético na fachada atlântica da Península Ibérica.

(2) Sobre as cronologias do ***Testaccio*** v. **RODRIGUEZ ALMEIDA,** 1983: 159-161. Por outro lado, em diversos estudos, J. Remesal (1977-8: 119-120; 1984 e 1986: 112) demonstrou, creio que de forma inequívoca, que a reorganização da distribuição do azeite operada sob Diocleciano terá motivado a rarefacção das importações béticas na Península Itálica. A publicação de diferentes conjuntos tardios de ânforas romanas tanto em Roma **(CARIGNANI/PACETTI,** 1989), como em ***Lugdunum***, centro de redistribuição para o ***limes*** germânico **(BECKER/CONSTANTIN/VILLEDIEU,** 1989), como em outros centros da ***Gallia*** **(BONIFAY/CONGES/LEGUILLOUX,** 1989), tem constituído outros tantos factores de confirmação das suas teses.

Por outro lado, resulta hoje absolutamente claro que não é legítimo atribuir conteúdos oleícolas a todas as ânforas africanas **(LEQUEMENT,** 1975: 678; **KEAY,** 1984: 119 e **BOST *et aliU*** 1992: 143-144).

(3) Estas observações da equipa responsável pelas escavações de Ostia devem articular-se, por um lado, com dados mais recentes que documentam a persistência das importações béticas na Península Itálica baixo-imperial, embora claramente em menores quantidades, mas, sobretudo, com as já referidas transformações de carácter administrativo (v. nota anterior).

Assim, se é legítimo falar de uma substituição do azeite bético pelo africano nos grandes abastecimentos de cariz institucional à cidade de Roma, já resulta manifestamente abusiva a pretensão de extrapolar estas observações para outras regiões, desig-

2. As Anforas Béticas no Actual Território Português

As típicas ânforas globulares das Classes 24 *(*= Dr. 25/ Oberaden 83), 25 (= Dr. 20/ Bel. V) e 26 (= Dr. 23 e Keay XIII-XV) utilizadas no transporte do azeite da Bética vêm sendo consideradas raras no território português (ALARCÃO, 1988: 148 e 1990: 436), apesar de terem sido recolhidas no decurso das oitocentistas escavações de Tróia, Grândola, e de serem expressamente mencionadas, talvez com algum exagero, como "(•••) numericamente, as vasilhas de transporte de importação mais frequentes nesta estação arqueológica" (MAIA, 1974-7: 355). Tal asserção só pode entender-se pela conjugação de dois factores, a saber, a escassez destes materiais no registo arqueológico de *Conimbriga* (ALARCÃO, 1976), a cidade romana mais extensamente estudada no actual território português, mas não necessariamente representativa do padrão das importações ou da circulação de produtos na *Lusitania*, e a inexistência de uma tentativa de tratamento global dos dados actualmente disponíveis sobre ânforas importadas recolhidas em sítios arqueológicos do nosso território.

A bibliografia internacional, normalmente pouco atenta ao que por cá se publica, continua a apresentar a fachada atlântica da Península Ibérica despovoada de pontos de dispersão de contentores deste tipo.

Parece conveniente, pois, começar por recensear os locais onde se recolheram exemplares de ânforas de azeite da *Baetica* (4).

2.1. *Mértola*

Nas modernas escavações da antiga cidade de *Myrtilis* recolheram-se, pelo menos, duas asas de ânforas da Classe 25 (=Dr. 20/Bel.V) ambas com marca. Uma encontra-se inédita e exposta no núcleo

nadamente a Península Ibérica. Assinale-se, todavia, que a existência de significativas quantidades de ânforas africanas em certas regiões peninsulares, nomeadamente na Tarraconense **(KEAY,** 1984: 399-435) e mesmo em algumas regiões da Lusitânia (v. *infra),* levanta inúmeras questões cuja discussão não cabe no presente texto.

(4) Para cada um dos sítios referidos procurei fornecer dados quantitativos, quer em termos absolutos, quer em termos relativos (representatividade das importações da Bética face aos conjuntos publicados); pareceu-me, todavia, que na representação cartográfica não deveria incluir estes matizes, já que, na maior parte dos casos, estamos perante recolhas pontuais cujo real significado desconhecemos.

romano do museu local; a outra foi recolhida à superfície nas imediações da basílica paleocristã e ostenta a marca C.R.A. (= Call. 450) (LOPES, 1993: 92, n.° 23). Estará associada à produção de La Catria (REMESAL, 1977-8: 108 e CHIC, 1992: 132-3) e/ou La María, podendo relacionar-se com a variante (F)ICCRA (CHIC, 1985: 60). Com base nos dados do *Testaccio*, Rodríguez Almeida datou-a do séc. III (período post-severiano) (1974-5: 236-7).

Embora não sejam muito numerosas as ânforas publicadas deste local, conhecem-se algumas importações africanas tardias (LOPES, 1993: 89-90).

2.2. *Torre de Aires, Tavirai[5])*

No pouco numeroso conjunto de ânforas depositado no MNA, em Lisboa, recolhido em escavações no presumível lugar de implantação da cidade de *Balsa* figuram duas asas de ânforas da Classe 25 (=Dr. 20/Bel. V), ambas com marcas, e um provável fragmento de bordo da Classe 26 (=Dr. 23/Keay XIII/XV)([6]).

A primeira asa apresenta a marca Q.R.FL.CORNE (NE em nexo) perfeitamente clara. Huebner transcreveu-a incorrectamente sob a forma de COR.FL.CORNE (OR e NE em nexo) no CIL (II.supp. 6254.14), na sua esteira, Callender (427) e Beltrán Lloris (1970: n.° 112) reproduziram o erro, já rectificado na moderna publicação dos materiais de Torre de Aires (FABIÃO, 1994). O segundo ostenta uma marca truncada (...) O (palma ou espiga).

A primeira marca é, ao que julgo saber, inédita e, infelizmente, as reduzidas dimensões do fragmento não permitem qualquer tentativa de datação baseada na tipologia do contentor ([6a]). Já a segunda, apesar de

([5]) Embora nos fundos do Museu se encontre um fragmento de bocal com arranque de asa e marca incompleta (...) M(V?)S, com o código T.A.34.M.M., incluído na publicação das ânforas de Torre de Aires **(FABIÃO,** 1994), não estou certo de que se trate de um exemplar diferente do publicado por M. Maia e atribuído a Tróia, Grândola **(MAIA,** 1974-7: Est. 1, n.° 2) - v. 2.13 do presente texto.

([6]) Aqui, como nas outras referências posteriores, avanço esta proposta com cautela, visto que muito há a fazer ainda no domínio da classificação das produções anfóricas destinadas ao transporte de azeite, particularmente na correcta distinção entre a Classe **26** e os exemplares da Classe **25** de "módulo pequeno" **(BOST** *et alii*, **1992: 119).**

([6a]) Com o presente texto já no prelo, G. Chic Garcia sugeriu a possibilidade de identificar o indivíduo documentado nesta marca com o cavaleiro *Q. Rutilius Flaccus*

ser também, somente um fragmento, pelo seu comprimento, delineando amplo espaço inter-ansal, poderá datar do período flaviano-trajano (RODRIGUEZ ALMEIDA, 1974-5) ou, em termos mais amplos, da segunda metade do séc. I aos fins do II (MARTIN-KILSHER, 1983: 340-1 e 1987: 54-8). Quanto à marca, pelo estado de fragmentação, não é possível uma identificação segura (FABIÃO, 1994).

Não será de excluir a hipótese de pertencer também a uma ânfora bética a marca CAM (AM em nexo) referida por Huebner (CIL II supp. 6254.4 = Call. 235), mas que não foi possível localizar nos fundos do MNA (Id.).

Embora não se possa atribuir especial relevância a este dado, regista-se a existência de um único fragmento de ânfora africana em todo o conjunto depositado no Museu.

2.3. *Quinta de Marim, Olhão*

Nas recentes escavações de um estabelecimento de produção de preparados de peixe desta *uilla* do litoral algarvio foram recolhidos quatro fragmentos de lábio de ânforas oleárias da Bética, um da Classe 24 (= Dr. 25 / Oberaden 83) e três da Classe 25 (= Dr. 20/Bel V), todos na Camada 1, sem relevância estratigráfica, portanto. O primeiro pertenceria à fase inicial da produção, datada da primeira metade do séc. I, os restantes, a épocas posteriores, genericamente, ao período entre a época flaviana e o séc. III - o exemplar ilustrado parece corresponder, de facto, a uma peça já do séc. III (SILVA/SOARES/COELHO-SOARES, 1992: 350-1 e Fig. 10, 5).

Embora se trate de apenas quatro exemplares, pode considerar-se uma representação importante em face do conjunto de ânforas recolhidas (Id.: 349), documentando, para além do mais, um longo período de importações. Assinale-se que foi identificada uma única ânfora africana.

Deste local existia já uma asa de ânfora da Classe 25 (= Dr. 20/Bel. V) com marca de difícil leitura, presumivelmente recolhida por Estácio da Veiga (SANTOS, 1972: 273 e fig. 316)

Cornelianus conhecido em inscrições da Bética - **G. CHIC GARCÍA,** *Q. Rutilius Flaccus Cornelianus, un Caballero Romano en las Tierras de Lora del Rio*, texto que será publicado na "Revista de Estudios Locales" de Lora del Rio.

2.4. *Quinta do Lago, Loulé*

Em escavações efectuadas por Ana Margarida Arruda em um estabelecimento de produção de preparados de peixe associado a fornos de ânforas foram recolhidos fragmentos de ânforas das Classes 25 (= Dr. 20/Bel. V) e 26 (= Dr. 23/Keay XIII-XV), bem como um muito numeroso conjunto de importações africanas do Baixo Império (ARRUDA/FABIÃO, 1990: 207).

2.5. *FozdoArade, Portimão*

Nas dragagens efectuadas na foz do rio Arade foi recolhido um numeroso conjunto de ânforas, aparentemente disperso por diferentes instituições. Foi publicado um heterogéneo conjunto, onde predominam as produções do Baixo Império, embora haja também materiais bem mais antigos (ânforas ibero-púnica e itálicas do período republicano e campaniense) (SILVA/COELHO-SOARES/SOARES, 1987). Registam-se apenas dois fragmentos da Classe 25 (= Dr. 20/ Bel. V) que os autores da publicação datam do período flaviano-trajano (Id. 214, Fig. 6,19), presumivelmente já da sua fase final.

Existe um número muito significativo de ánforas africanas.

2.6. *Cerro da Rocha Branca, Silves*

Nas escavações deste sítio arqueológico, presumivelmente correspondente à antiga cidade de *Cilpes*, foi documentada uma longa ocupação desde o período orientalizante até à época medieval (GOMES/ /GOMES/BEIRÃO, 1986). Regista-se a presença no local de ânforas da Classe 25 (= Dr. 20/ Bel. V) da fase de produção flaviana-trajana (Id.: 80).

2.7. *Monte Molião, Lagos*

No Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa conserva-se a parte superior de uma ânfora da Classe 25 (= Dr. 20/ Bel. V), que pelas características tipológicas poderá ser enquadrada na fase flaviana-

-trajana do fabrico destes contentores. Numa das asas ostenta a marca SVDE(F?)GR em cartela rectangular (MNA 5215) ([7]).

J. Leite de Vasconcellos publicou esta marca associando-a ao antroponimo Cn. Pompei (S)udecronis de Adamuz, Villafranca de Cordoba, Espanha (CIL II 2183) (VASCONCELLOS, 1933: 226), o que parece um pouco forçado, e Beltran Lloris cita-a (1970: n.° 460 e 1990: 238), sem todavia a relacionar com as produções oleárias da Bética.

Trata-se, ao que julgo saber, de uma marca sem paralelos conhecidos. No entanto, se a quarta letra for de facto um F, poderá relacionar-se com a *figlina Grumense* de Lora del Rio, constituindo assim mais um documento a juntar aos já conhecidos daquele centro oleiro (REMESAL, 1980: 146-7 e Fig. 6).

2.8. *Ilha do Pessegueiro, Sines*

Na fase mais antiga da ocupação romana desta ilha, anterior à instalação das unidades de produção de preparados de peixe - Fase II-A, datável de entre os meados do séc. I d.C. e os finais do mesmo - chegam ao local ânforas da Classe 24 (= Dr. 25 / Ob. 83) e 25 (= Dr. 20/Bel. V) (SILVA/SOARES, 1993: 101 e Fig. 47, 7 e 8) - um dos exemplares ilustrados parece mais tardio, talvez mesmo do séc. II (Id.: Fig. 47,9). Foram ainda recolhidos, mas sem contexto estratigráfico seguro, exemplares de lábio triangular, datáveis dos sécs. II e III (Id.: 111).

No contexto das ânforas identificadas (c. de 200), os contentores que transportavam o azeite da Bética podem considerar-se bem representados, entre as importações, já que dominam esmagadoramente as produções lusitanas (Id.: Figs. 45 e 46). Documentam, uma vez mais, um extenso período de tempo. Regista-se, somente, uma ânfora africana (Id.: 113 e Fig. 46), embora as transformações funcionais que a ocupação local conheceu possam constituir de algum modo uma explicação para o facto - não deixa, contudo, de ser significativa a presença das *sigillatas* claras...

([7]) Embora a marca tenha sido publicada por Leite de Vasconcellos e a entrada da peça esteja assinalada na p. 61 do antigo livro de registo do museu, com data de Abril de 1913, tinha-se perdido a respectiva ficha, pelo que estava dada como de "proveniência desconhecida" no moderno inventário. Tive o ensejo de a identificar, de novo, em 1986, no decurso da investigação sobre as ânforas de Mértola.

2.9. Sines

Encontra-se depositado no Museu de Sines um conjunto de ânforas recolhidas no local nos inícios da década de 60 (51 fragmentos publicados), em associação com estruturas de produção de preparados de peixe (DIOGO/REINER, 1987). Naturalmente, os contentores lusitanos são os mais numerosos, mas regista-se a presença da Classe 25 (= Dr. 20 / Bel. V) com um exemplar quase inteiro (III.4), quatro fragmentos de bordo (II. 1,2,3 e 5) e dois fundos (IV. 34 e 35). Os bordos poderão datar de entre os meados do séc. I (5) e os fins do II ou inícios do III; o exemplar quase inteiro, que foi reaproveitado como urna cinerària, terá idêntica cronologia (Id.).

O conjunto inclui ânforas africanas.

Não é este o local para debater qual seria a relevância regional do aglomerado romano subjacente à Sines actual. Haverá a reter dados que atestam uma longa ocupação, remontando, ao que parece, ao período republicano (SILVA/SOARES, 1993: 24), bem como a existência de estruturas de transformação do pescado (Id. e DIOGO/REINER, 1987: 115 e Est. V). Contudo, a identificação recente de um pedestal epigrafado ([8]), bem como a relevância do conjunto de elementos arquitectónicos da Antiguidade Tardia (ALMEIDA, 1968-1970), sugere uma dignidade urbana...

2.10. *Castelo Velho de Santiago do Cacém (Mirobriga?)*

Nas escavações luso-americanas efectuadas na década de 80 neste antigo aglomerado indígena, alçado à dignidade urbana sob o domínio romano e tradicionalmente identificada com *Mirobriga*, foram recolhidos alguns fragmentos de ânforas da Classe 25 (= Dr. 20 / Bel. V). Estão publicados dois: um bordo datável da fase de produção flaviana-trajana (SLANE, 1988: 132 e Fig. 244, ID. 17) e um fragmento de asa com marca incompleta Q.D (...) (Id.).

Poderá tratar-se da marca Q.D.C. (= Call. 1444), datável dos meados do séc. II (CHIC, 1985: 19) - cronologia que concorda com o seu contexto estratigráfico (SLANE, 1988: 132).

([8]) Devo à gentileza do Prof. José d'Encarnação esta informação - v. "O Distrito de Setúbal" de 92/VIII/18, p. 12.

Refira-se que já nas antigas escavações ali efectuadas tinha sido recolhida uma asa de ânfora desta Classe (ARTUR, 1983: 91 e Est. XXIII, n.° 7).

2.11. *Alcácer do Sal*

Nas escavações da antiga *Salacia* foram recolhidos cinco fragmentos de bordo de ânforas oleárias da Bética, respectivamente nas camadas 4 (3), 3 (1), ambas de época romana, e 1 (1) de constituição mais recente (SILVA *et olii*, 1980-1: 200). Os três exemplares ilustrados correspondem, respectivamente, à Classe 24 (= Dr. 25 / Ob. 83) (288) e à Classe 25 (= Dr. 20 / Bel. V) da fase de produção flaviana-trajana (289-290) (Id.: 200 e fig. 23).

O local escavado entregou pouco material do período romano e, sobretudo, muito pouco de fases tardias.

Um outro fragmento de bordo de ânfora oleària bética do período flaviano-trajano foi recolhido junto de um forno existente nas imediações da estação ferroviária que serve o moderno aglomerado de Alcácer do Sal (DIOGO/FARIA/FERREIRA, 1987: 80-1 e Est. 1,9).

2.13. *Tróia*, *Grândola*

M. Maia publicou três marcas sobre asas de ânforas da Classe 25 (= Dr. 20 / Bel. V), respectivamente BROCODV (BR em nexo) (= Call. 205), ou POR OC ODV (PO e OC em Nexo) (REMESAL, 1977-8: 107; PONSICH, 1982: 179 e CHIC, 1985: 71), SV..., ou MS (sem urna das hastes do M)([9]), e AVG//N//(= Cali. 1808) (MAIA, 1974-7), referindo, ainda, a existência de grande abundância de exemplares de contentores desta Classe depositados no MNA, em Lisboa, no CPAS (Centro Português de Actividades Subaquáticas) e no Museu do Mar, em Cascais ([10]). Dos fundos deste último, publicou G. Cardoso três exemplares frag-

([9]) V. nota 5.

([10]) Ao que julgo saber, boa parte destas últimas deu entrada no MNA, há alguns anos. Assinale-se que figurava uma ânfora desta Classe, claramente de proveniência subaquática, na antiga exposição permanente do Museu (Vitrine 29, n.° 7) e pertencerão certamente a este lote os dois fragmentos publicados por A. M. Dias Diogo e F. J. S. Alves (1988-9: 231 e fig. 4, 10-11).

mentados, de recolha subaquática no estuário do Sado, em frente de Tróia (CARDOSO, 1978: Est. VIL 14 e 15 e VIII. 16), aparentemente documentando três dos diferentes períodos em que tradicionalmente se segmenta o seu fabrico: fase antiga (16), flaviana-trajana (15), post--severiana (14).

As marcas (primeira e terceira) pertencem ambas à época severiana (REMESAL, 1977-8: 107 e CHIC, 1985: 71), admitindo-se, com algumas reservas, uma data dos meados do séc. II para a primeira, associada ao centro produtor de La Catría, embora também se encontre documentada em Haza del Olivo (CHIC, 1985: 63 1992: 121), Mochales, Alamo Alto e Guerras (PONSICH, 1982: 179); a segunda pertencerá a uma das olarias confiscadas por Septimio Severo (Barba, Ceparia ou Grumense) e datará da fase de produção posterior à morte de Geta (REMESAL, 1980: 145-152). Quanto à outra, pelo estado de fragmentação em que se encontra, não é possível propor uma restituição, muito menos um lugar de origem, embora tipologicamente se possa enquadrar na fase de produção post-severiana.

Assim, para este centro litoral, fundamentalmente ligado à exploração dos recursos marinhos, dispomos de abundantes vestígios de um longa importação de ânforas oleárias da Bética, embora se registe também uma muito significativa presença de importações africanas tardias (MAIA, 1975, CARDOSO, 1978: Est. Vili, 19 e XI, 26-29; ETIENNE/MAKAROUN/MAYET, 1994: 41-2 e Figs. 19-21).

2.14. *Setúbal*

Tal como acontece em Tróia, também na área urbana de Setúbal, presumivelmente sobreposta à antiga cidade de *Caetobriga*, estão bem documentadas as ânforas oleárias da Bética. Foram recolhidas por Marques da Costa: três exemplares fragmentados, os dois primeiros (COELHO-SOARES/SILVA, 1978: 179-80, Est. V, 39 e 40) pertencentes à Classe 25 (= Dr. 20 / Bel. V), respectivamente de época flaviana-trajana e post-severiana, sendo o terceiro enquadrável na Classe 26? (= Dr. 23 / Keay XIII-XV), cujo fabrico se terá iniciado no séc. Ill (Id., Est. V, 41). Estão presentes na Fase II-B da unidade de transformação do pescado da Praça do Bocage, documentando importações antigas (SILVA/ /COELHO-SOARES, 1980-1: 269-70, Est. IV, 38 e 39); tal como acontece na Camada 7 subjacente a análoga unidade na Travessa Frei Gaspar (SILVA/COELHO-SOARES/SOARES, 1986: 157 e Fig. 4).

Nas diferentes intervenções na área urbana da cidade, tanto ñas mais antigas, acompanhadas por M. da Costa, como ñas recentemente conduzidas pelo MAEDS, regista-se uma persistente presença de ânforas oleárias da Bética, embora em número não muito elevado, principalmente se comparado com o panorama de Tróia e dos fundos do estuário do Sado. Mas, por outro lado, não se pode considerar que as ânforas africanas sejam abundantes, registando-se mesmo em quantidades menores que as produções em apreço.

2.15. *Lisboa*

Conhecemos um muito numeroso conjunto de contentores oleícolas da Bética depositado em museus na sequência de escavações ou recolhas efectuadas na área de Lisboa - uma asa com a marca M.A.R. (ou F ou P, já que a última letra está muito apagada), em cartela rectangular (= Call. 1019a?), recolhida por Vergilio Correia na Rua dos Domadores ([n]); uma asa com marca de difícil leitura, das recentes escavações da Casa dos Bicos (AMARO, 1983) ([12]); vários fragmentos de bocais provenientes dos trabalhos de implantação do moderno colector da Rúa Augusta ([13]); e, sobretudo, muitos fragmentos obtidos no decurso das escavações efectuadas na Praça da Figueira ([14]).

Este último conjunto, pela sua abundância, é o mais interessante. Assinale-se, em primeiro lugar, que as ânforas da Classe 25 (= DR. 20 / Bel. V) correspondem à segunda categoria mais representada, apenas suplantada pelas produções lusitanas da Classe 20-21 (= Dr. 14 / Bel. IV), com várias dezenas de exemplares ([15]). Registam-se as seguintes

([n]) A peça tem o n.° 2399 no Museu Nacional de Arqueologia e o registo indica o local e data da recolha (R. dos Domadores, Lisboa 10/2/1921) - devo à amabilidade do Júlio Roque Carreira o conhecimento desta peça.

([12]) Em exposição no Museu da Cidade.

([13]) Recolhas efectuadas por técnicos do Museu da Cidade, instituição onde se encontram depositados.

([14]) A escavação da Praça da Figueira, particularmente os níveis romanos subjacentes às ruínas do Real Hospital de Todos-os-Santos, decorreu de forma conturbada e descontínua, com um conjunto de primeiras observações efectuadas por Irisalva Moita e, depois, com a escavação dirigida por F. Bandeira Ferreira. Excepção feita às primeiras recolhas **(MOITA,** 1968), os seus resultados permanecem inéditos. O Museu da Cidade, instituição onde se acha depositado o espólio, projecta a realização do seu estudo e exposição, estando o signatário encarregue do estudo das ânforas.

([15]) As contagens não estão ainda concluídas, mas parecem apontar para um número mínimo de exemplares situado entre os 20 e os 50.

marcas: P.F.188: N (= Call. 1198); RE 194 (...) M (em cartela rectangular); PE. 738 VIR.A.V. (em cartela rectangular); PE.829. CANTP (NT em nexo) em cartela rectangular (marca não documentada por Callender, tal como a anterior); PE.997 marca ilegível, em cartela rectangular; PE. 1272 (...)I?, em cartela rectangular; PE.1290 PQ.S.B. (= Cali. 1380), em cartela rectangular. Para além destes exemplares, registam-se, ainda, quatro eventualmente enquadráveis na Classe 26 (= Dr. 23 / Keay XIII-XV).

A marca M.A.R., que conhece diversas variantes, com diferentes proveniências na área do Guadalquivir, La Catría, Las Delicias e EI Castillejo, está impressa sobre uma asa longa e de secção piriforme bem marcada, atribuível, portanto, à fase de produção flaviana-trajana, podendo, contudo, ter uma cronologia mais avançada dentro do séc. II (CHIC, 1985: 32-3, 67 e 76; 1992: 116 e REMESAL, 1977-8: 103; 1986: 121). No entanto, pelo seu estado de conservação, permitirá igualmente a leitura M.A.F., marca que foi recentemente associada a um chumbo monetiforme (CHIC, 1994: 10). A marca VIR.A.V. documenta a presença das produções da *figlina Virginensia* de Puerto el Barco (Vilar de Brenes na lista de Ponsich) e datará dos meados do séc. II (PANNELA, 1983: 241; PONSICH, 1982: 181; CHIC, 1985: 103-4). A marca CANTP pode também ser datada dos meados do séc. II e será proveniente de La Catria ou de Haza del Olivo (PONSICH, 1982: 177; CHIC, 1985: 62 e 1992: 124). A marca PQ.S.B. corresponde a mais um exemplar proveniente de La Catria (REMESAL, 1977-8: 108; PONSICH, 1982: 180 e CHIC, 1985: 70 e 1992: 129), de imprecisa datação. Naturalmente, as restantes não permitem qualquer comentário, pelo estado de fragmentação em que se encontram.

Genericamente, as cronologias destas marcas concordam com as dos restantes materiais, e, embora haja outros (ânforas e não só) com datas anteriores e posteriores, pode dizer-se que no conjunto dominam os materiais dos séculos II e inícios do III.

Região de Sintra (16. Cabanas-S. Marcos; 17. Ermidas-Assafora; 18. Marcador-Nafarros; 19. S. Miguel de Odrinhas)

Da região de Sintra conhecemos quatro fragmentos de asas de ânforas da Classe 25 (= Dr. 20 / Bel. V) recolhidos em diferentes sítios: Cabanas de S. Marcos, Ermidas-Assafora, Marcador-Nafarros e S. Miguel de Odrinhas. O primeiro apresenta vestígios de uma marca sobre

cartela rectangular, actualmente ilegível (PIMENTA, 1982-3: 122, Est.l, n.° 5.; 130, Est. 3,n.° 23; 135, Est. 5,n.° 29 e 138, Est. 6, n.° 33).

2.20. *Porto dos Cacos*, *Alcochete*

No centro oleiro de Porto dos Cacos, Alcochete, foi recolhido à superfície uma fragmento de asa de ânfora da Classe 25 (= Dr. 20 / /Bel. V) com a marca ACIRGI (= Call. 18) sobre cartela rectangular (GUERRA, no prelo). Trata-se de uma conhecida marca de La Catría, tradicionalmente datada de época post-severiana, embora não faltem propostas de datas um pouco anteriores (CHIC, 1992: 128-9). Nas recentes escavações do *Testaccio*, foram recolhidos exemplares com datações contextuais de 220-222 (REMESAL, 1992: 151).

2.21. *Tejo em local incerto*

Em dragagens no rio Tejo, provavelmente das proximidades de Salvaterra de Magos, foram recolhidas algumas ânforas, entre as quais figura um fragmento da Classe 25 (= Dr. 20 / Bel. V) que pelas características morfológicas pertencerá às produções do séc. I (DIOGO, 1987: 113 e n.° 7).

2.22. *Povos*, *V Franca de Xira*

Nas escavações de uma *uilla* romana no lugar de Povos, V. Franca de Xira foram recolhidos seis fragmentos (quatro asas, um bordo e um fundo) de ânforas enquadráveis na Classe 25 (= Dr. 20 / Bel. V) e um fragmento de bordo eventualmente de um contentor da Classe 26 (= Dr. 23 / Keay XIII-XV) (BANHA, 1991-2: 59-60). No conjunto das ânforas importadas, esta Classe é a mais abundante, somente ultrapassada pelas produções lusitanas (Id., Gráfico 2).

O material ilustrado inclui um bordo, presumivelmente do séc. II, ou já do III, um fundo de perfil tronco-cónico e uma asa com a marca Q CPH (PH em nexo), em carteia rectangular (Ibid.). Não conheço qualquer paralelo publicado para esta marca, podendo eventualmente associar-se à Q.C.P. encontrada em Nîmes (= Call. 1438 ou 1442) ([16])

([16]) Callender publica o desenho de uma marca de Windisch (Fig. 14, n.° 38) que desenvolve como Q.C.RA(RA em nexo) e associa à Q.C.RV(RV em nexo). Natu-

ou, com alguma probabilidade, relacionar-se com o conjunto de marcas de La Sesenta, datáveis de entre o último quartel do séc. I e a primeira metade do II (CHIC, 1985: 56), cronologia aceitável atendendo às características tipológicas da peça e ao contexto em que foi recolhida.

Ainda no vale do Tejo, encontramos referências a ânforas de azeite no Porto de Sabugueiro, Muge (PONTE *et olii*, 1993: Fig.l) e na alcáçova de Santarém (ibid.). Quanto às primeiras, não há qualquer referência publicada, nem sequer no texto que os autores citam; no que respeita ao presumível lugar de implantação da antiga *Scallabis,* a referência foi retirada de um estudo de Dias Diogo, onde se publica um fragmento de bocal, classificado como Dressel 20 (DIOGO, 1984: 126 e Est. IV, n.° 36). No entanto, o dito fragmento assemelha-se mais às produções vinárias gaulesas, do que aos típicos perfis da bacia do Guadalquivir. Já um fundo, publicado no mesmo artigo (Id. Est.IV, n.° 38), sem classificação atribuída, poderá, de facto, relacionar-se com os das ânforas de azeite da Bética.

Assim, embora seja plausível a presença de materiais deste tipo em ambos sítios do vale do rio Tejo, por não estarem publicados, é com algumas reservas que os incluo na lista dos locais cartografados.

2.23. *Uilla Cardílio, Torres Novas*

De entre os materiais da *uilla* romana, dita de Cardílio, haverá a reter uma marca M.A.R., em cartela rectangular, impressa, porém, sobre uma asa que não corresponde às típicas dos contentores oleícolas da Bética (ALARCÃO/ALARCÃO, 1966-7: 312 e Fig. 21). Embora a descrição da pasta possa corresponder a uma produção bética e os autores da publicação citem, como paralelos o n.° 1019 de Callender, é de encarar a hipótese de corresponder a uma ânfora de outro tipo - assinale-se, somente a título de exemplo, que é conhecida uma marca M.A.I. associada a contentores da Classe 27 (^Gauloise 4) (ZIENKIEWSICZ, 1992: Fig. 2-7).

raímente, resulta aventuroso interpretar o desenho do autor e, mais ainda, pretender ver nele o que o próprio não terá visto, mas parece-me plausível propor uma aproximação ao exemplar de Povos e, por isso mesmo, sugerir a rectificação da sua leitura...

2.24. *Tomar*

Nas escavações recentes efectuadas na antiga cidade de *Sellium*, sob a actual Tomar, foram recolhidos fragmentos de ânforas héticas de transporte de azeite (PONTE *et alii*, 1993: Fig. 1)([17]).

2.25. *Conimbriga*

Como já se referiu, as modernas escavações efectuadas na antiga cidade romana não registaram a presença de ânforas oleárias da Bética, para além de dois fragmentos de fundo de classificação duvidosa (ALARCÃO, 1976: 87 e PI. XXII, n.° 44-46). Não é este o local para discutir as características da amostra de ânforas recolhida pelas escavações luso-francesas neste centro da *Lusitania*, registe-se, contudo, que a mesma se afasta significativamente das amostras encontradas em outros centros meridionais, aproximando-se bastante do panorama observado nos povoados do noroeste de época tardo-republicana e alto-imperial (PAIVA, 1993).

Seria interessante conhecer os materiais das antigas escavações, já que se documenta a presença de uma ânfora oleícola da Bética, da fase mais antiga da produção, justamente num dos locais onde estas decorreram: a chamada "casa dos repuxos". O exemplar foi reaproveitado na construção do tanque que rodeia o *triclinium* da Fase II da dita casa, juntamente com duas ânforas da Classe 20-21 (= Dr. 14) de provável fabrico lusitano (ALARCÃO/CORREIA, 1992: 153-4 e Est. 81) (^).

2.26. *Lomba do Canho, Arganil*

No estabelecimento militar de época tardo-republicana da Lomba do Canho, em Arganil, identificaram-se alguns fragmentos de ânforas que integrei na Classe 24 (= Dr. 25 / Oberaden 83) (FABIÃO, 1989: 73-4 e Fig. 6). Embora me pareça que o exemplar LC 514, acerca do qual já então expressara algumas dúvidas, se deva excluir desta classifica-

([17]) P. Arsénio e C. Banha preparam a publicação destes materiais, que se anuncia para breve.

([18]) Não creio que seja aceitável a classificação de Haltern 70 proposta pelos autores, aliás, as produções lusitanas têm uma cronologia mais consentânea com a data proposta para esta fase da construção.

ção, mantenho as propostas para os restantes, bem como para as asas de secção circular, que não chegaram a ser ilustradas (ibid.) ([19]).

Em paragens mais setentrionais, haverá a registar um fragmento de bocal que parece pertencer a uma ânfora oleícola da Bética, da fase júlio-claudiana da produção da Citânia do Monte Murado, Gaia (PAIVA, 1993: LXXXIV, n.° 1) ([20]). Este exemplar, juntamente com um possível fragmento de Fiães, Feira (ALMEIDA/SANTOS, 1971: Est. 10, n.° 4) e, já fora da *Lusitania*, um fundo do Monte Mozinho, Penafiel (SOEIRO, 1984: Est. LXI, n.° 12), em nada altera o panorama de efectiva escassez destes materiais no noroeste peninsular, reiteradamente sublinhado por quantos têm estudado a região (NAVEIRO, 1991: 67-69 e Figs. 13 a 15 e PAIVA, 1993: 103).

2.27. *Aljustrel*

No Museu dos Serviços Geológicos de Portugal estão depositados alguns fragmentos de ânforas oleícolas da bética, provenientes das minas de *Vip asea.*

2.28. *Pisões*, *Beja*

Na *uilla* romana de Pisões, nas proximidades de Beja, foi recolhida uma marca G.ANT.QVIET (= Call. 243) (RIBEIRO, 1972: 26). Trata-se da conhecida marca de Alcolea del Rio (PONSICH, 1982: 175 e CHIC, 1985: 98), datável da fase flaviana-trajana (BLAZQUEZ, 1980: 23--4 e REMESAL, 1986: 125).

2.29. *S. Cucufate, Vidigueira*

Nas *uillae* de S. Cucufate, Vidigueira, foram recolhidos numerosos fragmentos de ânforas oleícolas da Bética (um total de 42 exempla-

([19]) Atribuí estes materiais à Bética, tal como continuo a atribuir, pelo que só por deficiência de leitura se poderá entender a afirmação que me foi imputada na nota 9 do texto de PONTE *et alii* (1993: 416)...

([20]) Penso que esta classificação será preferível à de Almagro 50 proposta pela autora, sendo igualmente mais ajustada ao contexto crono-estratigráfico em que foi recolhida.

res), pertencendo a maior parte a contentores dos sécs. I e II, embora também estejam representadas as produções do III (ALARCÃO/ETIENNE/ /MAYET, 1990: 252 e Fig. 22).

Em outras *uillae* da região regista-se igualmente a presença de ânforas da Classe 25 (= Dr. 20 / Bel. V), designadamente em Pedras da Zorra (30) e na Apariça (31), ambas em contextos do séc. I (Id.: 152 e 169).

2.32. *Évora*

Na cidade de Évora foi recolhido, pelo menos, um fragmento de ânfora da Classe 25 (= Dr. 20 / Bel V) ([21]).

2.33. *Quinta das Longas, Eivas*

Na *uilla* romana da Quinta das Longas, Eivas, em curso de escavação, foi recolhido à superfície um fragmento de bocal e arranque de asa de um contentor da Classe 25 (= Dr. 20 / Bel. V) (CARVALHO, 1994).

Há ainda outras referências a ânforas oleícolas supostamente encontradas na região de Eivas (PONTE *et alii*, 1993: Fig. 1).

3. A Geografia da Dispersão, um Comentário

Penso que não adianta insistir no carácter meramente aleatório desta amostra, nem em todas as limitações de que, obviamente, enferma - muitas delas, aliás, inerentes a qualquer mapa de distribuição de entidades arqueológicas. Pelas mesmas razões, não gostaria de valorizar excessivamente alguns aspectos bastante interessantes, como por exemplo, os centros oleiros mais representados, designadamente La Catria, ou as associações a determinados centros - é notório o predominio do controlo de *Hispalis* -, ambos relevantes para uma análise económica, logo que possamos dispor de uma amostra mais abundante de marcas ou *tituli*, estes últimos totalmente inexistentes até à data.

Pelas mesmas razões, pode ser bastante enganadora esta tentativa de amalgamar numa abordagem globalizante um conjunto tão nume-

([21]) Devo à amabilidade de P. Sarantopoulos o conhecimento deste exemplar.

roso e diversificado de sítios arqueológicos e materiais que, embora tenham alguma coerência, se reportam a âmbitos cronológicos diversificados. A título de exemplo, pode dizer-se, sem qualquer dúvida, que os materiais de um sítio como a Lomba do Canho, Arganil, pertencem a contextos de difusão e consumo completamente diferentes dos das *uillae* de S. Cucufate, ou da cidade de *Felicitas lulia Olisipo...*

Todavia, julgo que poderemos, desde logo, assentar em alguns aspectos que me parecem irrefutáveis. Em primeiro lugar, não creio que seja possível continuar a defender a escassez da presença de ânforas oleícolas da Bética no território hoje português. Em segundo lugar, e como seria previsível pelas razões expostas na primeira parte deste trabalho, não resulta transparente a suposta substituição dos contentores peninsulares pelas importações africanas, já que não se observa, na generalidade dos casos, qualquer fenómeno de substituição, quantitativamente significativo; isto é, não encontramos, em regra, locais onde o número de ânforas africanas se possa considerar equivalente aos seus congéneres béticos, para não entrar em outras discussões mais amplas, designadamente na relativa aos conteúdos dos contentores exportados do Norte de África...

Podemos considerar, também, que a distribuição das ânforas das Classes 24, 25 e 26, independentemente da sua representatividade ou expressão quantitativa, parece documentar dois padrões totalmente distintos: por um lado, uma difusão litoral, bem documentada no Algarve, costa alentejana e com uma forte presença nos vales do Sado e do Tejo, provavelmente, por razões compreensíveis (v. 4 *infra);* por outro, uma rota interior que afecta áreas mineiras e, sobretudo, os centros urbanos do interior, estendendo-se aos aglomerados rurais a eles associados. No segundo caso, creio estarmos perante uma clara distorção da amostra, já que não se afigura plausível que todo este tráfego se destinasse primordialmente aos estabelecimentos de tipo *uilla*, por mais "urbano" que seja o padrão do consumo e circulação de bens documentado em S. Cucufate, certamente um espelho do que se passa em *Pax lulia* (ALARCÃO/ETIENNE/MAYET, 1990), mas sim aos principais centros urbanos, incluindo, naturalmente, a capital provincial *Augusta Emerita.* A distribuição dos exemplares conhecidos admite a utilização da rota meridional, a partir de *Myrtilis*, e de outras rotas, partindo da costa alentejana, vale do Sado ou vale do Tejo - provavelmente, todas elas terão sido utilizadas, talvez, com distintos objectivos.

Mais difícil se afigura a interpretação dos espaços em branco. É

certo que as presenças em *Conimbriga* e *Sellium* se podem considerar bastante discretas, mas falta-nos informação sobre todo o litoral do entre Tejo e Douro para podermos ter uma ideia mais precisa. Já no que respeita ao Noroeste peninsular o quadro é bastante diferente. Ali temos ampla e diversificada informação que permite concluir, sem dúvida, sobre uma efectiva escassez destes materiais, tanto mais estranha quanto se trata de uma região onde a oleocultura não encontra as condições ideais de desenvolvimento.

É de assinalar, ainda, a longa diacronia das exportações béticas, já que encontramos bem representados os exemplares mais antigos (Classe 24), mas também os mais recentes (Classe 26?). Não creio que mereça particular destaque a aparente relevância das produções de época antoniniana, já que idêntica realidade se observa um pouco por toda a parte...

Um último aspecto, obviamente importante quando lidamos com questões relacionadas com a circulação de bens alimentares, diz respeito às razões dessas importações. Como em outros lugares já escrevi, não creio que a importação de ânforas em época imperial constitua, em termos absolutos, sinónimo de inexistência desse mesmo produto no lugar de recepção/consumo, já que muitas outras razões podem explicar a sua presença. Em se tratando de azeite da Bética, produto estreitamente ligado aos fluxos de abastecimento de carácter institucional, com maioria de razões se poderá duvidar de tal relação, tanto mais que as principais zonas em que se documenta a presença destas ânforas na *Lusitania* são justamente aquelas para as quais existem igualmente provas arqueológicas de produção local de azeite (ALARCÃO, 1988: 148; PONTE *et olii*, 1993 e RIBEIRO, 1994: 88-90). A explicação destas presenças deve ser procurada em outros âmbitos.

4. Uma Rota Atlântica para o Azeite da Bética

Desde há longa data se vem falando de uma rota atlântica de distribuição de azeite bético, no âmbito da *Annona Militaris*, destinada aos estabelecimentos setentrionais do *limes* germânico e à *Britannia* (CHIC, 1981: 243-249 e REMESAL, 1986: 77-79). Estas propostas têm esbarrado, contudo, nas evidências existentes para o eixo Reno-Ródano e, com menor relevância, para o istmo gaulês-Garona, bem como na já referida presunção da ausência de ânforas béticas nas costas lusitanas. Em minha

opinião, o aspecto mais insólito da relutância na aceitação da rota atlântica prende-se com o facto de, por um lado, se sublinharem as dificuldades da navegação atlântica, aceitando, contudo, de modo pacífico, a existência de relações por esta via no Bronze Final, na Idade do Ferro e se reconhecer, já sob o domínio romano, uma rota setentrional associada ao escoamento dos recursos mineiros...

O conjunto de dados que se apresenta, para além das suas evidentes potencialidades para um reequacionar da problemática atlântica, deve ser relacionado com outros não menos importantes que vêm sendo divulgados nos últimos anos. Em primeiro lugar, como é óbvio, figura a inscrição do olisiponense *Marcus Cassius Sempronianus, diffusor olearius* (CILA 2, 281) (GONZALEZ, 1983; LOYZANCE, 1988), encontrada em Tocina ([22]), já que fornece a *origo* de um dos multiplos *Cassii* envolvidos na rede de distribuição do azeite bético, particularmente sob os Antoninos (TCHERNIA, 1980; RODRIGUEZ, 1983: 150 e 1992: 78). No estudo que consagrou a esta inscrição, M.-F. Loyzance (1988) sublinhou alguns aspectos relevantes da distribuição geográfica dos *Cassii* peninsulares - dominantes na Lusitânia, particularmente em *Olisipo*, mas também bem representados nas capitais provinciais, zonas portuárias e bacia do Guadalquivir - e das suas práticas evergéticas - em *Olisipo* (EO 22), Balsa (IRCP 76) e Itálica (CILA 3, 343) - tudo factores que reforçam o seu enquadramento nas *elites* urbanas, por um lado, e as eventuais ligações com as actividades de distribuição institucional do azeite. Coube, no entanto, a G. Chic a proposta, aparentemente óbvia, mas nunca explicitada, de chamar a atenção para a relação entre os *Cassii* olisiponenses e o abastecimento de azeite à *Britannia*, aliás, sublinhada por um *titulus* recolhido em Vindolanda (CHIC, 1994: 9).

A estes dados poderemos adicionar outros de diferente natureza, como por exemplo, a crescente identificação de vestígios da navegação atlântica no período romano, nas costas portuguesas, designadamente os da Berlenga, inequívocos documentos de uma rota setentrional (ALVES *et alii*, 1988-9), relacionáveis com os das costas galegas (NAVEIRO,

([22]) Julgo que é perfeitamente evidente, até pela implantação geográfica, que este ***diffusor*** está associado à circulação do azeite bético, pelo que não se afigura plausível a invocação da sua cidade natal como argumento a favor de uma exportação lusitana de azeite, como pretendem alguns autores **(ENCARNAÇÃO/CARDOSO,** 1992-3: 210 e **RIBEIRO,** 1994: 90).

1991), para não falar da evidência concreta proporcionada pelo farol da Coruña.

A investigação portuguesa, demasiado preocupada com a condição periférica, em relação ao mundo mediterrâneo, do seu território de estudo, tende a ignorar que a conquista da *Britannia* significou, de facto, a criação de uma considerável frente atlântica no Império Romano, onde, naturalmente, o extremo ocidente da Península Ibérica perdeu boa parte da sua condição de *finis terrae* para (re)adquirir uma dimensão de charneira entre dois mundos. Como é óbvio, outras vias tradicionais, como o eixo Reno-Ródano e o istmo gaulês, terão continuado a ser utilizadas, como já o seriam antes da conquista claudiana (WILLIAMS/PEACOCK, 1983: 266-7), provavelmente em exclusivo em certas épocas do ano, mas não temos já motivos consistentes para negar a existência de uma via atlântica de difusão do azeite bético.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, A.M. e **CORREIA,** V.H. 1992 - *Os Materiais e o Edifício,* in: **OLEIRO,** *Corpus dos Mosaicos Romanos em Portugal, Conventvs Scallabitanvs, I, Conimbriga, Casa dos Repuxos*, Conimbriga, p. 145-157.

ALARCÃO, J. 1976 - *Les Amphores*, in: *Fouilles de Conimbriga VI,* Paris, Diff. de Boccard, p. 79-91.

1988 - *O Domínio Romano em Portugal,* Mem-Martins, Europa-América.

1990 - *O Domínio Romano,* in: **ALARCÃO,** J.(dir.), *Portugal das Origens à Romanização* (Nova História de Portugal. I), Lisboa, Presença, p. 345-489.

ALARCÃO, J. e **ALARCÃO,** A.M. 1966-67 - *Achados da Villa Romana de Cardílio (Torres Novas),* "Arquivo de Beja", 23-24, p. 292-320.

ALARCÃO, J., **ETIENNE,** R. e **MAYET,** F. 1990 - *Les Villas Romaines de São Cucufate (Portugal),* Paris, Diff. de Boccard.

ALMEIDA, C.A.F. e **SANTOS,** E. 1971 - *O Castro de Fiães,* "Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (série de História)", 2, p. 147-169.

ALMEIDA, F. 1968-1970 - *Sines Visigòtica,* "Arquivo de Beja", 25-27, p. 17-29.

ALVES, F.J.S., **REINER,** F., **ALMEIDA,** M.J.R. e **VERISSIMO,** L. 1988-9 (só editado em 1993) - *Os Cepos de Ancoras em Chumbo Descobertos nas Aguas Portuguesas - Contribuição para uma Reflexão sobre a Navegação ao longo da Costa Atlântica na Antiguidade,* "O Arqueólogo Português", série IV, 6/7, p. 109-185.

AMARO, C. 1983 - *XX Séculos de Arqueologia e História,* in: *Catálogo da XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura - Casa dos Bicos,* Lisboa.

ARRUDA, A.M. e **FABIÃO,** C. 1990 - *Ânforas da Quinta do Lago (Loulé),* in: **ALARCÃO,** A. e **MAYET,** F. (eds.) *Ânforas da Lusitânia: Tipologia, Produção, Comércio,* Conimbriga/Paris, p. 199-213.

ARTUR, M.L.C. 1983 - *Meróbriga. Santiago do Cacém (Portugal),* "Caesaraugusta", 57-8, p. 51-109.

BANHA, C.M.S. 1991-2 - *As Ânforas da Villa Romana de Povos*, "Cira-Boletim Cultural", 5, p. 51-90.

BECKER, C., **CONSTANTIN,** C. e **VILLEDIEU, F.** 1989 - *Types d'Amphores en Usage à Lugdunum du 1er au Vie Siècles*, in: *Amphores Romaines et Histoire Economique: Dix Ans de Recherche* (Actes du Colloque de Siena, 1986), Roma, 1989, p. 656--659.

BELTRÁN LLORIS, M. 1970 - *Las Anforas Romanas en España*, Zaragoza.

1990 - *Guía de la Cerámica Romana*, Zaragoza, Pórtico.

BLÁZQUEZ, J. M. 1980 - *La Exportación del Aceite Hispano en el Imperio Romano. Estado de la Question*, in: *Producción y Comercio del Aceite en la Antigüedad (Primer Congreso Internacional),* Madrid, Univ. Complutense, p. 19-46.

BLÁZQUEZ, J.M., **REMESAL,** J. e **RODRIGUEZ,** E. 1992 - *Excavaciones Arqueológicas en el Monte Testaccio (Roma). Memoria de la Campaña 1989*, Madrid.

BONIFAY, M., **CONGES,** G. e **LEGUILLOUX,** M. 1989 - *Amphores Tardives (V-VIIème Siècles) à Arles et à Marseille*, in: *Amphores Romaines et Histoire Economique... op.cit*., p. 660-663.

BOST, J.-P., **CAMPO,** M., **COLLS,** D., **GUERRERO, V.** e **MAYET, F.** 1992 - *L'Épave Cabrera III (Majorque). Échanges Comerciaux et Circuits Monétaires au Milieu du Illème Siècle après Jésus-Christ,* Paris, Publications du Centre Pierre Paris, 23.

CALLENDER, M.H. 1965 - *Roman Amphorae. With Index of Stamps,* London, Oxford University Press.

CARDOSO, G. 1978 - *Ânforas Romanas no Museu do Mar (Cascais),* "Conimbriga", 17, p. 63-78.

CARIGNANI, A. e **PACETTI,** F. 1989 - *Anfore Tardo-Antiche degli Scavi del Palatino,* in: *Amphores Romaines et Histoire Économique..., op.cit.,* p. 610-615.

CARVALHO, A. 1994 - *A Villa Romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Eivas),* in: *Actas das V Jornadas Arqueológicas da AAP* (Lisboa, 1993) 2.° vol., Lisboa, AAP, p. 239-251.

CHIC GARCIA, G. 1981 - *Rutas Comerciales de las Anforas Olearias Hispanas en el Occidente Romano,* "Habis", 12, p. 223-249.

1985 - *Epigrafia Anforica de la Betica I - Las Marcas Impressas en el Barro sobre Anforas Olearias (Dressel 19, 20 y 23),* Sevilla, Univ. de Sevilla.

1992- *El Conjunto Alfarero Romano de la Catria. Una Reconsideración,* "Minius", 1, p. 107-136.

1994 - *Diffusores Olearii y Tesserae de Plomo,* "Revista de Estudios Locales de Lora del Río", 5, p. 7-12.

CILA = GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, J. 1991 - *Corpus de Inscripciones Latinas de Andalucía, voi 2, Sevilla,* 2 tomos, s/L, C.C.M.A.J.A..

COELHO-SOARES, A. e **SILVA,** C.T. 1978 - *Ánforas Romanas da Area Urbana de Setúbal,* "Setúbal Arqueológica", 4, p. 171-201.

DIOGO, A.M.D. 1984 - *O Material Romano da Iª Campanha de Escavações na Alcáçova de Santarém,* "Conimbriga", 23, p. 111-141.

1987 - *Ânforas Provenientes do Rio Tejo (Salvaterra de Magos), no Museu do Mar,* "Arqueologia", 16, p. 112-114.

DIOGO, A. M. D. e **ALVES,** F. J. S. 1988-9 (só editado em 1993) — *Ânforas provenientes do meio fluvial,* "O Arqueólogo Português", Série IV, 6/7, p. 227-239.

DIOGO, A.M.D., **FARIA,** J.C. e **FERREIRA,** M.A. 1987 - *Fornos de Ânforas de Alcácer do Sal*, "Conimbriga", 26, p. 77-111.

DIOGO, A.M.D. e **REINER,** F. 1987 - *Duas Notícias sobre Fornos Romanos de Fabrico de Ânforas,* "Conimbriga", 26, p. 113-124.

ENCARNAÇÃO, J.d' e **CARDOSO, G.** 1992-3 — *A Villa Romana de Freiría e o Seu Enquadramento Rural*, "Stvdia Historica - Historia Antigua", X-XI, p. 203-217.

EO = **SILVA,** A. V. 1944 - *Epigrafia de Olisipo (Subsídios para a História da Lisboa Romana),* Lisboa, C.M.L.

ETIENNE, R., **MAKAROUN,** Y. e **MAYET,** F. 1994 - *Un Grand Complexe Industriel a Tróia (Portugal),* Paris, Diff. de Boccard.

FABIÃO, C. 1989 - *Sobre as Ânforas do Acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil),* Cadernos da Uniarq 1, Lisboa, INIC.

1994- *As Ânforas,* in: **NOLEN,** J.U.S., *Cerâmicas e Vidros da Torre de Ares,* Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, p. 17-34.

GOMES, M.V., **GOMES,** R.V. e **BEIRÃO,** C.M. 1986 - *O Cerro da Rocha Branca (Silves) - Resultados Preliminares de Três Campanhas de Escavações,* in: *IV Congresso do Algarve - Textos e Comunicações,* vol. 1, p. 77-83.

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, J. 1983 - *Nueva Inscripción de un Diffusor Olearius en la Bética,* in: *Producción y Comercio del Aceite en la Antigüedad (Segundo Congreso Internacional),* Madrid, Univ. Complutense, p. 183-191.

GUERRA, A. no preio - *As Marcas de Ânforas do Porto dos Cacos,* in: *Actas das I Jornadas Sobre a Romanização dos Estuários do Tejo e Sado* (Seixal, 1991).

IRCP = **ENCARNAÇÃO,** J. d' 1984 - *Incrições Romanas do Conventus Pacensis. Subsidios para o Estudo da Romanização,* 2 tomos, Coimbra, IAFL

KEAY, S.J. 1984 - *Late Roman Amphorae in the Western Mediterranean. A Typology and Economic Study: the Catalan Evidence,* Oxford, B.A.R.-I.S., 194.

LEQUÉMENT; R. 1975 - *Etiquettes de Plomb sur des Amphores d'Afrique,* in: "Mélanges de l'École Française de Rome et Athènes (Antiquité)", 87(2), p. 667-680.

LOPES, V. 1993 - *Materiais Arqueológicos,* in: TORRES, C. e MACIAS, S. (eds.), *Museu de Mértola - Basílica Paleo-Cristã,* Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, p. 67-100.

LOYZANCE, M.-F. 1988 - *À Propos de Marcus Cassius Sempronianus Olisiponensis, Diffusor Olearius,* in: *Hommage à Robert Etienne,* Publications du Centre Pierre Paris, 17, Paris, Diff. de Boccard, p. 273-284.

MAIA, M. 1975 - *Contribuição para o Estudo das Ânforas de Tróia - Ânforas do Tipo "Africano Grande*", "Setúbal Arqueológica", 1, p. 155-158.

1974-7 - *Marcas em Ânforas da Forma Dr. 20 de Tróia, Setúbal,* "O Arqueólogo Português", série III, 7-9, p. 355-358.

MARTIN-KILSHER, S. 1984 - *Les Amphores à Huile de la Bétique (Dressel 20 et 23) d'Augst (Colonia Augusta Rauricorum) et Kaiseraugst (Castrum Rauracense). Un*

Rapport Préliminaire, in: *Producción y Comercio del Aceite (Segundo Congreso),* op.cit. p. 337-347.

1987 - *Die Roemischen Amphoren aus Augst und Kaiseraugst. 1 - Die Sueds-panischen Oelamphoren,* Augst.

MOITA, I. 1968 - *Achados da Época Romana no Subsolo de Lisboa,* "Revista Municipal", ano XXIX (116-117), p. 33-71.

NAVEIRO LOPEZ, J. L. 1991 - *El Comercio Antiguo en el N.W. Peninsular. Lectura Histórica del Registo Arqueológico*, Coruña, Museu Arqueolóxico.

PAIVA, M.B.C.C. 1993 - *Ánforas Romanas de Castros da Fachada Atlántica do Norte de Portugal,* dissertação de Mestrado em arqueologia apresentada à FLUP, Porto (policopiado).

PANELLA, C. 1984 - *I Contentori Oleari Presenti ad Ostia in Età Antonina: Analisi Tipologica, Epigrafica, Quantitativa,* in: *Producción y Comercio del Aceite (Segundo Congreso),* op.cit., p. 225-261.

PEACOCK, D.P.S. e **WILLIAMS,** D.F. 1986 - *Amphorae and the Roman Economy. An Introductory Guide,* London-New York, Longman.

PIMENTA, F.C. 1982-3 - *Subsídios para o Estudo do Material Anfórico Conservado no Museu Regional de Sintra,* "Sintria", I-II, p. 117-150.

PONSICH, M. 1982 - *Marcas de Anforas de Aceite de las Riberas del Betis,* "Archivo Español de Arqueologia", 55 (145-146), p. 173-204.

PONTE, M.S., **GUIMARÃES,** M., **PESSOA,** M. e **MARQUES,** A.P. 1993 - *La Production de T Huile et du Vin au Portugal Durant L Antiquité et le Moyen-Age,* in: *La Production du Vin et de T Huile en Méditerranée,* Supp. XXVI de "Bulletin de Correspondence Hellénique", Paris, Diff. de Boccard, p. 413-421.

REMES AL RODRIGUEZ, J. 1977-8 - *La Economia Oleícola B ética: Nuevas Formas de Análisis,* in: "Archivo Español de Arqueologia", 50-51 (135-138), p. 87-142.

1980- *Reflejos Económicos y Sociales en la Producción de Anforas Olearias Béticas,* in: *Producción y Comercio del Aceite (Primer Congreso),* op.cit., p. 131-152.

1983 - *Transformaciones en la exportación del Aceite Bético a Mediados del Siglo III d.C.,* in: *Producion y Comercio del Aceite (Segundo Congreso),* op.cit., p. 115-131.

1986 - *La Annona Militaris y la exportación de Aceite Betico en Germania. Con un Corpus de Sellos en Anforas Dressel 20 Halladas en: Nimega, Colonia, Mainz, Saalburg, Zugmantel y Nida,* Madrid, Univ. Complutense.

1991 - *El Aceite Bético Durante el Bajo Imperio,* "Antigüedad y Cristianismo", 8, p. 355-361.

1992 - *Los Sellos,* in: **BLAZQUEZ/REMESAL/RODRIGUEZ,** *op. cit.,* **p.** 130-196.

RIBEIRO, F.N. 1972 - *A Villa Romana de Pisões,* Beja.

RIBEIRO, J.C. 1994 - *Felicitas Ivlia Olisipo - algumas considerações em torno do catálogo Lisboa Subterrânea,* "Al-Madan", II série, 3, p.75-95.

RODRÍGUEZ ALMEIDA, E. 1974-5 - *Bolli Anforari di Monte Testaccio, Introduzione,* "Bulletino della Comissione Archeologica Comunale di Roma", 84, p. 199-248.

1983 - *El Emporio Fluvial y el Testaccio: Onomástica Extra-Anfórica y Otros*

Problemas, in: *Producción y Comercio del Aceite (Segundo Congreso),* op.cit., p. 133-161.

1992- *Los Tituli Picti,* in: **BLAZQUEZ/REMESAL/RODRIGUEZ,** *op.cit.,* p. 36-129.

SANTOS, M.L.E.V.A. 1972 - *Arqueologia Romana do Algarve (Subsídios),* vol. II, Lisboa, A.A.P.

SILVA, C.T. e **COELHO-SOARES,** A. 1980-81 - *A Praça do Bocage (Setúbal) na Época Romana. Escavações Arqueológicas de 1980*, "Setúbal Arqueológica", 6-7, p. 249-284.

SILVA, C.T., **COELHO-SOARES,** A. e **SOARES,** J. 1986 - *Fábrica de Salga da Época Romana da Travessa Frei Gaspar (Setúbal),* in: *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal, 1985),* Lisboa, IPPC, p. 155-160.

SILVA, C.T. e **SOARES,** J. 1993 - *Ilha do Pessegueiro. Porto Romano da Costa Alentejana,* Lisboa, I.C.N.

SILVA, C.T., **SOARES,** J., **BEIRÃO,** C.M., **DIAS,** L.F. e **COELHO-SOARES,** 1980-81 - *Escavações Arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (Campanha de 1979),* "Setúbal Arqueológica", 6-7, p. 149-218.

SILVA, C.T., **SOARES,** J. e **COELHO-SOARES,** A. 1987 - *Nota Sobre o Material Anfórico da Foz do Arade (Portimão),* "Setúbal Arqueológica", 8, p. 203-219.

1992 - *Estabelecimento de Produção de Salga de Época Romana na Quinta de Marim (Olhão). Resultados Preliminares das Escavações de 1988-89,* "Setúbal Arqueológica", 9-10, p. 335-347.

SLANE, K.W. 1988 - *The Pottery from Mirobriga,* in: BIERS, W.R. (ed.), *Mirobriga. Investigations at an Iron Age and Roman Site in Southern Portugal by the University of Missouri- Columbia, 1981-1986,* Oxford, B.A.R.-I.S., 415, p. 126--138.

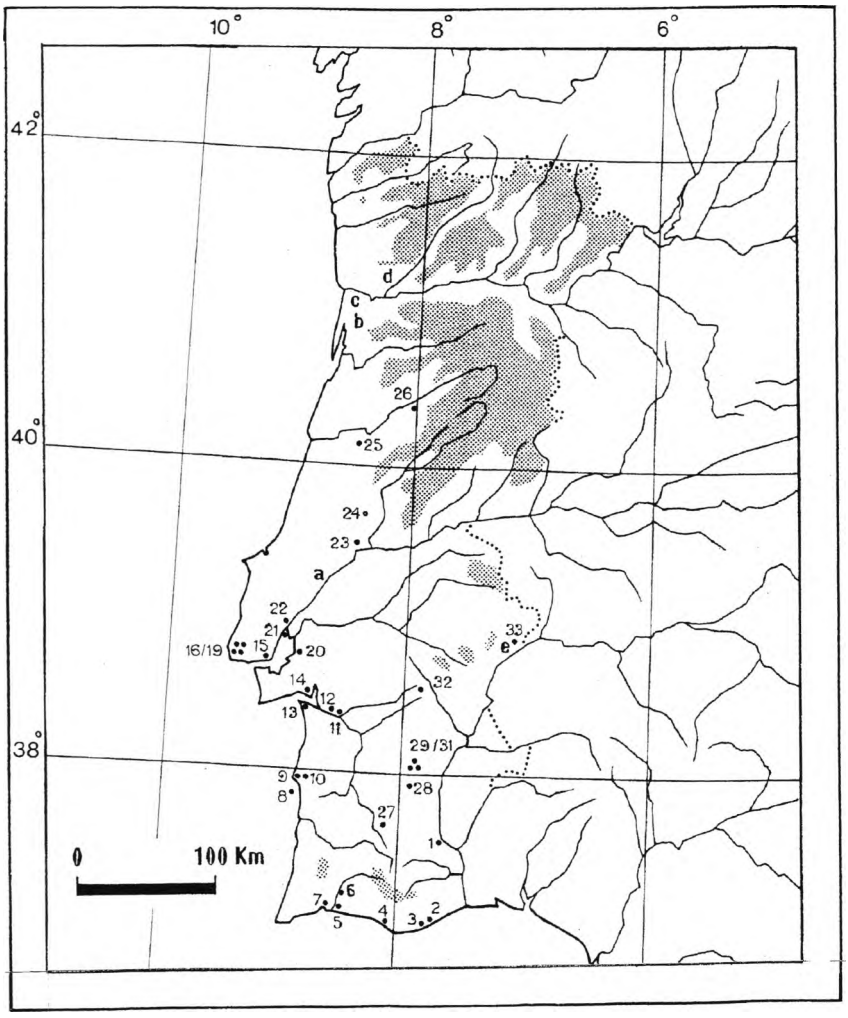
SOEIRO, T. 1984 - *Monte Mòzinho: Apontamentos Sobre a Ocupação Entre Sousa e Tâmega em Época Romana,* "Penafiel-Boletim Municipal de Cultura", 3ª série, 1.

TCHERNIA, A. 1980- *D. Caecilius et M. Iulius Hermesianus (CIL, VI, 1625b et 20742),* in: *Producción y Comercio del Aceite (Primer Congreso),* op.cit., p. 155-160.

VASCONCELLOS, J.L. 1930-31 - *Epigrafia do Museu Ethnologico (Belem),* "O Archeòlogo Português", 29, p. 222-226.

WILLIAMS, D.F. e **PEACOCK, D.P.S.** 1983 - *The Importation of Olive-Oil into Iron Age and Roman Britain,* in: *Producción y Comercio del Aceite (Segundo Congreso),* op.cit., p. 263-280.

ZIENKIEWICZ, J.D. 1992 - *Pottery from Excavations on the Site of the Roman Legionary Museum, Caerleon 1983-5,* "Journal of Roman Pottery", 5, p. 81-109.



1 - Mértola; **2** - Torre de Aires (Tavira); **3** - Quinta de Marim (Olhão); **4** - Quinta do Lago (Loulé); **5** - Foz do Arade (Portimão); **6** - Rocha Branca (Silves); **7** - Monte Molião (Lagos); **8** - Ilha do Pessegueiro (Sines); **9** - Sines; **10** - Castelo Velho (Santiago do Cacém); **11** - Alcácer do Sal; **12** - Estação Ferroviária de A. do Sal **13** - Tróia (Grândola); **14** - Setúbal; **15** - Lisboa; **16-19** - Sítios da região de Sintra **20** - Porto dos Cacos (Alcochete); **21** - Tejo; **22** - Povos (V. Franca de Xira); **23** - Villa de Cardílio (Torres Novas); **24** - Tomar; **25** - *Conimbriga* (Condeixa); **26** - Lomba do Canho (Arganil); **27** - Aljustrel; **28** - Pisões (Beja); **29-31** - Sítios da região de Vidigueira; **32** - Évora; **33** - Quinta das Longas (Eivas); a - Santarém; b - Fiães (Feira); c - M.Murado (Gaia); d - M.Mozinho (Penafiel); e - Eivas.

Nota - Todas as localizações são aproximadas

FRANCISCO J. S. **ALVES**
Director do Museu Nacional de Arqueologia
Presidente da direcção de ARQUEONÁUTICA Centro de Estudos

POR MOSAICOS NUNCA DANTES NAVEGADOS
SOBRE A ICONOGRAFIA DA NAVE DE ULISSES DO MOSAICO DE SANTA VITÓRIA DO AMEIXIAL

«Conimbriga» XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 247-261

RESUMO: A cena de "Ulisses e as sereias", do mosaico do balneário da ***villa*** lusitano-romana de Santa Vitória do Ameixial foi já objecto de diversos estudos, mas alguns aspectos essenciais relativos à interpretação estrutural e funcional da embarcação propriamente dita não foram abordados sob todos os ângulos possíveis. Deve aliás ser tido em consideração um recente e oportuno questionamento sobre o seu valor como documento iconográfico em si mesmo, sem prejuízo do reconhecimento de uma vaga mas perceptível fonte de inspiração da cena em alguns mosaicos norte-africanos. O resultado parece traduzir uma autêntica ***colagem*** de elementos, no sentido técnico-artístico do termo, em que os traços de um modelo padrão parecem ter-se desvanecido perante uma improvisação provinciana de estilo marcadamente ***naïf***\ possivelmente inspirada em modelos de barcos de tradição fluvial.

RÉSUMÉ: La scène d' "Ulysses et les sirènes", de la mosaïque du balnéaire de la ***villa*** lusitano-romaine de Santa Vitória do Ameixial a été object de plusieurs études mais quelques aspects essentiels concernant l'interprétation structurelle et fonctionelle du navire lui-même n'ont pas été analysés sous tous les angles possibles. D'ailleurs il doit être pris en considération une récente intérrogation, avec de nouveux arguments, sur sa valeur en tant que document iconographique, bien qu'on puisse continuer à reconnaître la source d'inspiration de cette scène dans certaines mosaïques nord-africaines. Le résultat semble traduire un authentique ***collage*** au sens technique et artistique du terme, où les traces du modèle de référence se sont évanouis resultant une improvisation provincienne de style nettement naïf, probablement inspirée en modèles de bateaux de rivière.

(Página deixada propositadamente em branco)

POR MOSAICOS NUNCA DANTES NAVEGADOS
Sobre a iconografia da nave de Ulisses do mosaico de Santa Vitória do AmeixiaK[1])

A cena de "Ulisses e as sereias", do mosaico do balneário da *villa* lusitano-romana de Santa Vitoria do Ameixial (Fig. 1), foi objecto de um aprofundado estudo (TORRES CARRO, 1978). Pareceria, portanto que, à primeira vista, pouco ou nada mais haveria a dizer sobre esta controversa representação. No entanto, apesar da profundidade deste estudo, certos aspectos essenciais relativos à interpretação estrutural e funcional da embarcação propriamente dita não foram abordados sob todos os ângulos possíveis, não sendo tido nomeadamente em consideração um recente e oportuno questionamento sobre o seu valor como documento iconográfico em si mesmo (BASCH, 1975).

Muito do que parece pois ainda poder ser dito sobre o assunto tem a ver com a reapreciação de alguns pormenores relativos à forma e orientação da embarcação representada. O que, como se pretende demonstrar, é susceptível de permitir uma nova abordagem desta velha e multifacetada questão.

Alinhando a sua opinião por uma das tradicionais escolas interpretativas desta cena, Mercedes Torres Carro considera que a embarcação tem a proa à esquerda e que portanto navega neste sentido. Em apoio desta interpretação assinala que *vela está tensa."* (: 95), embora não indique a orientação deste enfunamento, certamente por

(') O presente trabalho é uma versão actualizada da comunicação apresentada em 1989 em Monforte, durante as II Jornadas do Nordeste Alentejano, cujas Actas não chegaram a ser publicadas.

Conimbriga, 32-33 (1993-1994), 247-261

esta especificação lhe parecer óbvia; refere também o pormenor da característica ondulação que se forma à proa de qualquer barco sulcando as águas, *as linhas (de tesselas paralelas entre si e descontínuas) adoptant formas curvas à volta da proa do barco, com o que dão a sensação realista de que esta sulca o mar"* (: 101) - muito embora não assinale a incorrecta tradução do alinhamento do eixo da ondulação com o da embarcação. Indica igualmente que *"a sua proa está rematada por uma cabeça de dragão que sai de um nó circular precedido por uma moldura cilíndrica. A popa prolongase num pescoço de cisne que se projecta fora do* (: 95).

Ora, se relativamente a este último elemento decorativo se pode admitir esta interpretação, que o assimila a um *protomos* zoomórfico muito alongado - cujo elançamento, algo excessivo, se não mesmo incongruente é, aliás, pouco comum na iconografia - já a caracterização do outro elemento terminal pela A. parece inadequada. De resto, Luís Chaves, responsável pelas escavações de 1915-1916 no sítio, na publicação final destas (CHAVES, 1938), identificara perfeitamente este elemento decorativo: "a *proa, voltada para N.O., termina pelo aplustre ou* aplustrum, *ornato feito de pranchas de madeira com o aspecto de plumas"* (: 54). De resto, ao invés do primeiro elemento decorativo, este é muito comum na iconografia da época romana, como se pode verificar, a título de exemplo, nos baixos-relevos do Museu Capitolino, do Palácio Spada e de Puzzoles. A este propósito cumpre no entanto assinalar a curiosa discrepância que se verifica quanto à localização deste elemento simbólico-decorativo nas representações destes baixos-relevos (à popa) e na da barca de Sta. Vitória (à proa, na opinião daqueles autores). De facto, em toda a iconografia compulsada sobre embarcações da época romana, **em nenhum caso este elemento figura à proa, sendo sempre um elemento decorativo característico da popa.**

Saliente-se também que Mercedes Torres Carro, depois de se referir aos quatro remadores da barca de Sta. Vitória, ao indicar que "*... o quinto, colocado mais próximo da popa, não parece dirigir manobras, operação que lhe seria própria"* (: 97), não sublinha a notória omissão da figuração do remo-leme, peça fundamental do aparelho de navegação na Antiguidade e elemento quase sempre merecendo especial destaque na iconografia da época - mesmo que frequentemente mal representado do ponto de vista funcional, com acontece ainda mais frequentemente com os próprios remos (HUMPHREYS, 1978).

Por outro lado, a A. considera que se encontra vista de perspectiva aquela extremidade que interpreta como sendo a proa da embarcação, mas não se debruça sobre os respectivos pormenores, aliás particularmente interessantes do ponto de vista iconográfico. Com efeito, de acordo com esta interpretação, ter-se-ia de admitir que a posição da cinta de reforço lateral da proa, na parte de estibordo visível à vante, estaria incorrectamente traduzida, falhando a sua simetria com a peça idêntica de bombordo. Em contrapartida, pode ver-se a transcrição destes elementos de reforço de proa, numa perspectiva correctamente assumida, em galeras de pinturas murais de Pompeia (Fig. 3). Compreende-se, nesta ordem de ideias, que a A. faça a observação de que "*há que ter em conta (...) que a perspectiva está em Santa Vitória pouco conseguida. Mostrase o barco de perfil, no entanto vê-se uma parte de bombordo que deveria ter ficado oculta. Este erro de realização dá ao barco dois pontos de vista. Inclusivamente pode observarse um terceiro ponto de vista, pois na cabine do timoneiro - que segue o perfil do barco - mostrase de frente a porta de acesso. Na realidade, esta perspectiva da cabina corresponderia a uma embarcação que tivesse a proa próxima do espectador e algo desviada à direita com respeito ao eixo do mosaico*" (: 96-97). Mas repare-se aqui que a A. comete dois lapsos: o primeiro, ao designar por bombordo o lado da extremidade de vante *"que deveria ter ficado oculta*" (se a embarcação fosse representada rigorosamente de perfil, entenda-se); de facto, considerando a proa à esquerda, deveria ter dito estibordo e não bombordo; o segundo, porque a entrada da "*cabine*" (mais propriamente um toldo), só deveria ver-se numa perspectiva em que a popa (e não a proa, como diz a A.) estivesse próxima do espectador. Torna-se no entanto óbvio, independentemente destes lapsos, o comentário de que "*o que desde logo é evidente é a imperícia do mosaicista, que se coloca manifestamente pelo desconjuntamento existente entre as diferentes partes do navio, traçadas todas elas de um ponto de vista diferente*" (: 97).

Refere também a A., não sem razão, que "*não podemos assimilar o tipo de embarcação que aparece em Santa Vitória com nenhuma das representações que conhecemos referentes a esta cenai"* (: 95).

Saliente-se, como simples apontamento, que a representação de perspectiva não é no entanto assim tão rara, verificando-se numa grande diversidade de regiões, temas e suportes iconográficos, como por exemplo nos mosaicos de Preneste e Thugga, ou em pinturas murais de Pompeia.

Alguma reserva merece porém o comentário da A. de que *"em princípio poderia pensarse num navio de tipo comercial por levar velas e remos, mas nem a forma nem o tamanho parecem apoiar isto"* (: 96); reserva que por razões análogas merece também a afirmação de Luís Chaves de que "*pelo comprimento, e por Ulisses ser guerreiro esta navis pertence ao tipo dos navios de guerra*" (: 54). Esta afirmação merece ser matizada porque a personagem de Ulisses, embora fundamentalmente assimilada a um guerreiro, pode-o ser também a um pirata ou a um aventureiro - embora deva reconhecer-se que o espaço do mito não obedece naturalmente às mesmas regras do espaço iconográfico, sendo que neste a figura do guerreiro é obviamente a mais expressiva. Aliás, é vasta a exegese histórico-literária sobre a questão da nave de Ulisses (veja-se a este propósito CASSON, 1971, Chap. X, Apendix 2 ("Odysseus boat"): 217-219).

De facto, a interpretação deste documento iconográfico parece justificar uma maior ponderação. O que não quer dizer que a representação da barca de Sta. Vitória ou o próprio tema não possam ser vistos, até simultaneamente, sob aqueles diferentes ângulos. Aliás, Claude Poinssot (1965), ao evocar a representação iconográfica da barca de Ulisses na série dos mosaicos norte-africanos onde a cena está representada - e à qual junta o mosaico de Sta. Vitória (: 223), refere que *"o barco de Ulisses é um compromisso entre uma galera e um veleiro*" (: 220-221).

Saliente-se a propósito que "*esta ambiguidade aponta de facto para uma das mais comuns inexactidões em representações de galeras antigas, o costume de mostrá-las a vela e a remo. Não seria de todo prático usar vela e remos ao mesmo tempo excepto talvez por breves períodos ao manobrar para entrar ou sair de um porto; e remos só podem ser usados se o barco estiver velejando muito devagar. Normalmente uma galera antiga usaria ou a sua vela ou os seus remos. Mas tinha ambos, portanto os pintores gostavam de pintar ambos. Isto não é, estritamente falando, um erro, mas o resultado de uma atitude para representar que difere de algum modo da nossa. Há menos ênfase no retratar exactamente o que um observador podia ver num ponto particular no tempo e no espaço, e mais preocupação em incluir todos os atributos básicos do objecto retratado*" (HUMPHREYS: 79). De facto, apesar da importância universalmente atribuída à documentação iconográfica, todos os autores são unânimes em reconhecer os seus limites, assim como a necessidade de se observar a maior prudência nas

conclusões que delà se extraem. Em qualquer época, como se pode verificar no caso da iconografia naval portuguesa, a propósito do que João da Gama Pimentel Barata (1972 : 30, nota 3) refere: *"Já os nossos três maiores arqueólogos navais aludiram sumariamente aos perigos e precauções da interpretação da iconografia naval: Lopes de Mendonça* ***(Estudos sobre navios portugueses nos Séc. XV e XVI.*** *Lisboa, 1892,* ***p.*** *40), Quirino da Fonseca (****Memórias de arqueologia marítima portuguesa.*** *''Anais do Clube Militar Naval", 46, 1915, p. 374), e Brás de Oliveira* ***(Os navios da descoberta.*** Reed, do art. in "Revista Portuguesa Colonial e Maritima", 1897, Lisboa, 1940, p. 23)".

No que respeita à iconografia naval de época romana, vale a pena referir o que a este propósito escreveram os autores de duas importantes e recentes sínteses de história naval daquela época: "*...tenta-se interpretar os documentos figurados, não sem perigo: estes mostram-se muitas vezes de utilização delicada, em virtude do seu carácter por vezes irrealista ou fantasista; muitos artistas criavam barcos, não segundo o natural, mas segundo a sua lembrança, sem se preocupar necessariamente dos detalhes ou segundo um modelo iconográfico que seguiam mais ou menos fielmente"* (REDDÉ, 1986: 12); e "os *textos oferecem-nos por vezes listas de nomes de navios, mas em regra geral, não são senão simples listas sem a menor descrição. Os monumentos, por outro lado, mostram-nos navios mas sem que possamos saber, salvo a excepção do mosaico de Altiburos, de que navios se trata. E mais, cada vez que nos encontramos em presença de uma representação figurada, e sobretudo para os mosaicos, estamos no direito de nos colocarmos duas questões: o documento é original ou não é senão uma cópia de um documento anterior ?; o documento é uma representação fiel da realidade? À primeira destas questões pensamos que no conjunto pode responderse pela afirmativa, mas para a segunda, tudo depende da arte e da ciência do autor do monumento*" (ROUGÉ, 1966: 73). Sobre a mesma questão, embora referente a aspectos de pormenor, merece referir-se também o apontamento de B. ROSEN (1986).

Continuando a interrogação sobre o valor intrínseco e extrínseco da representação iconográfica da barca de Sta. Vitória, não poderia agora deixar de ser referido - em reforço das opiniões contraditórias que tem envolvido a sua interpretação (e que Mercedes Torres Carro não refere no seu trabalho) - o facto de alguns autores considerarem que a barca tem a proa virada para o lado direito, ao invés do que considera aquela A. e Luís Chaves. Cabe, nesta ordem de ideias, a afir-

mação de Lucien Basch (1975: 238), feita a propósito da representação da posição dos remadores nos navios antigos, que é uma questão muito controversa em iconografia e arqueologia navais, de que "*Quanto ao autor do mosaico de Ameixial (no Museu de Belém, Portugal), da época romana, a sua obra é de uma qualidade tão medíocre que não se pode decidir se ele errou ou teve razão em representar os seus remadores voltados para a frente" i[2]).* Assinale-se assim que este A. considera a proa do lado direito.

Mas a questão da posição/orientação da embarcação traduzida na caracterização da extremidade tida como proa por aquela A. - não só quanto ao ponto de vista da sua orientação (esquerda/direita) - mas também quanto ao ângulo de observação (perfil/perspectiva) não se encontra esgotada. Com efeito, desta extremidade, resta ainda explorar uma outra perspectiva, que se prende com questões de forma e estrutura, numa óptica diferente das de Lucien Basch e Mercedes Torres Carro que, embora de modo diverso, interpretam ambos a forma das duas extremidades da embarcação como sendo arredondadas, no prolongamento da quilha.

Ora, curiosamente, foi o próprio autor da descoberta do mosaico, Luís Chaves, que enunciou desde o início uma outra interpretação, ao referir que "tf *proa tinha esporões para aproar o navio inimigo; este navio denuncia o pormenor na protuberância angular da vante da quilha"* (: 54, nota 2). Esta interpretação implica portanto que a extremidade da esquerda seja a proa e que esta se encontre rigorosamente de perfil (tornando-se necessário no entanto admitir uma considerável margem de liberdade iconográfica, dado que a representação, assim interpretada, tem de ser considerada muito tosca e distorcida, assaz diferente dos modelos iconográficos correntes para a época e para este pormenor típico, o que não pode ser explicado aqui por qualquer constrangimento do campo iconográfico). Nesta óptica de Luís Chaves seria pois uma embarcação de proa côncava, formal e estruturalmente diferente da pressuposta por Mercedes Torres Carro.

Neste ponto, torna-se oportuno situar, em linhas gerais, a questão dos barcos da época romana com estes dois tipos de proa, tomando

([2]) Partilha a mesma opinião (expressa em carta pessoal) sobre a posição da barca de Sta. Vitória o autor a quem L. B. responde com o artigo supracitado, e a quem agradeço estas informações: **TILLEY,** A. F. - *Rowing in the ancient Mediterranean: a new aspect.* "The Mariner's Mirror", 59.1: 96-99, 1973.

como ponto de partida o estudo de Paul-Marie Duval (1949) sobre o mosaico de Altiburos: *"Recordemos a importância da sua descoberta. Ele fornecia-nos vinte cinco tipos de embarcações diferentes, de dimensões permitindo largamente o estudo (0m70 a lmlO), e das quais vinte e duas levavam nomes, que, na verdade, eram na maioria já conhecidos pelos textos: nomes genéricos de navios romanos que dadas as características do mosaico permitiam situar o uso na segunda metade do II século do Império; navios de alto mar, barcos de pesca e embarcações fluviais, como o anunciam sobre três lados conservados do mosaico as representações de um deus-rio, do litoral onde se encontram pescadores, e de Oceano. Mas as formas eram quase todas desconhecidas, se bem que elas viessem alinhar-se em duas grandes categorias tradicionais: os navios "redondos", que aqui chamaremos simétricos, de duas extremidades igualmente arredondadas e levantadas; os navios "longos ", ou melhor: assimétricos, em que uma única extremidade é arredondada e levantada, a outra sendo angulosa, senão mesmo ponteaguda na base*" (: 121), *"...assim, que o navio seja simétrico ou assimétrico, o seu lado arredondado é o trazeiro, e, no navio assimétrico, que não é de nenhum modo o apanágio da marinha de guerra, mas que se encontra apto a todas as funções, o lado anguloso é afrente: tal é a lição dos documentos e dos técnicos*" (: 132).

Com efeito, a documentação iconográfica e a evidência arqueológica convergem na demonstração desta coexistência tipológica, merecendo salientar-se, quanto à primeira, a título de exemplo, as representações simultâneas, lado a lado, destes dois tipos de embarcações, em mosaicos da Praça das Corporações de Ostia e no arco do Mercado de Lepcis Magna; quanto à segunda, que resulta principalmente do desenvolvimento da arqueologia subaquática nas últimas décadas, no caso de navios de guerra, raros são os testemunhos conservados, devido à ausência das cargas que caracterizam as embarcações de comércio e que cobrem, protegendo, a maioria dos cascos de navios antigos afundados. Até há bem pouco tempo, o único caso conhecido de um casco de navio de guerra antigo era o de Marsala, na Sicília (FROST, 1976), típico de um navio "assimétrico", com a particularidade notável de ter conservado intacta a estrutura de implantação do esporão.

No que respeita a navios de comércio "simétricos" ([3]), refiram-se,

([3]) Permitimo-nos, com três exemplos, balizar esquematicamente um milénio e meio de história naval. De salientar que os dois últimos exemplos representam marcos

entre numerosos exemplos, os de Kyrénia (KATZEV & KATZEV, 1987), de Yassi Ada I (BASS & DOORNINCK *et al*, 1972) e de Serce Liman (STEFFY, 1988). Finalmente, como navio de comércio "assimétrico" típico, refira-se o da Madrague de Giens (TCHERNIA & POMEY & HESNARD, 1978 e POMEY, 1982), cujo perfil longitudinal (Fig. 4) apresenta urna espantosa analogia com a embarcação representada num mosaico das termas de Temetra (Fig. 5) - o que demonstra paradigmaticamente também o rigor possível do documento iconográfico: "*Seja como for, as convergências parecem-nos suficientemente numerosas para se poder identificar o navio da Madrague de Giens com este grande veleiro do mosaico das termas de Temetra. O interesse desta comparação é duplo: no plano arqueológico, ela permite-nos conhecer com precisão o tipo do navio da Madrague de Giens, e no plano iconográfico ela mostra que estamos em presença, com este mosaico, de uma representação fiel e não fantasista de um tipo de navio bem reaF* (POMEY: 150).

Quanto à nave de Sta. Vitória, se tivermos simultaneamente em atenção a "*imperícia*" e a "*mediocridade*" (referidas respectivamente por Mercedes Torres Carro e por Lucien Basch) patentes na sua representação (de que as discrepâncias e incongruências já referidas são expressão), assim como as condicionantes próprias da representação iconográfica igualmente evocadas (ao que se deve adicionar sempre um factor de subjectividade interpretativa), encontramo-nos finalmente perante três hipóteses, todas elas parcialmente insatisfatórias: A de poder representar, ou *pretender* representar, a) - uma embarcação "simétrica", de proa para a esquerda; b) - *idem*, de proa para a direita; c) - uma embarcação "assimétrica" (de proa para a esquerda).

Torna-se portanto imperativo desenvolver e completar a pesquisa deste tema noutra direcção, dado que, do estrito ponto de vista da representação iconográfica, as possibilidades de análise parecem esgotadas. Será então ao nível da análise comparativa que terá de prosseguir a investigação.

decisivos para o conhecimento da evolução do navio antigo do ponto de vista da arquitectura naval, representando dois momentos bem caracterizados da transição da construção antiga, de tradição "casco primeiro", para a tradição moderna, de tipo "esqueleto primeiro". Ver em **RIETH** (1984), que refere a bibliografia anterior sobre este assunto.

Com efeito, são bem conhecidas as afinidades do mosaico de Sta. Vitória com os do Norte de África e em particular com os de Cherchel, Thaenae, Utica e Thugga (POINSSOT: 223; ALARCÃO, 1974: 192; TORRES CARRO: 93 e 102).

Saliente-se que, apesar de ser muito marcada a analogia da cena de Ulisses e as Sereias do mosaico de Sta. Vitória, especialmente com as dos mosaicos de Thaenae e de Thugga (Fig. 2), as embarcações representadas nestas cenas são manifestamente diferentes daquela (embora no de Thaenae não se possa determinar a forma da proa). Ora, se estas cenas deixam transparecer uma inspiração comum, tanto em termos gerais de composição como nos pormenores, seria natural que, no caso das embarcações representadas, tivesse sido igualmente seguido um modelo comum. Com efeito, o barco de Ulisses é de forma "assimétrica" em três dos quatro mosaicos norte-africanos acima referidos; **portanto, deste simples ponto de vista, o mais natural seria que o de Sta. Vitória também o fosse.** Tanto mais que são bem conhecidas as modalidades em que se processavam a execução e a divulgação dos padrões decorativos deste característico tipo de revestimento do mundo romano.

Referindo-se a este aspecto, Katherine Dunbabin (1978) observa que "*o artífice teve certamente de seguir alguma espécie de cartão ou padrão pelo menos para as suas cenas mais complicadas; mas, como já foi referido, torna-se claro, dada a ocorrência de idênticos motivos em sítios bastante afastados (tal como em trabalhos noutros ramos), que eles eram frequentemente baseados num repertório distribuído pelo mundo romano, e não em esquemas desenhados de novo, por cada artista."* (: 29); no entanto, refere que *"isto pode significar ou contacto directo, ou o uso de modelos similares; os mosaicistas espanhóis poderiam ter experimentado independentemente e atingido resultados similares. Mas a coincidência de paralelos sugere contactos mais estreitos; e como comparativamente há poucos destes mosaicos em Espanha, e nenhum sinal de um desenvolvimento local coerente, é óbvio que eles ilustram uma imitação consciente do estilo africano"* (: 220). Saliente-se, no entanto, que no entender desta A. não se trata de uma imitação no sentido literal, *"..mas antes um intercâmbio geral de ideias, e provavelmente muitas vezes de trabalhadores..."* (: 22). Evidência aliás de que entre o Norte de África e a Lusitânia ocidental se reflecte uma intensidade de *"...relações culturais e económicas que o estudo das cerâmicas, dos vidros e até da arquitectura demonstram"* (ALARCÃO, ibidem).

No entanto, no caso do mosaico de Sta. Vitória não nos encontramos simplesmente perante temas decorativos de inspiração norte-africana. Os seus medalhões ou painéis decorativos não foram executados no local, apenas terão sido aí montados (DUNBABIN: 29), tendo sido juntos e completados com *tessellae* feitas do típico calcário branco da região (4). Trata-se então de painéis do tipo *emblema*, certamente do género *pseudo-emblemata,* importados de algures, de um atelier de uma região que não é possível ainda identificar - restando-mos apenas a presunção de uma origem norte-africana.

Finalmente, para o equacionamento completo deste problema, não é irrelevante realçar a situação geográfica de Sta. Vitória. E não só por razões de "interioridade" - embora, no caso concreto de uma embarcação, fosse mais lógico em áreas costeiras ou portuárias, mais apropriadas à presença de embarcações de maior porte e dignidade, poder beber-se a fonte de inspiração e manter aproximada a relação entre o cartão (ou medalhão) e a realidade - preocupação óbvia de qualquer artista de primeira categoria. Aliás, quando Claude Poinssot observa que "a *degradação maior ou menor de um motivo, relativamente a um cartão original, não é um elemento de datação muito sólido, sobretudo quando se trata de obras provindas de sítios muito afastados geograficamente uns dos outros*" (: 223), vem num certo sentido corroborar justamente aquela ideia.

Mas temos de considerar a situação geográfica por outra razão: porque para entender o significado de um mosaico, particularmente quando se trata de um exemplar com esta carga simbólica, não é irrelevante a consideração do seu "meio ambiente". Como refere Katherine Dunbabin *"é de notar que não encontramos em Africa o mesmo uso do mosaico para todos os géneros de finalidades didácticas como se encontra nos mosaicos a preto-e-branco de Ostia, que funcionam como emblemas de loja* (logotipos, diríamos - N.A.), *publicidade de negócios, (...), e uma variedade de outras funções. Com os mosaicos africanos, quase sem excepção, a decoração permanece a finalidade primária"* (: 25). E é esta, sem sombra de dúvida, a justificação funcional do mosaico de Sta. Vitória.

(4) Agradeço esta informação a Carlos Beloto, técnico especialista de conservação e restauro do Museu Monográfico de Conimbriga, que tem vindo a efectuar um trabalho de fundo nos mosaicos de todo o País, e em particular nos do Museu Nacional de Arqueologia, como o de Sta. Vitória.

Assim, do mesmo modo que nas representações dos barcos em Ostia e de Oceano em Altiburos ou em Faro ([5]), se exprimem significados apotropaicos, propiciatorios e religiosos, nas de um Oceano ou de uma barca de Ulisses do mosaico do balneário da *villa* lusitano-romana de Santa Vitória do Ameixial exprime-se fundamentalmente uma função decorativa. Daí que, num certo sentido, se possa encontrar desvanecida, do ponto de vista iconográfico, a dignidade épico-simbólica da nave de Ulisses. A este proposito, Mercedes Torres Carro observa justamente que *[44]na realidade, a presença deste tipo de embarcação na cena da Odisseia não é corrente. Normalmente nas representações mitológicas preferem-se uns modelos estabelecidos de barcos que costumam ser mais luxuosos e correspondem melhor à importância da cena representada. Neste caso o modelo que se nos oferece parece tirado mais da realidade e assemelha-se mais a uma barcaça de pescador que a um navio próprio para transportar Ulisses nas suas aventuras*" (: 96).

Pelas razões expostas e pelos dados actualmente disponíveis, poder-se-iam portanto apontar, como conclusões, que a representação da cena de "Ulisses e as Sereias" do balneário de Santa Vitoria do Ameixial parece inspirar-se num modelo-padrão ou arquétipo comum aos mosaicos norte-africanos com tal cena, entre os quais o de Thugga. Daí que se possa reconheçer, embora muito distorcido, o traço de um vago perfil assimétrico. No entanto, a representação da embarcação do mosaico de Sta. Vitória só muito longinquamente tem a ver com o "arquétipo" dos modelos congéneres norte-africanos, sendo praticamente impossível distinguir o componente real do imaginário em que se baseou o artista na sua execução.

Esta representação parece traduzir, mais do que a [44]*imperícia*" ou [44]*mediocridade*" do artífice ou do artista, uma anárquica mas autêntica *colagem* de elementos, no sentido técnico-artístico do termo, como se

([5]) *"Este destino público do edifício explica sem dúvida a escolha dos que o encomendaram, quer dizer, a versão mais "geográfica" do tema. Oceano, pai de todas as águas que faz nascer os Ventos, cujo sopro favorece a navegação, o comércio. Cosmologia e geografia humana inspiram este mosaico (*) e não a mitologia ou a cenografia. Não temos também aqui uma cabeça simplesmente decorativa, como a máscara de Oceano pode tornar-se em contextos menos marcados."* **(LANCHA:** 119-120);

(*): "*Como no mosaico do catálogo de Altiburos.."* . N.A.: diz **DUNBABIN** (: 153): *"Nestes pavimentos* (de Altiburos) *não pode haver dúvida que a máscara é a de um deus, e não é olhada simplesmente como um motivo decorativo".*

os traços do modelo-padrão se tivessem desvanecido perante uma improvisação provinciana de estilo marcadamente *naife* possivelmente inspirada em formas tiradas de modelos de barcos de tradição fluvial de presumível interioridade. Nesta perspectiva tudo concorre para admitir que, sobre o modelo-padrão, foi executada a representação de uma embarcação de inspiração real, em posição inversa (com a proa para a direita), com a vista de popa a "ajeitar-se" tanto quanto possível, ao vago traço da concavidade própria de uma proa de navio assimétrico. Daí que o artista tenha optado (desajeitadamente, diga-se mais uma vez), por uma típica vista a 3/4 de popa a bombordo, em que uma parte simétrica, de estibordo, fica à vista (desenhando uma curva que vagamente se entendeu poder corresponder à da proa terminando em esporão, do arquétipo).

Assim sendo, parece doravante insensato continuar a procurar na nave de Ulisses do mosaico de Sta. Vitória do Ameixial aquilo que provavelmente ela não é, nunca foi, nem será: um "barco".

Como refere S. C. Humphreys no final do seu artigo (: 79, nota 9),

"devíamo-nos sempre lembrar, ao interpretar a evidência iconográfica, a observação de Matisse a uma visitante que estava criticando um dos seus nus, por falta de realismo: 'Minha senhora, parece-me que está cometendo um erro. O que está a ver não é uma mulher, é um quadro'".

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J. de - *Portugal Romano.* Lisboa, 1974.

BARATA, J. da G. P. - *Estudos dos navios do políptico de Santa Auta.* Centro de Estudos de Arte e Museologia. Lisboa, 1972.

BASCH, L. - *De la survivance de traditions navales phéniciennes dans la Mediterranée de nos jours ou des rêves à la réalité.* "The Mariner's Mirror", 61.3: 229-253. 1975.

BASS, G. F. & **VAN DOORNINCK** Jr., F. H. *et al.* - *Y as si Ada I. A seventh century Byzantine shipwreck.* The Nautical Archaeology Séries, 1. Texas A&M University Press, College Station. Texas, 1972.

CASSON, L. - *Ships and seamanship in the ancient world.* Princeton, 1971.

CHAVES, L. - *Estudos lusitano-romanos. A villa de Santa Vidria do Ameixial (Concelho de Estremoz). Escavações em 1915-1916.* "O Arqueólogo Português", 30: 14-87. Lisboa, 1938 (1956).

DUNBABIN, K. M. D. - *The Mosaics of Roman North Africa.* Oxford, 1978.

DUVAL, P.- M. - *La forme des navires romains d'après la mosaïque d'Althiburus.* "Mélanges de l'Ecole Française de Rome et d'Athènes", 61: 119-149. 1949.

FROST, H. - *Lilybaeum*. "Notizie Degli Scavi di Antichità". Sup. Voi. **30 (1976).** Academia Nazionale dei Lincei. Roma, **1981.**

HUMPHREYS, S.C. - *Artists' mistakes.* "International Journal of Nautical Archaeology", 7.1: 78-79. 1978.

KATZEV, M. L., **KATZEV,** S. W. - Kyrénia II. *Research on an ancient shipwreck comes full circle in a full-scale replication. An ancient ship sails again.* Hellenic Institute for the Preservation of Nautical Heritage (: 4-9). Piraeus, 1987.

LANCHA, J. - *O mosaico "Oceano" descoberto em Faro (Algarve).* "Anais do Município de Faro", 15: 111-124. Faro, 1985.

POINSSOT, C. - *Quelques remarques sur les mosaïques de la maison de Dionysos et d'Ulysse à Thugga (Tunisie). In* "La Mosaïque Greco-romaine", I. Paris, 1965.

POMEY, P. - *Le navire romain de la Madrague de Giens.* Comptes-rendus de l'Academie des Inscriptions et Belles-Lettres (: 133-150). Paris, 1982 (jan.- mar.).

REDDÉ, M. - *MARE NOSTRUM. Les infrastructures, le dispositif et l'histoire de la marine militaire sous l'empire romain.* Bibliothèque des Ecoles Françaises d'Athènes et de Rome, 260. 1986.

RITEH E. - *Principe de construction "charpente première" et procédé de construction "bordépremier au XVIIe siècle.* "Neptunia", 153: 21-31. Paris, 1984.

ROSEN, B. - *An Incorrect Representation of a Sailing Boat in the Madaba Mosaic.* "Israel Exploration Journal", 36: 97-98. Jerusalem, 1986.

ROUGÉ, J. - *Recherches sur l'organisation du commerce maritime en Mediterranée sous l'empire romain.* Paris, 1966.

STEFFY, J. R. - *Reconstruction the hull.* "The glass wreck: an 11th century merchantman", INA Newsletter, voi. 15, n.° 3, September 1988.

TCHERNIA, A., **POMEY.** P., **HESNARD** A. - *L'épave romaine de la Madrague de Giens (Var).* XXXIV Supplément à Gallia. Paris, 1978.

TORRES CARRO, M. - *La escena de Ulises y las sirenas del mosaico de Santa Vitoria (Portugalf* "Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueologia", 44: 89--102. Valladolid, 1978.

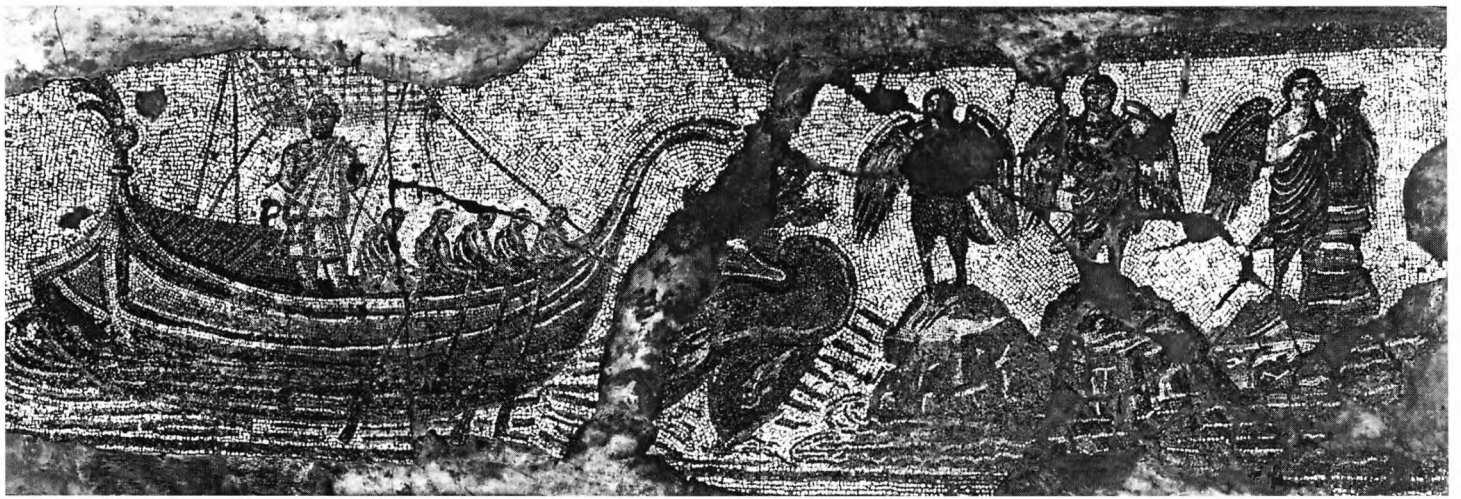


FIG. 1 – A cena de "Ulisses e as Sereias" do mosaico do balneário da *villa* lusitano-romana de Santa Vitória do Ameixial (Monforte). Museu Nacional de Arqueologia.



FIG. 2 – Representação da cena de "Ulisses e as Sereias" no mosaico de Thugga. Seg. Dunbabin



FIG. 3 – Pintura mural de Pompeia (Casa do Sacerdote Amandus). Seg. Reddé

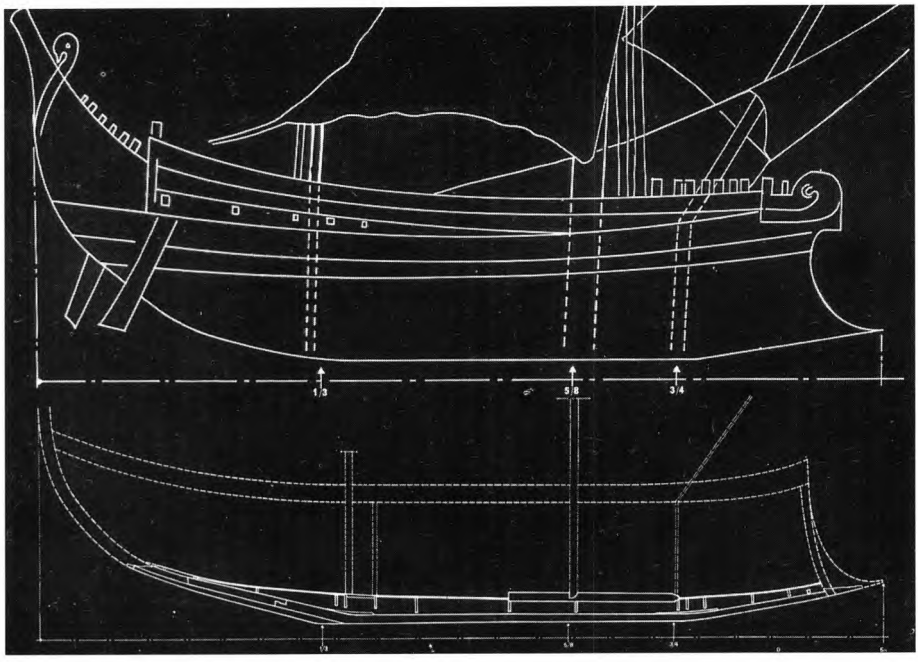


FIG. 4 – Reconstituição das linhas do navio da Madrague de Giens. Seg. F. Pomey

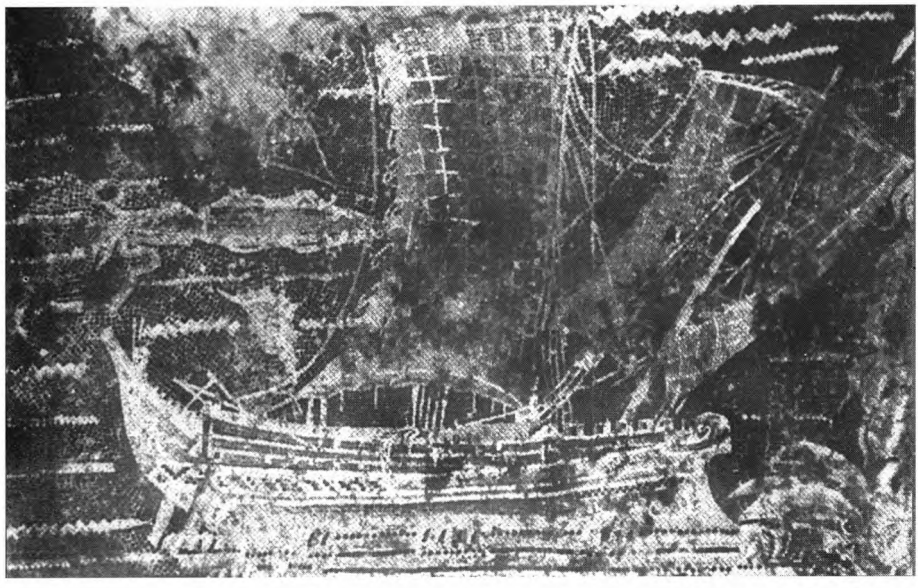


FIG. 5 – O navio representado no mosaico das termas de Temetra

A. M. DIAS DIOGO
Director do Gabinete Técnico do Teatro Romano (C. M. Lisboa).
Assistente Convidado da F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa.

LAURA TRINDADE
Arqueóloga do Gabinete Técnico do Teatro Romano (C. M. Lisboa)

MATERIAIS PROVENIENTES DOS CHÕES DE ALPOMPÉ (SANTARÉM)

«Conimbriga» XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 263-281

RESUMO: **OS** autores publicam ânforas pré-romanas e romanas republicanas provenientes de recolhas ocasionais efectuadas nos Chões de Alpompé (Santarém). Entre o material estudado encontram-se ânforas fenício-púnicas e massaliotas datáveis dos séculos VII ao IV a. C. A documentação arqueológica aqui estudada demonstra a importância do comércio entre os Chões e o Mediterrâneo em época pré-romana e atesta a atribuição dos Chões de Alpompé ao povoado pré-romano de *Moron,* efectuada por **BAIRRÃO OLEIRO** em 1953.

RÉSUMÉ: Les auteurs présentent des amphores préromaines et romaines républicaines trouvés à Chões de Alpompé (Santarém). Parmi le matériel étudié on trouve des amphores phéniciennes occidentales et massaliotes datées de la fin du VII^{e} siècle avant J.-C. jusqu'au IV^{ème} siècle avant J.-C. Ce matérial est corroboratif de l'atribution fait par **BAIRRÃO OLEIRO,** en 1953, de Chões de Alpompé à la ville préromaine de *Moron.*

(Página deixada propositadamente em branco)

MATERIAIS PROVENIENTES DOS CHÕES DE ALPOMPÉ (SANTARÉM)

Introdução

Cientificamente conhecido desde 1883, o sítio arqueológico dos Chões de Alpompé é já detentor de uma vasta bibliografia (DIOGO, 1993), fundamentalmente centrada na controvérsia da sua identificação com *Moron*, povoado pré-romano referenciado por Estrabão (*Geografia*,, III, 3, 1).

A mais fidedigna tradução portuguesa da referência de Estrabão é devida a José Ribeiro Ferreira (publicada em KALB e HÖCK, 1988, p. 190) e que aqui transcrevemos:

«Esta ilha situa-se junto da cidade de Móron, que se ergue num monte próximo do rio, a 500 estádios de distância do mar no máximo, e está rodeada por uma região fértil.

A navegação até aí é fácil, mesmo a barcos de grande porte numa boa parte do seu trajecto e, no resto, por embarcações de rio. Para cima de Móron a navegação é ainda mais longa.

Brutus, denominado o Galaico, utilizou esta cidade como a base de operações, quando entrou em guerra contra os Lusitanos e os submeteu. Em seguida amuralhou Lisboa, nas margens do rio, para ter livres a navegação e o acesso de víveres. Estas cidades são também as maiores que se encontram junto ao Tejo».

A descrição de Estrabão é totalmente compatível com as características geomorfológicas dos Chões, prendendo-se a controvérsia da sua identificação com Móron, fundamentalmente na alegada falta de documentos arqueológicos significativos de uma importante ocupação pré-romana.

Deve-se a Bairrão Oleiro a identificação dos Chões de Alpompé com a cidade de Móron (GIRÃO e OLEIRO, 1953, OLEIRO, 1955). De uma forma naturalmente cuidadosa mas clara, este investigador escrevia em 1953 (GIRÃO e OLEIRO, 1953, p. 79 e 80): «A estação arqueológica dos *Chões de Alpompé é* a menos conhecida de todas, mas aparece como das mais prometedoras. (...) Não deixa de ser curioso de notar que o acampamento dos Chões está situado sobre uma posição elevada (95 metros) próxima do Tejo, rodeada de campos férteis e com óptimas condições estratégicas. Entre o Alviela e o Tejo estende-se uma larga porção de terreno cujas dimensões correspondem sensivelmente às que Estrabão indica para a ilha fronteira a *Moron.*

Tudo isto, aliado à circunstância de termos encontrado cerâmica campaniense de tipo A nos Chões, nos faz crer que talvez haja vantagem em retomar o problema da localização de Moron, e a prosseguir com entusiasmo o estudo desta estação que tanto interesse pode vir a ter para o conhecimento das primeiras etapas da romanização».

Em concordância com a extensão da área do povoado, cerca de 20 hectares, a documentação arqueológica romana já publicada é muito importante, caracterizando-se pela sua antiguidade (DIOGO, 1982 e 1993, DIOGO e FARIA, 1985, FABIÃO, 1989). O material que aqui estudamos pretende contribuir para atestar a importância do povoado que, pelas suas características geomorfológicas, extensão e documentação arqueológica, não poderá deixar de corresponder à Móron estraboniana. Foi recuperado por vários colectores, em recolhas superficiais não sistemáticas, efectuadas entre os finais da década de sessenta (ZBYSZEWSKI, FERREIRA e SANTOS, 1968) e 1989, tendo sido na sua maioria recolhido por João Catarino nas vastas violações que os Chões sofreram em 1988 e 1989, provocadas por trabalhos agrícolas e pela extracção de saibro. Todos os materiais aqui publicados, incluindo os recolhidos em 1967, por Zbyszewski, Ferreira e Santos (publicados em FABIÃO, 1989, p. 98-107), têm vindo a ser por nós depositados no Museu Municipal de Santarém.

Localização

Os Chões de Alpompé estão situados na freguesia de S. Vicente do Paul, concelho de Santarém, a cerca de 1 km da margem direita do rio Tejo e a 13 kms para montante da Ribeira de Santarém. São um

vasto planalto de cerca de 20 hectares de área, muito rendilhado pela erosão das águas pluviais e constituído por vários terraços fluviais plio-cénicos e modernos (coordenadas: lat. 39° 19" 30" N., long. 8º 36" W. de Green which).

Os Chões têm uma excelente posição estratégica, dominando a paisagem circundante dos seus cerca de 96 m de altitude. A base do planalto é alagadiça, sujeita a inundações e circundada por linhas de água a desaguarem no AI viela, afluente do Tejo que rodeia os Chões a Norte e a Leste.

Análise dos materiais

Naturalmente que o modo como os materiais que aqui estudamos foram recolhidos, de forma ocasional e fora de qualquer contexto arqueológico, apenas nos permite estabelecer-lhes cronologias a partir da sua integração tipológica e por paralelização formal e tecnológica com exemplares provenientes de contextos datados.

Os fragmentos n.os 1 a 16 e 18 pertencem a ânforas fenício-púnicas de bordo espessado, datáveis dos séculos VII ao IV. O n.° 14 tem paralelos próximos no Cerro Macareno, Macalón, Cerro Salomón e Cerro del Prado, datáveis dos finais do século VII a.C. (PELLICER CATALÁN, 1978, p. 371-372, n.° 800). O n.° 10 tem um paralelo no Cerro Macareno, no nível 14, datado dos finais do século V a.C. (PELLICER CATALÁN, 1978, p. 378-379, n.° 1354). O n.° 16 tem também um paralelo muito próximo no Cerro Macareno (PELLICER CATALÁN, 1978, p. 378-379, n.° 1269 d), no nível 15 , do terceiro quarto do século V a.C. A forma de bordo n.° 18, com um bisel côncavo interno, surge no Cerro Macareno (PELLICER CATALÁN, 1978, p. 373 e 376, n.° 1072), no nível 18, de finais do século VI a.C.

Os fragmentos de bordo n.os 17, 19, 20 e 29, assim como os fundos n.os 33 e 34 pertencem a ânforas ibero-púnicas, datáveis de entre a segunda metade do século V a.C. e a romanização.

Os n.os 17, 19 e 20 classificam-se dentro das ânforas de tipo Pellicer Catalán E, de tendência cilíndrica ou troncoconica, com a boca larga e o bordo grosso e vertical. Têm uma cronologia compreendida entre a segunda metade do século V a.C. e a romanização. O fragmento de bordo n.° 29 pertence a uma ânfora de tipo Pellicer Catalán B-C 3, datável do século IV à romanização. Os fundos n.os 33 e 34, muito

curtos, salientes, carenados e convexos, têm paralelos exactos no Cerro Macareno, tendo surgido em níveis datados da segunda metade do século III a.C. (PELLICER CATALÁN, 1978, p. 395-397, fig. 12).

Os fragmentos n.os 21 e 30 a 32 pertencem a ânforas vinárias massaliotas. A n.° 21 integra-se no tipo Bertucchi 5, com uma cronologia compreendida entre 300 e 125 a.C. O fragmento n.° 30, proveniente das recolhas de Zbyszewski, Ferreira e Santos, foi cautelosamente publicado por C. Fabião que a considerou de classificação difícil, apresentando algumas afinidades com a sua «classe 67», mas não excluindo a hipótese de pertencer a uma produção meridional da Península Itálica, de Ibiza ou norte-africana (FABIÃO, 1989, p. 99, fig. 12, n.° 5). No nosso entender, o presente fragmento integra-se, tanto pela sua forma, como pela sua pasta, no tipo Bertucchi 1 das produções massaliotas, datável de 550 a 475 a.C. (BATS, 1990).

O n.° 31 pertence a uma ânfora «jónico-massaliota», um tipo de ânfora que se encontra entre os mais comuns na Etrúria meridional durante a segunda metade do século VI a.C. (SLASKA, 1990, p. 229). O fundo n.° 32 integra-se nas produções massaliotas, pela sua forma e pela pasta; tinha já sido publicado por Fabião, que o enquadrou vagamente "numa das variantes da forma Baldacci I" das produções sud-itálicas (FABIÃO, 1989, p. 107, fig. 14, n.° 4).

Os fragmentos n.os 22 a 28 pertencem a ânforas de tipo Maña C la. De proveniência norte-africana, têm pastas muito características. O primeiro conjunto, englobando os bordos 22, 24, 25 e 28, têm uma pasta dura, muito fina, compacta e sonora, de tonalidades avermelhadas, correspondendo a uma das duas variedades de pastas conhecidas nestas ânforas. A segunda variedade de pastas é reconhecível nos fragmentos 23, 26 e 27: dura, muito porosa, de textura folheada, com abundantes calcites e de tonalidades rosadas, pastas que se afastam da dos exemplares da ilha de See apenas por não apresentarem as manchas características do depósito em água salgada. A sua cronologia é actualmente colocada entre 350/325 a.C. e 275/250 a.C. (GUERRERO AYUSO, 1986, p. 149-156). Destes bordos, os n.os 22, 23 e 26 a 28 trouxeram-nos problemas de classificação. São bordos curtos, de fita côncava e saliente, por vezes pendente, com um perfil próximo do dos bordos das ânforas de tipo Beltrán I, que têm o seu início de produção datado nos finais do século I a.C. No entanto, a sua pasta afasta-os claramente das produções béticas e permite uma atribuição norte-africana. Fica a hipótese de estarmos em presença de um tipo ainda pouco conhecido de

ânfora, questão em aberto, dado que, nem o tamanho destes fragmentos, nem a forma como foram recolhidos, nos fornecem informação suficiente para outras ilações.

Os n.os 35 a 41, 44, 45 e 53 a 57 pertencem a ânforas de tipo Maña C 2a, o contentor cartaginês por excelência do período compreendido entre 175 e 125 a.C. Entre os produtos que envasou encontram-se os piscícolas, ou o vinho, dado que são conhecidos vários exemplares deste tipo conservando vestígios de revestimento de resina (GUERRERO AYUSO, 1986, p. 167-168).

Os n.os 42, 43 e 46 a 51 pertencem a ânforas de tipo Maña C 2b. Com uma cronologia compreendida entre 125 e 50/30 a.C. (GUERRERO AYUSO, 1986, p. 174-175), estas ânforas são provenientes da área ibero-púnica e, segundo o *titulus pictus* de um exemplar proveniente de Castro Pretorio, serviram para envasar *halex* (*CIL*, XV, 4730).

Os fragmentos n.os 60 e 61 integram-se no tipo Lamboglia 2, uma ânfora tida por alguns investigadores como vinària, proveniente da costa adriática da Península Itálica, tem uma cronologia compreendida entre os finais do século II e os meados do século I a.C.

O fragmento de boca e colo n.° 62 pertence a uma ânfora itálica, vinària, de tipo Dressel 2/4. A sua cronologia está compreendida entre os finais do século I a.C. e os meados do século II d.C., tendo o seu declínio nos finais do século I d.C.

Os fragmentos n.os 63 a 67 pertencem a *tegulae*, de bordo rectangular e pasta rosada, muito fina e dura.

Conclusão

Em 138 a.C. Décimo Junio Bruto veio para o ocidente peninsular como procônsul da Hispânia Ulterior. A sua estratégia de combate aos Lusitanos baseou-se no ataque aos povoados, evitando a guerrilha, e apoiando-se em bases seguras na rectaguarda, que protegessem o reabastecimento.

É dentro desta estratégia que, antes de iniciar a campanha a Norte do Tejo, Júnio Bruto fortifica *Olisipo* e estabelece um acampamento na área da cidade pré-romana de *Moron.* A situação geográfica desta cidade foi descrita por Estrabão (*Geografia*, III, 3,1).

O *ubi* de *Moron* tem de estar localizado num local compatível com a descrição do geógrafo e tem de apresentar materiais significa-

tivos da importância pré-romana de *Moron* que, segundo Estrabão, era uma das duas maiores cidades junto ao Tejo.

Não tendo ainda sido sujeito a escavações arqueológicas, mas apenas a intensas prospecções não sistemáticas, o sítio dos Chões de Alpompé já nos proporcionou os principais conjuntos de ânforas pré-romanas e romanas tardo-republicanas conhecidos no território português, atestando importantes relações comerciais com o Mediterrâneo desde o século VII a.C. até à segunda metade do século I a.C.

A presença de ânforas massaliotas e «jónico-massaliotas», pela primeira vez atestada para o território nacional prende-se naturalmente com a importância comercial dos Chões, embora ainda não nos seja possível conhecer a sua total relevância no conjunto das importações e estabelecer o seu circuito comercial.

Moron não nos surge referido nos textos posteriores a Estrabão, o que é forte indício do seu desaparecimento, num período não necessariamente posterior à época de Augusto, em que Estrabão escreve, mas à de fontes anteriores de que Estrabão se serviu, como de Polibio ou de Artemidoro. Também neste caso o sítio dos Chões de Alpompé apresenta uma cronologia coerente com a sua identificação com *Moron*: os materiais datáveis mais recentes têm o seu início de produção na segunda metade do século I a.C. Possivelmente as causas do abandono dos Chões de Alpompé prendem-se com as guerras civis cesarinas, tendo *Moron* sido preterida pela vizinha *Scallabis* (Santarém) o *Praesidium Iulium*, onde César terá estabelecido um acampamento militar permanente.

Por fim, a existência de *tegulae* nos Chões de Alpompé comprova-nos que o sítio teve construções de tipo romano.

Para concluir, pensamos que as características geomorfológicas dos Chões de Alpompé, a sua extensão e a documentação arqueológica aqui encontrada nos permite a sua atribuição a *Moron* e caracterizá-lo como um povoado indígena muralhado, romanizado e abandonado na época cesarina, apresentando materiais representativos de contactos com o Mediterrâneo, desde o século VII a.C. até à sua extinção. A importância desses materiais implica que o povoado estabelecido nos Chões de Alpompé se tenha comportado como um «lugar central», estando economicamente relacionado com uma vasta área envolvente do vale do Tejo.

CATÁLOGO

1 - (Est. I) Fragmento de boca e bojo de ânfora fenício-púnica.
Lábio extrovertido, espessado, curto e arqueado.
Pasta ocre-rosada, com largo cerne mais acinzentado, branda e fina, com abundantes partículas negras, nódulos ocres e pequenos quartzos hialinos e leitosos.

2 - (Est. I) Fragmento de boca e bojo de ânfora fenício-púnica.
Lábio extrovertido, espessado, curto e arqueado.
Pasta rosa-alaranjada, dura e fina, com partículas negras e abundantes pequenos quartzos hialinos e leitosos.

3 - (Est. I) Fragmento de boca e bojo de ânfora fenício-púnica.
Lábio ligeiramente extrovertido, arqueado e muito curto.
Pasta rosada, branda e fina, com nódulos ocres, partículas negras e abundantes pequenos quartzos hialinos e leitosos.

4 - (Est. I) Fragmento de boca e bojo de ânfora fenício-púnica.
Lábio extrovertido, muito curto, espessado, formando uma pequena aba.
Pasta bicolor, rosa-alaranjada para a superfície externa, ocre-rosada para a interna.

5 - (Est. I) Fragmento de boca e bojo de ânfora fenício-púnica.
Lábio muito curto, espessado e arqueado.
Pasta ocre-alaranjada, branda e fina, com nódulos ocres, partículas negras e abundantes pequenos quartzos.

6 - (Est. I) Fragmento de boca e bojo de ânfora fenício-púnica.
Lábio muito curto, espessado e arqueado.
Pasta ocre-rosada, com cerne mais rosado, branda e fina, com nódulos ocres, calcites, abundantes partículas negras e quartzos.

7 - (Est. I) Fragmento de boca e bojo de ânfora fenício-púnica.
Lábio curto, espessado e bipartido.
Pasta rosada, com o dorso do bordo acinzentado, branda e fina, com pequenos nódulos ocres, partículas negras e abundantes pequenos quartzos hialinos e leitosos.

8 - (Est. I) Fragmento de boca e bojo de ânfora fenício-púnica.
Lábio curto e espessado, de tendência trapezoidal e bipartido na face externa.
Pasta rosada, com o dorso acinzentado, branda e fina, com nódulos ocres, partículas negras e abundantes minúsculos quartzos hialinos.

9 - (Est. I) Fragmento de boca e bojo de ânfora fenício-púnica.
Lábio curto e espessado, de tendência triangular e face exterior ondeada.
Pasta ocre-rosada, com o dorso do bordo acinzentado, branda e fina, com partículas negras e pequenos quartzos.

10 - (Est. I) Fragmento de boca e bojo de ânfora fenício-púnica.
Lábio muito curto, espessado e arqueado.
Pasta acinzentada, muito dura e fina, com partículas negras e abundantes fendas e alvéolos. Superfície exterior revestida com engobe esbranquiçado.

11 - (Est. I) Fragmento de boca e bojo de ânfora fenício-púnica.
Lábio curto e espessado, de tendência trapezoidal e face exterior ondeada.
Pasta rosada, com a superfície externa ocre-rosada, branda e fina, com partículas negras, nódulos ocres e minúsculos quartzos.

12 - (Est. I) Fragmento de boca e bojo de ânfora fenício-púnica.
Lábio curto, espessado e trapezoidal, formando uma minúscula aba.
Pasta alaranjada, com a superfície externa ocre-alaranjada, branda e fina, com partículas negras, nódulos ocres e abundantes minúsculos quartzos.

13 - (Est. I) Fragmento de boca e bojo de ânfora fenício-púnica.
Lábio muito curto, espessado e arqueado.
Pasta ocre-rosada, com a superfície exterior rosada, branda e fina, com partículas negras, minúsculos quartzos e pequenos nódulos ocres.

14 - (Est. I) Fragmento de boca e bojo de ânfora fenício-púnica.
Lábio extrovertido, curto e espessado.
Pasta alaranjada, com largo cerne laranja-rosado, branda e fina, com partículas negras, nódulos ocres e abundantes minúsculos quartzos hialinos.

15 - (Est. I) Fragmento de boca e bojo de ânfora fenício-púnica.
Lábio muito curto e espessado, de tendência trapezoidal, formando uma minúscula aba.
Pasta ocre-rosada, branda e fina, com partículas negras, nódulos ocres e abundantes minúsculos quartzos.

16 - (Est. I) Fragmento de boca e bojo de ânfora fenício-púnica.
Lábio introvertido, em aba espessada e oblíqua.
Pasta ocre-alaranjada, dura e fina, com nódulos ocres, partículas negras, calcites e pequenos quartzos.

17 - (Est. I) Fragmento de boca e colo de ânfora ibero-púnica, de tipo Pellicer Catalán E.
Lábio de fita, triangular e vertical.
Pasta amarelada, fina e muito branda, com partículas negras, alvéolos abundantes quartzos leitosos.

18 - (Est. II) Fragmento de boca e colo de ânfora fenício-púnica.
Lábio introvertido, curto e espessado, de perfil triangular.
Pasta rosa-alaranjada, branda e fina, com nódulos ocres e abundantes partículas negras, quartzos hialinos e leitosos.

19 - (Est. II) Fragmento de boca e colo de ânfora ibero-púnica, de tipo Pellicer Catalán E.
Lábio espessado, curto e vertical, diferenciado por um chanfro.
Pasta laranja-clara, muito branda e fina, esponjosa, com inclusões negras. Superfície exterior amarelada.

20 - (Est. II) Fragmento de boca e colo de ânfora ibero-púnica, de tipo Pellicer Catalán E.
Lábio extrovertido, em fita pouco saliente. Colo largo.
Pasta creme, fina e branda, de textura folheada, com partículas negras e pequenos nódulos cerâmicos.

21 - (Est. II) Fragmento de boca e colo de anfora massaliota, tipo Bertucchi 5.
Lábio extrovertido, em fita ligeiramente pendente. Colo largo.
Pasta ocre-rosada, compacta, muito fina e branda, com nodulos cerámicos.

22 - (Est. II) Fragmento de boca e colo de ánfora de tipo Maña C la.
Lábio de fita saliente e pendente.
Pasta avermelhada, muito fina e dura, de textura folheada, com minúsculos quartzos e abundantes calcites. Superfícies com vestígios de engobe creme.

23 - (Est. II) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C la.
Lábio curto, de fita côncava e saliente.
Pasta rosada, porosa, muito fina e dura, de textura folheada, com minúsculos quartzos e abundantes minúsculas calcites. Superfícies amareladas.

24 - (Est. II) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C la.
Lábio curto, de fita saliente.
Pasta rosa-avermelhada, de textura rugosa, muito dura e fina, com abundantes minúsculas calcites. Superfície externa revestida com um engobe creme-amarelado.

25 - (Est. II) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C la.
Pasta avermelhada, de textura folheada, dura e fina, com nódulos cerâmicos e abundantes minúsculas calcites. Superfície revestida com um engobe espesso, creme-amarelado.

26 - (Est. II) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C lb.
Lábio de fita, curto, saliente e côncavo de sobeira pendente.
Pasta rosada, porosa e dura,de textura folheada, com minúsculos quartzos e abundantes calcites. Superfícies amareladas.

27 - (Est. II) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C la.
Lábio de fita, curto, saliente e côncavo.
Pasta rosada, porosa, dura e fina, de textura folheada, com minúsculos quartzos e abundantes calcites. Superfícies revestidas com engobe amarelado.

28 - (Est. II) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C la.
Lábio de fita, curto, ligeiramente pendente e côncavo.
Pasta vermelho-rosada, compacta, muito dura e fina, com minúsculas calcites.

29 - (Est. II) Fragmento de boca e colo de ânfora ibero-púnica, de tipo Pelicer Catalán B-C 3.
Lábio de fita, saliente, vertical e ligeiramente côncavo.
Pasta amarelada, muito branda e fina, esponjosa, com abundantes minúsculos quartzos e partículas negras.

30 - (Est. II) Fragmento de boca, colo e ombros de ânfora massaliota, tipo Bertucchi 1.
Lábio extrovertido, ovalado e saliente, bipartido no terço inferior por um chanfro profundo. Colo curto e cilíndrico.
Pasta ocre-rosada, compacta e arenosa, de pequeno grão, com partículas negras, micas, pequenos nódulos cerâmicos e abundantes quartzos e calcites.

31 - (Est. II) Fragmento de boca e colo, com arranque superior de asa de ânfora jónico-massaliota.
Lábio extrovertido, de fita, alto, bipartido e moldurado. Asa de rolo, arrancando da junção do lábio com o colo.
Pasta ocre-rosada, dura e muito fina, com minúsculas calcites e quartzos. Superficie externa bem alisada, superficie interna ondeada.

32 - (Est. II) Fragmento de fundo e bojo de ánfora massaliota.
Fundo cilindrico, curto, de lados cóncavos e base convexa.
Pasta rosa-claro, compacta e fina, com inclusões negras, minúsculos quartzos e abundantes minúsculas calcites. Superficie externa revestida com engobe creme - amarelado.

33 - (Est. II) Fragmento de fundo e bojo de ánfora ibero-púnica.
Fundo muito curto, saliente, carenado e convexo.
Pasta rosada, compacta e muito fina, com partículas negras, nodulos cerámicos e minúsculos quartzos. Superficie externa revestida com um engobe amarelo--alaranjado.

34 - (Est. II) Fragmento de fundo e bojo de ánfora ibero-púnica.
Fundo muito curto, saliente, carenado e convexo.
Pasta rosa-alaranjada, de textura rugosa, compacta e muito fina, com minúsculos quartzos e calcites. Conserva vestigios de um engobe amarelado a revestir a superficie externa.

35 - (Est. Ill) Fragmento de boca e colo de ánfora, tipo Maña C 2a.
Lábio extrovertido, em aba bilobada.
Pasta rosada, arenosa e branda, com partículas negras e abundantes quartzos e pequenos nodulos ocres.

36 - (Est. Ill) Fragmento de boca de ánfora, tipo Maña C 2a.
Lábio extrovertido, em aba bilobada.
Pasta bicolor, alaranjada no interior e amarelada junto ás superficies, branda e arenosa, com partículas negras, nodulos cerámicos e abundantes quartzos. Superficies amareladas.

37 - (Est. Ill) Fragmento de boca de ânfora, tipo Maña C 2a.
Lábio extrovertido, em aba trilobada.
Pasta creme-amarelada, muito branda e muito fina, de aspecto esponjoso, com minúsculos quartzos hialinos e leitosos, partículas negras e nodulos cerámicos.

38 - (Est. Ill) Fragmento de boca e colo de ánfora, tipo Maña C 2a.
Lábio extrovertido, em aba trilobada muito saliente.
Pasta amarelada, com cerne alaranjado, de aspecto microgranuloso, muito branda e fina, com alvéolos, minúsculos quartzos hialinos, leitosos e rosados, partículas negras e nódulos cerâmicos.

39 - (Est. Ill) Fragmento de boca de ânfora, de tipo Maña C 2a.
Lábio extrovertido, em aba trilobada.
Pasta bicolor, alaranjada no interior e amarelada junto às superfícies, compacta, muito branda e muito fina, com partículas negras e pequenos nódulos cerâmicos.

40 - (Est. Ill) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C 2a.
Lábio extrovertido, em aba trilobada, pendente e muito saliente.
Pasta alaranjada, muito branda e fina, com minúsculos quartzos, partículas negras e nodulos cerámicos. Superficies laranja-amareladas.

41 - (Est. Ill) Fragmento de boca e colo de ánfora, tipo Maña C 2b.
Lábio extrovertido, em aba trilobada, pendente e muito saliente.
Pasta amarelada, muito branda e muito fina, de aspecto micro-granuloso, com pequenos alvéolos, partículas negras, minúsculos quartzos hialinos e leitosos.

42 - (Est. Ill) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C 2b.
Lábio extrovertido, em aba bilobada e pendente.
Pasta creme-amarelada, muito branda e muito fina.

43 - (Est. Ill) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C 2b.
Lábio extrovertido, em aba bilobada e pendente.
Pasta amarelada, muito branda e muito fina, de aspecto micro-granuloso, com minúsculos quartzos leitosos e partículas negras.

44 - (Est. Ill) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C 2a.
Lábio extrovertido, em aba bilobada.
Pasta rosada, branda e arenosa, com partículas negras, pequenos nódulos cerâmicos e abundantes quartzos. Superfícies ocre-rosadas.

45 - (Est. Ill) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C 2a.
Lábio extrovertido, em aba bilobada e pendente.
Pasta rosa-claro, fina e muito branda, de aspecto esponjoso, com partículas negras, nódulos ocres e pequenos quartzos. Superfícies amareladas.

46 - (Est. Ill) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C 2b.
Lábio extrovertido, em aba trilobada e pendente.
Pasta rosada, muito branda e muito fina, com pequenos quartzo rosados, hialinos e leitosos e minúsculas calcites.

47 - (Est. Ill) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C 2b.
Lábio extrovertido, em aba trilobada e pendente.
Pasta amarelada, muito fina e muito branda, de aspecto microgranuloso, com partículas negras e minúsculos quartzos .

48 - (Est. Ill) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C 2b.
Lábio extrovertido, em aba bilobada e pendente.
Pasta amarelada, muito branda e muito fina, de aspecto micro-granuloso, com partículas negras.

49 - (Est. Ill) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C 2b.
Lábio extrovertido, em aba trilobada e pendente.
Pasta acinzentada, de textura micro-granulosa, branda e muito fina, com minúsculos quartzos. Superfícies revestidas com engobe creme-amarelado.

50 - (Est. Ill) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C 2b.
Lábio extrovertido, em aba trilobada e pendente.
Pasta acinzentada, branda e muito fina, de aspecto microgranuloso, com minúsculos quartzos e partículas negras. Superficies amareladas.

51 - (Est. Ill) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C 2b.
Lábio extrovertido, em aba bilobada, muito saliente e pendente.
Pasta rosa-claro, fina e muito branda, de aspecto esponjoso, com partículas negras, nodulos ocres, pequenos quartzos e fendas abundantes. Superfícies creme-amareladas.

52 - (Est. Ill) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C 2b.
Lábio extrovertido em aba bilobada e muito pendente.
Pasta creme, fina e muito branda, de aspecto esponjoso, com partículas negras, nódulos ocres e pequenos quartzos.

53 - (Est. IV) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C 2a.
Lábio extrovertido, de fita, curto pendente e bilobado.
Pasta ocre-amarelada, muito branda e fina, de aspecto microgranuloso, com fendas, minúsculos quartzos hialinos e leitosos, partículas negras e nódulos cerâmicos.

54 - (Est. IV) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C 2a.
Lábio extrovertido, em aba bilobada, pendente e muito saliente.
Pasta creme, muito branda e fina, com partículas negras e abundantes minúsculos quartzos hialinos e leitosos.

55 - (Est. IV) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C 2a.
Lábio extrovertido, em aba bilobada e muito saliente.
Pasta ocre-alaranjada, de aspecto microgranuloso, muito branda e fina, com minúsculos quartzos hialinos e leitosos, partículas negras e nódulos cerâmicos.

56 - (Est. IV) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C 2a.
Lábio extrovertido, em aba bilobada e muito saliente.
Pasta rosa-alaranjada, branda e muito fina, com minúsculos quartzos, nódulos cerâmicos, partículas negras e abundantes minúsculas calcites. Superfícies amareladas.

57 - (Est. IV) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C 2a.
Lábio extrovertido, em aba bilobada e pendente.
Pasta rosada, branda e muito fina, com minúsculos quartzos, nódulos cerâmicos, partículas negras e abundantes minúsculas calcites. Superfícies amareladas.

58 - (Est. IV) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C 2b.
Lábio extrovertido, em aba bilobada e pendente.
Pasta amarelada, de aspecto microgranuloso, muito branda e fina, com minúsculos quartzos hialinos e leitosos, partículas negras e nódulos cerâmicos.

59 - (Est. IV) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Maña C 2b.
Lábio extrovertido, em aba trilobada e pendente.
Pasta amarelada, de aspecto microgranuloso, muito branda e fina, com minúsculos quartzos hialinos e leitosos, partículas negras e nódulos cerâmicos.

60 - (Est. IV) Fragmento de boca e colo, com vestígios do arranque superior das asas, de ânfora tipo Lamboglia 2.
Lábio de fita, curto, espesso e saliente.
Pasta rosada, fina, dura e muito sonora, com abundantes nódulos cerâmicos. Superfícies amareladas.

61 - (Est. IV) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Lamboglia 2.
Lábio de fita, saliente, externamente bipartido por um chanfro junto ao topo.
Pasta bicolor, rosada para a superfície interna e amarelo-alaranjada para a externa, de textura porosa, muito branda e fina, com partículas negras. Superfícies amarelo-alaranj adas.

62 - (Est. V) Fragmento de boca e colo de ânfora, tipo Dressel 2/4.
Lábio muito curto, perolado e saliente.
Pasta alaranjada, com largo cerne acinzentado, muito dura, arenosa, de pequeno grão, com fendas largas e abundantes pequenos quartzos hialinos, leitosos e rosados.

63 - (Est. V) Fragmento de bordo e corpo de *tegula.*
Bordo estreito, de perfil rectangular.
Pasta creme-rosada, fina e muito dura, com pequenos quartzos, partículas negras e nódulos cerâmicos.

64 - (Est. V) Fragmento de bordo e corpo de *tegula.*
Bordo espessado, de perfil rectangular.
Pasta amarelada, friável, de textura folheada, com abundantes alvéolos e nódulos cerâmicos.

65 - (Est. V) Fragmento de bordo e corpo de *tegula.*
Bordo estreito, ligeiramente introvertido, de perfil rectangular.
Pasta bicolor, rosada para a superfície superior e amarelo-alaranjada para a inferior, muito dura, fina, com grandes alvéolos, pequenos quartzos hialinos e leitosos, partículas negras e nódulos cerâmicos.

66 - (Est. V) Fragmento de bordo e corpo de *tegula.*
Bordo muito espessado, de perfil rectangular.
Pasta ocre-rosada, manchada, muito dura, fina, com pequenos alvéolos, quartzos hialinos e leitosos, partículas negras e nódulos cerâmicos.

67 - (Est. V) Fragmento de bordo e corpo de *tegula.*
Bordo espessado, de perfil rectangular e face interna côncava.
Pasta rosada, manchada, muito dura, fina, com pequenos alvéolos, quartzos hialinos e leitosos, partículas negras e nódulos cerâmicos.

N.°	Diâmetro	Altura	Espessura
1	210	22	17
2	208	22	16
3	196	23	17
4	194	15	23
5	200	15	20
6	202	12	20
7	186	17	16
8	202	20	20
9	194	26	21
10	210	15	20
11	-	20	19
12	-	17	22
13	-	19	16
14	-	18	18
15	-	15	21
16	-	22	17
17	-	26	15
18	140	19	17
19	186	29	18
20	178	26	11
21	170	35	22
22	142	32	22
23	154	29	18
24	128	26	17
25	-	30	16
26	-	28	22
27	-	29	20
28	-	27	18
29	130	29	15
30	151	40	23
31	172	72	16
35	-	17	25

Quadro das medidas dos atributos dos bordos

N.°	**Diâmetro**	**Altura**	**Espessura**
36	-	20	26
37	-	18	-
38	-	22	26
39	-	24	-
40	-	26	-
41	-	22	21
42	-	22	24
43	-	20	20
44	-	22	21
45	-	21	25
46	-	22	25
47	-	24	-
48	-	23	25
49	-	19	20
50	-	26	28
51	-	19	32
52	-	29	34
53	256	23	22
54	230	21	19
55	243	20	19
56	250	23	23
57	220	24	19
58	237	18	18
59	247	26	29
60	187	34	33
61	-	52	31
62	162	24	26

N.°	Altura	Diâmetro	Espessura
32	50	65	41
33	16	37	12
34	16	38	11

Quadro das medidas dos atributos dos fundos

N.°	Espessura do bordo	Largura do bordo	Espessura do corpo
63	61	26	25
64	55	39	25
65	66	30	22
66	62	53	32
67	60	42	33

Quadro das medidas dos atributos das *tegulae*

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de, 1988, *Roman Portugal*, Warminster.

ARAÚJO, A.S. e **CARDOSO,** J., 1993, *História das Guerras da Ibéria de Apiano*, 2.ª ed., Braga.

ARTEAGA, Oswalgo, 1985, *Excavaciones arqueológicas en el Cerro del Mar (Campaña de 1982),* "Noticiario Arqueológico Hispánico", 23, p. 195-233.

BARATA, José H., 1955, *Santarém e Scalabis. Urna tese revolucionária*, separata de "Vida Ribatejana".

BATS, Michel (dir.), 1990, "Les amphores de Marseille grecque", (Études Massaliètes, 2), Lattes.

BELTRÁN LLORIS, M., 1976, *La cerámica del campamento de Cáceres el Viejo (Cáceres),* "V Congreso de Estudos Extremeños", (Ponencias VII y VIII. Arqueología y Arte Antiguo), Badajos, p. 1-22.

CALLU, Jean-Pierre *et alii*, 1965, *Thamusida. Fouilles du Service des Antiquités du Maroc*, (École Française de Rome.Mélanges d'Archéologie et d'Histoire. Supplé-ments 2), Paris.

DIOGO, A.M. Dias, 1982, *A propósito de «Moron». Estudo de alguns documentos provenientes dos Chões de Alpompé (Santarém),* "Clio", 4, p. 147-152.

- 1993, *Anforas pré-romanas dos Chões de Alpompé (Santarém),* "Estudos Orientais", 4, p. 215-227.

DIOGO, A.M. Dias e **CATARINO,** João (em publicação), *Materiais da Idade do Ferro provenientes dos Chões de Alpompé (Santarém),* "Actas das II Jornadas Arqueológicas de Viseu".

DIOGO, A.M. Dias e **FARIA,** António José, 1985, *Moedas romanas provenientes dos Chões de Alpompé (Santarém),* "Arqueologia", 11, p. 120-122.

FABIÃO, Carlos, 1989, *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho,* Lisboa.

GARCIA, José Manuel, 1977, *Em torno de Scallabis,* "Santarém. A Cidade e os Homens", Santarém, p. *65-11.*

GIRÃO, A. de Amorim e **OLEIRO,** J.M. Bairrão, 1953, *Geografia e campos fortificados,* "Boletim do Centro de Estudos Geográficos", 6/7, p. 73-80.

GUERRERO AYUSO, Victor M., 1986, *Una aportación al estudio de las ánforas púnicas "Maña C*", "Archaeonautica", 6, p. 147-186.

KALB, Philine e **HÖCK,** Martin, 1988, *Moron,* "Conimbriga", 27, p. 189-201.

KEAY, S.J., 1984, *Late Roman Amphorae in the Western Mediterranean. A typology and economic study: the Catalan evidence,* (BAR International Series, 196), Oxford.

LAMBOGLIA, N., 1955 , *Sulla cronologia delle anfore romane di età repubblicana (II-I secolo a.C.*), "Rivista di Studi Liguri", XXI, 3-4, p. 241-270.

MAÑA, J. Ma ., 1951, *Sobre tipología de ánforas púnicas,* "VI Congreso de Arqueología del Sudeste Español (Alcoy, 1950), Cartagena, p. 203-210.

OLEIRO, J.M. Bairrão, 1955, **JOSÉ** H. **BARATA,** "*Santarém e Scalabis*". *(Urna tese revolucionária), separata de «Vida Ribatejana», 1955,* separata do "Boletim do Centro de Estudos Geográficos", 10 e 11.

PEACOCK, D.P.S. e **WILLIAMS,** D.F., 1986, *Amphorae and the Roman economy. An introductory guide,* Longman, Londres e Nova York.

PELLICER CATALÁN, M., 1978 , *Tipología e cronologia de las ánforas prerromanas del Guadalquivir, según el Cerro* Macareno (Sevilla), "Habis", 9, p. 365-4 00.

PELLICER CATALÁN, M., **ESCACENA CARRASCO,** J.L. e **BENDALA CATALÁN,** M., 1983, *El Cerro Macareno,* ("Excavaciones Arqueológicas en España", 124), Madrid.

RAMÓN, J., 1981,*Ibiza y la circulación de ánforas fenicias y púnicas en el Mediterráneo occidental,* ("Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza", 5), Ibiza.

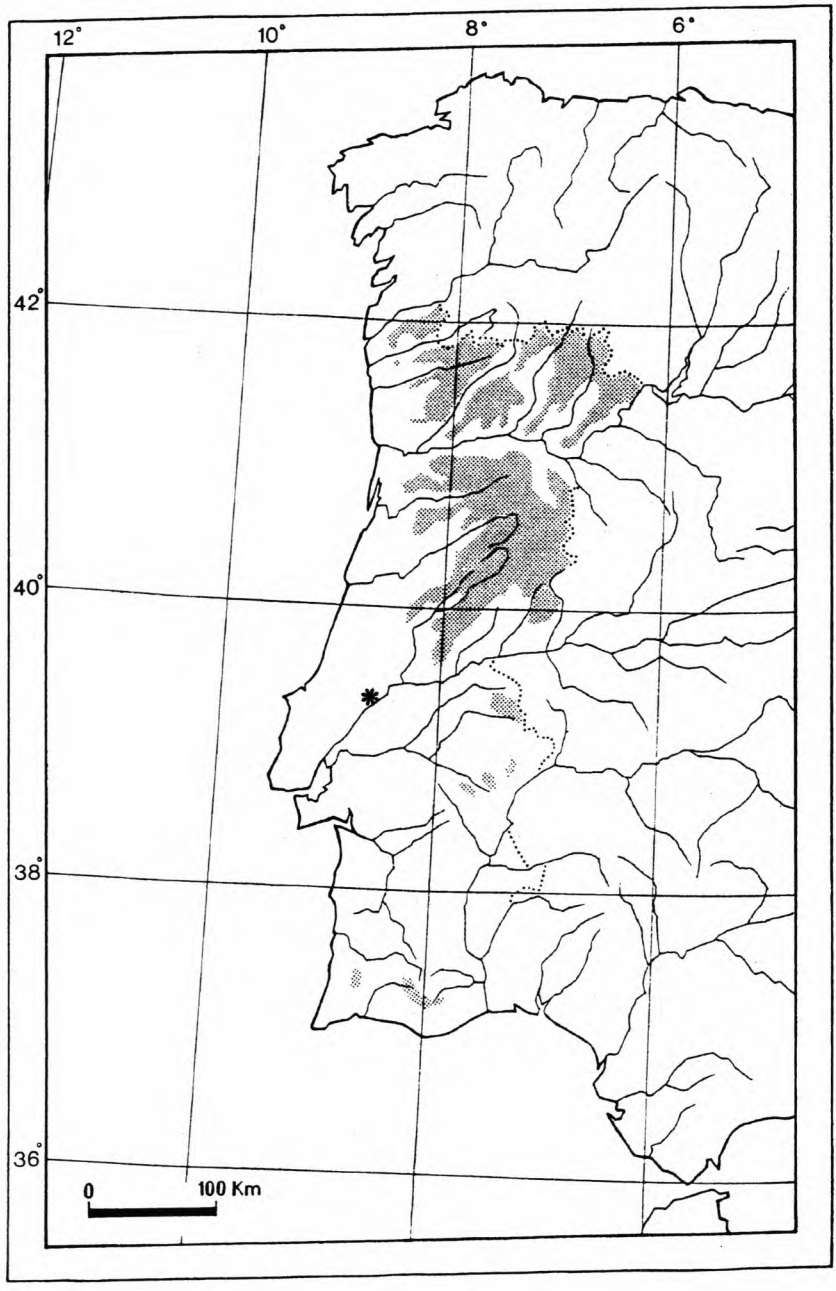
- 1991, *Las ánforas púnicas de Ibiza,* ("Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza", 23), Ibiza.

RIBERA LACOMBA, Albert, 1982, *Las ánforas prerromanas valencianas (Fenicias, ibéricas y púnicas),* ("Serie de Trabajos Varios", 73), Valência.

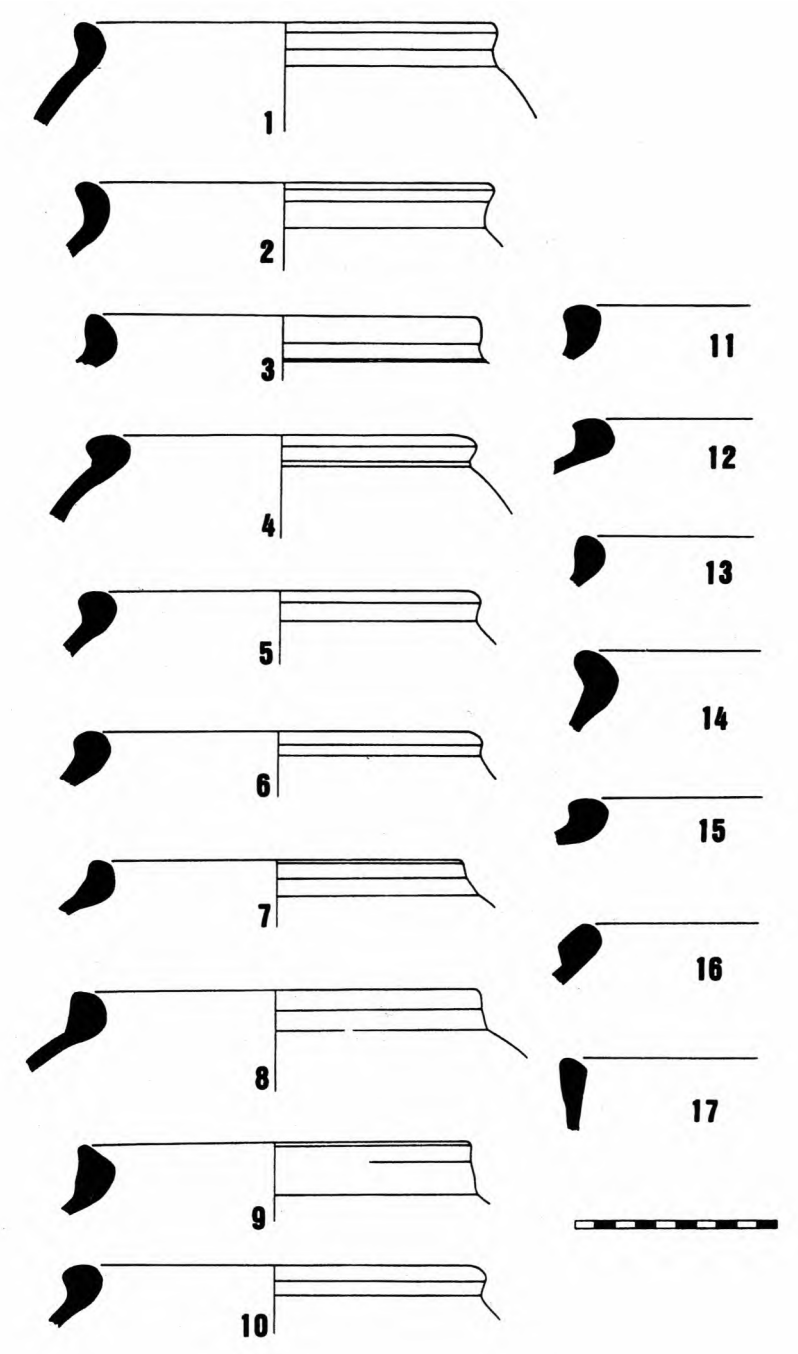
SCIALLANO, M. e **SIBELLA, P.,** 1991, *Amphores. Comment les identifier?,* Edisud, Aix--en-Provence.

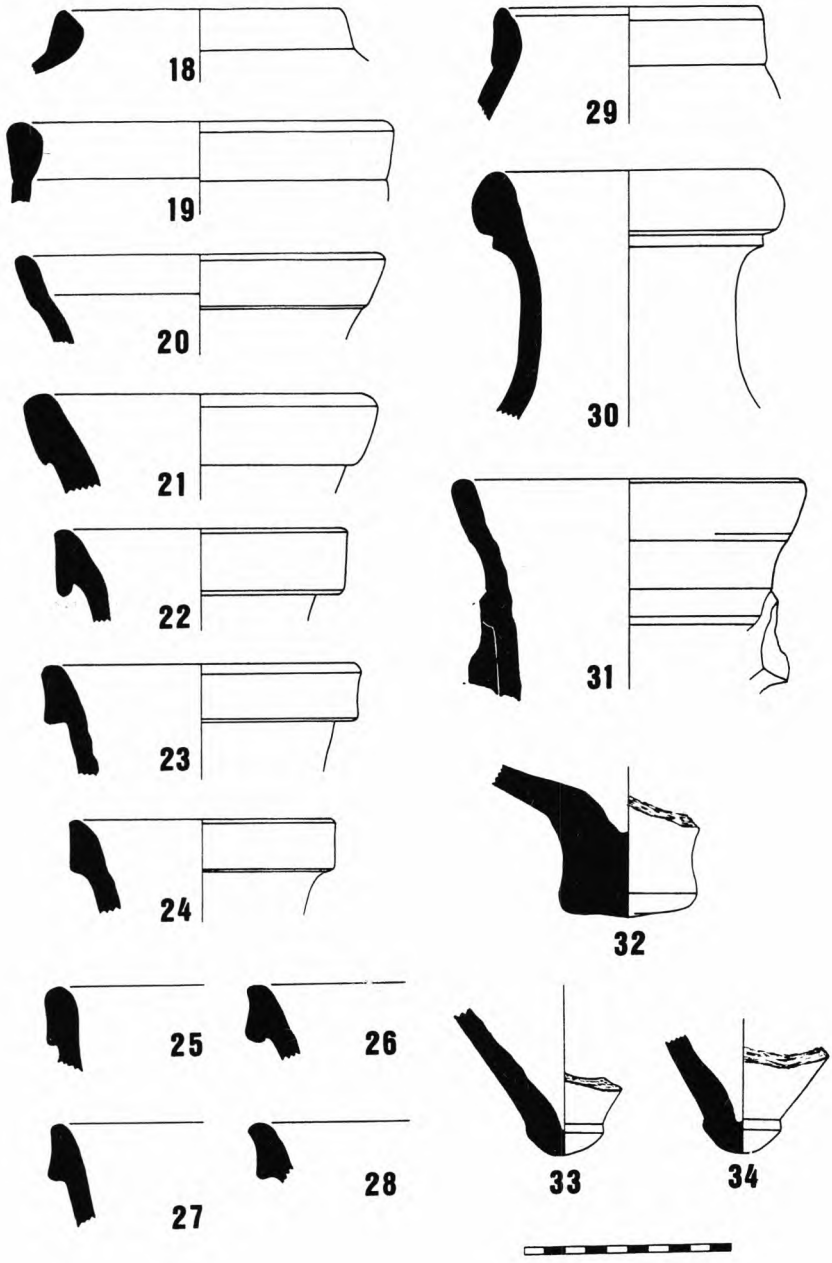
SLASKA, Malgorzata, 1990, *Le anfore massaliote in Etruria meridionale,* "Les amphores de Marseille grecque", (Études Massaliètes, 2), p. 223-233 .

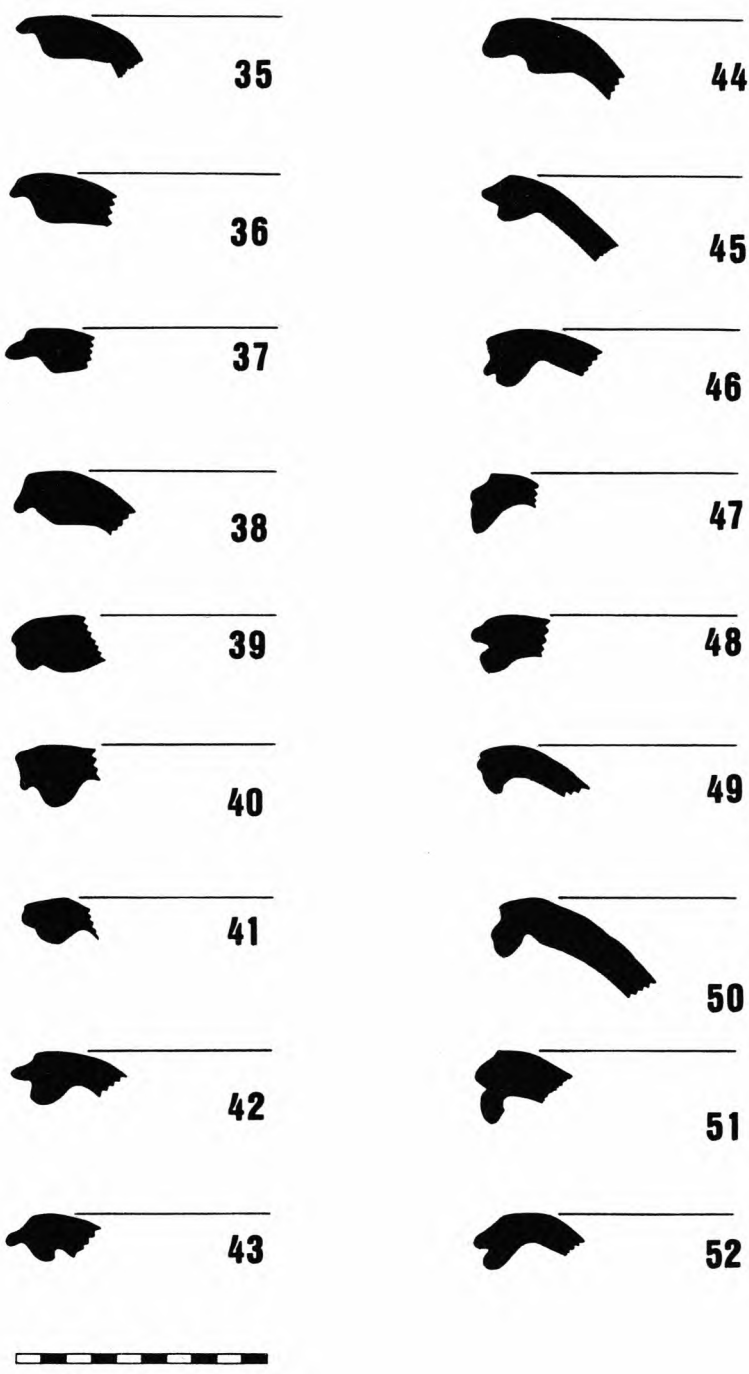
ZBYSZEWSKI, G., **FERREIRA,** O. da Veiga e **SANTOS,** M.C., 1968, *Acerca do campo fortificado de «Chões» de Alpompé (Santarém),* "O Arqueólogo Português", sér. Ili, vol. II, p. 49-59.

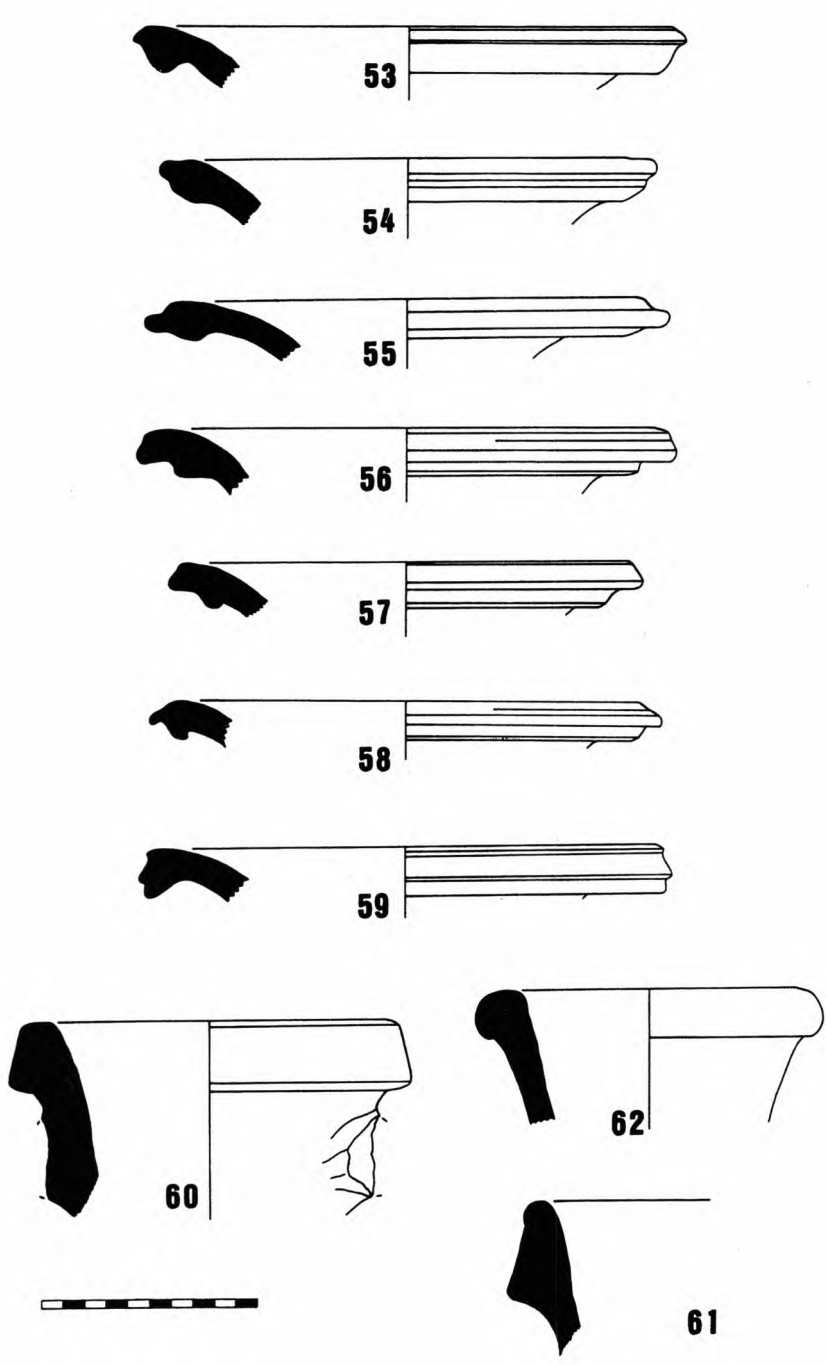


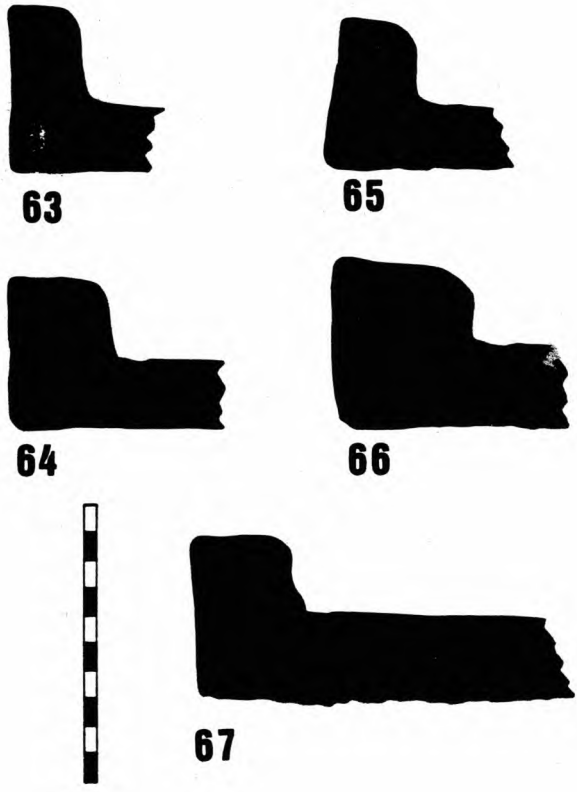
MAPA 1 - Localização geral dos Chões de Alpompé


1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17


18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34


35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52


53
54
55
56
57
58
59
60
62
61


63
65
64
66
67

(Página deixada propositadamente em branco)

CLEMENTINO AMARO
Chefe de Divisão do Departamento de Arqueologia do IPPAR

MARIA TERESA CAETANO
Técnica Superior do Gabinete de Estudos de Arqueologia,
Arte e Etnografía da Cámara Municipal de Sintra

BREVE NOTA SOBRE O COMPLEXO FABRIL ROMANO DA RUA AUGUSTA (LISBOA)

«Conimbriga» XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 283-294

RESUMO: Esta breve nota pretende apenas divulgar o primeiro mosaico identificado "in situ" no centro histórico de Lisboa, prestando-se, assim, uma simples homenagem ao professor Bairrão Oleiro pela colaboração prestada a Maria Teresa Caetano.

No mosaico, na área já escavada, destacam-se dois painéis e uma trança policromática de dois cabos sobre fundo escuro. A cronologia proposta é a segunda metade do século III.

Numa primeira parte, Clementino Amaro descreve e caracteriza em traços muito gerais e ainda provisórios o sítio arqueológico, já que os trabalhos serão concluídos em meados de 1995, seguindo-se o estudo integral do espólio e do acervo documental.

RÉSUMÉ: On prétend, avec ce travail, divulguer la première mosaïque trouvée "in situ" dans le centre historique de Lisbonne et remercier, aussi, le Professeur Bairrão Oleiro pour la précieuse collaboration à Maria Teresa Caetano.

La mosaïque déjà fouillée est constituée par deux panneaux et une tresse à deux couleurs sur un fond foncé; la chronologie proposée est la seconde moitié du IIIème siècle.

Dans la première partie du texte, Clementino Amaro décrit et caractérise brièvement le site archéologique, une fois que les travaux ne seront conclus que vers la moitié de l'année 1995.

(Página deixada propositadamente em branco)

BREVE NOTA SOBRE O COMPLEXO ROMANO DA RUA AUGUSTA (LISBOA)

1. O sitio arqueológico

A actual Baixa Pombalina, onde pontuam claramente os eixos viários e quarteirões dispostos ortogonalmente, dando um cariz uniforme ao conjunto urbanístico, não está mais do que a camuflar, desde há cerca de dois séculos a esta parte, uma outra realidade muito mais condicionada pela paleogeografía do sítio.

Desde épocas proto-históricas que o primeiro núcleo urbano se espraia até ao rio Tejo e a um importante braço de rio que entrava pela actual Baixa até cerca do Rossio/Praça da Figueira, zona onde confluía a ribeira de S. Sebastião, vinda pelo vale de Picoas, Santa Marta e Portas de Santo Antão e a de Arroios, vinda ao longo da antiga estrada de Sacavém (hoje Avenida Almirante Reis), até ao Martim Moniz, local onde ainda em 1562 é construída uma última ponte de pedra (Silva, 1948), sobre o que já seria nessa altura um caneiro (Fig. 1).

Junto à base da colina do Castelo, numa área de restinga - ancoradouro bem protegido dos ventos do Norte e onde é fácil varar as embarcações - vão-se gradualmente instalando actividades portuárias pelo menos a partir do século V a. C., de acordo com os primeiros dados obtidos nas escavações ainda a decorrer em prédios destinados à futura agência central do Banco Comercial Português (BCP) na rua Augusta e a que esta breve nota se irá referir (*). Está aqui a ser identificado um

(*) A dr.ª Jacinta Bugalhão é, conjuntamente com o autor deste artigo, responsável científica da estação.

conjunto ainda indeterminado de compartimentos de pianta rectangular e com lareira central estruturada com seixos rolados. Os materiais cerâmicos associados representam os séculos V e IV a.C. Decorre a escavação da estrutura de um forno com fragmentos de ânforas associados. Este importante achado virá, tudo o indica, reforçar a hipótese ainda em aberto de terem existido no actual território português fábricas de salga de peixe no Período Púnico.

Após um período de forte transgressão fluvial que depositou uma volumosa camada de areia sobre as estruturas da Idade do Ferro, esta camada vai ser utilizada como necrópole atribuível, provisoriamente, ao Período Republicano.

Há já indicadores que apontam para a instalação gradual, a partir de meados do século I d.C., de núcleos fabris de preparados piscícolas junto à margem do Tejo (Casa dos Bicos - Fig. IA), e ao longo do Esteiro, onde já foram assinalados quatro locais, (Fig. I, B, C, D, E) o que permite avaliar da real extensão e importância económica desta actividade, vocacionada para a exportação a longa distância (Amaro 1994).

Esta frente ribeirinha de dispersão de centros industriais de conserva de peixe apresenta actualmente uma extensão de cerca de 500 metros ao longo do rio Tejo até cerca do primeiro terço do esteiro (Fig. 1), de acordo com a implantação, necessariamente ainda esquemática, na planta da Baixa Pombalina ([2]).

Os trabalhos arqueológicos de salvamento, iniciados em 1991 em três prédios e que se alargaram à restante área de intervenção, estão a revelar o complexo industrial de preparados piscícolas mais vasto e que melhor caracteriza até ao momento esta importante actividade económica no estuário do Tejo (Fig. 2).

O período de laboração deste tipo de fábricas nesta região foi longo e, com base nos dados cronológicos já identificados, terá entrado em declínio e mesmo encerrado durante a 1.ª metade ou meados do século V d.C. Este amplo período de produção conserveira até ao momento da sua decadência - com as necessárias reestruturações arquitectónicas, restauros, adaptações e momentos de suspensão de actividade, denunciadores de diferentes fases de laboração -, foi igualmente verificado no estuário do Sado (Silva, 1987 e Etienne, 1994). Estes dois

([2]) O desenho é da autoria de Armando Sabrosa, Ana Nunes, José Luís Monteiro e António José Cruz.

estuários dominam inegavelmente a produção de salga e de molhos de peixe, ao nível da grande exportação destes preparados, no nosso território.

Ao longo da sua existência sofreu este complexo fabril inevitáveis reestruturações, com realce para uma que terá ocorrido pela segunda metade do século III e que envolveu igualmente a área privada. Uma das estruturas complementar à área industrial já em parte escavada é constituída por uma área de banhos e onde se destaca o primeiro mosaico "in situ" identificado no centro histórico de Lisboa e que será tema de uma breve análise um pouco mais adiante.

O acesso à fábrica, para além de ser feito por via fluvial, era igualmente assegurado por um eixo viário que passava a NE do criptoportico (de acordo com o esquema viário proposto por Mantas, 1990) e do qual foi identificado um troço a SO da zona de banhos (Fig. 1,1).

Um dos eixos viários nesta zona ribeirinha terá sofrido obras, pelo menos de beneficiação, também na segunda metade do século III, tendo como referência o miliário do imperador Probo, recolhido na Casa dos Bicos em 1982. No entanto, uma leitura mais atenta resultante da evolução das escavações junto do troço de via detectada no BCP, levamos a propor que este eixo viário já remonte a meados do século I d. C. (Amaro, 1994).

Do sector fabril propriamente dito, registam-se, no momento em que se ultima a fase de escavação, cerca de três dezenas de tanques de salga de diferentes dimensões, apresentando alguns deles marcas de alteração da sua capacidade, por subdivisão, e, muito provavelmente, das suas funções, já no Baixo Império. Neste imbricado de tanques, reconhecem-se três áreas de pátio, tendo um deles ainda bem estruturada a porta de comunicação com um corredor, junto a um dos seus topos e que dá acesso a uma fiada de tanques. Próximo do muro de delimitação da fábrica, do lado da rua dos Correeiros, regista-se a presença de um poço de abastecimento de água salobra, de planta circular.

A área de tanques desenvolve-se sob a rua Augusta, o que inviabiliza o reconhecimento da planta geral do complexo fabril.

Identificaram-se importantes testemunhos da última fase de laboração da fábrica, bem como do período de abandono, particularmente no interior dos tanques. Assim, recolheram-se, em alguns deles, amostras da camada de espinhas e escamas que subsistiu no fundo daqueles. Noutros casos identificou-se o derrube da cobertura, constituída por *tegula* e *imbrex*. Foi igualmente exumado um conjunto signi-

ficativo de ânforas tardias e que representam as formas produzidas nos fornos do Porto dos Cacos e da Quinta do Rouxinol.

Num dos tanques procedeu-se à recolha de um significativo conjunto de cerâmica, em grande parte completa, sob o derrube da cobertura e que foi utilizada na preparação de molhos e pasta de peixe, como o evidenciam as marcas de fogo e de uso. O conjunto integra exemplares de potes, frigideiras, tijelas, panelas e almofarizes.

A fábrica apresenta uma orientação NE/SO, concordante com a orientação do esteiro da Baixa, na época romana. No entanto as estruturas da Idade do Ferro apresentam uma orientação totalmente concordante com a actual Baixa Pombalina. Pode-se porventura conjecturar e os estudos geológicos em curso eventualmente clarificar, que por alturas dos séculos V e IV a.C. o esteiro teria um maior caudal, ou que nos séculos seguintes se terá dado uma alteração de correntes fluviais, levando a que se desse uma grande deposição de areia, com o consequente prolongamento da restinga. O acesso ao esteiro e a sua capacidade de navegabilidade continuam a fazer-se, agora com menor amplitude, junto à base do morro de S. Francisco e por alturas da actual rua do Ouro (Fig. 1).

A área dos banhos, bem como de outras estruturas de apoio, situam-se ¡mediatamente a SE da fábrica e o acesso àquelas, para quem vinha do exterior, deveria fazer-se pela via já referenciada.

O espaço balnear é composto por uma sala pavimentada a *opus tesselatum* e por três pequenas piscinas *(alvei).* Este conjunto deverá corresponder à zona do *frigidarium.* Uma delas apresenta dois degraus de acesso e uma abertura para descarga de águas, junto ao fundo e em sentido NO. A sala apresenta igualmente degraus de acesso às duas piscinas anexas (Fig. 2a). Este conjunto denota algumas semelhanças formais, embora noutra escala, com a zona do *frigidarium* das termas de Tróia, igualmente anexas à fábrica (Etienne, 1994).

Neste momento assenta ainda um forno setecentista de tratamento do ferro directamente sobre parte do mosaico, estrutura esta que após a conclusão do seu levantamento será desmontada.

Encontra-se neste momento já em fase de integração e de musealização a sala pombalina que enquadra o mosaico bem como toda a área respeitante ao sector fabril.

2. Mosaico: breve estudo analítico e comparativo

Durante a escavação de um compartimento abobadado, voltado à Rua dos Correeiros, e após a remoção das lajes calcárias do pavimento, foi ¡mediatamente localizado, no lado oeste da sala, uma estrutura circular que revelou tratar-se de um forno de tratamento do ferro construído na fase inicial da edificação deste prédio pombalino. Refira-se, ainda, que no lado oposto, existiam vestígios de uma irregular calçada de acesso a este. Numa primeira análise, poderemos considerar que esta estrutura industrial setecentista terá sido desactivada na segunda metade do século XIX.

A continuação dos trabalhos arqueológicos permitiu pôr a descoberto abundantes estruturas datáveis da época romana, assim como um mosaico parcialmente destruído pelos alicerces do forno. De facto, durante essa mesma intervenção veio a constatar-se que o pavimento musivo integrava um estabelecimento de banhos, ficando, aliás, contíguo a dois pequenos tanques, cujo revestimento a *opus Signinum* cobre parte da moldura do mosaico (fig. 4).

DESCRIÇÃO

Moldura [descrita de fora para dentro]:

Larga banda (a branco); filete simples (a negro); faixa (a branco) ornamentada com diamantes denteados (alternadamente a branco e negro; a vermelho e a amarelo); seguindo-se uma trança com múltiplos cabos (a amarelo, branco e vermelho, sobre fundo negro); um filete triplo (a branco); e uma trança de dois cabos (a amarelo, branco e vermelho, sobre fundo negro), a qual também contorna os dois painéis, parcialmente visíveis, do campo. No lado dos tanques, a moldura apresenta distinta ornamentação, sendo esta constituída, apenas, por uma larga banda (a branco) ornamentada por um meandro de suásticas, formado a partir de uma trança de dois cabos (a amarelo, branco e vermelho, sobre fundo negro).

Campo [o campo deste mosaico é, como referimos já, composto por - ou subsistindo apenas - dois distintos painéis]:

Painel A (fig. 5): após um filete triplo (a branco) e um outro simples (a negro) que delimitam o quadro, surge-nos sobre fundo branco - apenas sugerida, devido à sua quase total destruição - uma composição ortogonal de quadrilóbulos de peitas, (a amarelo, branco, negro e vermelho), em redor de quadrados com nós-de-salomão inscritos (a ama-

reio, branco, negro e vermelho) e quadripétalas tangentes (a branco, negro e vermelho) e diamantes denteados (a amarelo, branco, negro e vermelho) nos intervalos.

Painel B (fig. 6): composição ortogonal de linhas de meandros de suásticas (a negro) com volta simples, com pequenos quadrados (a negro e vermelho) apresentando inscritos quadrados (a branco) sobre a ponta.

PARALELOS

Para este mosaico, e por ora, apenas procurámos alguns paralelos a nível da Península Ibérica.

Moldura

Banda branca com diamantes denteados: *v.g.,* em Mérida, no 'Mosaico geométrico y floral', de finais do séc. II ou inícios do III, na casa romana de 'Huerta de Otero, num mosaico de finais do séc. II ou inícios do III [Blanco Freijeiro, 1978, pp. 40-41 (n.° 25), fig. 7, lám. 49; p. 49 (n.° 56), láms. 87 a-88 a]; na *villa* de 'El HinojaL, na decoração do campo de um mosaico do séc. IV [id., 1978, p. 51 (n.° 60), fig. 11, láms. 92 e 105]; em Conimbriga, num mosaico de finais da época antoniana [Bairrão Oleiro, 1973, pp. 26-44 (n.° 2), est. V]; na *villa* de Pisões, na decoração do campo dos mosaicos das salas 1, 2 e 15, datáveis do séc. II (Ribeiro, 1972, pp. 17-18 e 23, ests. 10, 11 e 14; Vargas Costa, 1988, pp. 101-102, 104-105, 113 e 120-121); num fragmento de mosaico bicromático da Luz (Lagos), em vários outros fragmentos policromos, dois de Ferragudo (Lagoa), um de Torrejão Velho e, ainda, outro proveniente de Torre d'Ares, todos eles depositados no Museu Nacional de Arqueologia [Saavedra Machado, 1970, p. 348 (n.° 4); p. 350 (n.° 6); p. 351 (n.° 7); p. 365 (n.° 21); p. 374 (n.° 30)]; na *villa* de Santo André de Almoçageme, no mosaico do peristilo, datado da 2.ª metade do séc. III (Caetano, 1989, pp. 95-99, fig. 1).

Trança com múltiplos cabos: *v.g,* em Mérida, no frag. n.° 3 da Calle Concordia, do séc. IV [Alvarez Martinez, 1990, p. 55 (n.° 7), lám. 25 a]; em Conimbriga, no mosaico do *triclinium* da 'Casa das Suásticas' e no *cubiculum* da 'Casa dos Esqueletos', ambos do séc. III (Bairrão Oleiro, 1986, p. 117).

Meandro de suásticas, formado a partir de uma trança de dois cabos: *v.g,* em Itálica, no 'Mosaico de Hylas', dos inicios do séc III [Blanco Freijeiro, 1978a, pp. 30-31 (n.° 6), fig. 4, láms. 17 e 18]; em Mérida,

nos frags. n.° 1, 2 e 4 da Calle Concordia, do séc. IV [Alvarez Martinez, 1990, pp. 54-57 (n.° 7), láms. 24 a-b, 25 b], no 'Mosaico Geométrico', do séc. IV [Bianco Freijeiro, 1978, pp. 33-34 (n.° 14), làm. 24 b]; em Navatejera, nos 'Fragmentos con sogueado de esvásticas', do séc IV [Blazquez *et alti,* 1993, pp. 36-37 (n.° 21), làm. 12].

Trança policromática de dois cabos sobre fundo escuro: *v.g,* na *villa* de El Hinojal (Las Tiendas, Mérida), no 'Mosaico geométrico con cráteras', no 'Mosaico geométrico y de peces', no 'Mosaico con una Nereida' no 'Mosaico con cazador de pantera' e no 'Mosaico con cazador de jabali', todos eles do séc. IV [Blanco Freijeiro, 1978, pp. 49--50 (n.° 58), fig. 11, lám. 91; p. 51 (n.° 62), fig. ll,lám. 92b; p. 51 (n.° 63), fig. 11, lám. 93b; pp. 51-52 (n.° 64), figs. 5 e 11, lám. 94b; p. 52 (n.° 65), figs. 11-12, lám. 95]; em Milreu-Estói, no mosaico mural do tanque, provavelmente de inicios da época constantiniana (Bairráo Oleiro, 1986, p. 120, fig.); em Faro, no 'Mosaico de Oceano', de finais do séc. II ou inícios do III (Lancha, 1985, pp. 151-175, figs.; Bairráo Oleiro, 1986, pp. 120-121, fig.); na *villa* de Torre de Palma, no 'Mosaico das flores', dos sécs. Ill ou IV (Almeida, 1975, pp. 220-225, pi. LXXXIV; Bairráo Oleiro, 1986, p. 122, fig.); na *villa* de Santa Vitoria do Ameixial, no mosaico com a cena de Ulisses e as Sereias, de finais do séc III ou mais tardio (Torres/Balil, 1979, pp. 5-18); na *villa Cardilius,* em mosaicos do séc. III (Bairráo Oleiro, 1986, p. 125, fig.); em Conimbriga, na 'Casa dos Repuxos', nos pavimentos do peristilo central, datáveis entre o último quartel do séc II e finais do séc. Ill (id., 1992, pp. 42, 52-59, 63-82, ests. 11, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26), nos mosaicos do *triclinium* e do n.° 11, ambos do ultimo quartel do séc. II-1.° do III (id., 1965, p. 260, fig. 2; id., 1992, pp. 111--12, ests. 39 e 45); nos mosaicos de Arneiro, do séc. IV (Balil/Mañanes, 1980, pp. 17-23); em dois mosaicos de Martim Gil, Leiria, de finais do séc. III ou 1.ª metade da centúria seguinte (Borges, 1986, pp. 57-61, *Anexo* II, MG-I, 13 e 14; no mosaico da *villa* de São Miguel de Odrinhas, da 1.ª metade do séc. IV (Almeida, 1962, pp. 152-154); em Oeiras, num mosaico do séc. IV (Leite de Vasconcellos, 1916, pp. 142--145); no mosaico da *villa* de Lreiria, em Cascais (Cardoso/Encarnação, 1987, pp. 43-45, fig.).

Campo

Painel A: v.g, em Mérida, no 'Mosaico Geométrico', do séc. IV [Blanco Lreijeiro, 1978, pp. 33-34 (n.° 14), lám. 25]; em Yecla, no

'Mosaico con Peltas y Rectángulos', do séc. IV [Blazquez, 1982, pp. 68-69 (n.° 67), làm. 26]; em Libreros, no 'Mosaico con Caballo y Bustos' [Blazquez, 1982, pp. 68-69 (n.° 50), lám. 41].

Painel B: v.g, em Liédana, no 'Mosaico del lado Oeste del peristilo', dos inícios do séc. Ili [Blazquez/Mezquiriz, 1985, pp. 38-40 (n.° 17), làm. 25]; em Mérida, na 'Casa del Mitreo', do séc. II no 'Mosaico Geométrico', do séc. IV [Bianco Freijeiro, 1978, p. 39 (n.° 19), láms. 41e 42], na 'Casa del Anfiteatro', do séc. Ili no 'Mosaico Geométrico', do séc. IV [Bianco Freijeiro, 1978, pp. 43-44 (n.° 38), làm. 70]; na *villa* de Los Quintanares (Soria), no 'Mosaico con Meandro y coronas', da La metade do séc. IV [Blazquez/Ortego, 1983, pp. 8-9 (n.° 8), làm. 5].

CRONOLOGIA PROPOSTA

Propomos provisoriamente para este mosaico - apenas baseados em critérios estilísticos - e com base nos paralelos apontados, uma cronologia circunscrita à segunda metade do século III.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA (D. Fernando de), 1962, «Notícia de mosaicos romanos em Odrinhas», ***Revista de Guimarães,*** LXXII (1-2), Guimarães, pp. 152-154.

ALMEIDA (D. Fernando de), 1975, «Sur quelques mosaïques du Portugal - Torre de Palma et autres», ***II Colloque. La Mosaïque Gréco-Romaine (Vienne 30 Août-4 Septembre 1971),*** C.N.R.S., Paris, pp. 219-225.

ALVAREZ MARTINEZ (José Maria), 1990, ***Mosaicos Romanos de Merida - Nuevos Hallados,*** «Monografías Emeritenses - 4», Ministerio da Cultura, Dirección General de Bellas Artes y Archivos, Merida.

AMARO (dementino), 1994, «A industria conserveira na Lisboa Romana», ***Lisboa Subterránea. Catálogo,*** M.N.A., Lisboa, pp. 76-79.

AMARO (dementino), 1994, «A industria da salga do peixe na Baixa de Lisboa, ***O Livro de Lisboa.***

BAIRRÃO OLEIRO (J. M.), 1965, «Mosaïques romaines du Portugal», I ***Colloque. La Mosaïque Gréco-Romaine (Paris 29 Août- 3 Septembre 1963),*** C.N.R.S., Paris, pp. 257-265.

BAIRRÃO OLEIRO (J. M.), 1973, «Mosaicos de Conimbriga encontrados durante as sondagens de 1899», ***Conimbriga,*** XII vol.. Universidade de Coimbra, pp. 1-92.

BAIRRÃO OLEIRO (J. M.), 1986,«Mosaico romano», ***História da Arte em Portugal - Do Paleolitico à Arte Visigotica,*** volume I, Publicações Alfa, Lisboa, pp. III-I 27.

BAIRRÃO OLEIRO (J. M.), 1992, ***Corpus dos Mosaicos Romanos de Portugal. Conventus***

Scallabitanus I. Conimbriga - Casa dos Repuxos, 2 volumes, Instituto Português de Museus, Museu Monográfico de Conimbriga.

BALIL (A.); MAÑANES (T.), 1980, «Estudios sobre mosaicos romanos VII - Notas sobre los mosaicos de Arneiro (Amai, Leiria)», *Studia Archeologica, 59,* Universidad Valladolid, pp. 17-23.

BLANCO FREIJEIRO (Antonio), 1978, *Mosaicos Romanos de Merida (= Corpus de Mosaicos Romanos de España, fase.* I), Instituto Español de Arqueología «Rodrigo Caro», Madrid.

BLANCO FREIJEIRO (Antonio), 1978a, *Mosaicos Romanos de Italica (I) (= Corpus de Mosaicos Romanos de España, fase. II),* Instituto Español de Arqueología «Rodrigo Caro», Madrid.

BLÁZQUEZ (J. M.), 1982, *Mosaicos Romanos de Sevilla, Granada, Cadiz y Murcia Corpus de Mosaicos de España, fase. IV),* Instituto Español de Arqueología «Rodrigo Caro» del Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, Madrid.

BLÁZQUEZ (J. M.); MEZQUIRIZ (M. A.), 1985, *Mosaicos Romanos de Navarra (= Corpus de Mosaicos de España, fase. VII),* Instituto Español de Arqueología del Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, Madrid.

BLÁZQUEZ (J. M.), *et alii,* 1993, *Mosaicos Romanos de Leon y Asturias (= Corpus de Mosaicos de España, fase. X),* Departamento de Historia Antigua y Arqueología, Centro de Estudios Historíeos, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, Madrid.

BORGES (María Felisbela), 1986, *Mosaicos Luso-Romanos em Zona de Influência de Olissipo e Colípo, 2* volumes, Dissertação Final de Mestrado em Historia da Arte apresentada na F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa (exemplar policopiado).

CAETANO (María Teresa), 1989, «Primeira notícia sumária acerca dos mosaicos da *villa* romana de Santo André de Almoçageme (Sintra) - o pavimento descoberto em 1905», *Actas do Seminário Espaço Rural na Lusitania, Tomar e o seu Territorio,* Tomar, pp. *93-102.*

CARDOSO (Guilherme); ENCARNAÇÃO (José d'), 1987, *«Villa* romana de Freiría - 2.ª campanha», *Informação Arqueológica,* 8,1.P.P.C., Lisboa, pp. 43-45 .

ETIENNE, R. MAKAROUN, Y., MAYET, F., 1994, *Un Grand Complexe Industriel a Troia, Portugal*, Diffusion E. de Boccard, Paris.

LANCHA (Janine), 1985, «La Mosaïque d'Océan découverte à Faro (Algarve)», *Conimbriga,* XXIV, Universidade de Coimbra, pp. 151-175.

LEITE DE VASCONCELLOS (José), 1916, «Mosaicos romanos de Portugal. 4 Mosaico de Oeiras», O *Archeologo Portuguez,* vol. XXI, Lisboa, pp. 142-145.

MANTAS, Vasco Gil, 1990, «As cidades marítimas da Lusitânia», in *Les Villes de Lusitaine Romaine*, CNRS, Paris.

RIBEIRO (Fernando Nunes), 1972, *A villa romana de Pisões, Beja.*

SAAVEDRA MACHADO (João L.), 1970, «Documentos de Estácio da Veiga para o estudo da arqueologia do Algarve. I - Catálogo de plantas, desenhos e mosaicos», *Actas das I Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1969),* I voi., Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 333-385.

TAVARES DA SILVA (Carlos); COELHO-SOARES (Antonia); SOARES (Joaquina), 1986,

«Fábrica de Salga na Época Romana da Travessa de Frei Gaspar (Setúbal)», ***Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal),*** I.P.P.C., pp.

TAVARES DA SILVA (Carlos); COELHO-SOARES (Antonia), 1987, «Escavações Arqueológicas no Creiro (Arrábida). Campanha de 1987», ***Setúbal Arqueológica,*** VIII, pp.

TORRES (Mercedes); BALIL (Alberto), 1979, «Estudios sobre mosaicos romanos VI La escena de Ulises y las Sirenas del mosaico de Santa Vitória (Portugal), ***Studia Archeologica,*** 53, Universidad Valladolid, pp. 5-18.

COSTA (Maria Luisa Vargas), 1988, «Contribuição para o estudo de alguns dos mosaicos da ***villa*** romana de Pisões», ***Arquivo de Beja,*** vol. II, 2a série, Câmara Municipal de Beja, pp. 95-135.

SILVA (A. Vieira da), **1987,** ***A Cerca Fernandina de Lisboa,*** vol. I, **2.ª** ed. **(1.ª** ed. de **1948),** Lisboa.

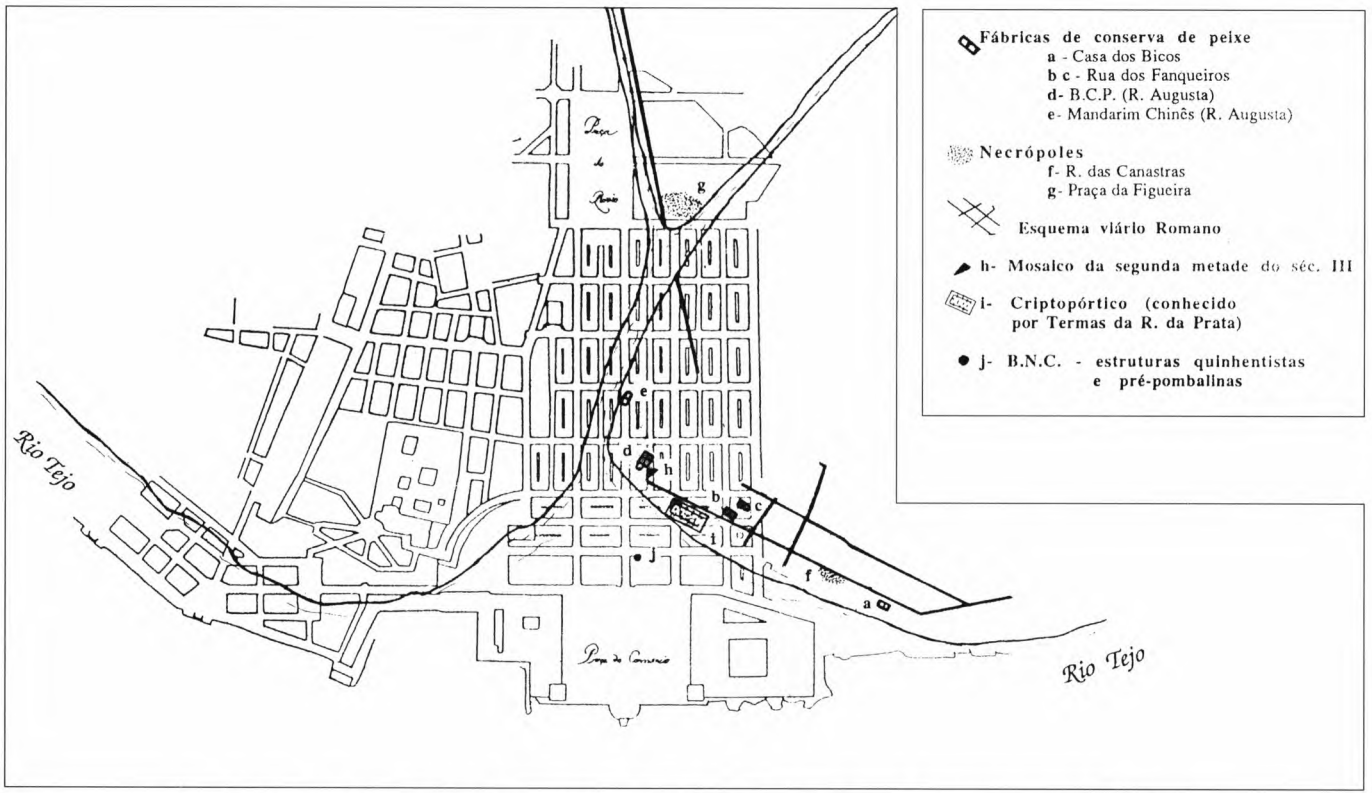


FIG. 1 – Localização de estruturas arqueológicas na Baixa Pombalina junto à antiga margem do rio Tejo

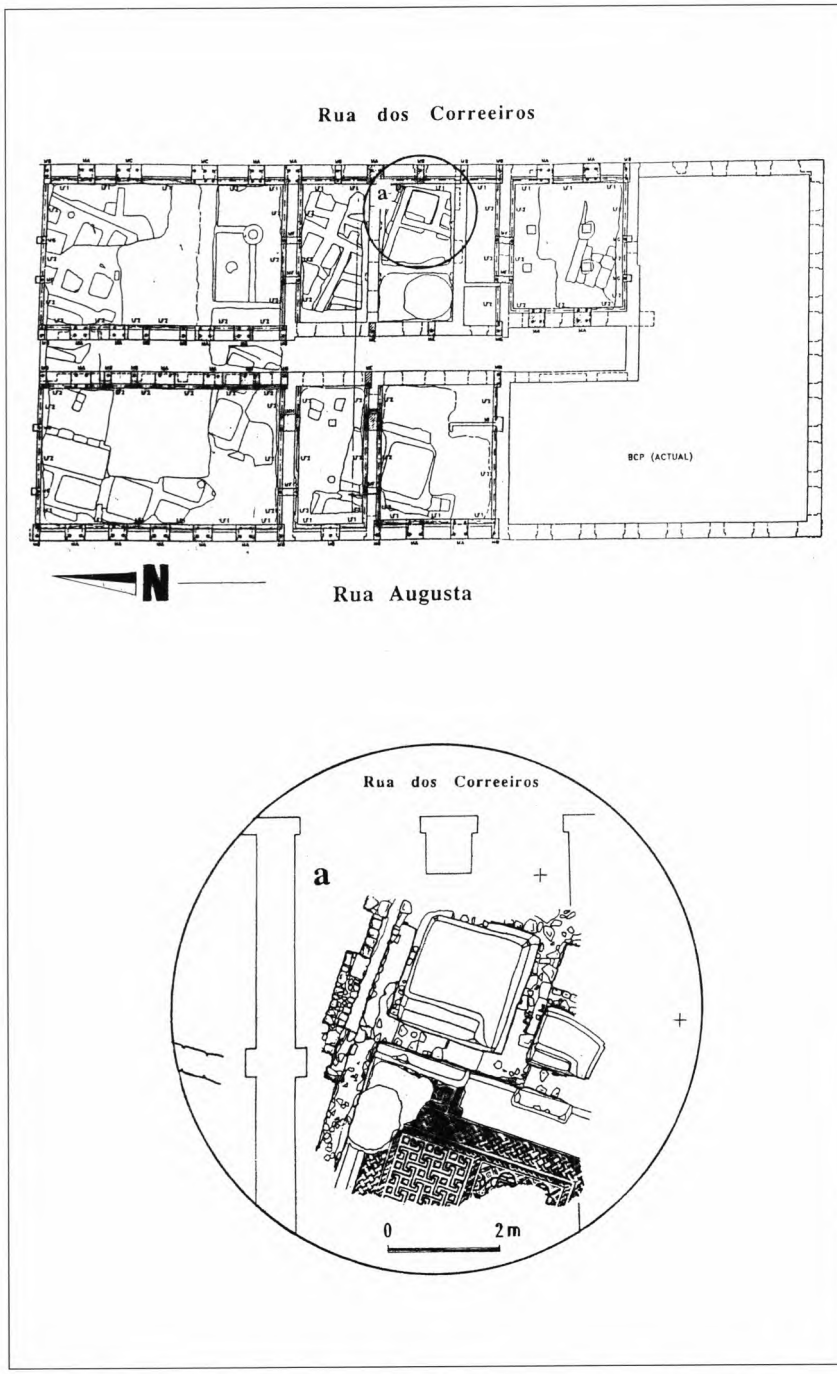


FIG. 2 – B.C.P. – Lisboa, Rua Augusta (IPPAR – Depart. de Arqueologia). Planta geral e pormenor da área do mosaico



FIG. 3



FIG. 4



FIG. 5



FIG. 6

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
Professor da Faculdade de Letras de Coimbra

MONUMENTOS EPIGRÁFICOS ROMANOS DO MUSEU MUNICIPAL DR. SANTOS ROCHA (FIGUEIRA DA FOZ)

«Conimbriga» XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 295-302

RESUMO: Mostra-se como, apesar de exígua e constituída por monumentos oriundos de várias zonas do País, a colecção de epigrafia romana deste museu é assaz significativa do processo de aculturação entre Romanos e povos indígenas.

RÉSUMÉ: Il y a tout simplement six monuments épigraphiques romains au musée comunale de Figueira da Foz. Santos Rocha, le fondateur du musée il y a une centaine d'années, les a, d'ailleurs, apportés de l'Algarve, du territoire d'*Olisipo,* de celui de la *civitas Igaeditanorum*; il n'y a qu'un des environs de Figueira da Foz.

Malgré, cependant, cette dispersion géographique - due à l'esprit collectionneur des savants du XIX^{ème} siècle -, ces monuments sont, chacun de sa façon, assez significatifs du point de vue de l'acculturation entre les Romains et les indigènes de la Lusitanie.

(Página deixada propositadamente em branco)

MONUMENTOS EPIGRÁFICOS ROMANOS NO MUSEU MUNICIPAL DR. SANTOS ROCHA (FIGUEIRA DA FOZ) *

Jurista por profissão, Antonio dos Santos Rocha constitui o exemplo perfeito do arqueólogo amador de finais do século XIX. Deixa-se seduzir pelo mistério dos monumentos que encontra e forma-se depois em contacto corn a bibliografía especializada que procura obter.

Ocupa os seus tempos livres na pesquisa arqueológica, um pouco por toda a parte desde o Centro ao Sul de Portugal. Funda o museu que hoje tem o seu nome, para nele guardar os objectos mais significativos exumados. Cria uma sociedade científica - a Sociedade Archeologica Santos Rocha - aproveitando o entusiasmo que as suas descobertas despertam e para que o trabalho se desenvolva em equipa. Começa a editar um boletim onde publica de imediato os resultados obtidos.

As epígrafes romanas do Museu Municipal da Figueira da Foz são, pois, fruto desta peregrinação de Santos Rocha pelo Portugal romano. A sua recolha não obedeceu a qualquer critério de índole geográfica.

De resto, o epigrafista e o historiador da Antiguidade poderão estranhar desde logo a ausência quase total de monumentos epigráficos romanos na região da Figueira da Foz onde o museu se insere. Na verdade, daqui só provém uma singela placa funerária (n.° 4). E ocor-

* Esta nota foi publicada, pela primeira vez, no volume *"Archeologie ed Ambiente Naturale: Prospettive di Cooperazione tra le Autonomie Locali nel Sud dell'Europa"* editado pela Amministrazione Provinziale di Nuoro (Sardenha), em 1993, pp. 220-223. Atendendo ao facto de se tratar duma publicação de acesso difícil e porque - devido a imperativos de paginação - o texto original saiu truncado, optou-se pela sua reedição.

rerá indagar do porquê dessa ausência: falta de sistemática pesquisa de campo? reutilização das epígrafes em construções medievais ou posteriores? inexistência de inscrições mesmo na época romana?

Falta de prospecção não há, de facto; reutilização é sempre possível e resta-nos esperar que os edifícios antigos sejam remodelados para que alguma surpreendente descoberta ocorra. Em meu entender, porém, essa falta de inscrições romanas revela, sobretudo, uma escassa densidade populacional. Nessa época, os campos do rio Mondego seriam mais baixos e mais inundados; *Conimbriga* e *Aeminium* (actual Coimbra) polarizariam a vida urbana e as *villae* situar-se-iam mais no interior, de acordo com os preceitos dos agrónomos, longe dos humores perniciosos que vêm do oceano...

* * *

São os seguintes os monumentos epigráficos romanos guardados no Museu Municipal da Figueira da Foz:

1 - Foto 1

Ara votiva de granito, com fóculo. Dimensões: 61x33x20 cm. Praticamente intacta, embora o campo epigráfico esteja muito desgastado, nomeadamente na sua metade inferior, o que impossibilita uma leitura garantida das últimas três linhas. Proveio do lugar de Zebras, freguesia de Orca, concelho de Fundão, distrito de Castelo Branco - ou seja, duma zona que, na Antiguidade, poderá ter estado na área de influência da *civitas Igaeditanorum* e que pertenceria, muito provavelmente, ao *Conventus Emeritensis*. N.° de inventário: 8866.

ALBINVS
PROCVLI F(*ilius*)
ARENTIO . CRO
NISENSI . EX VO
TO . PISIRI . NOERC
AVI . S(*olvit*) . M(*erito*) . L(*ibens*)

ILER 727; DIP, pp. 98 e 104-106; RAP, n.° 16, p. 287 (com mais bibliografia).

2 - Foto 2

Ara votiva de granito, intacta, com fóculo. Dimensões: 54x23x X21,5 cm. Proveio de Póvoa da Atalaia, freguesia do concelho de Fundão (como o n.° 1). N.° de inventário: 8640.

VICTO
RIAE
CVRIVS
PRIVATVS
\(otum) L ***(ibens)****S(olvit)*

Rocha 1908; Vasconcellos 1913, 269; RAP, n.° 447, p. 442.

3 - Foto 3

Esteia funerária de calcário, lisa, rectangular, sem qualquer decoração. Proveio de Tornada, freguesia do concelho de Caldas da Rainha, distrito de Leiria - região que, na Antiguidade, estava integrada no *Conventus Scallabitanus.*

D(*iis) . M(anibus)*
MARCO . ALLIO
BALBO
ANNORVM . XXX
5 AVITA . MARCI . F ***(ilia)***
MATER . F ***(aciendum)***. *C(it ravit)*
S(it). *T(ibi)* . T ***(erra)***. L *(*

ILER 4234.

4 - Foto 4

Placa funerária, de calcário, rudemente afeiçoada. Os caracteres não foram cinzelados mas gravados a buril, pelo que não apresentam o habitual talhe em bisel. Proveio do lugar da Pedrulha, freguesia de Alhadas, concelho de Figueira da Foz, distrito de Coimbra - região que pertenceu, na Antiguidade, ao *Conventus Scallabitanus.*

CALAITO
CAIEL1 ***(filio***) . Hl . SITO

EE IX 31.

5 - Foto 5

Esteia funerária, de calcário, com duplo epitáfio. Frontões triangulares com corola central, separados por medalhão com grinalda. O campo epigráfico ostenta, em baixo-relevo, três colunas estilizadas com volutas nos capitéis. Dimensões: 74x46,8x8,5/13,3. Proveio da necrópole da Quinta de Marim, freguesia de Quelfes, concelho de Olhão, distrito de Faro, no litoral meridional do antigo *Conventus Pacensis.* N.° de inventário: 4224.

D(/is) M	*(anibu*	D(//,v) *Micini bus) S(acrum)*
DIONY		MARITIM
SIANVS		A VIX(/)T
VIX(i')T		ANN(w)
ANN(is)		XXV D(tc) *Vi iator)* D
XXXVIIII *D(ic)*		D I N I T L
D I N I T L		T T B L
TT B L		

IRCP 45.

6 - Foto 6

Estela funerária, de calcário, com duplo epitáfio. Frontão triangular decorado com grande rosácea central e duas laterais, em baixo-

-relevo, estilizadas. O campo epigráfico parece duas páginas dum livro. Dimensões: 92x54,5x8,7/9,7. Proveio, como a anterior, da Quinta de Marim. N.° de inventário: 4223.

D *(iis)* M *(anibus)* S *(acrum)*
PATRICIA VI
XIT ANNIS XI
D*(iebus)* IIII

D *(iis)* M *(anibus)* S *(acrum)*
PATRICI VS VI
XIT ANNIS
XLIII M *(ensibus)* III D *{iebus)* X
IIII P I S P I

IRCP 49.

* * *

Apesar de pequena, a colecção epigráfica do Museu Municipal da Figueira da Foz é, pois, assaz significativa.

O monumento n.° 1 documenta, no dealbar do século I d. C., o culto prestado pelos indígenas a uma conhecida divindade local, *Aventius.* Devido ao desgaste da pedra, temos infelizmente sérias dúvidas quanto à leitura do epíteto por que era, aqui, invocado este deus: trata-se, certamente, de um epíteto formado a partir do etnonimo identificativo da população de que o deus era protector.

O monumento n.° 2 atesta, por seu turno, um culto clássico, à deusa Vitória, por parte de um membro da *gens Curia*, bastante bem representada no termo da *civitas Igaeditanorum.*

Documenta a epígrafe n.° 3 os primeiros tempos da romanização da área litoral do *Conventus Scallabitanus.* Datável da segunda metade do século I da nossa era, merece referência por apresentar o *praenomen Marcus* por extenso e por a mãe se identificar ainda à maneira indígena, com um só nome, embora já latino *{Avita).*

Particular realce para o n.° 4. Primeiro, porque se destinava certamente a figurar no frontespício de modesto monumento funerário (familiar?). Depois, porque regista uma onomástica onde, em meu entender, se podem detectar vestígios da linguagem oral. Na verdade, a grafia *Calaitus* - por *Calaetus*, que se documenta noutras inscrições da Lusitânia central (ILER 4353 e 6244, por exemplo) - poderá ser entendida como resultante duma sinérese: ae > ai; *Caielius* poderá ser a transcrição, com epêntese de um I eufónico (para evitar o hiato), do gentilicio clássico *Caelius*; e *hi* (com apocope do c) é o vestígio duma

pronúncia de *hic* em que o c final se não ouviria quase, na linguagem corrente de todos os dias. O mesmo se poderá dizer da omissão d*e filio* e de *est*, que facilmente se subentenderiam. Anote-se, ainda, a utilização de um *nomen* como patronímico - o que constitui mais um índice de recente integração no esquema identificativo romano.

Finalmente, as duas esteias de Marim (n.os 5 e 6) confirmam eloquentemente - como já tive ocasião de sublinhar (Encarnação 1991) - que, no processo de aculturação, a adopção das formas externas é rápida (as esteias têm um recorte verdadeiramente clássico), enquanto que o formulário - que implica a alfabetização e maior integração nos esquemas mentais romanos - não é tão facilmente captado. Aqui, o lapicida não compreendeu minimamente o significado das siglas finais que lhe apresentaram em minuta...

Como se vê por este fugaz excurso, também para um epigrafista vale a pena a visita ao Museu Municipal da Figueira da Foz Dr. Santos Rocha, dada a diversidade dos monumentos e atendendo à problemática singular que eles ilustram.

Cascais, Agosto 1992

BIBLIOGRAFIA CITADA

DIP = **ENCARNAÇÃO** (José d'), ***Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal***, Lisboa, 1975.

EE = ***Ephemeris Epigraphica.***

ENCARNAÇÃO (José d'), "A necrópole romana da Quinta de Martim: a onomástica enquanto índice sociocultural», ***Anais do Município de Faro***, 21, 1991, pp. 229-241.

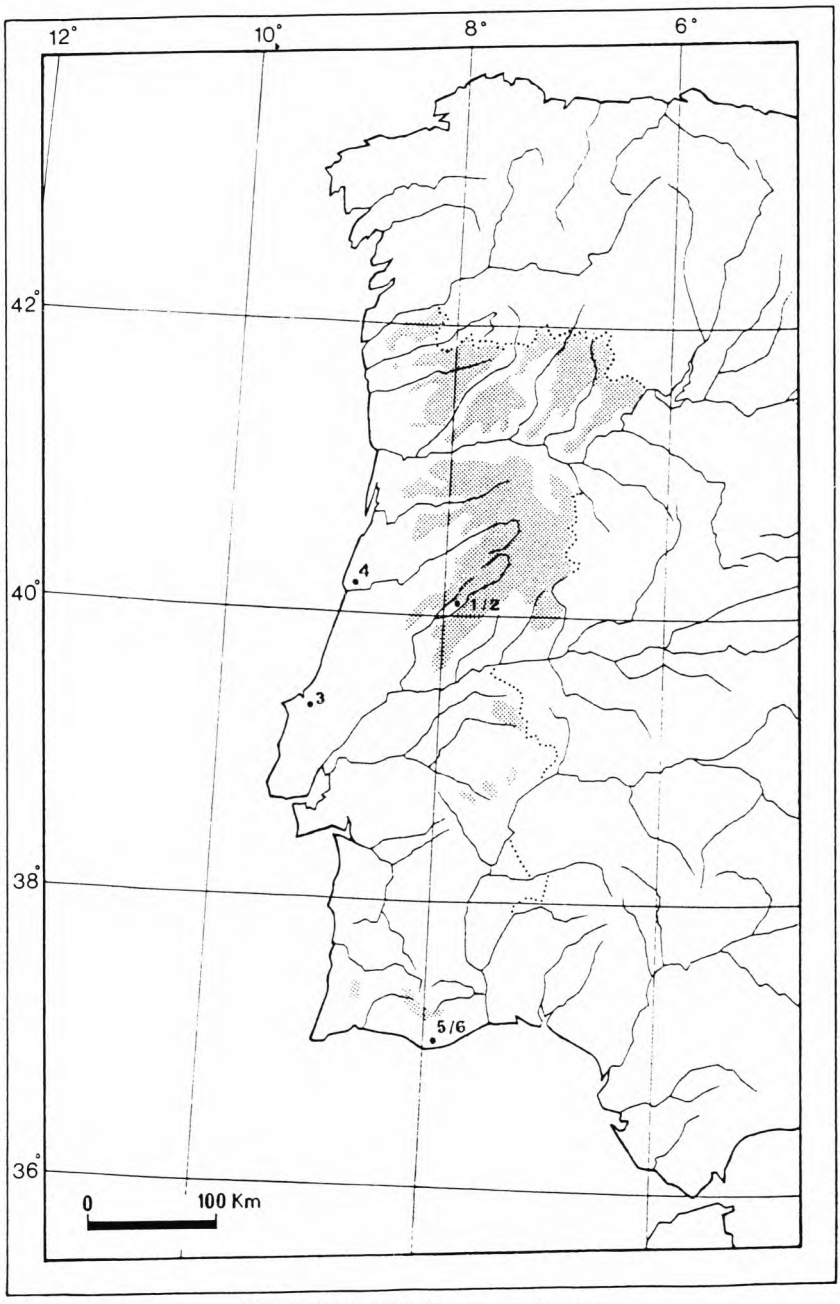
ILER = **VIVES** (José), ***Inscripciones Latinas de la España Romana***, Barcelona, 1971 e 1972.

IRCP = **ENCARNAÇÃO** (José d'), ***Inscrições Romanas do Conventus Pacensis***, Coimbra, 1984.

RAP = **GARCIA** (José Manuel), ***Religiões Antigas de Portugal***, Lisboa, 1991.

ROCHA (A. Santos), "Ara romana da Póvoa da Atalaia", ***Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha***, I, n.° 8, 1908, pp. 217-218.

VASCONCELLOS (José Leite de), ***Religiões da Lusitânia...,*** III, Lisboa, 1913 (reimp., 1989).



Distribuição geográfica das epígrafes

FOTO 1

Fotos de Delfim Ferreira



FOTO 2



FOTO 3



FOTO 4



FOTO 5


D M S
PATRICIAVS
XII ANNIS XI
D IIII
D M S
PATRICIVS VI
XII ANNIS
XIII MILIBVS X
IIII PEDES

Foto 6

(Página deixada propositadamente em branco)

ANTÓNIO J. NUNES MONTEIRO
Assistente da Faculdade de Letras de Coimbra

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
Professor da Faculdade de Letras de Coimbra

A PROPÓSITO DE UMA INSCRIÇÃO LATINA
EM SANTIAGO DA GUARDA (ANSIÃO)
«Conimbriga» XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 303-311

RESUMO: Reexamina-se uma inscrição romana já conhecida, datável dos primórdios do século III da nossa era. A nova interpretação que dela se apresenta vai no sentido de o prédio a que se refere pagar tributo *(vectigale*) ao município vizinho. Constitui, pois, uma prova invulgar de que por ali passava o limite entre os territórios de duas *civitates*, neste caso, *Sellium* e *Conimbriga.*

RÉSUMÉ: On donne une nouvelle lecture d'une inscription romaine déjà connue, ce qui nous permet de comprendre que le *prædium* auquel elle se réfère payait son tribut *(vectigale)* au municipe voisin. Cela nous fournit un bon argument pour dire qu'était par là, au début du III[e] siècle de notre ère, la limite entre les territoires de deux *civitates: Sellium* et *Conimbriga.*

(Página deixada propositadamente em branco)

A PROPOSITO DE UMA INSCRIÇÃO LATINA EM SANTIAGO DA GUARDA (ANSIÃO) *

Escreveu Mário Saa (1894-1971), entre 1956 e 1967, uma obra em seis volumes (1) a que deu o sugestivo nome de *As Grandes Vias da Lusitânia (O Itinerário de Antonino Pio).* Nela pretendia traçar uma panorâmica do que teria sido a ocupação romana do território nacional integrado na província da Lusitânia. Para a redigir, percorreu Mário Saa todo o país, por diversas vezes até, tudo anotando de quanto se lhe afigurava digno de registo para os seus intentos. *As Grandes Vias da Lusitânia* constituem, pois, nesse aspecto, importante manancial a meticulosamente explorar.

Desde cedo, porém, o poeta das Caldas da Rainha fora contestado. A *Invasão dos Judeus*, livro que publicou em 1925, causou-lhe dissabores pelas arbitrariedades que nele patenteou. "As suas interpretações astrológicas deram margem a vivas oposições", como sublinha Domingos Maurício (2), acrescentando: "A sua preocupação de originalidade e agilidade mental raiam na audácia, nem sempre convincente". E é curioso verificar que este autor cita, entre as principais obras de Mário Saa, A *Estrada Romana de Leiria a Braga* (Lisboa, 1945), mas omite *As Grandes Vias da Lusitânia.*

Quando, em 1973, Jorge de Alarcão prepara a sua primeira versão do *Portugal Romano* (publicada, em Fevereiro de 1974, pela Editorial

* Texto da comunicação apresentada, em Leiria, a 29 de Novembro de 1991, no âmbito do II Colóquio sobre História de Leiria e Sua Região, organizado pelo Município local.

(O Lisboa, I 1956, II 1959, III 1960, IV 1963, V 1964, VI 1967.

(2) Na breve síntese biográfica que sobre ele redigiu para a Enciclopédia Verbo (vol. XVI, pp. 994-995).

Verbo), não se esquece de assinalar a seguir à referência bibliográfica de Mário Saa: "a 1er com muita cautela" (p. 214). E o argumento fundamental radicava nas fantasiosas interpretações que Mário Saa dera aos vestígios encontrados, na ânsia de, a todo o custo (diríamos), identificar no terreno os sítios mencionados no famoso Itinerário de Antonino ([3]).

Hoje, porém, cumpre reabilitar - se assim podemos dizer - o grande caminhante que foi Mário Saa. E não deixa de ser curioso verificar que, sendo natural do distrito de Leiria, tenham sido duas inscrições romanas desse mesmo distrito que contribuíram - ou vão ajudar a contribuir - para essa reabilitação. E podemos dizer que a "descoberta" feita por um de nós (J. d'E.), em Junho de 1986, do espólio arqueológico deixado por Mário Saa na sua casa do Ervedal (concelho de Avis), hoje casa-museu e sede da Junta de Freguesia local, em muito contribuiu para isso, pois aí se guardavam algumas das peças a que o poeta se referia e que, sem uma análise cuidada, facilmente se poderiam acoimar de falsas. Esse risco correu, por exemplo, um inusitado epitáfio de Abiul (Pombal) que, afinal de contas, tão significativa informação veio proporcionar^). O outro caso prende-se com o singelo monumento objecto desta comunicação - e é com todo o gosto que, num colóquio sobre a história de Leiria e da sua região, se nos proporciona o ensejo de evocar a memória de um dos seus patrícios que, apesar de todas as limitações (algumas delas próprias da sua época), importantes achegas deu para a investigação sobre a História Antiga em Portugal. Eram fantasiosas as interpretações; mas os dados concretos, do terreno, em que elas se pretendiam alicerçar existiam realmente. E o caso da 'pedra' de Santiago da Guarda.

Anotou Mário Saa (vol. II, pp. 194-196) a existência de uma "pedra-mármore", numa das paredes da torre do castelo de Santiago da Guarda, "a pouco mais de um metro do solo", com uma inscrição romana:

VEIPMVICNI

que interpretou como referente a um "culto indígena".

([3]) Um cotejo dos dados actualmente conhecidos com as informações contidas neste itinerário (supostamente atribuído ao tempo do imperador Caracala, nos primórdios do século III da nossa era) é apresentado por Jorge Alarcão em *O Domínio Romano em Portugal* (Publicações Europa-América, Mem Martins, 1988, pp. 219-226).

([4]) Foi publicado no vol. II, 1959, p. 192 e reestudado por Maria Fernando Moreno Lapa: *Descendentes de legionários romanos viveram em Pombal*, «Diário de Coimbra» 26-11-1987, p. 2.

Mais uma vez a informação era precisa, a interpretação pouco correcta.

O estranho letreiro, dado o seu aspecto fora do habitual, não foi, por isso, tido em consideração (5).

No âmbito da sistemática batida de campo a que, desde 1985, um de nos (A. J. N. M.) tem procedido na área do Baixo Mondego com vista à elaboração da sua dissertação de doutoramento, foi de novo abordada a informação de Mário Saa. O nosso prezado amigo José Eduardo Reis Coutinho, quando preparava o seu estudo sobre a zona, que viria a publicar sob o título *Ansião - Perspectiva Global de Arqueologia*, *História e Arte da Vila e do Concelho* (Coimbra, 1986), tentou debalde uma solução para o letreiro e limitou-se, por isso, a repetir os dados de Mário Saa, corrigindo, porém, a versão para VEIRMVICNI (p. 179). Em conversa posterior, informou-nos que a leitura saíra gralhada, pois a terceira letra era um R e não um I. Parecera-lhe, acrescentou, possível identificar no final a palavra VICINI, mas deixara a hipótese de parte porque se lhe afigurava forçado um nexo Cl, com o I no fim da curvatura superior do C (6).

Tal não foi, no entanto, a opinião de Fernando Patrício Curado que, por alturas das férias da Páscoa de 1991, nos perguntava se não haveria na zona qualquer estação arqueológica cujo nome latino terminasse em -VERPA, pois parecia-lhe 1er VERPAM VICINI, com nexos entre as letras V e E, A e M, C e I, embora lhe fosse difícil explicitar o possível acusativo *(Verpam).* Para a região - e hipoteticamente apenas - poderíamos adiantar o *Vicus Bedorum* (7) ou a *Verurium* ou a *Velladis* referidas em Ptolemeu (2, 5, 6)(8).

Pelo sim e pelo não, fizeram-se novas fotografias do monumento. Uma análise cuidada permitiu pôr em causa a eventual não-atribuição à

(5) José d'Encarnação não o incluiu nas suas *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal* (Lisboa, 1975); J. de Alarcão não o menciona entre os vestígios da ocupação romana do local: vide *Roman Portugal*, vol. II **- 2,** Warminster, 1988, p. 101, 3/189.

(6) Cumpre-nos salientar o carácter pioneiro deste trabalho, porque veicula, pela primeira vez, a notícia da existência de um mosaico polícromo no pátio do solar quinhentista a que a torre pertence, assim como do eventual achamento aí de moedas romanas - dados que não lhe foi possível confirmar - e do aparecimento de *tegulce.*

(7) Referido numa epígrafe que desapareceu: cf. *Fouilles de Conimbriga - II,* Paris, 1976, inscrição n.° 15 (pp. 35-36).

(8) Sobre estes topónimos, **cf.** A. **TOVAR,** *Iberische Landeskunde,* **2** (Lusitanien), Baden-Baden, 1976, p. 259.

época romana, hipótese que estivera subjacente ao relativo abandono como fonte. Tudo levava a crer estarmos perante um monumento autêntico, dadas as suas características paleográficas.

Uma deslocação conjunta ao local, a 12 de Junho passado, viria confirmá-lo inteiramente. Trata-se de um bloco eventualmente paralelepipédico, com 24,5 x 56 cm, talhado no calcário da região, branco e de textura cristalina, de superfície levemente alterada pela erosão atmosférica. Não apresenta qualquer moldura nem a face epigrafada foi submetida a prévio alisamento.

Não há vestígios de mais letras, de modo que se nos afigura que, originalmente, o monumento não deveria ser diferente do que hoje subsiste; inclinamo-nos, por isso, a pensar que tenha pertencido a uma construção de reduzido valor arquitectónico cuja função permanece obscura.

Os caracteres são, de facto, atribuíveis à época romana, porque, como já se disse, se inscrevem dentro das normas paleográficas de então: gravação em bisel bem clara e na profundidade habitual; nexos VE (E adossado à segunda haste do V) e CI (I assente no vértice superior do C) documentados (9); linha auxiliar inferior justificável pela necessidade de alinhar apenas as letras duma linha. Ausência total de pontuação. Se tivera existido o nexo AM, a barra do A não teria ficado omissa para evitar confusões. A leitura não nos oferece, pois, quaisquer dúvidas:

VERPMVICINI

Altura das letras: 7/8,6 cm (I = 3,5).

A pedra lascou ao nível do R, de que, no entanto, só falta a parte média da perna direita; P aberto; M largo mas simétrico; o segundo V com tendência para um traçado actuário, sensível, por exemplo, no vértice arredondado e na leve curvatura da terminação superior. No seu todo, ligeira inclinação para a direita, não obstante a regularidade dos caracteres e o quase absoluto paralelismo das hastes verticais.

Temos dificuldade em atribuir - exclusivamente com base na (tão falível!) paleografia - uma datação à epígrafe. E se o P aberto nos inci-

(9) **Cf.** P. **BATTLE HUGUET,** *Epigrafia Latina,* Barcelona, 1946, pp. 18 e 20 respectivamente.

taria a colocar esta escrita dentro do século I da nossa era, também seria de esperar que, nessa época, mesmo uma informação vicinal poderia ter querido imitar a grafia monumental urbana. Uma cronologia dos primórdios do século III parece, pois, adequar-se melhor ao conjunto.

Resta, pois, a interpretação.

VE é, sem dúvida, a abreviatura do adjectivo latino neutro *vectigale* ([10]), "sujeito a imposto". R. R constitui a habitual sigla de *R(es)* P*(ublica)*\ M. tem diversas acepções, mas junto às duas letras anteriores pode interpretar-se como significando M*(unicipium)* ([n]). O texto desdobrado é, portanto, o seguinte:

VE *(erigale)* R *(e i) R(ublicae)* M *(unicipii)* VICINI

Ou seja:

Tributário da República do Município vizinho.

Dizeres tão singelos assumem, por consequência, um valor insuspeitado como importantíssimo documento para a história da ocupação romana do local, designadamente do ponto de vista político-administrativo.

A epígrafe atesta, em primeiro lugar, a preocupação das entidades locais em definirem bem quais os prédios seus tributários. E bem sabido que os tributos constituíam imprescindível fonte de receita das colónias e dos municípios; por isso, a legislação era, a esse respeito, bem precisa. Pode citar-se, por exemplo, a conhecida passagem de Gaio Júlio Higino *(Corpus Agrimensorum,* Thulin, 1913, p. 29): "vectigales [...] agri sunt obligati, quidam r(ei) p(ublicae) p(opuli) R(omani), quidam coloniarum aut municipiorum aut civitatium aliquarum" - "os campos têm obrigatoriamente de pagar tributo ou à república do Povo Romano, ou das colónias ou dos municípios ou de algumas cidades". Verifique-se a circunstância de o tributo ser devido à *res publica*, podendo esta ser "do povo Romano", "das colónias", "dos municípios" ou "de algumas cidades". No *Digesto*, Paulo chama *vectigale praedium*

([10]) As abreviaturas mais correntes deste vocábulo são VEC(T) ou VECTIG; cfr. J. E. SANDYS, *Latin Epigraphy*, Cambridge,[2]1927 (reimp. 1969), p. 310.

([n]) Como sucede na expressão R. P. M. D. = R(<?s) P *(ublica)* M *(unicipii) D(ianensiumy.* cf. o cit. na nota anterior, p. 308.

ao prédio tributável (13.7.16.2). Tanto a Lei de Urso como a *Malaccitana Lex* apontam como uma das mais importantes funções dos duúnviros a administração do património municipal, referindo-se expressamente aos *vectigalia* ([12]). E o termo surge igualmente na primeira das chamadas tábuas de bronze de Aljustrel que regulamentam a actividade mineira ([13]).

Como resultado das atrás referidas batidas de campo, começaram a esboçar-se pouco a pouco as linhas de força da implantação do domínio romano a sul de Conimbriga. A distribuição dos vestígios arqueológicos bem como a própria análise da paisagem - desde as características topográficas à pedologia, passando pela cobertura vegetal - levaram-nos a apontar como fronteira entre os territórios de *Sellium* e *Conimbriga* uma linha que passaria pelos cumes das colinas que se orientam de este para oeste, a sul da Junqueira. A leitura *vicini* na inscrição de Santiago da Guarda veio possibilitar-nos afirmar com maior certeza o que antes se apresentava como mera hipótese. Na verdade, onde há vizinhos há limites territoriais.

A epígrafe veio, porém, confirmar outras observações.

Pela cronologia dos materiais conhecidos, parece-nos ter sido toda essa bacia do Rio dos Mouros palco de dois movimentos de romanização em épocas diferentes. O primeiro, partindo de Conimbriga, teria levado ao aparecimento de vestígios do século I d.C. por exemplo no Cabeço de Trás de Figueiró. Com esta organização da paisagem se relacionará o cadastro de centuriação A, que Vasco Mantas assinalou nas proximidades de Alcalamouque e que aponta, ainda que provisoriamente, como augustano([14]). Santiago da Guarda integrar-se-ia, provavelmente, neste território.

Um segundo momento do desenvolvimento da zona em estudo ter-se-ia dado no século III. Confirmam-no o achamento do miliário de Décio([15]), datado de 250, e a cronologia dos materiais encontrados nas

([12]) Cf. A. CTORS, *Epigrafia Jurídica de la España Romana,* Madrid, **1953,** por exemplo, pp. **144, 185** e **328.** Sobre os *vectigalia*, cf. **DAREMBERG/SAGLIO,** *Dictionnaire des Antiquités...,* s. v. "ager vectigalis" e "vectigal" (este, um pormenorizado artigo de R. Cagnat).

([13]) Cf. J. **d'ENCARNAÇÃO,** *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis,* Coimbra, 1984, p. 207.

([14]) Vasco Gil **MANTAS,** *Dois novos miliários do território de Conimbriga,* "Biblos", 61, 1985, pp. 175-177.

([15]) Cf. art. cit. na nota anterior, sobretudo pp. 162-167.

villae dos Maroiços (Rabaçal) ([16]) e das Dordias (Pombalinho), ainda em fase de escavação. Seria um desenvolvimento independente da segunda centuriação identificada por Vasco Mantas e por ele atribuída à Tetrarquia *(art. c.,* p. 177).

Se atentarmos, agora, na cronologia avançada que se nos afigura possível de atribuir à presente inscrição e se recordarmos a razão pela qual ela terá sido gravada, julgamos poder afirmar que, no primeiro movimento, a zona de Santiago da Guarda foi incorporada no território de Conimbriga. Numa segunda reestruturação, a área hoje designada Santiago da Guarda seria integrada possivelmente no município de *Sellium*, mas manter-se-ia, na prática e tributariamente, no de Conimbriga.

Relevante conclusão, portanto, mormente se tivermos em conta a aparente humildade do letreiro. Mas, neste domínio da História, não há, na verdade, letreiros humildes: todos eles são, de uma forma ou doutra, assaz eloquentes.

E assim se confirma também o interesse de que certamente poderão vir a revestir-se escavações no pátio do solar bem como na povoação do Carvalhal, a norte ([17]), para arqueológicamente se confirmar o que estes dados permitem desde já supor.

([16]) Vide **PESSOA** (Miguel) e **PEREIRA** (Isabel), *Villa Romana do Rabaçal - As Moedas*, Câmara Municipal de Penela, 1991.

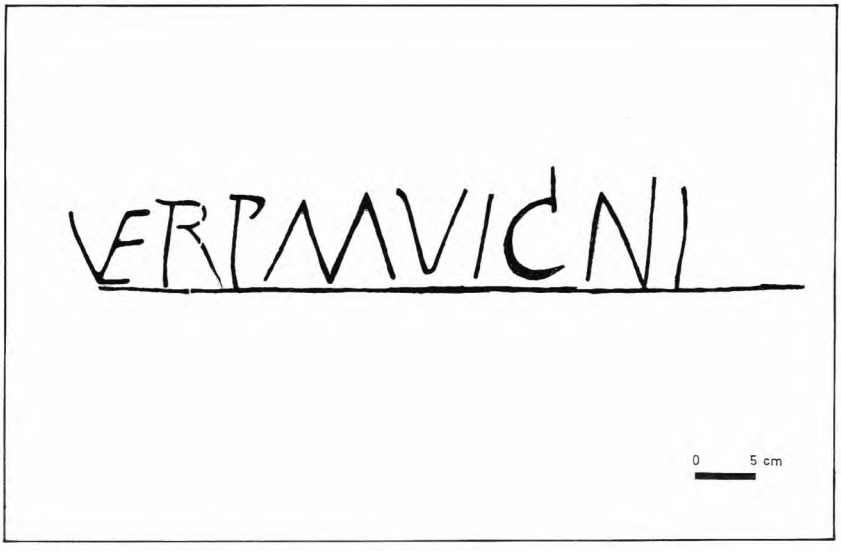
([17]) Cf. a obra de J. de **ALARCÃO** referida na nota 5: p. 101, 3/188.



FOTO 1 - Localização da epígrafe



FOTO 2 – O bloco epigrafado



A inscrição

(Página deixada propositadamente em branco)

SÁLETE DA PONTE
Professora da Escola Superior de Tecnologia de Tomar

FIGURINHAS FEMININAS DE OSSO, INÉDITAS, DE CONIMBRIGA
«Conimbriga» XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 313-319

RESUMO: Publicam-se dez figurinhas femininas de osso, de Conimbriga, procedentes das escavações antigas, sem contexto arqueológico conhecido. Interpretam-se como bonecas e referem-se paralelos de outros lugares.

RÉSUMÉ: L'auteur présente une collection de dix poupées, en os, provenant de fouilles anciennes de la ville de Conimbriga. Le contexte archéologique est inconnu. La recherche de paralèlles ailleurs ne prétend pas être exhaustive mais seulement démontrer que ce type de poupées est assez commun dans tout l'empire romain.

(Página deixada propositadamente em branco)

FIGURINHAS FEMININAS DE OSSO, INÉDITAS, DE CONIMBRIGA

Reúnem-se, neste trabalho, 10 figurinhas de osso, provenientes do antigo acervo arqueológico de Conimbriga, ilustrando somente seis daquelas (Fig. 1). São desprovidas de qualquer contexto arqueológico, o que dificulta a sua datação. É certo que estas figurinhas apresentam semelhanças formais e estilísticas com outros exemplares peninsulares da época romana (*), relacionando-os, para o mesmo período histórico, com figuras análogas de Susa (Irão) e do Egipto ([2]).

E plausível admitir que estas figurinhas, pela esquematização dos seus traços anatómicos e dos atributos sexuais, possam ser classificadas como ex-votos ou amuletos, com carácter profiláctico e religioso. A figura feminina foi, desde a Pré-História até ao fim do Império Romano, a imagem simbólica da deusa-mãe, símbolo de maternidade, de fertilidade e sobrevivência da espécie humana. A evidência do seu carácter ritual e simbólico parece-nos bastante consistente, pelo simples facto dessas figurinhas primarem pela ausência de traços morfológicos comuns nas bonecas articuladas ([3]).

(') Cf. A. BAÚL, "Muñecas antigas en Espana" ***Archivo Español de Arqueologia,*** 35, 1962, p. 70-85 (p. 85); Cf. Maluquer de Motes, ***Libro-Homenaje al Conde de La Vega de Sella***, Madrid, 1956, p. 293 e seg.

([2]) Cf. **GHIRSHMAN,** ***Iran***, 1954, lam. XXXIX, b; Cf. Wulff, ***Altchristliche Bildwerke***, **III-1**, lam. XXII; Cf. **STRZYGOSKI,** ***Koptische Kunst***, lam. XVIII; Cf. **ELDERKIN** (Kate McK.), "Jointed dolls in Antiquity" ***American Journal of Archaeology,*** 4, 1930, p. 455-472 (p. 456); Gf. Rahmani (L. Y.), "Finds from a Sixth to Seventh Centuries Site near Gaza", ***Israel Exploration Journal,*** 39 (1-2) 1981.

([3]) Cf. Lafaye (Georges), "Pupa", ***in Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines,*** Paris, 1907, p. 768-769, figs. 3883-3884; Cf. Vaterlein (Jutta), ***Roma Ludens. Kinder und Erwachsene beim Spiel im Antiken Rom,*** Amsterdão, 1976, pp. 28-29, figs. 8-9. Esta última datada do Séc. II d.C.

Parece-nos, todavia, que estas figurinhas de Conimbriga se devem interpretar como bonecas e não como imagens de uma divindade.

As bonecas articuladas são as mais vulgares no mundo antigo, encontrando-se tanto no Egipto, na Ásia Menor, como em todo o mundo greco-romano.Os textos antigos referem-se a *nympha* e *pupa* (4), ou seja, a figurinhas - "raparigas pequenas" - feitas em madeira, terracota, cera, marfim, alabastro, osso ou de trapos, que os vendedores expunham nas tendas ou lojas da urbe. Destinavam-se às crianças, não só como meros brinquedos, mas também para as preparar para a vida familiar e social futura. O solo seco do Egipto conservou, da época romana, bonecas de trapos.

As bonecas constituíam para as crianças, tal como hoje, a imagem virtual de si próprias. O imaginário infantil convertia, quer em jogos, quer em passatempos mágicos, os risos e as lágrimas, a fidelidade e os cuidados de alimentação, de higiene e saude que a criança partilhava com a sua fiel amiga - *pupa* - num verdadeiro testemunho da sua vida.

Os brinquedos e muito particularmente as bonecas aparecem associadas ao mobiliário funerário das crianças. Foram achadas bonecas nas catacumbas romanas, as quais estavam envoltas em faixas, repousando junto de restos de criança. Os escritores gregos e latinos referem que os brinquedos da criança eram consagrados, no berço, a Baco, enquanto que, no túmulo, aos deuses infernais.

A documentação arqueológica e iconográfica dá-nos várias informações sobre os gostos, os hábitos e os temores de gregos e romanos (5).

As noivas gregas que não teriam mais de 15 anos antes da cerimónia nupcial consagravam as suas bonecas a Ártemis, a Atena, Deméter ou Afrodite (6); as noivas romanas, por seu turno, prestavam inicialmente homenagem aos Lares e Penates, para depois adoptarem mais tarde o costume grego, dedicando as suas bonecas a Diana ou a Vénus. Foram achadas algumas bonecas articuladas nos templos das deusas protectoras gregas e romanas.

A jovem récem-casada, quando dava à luz pela primeira vez, dedicava à divindade protectora, Juno ou Ilícia, uma boneca que dependurava no interior do templo, simbolizando aquela oferta a imagem do

(4) Cf. **LAFAYE** (G.), *op. cit.,* p .768-769.
(5) Cf. **ELDERKIN,** *op. cit.,* p. 455.
(6) Cf. **LAFAYE** (G.), *op. cit.,* p .768, fig. 5882.

sen bébé(7). Leónidas, nos seus poemas (Anth. Pal. VI, 309), refere-se à oferta de brinquedos, por rapazes gregos, a Apoio e a Hermes não mencionando, porém, a oferta de bonecas na sua lista de brinquedos, apesar de aquelas terem sido achadas em santuários de Apoio (8).

As bonecas romanas articuladas apresentavam-se, na maioria das vezes, com os braços e as pernas móveis; as mais aperfeiçoadas tinham articulações nas juntas dos cotovelos e joelhos (9). As figuras estilísticamente mais perfeitas copiavam o penteado e a indumentária da época, como vários exemplares achados em cemitérios romanos (10 *); outras ainda eram usadas como marionetas em espectáculos teatrais. Estas bonecas, fazendo parte do imaginário da criança, e sendo usadas como uma das peças indispensáveis no mundo dos brinquedos, constituíam, para os adultos, ex-votos e amuletos obrigatórios, que os acompanhavam até à última morada dos mortos. É assim que tanto as bonecas articuladas como as mais estilizadas se associam ao nascimento e morte de uma criança, a festividades nupciais, a dádivas profilácticas às divindades protectoras ou amuletos para contrariar os poderes maléficos dos deuses infernais. Em suma, estas figuras revelam, para além de uma actividade infantil, uma função psicológica, entre a religião, a crença e a superstição, tão comum na vida dos adultos. Por outro lado, a atitude imitativa das crianças é um reflexo da postura social dos adultos, que se evidencia na iconografia dos monumentos epigráficos e nas narrações dos escritores latinos.

Os exemplares de Conimbriga formam um conjunto bastante uniforme, quanto à singeleza e sugestão simbólica dos traços anatómicos aproximando-se de vários exemplares peninsulares (n), quase todos eles em osso.

As bonecas romanas achadas nas catacumbas de Caliixtus e Priscilla (12), dos sécs. IV-V d.C., são, no entanto, de marfim. Poder-se-á

(7) Cf. **PÉRSIO FLACO** (Aulo ou Aules), ***Satiras,*** IV, 274. Poeta satírico latino que escreve "Augusta protectora das crianças, guarda no teu templo esta boneca e esta coroa de cabelos brilhantes. Guarda, feliz Ilítia, este dom do reconhecimento; é o prémio das dores de Tisis".

(8) Cf. **ELDERKIN** (K. MCK.), ***op. cit.*** p. 455.

(9) Cf. **ALLEAN** (René), ***Dicionário de Jogos*** (tradução port.), Porto, 1973, p. 66-72.

(10) Cf. **LAFAYE** (G.), ***op. cit.,*** (nota 3), p.769, figs. 5883-5884; Cf. Balil (A.), ***op. cit.,*** p. 76.

(n) Cf. **BALIL** (A.), ***op. cit.,*** p. 76-77.

(12) Cf. **ELDERKIN (K. MCK.), *op, cit.,* p. 472.**

constatar que no periodo romano e post-romano a maioria das bonecas eram, sobretudo, em osso, madeira e marfim. Os modelos idênticos aos de Conimbriga tinham apenas os braços articulados, ligados por um eixo de ferro que unia os ombros. A cabeça é quase sempre sublinhada por um friso ondulado para representar sumariamente o cabelo, ao passo que os olhos, o nariz e a boca são marcados por meio de pontos, incisões ou rasgos côncavos; os seios são marcados por círculos concêntricos ou por leves protuberâncias separadas por duas incisões em X; a cintura, o umbigo e o sexo são, por sua vez, gravados por meio de incisões e pontos. Os braços articulados perderam-se. Ora, os exemplares de Conimbriga, tal como as figurinhas da Extremadura, registam a mesma fisionomia regional ([13]), caracterizando-se, essencialmente, pela rusticidade e singeleza estilística dos traços anatómicos, o que as singulariza de entre a gama de bonecas romanas. Os exemplares ilustrados são da época romana, para além de um outro já sido publicado ([14]), e que foi recolhido num nível estratigráfico correspondente à construção do forum flávio.

CATÁLOGO

1. (Fig. 1.1). Boneca. Osso. Inv. A. 4151. Compr. 113 mm; Esp. 5 mm. Figura humana estilizada e completa. Cabeça quadrangular, biselada e rematada por uma coroa esquemática. Os olhos, a boca, a púbis e os pés são singelamente marcados por incisões. Os seios são definidos por meio de 2 largas incisões que se cruzam. Não tem a marcação do umbigo. Os ombros são atravessados horizontalmente por uma abertura tubular para a passagem do eixo de articulação dos braços. O reverso da figura tem um alisamento fruste.

2. (Não Bust.). Id. Inv. n.° A. 4153. Compr. 113 mm; esp. 5 mm. Semelhante à anterior, tendo parte dos pés partidos.

3. (Não Ilust.). Id. Inv. n.° A. 4152. Compr. 95 mm; esp. 6 mm. Conserva a parte inferior do tronco, com a marcação do umbigo, da púbis e de 3 incisões paralelas e horizontais nos pés.

([13]) Cf. **BALIL** (A.), ***op. cit.,*** p. **83-84. O** autor refere-se a vários exemplares da colecção de Calzadilla (Badajoz), de Elche, de Mérida e a um grupo de bonecas existentes no Museu Arqueológico de Madrid.

C[4]) Cf. ***Fouilles de Conimbriga,*** VII, p. 193, Est. LUI, 315.

4. (Fig. 1.2). Id. Inv. n.° A. 4149. Compr. 106 mm; esp. 5 mm.
   E semelhante às anteriores. Falta-lhe a cabeça.

5. (Fig. 1.3). Id. Inv. n.° A. 4145. Compr. 77 mm; esp. 6 mm.
   Figura incompleta. É semelhante aos exemplares anteriores. O umbigo é marcado por um ponto inciso.

6. (Fig. 1.4). Id. Inv. n.° A. 4146. Compr. 73 mm. esp. 5 mm.
   Peça incompleta. É idêntica às anteriores.

7. (Fig. 1.5). Id. Inv. n.° A. 4147. Compr. 90 mm; esp. 7 mm.
   Figura incompleta. O recorte e estilização dos traços anatómicos não diferem dos exemplares anteriores.

8. (Fig. 1.6). Id. Inv. A. 4150. Compr. 92 mm; esp. 7 mm.
   Peça incompleta. Falta-lhe a cabeça, o tronco e parte da base.

9. (Não Ilust.). Id. Inv. n.° A. 4148. Compr. 100 mm; esp. 6 mm.
   Conserva a parte inferior do corpo, com a púbis e pés gravados.

10 (Não Ilust.). Id. Inv. n.° A. 4155. Compr. 30 mm. esp. 5 mm.
   Conserva a cabeça de feição quadrangular, biselada e rematada por uma coroa estilizada. São gravados os olhos, a boca e os seios, de uma forma frustre.


0
5 cm

JEANNETTE V. SMIT NOLEN
Investigadora da Associação Cultural de Cascais

UMA COLECÇÃO PARTICULAR DE VIDROS ROMANOS

«Conimbriga» XXXII-XXXIII (1993-1994), p.321-332

RESUMO: A A. apresenta uma pequena colecção de seis vasos romanos de vidro. Trata-se de peças quase todas de fabrico do Médio Oriente, entre as quais o n.° 3 é de interesse especial. A mesma colecção pertencem mais cinco artefactos diferentes: duas *ligulae* de bronze, provavelmente também da época romana, um machado dos finais da Idade do Bronze e, finalmente, dois *aryballoi* corintios.

SUMMARY: The author presents a small collection of antiquities, including six Roman glass vessels which were studied in detail. They are mostly of Eastern Mediterranean manufacture; n.° 3 is an item of special interest. A further two bronze *ligulae*, presumably also from the Roman period, a bronze axe typical for the late bronze age of Northern Portugal, and two late Corinthian *aryballoi* are merely mentioned and catalogued without further comments. The artefacts were part of the well known collection of the Duke of Palmeia, most of which was received as gifts from foreign dignitaries in the beginning of this century. They now belong to Dr. João Gonçalo de Amaral Cabral and will be donated to the archaeological museum of the Fundação da Casa de Bragança in Vila Viçosa (Portugal).

(Página deixada propositadamente em branco)

UMA COLECÇAO PARTICULAR DE VIDROS ROMANOS *

Gostaríamos de oferecer este pequeno estudo ao Dr. João Manuel Bairrão Oleiro como prova de gratidão por nos ter introduzido ao mundo da arqueologia portuguesa.

Apresentaremos um núcleo de peças que fazia parte da antiga colecção do Duque de Palmeia. Este foi, provavelmente na sua maioria, oferecido ao Duque e/ou à Duquesa, entre outros durante umas viagens ao Médio Oriente no princípio do século. Contudo, algumas das peças, entre elas possivelmente o machado n.° **9,** foram compradas no mercado na mesma altura. Trata-se de uma colecção muito eclética, envolvendo antiguidades de várias origens e diversas épocas. O conjunto agora exposto é da propriedade do Dr. João Gonçalo de Amaral Cabral e destina-se ao Museu Arqueológico do Paço Ducal, em Vila Viçosa. Aquele museu será, então, enriquecido com estas peças em muito bom estado de conservação.

Trata-se de um núcleo de seis vasos de vidro romano que estudamos em pormenor, enquanto que mais cinco artefactos pertencentes ao mesmo conjunto, ou seja duas *ligulae* e um machado de bronze, além de dois *aryballoi* corintios, serão apenas mencionados. Dois *chauabtis* egípcios, que também fazem parte deste núcleo, já foram publicados por Dr. Luís Manuel de Araújo (O.

* Manifestamos ao Dr. João de Amaral Cabral o nosso mais vivo reconhecimento por nos ter confiado a publicação desta sua colecção.

0) **ARAÚJO** (L.M.), «Dois Chauabtis numa colecção privada portuguesa», *Hathor, Estudos de Egiptologia*, 1991, pp. 15-23.

1

De Balsa existe um copo muito semelhante ao nosso n.° 1. Trata-se de um copo do tipo Isings 32 que aí datámos de meados do século I a meados do II ([2]). Porém, na nossa publicação do vaso de Balsa, também apontámos para achados paralelos de Tipasa de contextos arqueológicos ainda no século III.

A decoração de depressões parece ser derivada de antecedentes metálicos. Igualmente aparece na cerâmica, por exemplo, de «paredes finas» e *terra sigillata clara Q).* As grandes depressões, correntes no século I, constituem uma degeneração das dedadas pequenas e múltiplas mais antigas. Estas estão já documentadas em «paredes finas» de Cosa duma lixeira datada do segundo ou terceiro quartel do século I a.C. ([4]), enquanto na época de Cláudio-Nero já se mostram sensivelmente mais largas neste tipo de cerâmica ([5]). Um copo de vidro de Herculano, por isso com *terminus ante quem* de 79 d. C., mostra oito ou nove depressões alongadas e altas ([6]). Em vidro, este tipo de decoração é especialmente frequente na bacia mediterrânica durante a segunda metade do século I até aos meados do século II ([7]), sendo menos encontrado nas províncias do Norte do Império. De Tipasa provêm exemplares especialmente análogos, os primeiros em conjunto com *sigillata* aretina, os últimos de sepulturas que datam da época de Lucius Verus ou seja dos finais de século II ([8]). Sendo assim, podemos pensar numa origem mediterrânica para a peça. Exemplares mais requintados deste tipo têm um ou mais pequenos pés de argola, ou, em contrapartida, o fundo levantado e apertado com turquezes, formando assim um pé relativamente alto.

2

A propósito de um duplo unguentàrio no Royal Ontario Museum, Hayes observa que este tipo de vasilhas múltiplas são encontradas * i

([2]) **ISINGS,** pp. 46-47; **NOLEN,** n.° vi-24, pp. 173, 189, Est. 36.

([3]) **NOLEN,** n.° sc-1, p. 98, Est. 19.

([4]) **MOEVS,** n.°s 132-133, pp. 86-87, Est. 12, 62.

([5]) **MOEVS,** n.° 434, pp. 238-239, Est. 46, 86.

i6) **HÖRICHT,** n.° 67 (E2352), p. 40, Est. XIV, XXVIII.

([7]) Podemos citar alguns exemplares parecidos: **BARKÓCZI,** n.° 120, p. 88, Est. XI, XILXXIV; **PLESNICAR-GEC,** n.° 8 da sepultura 323, p. 198, Est. LXXXIII, n.° 10 da sepultura 332, p. 200, Est. LXXXVI e n.° 7 da sepultura 927, p. 265, Est. CLXXXI; fora de estratigrafía.

([8]) **LANCEL,** n.os 144-158 do tipo 22a, pp. 18, 76-82, Est.VIII.

durante o Baixo Império em diversas variantes ou feitios no âmbito sírio-palestiniano ([9]). O autor data um exemplar daquele museu da primeira metade do século IV ([10 *]), enquanto a cronologia tradicionalmente apontada é dos séculos IV e V Todavia, na Panónia, este tipo de unguentàrio está documentado no período b, ou seja, dos anos c. 167 até c. 270 ([n]). Consequentemente, temos que incluir, ao menos, o século III na cronologia do nosso unguentàrio. No museu de Newark, encontram-se várias peças semelhantes, das quais particularmente os n.[os] 484 e 487 são parecidos com o da presente colecção. Infelizmente, nenhum deles foi achado em contexto cronológico documentado ([12]).

3

Garrafas ou frascos soprados em moldes - dos quais o n.° 3 constitui uma variante - foram bastante comuns nos séculos III e IV; contudo, a cronologia pormenorizada das variantes ainda não foi estabelecida ([13]). Porém, não há dúvida sobre a sua origem do Este da bacia mediterrânica. A peça pertence, de certeza, ao grupo citado por Haevernick a propósito de um «objecto» na colecção Oppenländer decorado com quatro máscaras ([14]). Todavia, a autora não documenta um frasco bem igual ao exemplar da colecção do Dr. Amaral Cabral.

Haevernick, ao publicar este «objecto», cita mais outro, proveniente da Síria, este com apenas duas máscaras. A autora sugere que se trata de lucernas ou boiões, mas parecem-nos, antes, frascos com a parte superior derretida pelo calor, talvez resultante das cinzas do enterramento de incineração do qual possivelmente fizeram parte. Ambos têm várias pequenas depressões quadradas onde a autora supõe ter existido uma aplicação decorativa.

A autora cita outros frascos decorados com máscaras do mesmo tipo em Varsóvia, Neuburg, Viena, Jerusalém, no Louvre e, além disso, menciona mais um na colecção Ray Winfield Smith, em Corning N.Y.

([9]) **HAYES, p. 83.**
([10]) **HAYES,** n.° 358, p. 101, Est. 28.
([n]) **BARKÓCZI,** n.° 375, pp. 22, 163, Est. XXXIV, XCIII.
([12]) **AUTH,** n.[os] 484 e 487, pp. 224, 225.
([13]) **AUTH,** n.° 74, p. 74.
([14]) Agradecemos à Doutora Sophia M.E. Van Lith o ter chamado a nossa atenção para este paralelo; Cf. **HAEVERNICK.**

A última é a única peça de secção quadrada ([15]). Apenas um destes exemplares tem quatro máscaras, tal como o «objecto» da colecção Oppenländer; os outros foram decorados com apenas duas máscaras. E em todos as máscaras são iguais às do nosso frasco.

As máscaras de todas as peças publicadas mostram laços à volta da testa, além de orelhas de tamanho exagerado. Estas orelhas parecem ser mais evidentes no presente exemplar. A autora levanta dúvidas se se trata de orelhas ou talvez do cabelo ou até das aselhas do laço. Haevernick compara as máscaras com outras, aliás protótipos, de duas taças encontradas em sepulturas do século IV. Não toma posição sobre a questão da máscara e, por isso, os frascos podem ser atribuídos a um ambiente sassânida, copta, árabe ou, até, iraniano.

A autora sugere uma função apotropaica para as máscaras, que, em conjunto com uma asa em forma de um animal não identificado que ainda se conserva numa das garrafas, pode atribuir uma tal função às peças.

O frasco n.° 3 ainda guarda o resto de um fio de vidro à volta do gargalo, tal como todos os frascos citados por Haevernick. Porém, esta linha em espiral continua-se no ombro, enquanto que na base existem uma linha ondulada e motivos tipo flor-de-lis entre as máscaras. São testemunhos estes de decorações feitas depois da moldagem e que não acontecem nas outras peças publicadas. Toda esta decoração é visível na superfície do vidro e parcialmente mostra a mesma corrosão. Todavia, no bojo, nalguns lugares, ainda se conserva a superfície lustrosa em contraste com o resto da peça.

Não nos é possível explicar a origem desta decoração. No entanto, os motivos podem reflectir os apliques sugeridos por Haevernick para os dois "objectos" citados. Será derivada da descolagem de apliques fixados posteriormente ao fabrico do próprio vaso? Assim, teríamos de supor que desapareceram um fio de vidro em espiral do gargalo e ombro, outro ondulado da base e dois apliques pré-moldados, sem deixar qualquer outro resto senão uns sítios de vidro lustroso. Além disso, a porção lustrosa desta decoração indica a sua descolagem em parte depois de a superfície sofrer a corrosão agora evidente. Ou será que eventuais restos foram retirados durante o restauro moderno que nos parece ter sido muito bem sucedido? Foi-nos impossível saber onde, quando ou por quem este restauro foi efectuado; contudo, de

([15]) SMITH (R. W .),*Glass from the Ancient World,* **n.° 416, p. 209.**

modo nenhum podemos admitir que aquele bom técnico haja retirado algum testemunho da decoração ainda presente na altura.

O frasco parece ter sido soprado em molde duplo, enquanto Haevernick julga que os seis descritos por ela foram todos feitos em três partes, duas partes moldadas para o corpo e uma, apenas modelada, do fundo. As garrafas mostram uma secção oval e não redonda; os lados, onde as duas metades foram ligadas, parecem nitidamente achatados.

Infelizmente, nenhuma destas peças tem proveniência exacta e/ou cronologia documentada, de maneira que é impossível assegurar-lhes a cronologia exacta. Porém, uma data nos séculos III ou IV será a mais indicada.

Vários autores, ao publicarem peças com decoração semelhante, sugeriram cronologias desde 3000 até 550 a. C. ([16]), o que nos parece completamente fora de questão. Enquanto que von Saldem levanta a possibilidade - muito provável, a nosso ver - de se tratar de falsificações ([17]).

Estes frascos têm os seus antecedentes já na segunda metade do século I encontrados, por exemplo, em Herculano ([18]). Naquela época, os *ateliers* da Síria produziram pequenas garrafas hexagonais, igualmente sopradas em molde, com decoração variada; aliás, as máscaras foram sempre raras. A decoração encontrada abrange muitos temas: uma colecção importante deste tipo de frascos em Newark mostra decorações de motivos vegetais, como flores e frutas incluindo romãs e cachos de uvas, grinaldas de folhas de oliveira, até elementos arquitectónicos e motivos da vida diária, como ânforas ([19]). São todos considerados de fabrico oriental; apenas um pequeno grupo, este sempre decorado com máscaras, é considerado de fabrico itálico ([20]). No entanto, o tema de duas ou, às vezes, quatro caras ou máscaras era o mais vulgar nas peças mais tardias.

4 e **5**

As bilhas n.os **4** e **5** podem ser confrontadas com um grupo de vasos em Trier da forma Trier 124a, classificada pela autora do tipo

([16]) HAEVERNICK, n. 2.
([17]) SALDERN, pp. 309-310.
([18]) HÖRICHT, n.° 104 (E1238), p. 52, Est. XVII, XXXIII.
([19]) AUTH, n.os 321-330, pp. 197-199.
([20]) LIGHTFOOT, pp. 11-21.

Isings 120a ([21]). Estas bilhas geralmente datam dos finais do século III e do decorrer do século seguinte ([22]). Naquela época, bilhas bicolores em várias gamas de cores encontram-se em muitas estações arqueológicas. Um exemplar de vidro azul com asa e decoração em vidro opaco de cor verde amarelada foi encontrado numa sepultura, em Bona, com *terminus post quem* no ano de 295([23]). Contudo, os nossos exemplares não mostram o pé de argola vulgar para os tipos Trier 124a ou Isings 120a. Os seus fundos simples fazem-nos pensar num fabrico regional, afastado dos grandes centros de produção vítrea mais requintada. No nosso entender, temos que procurar uma proveniência no Este da bacia mediterrânica; achados semelhantes, como os da Panónia ou Jalame, parecem ser do mesmo ambiente artesanal ([24]). Ainda que em Jalame bilhas de asa azulada sejam raras, o esquema de decoração com fio de vidro azul aparece com certa frequência na segunda metade do séc. IV ([25]).

6

O unguentàrio n.° 6, de uma forma baixa e entroncada, é considerado de fabrico egípcio; mesmo assim, não é muito vulgar no Médio Oriente e é raro na Europa continental. Encontra paralelos, entre outros, em Trier, Aquileia, Panónia e Karanis([26]). O espécime da Panónia foi datado de finais do século I ou dos inícios do século seguinte, enquanto os dois exemplares de Trier foram encontrados numa sepultura do século II, mais provavelmente da segunda metade. Outros dois, encontrados em Karanis, provêm de uma casa datável de fins do século III ou inícios do século seguinte. Contudo, Harden considera que o tipo não ultrapassa o século III ([27]). Finalmente, Calvi, ao publicar vários

([21]) GOETHERT-POLASCHECK, tipo 124a, n.os **1281-1300, pp. 209-213,** Est. **20, 23, 24, 69-70.**

([22]) ISINGS, tipo 120a, pp. 149-150.

([23]) FOLLMANN-SCHULTZ, n.° 196, p. 63, Est. 23.

([24]) BARKÓCZI, n.° **395, pp. 22, 168,** Est. XXXVI, XCIV; **WEINBERG,** n.°.s **214, 216, p. 64-67,** fig. **4-27,** Est. 3C e n.°.s. **217-228, p. 67-68,** fig. **4-28,** Est **4-10.**

([25]) Weinberg, p. 82, Est 3C.

([26]) GOETHERT POLASCHECK, tipo **74,** n.os **664, 665,** sepultura **158,** pp. **121, 300,** Est. **53;** CALVI, n.°s **294, 295,** pp. **140, 144,** Est. **20-4, 5; BARKÓCZI,** n.° **262, 263** do tipo **104,** pp. **20, 130,** Est. XX, LXXXII; **HARDEN,** n.°s **815-818,** p. **266, 274-275,** Est. X, XX.

([27]) HARDEN, p. 266.

destes balsamários de Aquileia, nota que exemplares de proveniência oriental são muito mais antigos que os feitos naquele local, os quais o autor também data do século III ([28]). Por isso, sem saber a origem da peça da presente colecção, é impossível precisar a cronologia exacta. Apenas nos é possível indicar o período desde os finais do século I até aos finais do século III para o balsamário em questão, considerando-o mais provavelmente deste último século.

7 e 8

Duas sondas em bronze, n.os 7 e 8, constituem objectos de *toilette* diária, ou, possivelmente, equipamento cirúrgico. Estes instrumentos, dos quais paralelos muito semelhantes ainda estão em uso hoje em dia, são impossíveis de datar com qualquer grau de confiança; porém, as peças parecem-nos da época romana. Em Portugal, uma sonda parecida ao nosso n.° 7 foi encontrada em Conimbriga, num estrato da construção do foro flávio([29]), outra na *villa* romana de São Cucufate numa camada cuja cronologia não está especificada ([30]). De Verulamium podemos citar um "instrumento" incompleto, que, aliás, parece a combinação de uma espátula e um misturador, proveniente de uma camada dos anos 75-105 d. C.([31]).

9

Mais provavelmente de origem portuguesa é o machado de alvado em bronze ([32]). Com apenas uma "aselha", a peça pode ser inserida no tipo 41 A da tipologia de Monteagudo([33]). Este tipo de machados é especialmente encontrado no Noroeste de Portugal, mas também existe um exemplar português da Estremadura e outro, este espanhol, de Pontevedra. A peça data da Idade de Bronze Final III, ou seja de 1000/900 a 750/700 a. C. Servia para cortar, por exemplo, lenha, embora que o seu uso como arma também não seja de excluir ([34]).

([28]) **CALVI,** n.os 294, 295, pp. 140, 144, Est. 20-4, 5.
([29]) *Fouilles de Conimbriga*, VII, n.° 272, pp. 146-147, 149, Est. XXXVI.
([30]) PONTE, n.° 46, p. 140, 143, Est. III.
([31]) FRERE, n.° 71, p. 124, fir. 35.
([32]) Devemos ao Dr. Fransisco Alves a identificação e descrição deste peça.
([33]) MONTEAGUDO, tipo 41 A, p. 242-243, n.os 1687-1689, Est. 117.
([34]) MONTEAGUDO, p. 242.

10 e 11

Nesta pequena colecção ainda existem dois a*ryballoi,* n.os **10** e **11** de fabrico corintio tardio. Os motivos pintados são bastante simples e de repetição, enquanto que a forma das duas peças também pertence ao estilo corintio já desenvolvido de c. 600 a c. 550 a. C. ([35]).

CATÁLOGO

1 Copo decorado com quatro depressões.
Tipo Isings 32, bordo de arestas em forma de «S».
Vidro de boa qualidade, ligeiramente tingido de verde sombrio; picado e com corrosão acastanhada.
Diâmetro do bordo 88 mm, altura 95 mm. Inteiro.
Cronologia: Finais do século I até ao decorrer do século II.

2 Unguentàrio duplo.
Vidro de boa qualidade, de cor verde gelo; com irisão incipiente e corrosão.
Altura 120 mm. Inteiro.
Cronologia: Século III até aos meados do século IV.

3 Frasco com decoração moldada.
Vidro de qualidade média, de cor acastanhada manchada de verde e roxo; riscado. Decoração moldada de duas máscaras no bojo, linhas em espiral no gargalo, ombro e parte superior do bojo. Desenhos figurativos (?) entre as máscaras e uma linha ondulada na base. Restos de um fio de vidro no gargalo.
Altura 130 mm. Restaurado.
Cronologia: Séculos III ou IV ou moderno.

4 Bilha de asa azul.
Qualidade do vidro de impossível verificação devido à corrosão acastanhada. Vidro muito levemente tingido de verde gelo. Asa e fio de vidro à volta da sobarba de vidro azul cobalto.
O bojo foi soprado em molde e mostra uma decoração de reentrâncias pequenas em quatro fiadas horizontais.
Altura 96 mm. Inteira.
Cronologia: Séc. IV (segunda metade ?).

5 Bilha decorada com espiral em vidro verde gelo.
Vidro de qualidade boa, ligeiramente tingido de verde sombrio. Superfície baça e irisão leve.

([35]) COOK, pp. 55-56, Est. 10-B.

Decoração de uma asa e fio de vidro em espiral à volta do colo de vidro verde gelo.
Fundo alteado com marca do pontel.
Altura 103 mm. Inteira, o gargalo está deformado pelo calor.
Cronologia: Séc. IV (segunda metade ?).

6 Balsamário do tipo Karanis Class XIII-C.
Vidro de qualidade média, de cor verde gelo; com corrosão e irisão.
Diâmetro máximo 62 mm, altura 67 mm. Inteiro.
Cronologia: (Finais do século I até aos finais do) século III.

7 Lígula em bronze.
Espátula e misturador arredondado.
Decoração de linhas horizontais gravadas.
Corrosão estável.
Comprimento 130 mm. Inteira.
Cronologia: Indeterminável.

8 Lígula ou misturador (?) em bronze.
Parcialmente (a pega ?) de secção quadrada com 6 mm de lado.
Decoração de uma linha gravada em espiral na parte de secção quadrada.
Forte corrosão.
Comprimento preservado 138 mm. Incompleto das duas extremidades.
Cronologia: Indeterminável.

9 Machado de alvado com acabamento de secção rectangular e um único anel ("aselha") lateral, de gume estreito.
Comprimento total, 126 mm, comprimento do gume 32 mm.
Estado de conservação muito bom.
Cronologia: Idade de Bronze Final III (1000/900 - 750/700 a. C.).

10 *Aryballos* corintio.
Fundo ligeiramente achatado.
Decoração pintada em preto: uma rodela de folhas no ombro e seis linhas horizontais no bojo.
Altura 52 mm.
Cronologia: c. 600 - 550 a. C.

11 *Aryballos* corintio.
Ombro ligeiramente carenado.
Decoração pintada em preto, agora descolorado para castanho: um padrão de folhas encaixadas.
Altura 49 mm.
Cronologia: c. 600 - 550 a. C.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO (J. de), DELGADO (M.), MAYET (F.), ALARCÃO (A. Moutinho) e PONTE (S. da) *Fouilles de Conimbriga* VI, *Céramiques Diverses et Verres,* Paris, 1976. (= *Fouilles de Conimbriga*, VI.)

ALARCÃO (J. de), ÉTIENNE (R.), ALARCÃO (A. Moutinho) e PONTE (S. da), *Fouilles de Conimbriga,* VII, *Trouvailles Diverses et Conclusions Générales*, Paris, 1979. (= *Fouilles de Conimbriga,* VII.)

AUTH (S.H.), *Ancient Glass at the Newark Museum,* Newark, 1976.

BARKÓCZI (L.), *Pannonische Glasfunde in Ungarn,* Budapeste, 1988.

CALVI (M.C.), *I vetri romani del Museo di Aquileia,* Aquileia, 1968.

COOK, R.M., *Greek Painted Pottery,* Chicago, 1960.

FOLLMANN-SCHULTZ, *Die römischen Gläser aus Bonn,* Köln, 1988.

FREMERSDORF, *Das naturfarbene (sogen, blaugrüne) Glas in Köln, Die Denkmäler des römischen Köln,* Band IV, Köln, 1958.

FRERE (S.), *Verulamium Excavations,* I, RRCSAL, 28, Londres, 1972.

GOETHERT-POLASCHEK (K.), *Katalog der römischen Gläser des Rheinischen Landesmuseums Trier,* Mainz am Rhein, 1977.

HARDEN (D.B.), *Roman Glass from Karanis,* Ann Arbor, 1936.

HAEVERNICK (T.E.).«Beiträge zur Geschichte des antiken Glases, IV. Gefässe mit vier Masken», em *Beiträge zur Glasforschung, Die wichtigsten Aufsätze von 1938-1981,* (reedição de: Jahrbuch RGZM 7, 1960, pp. 53-60), Mainz am Rhein, 1981, pp. 84-87.

HAYES (J.W.), *Roman and Pre-Roman Glass in the Royal Ontario Museum,* Toronto, 1975.

HÖRICHT (A.S. SCATOZZA), *I Vetri Romani di Ercolano,* Ministero per i beni Culturali ed Ambientali, Soprintendenza Archeologica di Pompei, Cataloghi 1, Roma, 1986.

ISINGS (C.), *Roman glass from dated finds,* (Archaeologica Traiectina, (II), Groningen, 1957.

LANCEL (S.), *Verrerie Antique de Tipasa,* Paris, 1967.

LIGHTFOOT (C.S.), «A group of early Roman mold-blown flasks from the West», J.G.S., voi. 29, 1987.

MOEVS (M. T. MARABINI), *The Roman Thin Walled Pottery from Cosa (1948 - 1954),* Memoirs of the American Academy in Rome, vol. XXXII, Roma, 1973.

MONTEAGUDO (L.), *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel,* München, 1977.

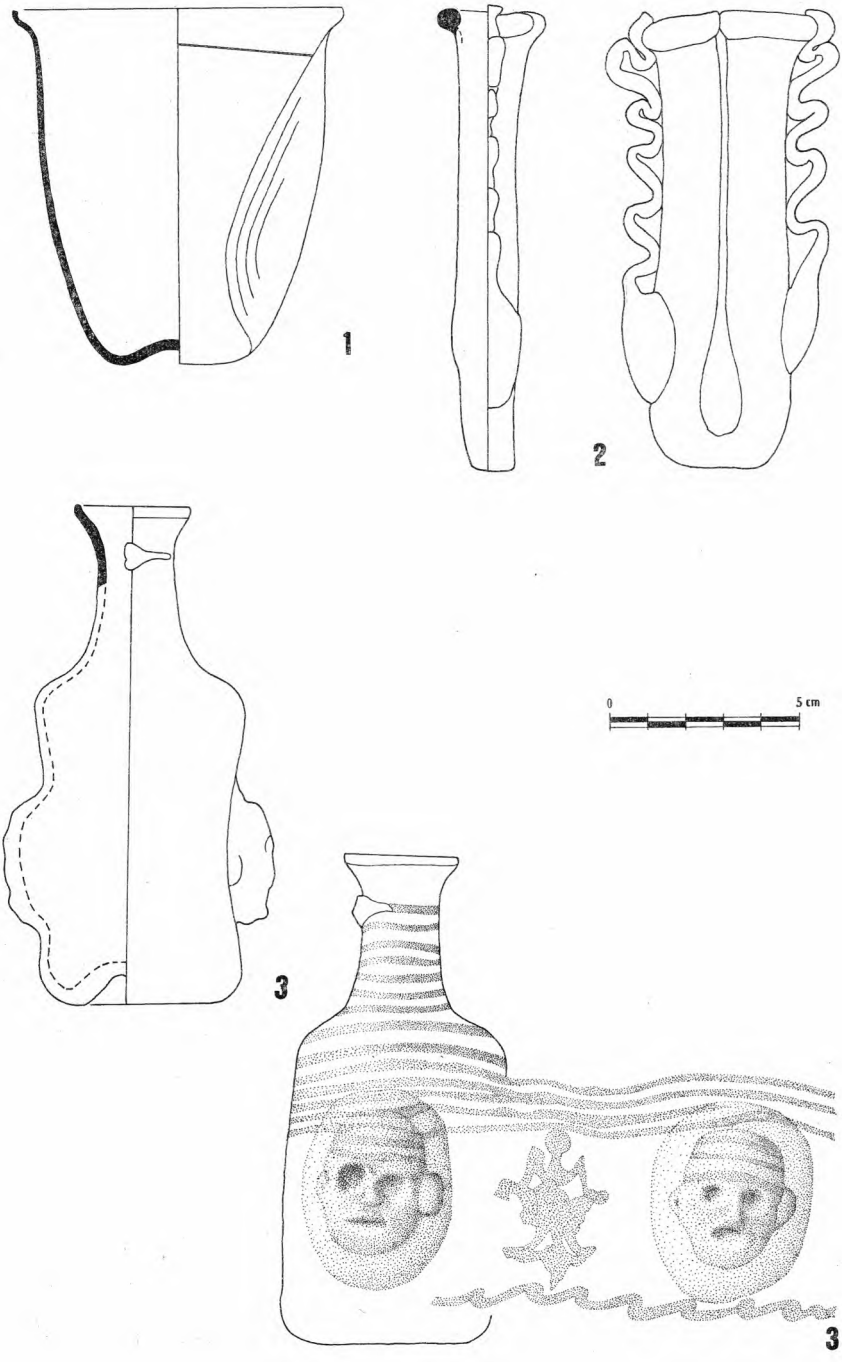
NOLEN (J. U. SMIT), *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares «Balsa»,* Lisboa, 1994.

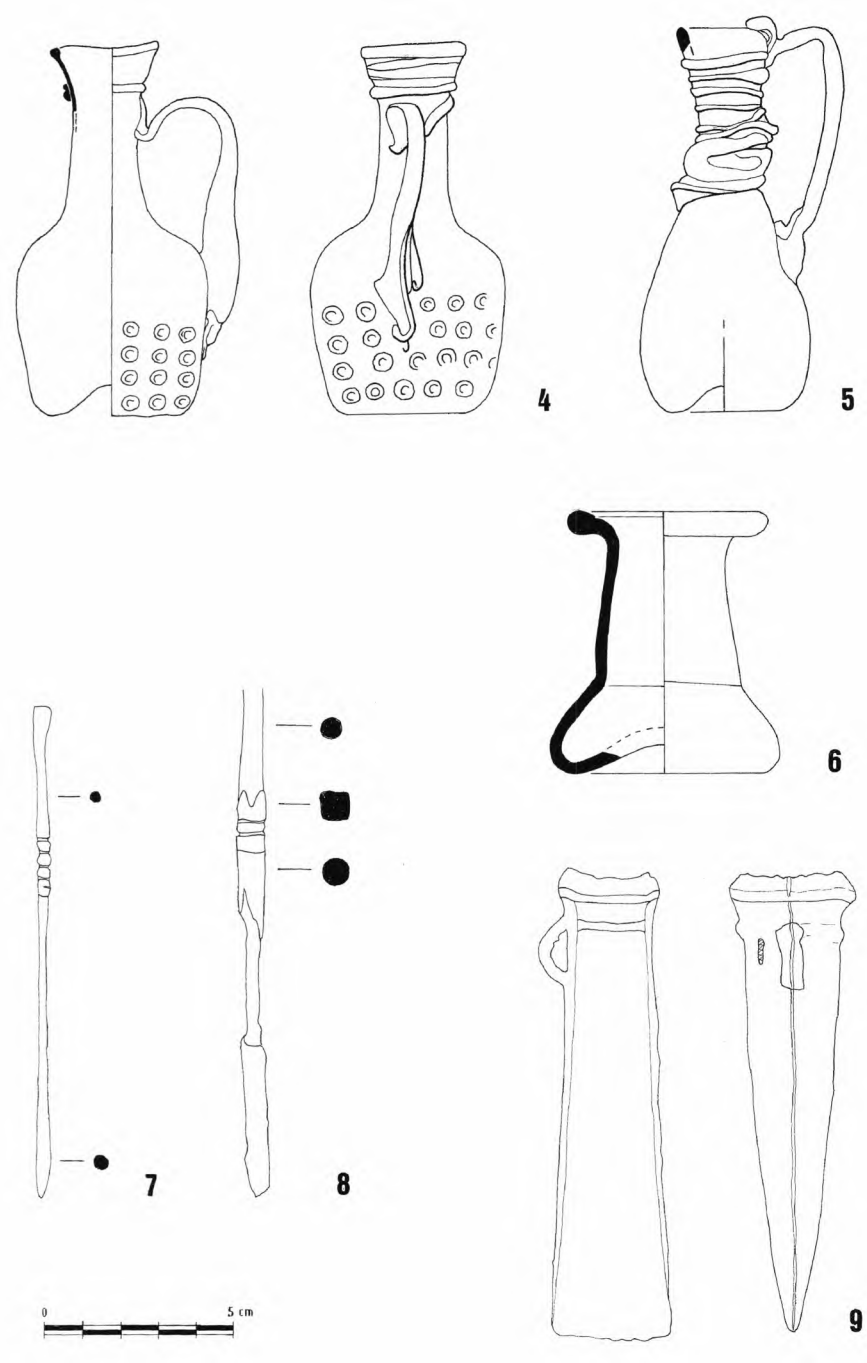
PLESNICAR-GEC (L.), *Severno Emonsko Grobice, The Northern Necropolis of Emona,* Ljubljana, 1972.

PONTE (S. da), «Artefactos de S. Cucufate», *Conimbriga,* XXVI, 1987, pp. 133-165.

SALDERN (A. von), «Originals - Reproductions - Fakes», *Annales du 5e Congrès International d'Étude Historique du Verre, Prague, 6-11,* juillet 1970, Liège, 1972, pp.299-318.

WEINBERG (G. DAVIDSON) ed., *Excavations at Jalame, Site of a Glass Factory in Late Roman Palestine,* Columbia, 1988.


1
2
3
0
5 cm
3


4
5
6
7
8
9
0
5 cm



N.° 3



N.° 4



N.° 5



N.os 10 e 11

GRAÇA CRAVINHO
Assistente convidada da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

ALGUMAS PEÇAS DA *VILLA* DE FREIRIA (CASCAIS)

«Conimbriga» XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 333-348

RESUMO: OS materiais da *villa* de Freiría, pela sua riqueza e diversidade, comprovam, tal como as estruturas arquitectónicas, a importância e a intensa ocupação que ela teria tido (já no período republicano e, sobretudo, entre os séculos I e IV d. C.) e demonstram, uma vez mais, a profundidade da romanização no concelho de Cascais.

Lamentavelmente, porém, e salvo raríssimas excepções, estão muito fragmentados e/ou desgastados, mercê da intensa actividade agrícola a que o solo esteve sujeito ao longo dos tempos, dada a sua fertilidade, a abundância de água e a amenidade do clima (já que a sua localização num vale a protege dos ventos que sopram entre a terra e o mar).

Estudam-se aqui três pedras de anel, três minimáscaras de terracota e uma lucerna decorada com a representação de Vitória.

SUMMARY: The richness and diversity of the spoil from the *"Villa de Freiría*" show, as do the architectural structures, the importance and intensive occupation of the *villa* already by the Republican era and above all between the 1st and 4th centuries A. D., and prove once again the depth of romanizad on in the Cascais region.

Unfortunately, however, and with the rarest exceptions, the spoil is very fragmented and/or worn. This is due to the heavy agricultural activity to which the land has been subjected down the years. Such activity has been due, in its turn, to the fertility of the soil, the abundance of water and the temperate climate: the location of the *villa* in a valley protects it from the winds which blow between the land and the sea.

(Página deixada propositadamente em branco)

ALGUMAS PEÇAS DA *VILLA* DE FREIRIA (CASCAIS)

A villa de Freiría situa-se na freguesia de S. Domingos de Rana, concelho de Cascais, num vale entre Outeiro e Polima, com óptimas condições de habitabilidade (abundância de água, solo fértil - de natureza basáltica - e clima ameno) que permitiram uma importante actividade agrícola e pecuária, testemunhada pelas estruturas que, desde 1985, têm sido postas a descoberto (O-

O espólio encontrado é abundante, mas serão apenas as pedras de anel, as terracotas e uma lucerna que constituirão o objecto de estudo deste trabalho.

1. As pedras de anel

Encontradas em campanhas de escavação diferentes, todas são inéditas e apresentam diferenças quanto à sua natureza, motivos representados, tamanho e estado de conservação.

1.1. PEDRA N.° 1 - A de menores dimensões e parcialmente fragmentada na mesa (Fig 1).

(9 Vide: CARDOSO, Guilherme, *Carta Arqueológica do Concelho de Cascais,* Câmara Municipal de Cascais, Cascais, 1991; CARDOSO, Guilherme e ENCARNAÇÃO, José de, "Certezas e Incertezas no Estudo da *Villa* Romana de Freiria", *Arquivo de Cascais*, Câmara Municipal de Cascais, Cascais, 1991; CARDOSO, Guilherme e ENCARNAÇÃO, José d', "A *villa* romana de Freiria e o seu enquadramento rural". *Studia Historica - História Antigua,* vol. X-XI, Salamanca, 1992-1993, p. 203 a 2171.

Descrição:

- *Dimensões:*
  - eixo maior - 9,5 mm
  - eixo menor - 7,5 mm
  - espessura - cerca de 2,3 mm.
- *Forma:* oval.
- *Mesa:* plana, com bordadura convexa, bizelada e polida.
- *Base:* plana, com bordadura biselada e desgastada (vista à lupa, apresenta-se com estrias), sem polimento posterior.
- *Natureza da pedra:* a análise feita pelos Serviços Geológicos de Portugal permitiu concluir não se tratar de uma gema, mas sim de uma rocha-talvez o *Udito* ([2]).

Constituirá o que arqueólogos ingleses e italianos designam por *nicolo?*

Tal designação é dada a uma variedade especial de ónix (ou de ágata), de duas camadas, cuja camada inferior é normalmente azul--escuro ou de jaspe negro (e, por vezes, de sardónica escura), não transparente e a camada superior é fina e de cor azul-esbranquiçado.

Tendo começado a ser usados no século I a. C., os *nicolos* são, na sua imensa maioria, do século II d. C. e permaneceram durante todo o Império - pelo agradável efeito cromático produzido pelo contraste entre a parte central da mesa e a superfície que a rodeia.

De facto, relativamente a esta pedra de Freiría, uma das hipóteses inicialmente aventada foi estarmos perante um ónix. Mas logo foi abandonada porque, nesse caso, seria mais transparente e "zonada" (conforme nos foi dado a observar em exemplares existentes no museu dos Serviços Geológicos de Portugal).

- *Cor:* azul-leitoso, no campo (superfície gravada) e azul muito escuro, quase negro, na parte que o rodeia.
- *Estado de conservação:* incompleta.
- *Localização:* na posse de Guilherme Cardoso.
- *Motivo gravado:* de difícil identificação, dado o facto de a mesa estar parcialmente fragmentada, reduzindo praticamente a metade a figura. O pouco que consegue divisar-se denota uma gravação um tanto esquemática e, consequentemente, estilizada.

([2]) A impossibilidade de, aquando da análise, poder utilizar-se uma lupa binocular bem como a de poder efectuar-se uma análise destrutiva conduziram a esta indefinição.

A análise feita aos moldes parece, porém, apontar no sentido de se tratar de uma figura humana caminhando, voltada à direita e com a cabeça coberta por um capacete.

Todavia, o modo como foi trabalhada a parte posterior da figura faz lembrar a técnica utilizada na gravação das asas das figuras aladas.

Comentário:

O seu estado de conservação torna, assim, extremamente difícil não apenas a identificação do motivo como o estabelecimento de paralelos.

A cabeça, embora numa posição ligeiramente diferente, faz lembrar a de Mercúrio, tal como aparece gravada numa gema de Conimbriga (n.° de inventário: 65.571).

Pelo capacete que parece ostentar, poderemos pensar que representa um guerreiro - tema muito frequente em todo o Império. Ou representará uma divindade guerreira? De facto, as representações de divindades são muito frequentes em *nicolos.*

Exemplares com o mesmo tema (guerreiro ou divindade guerreira), encontrados em Portugal, estão patentes no Museu Nacional de Arqueologia (num dos casos representando a deusa Minerva, num *nicolo* com ambas as faces igualmente biseladas) e no Museu Monográfico de Conimbriga, já referidos por Mário Cardozo, em 1962 ([3]).

Miriam Astrue ([4]) refere também quatro exemplares com este motivo.

O mesmo fazem Marshal ([5]) e Gisela Richter ([6]) relativamente a exemplares existentes no British Museum (Londres) e no Metropolitan Museum of Art (Nova Iorque), respectivamente.

([3]) Vide: **CARDOZO,** Mário, "Pedras de anéis romanos encontradas em Portugal", separata da *Revista de Guimarães*, voi. LXXII, n.os 1-2. Guimarães, 1962 (pedras n.os 1; 22; 28).

([4]) Vide: **ASTRUC,** Miriam, "Catálogo Descriptivo de los Entalles Procedentes de Distintos Sítios de la Colonización oriental de la Península", *Memorias de los Museos Arqueológicos Provinciales",* XX, 1954 (1958), pp. 118 e 119.

([5]) Vide: **MARSHALL,** F. H., *Catalogue of the Finger Rings. Greek, Etruscan and Roman in the Department of Antiquities,* British Museum, Londres, 1907.

([6]) Vide: **RICHTER,** Gisela M. A., *Catalogue of Engraved Gems, Greek, Etruscan and Roman Metropolitan Museum of Art - New York,* Roma, 1956.

Datação:

A sua fragmentação oferece também grandes limitações ao estabelecimento de uma cronologia, dado ser difícil uma análise estilística e temática. Todavia, as dimensões e as duas faces planas poderão permitir-nos enquadrá-la no período tardo-republicano ou, caso se trate efectivamente de um *nicolo,* ainda nos dois primeiros séculos d. C. (7).

1.2. PEDRA N.° 2 **-** Encontrada em Agosto de 1991, nas imediações do celeiro da *villa,* está em excelente estado de conservação (Fig. 2).

Descrição:

- *Dimensões:*
  - eixo maior - 12 mm
  - eixo menor - 10 mm
  - espessura - 3 mm.
- *Forma:* oval.
- *Mesa:* convexa.
- *Base:* plana, desgastada e posteriormente polida.
- *Natureza da pedra:* pela análise feita, concluiu-se ser também uma rocha. As hipóteses apontam no sentido de poder tratar-se de um *micropórfiro* (rocha magmàtica, abundante na Serra de Sintra) ou de *serpentinite* (rocha siliciosa).
- *Cor* - acastanhada, com veios claros. Vista sob a luz directa do sol, assume um tom esverdeado.
- *Estado de conservação - completa.*
- *Localização:* na posse de Guilherme Cardoso.
- *Motivo gravado:* biga conduzida por um cocheiro (de perfil), com a cabeça adornada por uma coroa radiada. Uma das mãos segura as rédeas e a outra empunha uma palma, em sinal de vitória. Na parte inferior do conjunto e prolongando-se para além das patas traseiras dos cavalos (de perfil), vê-se uma linha de solo. As patas dianteiras estão erguidas, em movimento de corrida.

(7) Vide: **GRAÇA,** Maria Antónia, e **MACHADO,** João Saavedra, "Uma Colecção de Pedras Gravadas - Elementos para um Catálogo Geral", *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. II, Coimbra, 1970 p. 381, referem um *nicolo*, proveniente do "Tesouro da Borralheira", datado de princípios do século III d. C.

Comentário:

Estaremos perante a representação de um auriga vencedor?

Tanto relativamente a Portugal como a outros países, não encontrámos qualquer paralelo na representação deste motivo. Motivos mais ou menos semelhantes eram, todavia, já frequentes na ourivesaria e na glíptica etruscas e da Antiga Grécia. Marshall (pp. 7; 15; 198; 239) apresenta-os em quatro anéis, existentes no British Museum:

- biga conduzida por um cocheiro (anel proveniente de Chipre, do séc. VI a. C.): apenas a cabeça do cocheiro, a parte superior dos cavalos (de perfil) e uma parte do carro estão representados;
- biga conduzida por um cocheiro que empunha um aguilhão (anel grego, do século IV a. C.);
- biga conduzida por um cocheiro cujo cabelo é adornado por uma fita, esvoaçando para trás (anel grego, do século IV a. C.);
- biga conduzida por um cocheiro barbado (escaravelho etrusco, de cerca de finais do século VI a. C.).

Pelo mesmo autor é também referida a existência, no mesmo museu, de uma gema romana de cerca do séc. II d. C. e em que a biga é conduzida por uma Vitória alada (p. 243).

Tema semelhante aparece numa gema do Metropolitan Museum of Art, em que a Vitória alada segura uma palma, numa cena sublinhada por uma linha de solo e que Gisela Richter (p. 83) integra cronologicamente no período imperial.

Igualmente está patente no Museo Arqueológico Nacional, de Madrid, em dois exemplares que Raquel Casal Garcia ([8]) data do séc. I a. C., ambos ostentando uma Vitória alada.

Aliás, a representação da Vitória na glíptica romana é profusa e derivará, provavelmente, de representações análogas em moedas republicanas do século II a. C. Frequente também é o seu aparecimento em lucernas - caso de uma existente no Museu de Guimarães, em que uma Vitória alada conduz uma biga, segurando na mão direita uma coroa e na esquerda as rédeas ([9]).

Em nenhum dos exemplos mencionados, porém, o condutor da biga apresenta uma coroa radiada. Coroa radiada aparece, isso sim, na

([8]) Vide: **CASAL GARCIA,** Raquel, *Colleccion de Glíptica del Museo Arqueológico Nacional (serie de entalles romanos),* vols. I e II. Madrid, 1992, pp. 87 e 88.

([9]) Vide: **ALMEIDA,** José António Ferreira de, "Introdução ao Estudo das Lucernas Romanas em Portugal", *Arqueólogo Português*, n. s., II, Lisboa, 1953, p. 157.

representação de cocheiros conduzindo quadrigas e identificados com Helios, no seu carro solar. É uma iconografia muito frequente no Baixo Império, que não tem necessariamente um carácter mágico (o que é unicamente assegurado pela existência de palavras mágicas, acompanhando a cena figurada).

Um exemplo de representação deste motivo é-nos apresentado por Raquel Casal Garcia (p. 190), numa gema do Museo Arqueológico Nacional, de Madrid, datada do século III d. C. e com dimensões muito semelhantes às desta de Freiría (12x 10x2 mm), embora com ambas as faces planas. Nela, os cavalos, voltados à esquerda, estão em posição de três quartos, com as patas dianteiras levantadas em sinal de movimento. Sob as patas traseiras, uma linha de solo. Sobressaindo por detrás das cabeças dos cavalos, a figura de Hélios, muito esquematizada e ladeada por dois pequenos Eros. À esquerda do campo, vê-se uma ave olhando os cavalos e, ocupando a parte inferior da gema, um lagarto, visto de cima.

Também Marshall (p. 91) refere um exemplar do British Museum, que igualmente data do séc. Ill d. C.: um anel com um *nicolo,* em que se representa Hélios com uma coroa radiada e conduzindo uma quadriga para a frente. Sob as patas dianteiras, é igualmente visível uma linha de solo.

Aparecem igualmente quadrigas conduzidas por cocheiros sem atributos especiais e que poderão apenas representar aurigas vencedores. É um tema muito frequente quer em moedas, quer na glíptica, quer até em lucernas - caso de uma referida por Ferreira de Almeida (p. 172), proveniente de Beja e existente no Museu Nacional de Arqueologia.

Em gemas, encontramos um exemplar no Metropolitan Museum of Art, em que um homem, segurando na mão direita as rédeas e na esquerda a palma, conduz uma quadriga a galope. Na parte inferior do campo, no espaço entre as patas dianteiras (erguidas) e as patas traseiras, estão gravadas as letras IPI (em caracteres gregos), cujas formas permitem atribuir-lhe uma datação tardia (Gisela Richter, p. 83).

Outro exemplar, do Museo Arqueológico Nacional, de Madrid, data do período romano - republicano (mais concretamente, do séc. I a. C.) e a sua técnica de gravação lembra as técnicas etruscas a *globolo* e a sua derivação em *pellet* (Raquel Casal Garcia, p. 110).

Quadrigas conduzidas por Vitória são também frequentes.

Marshall (p. 10) apresenta um anel grego, proveniente da Magna Grécia e datado de cerca de 400 a. C., em que este tema aparece.

Gisela Richter (p. 83) refere também uma gema em que a Vitória segura na mão esquerda as rédeas e uma palma e estende a mão direita. Sob a cena, as letras AER e, por cima, a letra T. Apesar de ser uma composição vulgar no período romano, as formas das letras permitem datá-la do I ou do II século d. C.

Todavia, a pedra de Freiría não apresenta uma quadriga mas uma biga. De facto, tanto nas moedas, como nas gemas, como nos mosaicos, os artistas baseavam-se em modelos cuja iconografia nem sempre era inteiramente respeitada.

Estaremos perante uma simplificação do tema de Hélios no seu carro solar?

Dotação:

A linha de solo que apresenta permite-nos integrá-la cronologicamente no período romano - imperial.

Outros elementos - como a mesa convexa, as pequenas dimensões da pedra (comparativamente às do período republicano e às do século III d. C. em diante) e a perfeição da técnica de gravação - apontam para o estilo classicista (período de Augusto e Júlio-Cláudios). Mas poderemos também estar em presença de uma peça mais tardia, fruto do revivalismo do estilo classicista próprio dos séculos III e IV d. C. Na verdade, há exemplos de entalhes e camafeus que Furtwängler (A. G., III, p. 366) datara da época dos Júlio - Cláudios e hoje atribuíveis àqueles séculos. Aliás, o próprio tema de Hélios - se dele se trata na pedra de anel em causa - é, conforme se viu, muito frequente no Baixo Império.

Tal como relativamente à primeira pedra de anel, o contexto arqueológico nada ajuda à sua datação, uma vez que foi encontrada num estrato em que apareceu também cerâmica campaniforme, cerâmica da Idade do Ferro e cerâmica romana - facto explicável pela intensa actividade agrícola a que o terreno esteve sujeito ao longo dos séculos.

1.3. PEDRA N.° 3 - Encontrada em Agosto de 1994, é a de maiores dimensões e não apresenta qualquer motivo gravado (Fig. 3).

Descrição:

- *Dimensões:*
  - eixo maior - 23,5 mm

- eixo menor - 19 mm
- espessura - 10 mm.

- *Forma:* oval
- *Mesa:* convexa
- *Base:* ligeiramente convexa
- *Natureza da pedra:* vidro transparente, levemente irisado e apresentando bolhas na pasta.
- *Cor:* verde-claro.
- *Estado de conservação:* praticamente completa, tendo apenas uma ligeira fractura numa das extremidades.
- *Localização:* na posse de Guilherme Cardoso.

Comentário:

As pedras de anel em pasta vítrea tornaram-se primeiramente frequentes no período helenístico. Correspondendo a uma época em que a ostentação estava a sobrepôr-se ao bom gosto, várias foram encontradas em Chipre e em Alexandria (que deveria ter sido o centro da sua manufactura).

No período romano, eram igualmente comuns. Na origem de tal profusão, deve estar o facto de as gemas serem provenientes de lugares muito distantes do Império, o que deveria encarecer extraordinariamente a sua aquisição e conduziria, em certas ocasiões, à sua imitação.

Mas não seria apenas para embaratecer os custos que a ela se recorria. Seria também para falsificá-las. Plínio *(Hist. Nat*., Livro 37, 75) informa-nos de livros ou tratados em que se explica a maneira de dar ao vidro a cor das pedras transparentes (como a esmeralda, por exemplo). Reconhecendo, todavia, a existência de falsificadores e de negociantes sem escrúpulos, ele próprio dá uma série de conselhos práticos para reconhecer as pedras autênticas das imitações, o que deveria ser principalmente aplicado às gemas não gravadas.

Ainda hoje se torna difícil distinguir as gemas gravadas na Antiguidade das gravadas actualmente - as pedras então usadas eram praticamente as mesmas e os métodos de gravação praticamente iguais também. Além disso, as gemas permanecem inalteráveis com a idade e não adquirem patine nem incrustações. Apenas o vidro se torna irisado.

O fabrico de entalhes em pasta vítrea fazia-se vertendo o material

fundido num molde ou pressionando-o, como se fosse cera, com um entalhe gravado em pedra. Para os colorir, adicionavam-se os corantes mais diversos ao material em fusão como, por exemplo, o manganês, que usado em quantidades adequadas, produzia o vidro incolor, o amarelo e o cor-de-vinho; ou o óxido de cobre ou o cobalto que podiam produzir o azul ou o verde.

A sua cronologia deverá, logicamente, corresponder à das pedras que pretendem imitar e que na época estariam em moda. Contudo, é opinião unânime entre os autores que se teriam iniciado na segunda metade do século I a. C. e teriam tido o seu auge em fins da República e durante a época de Augusto (época em que aparece um tipo determinado de pastas polícromas zonadas, de cores vivas: verde, branco e azul; e verde, negro e branco).

A substituição do vidro pela pedra vai-se generalizando no período de Júlio César, tornou-se popular durante a época de Augusto e continuou posteriormente. Todavia, ao longo da época imperial, quando se torna ainda mais comum o costume de usar anéis, continuam a fazer-se imitações, já que as pedras preciosas e semipreciosas não estavam ao alcance de qualquer um.

Datação:

A ausência de contexto arqueológico e de elementos gravados que permitam uma análise estilística e temática dificultam uma datação precisa. Todavia, seguindo a cronologia proposta pelos diversos autores para as peças em pasta vítrea e atendendo às suas grandes dimensões, poderemos datá-la de finais da República. Isto apesar de à pasta vítrea se recorrer, mesmo no período imperial, sempre que as condições económicas a isso obrigavam e de, por outro lado, se ter registado também um aumento de tamanho das pedras de anel, durante o Império, chegando a atingir grandes dimensões a partir do século III d. C. Contudo, as faces das pedras imperiais são planas (como as das gemas gnósticas) enquanto as da pedra em questão são convexas.

2. As minimáscaras de terracota

Não são as únicas até agora encontradas no concelho de Cascais. Da *villa* do Alto do Cidreira provém uma outra, aliás em muito melhor

estado de conservação, representando um negro e que foi pormenorizadamente estudada por Jeannette Nolen ([10]).

Nas de Freiría, porém, a fragmentação e/ou o desgaste são a tónica comum. Daí, as dificuldades no seu estudo e no estabelecimento de paralelos.

2.1. MÁSCARA N.° 1 - É de todas a mais pequena, desgastada e incompleta (Figs. 4 e 5).

Descrição:

- achada no estrato 4 do quadrado IIT
- *número de inventário* - 338
- *Dimensões:*
  - altura máxima preservada - 41 mm
  - largura máxima preservada - 32 mm
  - largura da face - 25 mm.
- *Pasta:*
  - barro vermelho-alaranjado, com pequenas bolhas de ar
  - elementos não plásticos:
    - mica finíssima, branca
    - quartzo hialino, leitoso e defumado
    - minúsculos elementos de hematite e de feldspato.
- *Cor:* vermelho-alaranjado.
- *Figura representada:* dada a pequenez do fragmento e o seu desgaste, apenas se consegue vislumbrar parte do pescoço, o queixo e o nariz.

Corresponderá à face de uma cabeça inteira ou à parte frontal de um *applique?*

- *Localização:* na posse de Guilherme Cardoso.

Datação:

A pequenez do fragmento e o seu desgaste tornam, naturalmente, difícil o estabelecimento da sua cronologia. Todavia, o contexto ar-

([10]) Vide: **NOLEN,** Jeannette Srnit, "A *Villa* Romana do Alto do Cidreira - os Materiais", Separata do vol. XXVII (1988) de *Conimbriga.* Edição especial da Associação Cultural de Cascais. Coimbra, 1990.

queológico é do século IV d. C. - período em que a actividade da *villa* foi ainda intensa (como o testemunham estruturas e materiais, nomeadamente, moedas). Poderemos datá-la desse século?

2.2. MÁSCARA N.° 2 - Apesar de ser a de maiores dimensões, está fragmentada, desgastada e incompleta (Figs. 6 e 7).

Descrição:

- achada no estrato 2 do quadrado TF
- *número de inventário* - 83
- *Dimensões:*
  - altura total - 63 mm
  - largura total - 44 mm
  - largura da face - 32 mm
  - altura da face:
    - do queixo ao pescoço - 35 mm
    - do pescoço ao cabelo - 40 mm
  - largura no sentido ântero-posterior (da nuca ao nariz) - 52 mm.
- *Pasta:*
  - barro castanho-claro, bastante friável e mole
  - elementos não plásticos:
    - quartzo hialino, defumado e leitoso (este em pequena quantidade)
    - mica fina
    - óxidos de ferro vermelhos, em pequena quantidade.
- *Cor:* castanho-claro.
- *Figura representada:* podemos garantir tratar-se de uma cabeça inteira, que seria trabalhada na face e na nuca. Na nuca, parece ver-se o penteado - talvez de risco ao meio e cabelos levemente ondulados, a emoldurar o rosto. Na parte frontal, apenas ressalta o pescoço fino e o queixo. Todo o resto é difícil de identificar, quer devido à fragmentação quer ao desgaste.
- *Localização:* na posse de Guilherme Cardoso.

Datação:

Tal como a anterior e embora mais completa, a fragmentação e o desgaste também não permitem o estabelecimento de uma cronologia

segura. O penteado, se fosse mais nítido, ajudaria à sua datação, dado ser sempre um elemento importante no estudo da escultura romana.

2.3. MÁSCARA N.° 3 - É a única cuja face está completa, apesar de muito desgastada (Figs. 8 e 9).

Descrição:

- achada no estrato 5 do quadrado IV"
- *número de inventário* - 279
- *Dimensões:*
  - altura total - 61 mm
  - altura da face (do queixo ao cabelo) - 39 mm
  - largura total - 39 mm
  - largura da face - 28 mm
- *Pasta:*
  - rosa, de cerne castanho-claro, com fendas e bolhas de ar; fractura em escama.
  - elementos não plásticos:
    - mica fina
    - quartzo leitoso
    - óxidos de ferro vermelhos, em grande quantidade.
- *Cor:* rosada.
- *Figura representada:* é trabalhada apenas na face, sem tratamento da nuca. Dado este facto, poderá pensar-se estarmos em presença de um *applique* ou peça de suspensão. Todavia, não há nela qualquer orifício que pudesse permitir fixá-la ou suspendê-la, como se verifica na referida máscara de negro do Alto do Cidreira. O pescoço não se define claramente. Estaria envolto por um véu? No rosto arredondado, sobressai o queixo, já que o nariz, a boca e os olhos apenas se vislumbram. O penteado, de risco ao meio, emoldura o rosto, talvez em ligeiro ondulado, fazendo crer estarmos perante a representação de uma figura feminina. A ausência da nuca, porém, dificulta a sua identificação.
- *Localização:* na posse de Guilherme Cardoso.

Datação:

O desgaste e a ausência de tratamento da nuca tornam impossível a sua integração cronológica.

3. A lucerna

Tal como a quase totalidade do material cerâmico desta *villa* [u]$_9$ apareceu fragmentada. Um laborioso trabalho de restauro, executado por Severino Rodrigues, do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Cascais, permitiu, porém, dar-lhe a forma que as figuras patenteiam (Figs. 10 e 11).

Descrição:

- *Tipologia:* Dressel 20
- *Dimensões:*
  - comprimento máximo - 110,5 mm
  - altura do corpo - 33,5 mm
  - altura da asa - 56 mm
  - diâmetro do disco - 78 mm
  - diâmetro da abertura do bico - 13 mm.
- *Pasta:*
- pasta fina, bem classificada, apresentando grãos de dimensões apreciáveis (entre 2 e 3 mm) de calcário e elementos ferruginosos;
- cozedura inicial fortemente redutora, finalizada em atmosfera oxidante;
- dureza acentuada (dificilmente riscada pela unha), devido à alta temperatura atingida durante a cozedura.
- *Cor:* castanho-alaranjado, com manchas cinzentas. Parte do bico está bastante enegrecida, o que nos permite concluir ter tido uma intensa utilização.
- *Marca:* não possui marca de oleiro, mas apresenta na base um S, feito por incisão.
- *Base:* plana, com anéis concêntricos gravados.
- *Asa:* estriada (três estrias).
- *Posição da asa:* sobreposterior.
- *Decoração:* no disco, uma Vitória alada representada a três quartos, segurando uma palma na mão esquerda e erguendo uma coroa na mão direita. O pé esquerdo está apoiado sobre um globo (simbo-

(M) A única excepção é um vaso encontrado na campanha arqueológica de 1994, contendo o esqueleto completo de uma galinha. Tratar-se-á de um ritual de fundação?

lizando o Mundo). Rodeando a cena, um cordão de pérolas, contornado, por sua vez, por folhagem em *chevron.*

É um tipo de decoração muito frequente em lucernas do século **I** d. C. e muito divulgado na época de Augusto. Em Portugal, o tema é também abundante. Sobretudo em Conimbriga, onde predomina. Delas nos dão notícia Ferreira de Almeida e o Professor Bairrão Oleiro (numa fase em que ainda faziam parte do acervo do Museu Nacional Machado de Castro) e Claudette Belchior. Mas em nenhuma das lucernas publicadas se encontra cena exactamente igual à de Freiría ([12]).

- *Outros elementos:*

- na região em que o *rostrum* arranca do disco, há uma pequena superfície onde se encontram dois pontos ligados por um traço - talvez reminiscências das formas de *volutas* do século **I** d. C.;

- a asa foi aplicada posteriormente, mas o orifício para a sua aplicação foi feito de uma maneira um tanto tosca.

- atendendo à textura, à pasta e ao tipo de cozedura, pode concluir-se não ser uma peça original, mas cópia de uma outra lucerna, provavelmente produzida em fornos do Tejo e do Sado.

- *Localização:* Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Cascais.

Datação: século **III** d. C.

Agradecimentos:

Não poderia deixar de manifestar a minha gratidão ao Doutor Bairrão Oleiro (que tive o privilégio de ter como professor, durante a licenciatura e, posteriormente, durante o mestrado e sob cuja orientação fiz a minha primeira campanha de escavações), a Guilherme Cardoso, a Severino Rodrigues, ao Professor José d'Encarnaçâo, ao Dr. Rebelo (dos Serviços Geológicos de Portugal) e a especialistas em Ourivesaria e Numismática do Museu Nacional de Arqueologia.

([12]) Vide: **ALMEIDA,** José António Ferreira de, "Introdução ao Estudo das Lucernas Romanas em Portugal", *Arqueólogo Português*, n. s., II. Lisboa, 1953; **BELCHIOR,** Claudette, *Lucernas Romanas de Conimbriga,* Museu Monográfico de Conimbriga, 1969; **OLEIRO,** J. M. Bairrão, *Catálogo de Lucernas Romanas*, Museu Machado de Castro, Coimbra, 1952.



FIG. 1



FIG. 2



FIG. 3

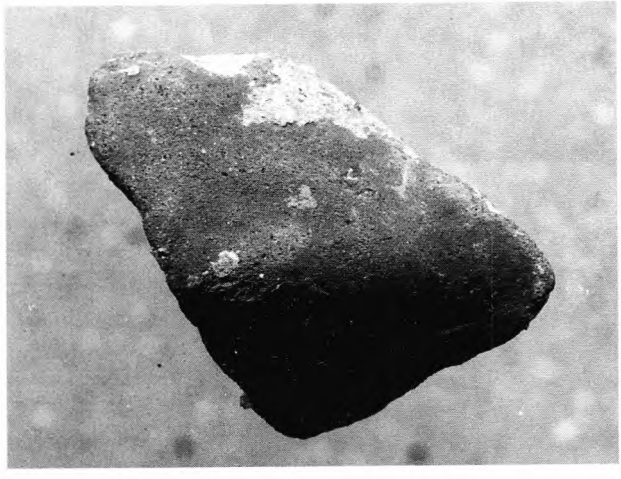


FIG. 4



FIG. 5



FIG. 6



FIG. 7



FIG. 8

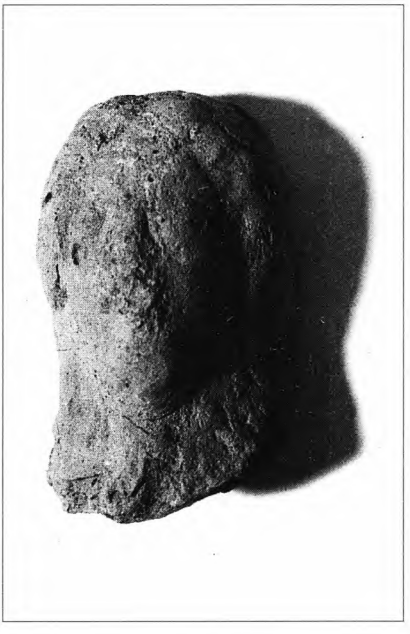


FIG. 9



FIG. 10



FIG. 11

JOÃO CARLOS L. FARIA
Conservador do Museu Municipal de Alcácer do Sal

MARISOL A. FERREIRA
Arqueóloga. Técnica-Superior da Câmara Municipal de Grândola

ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DA HORTA DO CRESPO (ALCÁCER DO SAL)

«Conimbriga» XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 349-

RESUMO: **OS** autores dão conta de uma escavação na Horta do Crespo, a cerca de um quilómetro a norte de Alcácer do Sal. Trata-se possivelmente de uma *villa*, da qual foram apenas postos a descoberto alguns compartimentos. Publica-se uma selecção de material recolhido, datável do séc. I ao IV d. C.

SUMMARY: **AU** nord de *Salacia* (Alcácer do Sal), les auteurs ont fouillé partiellement la *pars rustica* d'une villa. Le matériel ramassé, dont on publie ici un choix, date du 1er jusqu'au IVe siècle après J. Ch.

(Página deixada propositadamente em branco)

ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DA HORTA DO CRESPO (ALCÁCER DO SAL)

Situada a pouco mais de 1 Km da vila de Alcácer do Sal, para norte, esta estação arqueológica é conhecida desde 1986, altura em que por nós foi identificada 0.

Os trabalhos arqueológicos realizados nos finais de 1991, na Horta do Crespo, tiveram como objectivo não só a concretização de sondagens mas também a escavação em extensão de algumas zonas consideradas prioritárias.

Esta intervenção, superiormente autorizada, destinava-se a salvar o máximo possível de testemunhos arqueológicos, bem assim como efectuar o levantamento e registo de todas as estruturas encontradas.

Toda a área de intervenção iria ser posteriormente urbanizada e por isso impunha-se o salvamento imediato daquilo que em nosso entender poderá corresponder à *pars rustica* de uma *villa* urbana do período romano, situada nas imediações da *Salacia Imperatoria*.

Na escolha da área a escavar, tivemos em consideração as zonas que seriam destinadas à construção de moradias.

A área de intervenção foi dividida em quadrículas de 25 m^2 cada, orientadas N-S/E-W (Nmg), formando sectores (A a Z), tendo sido escavados os sectores E, F, G e H.

O sítio arqueológico em causa havia sido bastante destruído nos anos cinquenta deste século, procedendo-se, nessa altura, a terraplanagens que muito o danificaram.

C[1]) **JOÃO CARLOS** L. **FARIA, MARISOL** A. **FERREIRA,** ***Estações inéditas da época romana do concelho de Alcácer do Sal — Breve notícia***, Conimbriga, XXV, 1986, p. 44. Possui as seguintes coordenadas: X 166, 9;Y 156, 9 (C.M P. f. 476).

Por este motivo, os escassos vestígios encontrados não vão muito além dos 30 cm de profundidade, proporcionando este facto, a rápida progressão dos trabalhos e a consequente colocação à vista de estruturas arqueológicas diversas bem como a recolha de algum espólio.

SECTOR E — Camada única, de terra cinzenta escura, compacta.

Aparecimento de dois compartimentos, notando-se num deles a existência de uma pequena lareira, com fundo de *lateres*, adossada a uma parede, com grande dispersão de cinzas e carvões.

No compartimento contíguo a este, detectou-se a presença de um pavimento de *lateres* bastante danificado.

Os muros são constituídos por pedra calcária e pequenos fragmentos de tijolo *(lateres),* encontrando-se, durante a nossa intervenção, grande quantidade de *imbrices* fragmentados, dispersos por todo o sector.

SECTOR F — Única camada arqueológica, de terra cinzenta escura, a exemplo do que aconteceu para o sector anteriormente descrito.

Surgimento de compartimento, com muros construídos de pedra calcária e com grande dispersão de *lateres* e *imbrices.*

Imediatamente contíguo a esta divisão, escavou-se parte de um tanque com fundo revestido de *opus Signinum.*

SECTOR G/H — Continuação do aparecimento da única camada arqueológica que detectamos durante a escavação do sítio e já referida para os sectores E e F.

Escavação de dois compartimentos formados por muros de pedra calcária e fragmentos de *lateres.*

Num deles, a um canto, encontrou-se uma pequena lareira constituída por vários seixos fragmentados pela acção do fogo.

Contíguo a este compartimento, escavámos outra sala, de pequenas dimensões onde se detectou a presença de grande quantidade de pesos de tear em cerâmica comum, alinhados.

CATÁLOGO:

N° 1 - (SECTOR F) - Fragmento de garrafa, tipo Isings 50a. Vidro transparente verde-gelo com pequeníssimas bolhas de ar no gargalo.

Gargalo tronco-cónico. Bordo repuxado para fora e depois revirado para si mesmo, um pouco achatado na parte superior. Asa de fita multinervurada.

Cronologia: séc.I em diante.

N° 2 - (SECTOR E) - Lucerna intacta do tipo Dressel-Lamboglia, 30B. Pasta beije, medianamente dura. Engobe castanho.

Orla arredondada e descaída ornamentada com pérolas. Disco liso cercado por uma grossa moldura e com orifício de enchimento pouco centrado. Base de fundo ligeiramente côncavo demarcada por um anel muito baixo. Asa de fita com olhai bastante largo. Bico com evidentes sinais de utilização.

Altura: 42 mm

Diâmetro: 45 mm

Comprimento: 74 mm

Cronologia: Finais do séc. Ill d. C., inícios do séc. IV d. C.

N° **3** - (SECTOR E) - Fragmento de bordo de terra sigillata sudgálica, da forma Dragendorff 35.

Pasta vermelha alaranjada; verniz vermelho escuro.

Diâmetro: 12 cm.

N° **4** - (SECTOR G) - Fragmento de prato em terra sigillata clara D, da forma Hayes **58** (Lamboglia **52** A), de parede em quarto de círculo um pouco alargado e bordo em forma de aba estreita, arredondada e um pouco inclinada para o exterior. Apresenta duas caneluras sobre a face superior da aba.

Cronologia: séc. IV d.C.;

Diâmetro: 27 cm.

N° 5 - (SECTOR F) - Fragmento em prato de terra sigillata clara D, da forma Hayes **58** (Lamboglia **52** A), de parede em quarto de círculo um pouco alargado e bordo em forma de aba estreita. Apresenta, ainda que pouco perceptíveis, duas caneluras sobre a face superior da aba.

Diâmetro: 30 cm

N° 6 - (SECTOR G) - Peso de tear vertical. Forma de paralelepípedo de secção rectangular. Furo central cilíndrico no topo. Pasta do Sado, semelhante à das ânforas.

N° 7 (SECTOR G) - Peso de tear vertical. Forma de paralelepípedo, de secção rectangular. Furo central cilíndrico no topo. Pasta do Sado, semelhante a das ânforas.

N° 8 - (SECTOR G) - Peso de tear vertical. Forma de paralelepípedo, de secção quase quadrangular. Furo central praticamente cilíndrico, no topo. Tem uma marca gravada antes da cozedura na face superior. Pasta do Sado.

N° **9** - (SECTOR G) - Peso de tear vertical. Forma de paralelepípedo de secção quase quadrangular. Furo central praticamente cilíndrico, no topo. Pasta do Sado

N° 10 - (SECTOR H) - Lusitana 2 (Dressel 14/Beltrán IV). Bordo de secção triangular, com a aresta bem marcada, face superior convexa e claros vestígios de assentamento. Pasta dura, compacta, de aspecto folheado, quartzítica e com pequenas micas (Pasta do Sado). Cor bege ou laranja-avermelhado.

Superfícies exteriores rugosas, alisadas a trapo ou pincel.
Diâmetro: 17 cm.

N° 11 - (Sector H) - Idem.
Diâmetro: 16 cm.

N° **12** - (Sector H) - Idem.
Diâmetro: 15 cm.

N° 13 - (Sector H) - Idem.
Diâmetro: 17 cm.

N° **14** - (Sector H) - Lusitana 2. Bordo subtriangular. Face superior convexa e com ressalto a dar-lhes o aspecto de bordo de fita. (Pasta do Sado).
Diâmetro: 16 cm.

N° **15** - (Sector H) - Idem.
Diâmetro: 19 cm.

N° **16** - (Sector F) - Fragmento de bico fundeiro de Lusitana 4 (Almagro 51 C). Bico fundeiro cilíndrico e oco, com interior em bola. Pasta do Sado.
Superfícies exteriores com aguada, tornando-a mais escura que a pasta.

N° **17** - (Sector F) - Marca em relevo, incompleta, Q.C[?], com um ponto triangular de pequeno relevo a separar as duas primeiras letras.
Inscrita numa cartela rectangular, bem impressa, numa ânfora tipo Dressel 20, de secção ovalada. Pasta de tonalidade ocre-rosada, com um ténue cerne ocre-acinzentado, muito depurada, com pequeníssimas areias, micas e partículas negras.
Superfícies alisadas, da tonalidade da pasta.

N° 18 - (Sector H) - Alguidar. Troncocònico com bordo pendente e atrombetado. Pasta do Sado.
Diâmetro: 24 cm.

N° **19** - (Sector H) - Talha. Bordo engrossado e canelado, corpo sensivelmente ovoide. Pasta bege, micácea, com areias atingindo por vezes 1 cm.
Diâmetro: 30 cm.

N° **20** - (Sector H) - Idem.
Diâmetro: 34 cm.

N° **21** - (Sector F) - Pote. Ombros arredondados e descaídos, bordo amendoado em forma de aba curta, praticamente horizontal. Pasta do Sado.
Superfícies alaranjadas, queimada pela cozedura.
Diâmetro: 12 cm.

N° **22** - (Sector H) - Pote. Ombros quase rectos, a sugerirem um bojo ovoide. Bordo em forma de aba, revirado para fora. Pasta do Sado.

Superfícies bege-alaranjadas muito bem alisadas.

Diâmetro: 34 cm.

N° **23** - (Sector F) - Pote. Bojo aparentemente periforme, bordo revirado para fora a formar aba. Pasta quartzo-micácea, de tom alaranjado queimada pela cozedura.

Superfícies idênticas à pasta.

Diâmetro: 16 cm.

N° **24** - (Sector H) - Pote. Ombros convergentes, bordo revirado para fora, quase recto. Pasta do Sado.

Superfícies bege-alaranjadas, mais clara do que a pasta.

Diâmetro: 15 cm.

N° **25** - (Sector H) - Prato covo. Parede quase recta, ligeiramente inclinada, com grande esvasamento. Pasta do Sado.

Superfícies alaranjadas, mais claras do que a pasta.

Diâmetro: 35 cm.

N° 26 - (Sector H) - Idem.

Diâmetro: 34 cm.

N° 27 - (Sector F) - Pote. Colo alto, ligeiramente côncavo, bordo em forma de aba curta e soerguida. Pasta do Sado.

Superfícies alaranjadas, queimada pela cozedura.

Diâmetro: 11 cm.

N° **28** - (Sector G) - Prato covo. Parede quase recta, ligeiramente ondulada, com grande esvasamento. Pasta alaranjada, com pequenas areias, sem micas visíveis, de aspecto folheado com pequenas fendas.

Superfícies alaranjadas, mais claras do que a pasta.

Diâmetro: 35 cm.

N° **29** - (Sector H) - Tigela. Parede arqueada e bordo simples, boleado, ligeiramente revirado para o interior. Pasta do Sado.

Superfícies de cor bege-acastanhada.

Diâmetro: 18 cm

N° 30 - (Sector H) - Tigela. Paredes esvasadas e bordo simples, boleado. Pasta do Sado.

Superfície alisada, sem engobe.

Diâmetro: 16 cm.

N° 31 - (Sector H) - Terrina? Fundo raso. Copa hemisférica, com um estribo estreito de perfil triangular.

Superfícies acastanhadas, com engobe. Pasta muito fina, compacta, bastante depurada, de tom rosa.

Diâmetro: 28 cm.

N° **32** - (Sector H) - Prato covo. Parede bastante arqueada, bordo simples, ligeiramente boleado e revirado para o interior. Pasta do Sado.

Superfície bege-alaranjada.

Diâmetro: 33 cm.

N° **33** - (Sector H) - Bordo de almofariz de copa arqueada e bordo amendoado. Pasta quartzítica esponjosa e superfícies bege-acastanhadas.

Diâmetro: 23 cm.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Um dos primeiros aspectos a reter é o de que o sítio arqueológico ocupava uma área mais vasta, não se confinando apenas ao espaço no qual realizámos a nossa intervenção.

A antiga estrada nacional n.° 5 por um lado, e as terraplanagens aqui realizadas nos anos cinquenta deste século, viriam a danificar bastante a estação arqueológica em causa.

Outro aspecto a considerar é o de a situação geográfica do sítio, nas proximidades da *Salacia Imperatoria*, nos levar a crer estarmos em presença de uma *villa* urbana do período romano, tendo sido escavada, parcialmente, a *pars rustica* dessa *villa*.

Por outro lado, e infelizmente, a grande mistura de materiais encontrados apenas numa única camada arqueológica, não permite tirar grandes ilações, apenas podendo ajudar na atribuição de uma cronologia de ocupação do local, o qual, pela análise do espólio encontrado, abrange um período cronológico cultural que se estende desde o séc. I d. C. ao séc. IV d. C.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J. (1968) *Vidros romanos de Museus do Alentejo e Algarve,* "Conimbriga", VII, p. 7-40.

ALARCÃO, Jorge de (1974), *Cerâmica comum local e regional de Conimbriga,* Coimbra.

ALARCÃO, J. (1979), *Vidros do Castelo de Alcácer do Sal*, "Setúbal Arqueológica", IV, Setúbal, p. 155-170.

ALARCÃO, Jorge de (1983), *Portugal Romano,* Lisboa.

ALARCÃO, Jorge de (1988), *O Domínio Romano em Portugal,* Lisboa.

ALMEIDA, J. A. Ferreira de (1952), *Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal,* "O Arqueólogo Português", N. S., p. 5-208.

CALLENDER, M. H. (1965), *Roman Amphorae witer index of stamps,* Londres.

CHIC GARCIA, Genaro (1985), *Epigrafia anforica de la Betica* /, Sevilha.

DIOGO, A. M. Dias; FARIA, João Carlos Lázaro; FERREIRA, Marisol (1987), *Fornos de ânforas de Alcácer do Sal,* "Conimbriga", Coimbra, XXVI, p. 77-111

DIOGO, A. M. Dias; FARIA, João Carlos Lázaro (1989), *Trabalho e produção no Sado durante a época romana*, "Movimento Cultural", 5, Setúbal, p. 81-92.

DIOGO, A. M. Dias; FARIA, J. C. L. (1990), *Fornos de cerâmica romana no Vale do Sado. Alguns elementos*, "As ânforas Lusitanas. Tipologia, Produção, Comércio", Coimbra, p. 173-189.

DIOGO, A. M. Dias; FARIA, João Carlos Lázaro (1990), *Elementos para a caracterização e periodização da economia do baixo Sado durante a época romana,* "Actas do Colóquio Arqueologia Hoje", 1 (Etnoarqueologia), Faro, p. 92-107.

FARIA, João Carlos Lázaro; FERREIRA, Marisol A. (1988), *Descoberta de duas sepulturas romanas na vila do Torrão,* "Movimento Cultural", 5, Setúbal, p. 29-35.

HAYES, J. N. (1972), *Late Roman Pottery,* Londres.

NOLEN, Jeannette U. Smit (1985), *Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo,* Lisboa.

NOLEN, J. (1988), *Materiais da villa romana do Alto do Cidreira (Cascais),* "Conimbriga") 27, p. 61-140.

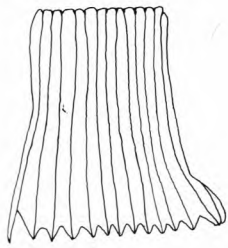
OLEIRO, J. M. Bairrão (1952), *Catálogo das lucernas romanas - Museu Machado de Castro,* Coimbra.

SIMÕES, Maria Helena (1986), *Vidros romanos do Museu de Castelo Branco,* "Conimbriga", XXV, Coimbra, p. 143-152.

EST. II



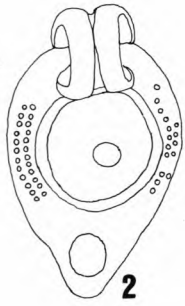
1



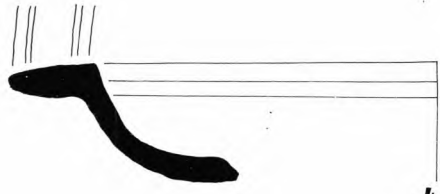


3





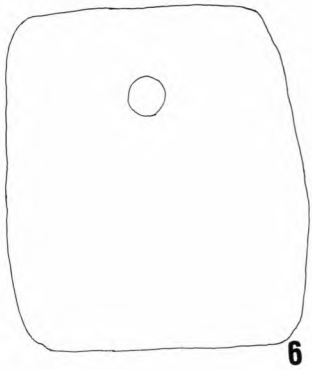
2



4

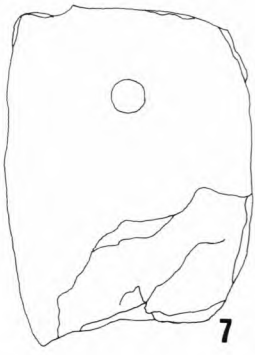


5

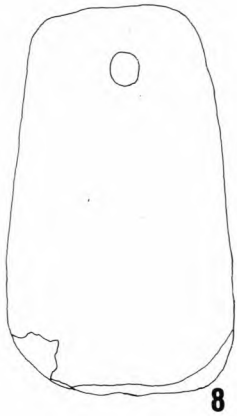


6

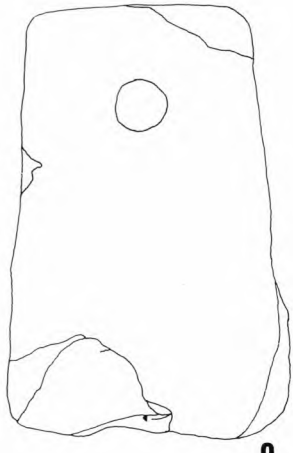




7

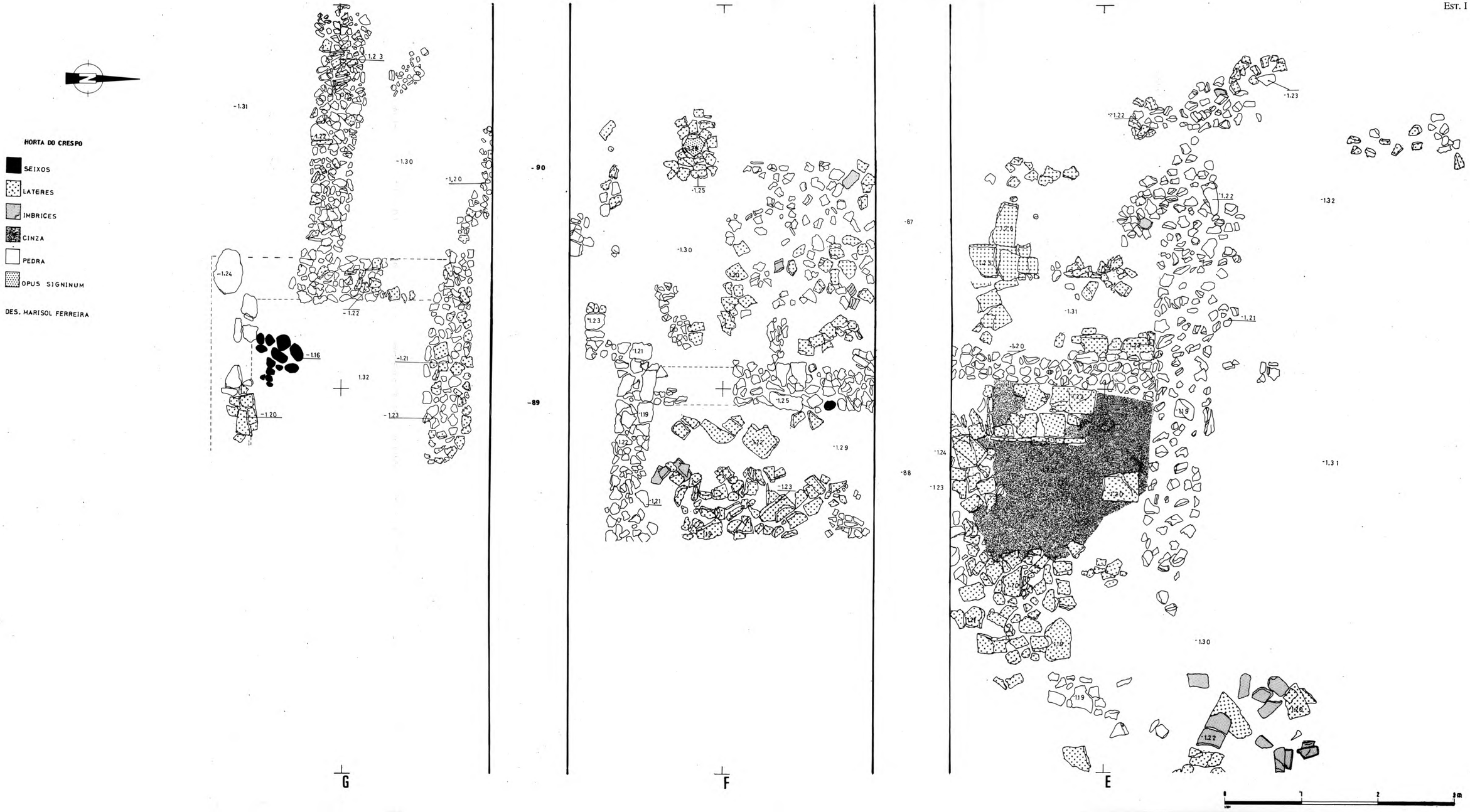


8

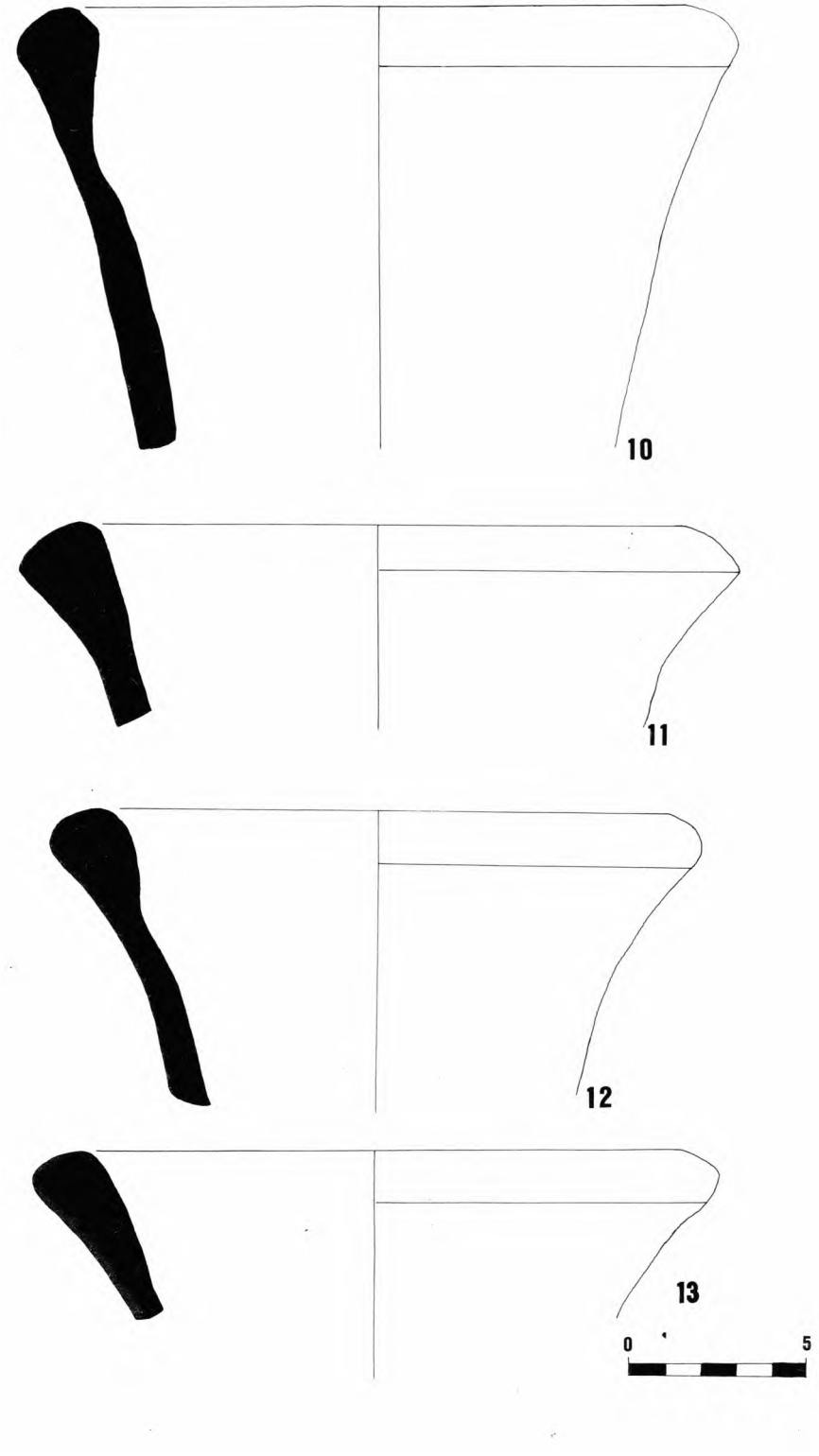


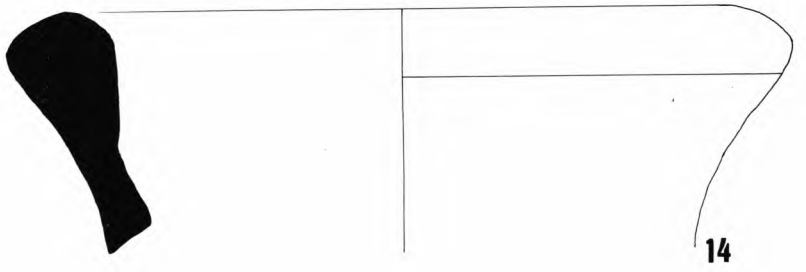
9

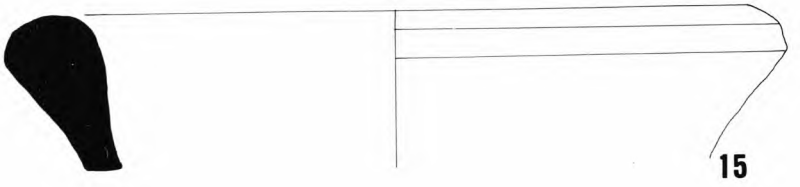
0 5


HORTA DO CRESPO
SEIXOS
LATERES
IMBRICES
CINZA
PEDRA
OPUS SIGNINUM
DES. MARISOL FERREIRA
0
5
10
H
G
F
E
-1.31
-1.30
-1.20
-1.24
-1.22
-1.16
-1.21
-1.23
-1.25
-1.29
-1.32
-90
-89
-87
-88
119
126
0
1
2
3m

(Página deixada propositadamente em branco)

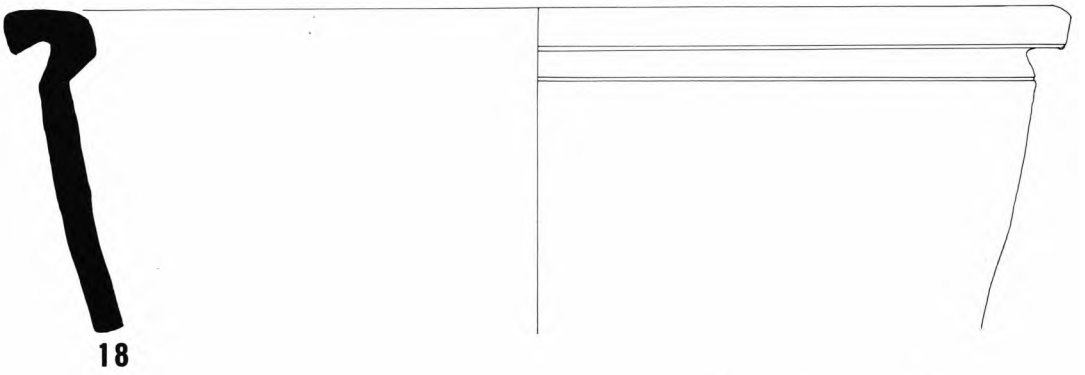

10
11
12
13
0
5

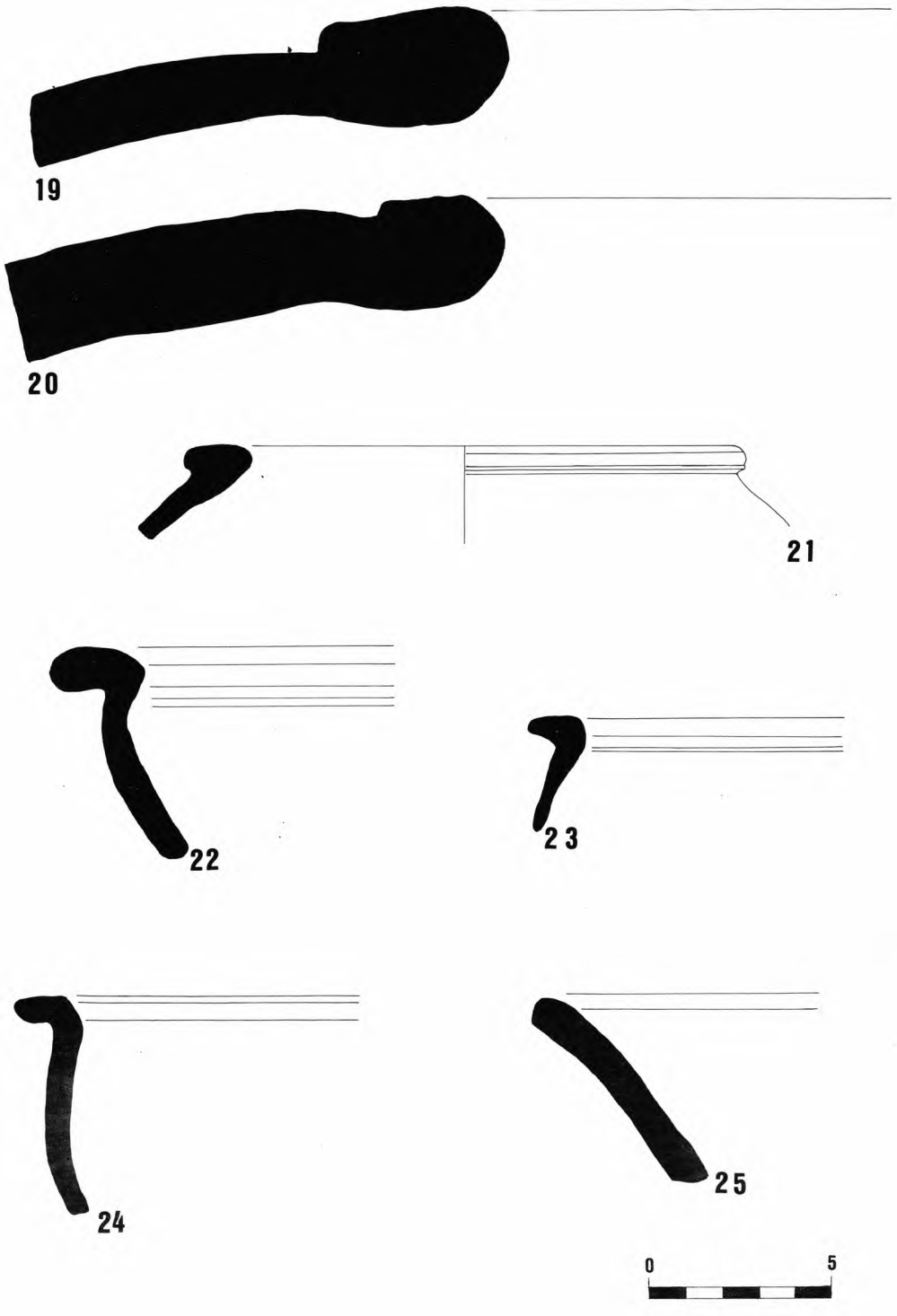

14

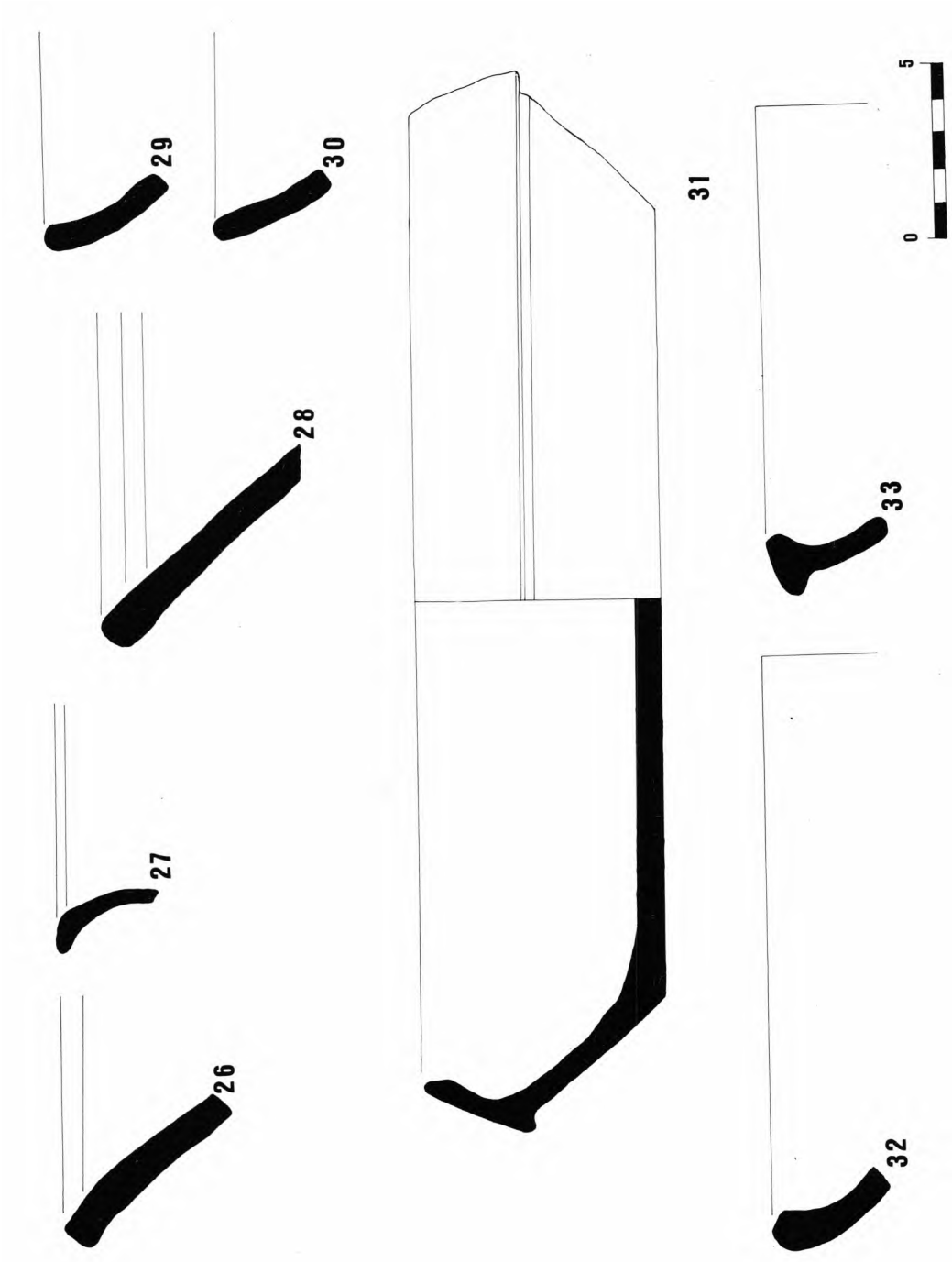

15


16


17


18
0
5


19
20
21
22
23
24
25
0
5


29
30
28
27
26
31
33
32
0
5

ÉLVIO MELIM DE SOUSA
Conservador dos Museus da Câmara Municipal de Sintra

CERÂMICA VIDRADA ROMANA PROVENIENTE DE TRÓIA DE SETÚBAL

«Conimbriga» XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 359-369

RESUMO: Estudam-se fragmentos de cerâmica vidrada, datáveis do séc. I d. C., provenientes de achados de superfície no sítio romano de Tróia.

RÉSUMÉ: On étudie 15 fragments de céramique romaine du I siècle de notre ère. Ce sont des trouvailles de surface au site de Tróia (Setúbal), en Lusitanie.

(Página deixada propositadamente em branco)

CERÂMICA VIDRADA ROMANA PROVENIENTE DE TRÓIA DE SETÚBAL

A cerâmica vidrada romana constitui, ainda hoje, um dos mais seguros indicadores dos contactos comerciais entre vários locais do Mediterrâneo, sobretudo durante todo o século I d. C.

Na sua origem fabricada na Ásia Menor (Tarsus, Antioquia, Notion, Dura-Europos e Tshandarli), a técnica do vidrado de chumbo ter-se-á difundido (a partir do séc. I d. C.) para Ocidente, chegando, inclusivamente, a ser produzida na Itália, na Britânia, na Hispânia (?), na Germânia (?), e no sul da Gália, perdurando aqui até inícios do século III d.C.

Caracterizado por possuir pasta clara, pequena espessura de parede, tonalidade esverdeada e vidrado interno, este fabrico apresenta, todavia, grandes variações cromáticas, e mesmo diferentes cores de cobertura (externa e interna), bem como diversas texturas argilosas, cores de pastas e estilos decorativos, tornando-se, por vezes, muito difícil definir-se com clareza o seu exacto local de produção. Refira-se, no entanto, que esta diversidade de factores revela, por si só, a existência de múltiplas procedências.

A sua tipologia, não demasiadamente vasta, inclui sobretudo formas características e/ou aparentadas com as dos vasos metálicos e das cerâmicas de paredes finas, possuindo uma difusão muito restrita e típica dos produtos de luxo. Este facto prender-se-á certamente com as exigências do seu fabrico (duas cozeduras, apuramento, vidrado e argila de boa qualidade) e consequente encarecimento do produto.

Publicada pela primeira vez em Portugal somente em 1957 (1), a cerâmica vidrada a verde apenas foi detectada, até agora, em seis lo-

(1) RIBEIRO, F. Nunes, OLEIRO, J. M. Bairrão e VIANA, A.. 1957, p. 459.

cais([2]): Monte do Farrobo (Aljustrel); Lobeira Grande; Conimbriga; Tróia de Setúbal; Paredes (Alenquer) e Alcácer do Sal([3]).

A situação geográfica dos achados denuncia uma dispersão marítima pelo Mediterrâneo até aos grandes portos da orla peninsular, a partir dos quais seguiriam alguma via fluvial ou terrestre de penetração para o interior. Recorde-se que o local mais a norte do nosso território onde foi exumada cerâmica vidrada romana é Conímbriga, o que pode até ser explicado pela relativa importância da cidade, sendo, pois, crível, neste caso, que o seu abastecimento se processasse a partir de *Olisipo* e daqui seguindo uma rota pela via *Olisipo-Bracara Augusta (It. Ant.* 420.8-422.1).

Em Espanha, o panorama é praticamente idêntico, a ter em linha de conta o inventàrio de M. Ribas Bertrán ([4]), de 1965, e também o de Miguel Beltràn([5]), de 1990, onde nos dá conhecimento de um total de 36 estações que forneceram cerâmica vidrada romana.

De qualquer dos modos, e apesar da tese de dispersão mediterrânica oriente-ocidente ser ainda aceite por alguns, autores há que aliam o facto da grande densidade de achados no ocidente do Império (em relação ao oriente), à existência de centros produtores localizados no oeste mediterrânico, essencialmente durante e a partir do século I d. C. Ressalve-se, contudo, que as densidades de achados podem ser por vezes falaciosas, até porque, neste caso específico, as mesmas deveriam equilibrar-se, como consequência da existência de centros de fabrico e a sua grande produtividade tanto no oriente como no ocidente, o que manifestamente não acontece.

Para os achados portugueses não possuímos indicações concretas quanto aos respectivos centros produtores. Assim, para o fragmento já publicado de Tróia de Setúbal, é adiantada a possibilidade de ter Tarsus como provável centro de fabrico, não sendo, no entanto, de excluir a

([2]) Monte do Farrobo: ANDRADE, R. Freire d' 1963-64, pp. 115-123; Lobeira Grande: RIBEIRO, F. Nunes, *et alti, ib.,* pp. 454-459; Conímbriga: COMFORT, H., 1961, pp.13 ; PEREIRA, M. A. Horta, 1970, pp. 49-54; ALARCÃO, J., 1976, pp. 39-42 e pp. 151 (PI. XXXII); QUINTEIRA, A. J. Ferreira, 1984, pp. 103-110; Tróia de Setúbal: PEREIRA, M. A. Garcia, *ib*., pp. 145-154; Paredes: PEREIRA, M. A .Horta, *ib.,* pp. 1-30.

([3]) Agradecemos ao Dr. A. M. Dias Diogo a informação relativa a Alcácer do Sal.

([4]) RIBAS BERTRÁN, M., 1965, pp. 164 e 165.

([5]) BELTRÁN, M.. 1990, p. 190.

hipótese de um forno no sul da Gàlia(6). Miguel Beltrán (7) refere ainda para este fragmento uma procedência itálica , como a mais apropriada. Para o *skyphos* de Paredes (Alenquer) propõe-se uma proveniência gálica,mas, pelo seu "sabor demais grego" *(sic),* é igualmente sugerido um centro de fabrico do Mediterrâneo Central (Sicília?) (8). Adianta-se também a hipótese de Tarsus como local de produção (9). Para os fragmentos exumados em Conímbriga não é proposto qualquer centro de fabrico, quer no trabalho de Jorge Alarcão(10), quer no artigo de António José Quinteria (")• Beltrán refere, no entanto, a possibilidade de se localizarem na Itália do Norte, na Central, ou, ainda, em Tarsus (12). De igual modo, não se adiantam quaisquer proveniências prováveis para as peças da região de Beja (Monte do Farrobo e Lobeira Grande) na bibliografia portuguesa. Para estes fragmentos M. Beltrán (13) propõe a Itália para os exumados na Lobeira Grande e o norte da Itália ou o sul da Gália para o vaso achado no Monte do Farrobo (Aljustrel).

Uma das formas mais produzidas e talvez mesmo a de maior difusão, quer nos fabricos orientais quer nos ocidentais, da denominada cerâmica vidrada a verde, parece ser o *skyphos* e suas variantes. Em Portugal, encontra-se patente em quatro das seis estações que forneceram este tipo cerâmico - Paredes, Conímbriga, Monte do Farrobo e Tróia de Setúbal - sendo, pois, a forma percentualmente mais representada entre nós.

Quanto à gramática decorativa, ela é na sua essência vegetalista e geométrica, tanto nos vasos moldados, com aplicações ou executados a barbotina, podendo adiantar-se para estes estilos uma cronologia de entre o século I d.C. e os inícios do século III d.C.. As representações figurativas, mais raras, são atribuídas geralmente a estratos datáveis do séc. I d.C., estendendo-se apenas até aos inícios da centúria seguinte.

De entre as peças exumadas no território português, são os motivos vegetalistas os mais comuns. Estão patentes em nove dos dezasseis fragmentos detectados na Lobeira Grande (embora um deles apresente

(6) **PEREIRA,** M. Garcia, *ib*., p. 152.
(7) **BELTRÁN,** M., *ib.,*p. 188.
(8) PEREIRA, M. A. Horta, p. 10.
O BELTRÁN, M,, *ib.,* p. 188.
(10) ALARCÃO, J,, 1976.
(") QUINTEIRA, A. J. Ferreira, 1984.
C2) BELTRÁN, M,, p. 188.
O3) *id.,ib.*.

uma decoração mista) e em pelo menos cerca de metade do total dos fragmentos conimbricences. O vaso encontrado no Monte do Farrobo possui três fiadas de 'pétalas' ou 'escamas' relevadas, sendo impossível, pois, incluí-lo numa decoração vegetalista. Neste estilo decorativo (vegetalista) não pode igualmente ser inserido o *skyphos* de Paredes, pois apenas apresenta elementos figurativos.

Para os fragmentos de Tróia de Setúbal ora em análise, podemos sugerir como prováveis locais de produção, segundo Miguel Beltrán, o norte da Itália para o fragmento n° 1, o sul da Gália ou a Itália Central para os n° 2, 7, 9 e 10, o sul da Gália para os n° 3, 5, 6, 12, 13, 14 e 15 e a Itália Central para os n° 4, 8 e 11. Não nos repugna, todavia, a hipótese de um centro de fabrico localizado no Mediterrâneo Oriental, sobretudo para os fragmentos de melhor qualidade (n° 1, 2, 9 e 10).

Cronologicamente, todas as peças que apresentamos parecem inserir-se no século I d. C.. A apreciação das suas características específicas, porém, permite-nos sugerir os inícios do século I d.C. para o fragmento n° 1; os meados do século I d.C. para os fragmentos n° 2, 7, 9 e 10, a segunda metade do século I d.C. para os fragmentos n° 12 e 14 e os finais desta mesma centúria para os fragmentos n° 4, 8 e 11, e talvez ainda para os n° 3, 5, 6, 13 e 15.

CATÁLOGO:

N° 1 - Fragmento de bordo e parede com arranque de asa de vaso.
Forma: *skyphos.*
Diâmetro: 72 mm.
Pasta: beige-acastanhada de tom muito escuro, de grão médio, com impurezas visíveis, dura, sonora, porosa, de fractura irregular.
Cobertura: externa / vidrado verde oliva com muitas flutuações de tom, apresentando ainda uma tonalidade azulada clara em praticamente todo o fragmento, sendo escura nas zonas onde há acumulação de cobertura; interna / vidrado cor-de-mel de tom claro e amarelado, com uma mancha verde junto ao ressalto e parte superior do bordo interno, espesso, brilhante.
Decoração: apresenta na parede do vaso uma decoração moldada, constiuída por um friso de pinhas relevadas que se alternam com elementos separadores verticais, praticamente ao nível superior da asa em forma de argola, a qual, por sua vez, é encimada por uma superfície plana e decorada com uma flor-de-lis estilizada que, partindo do lábio, adere à parede na sua zona superior.

N° 2 - Fragmento de bordo e parede lateral de vaso.
Forma: *skyphos* .
Diâmetro: 69mm (exterior).

Pasta: beige muito clara, de grão médio, com impurezas, dura, sonora, porosa.

Cobertura: externa / vidrado verde com flutuações de tom (muito escuro junto ao bordo), espesso, brilhante; interna / vidrado cor-de-mel (não homogéneo), apresentando junto ao ressalto e topo do bordo interno, uma tonalidade acastanhada devido à acumulação de cobertura, algo menos espesso que o exterior, brilhante.

Decoração: vegetalista, em relevo (barbotina), apresentando uma folha de hera e, sob esta, o troço de um pedúnculo, o qual seria, provavelmente, rematado por outra folha de hera, formando no conjunto um friso.

N° 3 - Fragmento de bordo e parede de vaso carenado.

Forma: não conseguimos encontrar um paralelo exacto dentro do reportório da cerâmica vidrada romana, pelo que remetemos para as formas Mayet XXV e Drag. 29 b e ainda para o fragmento vidrado já publicado de Tróia de Setúb*al (M. A. Garcia **PEREIRA,** 1971).

Pasta: castanha-acinzentada, de tom escuro, de grão médio, dura, sonora, pouco porosa, de fractura regular.

Cobertura: externa / vidrado castanho-amarelado, muito adulterado, espesso; interna / vidrado idêntico ao da cobertura externa, mas de tonalidade mais clara.

Decoração: apresenta duas fieiras de pérolas, uma abaixo da pequena canelura inscrita logo a seguir ao bordo (mamilos?) e outra sobre e imediatamente depois da carena do vaso.

N° 4 - Fragmento de fundo liso de pequeno vaso com pé em anel, com muitas probabilidades de pertencer a uma mesma mesma peça juntamente com o fragmento n° 8.

Forma: *skyphos.*

Diâmetro: 68 mm (a nível do limite exterior do anel).

Pasta: beige-acastanhada escura, de grão médio, com muitas impurezas, dura, porosa, de fractura não rectilínea.

Cobertura: externa / vidrado verde oliva, com muitas flutuações de tom, não homogéneo, espesso, brilhante, muito irisado; interna / vidrado cor-de-mel, homogéneo, muito espesso, brilhante.

N° 5 - Fragmento de bordo de vaso.

Forma: indeterminável (Mayet XXXVII-XXXVIII?).

Pasta: laranja-acastanhada escura, de grão fino, dura, porosa, de fractura rectilínea, apresentando ainda uma mancha de cozedura cinzenta.

Cobertura: externa / vidrado castanho-amarelado, de tom escuro, com laivos esverdeados, espesso, brilhante, denotando-se uma cor castanha escura nas zonas onde houve acumulação de cobertura; interna / vidrado verde-amarelado, com tonalidades castanhas, espesso, brilhante.

Decoração: apresenta na parede do vaso, um pouco abaixo do bordo, uma pérola e parte de outra.

N° 6 - Apresenta uma descrição idêntica à do fragmento n° 5.

Decoração: o fragmento possui logo abaixo do bordo, mas já na parede do vaso, uma pequena pérola, bem como, talvez, o arranque de outra (pequenos mamilos?).

N° 7 - Asa de argola completa encimada por uma superfície plana.

Forma: s*kyphos.*

Pasta: beige-acastanhada, de tonalidade algo escura, de grão médio, com algumas impurezas, muito dura, porosa, de fractura não rectilínea. Cobertura: externa / vidrado verde oliva, muito escuro (praticamente negro nas zonas de escorrimento), com laivos amarelados, não homogéneo, espesso, não muito brilhante; interna / vidrado cor-de-mel, de tom claro, espesso, brilhante.

Decoração: apresenta uma protuberância em relevo, arredondada, visível no plano frontal e situada à altura em que a asa vertical se une à secção superficial plana que a encima, como ainda um pequeno mamilo, inscrito lateralmente, logo acima da asa.

N° 8 - Fragmento de parede com arranque de asa de vaso.

Forma: indeterminável.

Pasta: Beige-acastanhada escura, de grão médio, com impurezas, dura, pouco sonora, porosa, de fractura não rectilínea.

Cobertura: externa / vidrado verde oliva claro, com muitas flutuações de tom, com reflexos metálicos, espesso, brilhante; interna / vidrado cor-de-mel, com flutuações de tom, homogéneo, espesso, brilhante.

Decoração: apresenta, executado a barbotina, um mamilo (pérola?) em relevo, inserto logo abaixo do arranque da asa, como ainda, sob este último, e à sua esquerda, algumas protuberâncias relevadas que pertencem aos elementos decorativos do vaso, os quais, infelizmente, não são identificáveis.

N° 9 - Fragmento de parede de vaso.

Forma: indeterminável.

Pasta: beige-acastanhada escura, de grão médio, com impurezas, dura, pouco sonora, algo porosa, de fractura não rectilínea.

Cobertura: externa / vidrado verde-amarelado, com flutuações de tom, não homogéneo, espesso, brilhante; interna / vidrado cor-de-mel, algo escuro, espesso, homogéneo, brilhante.

Decoração: apresenta uma decoração em relevo (barbotina) composta por fieiras de "cachos" de uvas estilizados e de pequenas flores circulares que preenchem toda a superfície da peça, as quais se inscrevem nos topos superior e inferior dos "cachos", intercalando-os.

N° 10 - Apresenta uma descrição em tudo idêntica à do fragmento n° 9. Talvez pertença ao mesmo vaso.

N° 11 - Fragmento de parede de vaso.

Forma: indeterminável.

Pasta: beige-acastanhada escura, de grão grosseiro, com muitas impurezas, dura, porosa, de fractura ligeiramente rectilínea.

Cobertura: externa / vidrado verde, com muitas flutuações de tom, não homogéneo, espesso brilhante, muito irisado; interna / vidrado cor-de-mel, homogéneo, muito espesso, brilhante.

Decoração: ostenta decoração relevada, apresentando-se esta em muito mau estado de conservação, pelo que não podemos indicar aqui um motivo concreto,embora nos pareça ser de aceitar a hipótese dos vestígios existentes pertencerem a motivos vegetalistas.

N° 12 - Fragmento de parede de vaso.

Forma: indeterminável.

Pasta: acastanhada, de tonalidade escura, de grão fino, com impurezas, dura, sonora, pouco porosa, de fractura regular, apresentando uma mancha de cozedura de tonalidade acinzentada.

Cobertura: externa / vidrado castanho-amarelado, de tom um pouco escuro, espesso, brilhante; interna / vidrado verde-acastanhado, espesso, brilhante.

Decoração: apresenta uma decoração em relevo, composta, muito provavelmente, por um botão de flor (remate de um caule), embora pelas suas reduzidíssimas dimensões nos seja impossível adiantar algo mais.

N° 13 - Apresenta uma descrição idêntica à do fragmento n° 6.

Decoração:existente, mas impossível de determinar, parecendo-nos, no entanto, ser de aceitar a hipótese de se tratar de motivos vegetalistas.

N° 14 - Fragmento de parede de vaso carenado.

Forma: indeterminável.

Pasta: Acastanhada, de tonalidade escura, de grão médio, com impurezas, dura, sonora, pouco porosa, de fractura rectilínea, apresentando ainda uma mancha de cozedura.

Cobertura: externa / vidrado castanho algo esverdeado, de tonalidade muito escura, espesso, brilhante, apresentando ainda, por acumulação de cobertura manchas muito escuras junto às concavidades; interna / vidrado idêntico ao externo, mas mais claro, não homogéneo, espesso, brilhante.

Decoração: apresenta uma decoração em relevo inserta na parede sobre a carena e composta por elementos vegetalistas - troços de pedúnculos, caules e folhas, denotandole ainda algumas elevações semelhantes a mamilos, se bem que incipientes.

N° 15 (peça não desenhada) - Fragmento de parede de vaso.

Forma: indeterminável.

Pasta: castanha-acinzentada, de tom muito escuro, de grão médio, dura, pouco porosa, de fractura irregular.

Cobertura: externa / vidrado castanho-amarelado, de tom muito escuro, espesso, brilhante, algo irisado; interna / vidrado verde-amarelado, de tom escuro, mas mais claro que o da cobertura externa, espesso, pouco brilhante, algo irisado.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J., 1968, "Une Coupe à Fond d' Or Découverte à Farrobo, Portugal", *Jornal of Glass Studies*, X, pp. 71-79.

ALARCÃO, J., 1974, "A Necrópole do Monte Farrobo (Aljustrel)", *Conimbriga* , Coimbra, vol. XIII, pp. 1 a 27.

ALARCÃO, J., 1976, "Céramique a Glaçure Plombifère", *Fouilles de Conimbriga*, t. VI, Paris, pp. 39-42 e p. 51.

ALMAGRO CORBEA, M., 1966-67, "Nuevas Aportaciones para el Estudio del Ajuar de la Sepultura 20 de la Necropolis de Farrobo (Aljustrel)", *Arquivo de Beja*, vol. XXIII-XXIV, pp. 213-223.

ANDRADE, R. Freire d'e **FERREIRA,** O. da Veiga, 1967, "Um vaso Lusitano-Romano com vidrado de chumbo, encontrado no Monte do Farrobo-Rio de Moinhos", *Revista de Guimarães*, vol. LXXVII, pp. 109-114.

ANDRADE, R. Freire d', 1963-64, **"A** Sepultura número 20 do Cemitério Lusitano-Romano do Farrobo", *Arquivo de Beja* , vols. XX-XXI, pp. 115 a 123.

BELTRÁN, M., 1990, *Guía de la Ceràmica Romana*, Zaragoza, pp. 187-189 e figs. 92 e 93.

COMFORT, H., 1961, "Roman Ceramics in Spain: an exploratory visit", *Archivo Español de Arqueologia,* XXXIV, pp. 3 a 7.

LÓPEZ MULLOR, A., 1980, "De Nuevo Sobre la Cerámica Vidriada de Mataró", *Quaderns de Prehistoria i Arqueologia del Maresme,* vols. 11-12, pp. 408-421.

LÓPEZ MULLOR, A., 1981, "Notas para una classificación de los tipos más frequentes de la cerámica vidriada romana en Cataluña", *Ampurias* ,t.43 ,Barcelona, pp. 201--215.

MAYET, F., 1975, *Les Céramiques a Parois Fines dans la Péninsule Ibérique*, Paris.

PÁZ PERALTA, L, 1980, "Cerámicas Vidriadas. Vidrios", *Atlas de Prehistoria y Arqueología Aragonesa* , I, Zaragoza.

PEREIRA, M. A. Garcia, 1971, "Fragmento de Vaso Vidrado a Verde da Estação Romana de Tróia (Setúbal), *O Arqueólogo Portugués* , vol. V, Lisboa, pp. 145-154.

PEREIRA, M. A. Horta, 1970, "O Dolium Cinerário, com Skyphos Vidrado a Verde da Necrópole de Paredes (Alenquer)", *Conimbriga*, IX, Coimbra, pp. 1-30.

QUINTEIRA, A. J. Ferreira, 1984, "Duas Peças de Vidrado a Verde Achadas em Conimbriga", *Conimbriga* , XXIII, Coimbra, pp. 103-110.

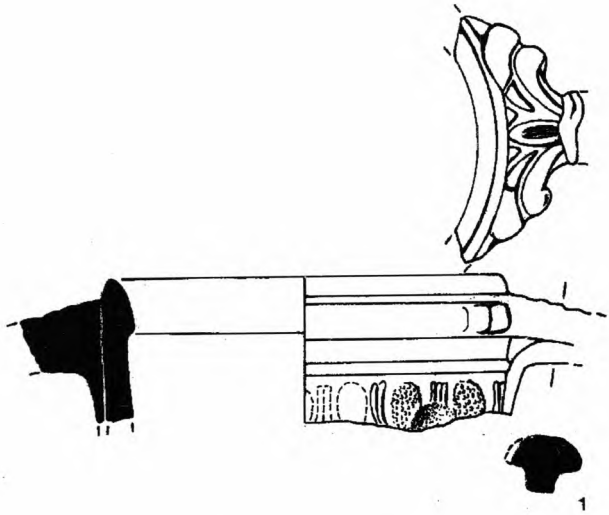
RIBAS BERTRÁN, M., 1965, "Cerámica vidriada romana de Mataró", *Pyrenae* , I.

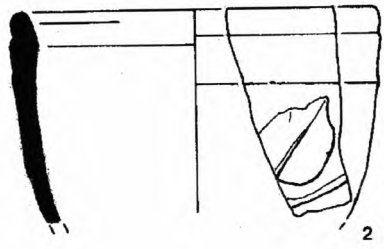
RIBEIRO, F. Nunes, **OLEIRO,** J. **M.** Bairrão, **VIANA, A.,** 1957, "Breve Nota sobre a Estação Romana da Lobeira Grande (Beja)", *Actas do XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, t. VIII, Coimbra, pp. 453-459.

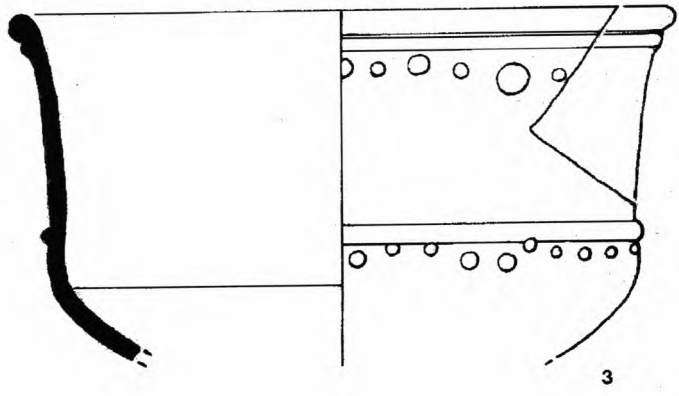
SÁNCHEZ, J. C., 1992, "Cerámica Vidriada", *Arcóbriga* , II, Zaragoza, pp. 227-229 e p. 309 (Lám. II, n° 1).

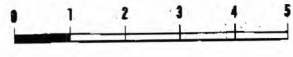
NOTAS:

* As peças objecto deste estudo pertencem ao Dr. Eurico Sepulveda, a quem agradecemos a cedência das mesmas.
** Os desenhos apresentados devem-se a Helena Martins Figueiredo.


1

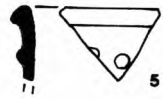

2


3

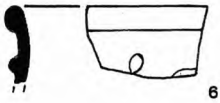

0
1
2
3
4
5



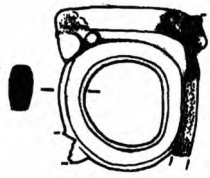
4



5



6



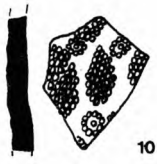
7



8



9



10



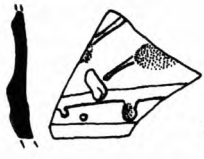
11



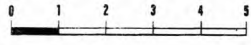
12



13



14



(Página deixada propositadamente em branco)

JOSÉ DA SILVA RUIVO
Mestrando em Arqueologia (Universidade do Porto). Bolseiro do PRAXIS XXI

FÍBULAS PRÉ-ROMANAS E ROMANAS DO TERRITÓRIO DE COLLIPPO
"Conimbriga", XXXII-XXXIII, (1993-1994), p. 371-382

RESUMO: Publica-se um conjunto de 13 fíbulas da II Idade do Ferro e da época romana recolhidas nas imediações do local onde teve assento o município lusitano de Collippo. Apesar de a ausência de dados estratigráficos impedir a inserção destes objectos num contexto espácio-temporal preciso, o seu estudo é mais um contributo para o melhor conhecimento da proto-história e da romanização da região.

RÉSUMÉ: On publie un lot de 13 fibules de II^{e} Âge du Fer et d'époque romaine, trouvées aux alentours du site où a vécu le municipe lusitanien de Collippo. En dépit de l'absence de données stratigraphiques qui empêchent l'insertion de ces objects dans un contexte archéologique défini, leur étude s'affirme comme un nouveau contribut pour une meilleure connaissance de la protohistoire et de la romanisation de la région.

(Página deixada propositadamente em branco)

FÍBULAS PRÉ-ROMANAS E ROMANAS DO TERRITORIO DE COLLIPPO

Encontra-se depositado no Seminàrio de Leiria um conjunto de 13 fíbulas provenientes da colecção arqueológica do páraco do Reguengo do Fetal, Pe. José Oliveira. Estes objectos deram entrada no Museu do Seminário em 1992, após o falecimento daquele sacerdote (*). Quanto à sua proveniência, não temos qualquer indicação segura sobre o local ou locais onde foram encontradas; temos no entanto como dado adquirido o seu achamento em estações arqueológicas localizadas nas imediações do Reguengo do Fetal (2), nomeadamente em S. Sebastião do Freixo, local que terá sido o assento da cidade romana de Collippo (3).

Todas as peças estudadas são em bronze ou latão (4) encontrándo-le, na maior parte dos casos, em precário estado de conservação, sendo por isso necessário submetê-las a tratamento adequeado logo que possível.

(') Sobre este conjunto tivemos já oportunidade de dar uma pequena notícia: Ruivo (J. S.), *Fíbulas pré-romanas [e romanas] do Museu do Seminário de Leiria*, "O Mensageiro", 4/11/1993. Agradecemos à Dra. Sálete da Ponte as sugestões apresentadas na fase final de preparação deste trabalho.

(2) Em trabalho escolar da autoria de Maria Luisa Vasconcelos Nogueira 0*Colipo*, Instituto de Arqueologia, Coimbra, 1966, s. n.° de pág.), é apresentada uma fotografia com algumas das fíbulas que publicamos e a indicação de que a n.° 12 proviria do lugar do Fetal. Esta informação deixa-nos porém algumas dúvidas.

(3) Deste *oppidum* referido já por Plínio-o-Antigo *(NH,* IV, 21), não conhecemos todavia significativos vestígios monumentais, apesar dos numerosos achados de materiais arqueológicos efectuados junto à quinta de S. Sebastião (cfr. **ALARCÃO,** *Roman Portugal*, vol. II, fase. 2 — *Coimbra & Lisboa*, Aris & Phillips Ltd., Warminster, 1988, p. 103, 3/224).

(4) Sobre a composição metálica das fíbulas romanas e da Idade do Ferro, veja-se a título de exemplo **ROVIRA LLORENS** (S.), *Las fibulas de la Província de Albacete: estudio arqueometalúrgico*, in **SANZ GAMO** (R.), **LÓPEZ PRECIOSO** (J.) e **SORIA COMBADIERA** (L.), *Las Fibulas de la Província de Albacete,* Albacete, 1992, pp. 293-312.

A peça número 1 identifica-se como sendo uma fíbula anular hispânica, objecto muito frequente em povoados e necrópoles peninsulares da II Idade do Ferro. O nosso exemplar enquadra-se na variante 4a da tipologia de Emeterio Cuadrado, caracterizando-se pelo arco em forma de naveta invertida com uma inflexão de cerca de dois terços do diâmetro e pelo pé largo, por vezes de feição triangular. Um arame enrolado de ambos os lados do aro estabelece a ligação entre este e o pé. Este modelo costuma ser de grandes dimensões certamente por se destinar a prender vestidos de lã([5]).

A fíbula anular hispânica representará, na opinião daquele investigador, uma evolução autóctone das fíbulas de Hallstatt D, ocorrida em finais do século VI ou inícios do V a.C. ([6]). Opinião diversa é perfilhada por Martín Almagro, que a faz derivar de modelos oriundos do Mediterrâneo Oriental ([7]).

Recentemente Ruiz Delgado elevou a cronologia da fíbula anular hispânica até aos inícios do século VI a.C. e, eventualmente, até à segunda metade do séc. VII a.C. para alguns exemplares ([8]).

Na opinião de Cuadrado, o tipo 4a parece ser, a par do tipo 1, o modelo mais antigo entre as fíbulas anulares hispânicas, com uma cronologia a rondar os inícios ou a primeira metade do século V a.C. ([9]). Este tipo aparece difundido um pouco por toda a Península ([10]). Em Portugal conhecemos exemplares originários de Conimbriga([n]), Alcácer do Sal([12]) e Cabeça de Vaiamonte, Monforte([13]).

([5]) **CUADRADO** (E.), *La fibula anular hispánica y sus problemas,* "Zephyrus", Vili (1), Enero-Junio, 1957, p. 15 e 24, fig. 14.

([6]) *Idem, ibidem*, p. 25.

([7]) **ALMAGRO** (M.), *Sobre el origen posible de las más antiguas fibulas anulares hispánicas,* "Ampurias", XXVIII, 1966, pp. 230-236.

([8]) Ruiz **DELGADO** (M. M.), *Fíbulas Protohistóricas en el Sur de la Península Ibérica,* Sevilha, 1989, p. 165.

([9]) **CUADRADO,** *La fibula anular hispánica y sus problemas,* pp. 45-47, 60 e 64, fig. 42.

([10]) **CUADRADO,** *La fibula anular hispánica y sus problemas,* p. **46 e fig. 14; SANZ GAMO, LÓPEZ PRECIOSO e SORIA COMBADIERA,** *Las Fíbulas de la Provincia de Albacete,* pp. 110-111.

([n]) **PONTE** (S.), *Les fibules,* in **ALARCÃO** (J.) e **ÉTIENNE** (R.) (dir.), *Fouilles de Conimbriga, VII—Trouvailles diverses,* Paris, De Boccard, 1979, p. 114, PI. XXV, n.° 13-14.

([12]) **PONTE** (S.), *Algumas fíbulas de Alcácer do Sal,* "O Arqueólogo Portugués", série IV, 3, 1985, pp. 141, 144-145, n.° 5-8.

([13]) **PONTE** (S.), *Fíbulas de Vaiamonte (Monforte),* "Actas del III Coloquio de Lenguas y Culturas Paleohispanicas", Salamanca, 1985, p. 139 e 148, Est. I, fig. 5-6.

1. Fíbula anular hispânica. Tipo Cuadrado 4a. Mantém apenas o anel e o arco, mas este está partido na cabeça e no pé. O anel é circular, com uma secção em forma de losango, que vai diminuindo progressivamente da cabeça para o pé. A mola, de que restam alguns vestígios, era bilateral, com o arame em forma de fita. O arco, de secção sobre o triangular, é em forma de naveta invertida. A ligação entre o pé e o anel fazia-se por meio de um fio metálico que estava enrolado de ambos os lados do pé. Não tem fuzilhão.

Comp, do anel: 48 mm; larg.: 45 mm; alt. do arco: 14 mm; peso: 13,8 g.

As fíbulas de pé alto, do tipo 4h de Schule ([14]), mais vulgarmente conhecidas sob a designação de fíbulas "tipo transmontano" a partir dos estudos de J. Fortes ([15]), estão representadas por três exemplares. Como salientam alguns autores, esta última designação afigura-se de algum modo imprópria para um objecto cuja representatividade, apesar de significativa a Norte do Douro, no actual estado das pesquisas parece ser inferior à que se verifica no Centro e no Sul de Portugal ([16]). Sem termos a preocupação da exaustividade, basta referir que a Norte do Douro Sálete da Ponte inventariou 29 exemplares, dispersos por mais de quinze estações arqueológicas ([17]), a que podemos acrescentar 21 oriundos do Castro de Santa Trega, Pontevedra ([18]), números que não são extraordinariamente significativos quando comparados com os 46 que reunimos para a região centro portuguesa, ou com a mais de meia centena de exemplares da Cabeça de Vaiamonte, Monforte([19]). Inclusivamente dever-se-á rever

([14]) **SCHÜLE** (W.), *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel*, Berlim, 1969, p. 148, Abb. 59f.

([15]) **FORTES** (J.), *As fíbulas do Noroeste Peninsular*, "Portugália", 2, 1905-1908, pp. 20-21.

([16]) **NUNES** (J. C.), **FABIÃO** (C.) e **GUERRA** (A.), *O acampamento militar romano da Lomba do Canho (Argañil): ponto da situação*, "Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu", Viseu, 1989, p. 410.

([17]) **PONTE** (S.), *A génese das fíbulas do Noroeste Peninsular*, "Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular", Guimarães, 1980, pp. 118-119, inventaria 17 peças provenientes daquela área geográfica, a que devemos acrescentar mais 6 publicadas pela mesma investigadora em *Fíbulas de sítios a Norte do rio Douro*, "Lucerna", 1984, pp. 131-132, n.° 24-25, 27-28 e 30-31. Neste último artigo, refere ainda 6 exemplares inéditos (p. 131, notas 92-94).

([18]) **CABALLO ARCEO CL. X.),** *Catálogo dos materiais arqueolóxicos do Museu do Castro de Santa Trega: Idade do Ferro*, Pontevedra, 1989, pp. 19-21, n.° 17-37.

([19]) **SANTOS** (M. F.), *Fíbulas recolhidas na Cabeça de Vaiamonte (Monforte, Alto Alentejo),* "Anais da Academia Portuguesa de História", II Série, voi. 22, Lisboa, 1973, pp. 193-94,sobretudo os nos. 1-67; **PONTE** (S.), *Fíbulas de Vaiamonte*, pp. 140-141 e 149--151, Est. I ll, n.° 9-33.

a tese da difusão dos seus prototipos a partir da Meseta Castelhana aceite até aqui sem grande contestação ([20]), em favor da tese das influências mediterrânicas, lentamente difundidas a partir do Sul da Península.

Refira-se que os exemplares que recenseámos para o centro do país estão todos eles — à excepção dos do acampamento romano da Lomba do Canho, Arganil (2 exemplares) — situados a Sul do Mondego ([21]). As escavações de Conimbriga forneceram 24 exemplares ([22]), a que juntamos 5 provenientes do Crasto, Soure([23]), Idas Dordias, Soure([24]), 2 do Outeiro da Assenta, Óbidos ([25]), 6 de Pragança([26]) e 2 do Castro de S. Salvador, Cadaval ([27]). Da região de Leiria, para além das 3 peças que ora publicamos, tivemos oportunidade de observar uma outra proveniente de S. Sebastião que se encontra no edifício do Turismo daquela cidade ([28]).

Por outro lado, também a cronologia deste tipo de fíbula parece suscitar alguns problemas. Schüle situa-a entre finais do século IV a.C. e o *terminus* do período republicano ([29]). Contudo, em boa parte dos casos não foi possível determinar o contexto arqueológico das peças e quando tal ocorreu, as datações propostas são muito tardias. É o caso de algumas fíbulas de Conimbriga encontradas nos níveis de construção do *forum*

([20]) **SCHÜLE** (WJ, *Las más antiguas fibulas con pie alto y ballesta,* Madrid, 1961, pp. 5-6; **PONTE,** *Les fibules,* p. 115; **SILVA** (A. C. F.), *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal,* Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, 1986, p. 190.

([21]) **NUNES, FABIÃO e GUERRA,** *Lomba do Canho*, **p. 410.**

([22]) **PONTE,** *Fíbulas pré-romanas e romanas de Conimbriga*, "Conimbriga", XII, 1973, pp. 168-171, Est. II-ffl, n.° 5-10 e c), d), e) e f); **PONTE,** *Les fibules*, voi VII, p. 115, **PI.** XXV, n.° 20-25; **PONTE,** *A génese das fibulas do Noroeste Peninsular*, p. 118, n.° 44.

([23]) **MONTEIRO,** (A.J.N.), *Crasto*, "Informação Arqueológica", 9, 1994, p. 58, publica 3 exemplares actualmente depositadas no Museu de Soure.

([24]) Informação do Dr. A. J. Nunes Monteiro.

([25]) **CHAVES** (L.), *Segunda exploração arqueológica do Outeiro da Assenta (Termo de Óbidos),* "O Archeologo Português", XX, 1915, p. 265, fig. 8 e p. 269, fig. 14; **PONTE,** *A génese das fibulas do Noroeste Peninsular,* p. 118, n.° 36.

([26]) **PONTE,** *A génese das fíbulas do Noroeste Peninsular,* p. 118, n.° 39; **VASCONCELOS** (J. L.), *Religiões da Lusitânia,* vol. Ill, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, p. 127, fig. 54, nota 5; **SCHÜLE,** *Die Meseta-Kulturen,* Taf. I11, n.° 12; **PONTE (S.),** *Uma colecção de fíbulas da Estremadura,* "Boletim Cultural da Assembleia Distritai de Lisboa", III série, 88 (1), 1982, p. 216, 219 nota 10, 221, Est. I n.° 3 e 5.

([27]) **PONTE,** *Uma colecção de fíbulas da Estremadura,* p. 216, 221, Est. I n.° 4-5.

([28]) **OLEIRO** (J. **M.) e ALARCÃO** (J.), *Escavações em S. Sebastião do Freixo (concelho da Batalha),* "Conimbriga", Vili, 1969, p. 6.

([29]) **SCHÜLE,** *Die Meseta-Kulturen,* pp. 149-150.

flaviano e das termas de Trajano ([30]), ou da fíbula do Monte Mózinho, Penafiel, surgida num contexto do século I d.C.([31]). Já os exemplares encontrados em Numância ([32]), na Lomba do Canho([33]), no Crasto ou mais para Sul, na Cabeça de Vaiamonte, no acampamento de Cáceres el Viejo ([34]) e no castro de Azougada, Moura ([35]), parecem apontar para uma cronologia mais recuada sem atingir, contudo, o século IV a.C.

Em termos morfológicos, estamos na presença de uma fíbula de pé alto, com um arco em forma de naveta invertida, decorado nas extremidades por anéis ou molduras contínuas, o mesmo acontecendo no apêndice caudal; possui um eixo em bronze ou em ferro, com terminais em forma de disco ou botões decorativos onde se enrola uma mola bilateral simétrica e de corda interior ao arco; o fuzilhão é independente da mola.

2. Fíbula do tipo Schíile 4h. Fragmento em bronze e ferro, conservando o eixo com os discos terminais, a mola — com 14 espirais — e parte do fuzilhão. Comp. da mola: 36 mm; peso: 11, 04 g.

3. Fíbula do tipo Schiile 4h. Fragmento em bronze e ferro. O arco, decorado longitudinalmente por uma moldura em relevo, descreve uma hipérbole. O seu extremo é ornado por molduras anelares. Conserva ainda o olhai com vestígios do eixo de ferro. O fuzilhão está incompleto. A secção é semi-circular.
Comp.: 36 mm; alt.: 20 mm; peso: 10,46 g.

4. Fíbula do tipo Schíile 4h. Fragmento em bronze. O arco é em forma de naveta invertida. A secção é circular. Um dos extremos é ornado por molduras anelares. Comp.: 36 mm; alt.: 23 mm; peso: 13,36 g.

O fragmento de fíbula n.° 5 integra-se nas produções de La Tène III. Pertence ao grupo das fíbulas de arco filiforme, com mola bilateral de corda exterior ao arco. Neste caso concreto, a mola tem igual número de

([30]) **PONTE,** *Les fibules,* **p. 115.**

([31]) **ALMEIDA** (C. A. F.), *Escavações no Monte Mózinho, II, 1975-1976*, Penafiel, 1977, **p.** 16, 37, Est. I, fig. 3; **PONTE,** *Fíbulas de sítios a Norte do rio Douro*, **p.** 115.

([32]) **SCHÜLE,** *Die Meseta-Kulturen*, p. 148, Abb. 59f.

([33]) Este local terá sido ocupado por volta de meados do século I a.C. (cfr. **NUNES, FABIÃO** e **GUERRA,** *Lomba do Canho*, p. 411).

([34]) **ULBERT,** (G.), *Cáceres el Viejo. Ein spätrepublikanisches legions lager in Spanisch-Extremadura*, Madrider Beitrage, Band 11, Mainz am Rhein, 1984, Taf. 9, n.° 35-41. O acampamento foi abandonado na época das guerras sertorianas (80-72 a.C.).

([35]) **GAMITO** (T. J.), *Social complexity in Southern Iberia 800-300 B.C. The case of Tartessos*, BAR IS 439, Oxford, 1988, fig. 49.

voltas dos dois lados. Um fragmento em tudo semelhante ao nosso foi encontrado em Conimbriga, numa camada de abandono do habitat indígena na zona da palestra das termas de Trajano ([36]). Outros exemplares deste tipo foram encontrados naquela cidade em estratos do século I e inícios do II d.C. ([37]). As escavações de Miróbriga forneceram duas fíbulas desta classe, mas não existe qualquer referência ao seu contexto estratigráfico ([38]).

5. Fíbula de La Tène III. Fragmento que conserva a mola bilateral de corda exterior ao arco (4 voltas). A mola é criada a partir do fuzilhão que se apresenta incompleto. O arco, a mola e o fuzilhão eram feitos de um só arame. Comp, do fuzilhão: 33 mm; larg. da mola: 12 mm; peso: 4,82 g.

Também nas produções de La Tène III se integram as fíbulas do tipo Nauheim, de que constam três exemplares no nosso inventário (n.° 6,7 e 8). Esta denominação anda associada à necrópole de Bad Nauheim (Frankfurt, Alemanha), onde nos inícios do século se descobriram vários exemplares que, pelas afinidades patenteadas entre eles, acabariam por estar na base de um nova tipologia ([39]).

Estruturalmente, as fíbulas de Nauheim caracterizam-se por possuir o arco, a mola e o fuzilhão feitos de um único fio metálico. No modelo mais clássico, o arco é de feição triangular e pouco encurvado; a mola é bilateral, com quatro voltas e de corda interior ao arco; o pé é univazado, contíguo, variando de acutângulo a rectangular e o fuzilhão é recto ([40]).

Estas produções estão relativamente bem documentadas no centro e no sul do território português, em locais como Lomba do Canho ([41]), Conimbriga ([42]), Casal da Mota, Nazaré ([43]), Pedrão, Setúbal ([44]), Miró-

([36]) **Cfr. PONTE,** *Les fibules*, **p. 116** e **PI.** XXVI, **n.° 35.**

([37]) *Idem, ibidem,* p. 116 e PL XXVI, n.° 34 e 37.

([38]) **PONTE** (S.), *As fíbulas de Miróbriga,* "Setúbal Arqueológica", V, 1979, pp. 196-197, Est., n.° 7-8.

([39]) **NUNES** (J. **C.),** *Fíbulas do tipo Nauheim no castro da Lomba do Canho, em Arganil,* "Revista de Guimarães", LXIX, 1959, p. 397.

([40]) *Idem, Ibidem,* **pp.** 398-399; **PONTE,** *Fíbulas do distrito de Setúbal,* **pp.** 317-318.

([41]) **NUNES,** *Fíbulas do tipo Nauheim no castro da Lomba do Canho,* pp. 397-416; **NUNES, FABIÃO** e **GUERRA,** *Lomba do Canho,* pp. 410 e 424, fig. 9, n.° 4.

([42]) **PONTE,** *Les fibules,* **pp.** 117-118, 124, PI. XXVI, **n.°** 41-46; PONTE, *Fíbulas de Conimbriga,* **pp.** 176-179, Est. IV-V, **n.°** 15-17 e 19-21.

([43]) **PONTE, (S.),** *Fíbulas do Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso (Nazaré),* "Conimbriga", 23, 1984, pp. 93-95, fig. 5-6.

t[44]) **PONTE,** *Fíbulas de Setúbal,* pp. 317-318, 321, fig. 1, **n.°** 2-3.

briga (45) e Cabeça de Vaiamonte(46). Apesar de os contextos cronológico-estratigráficos serem por vezes um pouco imprecisos, sabemos que sua utilização parece prolongar-se até meados do século II d.C. em vários locais do mundo romano (47).

6. Fibula de Nauheim. O arco alongado e laminar, de feição triangular, caracteriza-se por um alteamento do ombro. A mola bilateral, de corda interior ao arco, consta de 4 voltas. A secção do aro é rectangular. Pé, descanso e fuzilhão desapareceram.
Comp.: 72 mm; alt.: 31 mm; peso: 16,97 g.

7. Fíbula de Nauheim. Idêntica à anterior, mas de mais pequenas dimensões. A mola, fracturada, conserva apenas duas voltas. Possui parte do pé, embora sem descanso.
Comp.: 65 mm; alt.: 22 mm; peso: 8,45 g.

8. Fíbula de Nauheim. Fragmento que conserva a mola bilateral de corda interior ao arco, o eixo e parte do ombrai do arco. O arco é de secção rectangular, com uma nervura longitudinal ao centro, ladeada por um fino tracejado.
Comp.: 18 mm; peso: 3,10 g.

Os números 9 e 10 integram-se no grupo das fíbulas de "Aucissa", designação que encontrou a sua origem no nome de um dos fabricantes mais activos deste modelo (48). Este tipo está já presente nas Gálias nas últimas décadas do século I a.C., em locais como Bibracte, Gergovia, Haltern ou Hofheim, e embora tradicionalmente a sua cronologia seja fixada até ao periodo flaviano(49), parece prolongar-se no caso de algumas variantes até ao século II.

Colocando de parte a questão da origem gaulesa ou italiana desta fíbula^0), podemos dizer que ela se caracteriza genericamente por um

(45) PONTE, *Fíbulas de Miróbriga,* p. 197, 200, fig. 9.

(46) SANTOS, *Fíbulas recolhidas na Cabeça de Vaiamonte,* p. 196, nos. 68, 74, 75, 111-120, 148-149, 151, 153, 158, 225-231; **PONTE,** *Fíbulas de Vaiamonte*, pp. 144--146, 152-153, Est. III-IV, n.° 55-74.

(47) **SIMPSON** (G.), *Some British and Iberian penannular brooches and other early types in the Rhineland and the 'Decumates Agri',* "The Antiquaries Journal", LIX (2), 1979, p. 333.

(48) **LERAT** (L.), *Catalogue des collections archéologiques de Besançon. II — Les fibules gallo-romaines*, "Annales Littéraires de 1' Université de Besançon", 2e Série, Tome III, fase. 1, Archéologie, 3, Besançon, 1956, p. 19.

(49) *Idem*, *ibidem*, p. 23.

(50) Veja-se a discussão desta problemática em Ponte, *Fíbulas romanas e pré--romanas de Conimbriga,* p. 26.

arco semi-circular de feição triangular, uma cabeça de charneira, o pé curto rematado por um botão esférico ou cónico, o descanso triangular e o fuzilhão recto.

A partir das fíbulas das escavações da cidade britânica de Camulodunum, Colchester, estabeleceram-se três variantes da fíbula de Aucissa, conhecidos por Camulodunum 17 A, B e C (51).

O nosso exemplar n.° 9 integra-se no tipo 17 A, que se caracteriza por um arco laminar de feição triangular, que realiza com o pé — muito reduzido— um angulo obtuso. Em Conimbriga está presente nos níveis de construção do *forum* flaviano e das termas trajânicas (52).

O n.° 10 parece integrar-se no tipo 17 C. Neste grupo o arco é semi-circular, a decoração pauta-se frequentemente pela sobriedade, a placa toma-se mais pequena, a carteia raramente excede a largura do arco e o pé toma-se insignificante. Esta forma encontra-se em vários locais do mundo romano, com uma cronologia que medeia entre o período claudiano e os inícios da dinastia antonina (53).

9. Fíbula de Aucissa. Arco laminar de feição triangular, encurvado. A secção é rectangular. O arco é debruado nas extremidades por um tracejado quase imperceptível. A cabeça é de charneira. O pé conserva apenas o arranque do descanso. Tem fuzilhão.
Comp.: 37 mm; alt.: 15 mm; peso: 2,83 g.

10. Fíbula de Aucissa. O arco, torcido junto à placa, é semi-circular e tem secção triangular. A placa é quadrangular e alta. O pé é coroado por um botão, o descanso é triangular e alto. Não tem fuzilhão.
Comp.: 62 mm; alt.: 30 mm; peso: 6,35 g.

O nosso estudo termina com a apresentação de três fíbulas anulares romanas que se integram no tipo B1 de Fowler (54). Caracterizam-se por ter as extremidades do aro em forma de molduras anelares ou de botões cónicos, por vezes facetados. O fuzilhão é recto e a cabeça em anel.

A origem das fíbulas anulares ou em ómega, como também são conhecidas, é bastante discutida. Para Fowler teriam surgido em Inglaterra,

(51) HAWKES (C. F. C.) e HULL (M. R.), *Camulodunum. First report on the excavations at Colchester 1930-1939,* Oxónia, 1947, p. 322 e segs.

(52) PONTE, *Les fibules,* p. 119, 124, PI. XXVII, n.° 52-54.

(«) PONTE, *Les fibules,* p. 120, 125, PI. XXVIII, n.° 61-65; SIMPSON, *Some British and Iberian penannular brooches,* p. 333.

(54) FOWLER (E.), *The origins and development of the penannular brooch in Europe,* "Proceedings of the Prehistoric Society", XXVI, 1960, p. 151, fig. 1.

já que o seu tipo mais arcaico, o Aa — representado pelas fíbulas de aro interrompido — aparece associado a materiais do séc. Ili a.C. e é independente dos achados mais recuados feitos nos castros peninsulares ([55]).

Contudo, os dois modelos mais antigos da fibula de aro interrompido até agora descobertos provém de França, das regiões do Aisne e do Mame, remontando a sua cronologia ao século V a.C. ([56]). Hawkes admite que tenham influenciado as produções britânicas, porém o desenvolvimento destas pode ter-se processado de forma autónoma de c. 400 a.C. em diante ([57]). Ainda segundo aquele especialista, as primeiras fíbulas anulares da Península teriam sido introduzidas a partir de protótipos britânicos ([58]). Por seu tumo, Sálete da Ponte faz derivar este modelo das fivelas anulares de aro fechado tão comuns nos castros lusitanos ([59]). As fíbulas anulares estão presentes em numerosos locais do mundo romano, com uma cronologia variável que vai sobretudo do século I d.C. à primeira metade do século III í[60]), embora Ettlinger a estenda ao século IV ([61]). Em Conimbriga, os exemplares fornecidos pelas escavações integram-se nesta cronologia, com particular incidência nos períodos flaviano e trajânico([62]).

11. Fíbula anular romana. O aro e a secção são circulares. Um dos extremos do aro termina em botão cónico, o outro está fracturado. Não tem fuzilhão. Comp.: 27 mm; larg.: 27 mm; peso: 4,16 g.

12. Fíbula anular romana. O aro e a secção são circulares. As extremidades do aro são rematadas por botões cónicos. O fuzilhão está intacto.
Comp.: 50 mm; larg.: 45 mm; peso: 25,21 g.

13. Fíbula anular romana. O aro e a secção são circulares. Os extremos do aro terminam em molduras anelares quase imperceptíveis devido ao desgaste. Não tem fuzilhão.
Comp.: 29 mm; larg.: 29 mm; peso: 2,31 g.

([55]) *Idem*, *ibidem*, p. 155.

([56]) **SIMPSON,** *Some British and Iberian penannular brooches*, pp. 319-320.

([57]) **HAWKES** (C. F. C.), *Penannular brooches Fowler Aa*, *B, and C in Britain and the Iberian Peninsula*, **in SIMPSON,** *Some British and Iberian penannular brooches*, p. 327.

([58]) *Idem*, *ibidem*, p. 328.

([59]) **PONTE,** *Les fibules,* p. 189.

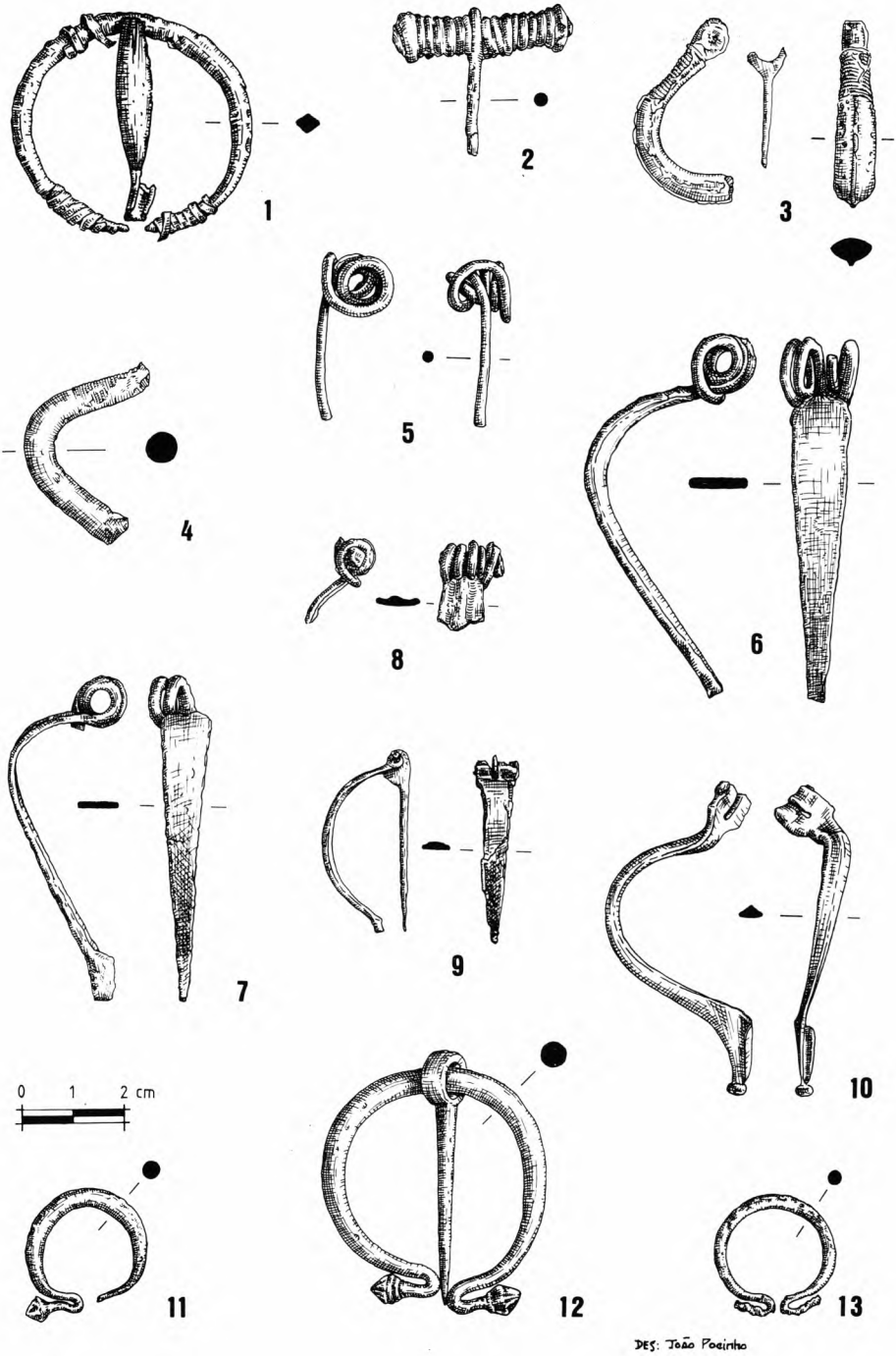
([60]) **PONTE,** *Les fibules*, **p.** 120. **INIESTA SANMARTÍN (A.),** *Las fíbulas de la region de Murcia*, Editora Regional Murciana, Murcia, 1983, p. 200.

([61]) **ETTLINGER** (E.), *Die Römischen Fibeln in der Schweiz*, Berna, 1973, p. 30

([62]) **PONTE,** *Les fibules,* p. 120

A publicação deste conjunto de fíbulas pretende dar uma pequena achega ao conhecimento da proto-história e da romanização do território coliponense. Assim, enquanto a presença de peças com cronologias supostamente recuadas — sobretudo uma fíbula anular hispânica ou as fíbulas do tipo 4 h de Schíile — poderá testemunhar, de alguma forma, a integração da região nos circuitos da Idade do Ferro ([63]), outros exemplares retratarão já um passo posterior da história local, o da assunção da romanidade, independentemente de a ausência de dados sobre o conjunto impedir a sua inserção num contexto espacial e temporal preciso.

([63]) Talvez em sintonia com a fixação de populações túrdulas na região por volta do séc. IV ou III a.C. Sobre esta problemática, vejam-se **ALARCÃO** (J.), *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins, Europa-América, 1988, pp. 65-66 e **SILVA** (A. C. F.), *Proto-História do Norte e Centro de Portugal*, in **SILVA** (A. C. F.) e **GOMES** (M. V.), *Proto-História de Portugal*, Universidade Aberta, Fisboa, 1992, pp. 45-47.


1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
0 1 2 cm
11
12
13
DES: João Pocinho

(Página deixada propositadamente em branco)

BLANCA G. **F.-ALBALÁT**
Universidade de Santiago de Compostela

LA DIOSA ERBINA, LA SOBERANIA GUERRERA FEMENINA Y LOS LIMITES ENTRE IGAEDITANOS Y VETONES
"Conimbriga" XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 838-401

RESUMO: Tecem-se diversas considerações, de índole religiosa e política, a proposito de duas aras votivas encontradas no território da *civitas Igaeditanorum.*

RÉSUMÉ: On relève l'importance réligieuse et politique de deux autels dédiés **à** une divinité indigène du *territorium* de la *civitas Igaeditanorum.*

(Página deixada propositadamente em branco)

LA DIOSA ERB INA, LA SOBERANIA GUERRERA FEMENINA Y LOS LIMITES ENTRE IGAEDITANOS Y VETONES

a Pedro Salvado el único conocedor de los secretos de las tierras de Idanha.

Con la presentación de este trabajo nos proponemos una doble función, por una parte dar a conocer dos epígrafes que, pese a haber aparecido hace algunos años se encontraban inéditos y en paradero desconocido, y por otra, realizar un análisis histórico-religioso de la divinidad que aparece honrada en ambas ocasiones. Para tal función nos veremos ayudados por la lingüística comparativa como única referencia para encuadrar culturalmente a esta dicha divinidad.

1. Noticia del hallazgo y localización exacta en la actualidad.

Las aras fueron encontradas por la autora de este trabajo y el Dr. Pedro Salvado en el Verano de 1987 durante la realización de investigaciones conjuntas llevadas a cabo por tierras e Idanha. (Beira Baixa, Distrito de Castelo Branco). Se encontraban en el interior de una pequeña capilla — Sta. Marinha — depositadas en el suelo junto con otra ara de menor tamaño y anepígrafa. Estas aras habían sido encontradas en el subsuelo de la capilla como consecuencia de las obras de restauración llevada a cabo en el año 1983. Por uno u otro motivo no habían sido publicadas y en la Primavera de 1988 las dimos a conocer en el I Congreso Arqueológico de Viseu. La dejadez en la publicación de las actas de dicho congreso nos incita a publicar estos epígrafes a los que

Conimbriga, 32-33 (1993-1994), 383-401

acompañamos de un estudio más exhaustivo que el realizado en aquel momento sobre la divinidad Erbina' Ignoramos si en este momento las aras fueron trasladadas al Museo Regional o si continúan en el mismo local.

2. **Descripción de las aras, estado de conservación, medidas y lectura. Problemas epigráficos.**

Las aras, de 97 y 94 cm de altura, respectivamente, son de piedra caliza y presentan un óptimo estado de conservación. Su lectura es fácil aunque no así su interpretación.

ANDERCIVS/ AELVCQVI F/ERBINE. /IAEDI. /CANTIBIDONE/V.L.A.S.

ANDERCIVS/AELUCQVI F(ilius)/ERBINE. /IAIDI. DONE/V(oto). L(ibens). A(nimo). S(olvit).

Andercius, hijo de Aeluquius cumplió de buen ánimo el voto hecho a Erbina Iaeda Cantibidona (o Cantibidoniense)

CAPIIO. PI/SIRI. ERBI/NE. IAIDI ***k*** / CANT. IBI/DONE./L.A.V.S.

CAP lio. PI/SIRI [F(ilius)]ERBI/NE. IAIDI k / CANTIBI/DONE./ /L(ibens). A(nimo). V(otum). S(olvit).

Capio, hijo de Pisirus, cumplió de buen ánimo el voto hecho a Erbina Iaeda Cantibidona (o Cantibidoniense).

3. **Onomastica**

ANDERCIUS El antropònimo es claramente "indígena", está atestiguado en la Península Ibérica sobre todo entre Galaicos y vetones: *Anderqus:* CIL II 2465, Valença ; *Ander*en Casas del Millán y Casas del Monte (Cáceres) y Conimbriga; *A<n>dercia:* en Monroy (Cáceres).

Holder supone una base **an-dercos* "ciego" procedente del ide. **derk* "mirar" y partícula privativa *an(in)* < *n). Esta raíz, representada en el indoeuropeo occidental, no sólo aparece en el gr. *dérkomai* y sus derivados (cf. gr. *a-derktos* "ciego") sino también en el umbro *terkantur* "videant" (Pok IEW 213) y especialmente en a.irl. *derc* "ojo", *andracht*

"oscuro, negro" a.bret *edere* "evidente", galés *drych* (< *drkos) "espejo" .

Aunque Schmidt da otras interpretacione: ***ande-dergi*** con haplología (cf. irl *derg* "rojo" galo *Anderoudos* "muy rojo") Albertos no las da como muy seguras teniendo en cuenta la abundancia de ***derk-*** "mirar" en la onomástica personal celta. (ALBERTOS Lisboa 1980).

AELUCQUIUS. Antroponimo indígena perteneciente a la misma construcción que *Alucquius* o *Allucius*, nombres frecuentes sobre todo entre Lusitanos. En este caso el diptongo inicial se produciría por infección.

Encontramos las siguientes formas: *Alluquius*: CIL II2465, Valença; *Aluquius*: CIL II 961, Riotinto; *Alucius*: HAE 752 Villamejía (Trujillo); CIL II 737; EE IX, 128, Villamiel (Coria); CIL II 5248 Lamego; *Allucquius*: en Egitania. Tito Livio nombra un *Allucius* en la Celtiberia: Liv.XXVI 50.2.12, *Allûokios.*

La distribución espacial de este nombre coincide con mucha aproximación con la de *Aliius* lo cual refuerza la creencia de que se trata de formaciones sobre un mismo radical. Parece esta forma estrechamente relacionada con nombres como *Allicia, Alicia, Alleicea.* En Frontino O*Strat* 2.11.5) aparece con el nombre *Alicius* el mismo personaje que en Livio se llama *Alucius*; asimismo existe la forma *Alycius* (CIL XIII 11064) lo que lleva a PALOMAR L. (Salamanca 1957) a opinar que esta grafía podría indicar un sonido intermedio entre *ut i* lo que explicaría la vacilación en el uso de las dos vocales en un mismo nombre.

CAPIIO. Antroponimo latino aunque de uso no muy frecuente, que correspondería a la forma *Caepío-onis.* Aparece en Livio, Cicerón etc, la forma *Cepión* como sobrenombre de los Servidos.

En Hispania sólo encontramos otro caso: *Capia Albonia*: CIL II 600, en Medellin. Fuera de Hispania existen ejemplos en Roma: CIL VI 39777: *Capius Aptus*; 23880, 36192: *Capia*; 24867: *I Caepio Alexander*.; 18127: *TCaepio Eufi* 34714: *T Caepio Florus*; 9357: *T Caepio Hieronimus* (34715; 34715; 266700 etc) y *Cepa*: 2079.

PISIRUS. Nombre indígena que aparece, bien con esta forma, o con dos -s- en Lusitania. CIL II 418 Lamas de Moledo (Viseu); 790, 772 Coria; (<*ETHNOS*> 1,1945 p.5) Aramenha; b47 1905 p.63 Villamesias (Trujillo); (<*EMERITA*> XXXIII f.l 1965 p. 118) Fundão. Aparece también en la Citânia de S. Fins (<*ZEPHYRUS*> I p. 36), en la forma *Pissirus* en Carqueres, Resende (CIL II 5580) y en Lamego <*P*>*isiria*, (CIL II 5252).

Posiblemente proceda del radical ide. "moler, triturar". Albertos sitúa el mismo radical en *Pisocia* también de Lusitania, en los hidrónimos cántabros *Pisoraca* (<* *Pisora)* hoy *Pisuerga* y *Pisueña* (<* *Pisonia* ?) y en los topónimos , a la desembocadura del Ródano y *Pisarum* en Italia, que Holder da como ilirio.

Fuera de la Península encontramos las siguientes fórmulas; en la Cisalpina: CIL V 4676 *Pisaina-,* 2015 *Pisentia-,* 1698,3792,4028 *Pisinio.* En Roma : CIL VI 2563 *Pisina;* 2379a *Pisinius.* En Germania inferior CIL XIII 7784 *Pisinius.*

El mismo radical es posible en *Pistirus* (con ampliación consonántica * *p(e)is-ter.*

Como se puede observar la antroponimia es básicamente indígena, y de clara filiación indoeuropea como era de esperar en esta región. Es destacable el hecho de que los nombres correspondan a formas frecuentes en esta área — que denominaremos Lusitano-galaica, siguiendo a Untermann —([1]) y no aparezcan prácticamente en la Celtiberia lo que confirma a la vez, "el indigenismo" y el localismo del culto (Aunque evidentemente con ello no queremos decir autoctonismo pues negaríamos la filiación indoeuropea).

4. **Teonimia**

La divinidad a la que se rinde honor en estas dos aras, ERBINA, (dativo en *-e* por asimilación de *-ae)* es la primera vez que aparece en Portugal pero posee algún paralelo que queremos referenciar aquí, antes de proceder a los correspondientes análisis lingüísticos y religiosos, pues consideramos son de sumo interés para el esclarecimiento de la personalidad de esta diosa.

El paralelo más cercano se encuentra en Castrillejos, Salvatierra (Salamanca, cerca de la frontera por Vilar Formoso), ya que, como dijimos, en Portugal esta es la primera vez que aparece. El epígrafe está algo deteriorado y hasta la actualidad no se había intentado la lectura completa del teónimo al carecer de paralelos. En función de las dos aras de Segura creemos poder, ahora, reconstruir el teónimo sin problemas:

(>) III Coloquio Leng.Cult. Paleohispánicas p. 348

AERBIN< AE>/C(AIUS). SEM/PRONI/US AVITV/S. L(IBENS). V(OTUM). S(OLVIT) ([2]).

Asimismo en Ibahemando, Cáceres, se encontró un fragmento de ara con la palabra AERVI... que posiblemente halla que reconstruir también **AERVINAE teniendo en cuenta sobre todo la proximidad del lugar a la zona de Segura.

Fuera de la Península Ibérica encontramos un paralelo en la Germania inferior, dentro todavía de la Galia Belga.:

DEAE. ARDBI/NNAE. T. IVLEVS. AEQVALIS/S.L.M./

in latere dextro "arbor", in latere sinistro

4.1. *Aproximación a la raíz*

La raíz que hemos reconstruído para la formación del nombre de esta divinidad es el ide. * *rdw*- frecuente tanto en celta como en latín, lenguas en las que desarrolla un apoyo vocálico *-a* .

De esta raíz, procede el latín *ardúus, -a, um* (Hor., Virg., Tác., Lív.) "lugar alto, elevado, altura, escarpe" >paraje de difícil acceso (castellano *arduo)*.

Asimismo en viejo-celta tenemos la forma *arduos,-a,-on* "elevado" > ir. *ard* ; gall, *ardd* "lugar elevado"; com. *arth.*

Cabe destacar que es esta raíz la que da lugar al nombre de las *Ardenos* cuyo nombre antiguo conserva la grafía con -v-: *Ardvennae* (CIL XTTT 3631). A título de curiosidad podemos señalar que en Fundão está registrado el antropònimo *Arduus* (EE Vili 14).

([2]) RPH, p.205; HAEpigr.l .2,1950/52 n.202. La primera línea se leía AERBIN.../

([3]) CIL XIII 7848

4.2. *Evolución de la raíz:*

ide. *rd^{w}

a) r (o) > ^{o}r > ↓ ar > **Ar**-duina Ar-dus
↓ aer > **Aer**-vina
↓ er > **Er**-vina

b) d^{w}> dv > db > Ar-**db**-innae
> du > Ar-**du**-enna, Ar-**du**-ina, Ar-**du**-us
> (d)b > Er-**b**-ina, Aer-**v**-ina.

4.3. *Planteamientos religiosos.*

Françoise Le Roux (1970 p.134) al analizar la diosa céltica *Brigit* (la Minerva según los relatos de César) afirma nuevamente la veracidad del esquema de César en el que, frente a cuatro divinidades masculinas, se contrapone únicamente una sola divinidad femenina. Esta estructura, que César reseña en Galia, es paralela a la reflejada en la literatura irlandesa medieval y ayuda a entender que los teónimos femeninos célticos estén la mayoría de las veces relacionados por cuanto que no refieren sino diversos aspectos de una única divinidad.

Entre esos epítetos, que están aludiendo a la diosa femenina céltica, la autora señala a *Arduina* "la alta", diosa epónima de las Ardenas que, respondiendo al esquema aludido, no sería más que una eponimización de la diosa femenina en un lugar elevado ([4]). Como derivación tardía de esta relación con los lugares elevados <cuando en realidad el sentido de "la alta" se vincula a su calificación de mayestática> y como consecuencia, con las montañas y bosques, veremos como en la Galia se usará este

([4]) Lo cual nada tiene que ver con ese supuesto "culto al monte" tan usado para el estudio de las divinidades indígenas y que en absoluto está atestiguado en pueblos de un nivel cultural elevado como corresponde al mundo céltico. No debemos olvidar que nos estamos refiriendo a dioses, y es muy diferente una eponimización, de un dios en un lugar concreto que el culto a un lugar. Esta diosa había sido interpretada por J. VENDRIES como una diosa de la floresta de las Ardenas respondiendo a atributos de "diosa de la vegetación". Es evidente que preferimos el método de análisis de F. Leroux que se atiene a las realidades étnicas de los pueblos y no al del prof. Vendries que ignora el análisis comparativo.

epíteto como calificativo de Diana, diosa vinculada espacialmente a los lugares no sociales y, por tanto, al bosque y al monte.

Es curioso observar como el nombre de la divinidad femenina céltica *Brigit, Brigantia* o *Brigindv,* la conocida a través de César como Minerva, se puede interpretar etimológicamente a través de ***brig* "alto, elevado" pero también "brillante". La mayoría de sus epítetos se barajan entre éstos dos significados: *Belisama* "la muy brillante", de un tema ***bel* "brillar" y *Sulis* (o *Suleviae* si la divinidad se adora en plural mayestático) que se relaciona con el nombre céltico común e indoeuropeo del sol. Este carácter solar que se corrobora en los sobrenombres de la Minerva céltica, la aproximan quizá un poco más a ese Apolo luminoso y brillante que es el dios irlandés Lug.

La diosa céltica femenina encama a la soberanía en sus múltiples facetas y su figura es una de las más complejas dentro de la mitología céltica. No es este el lugar para explicar los caracteres de la soberanía guerrera céltica ya que lo que nos hemos propuesto es indicar que esta divinidad era adorada en tierras de Lusitania. Baste pues indicar que, como soberana tiene acceso a las tres funciones que regulan la vida céltica (e indoeuropea en general). Ejerce la soberanía en cuanto a realeza ya que encama a la tierra y a su dominio sobre ella ([5]), tanto en lo tocante a la tierra de los vivos como a la de los muertos ([6]). Comanda a los ejércitos en su aspecto guerrero y como reina de la tierra de los muertos los dirige a la batalla y al seno de la tierra, es decir los atrae hacia sí misma. Ha creado las técnicas necesarias para el ejercicio de los trabajos manuales y, por tanto los artesanos la tienen por patrona. Es decir, según la faceta, y el nombre escogido, la misma divinidad se proyecta hacia los tres campos indoeuropeos: la soberanía -en su doble aspecto de sacerdocio y realeza, la guerra y el artesanado y producción.

([5]) Encarnar a la tierra no implica que sea una diosa de la vegetación sino que es dueña de la tierra -como reina- porque es la tierra misma y es anterior -cronológicamente- al gobierno de ningún rey. Sobre estos problemas véase Françoise Le Roux y Christian-J. Guyonvarc'h: ***Morrígan-Bobd-Macha. La Souveraineté guerrière de l'Irlande, Celticum*** 25 suplemento a ***Ogam-Tradition*** Celtique, 1983.

([6]) Sobre los aspectos "infernales" y guerreros de la divinidad femenina ver los capítulos dedicados a Nabia y a Reua en Blanca G. F.Albalat: ***Guerra y Religión en la Gallaecia y Lusitania Antiguas.*** 1990.

4.4. ***Significación historico-religiosa de la presencia en la beira baixa de un epíteto de la diosa celtica brigit.***

> *Brigit be bithmait, breo orda oiblech* (7).

El hecho de que un teonimo que se relaciona directamente con la diosa céltica femenina, aparezca en la Beira Baixa es un fenómeno a destacar pero no debe sorprendemos. Las últimas investigaciones que venimos realizando sobre esta zona nos muestran la perduración de la religión celta en mucha mayor medida que en otras áreas de semejante poblamiento en la península Ibérica. Sea debido a correponderse a un poblamiento de tipo más arcaico o sea a que permaneció aislado debido a su tardía y superficial romanización y a la menor incidencia de los influjos mediterráneos; el caso es que la estructura de la religón céltica de esta zona cada vez se aparece como más clara. No podemos olvidar que estamos dentro del área del Lusitano, idioma que según los investigadores franceses, es claramente celta arcaico (8). Según esto, el hallazgo de esta diosa viene a sumarse a otros rasgos que nos están indicando el marcado carácter céltico del poblamiento de esta región.

En cuanto a la presencia de este epíteto concreto de Brigit en la zona de la Beira Baixa se debe tomar en su sentido originario. No es que la diosa de las Ardenas sea aquí adorada, sino que la diosa céltica repite aquí su epíteto "la alta" en sentido mayestático, lo cual no niega la posibilidad de que fuese asimismo adorada o eponimizada en alguno de los muchos lugares elevados que rodean la zona Igaeditana.

Hay que destacar, a modo de pequeño inciso, que las dedicaciones a Minerva Sulis han sido todas menos una descubiertas en Bath, Gran Bretaña, en relación con un santuario termal (el romano *Aquae Sulis).* (CIL VII 37;39;40; 42;43;44; CIL XIII 6266). Sin entrar en la problemática de los "cultos acuáticos" sobre los que ya hemos trabajado, pensamos que es posible buscar las huellas de un posible culto a Sulis en la región de Viseu en tomo a las termas de S. Pedro do Sul. No sería un problema reconstruir un culto únicamente a través de la toponimia ya que en la Galia, por ejemplo, el culto de Lug, oculto bajo las dedicaciones al Mercurio galo-romano, sólo puede rastrearse por la topo-

(7) "Brigit, mujer excelente llama de oro escindíante" WINDISCH *Irisch Text III* p.24
(8) OGAM XIX

nimia. En la zona referida no sólo existe ese topónimo vinculado a aguas termales, que por sí ya sería significativo, sino que la forma Sul se repite en varios topónimos de la región. Si esta teoría que ahora tan sólo lanzamos como hipótesis de trabajo, resultase cierta, en esta región estarían atestiguados dos epítetos de la diosa céltica Brigit, uno referido a su calificación mayestática "la alta " (Erbina) y otro referido a su vinculación solar. A esta hipótesis de la existencia de un culto a Sulis en esta región podríamos sumar una ara hallada también en Bath y ofrecida a las *Suleviae* por un miembro del ala de caballería de los Vettones (CIL VII 1344b) ([9]).

Asimismo hay que referenciar la existencia en la Gallaecia de una ara que podría representar un culto a esta advocación de Brigit, ''SVLEIS NANTU GAICIS..." aparecida en Orense([10]).

4.5. *Calificativos del teonimo.*

Como se puede observar en ambas aras aparecen los mismos calificativos caracterizando a la diosa Erbina. Tanto por su posición, tras el teonimo, cuanto por su concordancia en género se vinculan directamente a la diosa. Veamos de qué manera.

4.5.1. *Iaeda (igaeda)*

Esta forma podemos incluirla entre los numerosos casos, recopilados por el Prof. A.TOVAR, de caída de las sonoras intervocálicas. Según este proceso reconstruimos la evolución IGAEDA > IAEDA, entendiendo que la sonora g ha caído, tal y como es frecuente en el celta

([9]) Esta referencia a Sulis es un añadido al artículo original motivado por la intervención, en el coloquio, del Dr. **ALARCÃO,** señalando la abundancia de topónimos relacionados con Sul, existentes en el área de Viseu. En relación a Sulis véase F. LE ROUX Notes d'Histoires des Religions XX en <OGAM> 22-25.

([10]) Al hacer estas explicación sobre Sulis no nos estamos desviando del tema central de este artículo sino que intentamos, por una parte, dar una imagen global de esta divinidad, y por otra no olvidar que Erbina es un epíteto no una divinidad, y para entender un epíteto hay que saber primero a quién se aplica; y que una divinidad no se entiende sin contemplar todas sus variaciones.

peninsular. No supone ningún problema lingüístico el hecho de que alternen las formas *iaeda/iaida (* igaeda!* igaida)* ya que la segunda forma es un caso típico de infección.

Si nos atenemos a este proceso evolutivo, no extraño al Oeste Peninsular, el epíteto referido por dos veces en los epígrafes estudiados, es de todos conocido por estar vinculado directamente con el nombre del dios *Igaedus*, de donde toma el nombre el pueblo Igaeditano que habita esta región.

Los Igaeditanos son aquellos que sirven o siguen y adoran al dios Igaedus y el hecho de que la diosa Erbina sea calificada también con el mismo título nos parece significativo. Por una parte porque un pueblo no escoge como patrono al cual reverenciar, adoptando de él el nombre, a un dios menor y, por otra, porque Erbina es un epíteto o un sobrenombre de la divinidad femenina céltica, de la divinidad soberana Brigit. El apelativo, pues implica una cierta importancia.

No ha sido realizada todavía una interpretación del significado etimológico y religioso del dios *Igaedus* aunque no deja de ser significativo que fuera encontrado en el lugar que hoy constituye el centro de atracción religiosa más importante de la región: la Capela da Sehnora do Almortáo de quien la tradición relata fue hallada sobre una encina.

La relación de *Igaedus* y *Erbina Igaeda* encaja, en la religión céltica en los frecuentes e inevitables pactos establecidos entre la soberanía de la tierra y su rey. Un rey no puede gobernar una tierra si antes no ha pactado con la tierra misma. El pacto se basa en un buen gobierno a cambio de una buena producción y se plasma en las fiestas de la cosecha en las que se honra al rey *([11])*.

Quiero dejar la puerta abierta a una posterior investigación de la relación entre Igaedus y Erbina Igaeda así como a la interpretación lingüística del epífito divino. De momento sólo plantear que reflejen a una pareja soberana: el rey y su tierra tal y como es costumbre en el mundo celta.

([n]) En el mundo celta no hay diosas de la vegetación y la calidad de la cosecha se atribuye al rey como premio otorgado por la tierra a un rey justo y generoso.

4.5.2. *Cantibidone(ense)*

En la Peninsula Ibérica ya está registrado este gentilíceo en una ocasión pero al no existir hasta el momento ningún otro paralelo los autores no lo reconstruían en su forma completa sino separando la denominación en dos, de las cuales, la primera parte, era interpretada como el nombre del padre y la segunda como el gentilíceo.

La inscripción referida procede de Palos de Moguer, (Huelva) y fue realizada sobre una tésera de bronce, con asas:

CELER ERBUTI F LIMICUS/BOREA CANTIBEDONIE(N)SI/
/MUNERIS TESERÀ DEDIT/ANNO M.LICINIO COS.

(año 27. CIL II 4963,ILER 5860)

La forma *Cantibedoniense* era interpretada hasta ahora como *Canti(Filius) Bedoniense.* En nuestra opinión tras el hallazgo de las dos aras de Segura no es viable esta lectura a menos que supongamos que todos los Bedonienses tengan de padre a Cantus. Por otra parte en la tésera de Huelva está especificado claramente que Celea Borea, procedente de la Limia, tiene por padre a Erbutus. Como se puede observar las aras de Segura y la de Huelva se hacen mutos "favores": a partir de las aras de Segura interpretamos la de Huelva, excluyendo la posibilidad de que Cantus sea el padre de Celea Borea. A partir de la tésera de Huelva desarrollamos el gentilicio completo, que en Segura aparece abreviado.

Pasamos pues a analizar el gentilicio Cantibidoniense.

En nuestra opinión debemos considerar esta denominación como una forma compuesta: Canti-Bidoniense y vamos a intentar analizar lingüísticamente ambas partes.

La primera, *Canti-* posiblemente pueda relacionarse con el viejo-celta: *kantos,i,* "círculo, borde" (*OGAM*IV n.23 p.287) que responde a una forma originaria ***kantho*** "curva, ángulo, rincón" de donde deriva un significado de "límite, borde". Esta forma aparece casi exclusivamente en términos de las lenguas célticas, en donde tiene múltiples derivaciones, al contrario que en otras lenguas indoeuropeas en las que se encuentra escasamente representada. Podemos relacionar con esta raíz el término latino *cant{h)us* que ha dado origen a voces de las lenguas románicas (esp. y port, canto, cantón) (Palomar L. 1957 p.59)

Si seguimos esta etimología la forma *Cantibidonis-iense,* estaría indicando un término territorial o geográfico del estilo "la que esta en el

borde de los Bidones o Bidonienses". La idea de que un pueblo referencie en su definición una marca geográfica o territorial con respecto a "lo que hay más allá", no es nueva y así, vemos por ejemplo como los *Aremoricos* son aquellos que están "al borde del mar" (< v.celt. : prefijo indicando proximidad, ir.,gall, y br. *ar;* ide **{p)ara*). En este caso el estar marcando el límite con un alguien, nos indica posiblemente una intencionalidad de dejar claras unas fronteras. Volveremos sobre este punto.

La segunda parte del compuesto es al mismo tiempo la más problemática y la más interesante. En primer lugar vamos a rastrear si esta forma aparece en algún otro lugar, y si así fuese, que papel desempeña

Hemos observado que aparece en la península Ibérica de tres maneras diferentes: como ciudad, como nombre de pueblo (dos casos si incluimos a los habitantes de la ciudad) y como antropònimo

La Civitas Beduniense o Baidunia.

Entre los Astures Augustales existió la civitas Beduniense o Baidunia:

— Pt. II 6.30 : *Baidunesion, Baidunia*
— It.Ant. 439.7 : *Bedunia*
— It.Bar. BE/D/VNIA

Los Bedunienses y su ciudad son conocidos a través de numerosas fuentes que los referencian y permiten una localización más precisa de las coordenadas de Ptolomeo.

Según ellas sabemos que era una *mansio* ubicada sobre la ruta que unía Astorga con Mérida, es decir en la Vía de la Plata. Según el Itinerario de Antonino, *Bedunia,* habría estado a una distancia de 20 millas al sur de Astorga, exactamente entre Astorga y Brigeco.

Las Tablillas de Astorga — 4 placas de terracotta llamadas el Itinerario de Barro — dan una medida diferente: 7 millas pero conservan la misma posición general sobre la ruta de Mérida.

A finales del siglo XIX y entre 1934 y 1935 se descubrieron en la región de La Bañeza una serie de mojones destinados a delimitar los *prata* (territorios destinados al ejército) de la *Cohors III Gallorum* y los terrenos de las poblaciones limítrofes, a saber las *civitas Beduniensium et Luggonum.* En total son 8 hitos augustales de los que 7 aparecieron en Soto de la Vega y 1 en Castrocalbón, único que

parece estar in situ, pues el resto da la impresión de haber sido abandonados en su taller ([12]).

La ciudad de Flavia Lambris y sus habitantes los baedos o baidones

En el interior del conventus Lucensis Ptolomeo cita a los *Baedy* o *Baidon* y su ciudad *Flavia Lambris,* que según las coordenadas que ofrece, esta nuestra única fuente, eran vecinos de los *Artabros*

El emplazamiento de su ciudad aún no ha sido establecida con seguridad. Hübner la confunde con Betanzos y Monteagudo la sitúa en Lambre (Ambron) a 5 km al norte de Irixoa.

Antropónimos.

La forma estudiada está muy bien documentada como antroponimo en la Península Ibérica.

Tovar indica las formas con dental sorda y dental sonora, como muestra de sonorización de las sordas intervocálicas y afirma que pertenecen a la misma raíz las siguientes: *B[a]etunia,*(Clunia,CIL II 2788); *Betunia* (Lara 2861); *Bedunus* (Bragança 2502); *Bedonienses* (tésera de Moguer, 6246) y *Bidunienses* de los *prata* de la Bañeza.

Albertos al analizar la Onomástica de la Celtiberia equipara a la *Betunia* de Clunia con las formas *Bedunus/Betunus* que aparecen entre los Astures, *Betunus* en Navarra, *Betouna* en la zona de Lara; además de las referencias a las *civitas Beduniense.* Igual opinión sostiene Palomar Lapesa.(1957 p.50)

En cuanto a la raíz, Albertos opina que la constancia de -u- ante el sufijo hace pensar que estos nombres estén formados sobre el galo *betu* "abedul", cuyo diminutivo *betulla,betula,* ha sido la base de las formas romances como el español *a-bedul* y cuya raíz originaria es el ide. **guet,*''resina". Señala asimismo que como antroponimo está atestiguado en numerosas formas extrapeninsulares.

([12]) ROLDAN HERVAS, J.M.: "Fuentes antiguas para el estudio de los vettones", *Zephyrus* XIX-XX, 1968-1969. pp. 73-106.

En lo tocante a las formas célticas derivadas de esa raíz es fácil seguirles la pista:

ide *g^w ► b en céltico: V-Celt. *Betu-os,*
diminutivo: *Betulla*
Irlandés: *bethe*
Galés: *bedw*
cómico: *bedhow*
Bretón: *bezv*

Hemos rastreado esta raíz a través de las formas que genera en la península ibérica, como era de esperar por la región en que aparece, nos encontramos con una raíz indoeuropea que ha tenido, casualmente, gran productividad en el seno de las lenguas célticas. Fuera de la Península Ibérica aparece asimismo en gran número de términos tales como antropónimos, gentilicios y nombres de ciudades (HOLDER I: 364,365,366,412,413) ([13]), lo que nos confirma una vez más la estrecha vinculación de la Península Ibérica, en general y de la zona Oeste en particular, con los horizontes europeos y, tal y como señala Untermann, con el mundo céltico.

Una vez seriadas las formas existentes con esta raíz, debemos de poner en relación el gentilicio a estudiar *Cantibido(i)e(nsi)* con algún étnico próximo.

Tanto la civitas beduniense de Astorga como Flavio Lambris se sitúan bastante alejadas de Idanha como para que fuese preciso el estar marcando un límite con ellas. Debemos pues aproximarnos algo más a las tierras de la Lusitania.

Los Igaeditanos y los Vetones

Es sabido por innúmeras fuentes que los Lusitanos limitaban al Este con los Vettones y, evidentemente, los Igaeditanos al

([13]) En el mundo céltico era corriente la utilización de nombres de árboles como étnicos -el ejemplo más conocido es el los Eburones cuyo nombre deriva del usado para el tejo-, las razones están en relación con las creencias de los pueblos célticos sobre el mundo vegetal y, sobre todo, en relación a los árboles, que formaban parte de una compleja concepción que ligaba a ellos la adivinación la medicina y la guerra. Sobre este tema puede consultarse el magnífico estudio realizado por F. LE ROUX & Ch-J.GUYONNVARC'H *Les druides* Ouest-France 1986. p.138-158

estar situados en el extremo oriental de la Lusitania, lindaban con ellos (14).

¿Cabría pues la posibilidad de otra *ciuitas beduniense* en terreno de vetones?. La idea no sería muy descabellada por tanto que está sobradamente atestiguada la existencia de varias ciudades con el mismo nombre y, existiendo ya dos *ciuitas bedunienses* en la Península Ibérica nada impide en principio el hecho de que pudiese existir una tercera en la región fronteriza con los Igaeditanos.

Cabe quizá pensar en una segunda posibilidad que viene de la mano de la lingüística. Consiste ésta en la comparación entre las formas *Bidones*, *Bedones* o *Betones* (tal y como aparecen las variaciones en las fuentes), con los *Vetones.*

En España como muy bien señala Tovar se destaca la existencia de la vacilación V/B (sin ir más lejos la divinidad que nos ocupa es un ejemplo de esta vacilación: Erbina/Ervina, al igual que Nabia/Navia) por lo que lingüísticamente no supondría ninguna dificultad esta comparación. Por otra parte hay que destacar que en alguna ocasión el gentilicio "Veton" aparece escrito con B: *Beto* y no sólo en los códices tardíos, en donde se diría que es casi frecuente, sino también en los epígrafes de Vetones en el extranjero (CIL VI 3333,Roma; CIL VII 1099, Roug Castle).

Es pues factible que la fórmula *Cantibidon(i)e(nse*), esté dando fe del límite existente entre los Igaeditanos y los Vetones, sus vecinos más recientes. No debemos olvidar que con la reorganización administrativa de la Lusitania los límites entre los pueblos podían amenazar con desdibujarse. Es posible que estas aras demuestren una cierta preocupación en que estos límites permanezcan claros.

Los **límites vetones en el norte y las ciuitas biddoniensis**

Queda una última consideración por resolver antes de las conclusiones finales. Si los Vetones pueden en algún caso ser nombrados como *Betones* o *Bedones!Bidones,* ¿guardan alguna relación con las *ciuitas Beduniense* de Astorga y con la del Conventus lucense?

(14) Me refiero, evidentemente al conjunto étnico de la Lusitania no a la provincia romana, fruto de la reorganización administrativa de Augusto que englobaría a vettones, pueblos célticos del sur y los pueblos lusitanos propiamente dichos.

La idea más fácil sería pensar en una coincidencia de nombres, que como antes dijimos no es nada extraño en el mundo antiguo, y que la repetición de la fórmula Canti-Bidoniense sea una casualidad fruto de haber coincidido dos pueblos con el mismo nombre y la necesidad de marcar los límites habría llevado a una reiteración de la fórmula.

En principio pensamos que pueda existir otra explicación.

Al repasar las fuentes clásicas para el estudio de los Vetones observamos que existe una cierta vacilación en lo referente a la atribución de sus límites septentrionales. Es así que algunos autores atribuyen unas ciudades a los Vacceos y otros, las mismas, a los Vetones.

Se ha venido considerando que *Salmántica* era el límite Septentrional de las ciudades vetonas pues al Norte de ella, en la Vía de la Plata, estaba la *mansio Sirabim,* la *Sarabis* de Ptolomeo, que es Vaccea, y al Sur *Leutika* que según este autor también es vaccea. Pero queda el problema de *Ocelum* que se ha relacionado con Toro y tendría que estar al Norte de *Salmántica* que es Vetona..

Por otra parte Plinio señala que el Duero separa a los Vetones de Asturias y además cita a Galaicos y Vetones juntos.

Podemos pensar en una vacilación de fronteras dependiendo de la época pero quizá sea factible el considerar un área en donde los vacceos hubieran metido una cuña en territorio vetón y la ciuitas Beduniense quedase aislada.

Asimismo existe la posibilidad de una emigración del sur hacia el Norte por la Vía de la Pláta, lo que justificaría la existencia de la otra ciuitas beduniense en el conventus lucense.

Conclusiones

La idea fundamental es destacar la importancia de estas aras de Segura para el estudio de los pueblos de la zona igaeditana, desde varios puntos de vista

Desde el punto de vista del análisis de las religiones antiguas ya que atestiguan el culto a una divinidad de filiación céltica lo cual es importante no solo por que supone un gran avance en la lenta y ardua tarea de desentrañar la religiosidad de los igaeditanos en particular y los pueblos prerromanos de la Península, en general; sino también porque confirman una vez más la profunda filiación céltica del Oeste peninsular (concretamente del área Lusitano-gallega)

Desde el punto de vista administrativo-territorial ya que refleja una preocupación existente en el seno de los igaeditanos por destacar unos límites fronterizos. Las causas para esta actitud pueden ser variadas aunque quizá sea posible encuadrarlas en cierto sentimiento de pérdida de identidad en función de la reorganización administrativa. El hecho de que su divinidad patrona Erbina Igaeditana sea denominada Cantibidonienses es significativo al respecto.

(Página deixada propositadamente em branco)

JOSÉ ANTÓNIO FALCÃO
Director do Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja

UM EXEMPLO DO REAPRO VEIT AMENTO DE MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS DE MIRÓBRIGA: A RECONSTRUÇÃO DO PELOURINHO DE SANTIAGO DO CACÉM EM 1732

"Conimbriga" XXXII-XXXIII (1993-1994), p. 403-415

RESUMO: A Câmara de Santiago do Cacém decidiu reedificar, em 1732, o pelourinho antigo da vila, utilizando para o efeito o fuste de urna coluna romana localizada junto da ermida de São Brás, no perímetro das ruínas de Miróbriga. Testemunho emblemático, no plano regional, da política de valorização dos símbolos do poder público desenvolvida no reinado de D. João V, esta reconstrução do distintivo da autonomia concelhia assumiu deliberadamente, como uma referência de prestígio, a memória histórica da antiga urbe que antecedeu Santiago do Cacém.

ABSTRACT: In 1732 the municipality of Santiago do Cacém decided to rebuilt the old city's pillory, utilizing for that purpose the tige of a roman column located next to the Saint Blasius' chapel, within the limits of Miro-briga's ruins. Testimony of a policy of valuation of public symbols from the local government that began in the reign of John the Fifth, this reconstruction of the badge of the county's authonomy deliberatly used, as a reference of prestige, the historical memory of the ancient town which preceded Santiago do Cacém.

(Página deixada propositadamente em branco)

UM EXEMPLO DO REAPROVEITAMENTO DE MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS DE MIRÓBRIGA

1. A reutilização dos materiais de construção de Miróbriga

À semelhança do que sucedeu com inúmeras outras ruínas de povoações do período romano 0), Miróbriga foi utilizada durante centúrias como pedreira. Consumado o seu abandono no século VI, devido a causas ainda não perfeitamente esclarecidas (2), e transferido o núcleo urbano

(') Acerca da constante histórica do reemprego de elementos arquitectónicos do passado em novas edificações, ***cfr.*** as brilhantes observações de PETER ROCKWELL, ***Lavorare la Pietra. Manuale per VArcheologo, lo Storico dell'Arte e il Restauratore,*** versão italiana, Roma, 1989, pp. 17 e 201.

(2) ***V.*** J[ORGE] DE ALARCÃO, ***Roman Portugal,*** II, ***Gazetteer (Inventário),*** Warminster, 1988, p. 173, col. B:

> "A data e razões do abandono de Miróbriga são, por enquanto, inteiramente desconhecidas; u
> capitel visigòtico prova todavia a sobrevivência da cidade neste período."

Existe controvérsia entre os investigadores, já desde o século XVIII, a respeito dos factores que deram azo ao declínio e posterior cessão de Miróbriga. Um motivo de certo peso foi, sem dúvida, a severa crise económica que se abateu sobre a região no século IV (KATHLEEN WARNER SLANE, "Miróbriga and its History", em ***Miróbriga. Investigations at an Iron Age and Roman Site in Southern Portugal by the University of Missouri-Columbia, 1981-1986***, dir. por WILLIAM R. BIERS, Oxford, 1988, pp. 141 e 143, nota 10). Especulou-se também com a ocorrência, nessa centúria, de um sismo de grande magnitude que teria danificado consideravelmente o aglomerado urbano, levando à sua desocupação, mas ainda não se estudou com rigor esta questão. O mesmo podemos dizer no tocante ao impacto dos movimentos militares e populacionais dos séculos V e VI.

para a colina a poente (3), tomou-se um sítio de fácil e pouco dispendioso abastecimento de materiais de construção, em particular de cantarias lavradas.

Segundo referiu D. Fernando de Almeida,

> "Viveu, o povoado, com o seu santuário, uma vida de paz até à invasão dos Bárbaros: incendiada e arruinada, [Miróbriga] não voltou a ser habitada e caiu em ruínas. O templo de Esculápio, no cimo do monte, de boa construção, talvez tivesse sido aproveitado, na Idade Média, como atalaia. Entretanto, ia tudo servindo de pedreira para as necessidades dos vizinhos. Ùltimamente as suas pedras milenárias até têm sido transformadas em brita para as estradas [...]" (4).

Não se sabe exactamente quando começou a depredação das ruínas para o aproveitamento da sua pedraria. Os dados que temos vindo a coligir indicam que ela principiou logo na Baixa Antiguidade, continuou ao longo da época medieval e foi, depois, especialmente intensa durante os séculos XVI-XVIII.

Tal demanda persistiu, embora em menor escala, até às escavações sistemáticas promovidas, a partir de 1918, pelo Dr. João Gualberto da Cruz e Silva [Santiago do Cacém, 8 de Fevereiro de 1881 — Lisboa, 6 de Novembro de 1948], fundador e primeiro director do Museu Municipal de Santiago do Cacém (5). O trabalho deste investigador, pioneiro, difícil e incompreendido, contribuiu de forma decisiva para uma tomada de consciência pública a respeito da importância histórica da estação (6). Foi graças a ele que se alcançou a classificação de uma área considerável do

(3) A[NTÓNIO] DE M[ACEDO] E S[ILVA], "O Castello de Santiago de Cacem", em ***O Panorama,*** 2ª. Série, II, Lisboa, 1843, p. 121; ***id., Annaes do Municipio de Sanct-Yago de Cassem,*** Beja, 1866, p. 4; 2ª. ed., Lisboa, 1869, pp. 9 e 14.

(4) D. FERNANDO DE ALMEIDA, *Ruínas de Miróbriga dos Célticos (Santiago do Cacém),* Setúbal, 1964, p. 75.

(5) As conclusões das suas pesquisas em Miróbriga, truncadas pela morte, foram apenas parcialmente divulgadas: JOÃO [GUALBERTO DA CRUZ E] SILVA, "Concelho de S. Tiago de Cacem. Noticia Historica", em ***Album Alentejano. Apéndice a Provinda do Baixo Alentejo***, dir. de PEDRO MURALHA, [Lisboa], [1937], pp. 1066-1067; ***id.,*** "Apontamentos e Considerações sobre as Pesquisas Arqueológicas realizadas desde 1922 nos Concelhos de S. Tiago-de-Cacém, Sines e Odemira", em ***Arquivo de Beja***, II, 1-2 e 3-4, Beja, 1945, pp. 131-134 e 291-299; III, 1-2, Beja, 1946, pp. 336-351. ***Cfr.*** D. FERNANDO DE ALMEIDA, ***op. cit.,*** p. 8.

(6) [ABEL VIANA], "Notas & Nótulas. João Gualberto da Cruz e Silva", em ***Arquivo de Beja,*** V, 3-4, Beja, 1948, pp. 362, col. B-363, col. B.

seu perímetro como Imóvel de Interesse Público, em 1940 ([7]) e 1943 ([8]), e, posteriormente, a aquisição da mesma por parte do Estado ([9]).

Nos *montes* e outras construções das herdades, courelas e quintas que circundam Miróbriga encontram-se numerosas peças daqui provenientes, reutilizadas em muros, soleiras e vergas de portas, calçadas, pias, etc. O mesmo sucede com diversos edifícios da cidade de Santiago do Cacém.

É interessante lembrar o que escreveu a este propósito Inácio de Vilhena Barbosa:

> "Das ruinas de Miróbriga saíram, certamente, os materiaes para a edificação da villa de Santiago de Cacem." ([10]).

Opinião seguida de perto por Augusto de Pinho Leal:

> "A cidade de Merobriga não era no mesmo logar onde hoje vemos a florescente villa de S. Thiago de Cacem, mas no outeiro onde existem as ruinas do seu vetusto castello, onde se teem encontrado muitos vestigios de antigas construcções, e outros objectos que provam ter aqui existido uma povoação importante. Foi com os seus materiaes que se fundou a villa actual." ([n]).

Estes materiais constituem uma parcela não pouco relevante do espólio da estação, pelo que a Real Sociedade Arqueológica Lusitana, tendo em vista o seu estudo e preservação, efectuou o inventário de todos os vestígios de que há referência e esforça-se por actualizá-lo periodicamente.

Existe também a preocupação de, sempre que na área referida se arruina ou é demolido um edifício, procurar fazer o acompanhamento dessa situação, com o intuito de acautelar a destruição ou o extravio de quaisquer elementos de interesse científico que possam eventualmente surgir.

Ao trabalho directo sobre o terreno acresce ainda o rastreio das diversas fontes documentais de natureza arquivística susceptíveis de fornecerem indícios acerca deste assunto e de outros temas relativos à investigação e à conservação de Miróbriga.

Os livros de actas das vereações da Câmara Municipal, que se conservam — com alguns hiatos — desde 1637 ([12]), indubitavelmente um

([7]) Decreto-Lei n.°. 30 762, de 26 de Setembro de 1940.

([8]) Decreto-Lei n.°. 32 973, de 18 de Agosto de 1943.

([9]) D. FERNANDO DE ALMEIDA, ***op. cit., loc. cit.***

([10]) I[NÁCIO] DE VILHENA BARBOSA, ***As Cidades e Villas da Monarchia Portugueza que teem Brasão d'Armas,*** III, Lisboa, 1862, p. 28.

([n]) AUGUSTO SOARES DE AZEVEDO BARBOSA DE PINHO LEAL, ***Portugal Antigo e Moderno,*** IX, Lisboa, 1880 [2ª. ed fac-simil., Trafaria, 1990], p. 41, col. A.

([12]) ***V.*** JOÃO MADEIRA, "Fontes de História Contemporânea no Concelho de Santiago do Cacém: Contributo para o seu Conhecimento", em MARIA JOSÉ DA SILVA LEAL

acervo informativo de primeira ordem para a história do concelho, foram examinados com minúcia no âmbito da presente prospecção. Identificámos neste fundo dois documentos relativos a um interessante aspecto da questão em apreço: o emprego de uma coluna de Miróbriga para a reconstrução do pelourinho de Santiago do Cacém na primeira metade do século XVIII.

2. O pelourinho setecentista de Santiago do Cacém

Na sessão da vereação da Câmara, efectuada em 27 de Agosto de 1732, estando presentes o Doutor Francisco Coelho de Mello, juiz de fora, que presidiu, João Dias Parrado e Manuel Salema de Medeiros, vereadores, Estêvão da Rosa, procurador substituto, na ausência de Manuel de Frias Vieira, e João Rodrigues Beja, escrivão, deliberou-se proceder à substituição do antigo pelourinho, sito no meio da Praça da então vila, por se encontrar derrubado e ter as cantarias danificadas, e reerguê-lo junto às escadas do hospital do Espírito Santo, que delimita parcialmente o dito arruamento pelo lado norte.

Para servir de fuste (*hástea*) do monumento foi decidido mandar trazer uma pedra que jazia, semienterrada na relva e sem uso, perto da ermida de São Brás, entregando ao santo, ou seja, à fábrica do templo, a título de indemnização, um quarto de ouro. Deram-se igualmente instruções ao escrivão para fazer chamar um carreteiro a fim de transportar a dita pedra e alvanéus para edificarem o pelourinho. Tudo isto consta do acórdão da reunião, lançado no competente livro de actas por João Rodrigues Beja([13]), que transcrevemos em apêndice documental sob o n°. I.

A citada peça aparece descrita no assento do seguinte modo: "[...] huma pedra grande redonda [...] em forma de coluna" ([14]). A ajuizar pela presente indicação, tratava-se certamente de um fuste monolítico.

Este documento contitui a primeira menção ao pelourinho antigo de que há notícia. Não se conhecem indícios seguros que permitam averiguar rigorosamente quando foi construído, mas admitimos que ascenda ao

& MIRIAM HALPERN PEREIRA (dir. de), *Arquivo e Historiografia. Colóquio sobre as Fontes de História Contemporânea Portuguesa* [Lisboa, 1984], Lisboa, 1988, p. 175.

([13]) Santiago do Cacém, Arquivo Histórico Municipal, *Livro de Actas das Vereações de 1732-1738,* Livro Manuscrito s./n., fls. 48-48 v.°.

([14]) *Id., ibid.*

reinado de D. Manuel I, à semelhança do que sucedeu com muitas outras localidades do país([15]) — como é o caso da vizinha vila de Alvalade([16]). Talvez até tenha substituído outro exemplar, medieval.

Santiago do Cacém atravessou, nos finais do século XV e nos primórdios do XVI, um surto de desenvolvimento, patente nos edifícios então reconstruídos (igreja paroquial de Santiago Maior, igreja e hospital do Espírito Santo) ou feitos de raiz (igreja da Santa Casa da Misericórdia). Os três últimos imóveis que referimos localizam-se na Praça, denominada então Rossio ou Campo de Santa Maria ([17]), verdadeiro foro cívico e centro da vida da povoação onde também ficavam os paços do concelho ([18]). A erecção do padrão municipal deve ter surgido nesse período de florescimento local que coincide com a urbanização do terreiro. Por outro lado, assinale-se que a terra possui o estatuto de vila desde, pelo menos, o tempo de D. Afonso III ([19]) e recebeu de D. Manuel um novo foral, dado em Santarém a 20 de Setembro de 1510 ([20]).

A implantação do pelourinho no meio da Praça, diante dos paços concelhios e na área mais nobre da povoação, é a habitual nestas circunstâncias ([21]). Daqui se podia avistar, de acordo com a tradição, a forca construída num outeiro fronteiriço que dela retirou o topónimo, o Cerro da Forca, onde ainda existem algumas pedras do supedáneo do aparelho de suplício. A remoção daquele monumento para junto do hospital deveu-se a que, no sítio em que estava, prejudicava a circulação, por ser o terreiro pequeno, como se diz no acórdão.

Vem a propósito sublinhar que o empenho da Câmara em reerguer muito condignamente o distintivo da sua autonomia prendeu-se decerto com a preocupação, amiúde afirmada no decurso do reinado de D. João V,

([15]) Luís CHAVES, "Os Pelourinhos e os Cruzeiros", em JOÃO BARREIRA (dir. de), *Arte Portuguesa —As Artes Decorativas,* I, Lisboa, s./d., p. 76.

([16]) *Cfr.* ÓMEGA [JORGE DE OLIVEIRA], "O Pelourinho de Alvalade", em *Nossa Terra,* 3ª. Série, I, 18, Santiago do Cacém, 13 de Março de 1932, p. 1, cols. A-C.

([17]) Estes topónimos constam do provimento da visitação efectuada pela Ordem de Santiago, em 1518, a Santiago do Cacém (Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Conventos Diversos — Ordem de Santiago,* B-51-266, fls. [22-25 v.°.] e [32]).

([18]) ANTÓNIO DE MACEDO E SILVA, *Annaes do Municipio de Sanct-Yago de Cassem, cit.,* 2ª. ed., p. 121.

([19]) *Id., Annaes do Municipio de Sanct-Yago de Cassem, cit.,* pp. 15 e 46; 2ª. ed., pp. 17-18 e 74.

([20]) *Id., Annaes do Municipio de Sanct-Yago de Cassem, cit.,* pp. 56-72; 2ª. ed., pp. 84-89.

([21]) Luís CHAVES, *op. cit.,* pp. 76, col. B-77, col. B.

de prestigiar os símbolos do poder público, testemunhos evidentes de um estado em gestação (22). Para além de urna simples beneficiação da vila, eremos que se poderá discernir neste acto o desejo de recuperação e valorização do *sinal* de jurisdição concelhia por excelência. Foi também pela mesma época que a autarquia começou a desenvolver esforços no sentido de se construir um novo edifício para albergar os seus paços, já que as antigas casas estavam incapazes de servir para as vereações e demais actos administrativos, o que todavia só se concretizou em 1781 (23).

É interessante advertir que a Câmara estava bem a par de que as ruínas visíveis nas imediações de São Brás pertenciam a uma antiga localidade, embora sem lhe conferir nome. No acórdão lê-se textualmente, pela nítida caligrafia de João Rodrigues Beja: "[...] huma Çidade, que se diz hauia naquelle sitio, que se aruinou" (24).

Desde há muito que os restos arqueológicos existentes na zona eram conhecidos. André de Resende examinou-os com atenção, identificou-os como pertencendo à Miróbriga de que tratou Plínio (25) e dedicou-lhes algumas páginas no tomo IV da sua obra *De Antiquitatibus Lusitaniæ* (26). Na senda do humanista eborense outros estudiosos se deslocaram a Santiago do Cacém para os observarem. Algo mais de uma década antes da data do documento que nos ocupa veio aqui propositadamente o Iº. marquês de Abrantes, D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Menezes, o qual deu conta dos resultados da sua visita à Academia Real da História Portuguesa, na conferência de 31 de Julho de 1721 (27).

A disposição da edilidade em reaproveitar o fuste trazido de Miróbriga pode ser vista à luz desta consciência sobre a importância histórica da desaparecida povoação. Se era pragmático utilizar uma pedra que se prestava para o efeito e permanecia abandonada, parece-nos que existiu

(22) *Cfr.* JjosÉ] S**[ARMENTO DE] M[ATOS],** "Arquitectura Civil", 5. *u.,* em **JOSÉ FERNANDES PEREIRA** (dir. de) & **PAULO PEREIRA** (coord, de), *Dicionário da Arte Barroca em Portugal,* Lisboa, 1989, p. 41, col. A.

(23) **ANTÓNIO DE MACEDO E SILVA,** *Annaes do Municipio de Sanct-Yago de Cassem, cit.,* **2ª.** ed., **p. 121.**

(24) *Livro de Actas das Vereações de 1732-1738, cit.,* fl. 48 v.°.

(25) **PLÍNIO, O VELHO,** *Naturalis Historia,* **IV, 116.**

(26) **ANDRÉ DE RESENDE,** *De Antiquitatibus Lusitaniæ*, **Évora, 1593, fl. 188.**

(27) *Colleçam dos Documentos, Estatutos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, í, Lisboa, 1721, pp. [333-335]; **MANUEL TELLES DA SYLVA (MARQUÊS** DE **ALEGRETE),** *Historia da Real Academia da Historia Portugueza,* I, Lisboa, 1727, pp. 300-302.

igualmente da parte das autoridades concelhias a intenção de realçar a presença efectiva e simbolica do pelourinho, integrando nele uma peça da Antiguidade. Trata-se, pois, de uma alusão prestigiante à memoria do núcleo urbano que antecedeu Santiago do Cacém no tempo: um testemunho privilegiado do seu passado multissecular. Note-se que o edifício do hospital possuía também, aplicada na fachada principal, pelo menos desde o século XVI, a célebre inscrição consagrada a Esculápio (CIL II21 = ILS 6903 = ILER 188 = IRCP 144), proveniente de Miróbriga.

Talvez porque se levantassem dúvidas a respeito da propriedade efectiva da pedra, a Câmara cuidou de registar que esta se encontrava derrelicta, sem serventia, e que jamais pertencera a um cruzeiro, fazendo expressamente constar "antes ter sido tirada, segundo tradiçam, de Edefício antigo" das ruínas ([28]). Com o escrúpulo de, ainda assim, não prejudicar São Brás, acordou-se oferecer à fábrica da ermida um quarto de ouro, como vimos.

O transporte do fuste fez-se segundo o previsto, uma vez que em sessão de 22 de Julho de 1733, comparecendo Manuel Fernandes Revolto, vereador mais velho que serviu de juiz por estar ausente da terra o Doutor Francisco Coelho de Mello, Manuel Salema de Medeiros e Francisco Louzeiro Zuzarte, vereadores, Manuel de Frias Vieira, procurador, e João Rodrigues Beja, escrivão, o procurador comunicou que o tesoureiro de São Brás não queria aceitar a esmola e propôs que a mesma se tomasse em depósito. A vereação determinou então que o quarto de ouro ficasse consignado em poder de Manuel de Frias Vieira, o qual se deu logo por entregue dele, conforme se regista no acórdão da reunião [documento n°. II]. É possível que a deslocação da pedra não tivesse agradado aos responsáveis pela administração da ermida ou houvesse qualquer desentendimento quanto ao valor da mesma e que tal motivasse a resistência do tesoureiro em receber a dita importância.

Depois desta data perdemos o rasto do pelourinho. Não aparecem mais indicações a seu respeito na documentação camarária. Por estranho que isso nos possa afigurar-se, tão-pouco os estudos monográficos sobre Santiago do Cacém, a começar pelas *Memórias sobre a Antiga Miróbriga*, de Bernardo Falcão, sempre muito atento à arqueologia local e perfeito conhecedor da vida da terra no período setecentista, lhe dedicam uma só linha.

([28]) *Livro de Actas das Vereações de 1732-1738, cit., loc. cit.*

3. **Um paralelo regional: o pelourinho de Setúbal**

Há notícia de mais alguns casos de reutilização de colunas e outros elementos arquitectónicos da Antiguidade em pelourinhos. Um espécime elucidativo, situado em zona não muito distante de Santiago do Cacém, é o existente na cidade de Setúbal.

Na sequência da condenação, em 1759, do 8º. duque de Aveiro, D. José de Mascarenhas, a quem pertencia a jurisdição desta terra, ainda com o estatuto de vila([29]), o seu pelourinho foi demolido. Alguns anos mais tarde, o marquês do Pombal ordenou que se erigisse um novo padrão, à custa da Câmara. Ficaram incumbidos dessa tarefa José Bruno de Cabedo, coronel do Regimento e governador da Praça, nomeado director das obras públicas de Setúbal, e João Vasco Manoel de Braun, sargento-mor da mesma, engenheiro e comandante de artilharia ([30]).

Ciente de que permanecia esquecida num recanto da povoação uma notável coluna corintia encontrada nas ruínas de Tróia durante as escavações que aí mandou fazer, em 1746, a princesa da Beira, D. Maria (depois D. Maria I)([31]), Cabedo apreciou muito o valor patrimonial desta peça e decidiu reaproveitá-la na obra do pelourinho como o elemento de maior destaque. Assinale-se que a Herdade de Tróia pertencia, ao tempo, à freguesia de Melides, uma das nove que formavam o termo de Santiago do Cacém ([32]).

António Inácio Marques da Costa descreveu com pormenor as circunstâncias em que se verificou a condução da coluna e a sua aplicação:

> "Um dos objectos mais notáveis que se encontraram nas excavações mandadas fazer pela princesa foi a bela coluna corintia que ela mandou que se erigisse em uma praça de Setúbal. Nessa ocasião o antigo pelourinho estava onde é agora o Largo da Ribeira (hoje do D.or Francisco Soveral) e nele se ostentava a cruz da Ordem de Santiago, pois Setúbal era uma das comendas desta ordem, cujo exercício pertencia ao Duque de Aveiro.

([29]) ***V.*** **I[NÁCIO] DE VILHENA BARBOSA,** ***op. dt.,*** **p. 50.**

([30]) AUGUSTO SOARES DE AZEVEDO BARBOSA DE PINHO LEAL, ***op. cit.,*** p. 279, col. B.

([31]) VÍTOR DOS SANTOS GONÇALVES, "Arronches Junqueiro e Tróia de Setúbal", em ***Arquivo de Beja,*** XXII, Beja, 1965, p. 168.

([32]) BERNARDO FALCÃO, ***Memórias sobre a Antiga Miróbriga*** (Lisboa, Biblioteca particular do Prof. Doutor Eng.°. Manuel António Falcão Beja da Costa, ms. s./n.), fl. 14; ANTÓNIO DE MACEDO E SILVA, ***Annaes do Municipio de Sanct-Yago de Cassem, cit.,*** p. 75; 2ª. ed., p. 61.

> A ordem da princesa foi em parte cumprida, erigindo-se a coluna à entrada da Rua dos Sapateiros que se fazia pela Porta Nova; como porém neste lugar embaraçava o trânsito das seges, foi dali tirada e dada aos frades do Espírito Santo, para estes a elevarem no largo defronte do seu convento à Fonte Nova. Aí esteve prostrada alguns anos, mas fazendo nesse lugar ainda obstáculo às corridas eqüestres por ocasião dos festejos, foi enterrada no mesmo largo.
>
> Sendo demolido o pelourinho antigo da Praça da Ribeira, que representava a jurisdição do Duque de Aveiro, foi pelo Marquês de Pombal ordenada a construção de outro pelourinho em outra praça.
>
> Foi então que o engenheiro Cabedo encarregado da obra, sendo informado da existência da bela coluna corintia, a mandou exumar para a erigir como pelourinho na Praça de S. Pedro (que hoje tem o nome do Marquês de Pombal), à qual a dita coluna serve de elegante ornamento." (33).

O monumento setubalense, algo mais tardio do que o seu congénere de Santiago do Cacém (e talvez até inspirado neste), atesta a estima concedida à coluna romana aí aplicada, não só como obra de arte mas também como autêntica marca falante de *uenustas* e de *nobilitas* — ou seja, uma exaltação/projecção das raízes históricas da região.

4. O pelourinho novo de Santiago do Cacém

O terremoto do dia de Todos-os-Santos de 1755 causou estragos muito avultados em Santiago do Cacé(34). À semelhança de tantos outros edifícios da vila, o hospital do Espírito Santo foi gravemente afectado e ruiu em parte (35). O pelourinho deve ter sofrido também danos apreciáveis nesta ocasião e julgamos muito plausível que, inclusivamente, se quebrasse o respectivo fuste. Quando a Santa Casa da Misericórdia, sob a provedoria de Bernardo Falcão, reconstruiu o hospital, em 1781, não se voltou a colocá-lo na posição que ocupava. É mesmo provável que os seus fragmentos tenham sido aproveitados em obras de reconstrução ou permaneçam

(33) A[NTÓNIO] I[NÁCIO] MARQUES DA COSTA, "Estudos sobre Algumas Estações da Época Luso-Romana nos Arredores de Setúbal", em ***O Archeologo Português,*** XXIX, Lisboa, 1933 [1934], pp. 19-20.

(34) Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ***Dicionário Geográfico de Portugal,*** IX, n.°. 187 [Memória Paroquial de Santiago do Cacém, da autoria do Prior Manuel Coelho de Sampayo e Távora], fis. 1215 v.°. e 1220; BERNARDO FALCÃO, ***op. cit.,*** fis. 21 e 24 v.°.; ANTÓNIO DE MACEDO E SILVA, ***Annaes do Municipio de Sanct-Yago de Cassem, cit.,*** p. 91; 2ª. ed., p. 57.

(35) BERNARDO FALCÃO, ***op. cit.,*** fl. **24 v.°.**

debaixo dos escombros terraplanados para a nova edificação do estabelecimento assistencial.

Apesar deste percalço, a tradição da localização do pelourinho na Praça não se perdeu e, já adiantado o século XIX, a Câmara deliberou recuperá-la. Em 1844 consertou-se a feitura de um novo monumento, pelo preço de 76$800 réis, com o oficial de canteiro José Miguel Rodrigues. Foi instalado no seu sítio em 1 de Junho de 1845, importando esta obra em 16$800 réis, além do transporte desde a pedreira ([36]). Aí permaneceu ele até aos nossos dias ([37]).

APÊNDICE DOCUMENTAL

I

1732, Agosto, 27. Santiago do Cacém. Acórdão da Câmara para a reconstrução do pelourinho junto às escadas do hospital do Espírito Santo, na Praça da vila, aproveitando-se para o efeito uma coluna existente perto da ermida de São Brás e dando o procurador do concelho ao santo um quarto de ouro, a título de indemnização.

Santiago do Cacém, Arquivo Histórico Municipal, *Livro de Actas das Vereações de 1732-1738*, Livro Manuscrito s./n., fis. 48-48 v°.

> "Acordaram em camera, que uisto o pelou/rinho estar derrubado, e as pedras todas que/bradas, e incapazes de seruirem, se fizese / de nouo tirando se do meyo da praça por ser / pequena, e se puzese para hum lado iunto / as escadas do hospital, onde ficaua em boa / porporçam: e que iunto a Sam Bras na Rel/ua se achaua huma pedra grande redonda // REdonda em forma de columna, emterrada / no cham sem prestimo algum, e inútil para / outro ministerio, e que bem mostraua não ter / seruentia para outra couza senam para a / hastea do Pelourinho, e nunca seruir de cru/zeiro, nem ter forma para isso, mas antes / ter sido tirada, segundo tradiçam, de Ede/fiçio antigo de huma Çidade, que se dis ha/uia naquelle sitio, que se aruinou: pello que / ditreminaram que a dita pedra se mandas/se buscar, e se puzese no pelourinho, e que eu / Escriuam <mandace> notificar carreteiro para a ir buscar, / e ofiçiaes para fazerem o dito pelourinho / todo de nouo no sitio mençionado, pondo se / promptos todos os materiaes tudo á custa do / Conselho: e que o Procurador do Conselho / dese hum quarto de ouro de esmola ao sancto / visto a pedra estar diante da sua Jgreja / na Relua sem embargo de se naõ saber da / seruentia da dita pedra; e asignaram: //"

([36]) ANTÓNIO DE MACEDO E SILVA, *Annaes do Municipio de Sanct-Yago de Cassem, cit.,* 2ª. ed., p. 146.

([37]) De início esteve colocado perto da casa solarenga dos Condes do Braciai. Nos primórdios do século XX transitou para o centro da Praça.

II

1733, Julho, 22. Santiago do Cacém. Acórdão da Câmara para que, visto o tesoureiro da ermida de São Brás não querer receber o quarto de ouro que se mandou dar ao santo como indemnização por uma coluna que se levou das imediações do mesmo templo para a reconstrução do pelourinho, o procurador do concelho conserve em seu poder tal importância, na qualidade de fiel depositório.

Santiago do Cacém, Arquivo Histórico Municipal, ***Livro de Actas das Vereações de 1732-1738,*** Livro Manuscrito s./n., fl. 49.

> "Na dita Camera requereu o dito Pro/curador, que o Thezoureiro de Sam Bras / naõ queria aseitar o quarto de ouro, que / tinham mandado dar de esmola ao / Sancto a respeito da pedra, que ueo pera / o pelourinho, e que se puzese em de/pozito, os ditos Offiçiaes da Camara man/daram ficase depozitado na mam do di/to Procurador para a todo o tempo dar / conta delle, e se deu por emtregue, e asignou. //"

(Página deixada propositadamente em branco)

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

(Página deixada propositadamente em branco)

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

GELY, Suzanne, ***Le nom de VItalie: mythe et histoire, d'Hellanicos a Virgile***, Genève, Slatkine, 1991, 532 p.

De acordo com o preâmbulo, S. Gély procura analisar "como o nome de ***Italia***, inicialmente aplicado a uma minúscula região do sul da Itália, ultrapassou os limites do território primitivo para se estender progressivamente, do sul ao norte, e lateralmente, a conjuntos cada vez mais vastos, até cobrir a península inteira quando César, através da admissão dos Cisalpinos na cidadania romana, dá uma realidade histórica à noção de fronteira natural" (p. 13).

Mas o seu estudo entende ainda ***nomen*** como ***numen Italiae***, o que permite abordar, de forma subtil, as tendências pan-itálicas expressas em cultos, mitos, símbolos, iconografia e nas próprias linguagens da península.

Assim, na I Parte, S. Gély analisa ***A língua e o mito: delineamento de uma consciência nacional***; na II Parte, trata da ***Auctoritas: prestígio e poder da Itália, dos Gracos à instauração do Principado***; na III Parte, versa o tema ***Poiesis: nomes e lugares da Itália virgiliana.***

Na conclusão, a autora observa que "L'édification historique de l'Italie, en effet, quelque exemplaire qu'elle ait été, et annonciatrice, avant la Gaule, des modernes nations - fut très vite vouée à la caducité" (p. 357). ... "Mais ce qui a duré, et ce qui durera tant que se transmettra l'héritage de la culture antique, c'est l'Italie des penseurs et des poètes, et, au premier chef, la ***poiesis Italiae*** virgilienne, porteuse et créatrice de mythes féconds à partir du réel, vécu ou imaginairement revécu" (p.358).

O estudo de S. Gély aprofunda o seu tema através do recurso à filologia, à linguística (parecem-me, todavia, forçadas certas posições tomadas no cap. VI da I Parte), à numismática, à religião (bem explorado o seu papel unificador) e, naturalmente, à literatura.

São tratadas questões de grande importância, a começar pelo surgimento de uma consciência nacional e imperial, com as várias etapas da sua afirmação, desde as origens mais remotas (fundo itálico e lacial, com os vestígios de aptidão para a organização estatal e unificação política e tendência para o federalismo; influência das práticas e das teorias helénicas), até ao aparecimento de movimentos de reivin-

dicação da cidadania, os quais, dos Gracos até à Guerra Social, haveriam de dar forte impulso ao desenvolvimento da ideia de *Italia.*

De passagem ou com extensão adequada à sua importância, são abordados importantes conceitos coadjuvantes, como *fides, auctoritas, maiestas, populus Romanus* (na p.l93, realce para a definição inovadora do conceito em Cícero), e apresentado o papel de figuras como os Gracos, Sertório, Pompeu, Cícero (especialmente importante o cap.V da II Parte, p. 216 e sq., com a discussão sobre a noção de *cuncta Italia*), Júlio César, Augusto (relevância do lema *consensus Italiae* e significado do título *Pater Patriae)* e Virgílio (longamente estudado na III Parte, que termina com um cap.VI, p. 339-351, dedicado ao estudo comparado das diversas designações da Itália na *Eneida).*

A edição, que tanto cita fontes romanas como gregas, é enriquecida com um largo estendal de boa erudição: notas numerosíssimas e bem documentadas; bibliografia sumária; índice de autores antigos; *Index locorum,* todavia restringido a Cícero e a Virgílio; índice de autores modernos; *Index nominum et rerum.*

FRANCISCO DE OLIVEIRA

GELY, Suzanne, ed., *Sens et pouvoirs de la nomination dans les cultures hellénique et romaine.* Tome IL *Le nom et la métamorphose*, Publications de la Recherche, Université Paul Valéry, 1992, 328p.

No âmbito do "Seminário sobre as mentalidades antigas", S. Gély recolhe quatro grupos de trabalhos: *I. Noms de lieux et de personnes: Les modèles antiques et leurs développements*, com contributos de M. Casevitz *(Remarques sur la forme, la place et la fonction des noms propres chez Homère:* artigo que lança interessantes pistas sobre um tema relevante); de D. Briquel *(Le système onomastique féminin dans les épigraphies de VItalie préromaine:* sugere que diferentes sistemas de designação da mulher podem significar estatuto social diversificado); de C. Bonnet *(Le nom de Melqart*, símbolo das civilizações fenícia e púnica, que os Gregos identificaram com Hércules); de C. Couëlle-Dezeuze *(L'image et le nom: proposition de lecture sur un vase attique du Musée de Naples:* subtil leitura, que demonstra como escrita e iconografía se completam para transformar temas míticos como as façanhas de Teseu em emblemas contemporâneos); de R. Chevallier *(La toponymie, reflet des mentalités dans la Rome antique:* trabalho profícuo, que ilustra, com a toponímia, características do génio romano como o amor à terra e a *maiestas)',* de R.-M. Bénin *(Les dénominations du Christ-Logos dans le Poème IL 1.1 de Grégoire de Nazianze,* que aborda a transição da cultura helénica para a literatura cristã); e de Marguerite Soulié *(Note sur les noms bibliques dans la polémique des guerres de religion:* artigo deveras interessante sobre a apropriação dos símbolos por fanáticos rivais); *IL Nom, concept et production esthétique ...du sens,* com artigos de L.-E. Roux *(L'acuité d'esprit et la production du sens saisie dans sa genèse: étude du champ sémantique du goût, dans le 1er livre du* Criticón *de Baltazar Gradan. Nomination et initiation)', III. Topos, Mythos, Logos: L'utopie, de Platon aux temps modernes. Ruptures et*

continuités, com trabalhos de S. Gély (*Désignation négative et dénomination utopique*); M.-L. Silvestre *(La première politique de Platon: modèles géographiques et lieux de l'utopie politique du monde antique*); M. de Moraes-Augusto *(Le discours utopique dans la* République *de Platon*: utopia como forma de actuação política do filósofo); M.-J. Bénéjam-Bontems *(Mythe et Utopie*, definidos a propósito do mito da idade do ouro); L. Borot *(L'Angleterre et ses utopies, de Thomas More à James Harington: l'inscription de l'histoire nationale dans la fiction utopique*, uma súmula verdadeiramente interessante, que relaciona o tema da utopia na cultura inglesa com o carácter insular da Grã-Bretanha); e P. Ronzeaud *(Propositions pour une étude de la fortune du modèle platonicien dans le discours utopique classique*); *IV. Métamorphoses du nom: Métaphore et métonymie*, com aportações de X. Mignot *(Pouvoir et devoir dénommer,* recurso à polissemia como forma de criatividade lexical); M. Fruyt *(La dénomination par métaphore et métonymie en latin)*\ M. Armisen-Marchetti *(Métaphore, dénomination et concept chez Sénèque*); S. Amigues *(Le rôle de la métaphore dans la formation des noms grecs de plantes*, texto de boa erudição). Segue-se um fecho de S. Gély (*Perspectives*, que, na p. 309, sugere, como continuação para os trabalhos apresentados, "une enquête qui mettrait en évidence les liens entre les modes de la nomination - la dénomination -, et la conscience prise des rapports et donc de la distinction entre l'individu et le monde, le soi et l'entre-soi, et, de ce fait, dans une certaine mesure, l'émergence de la personne au sein des civilisations anciennes, et sa représentation").

Como se vê, um variado leque de estudos que atestam o profícuo trabalho desenvolvido no SEMA (Séminaire d'Études des Mentalités Antiques) de Montpellier.

FRANCISCO DE OLIVEIRA

Pedro **LÓPEZ** B **ARJA,** *Epigrafia Latina (Las Inscripciones Romanas desde los orígenes al siglo III d.C.),* Tórculo Edicións, Santiago de Compostela, 1993, 378 pp. ISBN: 84-86778-94-0.

Recordo-me de, num dos momentos de pausa do VII Congresso Internacional de Epigrafia Grega e Latina, em Constanza (1977), ter vindo à colação o tema «manuais de Epigrafia», atendendo a que nos continuávamos a guiar fundamentalmente pelo «velhinho» Cagnat na sua 4.ª edição, de 1914 (no ano anterior, 1976, reimpressa em Roma) e todos nos havermos voltado, então, para Hans-Georg Pflaum como que a perguntar-lhe se estaria para breve o manual que sabíamos ser sua intenção, um dia, preparar, nele reunindo a larga experiência de anos de estudo. Pflaum lançou-nos, recordo, um ar interjectivo e esquivou-se a uma resposta concreta.

A conversa continuou, acentuando a dificuldade de que se revestia escrever um manual didáctico, cujo autor sempre precisaria de ter haurido, em longos anos de prática e de leccionação, os parâmetros por que se deveria pautar.

Escrevera Giancarlo Susini *II Lapicida Romano* (Bolonha, 1967), a que modestamente dera como subtítulo «Uma Introdução à Epigrafia Latina» e, de momento,

parecia difícil trazer-se inovação num domínio tão específico.

Foi, pois, não sem surpresa (confesso) que topei o livro em epígrafe, assinado por alguém que, salvo erro, nas lides epigráficas não singrava havia muito.

O último manual de que tivera conhecimento era da autoria de Ivan di Stefano Manzella, chamava-se *Mestiere di Epigrafista* (Edizioni Quasar, Roma, 1987) e, corno o pròprio subtítulo esclarecia, tinha um objectivo preciso: ser um guia para a elaboração de fichas do material epigràfico lapidar. Trata-se dum livro bastante volumoso, nem sempre fácil de manusear, e extraordinariamente meticuloso. O monumento epigráfico é alvo — deve ser alvo, na opinião do autor — duma análise muito pormenorizada, em todas as suas vertentes, designadamente formais. Talvez Ivan di Stefano tenha pecado nesse sentido: ao dar tanta importância aos aspectos físicos poderá levar um leitor — ou um aprendiz de epigrafista — menos atento a quedar-se por aí, na forma, quando a inscrição há-de ser encarada primordialmente, como já Susini sublinhara no capítulo VII do seu *II Lapicida Romano*, na componente de «monumento cultural». Os dados físicos interessam, sim, designadamente se pensarmos na necessidade de integrarmos a epígrafe no contexto arqueológico concreto para que foi pensada, mas depressa se deve ir mais além. E há minúcias que uma boa fotografia melhor documenta do que uma exaustiva (e sempre fastidiosa) descrição. Mas o livro de Manzella teve, sem dúvida, esse mérito: importa ver bem o monumento, nenhum pormenor se há-de menosprezar — desde que, acrescento eu, tudo se faça com conta, peso e medida.

Com esta perspectiva «física», digamos assim, da epígrafe, Ivan di Stefano complementava a notável síntese publicada por Giancarlo Susini cinco anos antes: *Epigrafia Romana*, Roma, 1982 (cf. *Conimbriga* 23 1984 216-218). Aí, os diversos tipos de inscrições eram analisados precisamente do ponto de vista cultural, na sequência daquela belíssima definição do autor: «Epigrafia é o estudo histórico da forma como certas ideias foram seleccionadas para serem apresentadas para informação pública e permanente» *{The Roman Stonecutter*, Oxford, 1973, p. 64).

Havia, em língua castelhana, dois manuais de Epigrafia: o de Pedro Battle Huguet (*.Epigrafia Latina*, Barcelona, 1946) — que, na apresentação da obra de Pedro López, Julio Mangas considera «nada original nem na sua concepção nem no seu conteúdo» -— e o de José Manuel Roldán Hervás *{Repertorio de Epigrafia y Numismática Latinas*, Salamanca, 1969) — que J. Mangas não refere e Pedro López também não cita entre os manuais (pp. 313-314). Este, de Pedro López, será, no entender de Julio Mangas, «a primeira síntese actualizada em espanhol e com carácter de manual» (p. 5).

Aliás, é o próprio Julio Mangas que chama a si o encargo de ressaltar os méritos da obra do seu antigo aluno e jovem colaborador: l.°) «o autor demonstra um bom conhecimento dos últimos progressos feitos no campo da epigrafia latina»; 2.°) o autor «deja clara constancia de que no es posible separar la Epigrafia latina de la historia Antigua»; 3.°) a obra «reúne el valor de servir de introducción al conocimiento de muchos aspectos de la Antigüedad romana». Sublinhando o interesse que tem a introdução de temas como a epigrafía jurídica e o *instrumentum*, J. Mangas conclui considerando este trabalho um «guia básico» para o estudante universitário (pp. 6-7).

São os seguintes os capítulos da obra em apreço: a epigrafia, conceito e limites; a escrita; a onomástica romana; o *cursus honorum;* inscrições funerárias; inscrições votivas; inscrições honoríficas; epigrafia jurídica; *instrumenta.* Diversos exemplos comentados (dos quais, apenas um do território português, o n.° 40, p. 165) ilustram a

teoria apresentada. Em apêndice: lista de siglas e abreviaturas e a sequência dos imperadores (com indicação cronológica dos títulos recebidos). Uma bibliografia temática e pormenorizados índices de matérias (relativos, sobretudo, aos exemplos epigráficos aduzidos) completam o volume.

As poucas ilustrações apresentadas — medíocres na qualidade gráfica — são retiradas de obras que se citam na p. 377.

Da obra de José Vives, *Inscripciones Latinas de la España Romana* (Barcelona, 1971 e 1972), comenta o autor: «Por uma divertida deformação patriótica, a sua Espanha romana abarca toda a Península Ibérica, Portugal incluído» (p. 25). Deverá ser, pois, esse o motivo porque o autor — para não cair nessa deformação — omite quase sistematicamente a bibliografia portuguesa ou referente a Portugal, embora cite bastante bibliografia extrapeninsular. Damos apenas alguns exemplos:

— No âmbito da epigrafia jurídica, a que o autor deu particular atenção, talvez não tivesse ficado mal uma referência às tábuas de bronze de Vipasca, que, inclusive, foram estudadas por um investigador não-peninsular: Claude Domergue, *La mine antique d'Aljustrel (Portugal) et les tables de Bronze de Vipasca*, Paris, 1983. *As tesserae hospitales*, para além do trabalho conjunto de R. Etienne, P. Le Roux e A. Tranoy, «La tessera hospitalis, instrument de sociabilité et de romanisation dans la péninsule ibérique», inserto nas actas do coloquio de Rouen (24-26 Novembro 1983) sobre o tema *Sociabilité, Pouvoirs et Société* (Ruão, 1987, pp. 323-336), mereceram de Armando Coelho Ferreira da Silva um bom artigo de síntese, que foi publicado em *Gaya* 1 1983 9-26.

— No que à religião indígena diz respeito (pp. 325-326), se não queria citar trabalhos mais recentes, a obra de Leite de Vasconcellos, *Religiões da Lusitânia* (Lisboa, vol. II 1905, vol. Ill 1913), ainda é hoje, creio, de referência obrigatória.

— Na p. 22, citam-se revistas em que artigos de temática epigráfica surgem habitualmente. Quiçá uma referência a *Conimbriga* e ao *Ficheiro Epigráfico* não viesse a despropósito.

— No capítulo *Instrumenta* (p. 245-260), os grafitos assumem, como se sabe, cada vez maior importância histórica. O autor não se lhes refere — como, aliás, também não parece considerar de particular interesse as inscrições ditas «monumentais», pois que. lhes não dedica um capítulo à parte; nem as inscrições sobre mosaicos, cada vez mais eloquentes do ponto de vista cultural, ou mesmo os miliários: uma obra como a de Pierre Sillières *(Les Voies de Communication de VHispanie Méridionale*, Paris, 1990) ou, se preferirmos manter-nos no Norte, a de Joaquín Lostal Pros, *Los Miliarios de la Provincia Tarraconense* (Zaragoza, 1992) poderiam também ser citadas na p. 327. Quanto à prosopografia peninsular (p. 319), teria decerto cabimento a menção do trabalho de António Caballos Rufino, em dois volumes, publicado em 1990 pela Universidade de Sevilha, *Los Senadores Hispanorromanos y la Romanización de Hispania (Siglos I-III).*

Dir-se-á que, neste domínio da bibliografia, é sempre impossível não se apontarem falhas, se se quiser. Temos todos consciência disso e os tópicos assinalados mais não pretendem ser que meras sugestões complementares.

JOSÉ D'ENCARNAÇÂO

(Página deixada propositadamente em branco)

INDICE GERAL

JORGE DE ALARCÃO — *A arqueologia e o tempo*..... 9

MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA — *O Palácio, do mundo minoico ao helénico: mito e realidade*..... 57

ISABEL PEREIRA — *Casais agrícolas da Idade do Ferro na Foz do Mondego*. 75

HELENA FRADE — *A Torre de Centum Celas (Belmonte): uma villa Romana*. 87

LINO A. TAVARES DIAS — *Necrópoles no Territorium de Tongobriga* ... 107

JOÃO LUÍS CARDOSO, MÁRIO VARELA GOMES — *Presa dos Mouros — uma barragem Romana inédita do Algarve (Lagoa)*..... 137

M. **JUSTINO MACIEL** — *A propósito das chamadas "conservas de água da Rua da Prata"*..... 145

ANTÓNIO DE CARVALHO QUÍNTELA, JOSÉ MANUEL MASCARENHAS, JOÃO Luís **CARDOSO** — *Instalação romana de captação, elevação e armazenamento de água em Tróia (Grândola, Portugal)*..... 157

CELSO JOSÉ DAS SANTOS NETO, MIGUEL PESSOA, JOSÉ LUIS MADEIRA, UWE TRÖGER, MANUEL MÁRIO DOS SANTOS SACRAMENTO — *Os polos de captação de água de Conimbriga*..... 171

J. NORTON, JOÃO LUÍS CARDOSO, e. TAVARES DA SILVA, M. H. CANILHO — *Ânforas da villa romana de Vilares de Alfundão (Ferreira do Alentejo)*..... 181

J. M. PEIXOTO CABRAL, M. ÁNGELA GOUVEIA, ISABEL MORGADO — *Caracterização química das produções de ânforas do Vale do Tejo: II - Quinta do Rouxinol*..... 191

ROBERT ÉTIENNE, FRANÇOISE MAYET — *La place de la Lusitanie dans le commerce méditerranéen*..... 201

CARLOS FABIÃO — *O azeite da Baetica na Lusitania* 219

FRANCISCO J. S. ALVES — *Por mosaicos nunca dantes navegados* 247

A. M. DIAS DIOGO, LAURA TRINDADE — *Materiais provenientes dos Chões de Alpompé (Santarém)* 263

CLEMENTINO AMARO, MARIA TERESA CAETANO — *Breve nota sobre o o complexo fabril romano da Rua Agusta (Lisboa)* 283

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO — *Monumentos epigráficos romanos do Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Figueira da Foz)* 295

ANTÓNIO JOSÉ NUNES MONTEIRO, JOSÉ D'ENCARNAÇÂO — *A propósito de uma inscrição latina em Santiago da Guarda (Ansião)* 303

SÁLETE DA PONTE — *Figurinhas femininas de osso, inéditas, de Co-n imbriga* 313

JEANNETTE V. SMIT NOLEN — *Uma colecção particular de vidros romanos* 321

GRAÇA CRAVINHO — *Algumas peças da villa de Freiria (Cascais)* 333

JOÃO CARLOS L. FARIA, MARISOL A. FERREIRA — *Estação arqueológica da Horta do Crespo (Alcácer do Sal)* 349

ELVIO MELIM DE SOUSA — *Cerâmica vidrada romana proveniente de Tróia de Setúbal* 359

JOÃO DA SILVA RUIVO — *Fíbulas pré-romanas e romanas do território de Collippo* 371

BLANCA G. F. - A LBALÁT — *La diosa Erbina, la soberania guerrera femenina y los limites entre Igaeditanos y Vetones* 383

JOSÉ ANTÓNIO FALCÃO — *Um exemplo do reaproveitamento de materiais arqueológicos de Miróbriga: a reconstrução do pelourinho de Santiago do Cacém em 1732* 403

Recensões Bibliográficas 417

INSTRUMENTUM

Création d'un groupe de travail européen sur l 'artisanat et les productions manufacturées de l 'Antiquité

La recherche sur les productions artisanales de l'Antiquité a fait ces dernières années des progrès spectaculaires: qu'il s'agisse de fouilles d'ateliers ou de travaux spécialisés sur telle ou telle catégorie de trouvailles, on accorde aujourd'hui plus d'attention au mobilier archéologique, reconnu porteur de connaissances non négligeables sur les sociétés antiques.

Pourtant, le développement de démarches spécialisées a son revers: l'éparpillement des travaux ponctuels ne favorise pas l'approche globale, tout aussi indispensable à la compréhension des grands phénomènes technologiques et culturels. Quelle était la place de l'artisan dans la société gauloise ou gallo-romaine? Comment se diffusaient les nouvelles techniques de façonnage, d'ornementation? Quelle différence pouvait-il y avoir entre les pratiques artisanales d'un Lusitanien du 1er siècle de notre ère de celle d'un Batave de la même époque?

Pour répondre à ces questions, il est indispensable d'amener les chercheurs de différents pays, les spécialistes de différents problèmes, à se retrouver dans un cadre commun. C'est la raison pour laquelle *Instrumentum* a été créé sous la forme d'une association de type loi 1901, largement ouverte à tous et résolument européenne. La mise en place de ce groupe de travail suivra plusieurs étapes: dès le mois de juin 95, publication du premier fascicule d'un bulletin semestriel fournissant aux membres les informations nécessaires: bibliographie, recherches et diplômes universitaires en cours, découvertes importantes et réflexions d'ordre général. Dans un deuxième temps, sans doute dès la fin de cette année, des réunions de travail organisées dans chaque pays par les responsables nationaux s'efforceront de dynamiser la recherche et de faire progresser la réflexion collective sur les problèmes de l'artisanat antique.

Grace à son Bulletin, *Instrumentum* entend ouvrir à tous une tribune, créer un lieu d'information et d'échanges. La double dimension associative et

européenne devrait garantir le succès d'une formule qui, naturellement, ne vivra que par l'activité de ses membres.

M. Feugère, Secrétaire Instrumentum

Bureau 1995-96 Président: R. Gebhard; Secrétaire: M. Feugère; Trésorier: P. Abauzit; Vice-présidents: Espagne: F. Aurrecoechea-Fernández; Grande-Bretagne: L. Allason-Jones; Portugal: J. de Alarcão; Roumanie: S. Cocis; Suisse: E. Deschler--Erb; autres pays: en cours.

Siège: 26 rue Lafayette, F 34530 Montagnac.

Cotisation 1995: 100 FF à adresser au trésorier: P. Abauzit, 13 rue Simone Weil, 34500 Béziers. Les chèques doivent être libellés à l'ordre d***'Instrumentum',*** étranger: merci d'utiliser un mandat international (payment from abroad: please use an International Money Order).

Thèmes concernés: **1** - artisanat en général; **2** - mines et carrières; 3 - ateliers; **4** - outillage; **5** - sidérurgie et travail du fer; **6** - travail du bronze; **7** - travail du cuir; **8** - spaitene, textile; **9** - argenterie; **10** - instruments de l'écriture; **11** - estampilles; **12** - graffittes; **13** - sculpture de pierre; **14** - sculpture de bois; **15** - statuettes en bronze; **16** - statuettes en terre cuite; **17** - ameublement; **18** - vaisselle métallique; **19** - vaisselle en verre; **20** - lampes, éclairage; **21** - bijoux; **22** - parures; **23** - objets de toilette; **24** - instruments médicaux; **25** - armement; **26** - équipement militaire; **27** - char, attelage, harnachement; **28** - instruments de musique; **29** - objets en bois, os, corne, ivoire; **30** - construction, batiment; **31** - commerce; **32** - mesure, pesage; **33** - divers.

Execução Gráfica
G.C. - Gráfica de Coimbra
Depósito Legal n.° 93223/95